

Universidade de Brasília
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Um Passado Novo para uma História em Crise:
Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul
(1948-1965)**

Leticia Borges Nedel

Brasília, 2005



Universidade de Brasília
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Um Passado Novo para uma História em Crise:
Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul
(1948-1965)**

Letícia Borges Nedel

Tese apresentada à banca avaliadora como parte das exigências do curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Cléria Botelho da Costa

Linha de Pesquisa: História Cultural

Brasília, 2005

Aos meus pais, que se orgulham dessas conquistas.
E a quem mais interessar possa.

AGRADECIMENTOS

À orientadora, Cléria Botelho da Costa, agradeço pela confiança e seriedade com que acompanhou o desenvolvimento da tese. Aos membros das bancas de qualificação e avaliação, Professores Doutores César Guazzelli, Jaime de Almeida, José Walter Nunes, Teresa Negrão e Salete Machado Kern, pela interlocução inteligente e respeitosa.

Contei, durante o curso de Doutorado, com bolsa de estudos do CNPq para o financiamento da pesquisa, e da CAPES para o estágio sanduíche na EHESS/Paris. A essas instituições, bem como à orientadora na França, Anne-Marie Thiesse, presto meu reconhecimento.

Muito obrigada aos funcionários do Instituto de Tradições e Folclore, do Museu Julio de Castilhos, do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, da Unesco e da Biblioteca Pública do Estado, que possibilitaram o acesso à documentação.

Agradeço as leituras e sugestões dos que viveram comigo os dilemas da escrita, especialmente ao Fúlvio Nedel e à Mara Cristina Rodrigues – profissional competente, companheira de pesquisas e amiga valiosa.

Ao Nino, que é presença constante, não agradeço “porque fica chato”. Mas reafirmo, com este trabalho, o compromisso de realizar vida afora o que temos sonhado juntos.

Finalmente, deixo aqui meu profundo respeito aos personagens envolvidos nesta história. Uma história, como disse Carlos Drummond de Andrade a Guilhermino César, “de livrarias que não existem mais, cinemas, bailes estudantis, piqueniques serranos que não existem mais, debates flamívomos, cambalhotas de vanguarda que não existem mais, tudo o que não existe mais e continua, anulado, existindo”. (“Seqüestro de Guilhermino César”, de *Amar se Aprende Amando*)

Poser des questions, je veux dire, voir qu'elles se posaient
et l'ayant vu les dire."

Lucien Febvre,

"Ce que peuvent nous apprendre les monographies
familiales". *Annales d'Histoire Sociale*, 1942.

SUMÁRIO

UM PASSADO NOVO PARA UMA HISTÓRIA EM CRISE: REGIONALISMO E FOLCLORISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (1948-1965).....	I
INTRODUÇÃO.....	1
O REGIONALISMO E A HISTORIOGRAFIA.....	1
PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.....	7
DAS RAZÕES DO OBJETO.....	12
O INEDITISMO DO FOLCLORE NA HISTÓRIA DOS ITINERÁRIOS INTELECTUAIS.....	15
METODOLOGIA.....	21
ESTRUTURA DA TESE.....	29
CAPÍTULO I.....	35
MALSINADO E AMBÍGUO: A “LONGA DURAÇÃO” DO REGIONALISMO GAÚCHO.....	35
1.1. HISTÓRIA CULTURAL, NA FRONTEIRA ENTRE O SOCIAL E O POLÍTICO.....	35
1.2. A MEMÓRIA DO LUGAR E OS LUGARES DA MEMÓRIA.....	43
1.3. HISTÓRIA, LITERATURA E FOLCLORE SOB O SIGNO DA ANCESTRALIDADE.....	49
1.4. UM LUGAR DISCIPLINAR PARA A HISTÓRIA LOCAL.....	63
1.5. A MÁ MEMÓRIA DA HISTORIOGRAFIA.....	72
CAPÍTULO II.....	83
SOB O SIGNO DA FRONTEIRA: A GAUCHESCA “DE TRÊS BANDEIRAS”.....	83
2.1. O TRABALHO INTELECTUAL, TRANSNACIONAL E PRESCRITIVO DE SINGULARIZAÇÃO CULTURAL.....	83
2.2. REGIONALISMO, MODERNISMO E CENTRALIZAÇÃO CULTURAL.....	89
2.3. A “ARCÁDIA CRIOLA” ENTRE O BRASIL E O PRATA.....	100
2.4. O “AUTÊNTICO” E O “POPULAR” NA GAUCHESCA SATÍRICA.....	115
2.5. DE PÁRIA A SENTINELA: O GAÚCHO DA HISTÓRIA BRASILEIRA.....	122
CAPÍTULO III.....	137
UMA CIÊNCIA DAS PROVÍNCIAS: O PROJETO INTEGRADOR DA CNFL.....	137
3.1. OS FRONTS DA MOBILIZAÇÃO.....	144
3.2. FOLCLORE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL.....	156
3.3. INTEGRAR PARA CONHECER, CONHECER PARA PRESERVAR.....	178
3.4. GILBERTO FREYRE E O FOLCLORE.....	198
3.5. O FOLCLORE, AS “PROVÍNCIAS” E AS ALTERNATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA SOCIAL NO BRASIL.....	210
CAPÍTULO IV.....	234
FOLCLORE E REGIONALISMO: A CONCORRÊNCIA COM O NORDESTE.....	234
4.1. O PROGRESSO COMO DECADÊNCIA: CRISE ECONÔMICA E FRUSTRAÇÃO POLÍTICA.....	239
4.2. UMA CULTURA AMEAÇADA.....	248
4.3. O ISOLAMENTO DA PROVÍNCIA E A DISTÂNCIA DO NORDESTE.....	257
4.4. EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO.....	267
4.5. A CEF COMO EMPRESA HISTORIOGRÁFICA.....	280
4.6. O ESTADO DA ARTE NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO.....	289
4.7. A RETOMADA DO DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.....	298
CAPÍTULO V.....	309
ENTRE A “BELEZA DO MORTO” E OS “EXCESSOS” DOS VIVOS: FOLCLORISMO E TRADICIONALISMO.....	309
5.1. FOLCLORE PARA AMERICANO VER: O 35.....	316
5.2. NA TRILHA DA ERUDIÇÃO.....	333
5.3. A DIÁSPORA ENTRE TRADICIONALISTAS E ERUDITOS DO FOLCLORE.....	342
5.4. EXCELÊNCIA EM TRADIÇÃO: O ITF.....	369
5.5. O IHGRS EM CRISE: O CASO SEPÉ.....	380
CONCLUSÃO.....	404
BIBLIOGRAFIA.....	423

CORPUS DOCUMENTAL.....	437
SINOPSE DA MONTAGEM.....	437
ARQUIVOS PESQUISADOS:.....	443
FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	445
PERIÓDICOS.....	449
DOCUMENTOS OBTIDOS NA INTERNET:.....	460
OUTROS DOCUMENTOS.....	461
ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS:.....	462
ARQUIVO MORTO - ITF.....	463
ARQUIVO UNESCO.....	464
CORRESPONDÊNCIA DO MJC/CEF/DANTE DE LAYTANO.....	467
APÊNDICE	469
DADOS BIOGRÁFICOS E PRODUÇÃO DE SÓCIOS DA CEF, FOLCLORISTAS DO ITF E FUNDADORES DO TRADICIONALISMO.....	469
DESTINO DO “GRUPO DOS OITO PIONEIROS”	517
ANEXOS.....	524

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – AFILIADOS À COMISSÃO ESTADUAL DE FOLCLORE DO RS (CEF) EM PORTO ALEGRE (1948-1965), SEGUNDO FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL, ANO DE NASCIMENTO, OCUPAÇÃO, PRÊMIOS E TÍTULOS RECEBIDOS E CARGOS RELEVANTES OCUPADOS.	525
QUADRO 2 – REPRESENTAÇÃO DA CEF NO IHGRS.....	535
QUADRO 3 – ENCONTROS PROMOVIDOS PELA CNFL (1948-1965).....	536
QUADRO 4 – CONGRESSOS TRADICIONALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (1954-1965).....	537
QUADRO 5 – ARTIGOS PUBLICADOS PELA CEF – RS.....	538
QUADRO 6 – PRODUÇÃO DE AUTORES VINCULADOS À CEF, POR REVISTA E ANO DE PUBLICAÇÃO (1945-1965).....	539
QUADRO 7 – PUBLICAÇÕES DE FOLCLORISTAS DE OUTROS ESTADOS, POR REVISTA E ANO DE PUBLICAÇÃO (1945-1965).....	551
TABELA 1 – SÓCIOS DO IHGRS (1920-1981).....	529
TABELA 2 – NÚMERO DE ARTIGOS DE AUTORES VINCULADOS À CEF, POR REVISTA DE PUBLICAÇÃO.....	548
GRÁFICO 1 – ENTRADA DE SÓCIOS NO IHGRS, POR DÉCADA.....	535
GRÁFICO 2 – PUBLICAÇÕES DE AUTORES VINCULADOS À CEF, CÔMPUTO GERAL.....	549
GRÁFICO 3 – CATEGORIA OUTROS DO GRÁFICO 2.....	550
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR REVISTA.....	550

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 - REVISTA DO GLOBO, MANIFESTO DOS INTELLECTUAIS. REVOLUÇÃO DE 1930.....	552
FIGURA 2 – DANTE DE LAYTANO, NA BIBLIOTECA DE SUA RESIDÊNCIA.	553
FIGURA 3 GUILHERMINO CÉSAR.....	553
FIGURA 4 MOYSÉS VELLINHO	554
FIGURA 5 MANSUETO BERNARDI.....	554
FIGURA 6 DA ESQUERDA PARA A DIREITA: MANOELITO DE ORNELLAS, MENOTTI DEL PICHIA E CASSIANO RICARDO. FOTO PUBLICADA NA REVISTA DO GLOBO, 1929.....	555
FIGURA 7 LIVRARIA DO GLOBO. PORTO ALEGRE, 1922.....	555
FIGURA 8 PORTO ALEGRE, 1945. O GRUPO DA EDITORA GLOBO COMEMORA, EM CASA DOS LAMBIASE, O LANÇAMENTO DA REVISTA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. NA CABECEIRA DA MESA, HENRIQUE BERTASO. À DIREITA DESTA, MOYSÉS VELLINHO E DANTE DE LATYANO (EM PÉ).....	556
FIGURA 9 ANÚNCIO DE LANÇAMENTO DA COLEÇÃO PROVÍNCIA, PUBLICADO NA REVISTA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, 1947.....	556
FIGURA 10 O GRUPO DO 35. À ESQUERDA, ANTÔNIO CÂNDIDO, PATRÃO. REVISTA DO GLOBO, 1948.....	557
FIGURA 11 PAIXÃO CÔRTEZ, 1948.....	557
FIGURA 12 BARBOSA LESSA, 1948.....	557
FIGURA 13 – III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE, PORTO ALEGRE, 1950.	558
FIGURA 14 III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE. PORTO ALEGRE, 1950. “FESTA NO GALPÃO”, ESPETÁCULO APRESENTADO PELO 35 CTG.....	558
FIGURA 15 III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE. PORTO ALEGRE, 1950. EXPOSIÇÃO DE ARTE POPULAR.....	559
FIGURA 16 RENATO ALMEIDA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE.....	559
FIGURA 17 SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE. CECÍLIA MEIRELES FAZ O RELATÓRIO DO ENCONTRO.....	560

ABREVIATURAS E SIGLAS

AMJC – Arquivo do Museu Julio de Castilhos

AMJC CE – Arquivo do Museu Julio de Castilhos, Correspondência Expedida

AMJC CR – Arquivo do Museu Julio de Castilhos, Correspondência Recebida

BAM – Biblioteca Amadeu Amaral

CEF – Comissão Estadual de Folclore

CNDF – Campanha Nacional de Defesa do Folclore

CNFL – Comissão Nacional de Folclore

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

ICOM – International Council of Museums

IEL – Instituto Estadual do Livro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGRS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

ITF – Instituto de Tradição e Folclore

MARGS – Museu de Artes do Rio Grande do Sul

MJC – Museu Julio de Castilhos

PSP – Revista Província de São Pedro

RIHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

RMJC – Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

SEC – Secretaria de Estado da Educação e Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

Este trabalho analisa a articulação entre o desenvolvimento de saberes locais e o pertencimento territorial no Rio Grande do Sul, examinando a participação gaúcha no autodenominado *Movimento Folclórico Brasileiro*, entre as décadas de quarenta e sessenta. O grupo de participantes locais é dividido em duas categorias de folcloristas, situados em posições desiguais nas hierarquias nacional e regional de autoridade intelectual, bem como na escala social entendida de uma forma mais ampla. Distribuem-se, no primeiro pólo, os **folcloristas do tradicionalismo** – compostos de jovens agitadores culturais entre vinte e trinta anos, iniciantes em pesquisa folclórica, fundadores ou incorporados ao grupo de oito estudantes que, ao final dos anos quarenta, passou a se dedicar à fabricação sistemática de rituais e *tradições* criadas para serem encenadas nos **Centros de Tradições Gaúchas** (CTGs). Na outra ponta de interesse estão os **folcloristas polígrafos**, grupo de intelectuais e artistas já renomados e mais velhos, iniciados nos afazeres culturais nos anos vinte. Consócios das principais academias de eruditos no estado, eles integravam a lista de filiados à **Comissão Estadual de Folclore** (CEF), organização para-governamental fundada em Porto Alegre, em 1948 e representante oficial da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) no Rio Grande do Sul.

A abordagem estrutura-se em dois planos: o primeiro, referente às condições do alistamento desses grupos à campanha folclórica praticada no país; o segundo, aos embates e alianças firmados entre folcloristas do tradicionalismo e os sócios da Comissão, pela definição de um projeto de memória *regional* assente com o que julgavam ser os imperativos políticos e corporativos do momento. Ao longo da análise, são retrçados os itinerários percorridos na conversão de estudantes tradicionalistas para estudiosos, e de estudiosos da história e da literatura em especialistas do folclore, avaliando os lugares e posições que vieram a ocupar no circuito cultural, a adoção de referenciais teóricos e os meios de consagração disponíveis no universo acadêmico da época. O exame dessas trajetórias reporta à variedade de conformações dadas à *região*, segundo a ênfase repouse no modo de vida da campanha ou na diversidade das paisagens que a compõem. Mas também à significação, para elite cultural de então, do aparecimento de novos concorrentes no aparelho burocrático de gerenciamento da cultura. Desiguais em autoridade e posição social, a assimetria dos dois grupos nas esferas regional e nacional de reconhecimento mútuo é, portanto, a base sobre a qual os atores conceberão distintamente a própria ancestralidade, sua atividade profissional e a finalidade social dos estudos de Folclore.

ABSTRACT

Taking the articulation between the local-knowledge development and territorial-belonging as object, this work searches to delineate the "gaucho" participation in the known Brazilian's Folklore Movement, with the national leadership of the "Comissão Nacional de Folclore" (National Commission on Folklore - CNFL), hosted in "Ministério das Relações Exteriores" (Ministry of International Relations) presided over by Renato Almeida between 1948 and 1965. The group of local participants is divided in two different categories of "folcloristas", placed in different ranks in national and local hierarchies of intellectual authority as well as in the broader social structure. In one side, we found the "folcloristas do tradicionalismo" – a group of young cultural agitators, in their twenties or thirties, beginners in the research on folklore, founders or followers of the group of eight students which in the late forties, dedicate themselves to the systematic fabrication of rituals and traditions created to be staged and performed in the Centros de Tradição Gaúcha (Centers of Gaucho Traditions - CTG). In the other side, we situated the "folcloristas polígrafos", a group of already famous and elder intellectuals and artists, working in the cultural business since the twenties. Associates of the main academies of scholars of the state, they were members of "Comissão Estadual de Folclore (State Commission on Folklore - CEF)" – a non-governmental organization established in Porto Alegre in 1948 and official representative of the National Commission on Folklore.

Using as reference the recognition network built in this period (198/65), the approach is articulated in two levels: first, the conditions of the enlistment of gauchos to the "campanha folclórica" as was performed in the whole country; second, the struggles and alliances established between "folcloristas do tradicionalismo" and the members of the State Commission on Folklore, for the definition of a local memory project that fit what they conceived to be the political and corporative imperatives of that time. We analyze the itineraries of conversion from "folklore students" into scholars; from history and literature scholars into folklore specialists, by delineating and evaluating the places and positions occupied in the cultural circuit, as well as observing the theoretical references and consecration means available in the academic logics of the time. The analysis of these trajectories indicates to the variety of meanings given to the *region*, according to the emphasis on the country's way of life or on the diversity of the landscapes that compose it. But also reveals the meaning – in the cultural elite's point of view - of new adversaries in the publishing market, in the folklore conferences and in the bureaucratic apparatus of culture management. Unequal in authority and social status, the asymmetry of the two groups in the diverse spheres of mutual recognition is, therefore, the base on which the actors will conceive in many ways their proper ancestry, their professional activity and the social purpose of the Folklore Studies.

INTRODUÇÃO

“(…) vivemos um momento em que se tratava de instalar as disciplinas, as quais ainda não estavam caracterizadas de maneira específica. (...) Mas o meu grupo pertence a uma fase prévia. Não é que sejamos melhores ou piores, que representemos um espírito mais amplo; é que éramos o começo, e no começo os gatos são pardos.”

(Antônio Cândido. Entrevista a Gilberto Velho e Ivone Leite. In: *Cientistas do Brasil*, 1993).

O Regionalismo e a Historiografia

As trocas culturais e políticas entre o Rio Grande do Sul e o Brasil foram o mote da reflexão de gerações de pesquisadores que atuaram em fases muito distintas do desenvolvimento da pesquisa social no país e, claro, no estado sul-riograndense. Nesse percurso, o *regionalismo gaúcho* figurou como uma temática clássica, tão assídua quanto controversa, e que, sobretudo nos anos oitenta, gerou uma série de contribuições entre autores dedicados ao assunto. Desde então, práticas e valores associados à heterogeneidade cultural sulina têm sido cercados por diferentes áreas, como a Ciência Política, a Antropologia, a Crítica Literária e a própria História. Neste vasto campo disciplinar, o problema construção de um *caráter regional brasileiro* para o estado figurou, de modo mais direto ou tangencial, em investigações múltiplas, que abrangeram o discurso republicano positivista e as disputas entre oligarquias na Primeira República¹, passando pela delimitação do sul como espaço etnográfico², pela dialética entre tradição e modernidade dentro da voga tradicionalista dos anos oitenta³, além das tendências hegemônicas na literatura e na historiografia local entre o final do século XIX e os anos setenta.⁴

Em que pesem as diferenças teórico-metodológicas entre as disciplinas e mesmo no interior das abordagens históricas, a bibliografia atualmente disponível identifica de forma unânime a recorrente preocupação, por parte das elites locais, com “revelar” as características “originais” do Rio Grande do Sul e os

¹ Ver principalmente Love (1975), Fonseca (1983), Pinto (1986) e Antonacci (1993).

² Ver Leal (1997) e Maciel (1997).

³ Ver Oliven (1990, 1992a e 1992b), Maciel (1984 e 1994).

⁴ Quanto à historiografia, ver Gonzaga et alli (1980), Almeida (1983 e 1985), Gutfreind (1989 e 1995), Torres, (1998 e 2001) e Piccolo, 1995. Quanto à Literatura, ver Masina e Appel (2000); Bittencourt (2000); Zilberman (1998 [1992]), Hohlfeldt (1998 [1992]); Chaves (1987) e Leite (1978).

“atavismos” definidores de seu tipo humano característico. Tais estudos, junto com outros mais recentes, referidos à história das instituições de saber e de memória⁵, demonstram que a idéia de especificidade informou tradições políticas e intelectuais que contribuíram para a reprodução de um modelo de identidade regional particular, ancorado na atribuição de um caráter problemático às relações do estado com o país e na presunção de que sua localização fronteiriça tenha determinado uma profunda diferença face às demais unidades da federação.

Mas, curiosamente, apesar dessa convicção comum, e a despeito do fato de a “identidade regional” ter-se consolidado como um tema central no debate acadêmico atual, dos anos noventa em diante faz-se cada vez mais rara a freqüência do termo *regionalismo* nesses estudos. À exceção dos antropólogos e teóricos da literatura, que continuam a designar com essa mesma palavra um fenômeno que lhes interessa compreender, parece impor-se entre a comunidade de historiadores uma certa dose de desconfiança para com a expressão. O contraste entre o largo uso, no passado, e o atual descrédito lançado ao “regionalismo” e seu binômio - a “história regional” – é um índice do problema a ser aqui examinado. Significa dizer que para a História, a rarefação desses termos tem ressonâncias autobiográficas, pois que apesar de a categoria ter adquirido, a certa altura, um estatuto conceitual relativamente preciso⁶, esse objeto do conhecimento nasceu antes de tudo como representação – uma espécie de filtro pelo qual os pais tutelares da disciplina orientaram sua relação com o território, com o Estado, com os pares e com seu ofício.

Enquanto instrumento de apreciação da realidade e protocolo de

⁵Refiro-me a Possamay (1998); Giovanaz (1999); e à dissertação de mestrado que antecede este trabalho, Nedel (1999). Possamay (2002) faz um balanço da problemática, baseando-se nesses três trabalhos.

⁶ Love define o “regionalismo” como um comportamento político vinculado às elites, comportamento este que “aceita a existência de um Estado-Nação mais amplo, mas [...] procura o favoritismo econômico e o patronato político da unidade política maior, ainda que sob o risco de comprometer o próprio sistema político.” (Love, 1975:115). Pesavento, (1990) e Gutfreind (1989) fazem recurso à “geografia crítica”, fundada por Milton Santos, e continuada por Maria Silveira Godoy, para definir a história *regional* como “um recorte espacial inserido numa determinada temporalidade” (Pesavento, 1990: 69). Gutfreind, também recorrendo a Godoy, inscreve-a nas relações centro-periferia próprias dos fenômenos de dependência introduzidos pelo sistema capitalista, que submete o espaço geográfico à divisão internacional do trabalho, funcionando como “um princípio ordenador do espaço total com um sistema de tempo em escala mundial [...]” (Silveira Apud Gutfreind,1989: 15). Pesavento, que compartilhava dessa mesma orientação teórica, posteriormente revê suas formulações a respeito. Ver Pesavento (1993).

desvendamento de atributos presumidamente transpostos da *região*⁷ aos saberes formais a ela relacionados, a categoria e seus cognatos se inscrevem no processo mesmo de formação da intelectualidade no Rio Grande do Sul. Como se sabe, esse processo é recente. Desde o aparecimento do Instituto Histórico e Geográfico (IHGRS), em 1920, até décadas depois da criação de cursos superiores de História em Porto Alegre, autores locais, mutuamente classificados como *regionalistas* ou *não-regionalistas*, conciliando suas ocupações entre o jornalismo, o exercício literário e a crítica histórica; entre a direção de instituições, de projetos editoriais e a militância política, criaram e alimentaram uma tradição escrita que, de uma só penada, ditava os cânones de uma estética (o *regionalismo* literário), de uma disciplina (a história *regional*) e de um objeto de conhecimento – os elementos constitutivos de uma identidade *gaúcha* extensível a todos os habitantes do Rio Grande.⁸

À parte as exceções individuais, e falando em termos de geração, é seguro dizer que apenas nos anos setenta a relação especular dos especialistas gaúchos com a matéria de seu interesse começa a ser superada. Um obra assinala essa virada. Publicada em 1980, quatro anos depois da clássica tese de Joseph Love, intitulada *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*, o volume *Cultura e Ideologia* reuniu textos de historiadores e críticos literários em um projeto editorial que se tornaria amplamente conhecido – a Coleção Documenta,

⁷ *Região* aqui é entendida, em conformidade com as formulações de Bourdieu, como um fenômeno de linguagem. Não um conceito, mas uma categoria classificatória ordinária inscrita em uma arena de lutas pela definição de propriedades e sinais (estigmas ou emblemas) ligados à origem, correlatos a determinados lugares de origem. (Bourdieu, 1989: 113). Historicamente, o fenômeno se impõe como derivação do processo de construção dos estados nacionais. Ao projetar uma identidade comum a sujeitos e áreas em princípio heterogêneas, o *regionalismo* figura simultaneamente como uma instância de mediação com a nação e como arma utilizada nas disputas com as outras unidades políticas junto ao poder central. O aparato conceitual em que se baseia esta abordagem não se esgota nesta rápida nota de esclarecimento. Outros aspectos relativos ao instrumental teórico – por exemplo, a função não adversativa do discurso regionalista em relação ao patriotismo nacional – serão discutidos ao longo dos capítulos I e II. Já a metodologia da pesquisa encontra-se especificada ao final desta introdução e na abertura da seção destinada à enumeração das fontes.

⁸ O modelo de produção das chamadas histórias monográficas, em que os contornos de culturas locais eram definidos a partir de circunscrições geográficas e administrativas de estados e municípios, deixou marcas duradouras na geração de historiadores formados à luz das academias de eruditos. Ele preside a convicção, manifestada pelo Diretor do Gabinete de Pesquisa Histórica da UFRGS em pleno limiar da década de oitenta, a respeito dos “benefícios e resultados práticos e teóricos de uma Filosofia da Regionalização da História, [ocupada] com as estruturas do passado como dinâmica do espírito criativo da evolução da história regional, nossa história do Rio Grande do Sul”. (Laytano, 1979: 19).

lançada pela Mercado Aberto de Porto Alegre ao longo daqueles anos. Nessa década, manteve-se a tendência de abordagem dos “dois ramos”, por assim dizer, do fenômeno: um literário, fartamente discutido pelos mestrandos e doutorandos em Letras⁹, outro privilegiado por historiadores e cientistas políticos. Assim, o estudo de Love precede o aparecimento de uma série de trabalhos sobre os confrontos e projetos dos partidos e das elites políticas sul-rio-grandenses na Primeira República¹⁰, enquanto as análises do segundo livro citado abrem a discussão em torno dos mitos unificadores impressos na historiografia e na literatura.¹¹

Porém, essas primeiras revisões não passaram incólumes ao clima de dissensão ideológica reinante ao término de tantos anos de ditadura militar. Uma simples passada de olhos pelos artigos de *Cultura e Ideologia*¹² é suficiente para confirmar a suspeita de que os autores clamavam, em plena campanha pela anistia, pelo rompimento ético com uma tradição literária ali descrita em sentido amplo, e referida como anacrônica e reacionária.¹³ Enquanto os historiadores enumeravam, em tom de denúncia, a função ideológica dos mitos da “produção sem trabalho”, da “democracia rural” e o da “miscigenação que não houve”, correntes nos ensaios

⁹Os anos oitenta marcam o crescimento do interesse dos programas de pós-graduação em Letras pela pesquisa e reconstituição de acervos sobre autores representativos do regionalismo literário no Rio Grande do Sul. Nessa década, a PUCRS iniciou uma safra de dissertações e teses sobre o assunto, enquanto a UCS, Universidade de Caxias do Sul, lançava o projeto “Releitura: Regionalidade e Literatura na América Latina”. Também na USP, pesquisadores saídos do Rio Grande do Sul, como Lígia Chiappini de Moraes Leite e Flávio Loureiro Chaves, fizeram do regionalismo o foco de suas teses de Doutorado. Atualmente, a Escuela de Letras da Universidad de Salvador (Buenos Aires), investe, em convênio com a UCS, na criação de um “Corredor Cultural Gauchesco”, que inclui a organização de conferências e textos de professores rio-grandenses e argentinos sobre as duas tradições gauchescas, brasileira e platina. A propósito, consultar Bertussi, 2002.

¹⁰ Veja-se, além de Dacanal & Gonzaga, (Orgs.), 1993 [1979]; Fonseca, 1983; Pinto, 1986; Félix, 1996 [1987]. Nota-se aqui também o redirecionamento do recorte cronológico adotado pelas análises, pois que na história política até então praticada prevalecia o interesse sobre os séculos XVIII (considerado pelos autores da geração de 1930 o período de “formação do Rio Grande”) e XIX, onde sobressaíram os estudos de Helga Piccolo, professora da UFRGS desde 1959, sobre a política sul-rio-grandense no período imperial.

¹¹ Vide notas 1 e 4.

¹²À exceção do trabalho Nelson Boeira, bastante elucidativo, a respeito das adaptações castilhistas do positivismo de Comte no estado, os demais artigos procuram romper com as “mistificações” do capitalismo pastoril teoricamente propostas por intelectuais “orgânicos” da classe dominante. Neste sentido seguem os textos de Décio Freitas, chamado “O Mito da Produção sem Trabalho”, de Sergius Gonzaga, “As Mentiras sobre o Gaúcho, primeiras contribuições da literatura”, de José Hildebrando Dacanal, “A Miscigenação que não houve” e de Sandra Pesavento, “Historiografia e Ideologia”.

¹³José Hildebrando Dacanal, um dos autores de *Cultura e Ideologia*, quando mais tarde foi chamado a participar da coleção *Nós, Os Gaúchos*, certificou o estado de litígio entre os novos e velhos autores. Ver Dacanal (1995: 81).

históricos, teóricos da Literatura também ocupados com “as mentiras sobre o gaúcho” reviravam o baú literário da *provincia* atrás de alguma veste de modernidade, mas o que encontravam era a marca localista e conservadora da ficção *regionalista* produzida no Rio Grande do Sul. À exceção de Simões Lopes Netto, os contistas da “fase modernista” ter-se-iam mantido presos à paisagem e à descrição dos costumes, quase sempre rurais, assumindo a preferência típica de uma escola que, sem fazer recurso à ação dramática, permanecia distante dos avanços anunciados pela Semana de 1922.¹⁴ Ao retrazar sua própria genealogia, essa primeira geração de estudiosos pós-graduados forneceu, dessa forma, mais um contraponto aos antecessores do que uma tentativa de compreender o tipo e o grau de legitimidade desfrutado pela sua produção.

As contribuições que de fato romperam com o compromisso denunciatório – e, portanto, com o modelo de apreensão realista do fenômeno em questão – vieram antes da Antropologia, com o aparecimento dos trabalhos de Ruben Oliven (1984, 1990, 1992a, 1992b) e de Maria Eunice Maciel (1984) – o primeiro sobre as tensões internas ao discurso de exaltação sul-rio-grandense e o papel mediador desempenhado pelos *regionalismos* na construção da nacionalidade brasileira; o segundo sobre os espaços de sociabilidade e o público consumidor de produtos derivados da indústria cultural gauchesca.¹⁵ Um pouco mais tarde, já anos noventa, a compreensão do Rio Grande do Sul como área cultural derivou em uma interrogação sobre o passado da própria Antropologia, trabalhando-se então a delimitação do estado como um campo etnográfico *pari passu* ao desenvolvimento da pesquisa pré e pós universitária de cunho etnológico.¹⁶ Os resultados desses estudos mostraram a contumácia com que se registrava a área sulina como um território a um só tempo radicalmente distinto e umbilicalmente integrado ao

¹⁴ Este é o argumento central da tese doutoral defendida por Lígia Chiappini de Moraes Leite, na USP. Ver Leite, 1978.

¹⁵ Na mesma época – primeira metade dos anos oitenta – cria-se, com a orientação de Ruben Oliven no PPG de Antropologia da UFRGS, uma linha de pesquisa voltada ao estudo da produção das identidades culturais no Rio Grande do Sul – hoje a cargo de Maria Eunice Maciel.

¹⁶ Tratava-se de um projeto institucional de pesquisa integrado ao Laboratório de Antropologia Social da UFRGS. Desenvolvido a partir de 1990, teve a coordenação revezada entre os professores Ruben Oliven, Maria Eunice Maciel e Bernardo Lewgoy. Os resultados saíram em *Horizontes Antropológicos*. Histórias da Antropologia. Porto Alegre: UFRGS; PPGAS, nº 7, nov. 1997, 362p. Depois disso, ao que se sabe, encerraram-se as publicações a respeito, e o projeto que era de pesquisa, hoje se destina à construção de um acervo documental sobre a história da Antropologia naquela universidade.

restante do país.¹⁷

Voltando à História, embora o problema das tentativas de integração regional aos modelos de representação da cultura brasileira sempre seja suscitado à leitura de fontes bibliográficas, as análises mais diretamente envolvidas com a historiografia pouco têm se perguntado sobre as identidades sociais dos autores, ou sobre os dispositivos institucionais encontrados para o desempenho de seu *métier*. No Rio Grande do Sul, as formas de auto-representação desenvolvidas em um território situado entre dois impérios coloniais freqüenta diferentes áreas de concentração e formas de abordagem, entre as quais figuram trabalhos ocupados do trânsito e da delimitação de fronteiras na América do Sul nos séculos XVIII e XIX¹⁸ e, na perspectiva da chamada História Cultural, as modalidades narrativas e formas de sensibilidades ligadas à construção imaginária da sociedade “gaúcha”¹⁹.

Quanto às instituições de ensino superior em História, a pesquisa de Rodrigues (2002) é a primeira investigação voltada especificamente ao tema. A autora examina as transformações trazidas pela universidade no cenário institucional de produção historiográfica, dentro do recorte 1943-1950, período que compreende os primeiros oito anos de funcionamento do curso de Geografia e História, na fase anterior à federalização da URGS (1950). Isoladamente, Odaci Coradini (2003) lançou uma reflexão importante, desenvolvida à luz da antropologia política, sobre as concepções de cultura e de política que orientaram projetos e trajetórias de intelectuais sul-rio-grandenses, entre os anos 1920 e 1960.

¹⁷Nas décadas de quarenta e cinquenta o Rio Grande do Sul foi considerado um campo propício de trabalho etnográfico, foco da atenção de pesquisadores estrangeiros e nacionais. Além de Melville Herskovits e Roger Bastide, que analisaram as particularidades das modalidades religiosas afro-americanas existentes no estado, Fernando Henrique Cardoso fez, em sua bem conhecida obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, um estudo de caso para a análise da transição do sistema escravocrata para o sistema capitalista no Brasil. Thales de Azevedo e Gilberto Freyre também publicaram textos sobre aspectos específicos da formação histórico-cultural do estado – o primeiro, em um artigo em que procura descrever e classificar as áreas culturais internas à região sul. O segundo, teorizando sobre os modos de integração à formação luso-brasileira. Ver Azevedo, 1944 e Freyre, 1940; 1943 e 1946.

¹⁸ Destacam-se, entre essas abordagens, os trabalhos de César Augusto Barcellos Guazzelli (2000a, 2002b e 2001/2002), que apesar de se referirem a um recorte cronológico distinto do que é aqui utilizado, aportam questões relevantes sobre os empréstimos de símbolos de distinção política entre partidos do Rio Grande, Uruguai e Argentina, além das composições do gaúcho criadas nas diferentes tradições literárias gauchescas (brasileira e platina). Essas questões serão referidas ao longo do segundo e quarto capítulos.

¹⁹ Cf. Pesavento, 1993, 1995, 2000 e 2001.

Problemática e Objetivos

Ao incorporar o problema da articulação entre o desenvolvimento de saberes locais e o pertencimento territorial como objeto de análise, este trabalho, em particular, tem a ambição de integrar algumas dessas linhas de discussão, levando-as para a história da produção e da circulação dos intelectuais no Rio Grande do Sul, entre 1948 e 1965. Neste caso, o foco central da pesquisa repousa na atuação de um grupo ainda pouco estudado, embora extremamente diligente na formulação de atributos simbólicos demarcadores do que é ser sul-rio-grandense: os folcloristas. Trata-se de explorar aqui, através de um meio específico tomado do conjunto social, esta figura mediadora do “intelectual de província”, que, dentro de um código de conduta e de linguagem delimitado e reconhecido pelos pares, atua ao mesmo tempo como produtor e consumidor de classificações identitárias feitas para serem amplamente partilhadas, e que serão veiculadas pelos livros, pelas instituições de saber e de ensino, pelos rituais cívicos e pela máquina burocrática de gestão da memória e da cultura.

Situados simultaneamente nos domínios da cultura e da política como “sujeitos portadores” (Pécaut, 1990) das propriedades de origem da *região*, os intelectuais gaúchos dos anos cinquenta trataram de restabelecer pela erudição folclórica os termos das relações entre as partes da nação e seu conjunto, dando assim continuidade a uma tarefa iniciada ainda no século XIX pelas elites políticas letradas liberal e republicana. Dispostos a reparar o que consideravam o “precário” acervo folclórico do estado em relação ao que já havia sido coletado em Pernambuco, Bahia e São Paulo – e a reverter, desse modo, a presumida baixa estima dos críticos do centro do país para com a produção cultural sulina – eles agiram em colaboração tática e disputa permanente com as elites culturais do centro e de outras partes do Brasil.

Mas, apesar de nutrirem um interesse comum pelas “coisas do Rio Grande”, estarem engajados na divulgação do que pensavam ser a *autêntica cultura regional* e participarem de um mesmo movimento em prol da preservação e levantamento localizado do patrimônio folclórico brasileiro, os folcloristas tratados neste estudo estão longe de constituir uma parcela homogênea da comunidade intelectual sul-rio-grandense. Na verdade, eles podem ser divididos

em pelo menos dois outros grupos menores, divergentes entre si. As divergências dizem respeito ao significado de categorias centrais à investigação folclórica (como, por exemplo, o juízo de *autenticidade* implicado na definição de “fato folclórico”), aos projetos de retratação *regional* que defenderam e, sobretudo, aos recursos sociais e intelectuais de que dispunham para fazê-lo.

Tomando por referência, além dos critérios mencionados acima, as redes de reconhecimento montadas ao longo de sua atuação no período em questão, a análise proposta nesta tese é construída em torno de duas categorias de folcloristas, situados em posições desiguais nas hierarquias nacional e regional de autoridade intelectual. Distribuem-se, no primeiro pólo, os *folcloristas do tradicionalismo* – grupo composto de jovens agitadores culturais entre vinte e trinta anos, recém-egressos do interior do estado, procedentes de famílias remediadas residentes em pequenas cidades de antigas zonas de criação pecuária. Iniciantes em matéria folclórica, eles eram fundadores ou incorporados ao grupo de oito estudantes²⁰ que, ao final dos anos quarenta, passara a se dedicar à fabricação sistemática de rituais e *tradições* criadas para serem encenadas nos *Centros de Tradições Gaúchas* (CTGs) – espaços de celebração e demarcação identitária que ainda hoje conferem materialidade ao imaginário gauchesco.

Depois de se lançarem ao reconhecimento público pela organização de piquetes e desfiles a cavalo em cerimônias oficiais alusivas à independência nacional e à Revolução Farroupilha, de imediato o pequeno grupo encontrou meios de se fazer conhecido como vanguarda de um movimento de massas, cujo marco inicial seria retrospectivamente delimitado em torno da fundação do primeiro CTG - o “35”, criado em Porto Alegre em 1948, por escoteiros e alunos do Colégio Julio de Castilhos.²¹ Maior projeção seria alcançada ao longo da década de cinquentas, enquanto produziam – além de uma série de pesquisas,

²⁰Hoje conhecido como o “grupo dos oito”, formado por Cyro Dutra Ferreira, João Machado Vieira, Fernando Machado Vieira, Antônio João Sá de Siqueira, Ciro Dias da Costa, Cilso Campos e Orlando Jorge Degrazia, liderados por João Carlos Paixão Cortes – à época Presidente Grêmio Estudantil do Colégio Julio de Castilhos – e aos quais juntou-se, em 1948, Barbosa Lessa, logo consagrado como ideólogo do movimento. Cf. Cortes (1994: 75) e Ferreira (1987: 27).

²¹ O episódio normalmente aceito como mito original do movimento é a organização (ainda em 1947) de uma guarda cavalariana de honra – incluída pela Liga de Defesa Nacional nas festividades da Semana da Pátria, por ocasião do traslado dos restos mortais de David Canabarro de Livramento para a capital. Não obstante, todos os autores concordam que somente a partir da criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (o 35 CTG) é que o *tradicionalismo* se expande e se consolida. Cf. Oliven (1990; 1992a) e Maciel (1984).

publicações e artigos sobre folclore – bailes gauchescos e espetáculos desse gênero, nos quais atuavam como dançarinos, atores, músicos e animadores, e que eram regularmente apresentados em congressos de *tradicionalismo* e de folclore, ou ainda em temporadas nos teatros das capitais brasileiras e do interior do estado. Afora isso, também circularam pelos ramos da publicidade, do jornalismo e nos meios radiofônico e fonográfico, tendo prestado assessoria em “assuntos gauchescos” a cineastas e artistas plásticos interessados em incorporar a cultura local a seu repertório imagético.

Reputados como a força motriz que teria originado a disseminação de outros CTGs pelo estado (e, um pouco mais tarde, pelo país afora), na mesma década esses e outros *tradicionalistas* intensificaram esforços por adquirir, ademais do reconhecimento público às suas confessadas intenções patrióticas, o capital social e conhecimento técnico necessário à conquista de um espaço institucional de atuação, a ser concretizado por meio da aproximação com a classe política e de eruditos locais. Se a condescendência com que alguns nomes de maior expressão viram o fervor comemorativo do movimento se converter em curiosidade científica frustrou, por vezes, a expectativa daqueles jovens de conquistarem a condição de pares de autores regionalmente destacados, a intenção de exercerem um certo “tradicionalismo especializado” não deixou de ser amplamente recompensada, sobretudo fora do circuito acadêmico da época. A começar pelos meios de comunicação, nos quais em meados dos anos cinquenta Antônio Augusto Fagundes, Carlos Galvão Krebs, Luis Carlos Barbosa Lessa, Paixão Cortes e Glaucus Saraiva já participavam de programas de rádio destinados à propaganda *tradicionalista* e ao entretenimento folclórico, tendo ainda nos jornais de grande circulação, como “Diário de Notícias”, “A Hora” e “Jornal do Dia”, garantida a publicação regular de artigos, entrevistas e cartas abertas em colunas especializadas nas matérias *regionalismo e tradição*.

Outra duradoura recompensa viria do governo estadual, que incorporou os rituais de “projeção folclórica” inventados por eles às cerimônias cívicas oficiais. Simultaneamente ao alinhamento do culto à tradição com a pesquisa do folclore, o movimento ingressa na máquina pública, sendo-lhe concedida uma instituição predestinada a servir de abrigo e lugar de formação técnica para seus praticantes: o

Instituto de Tradições e Folclore (ITF).²² Ali o diretor Carlos Galvão Krebs criará, dez anos mais tarde (em 1965), o primeiro curso de graduação em Folclore do estado – a Escola Superior de Folclore (ESF), dirigida à formação de professores para o ensino básico.

Na outra ponta de interesse estão os *folcloristas polígrafos*, grupo de intelectuais e artistas já renomados e mais velhos, iniciados nos afazeres culturais na mesma década em que os concorrentes mais novos vinham ao mundo, os anos vinte. Consócios das principais academias de eruditos, eles integravam a lista de filiados à **Comissão Estadual de Folclore (CEF)**, organização paragovernamental fundada em Porto Alegre, em 1948, por um membro do IHGRS. Todos mantinham relações próximas, cordiais ou não, com o Secretário da Comissão: o conhecido historiador, professor dos principais colégios da cidade, dos cursos superiores de Geografia e História na UFRGS e PUCRS, funcionário e futuro diretor do Museu Julio de Castilhos (MJC), Dante de Laytano.²³

Oficiosamente sediada no MJC²⁴ e representante oficial da Comissão Nacional de Folclore²⁵ (CNFL) no Rio Grande do Sul, a Comissão Gaúcha saiu

²² Hoje Fundação Instituto Gaúcho de Tradições e Folclore. A direção dessa instituição sempre foi ocupada por tradicionalistas. No período de 1955 a 1965 se alternaram Carlos Galvão Krebs e Antônio Augusto Fagundes, ex-auxiliar técnico do primeiro. Outros tradicionalistas foram, mais tarde, chamados a dirigir o órgão, como Paixão Cortes, Bagre Fagundes – irmão de Antônio Augusto – Glaucus Saraiva e Barbosa Lessa, que também foi Secretário de Cultura do estado no governo Amaral de Souza (de quem havia sido colega na Faculdade de Direito da UFRGS).

²³ Dante de Laytano ingressou no IHGRS em 1936, um ano depois de participar do III Congresso de História e Geografia, promovido em alusão ao centenário da Revolução Farroupilha pelo Instituto Histórico local e pela Secretaria Estadual de Educação e Saúde. Na ocasião, recebeu menção honrosa pelo trabalho *Introdução ao Estudo do Presídio de Torres e sua Evolução Histórica*. Desse mesmo ano data a publicação de seu primeiro livro de pesquisa, intitulado *História da Revolução Farroupilha*, editado pela Livraria do Globo. Dois anos antes, em 1934, recebera de Alcides Maya (então diretor do MJC) o convite para ser funcionário do Museu Julio de Castilhos. Laytano foi então cedido pela justiça (era Promotor Público em Rio Pardo) para trabalhar como 1º oficial da instituição. Em 1952 assume a direção, em substituição a Emilio Kemp, permanecendo nela até 1960, quando se aposenta do serviço público estadual. Maiores detalhes sobre a trajetória profissional de Laytano constam em Nedel, 1999 e, em versão abreviada, no Apêndice deste trabalho.

²⁴ A sede oficial da CEF, segundo consta nas folhas de rosto dos boletins da Comissão, era a Faculdade de Filosofia da UFRGS. No entanto, o museu era a “sede” de fato. Ali eram cumpridas as tarefas cotidianas, como reuniões, atualização da correspondência com secretários de outras comissões, acordos com gráficas e editoras, compras de livros para pesquisa etnográfica, entre outras atividades. Ao que tudo indica, até os anos sessenta, quando Laytano se aposenta do serviço público estadual, a ocupação da universidade pela CEF ficou restrita aos eventos de maior porte, como os Congressos e Semanas Nacionais de Folclore, ou as cerimônias de recepção a intelectuais de outros estados, de passagem pelo Rio Grande do Sul.

²⁵ Criada em 1947 como um dos comitês temáticos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) – representante brasileira na UNESCO –, com sede no Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. O IBECC surgiu com a assinatura, em 1946, da convenção

seis anos à frente do ITF, figurando como articuladora direta do chamado “Movimento Folclórico Brasileiro” no estado – graças, em parte, às relações de amizade entre os presidentes da Comissão Estadual e Nacional. A CNFL, por sua vez, era o órgão central de articulação do *folclorismo* no país – movimento que fora oficializado um ano antes da CEF, em 1947, sob a presidência de Renato Almeida. Herdeiro declarado de Graça Aranha, Almeida reivindicou publicamente uma herança intelectual “modernista” para o empreendimento que, também segundo outros integrantes renomados, como Édison Carneiro, teria sido uma concretização dos planos de “pesquisa em equipe” acalentados por Mário de Andrade e Amadeu Amaral, na década de vinte.

A missão da CNFL era a de institucionalizar os estudos e a proteção do folclore no país, promovendo sua incorporação na esfera governamental e nas universidades. Esse projeto, acalentado em um momento de transição dentro do desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras, exerceu uma atração especial sobre autores polígrafos dos estados, chamados a participar de um programa que tinha entre suas principais metas a execução de um inquérito folclórico nacional e a preservação das heranças folclóricas regionais. O antropólogo Luís Rodolfo Vilhena, autor de um trabalho pioneiro voltado a essa movimentação, mostra que, entre os compromissos doutrinários firmados pelos gestores do *folclorismo*, o último deles remete a uma inovação introduzida no cenário institucional da época. Trata-se do estímulo à criação de “museus folclóricos locais” e “comissões regionais” em todas as unidades membros da federação, mediante o comprometimento dos Secretários-Presidentes com agregar outros sócios correspondentes nos municípios. Com tal estratégia, a Comissão Nacional procurava alcançar o *locus* “provincial” das manifestações folclóricas e operar dentro de um quadro federalizado, capaz de alcançar os esforços até então isolados de estudiosos espalhados pelas capitais e interior. (Vilhena, 1997: 94)

No que diz respeito às condições locais de desenvolvimento dessa missão, surpreende que, apesar de o Rio Grande do Sul ter sido um dos estados que mais

internacional que criou a UNESCO. Esta definia que cada país membro deveria criar comissões ou organismos Nacionais de cooperação, atuando com capacidade consultiva junto à Conferência Geral, e cujos delegados funcionariam como agentes de ligação nos assuntos a que se referissem as comissões. O Brasil foi o primeiro país a atender a cláusula, em 13 de julho de 1946. (Cf. Vilhena, 1997: 94).

demonstraram interesse pela causa – situando-se a sua Comissão como a terceira colocada entre todas as demais em número de publicações nos cadernos da CNFL²⁶ – esse engajamento tenha passado despercebido dos historiadores da atualidade. Ele não apenas permanece inédito como tema de investigação (o que em si não seria surpreendente, já que há tanto a pesquisar), como jamais foi sequer referido em algum texto acadêmico, mesmo naqueles que utilizaram fontes bibliográficas produzidas pelos protagonistas.²⁷ Um dos objetivos desse estudo é explorar os fatores determinantes de tamanho interesse por parte dos autores da época, e da desatenção dos que lhes sucederam nas universidades.

Das Razões do Objeto

Razões de ordem pessoal e profissional levaram-me a fazer do embate entre folcloristas da Comissão Gaúcha de Folclore e do *movimento tradicionalista* o tema de uma tese. No que respeita às primeiras, deixarei de lado os motivos mais remotos que teriam levado uma historiadora gaúcha a se perguntar sobre a contribuição de alguns pares (ainda que distantes) para constituição da memória que sustenta uma identidade na qual a própria autora foi socializada. Como uma resposta direta a essa pergunta tomaria ares confessionais pouco tolerantes às racionalizações acadêmicas, é preferível que o significado de “interesse pessoal” se traduza em juízo historiográfico, e que os resultados teóricos da investigação empírica sirvam de esclarecimento.

Ainda assim, é preciso contar um pouco da experiência de pesquisa que antecede e acompanha este trabalho, até para que se compreendam suas ambições e limites. Cabe lembrar então que a atenção à Comissão Gaúcha de Folclore e aos folcloristas do *tradicionalismo* secundou um interesse anterior pelo Museu Julio de Castilhos, despertado no decurso das atividades de técnica científica que

²⁶Atrás das comissões de São Paulo e Bahia. Dois historiadores-fundadores da CEF – Dante de Laytano e Walter Spalding – também aparecem entre os dez autores com maior número de comunicações, com sete artigos publicados cada um. Os dados constam em VILHENA (1997: 302).

²⁷ A exceção é a sintética análise de aspectos presentes na obra de Laytano feita pela antropóloga Dayse Barcellos (1997). Em que pese seu caráter preliminar, o estudo de Barcellos tem o mérito de relacionar a atuação de Laytano para além de seu posicionamento dentro do IHGRS, ligando-o aos estudos de Folclore e à expansão do Movimento Tradicionalista nos anos cinquenta. As conclusões da autora também vão ao encontro das deste trabalho, quando identificam-no como um entusiasta da aplicação de parâmetros culturalistas de análise, emprestados de Gilberto Freyre, à formação social sulina.

desempenhei junto ao setor de acervo e pesquisa, entre 1991 e 1995. Em função do contato com a documentação proporcionado pelas rotinas de trabalho no museu, resolvi tomá-lo, mais tarde, como tema de uma dissertação de Mestrado. Nela, analisei o papel da instituição no processo de conformação de uma memória oficial, voltada a fornecer o quadro de referências históricas em que se apóia o discurso *regionalista* patentado pelo poder público no Rio Grande do Sul. No trânsito desta investigação, deparei pela primeira vez com as fontes referentes à CEF e à reforma instaurada em 1954 na Secretaria de Educação, que criava a Divisão de Cultura. Esta obrigava à divisão e transferência de parte do acervo do MJC para outras instituições, criadas pela mesma lei. Com ela fundava-se também o ITF – abrigo de tradicionalistas “especializados”, memorialistas do folclore sul-rio-grandense e do próprio movimento de “culto às tradições gauchescas”.

Na investigação sobre a redefinição regimental do MJC em 1954 – ano em que deixa definitivamente o ramo das ciências naturais para ingressar na rubrica “museu histórico” –, a análise das trajetórias intelectual e profissional do Diretor, bem como do discurso historiográfico ali produzido, acabaram fundamentando a conclusão de que a instituição servira, na gestão de Dante de Laytano, como trincheira de arregimentação de intelectuais em torno da Comissão de Folclore, que agrupava nomes de início aliados ao *tradicionalismo* e mais tarde rivalizando com ele na partilha institucional da época. Grosso modo, verifiquei que o Museu servira ao Diretor como um canal de penetração do *folclorismo* na máquina pública estadual.

Como o Museu, a CEF foi alvo da indiscrição da historiadora. Tendo em vista as possibilidades de análise abertas no primeiro trabalho, parecia oportuno dar continuidade à pesquisa, resgatando a importância de um processo ainda ausente da produção historiográfica: o da participação dos eruditos sul-rio-grandenses em um movimento intelectual conduzido a partir do centro do país, em defesa de um diagnóstico regionalizado da identidade nacional, a ser dado pelos estudos de Folclore, por sua vez renovados por instrumentais emprestados das Ciências Sociais. O objetivo neste caso seria compreender o processo de incorporação desse domínio à esfera burocrática de gestão da cultura no estado, avaliando as chances de sucesso e o desenlace da missão de intervenção pública

das elites culturais da “periferia” em favor da *região* -, identificada agora a um só tempo como um campo de pesquisas e via de acesso a tendências mais “modernas” de elucidação da realidade social.

Em termos práticos, a própria conclusão da utilidade das instituições culturais como arma e objeto de proselitismo nas lutas intelectuais sugeria que se avaliasse seu papel em um espaço mais amplo de disputa pela definição do *caráter regional* e, também, das atribuições atinentes aos saberes encarregados de oferecer o diagnóstico de uma formação cultural da qual os autores eram ao mesmo tempo criadores e herdeiros. Em síntese, depois de verificar o sentido estratégico da mudança regimental do MJC, caberia verticalizar a análise do projeto intelectual que fundamentava aquela mudança. Seria igualmente o caso de estendê-la para além dos limites do Museu e da figura do diretor, trabalhando-se então a problemática das identidades sociais e territoriais dos porta-vozes da “província” em suas relações com outros “porta-vozes”.

Esse enfoque ficou estabelecido tanto por imposição das fontes quanto em vista das proposições internas ao campo conceitual da discussão historiográfica no Rio Grande do Sul. De fato, se na dissertação foi possível afirmar que a construção simbólica do gaúcho é o mais acabado produto da especialização da pesquisa histórica no estado, apenas muito recentemente esse processo começou a ser investigado no âmbito da atuação de sujeitos “portadores” da identidade local, isto é, dos intelectuais produtores e mediadores da memória – ou, como Pierre Nora (1997) convencionou chamar, da “economia do passado no presente”. Embora se reconheça a importância do papel exercido pelas instituições culturais (museus, institutos de pesquisa, arquivos e bibliotecas) para o processo de gestação da pesquisa acadêmica no Brasil, seu estudo permaneceu por muito tempo alheio ao campo de experimentação histórica, definido sob a rubrica da museologia²⁸. A história dessas instituições não costumava contemplar de forma

²⁸Nestes casos, as instituições culturais têm figurado como meio de se trabalhar questões ligadas práticas pedagógicas adequadas aos modernos conceitos da museologia e à evolução do consumo de bens culturais no Brasil. Por exemplo, Sefner, Fernando. “Explorando caminhos no ensino de história local e regional”. In: Felix, L. O. e Reckziegel, A. L.” *RS: Definindo Espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002, PP. 367-382; Vargas, Pedro R. N. Ferreira. “Contar a História Local: eis a Questão: os rumos divergentes da museologia”. In: Mauch, Cláudia. [et al.] *Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 105-111.

exaustiva as lutas entre agentes convertidos em guardiões do patrimônio cívico e a maior parte das abordagens sobre o assunto encontrava-se, pois, distanciada da proposta analítica situada aqui, no terreno de uma história cultural que converge para a história política da memória, da historiografia e dos mediadores culturais.

O ineditismo do Folclore na história dos itinerários intelectuais

Sabe-se que a história foi, enquanto processo e ofício, a matéria-prima empregada para a naturalização dos atributos associados ao gaúcho e ao Rio Grande do Sul. Mas, e o Folclore? Que espaço ocupava no protocolo de pesquisa vigente dos anos cinquenta? Quais eram os especialistas na matéria e no que se diferenciavam de outros? Qual a missão a que se arrogavam e que instrumentos mobilizaram para alcançar seus objetivos? Qual a rede de alianças e disputas; as afinidades teóricas, pessoais e os engajamentos políticos em jogo? Como o Folclore pode ajudar a pensar as relações da História com outras disciplinas e com sua própria trajetória?

A quantidade de questões e a imprecisão das respostas indicam que, se por enquanto é possível contar com uma produção consolidada sobre as correntes “ideológicas”²⁹ reproduzidas na historiografia local, no que tange à adequação da memória *regional* a eventuais inovações metodológicas introduzidas na definição de um campo disciplinar para a pesquisa social de forma geral, parece que muito está por ser investigado. No estado, o interesse sobre o Folclore foi apenas mencionado – geralmente como prerrogativa dos *tradicionalistas*³⁰ – enquanto que só recentemente foi incluído no acervo de pesquisas sobre os padrões “nacionais” de desenvolvimento das Ciências Sociais.³¹

²⁹Refiro-me às “matrizes ideológicas”, identificadas por Ieda Gutfreind na historiografia, e caracterizadas como “platinista” e “lusitanista”. Enquanto os autores da primeira tendência teriam em vista a justificação do isolacionismo dos primeiros anos de regime republicano autoritário na Presidência do estado, afirmando uma maior afinidade do Rio Grande com as repúblicas vizinhas do que com o Brasil, os da segunda matriz pretendiam exatamente o fortalecimento de sua participação política junto ao Executivo central, reelaborando a especificidade regional nos termos da condição de “estado vigilante” imposta historicamente ao RS. A vertente “lusitanista”, privilegiando a herança portuguesa na configuração das origens, excluía o período jesuítico da história sul-rio-grandense, submetendo-a à órbita de expansão da coroa portuguesa no sul da América. A partir dos anos trinta, a outra vertente – “platinista” – objeto do patrulhamento exercido pelo IHGRS, teria permanecido em obras que enfatizassem algum tipo de relação ou de influência do Prata sobre o estado, defendendo a área das Missões Orientais enquanto parte integrante da história do Rio Grande. Ver Gutfreind (1989).

³⁰ É o caso de Maciel (2002).

³¹ Afora o estudo específico feito por Rodolfo Vilhena, (1996; 1997), o primeiro registro da grande quantidade e repercussão dos estudos de Folclore no Brasil aparece na tese doutoral de Gláucia

Tais análises tiveram seu foco habitualmente centrado sobre os casos clássicos da formação dos sistemas universitários paulista e carioca. De modo geral, realçavam-se duas perspectivas: uma, questionando os pressupostos dos estudos dos autores à luz do padrão e qualidade da pesquisa desenvolvida em outros países; outra aferindo os diferentes graus de “autonomia científica” das universidades frente às opiniões e instâncias de decisão política.³² Mais recentemente, cientistas sociais voltados a compreender as atividades, características e formação da comunidade acadêmica do país têm se perguntado sobre a existência de uma pesquisa social **brasileira** – para lá da pesquisa realizada no (ou sobre) o Brasil. Passos decisivos foram dados no encaminhamento dessa questão, por trabalhos inaugurais como os de Mariza Corrêa, Gláucia Villas-Boas, Maria Hermínia Tavares de Almeida e outros, mas os próprios autores reconheceram as dificuldades colocadas no itinerário de suas pesquisas, em virtude do sentido pioneiro da problemática.³³ Mais recentemente ainda, o seminário franco-brasileiro “Ciências Sociais, Estado e Sociedade”, realizado em 1997 e organizado pelo PPG de Antropologia Social do Museu Nacional, em conjunto com a ENS e a EHESS (Paris), conduziu, pela primeira vez, uma reflexão sistemática sobre a implicação mútua existente entre a construção de saberes, de alteridades e o funcionamento da máquina gestora dos Estados, abordando uma questão que naqueles primeiros trabalhos foi pouco explorada.³⁴

Contudo, quanto a esse participante ativo do panorama intelectual dos anos cinquenta que é o *movimento folclórico*, embora figurasse tangencialmente nas primeiras pesquisas, até 1996 permaneceu desconhecido. Hoje a principal referência sobre o assunto continua sendo a obra de Luís Rodolfo Vilhena. Em

Villas-Boas, defendida na Usp em 1992. A autora também assinala o maior peso dado pelos cientistas sociais da época ao Norte e Nordeste, em contraposição à relativa escassez de trabalhos sobre os estados de outras regiões. (Cf. Villas-Boas, 1992, p.87 e, mais exaustivamente, p. 119-132).

³²Cf. Villas-Boas, 1992:3. Exemplos desse tipo de abordagem encontram-se em Miceli (1979; 1989) e Martins (1987).

³³ A propósito, ver Correa (1987: 13-26), Oliveira (1987: 35-48) e Almeida (1987: 41-60), além de Pontes, (1988: 56-90).

³⁴ Os resultados, bastante animadores, encontram-se na obra *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, publicada em 2002 pela Relume-Dumará, do Rio de Janeiro, sob a organização dos antropólogos Benoît de L’Estoile (ENS), Federico Neiburg e Lygia Sigaud (Museu Nacional/UFRJ). O volume é baseado no número especial da *Revue de Synthèse*, intitulado “Anthropologies, états et populations”, publicado na França em 2000.

tese dedicada a este tema, o autor resgatou a importância de um fenômeno não mencionado nos estudos citados, a despeito de ter-se constituído em uma alternativa paralela aos padrões de desenvolvimento da pesquisa identificados no trabalho coordenado por Sérgio Miceli.³⁵

Em que pese ter direcionado sua análise para o núcleo central do *folclorismo* – a Comissão Nacional (CNFL) e a Campanha Nacional de Defesa do Folclore (CNDF)³⁶, Vilhena tomou o quadro regionalizado descrito naquele trabalho como referência na compreensão do Movimento. Pôde mostrar, com isso, sua posição singular: o contraste entre o fracasso no plano acadêmico e o reconhecimento obtido na política cultural; a relação conflitante que manteve com a vanguarda acadêmica paulista de um lado e, de outro, a independência com que se desenvolveu em relação à Ciência Social carioca, tanto aquela ligada à universidade quanto à presente em órgãos de pesquisa ligados diretamente ao Estado (como o Iseb). (Vilhena, 1997: 47). Se nos outros estados a pesquisa de Miceli não indicou a formação de projetos institucionais da mesma magnitude que no Rio de Janeiro, e São Paulo, (como confirmaram os estudos integrantes do mesmo projeto, sobre Minas Gerais e Pernambuco), essa lacuna torna-se significativa para a interpretação de Vilhena sobre os quadros do *folclorismo*, pois sugere que “os institutos históricos e as academias de letras locais permaneceram como referências básicas no plano institucional, nestas regiões. Ora, foi justamente nesses grêmios que o movimento folclórico geralmente buscou seus secretários estaduais”. (Vilhena, 1996: 132).

A observação de Vilhena incita a pesquisas que cubram as variantes do projeto por ele examinado. No caso sul-rio-grandense, esse desafio torna-se mais incisivo, tanto pela ausência de um quadro bibliográfico de referência acerca da história das condições institucionais da pesquisa acadêmica pré e pós-universitária, quanto em função de fatores locais³⁷ que, aparentemente, constituem

³⁵Ver Vilhena (1996: 126; Id., 1997: 52-53) e Miceli (1989: 15 e Id., 1987: 9-10).

³⁶ Atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

³⁷ Quais sejam: primeiro, a longevidade da preocupação manifestada pelos pensadores gaúchos em delimitar as fronteiras étnicas e históricas do Rio Grande do Sul; segundo, a dispersão do quadro de produção e dos canais de veiculação de textos “acadêmicos” em uma época em que as universidades do estado pouca pesquisa produziam; terceiro a ambigüidade das relações estabelecidas pelos folcloristas no trânsito com outras instâncias (o *tradicionalismo*, os museus e arquivos históricos estaduais, o IHGRS e a Universidade) de deliberação sobre o *caráter regional*.

o modo específico de participação nessa movimentação inter-regional, dotando-a de uma sugestiva opacidade.

Examinado de perto, o cruzamento das tentativas de afirmação científica do Folclore com a história de disciplinas co-irmãs diz respeito tanto às trajetórias institucionais e às inovações teórico-metodológicas propostas para o conhecimento produzido em meados do século XX, quanto às biografias e trocas intelectuais estabelecidas entre os interessados em propô-las naquela ocasião. Apesar disso, na História, ainda mais do que nas Ciências Sociais, o assunto permanece relegado ao anonimato, abafado pela suposição velada de um desenvolvimento linear e cumulativo do conhecimento, cuja consolidação nas universidades seria em si mesma determinante para a falência de projetos publicamente comprometidos com o debate identitário. Como bem assinalou Florence Weber (2002), a longevidade alcançada por esta crença perfaz uma memória disciplinar que tende a subestimar o caráter contingente do desaparecimento do Folclore em sua versão *científica*, tanto quanto a complexidade das relações que ele estabelece com distintos campos de atividade, muitas vezes em conflito entre si, como o turismo, as políticas públicas, a mídia e o revivalismo cultural em escalas regional e nacional. É por conta disso, talvez, que no Rio Grande do Sul poucos historiadores ousariam pensar terem com os tradicionalistas um passado em comum.

Essa constatação coloca aos interessados em proceder à genealogia das linhagens intelectuais que formam a História e as Ciências Sociais contemporâneas questões de intrincada resolução. Duas delas se impõem com especial contundência. Primeira, como se estabelecem – paralelamente à proscrição do Folclore – a consolidação da Antropologia (do lado acadêmico) e do *tradicionalismo* (na arena do debate cívico) como foros legítimos para se pensar a *cultura popular* no Rio Grande do Sul? Segunda: entre o interesse pelo Folclore sustentado pelos modernismos dos anos vinte e a tentativa de redimensionar esse interesse em termos *científicos* nos anos cinquenta, ocorre uma sucessão geracional dentro da comunidade brasileira de pesquisadores ou é uma mesma geração que revê sua posição? Ainda neste sentido, que relação subsiste entre o ruralismo atrelado aos estudos de “comunidade” praticados na sociologia do

imediate pós-guerra, a proscrição acadêmica do Folclore depois da reforma universitária de 1968 e sua incorporação aos movimentos sociais e à cultura de massa?

Observa-se que, no âmbito estadual, nem a constatação sobre os esquecimentos, nem as perguntas que essas obliterações suscitam diferem substancialmente do caso analisado por Vilhena. Contudo, se no centro do país as análises debruçadas sobre a arrancada científica que acompanha a tardia massificação do ensino superior já é comum a observação de que o que se sabe a respeito das décadas de 1940-60 é quase nada em relação ao que elas representam para a história da pesquisa social ali produzida (Consorte, 1999:39), no Rio Grande do Sul sequer essa constatação é feita. Os analistas da historiografia desconhecem quaisquer tentativas de inovação conceitual na escrita histórica praticada no período indicado, privilegiando uma periodização que se estende, sem qualquer ponto de inflexão, dos anos vinte aos setenta (Gutfreind, 1989, Almeida, 1983). Ignoram com isso a grande mobilização de intelectuais e personalidades públicas do estado em torno de temas que, na época, eram comuns a cientistas sociais do Rio de Janeiro e São Paulo – tais como a adaptação dos costumes tradicionais à vida moderna, as condições e impacto do desenvolvimento econômico sobre as sociedades rurais, a revalorização da cultura regional sem prejuízo da unidade nacional.

O mesmo pode ser dito com referência aos indícios pouco mencionados, e ainda não sistematizados, das trocas intelectuais entre autores estrangeiros, nacionais e da “periferia” do Brasil. Ainda que as pistas dessas trocas sejam várias, não há até o momento um balanço da amplitude e do sentido da interlocução entre esses intelectuais para os pesquisadores das formações regionais brasileiras. A título de exemplo, não há como recompor a história do desenvolvimento do ensino e pesquisa em Ciências Sociais e História sem mencionar o papel “civilizador” atribuído às “missões francesas” vindas nos anos 1930 e 1940, a São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas as duas primeiras “missões” são muito mais conhecidas do que a terceira. Quanto à importância, para a primeira geração de historiadores chamados a ocupar as cátedras de História nas universidades gaúchas, da influência exercida por

modelos culturalistas de análise, pouco ou nada é referido. Nem a penetração do modelo culturalista tido como mais “antiquado”, representado por Gilberto Freyre, nem daquele trazido por sociólogos representantes da Escola de Chicago – que, como bem observou Ruben Oliven (1992^a:82-83), foram intensamente apropriados pela doutrina *tradicionalista*. Nas análises historiográficas, ressalta-se o “ecletismo teórico” dos escritos, a fusão e o aproveitamento dos determinismos de Ratzel, de Spencer, com a famosa tríade taineana baseada no meio-raçamento³⁸, mas passa em branco o enorme impacto de *Casa Grande e Senzala* sobre a pesquisa produzida do Rio Grande do Sul. Enfim, o fato é que a convergência do Folclore, da História e das Ciências Sociais sobre temas como cultura popular, tradição, vida familiar e práticas comunitárias de auxílio mútuo, permanecem relegadas a um espaço secundário dentro das análises – procedidas até agora quase que somente por antropólogos e sociólogos – sobre o passado e a formação de pesquisadores no país.

Mais do que solucionar todas essas questões, este trabalho pretende trazê-las à baila e, em vista das condições práticas de tal exercício³⁹, assume abertamente sua ambição prospectiva. Embora o ineditismo não tanto do tema em si, mas da problemática, tenha trazido conseqüências sobre as escolhas da pesquisa e do relato, a insistência em superá-los foi orientada no sentido de abrir a possibilidade de construção de um quadro mais completo de análise das trajetórias e projetos intelectuais em jogo nos anos cinquenta – período realmente pouco estudado da história sul-rio-grandense, como recentemente assinalou René Gertz (2004). Daí o objetivo desta tese: retomar parte do que já foi oferecido pela

³⁸ Ver Gutfreind, 1989:149 e Almeida, 1983: 93.

³⁹ Para citar alguns percalços: primeiro, a dificuldade de interlocução com outras abordagens do assunto e a conseqüente impossibilidade de acesso indireto a informações que eventualmente tivessem sido trabalhadas em pesquisas afins (sobretudo no que diz respeito aos arquivos ainda inexplorados dos cursos universitários de História); segundo, o grande dispêndio de esforços para alcançar a documentação referente a instâncias dispersas de produção nos anos cinquenta, documentação esta guardada não em arquivos, mas em prateleiras pouco freqüentadas de repartições públicas como o Museu Julio de Castilhos e o Instituto de Tradições e Folclore. Se na primeira dessas instâncias a busca foi facilitada pelo fato de ter sido funcionária e, portanto, dispor de um conhecimento prévio do acervo documental da instituição, no caso do ITF ela foi complicada pelo fechamento do órgão em 1967, e sua recriação em 1975. Além de não haver a guarda e sistematização de ofícios e correspondências relativos à primeira fundação, os funcionários desconheciam a existência do Instituto na fase 1955-1967, o que obrigou a muita negociação para poder entrar no arquivo morto. Quando finalmente me foi permitida a entrada, o encontro de uma única caixa com documentação relativa ao período anterior à refundação foi um misto de alívio e decepção.

historiografia, articulando informações e análises que permitam examinar uma face específica das conexões entre brasileiros e gaúchos, entre *tradicionalistas* e historiadores, entre História, Literatura e Ciências Sociais, destacando as instituições, as tematizações e os atores privilegiados no sistema nacional e local de trocas intelectuais.

A convicção que embasa a proposta é a de que o exame da renovação das identidades profissionais de mediadores situados na periferia do processo de modernização da pesquisa social brasileira, uma vez articulada ao processo de atualização e readequação das mitologias regionais aos modelos de representação da cultura nacional, tende a oferecer resultados teóricos importantes no que diz respeito aos determinantes sociais impressos na produção do conhecimento em geral, e do conhecimento histórico em particular.

Metodologia

Esta abordagem sobre os mediadores culturais propõe-se a entender o cultural – e portanto, a dimensão discursiva da experiência – em sua inscrição social, sem submetê-lo, contudo, ao princípio funcionalista da satisfação de interesses de ordem puramente individual, material ou utilitária. Trata-se, sim, de ressaltar a reciprocidade (ou a mútua implicação) entre os domínios simbólico e material da vida em sociedade, admitindo que, se a significação é a própria condição da experiência, os significados mobilizados em toda ação positiva mantêm uma relação intrínseca com os usos diversificados e concorrenciais da linguagem, usos estes que interferem sobre o plano do concreto. Na medida em que razão simbólica e razão instrumental deixam de ser definidas como territórios estanques, as “práticas de representação”, enunciadas por Roger Chartier como objeto de uma história social da cultura, aparecem no campo conceitual da análise como instância de mediação, mas também de conflito entre segmentos sociais diversos.

Partindo do princípio de que “toda cultura é cultura de um grupo” (Prost, 1997: 144), mas também de que nem os grupos vivem isoladamente, nem as produções culturais e grupos detêm, todos, o mesmo grau de reconhecimento e legitimidade, o critério metodológico fundamental utilizado aqui foi associar a

crítica documental interna (isto é, a articulação do sentido à posição social dos enunciantes do discurso) ao conteúdo dos textos. O procedimento de escuta do que os atores tinham a dizer uns aos outros, e daquilo que testemunharam ao historiador, obriga-o não só situar mensagens entrecruzadas em um quadro semântico e conjuntural mais abrangente – visando identificar, no caso, o “discurso historiográfico de uma época” – mas de verificar suas diferentes possibilidades de reconfiguração, em função dos silenciamentos e das apropriações variáveis, segundo os agentes e esferas em que atuam. Significa, antes de tudo, reconhecer que o espectro do pensável por uma determinada disciplina depende dos laços - institucionais e informais - que seus representantes estabelecem com diferentes domínios dentro da sociedade englobante.

Logo, a análise da trajetória da CEF e do *tradicionalismo* impõe de imediato ao pesquisador a inserção desses dois projetos no contexto mais amplo da produção de caracteres ancestrais associados aos estados brasileiros. Considerando a participação dos “intelectuais de província” em um movimento coordenado nacionalmente, parece válido apontar os eixos locais e os móveis políticos da conversão de dois grupos de mediadores à *cultura popular* e, dentro disso, a tomada de posição pelos afiliados sobre as “origens” do Rio Grande – este o verdadeiro campo magnético em torno do qual gravitavam as pesquisas e debates históricos.

A abordagem articula-se então sobre dois planos: primeiro, as condições do alistamento de gaúchos à campanha folclórica praticada no país; segundo, os embates e alianças firmados entre folcloristas do *tradicionalismo* e os sócios da Comissão, interessados na definição de um projeto de memória *regional* assente com o que julgavam ser os imperativos políticos e corporativos da hora. No que diz respeito aos membros da CEF, a pesquisa explora o modo, os meios e os motivos pelos quais alguns autores de peso emprestaram seus nomes a uma proposta culturalista de interpretação do Rio Grande do Sul, apresentada em face de uma conjuntura específica da história de longa duração do *regionalismo*. Tal conjuntura é marcada pela massificação do *gauchismo* e pela crise de legitimidade dos institutos históricos, consoante à expansão do ensino universitário no Brasil e à ampliação dos efetivos públicos na área cultural. No que tange aos

tradicionalistas, procura-se examinar, à parte o papel relevante que lhes coube naquele processo de massificação, os critérios seletivos implícitos ao projeto celebrativo que propuseram, e que se constituiu, junto com a questão da “aculturação” das populações descendentes de imigrantes, no móvel de sua aproximação com o governo e com o público.

Esses objetivos supõem a necessidade de se remontar, além das redes de reconhecimento estabelecidas pelos dois grupos, o campo de intervenção desses intelectuais. Deverão ser observados então os diferentes parâmetros de autenticidade postos em jogo no resgate seletivo e na invenção deliberada ou não de tradições pelos pesquisadores⁴⁰, que na própria construção de seu objeto de análise (e de proselitismo) sugeriam a escolha de fatos e heranças dignas de serem preservadas. Tais coordenadas desdobram-se em outros dois pressupostos considerados na pesquisa. De um lado, o de que nenhum discurso *regionalista* esgota-se em si mesmo, mas atua na concorrência com outros *regionalismos* – o que implica esmiuçar a posição da elite cultural sul-rio-grandense na competição com elites culturais de outros estados. De outra parte, quando se trata de analisar o sentido estratégico da especialização folclórica entre eruditos formados à luz dos institutos históricos, é preciso ter em vista as transformações que vinham remanejando as relações da História com seu objeto de predileção – o Rio Grande do Sul – e com outras áreas, em especial as Ciências Sociais e a Literatura.

Dar conta do desempenho institucional do *folclorismo* exige igualmente retrazar o itinerário percorrido na conversão de estudantes *tradicionalistas* para estudiosos, e de estudiosos da história e da literatura em especialistas do folclore, avaliando os lugares e posições que vieram a ocupar no circuito cultural, a adoção de referenciais teóricos e os meios de consagração disponíveis no estreito universo acadêmico da época. Neste ponto importa tanto constatar a existência, entre os atores, de distintas entradas no debate cívico local, quanto atentar às categorias de solidariedade horizontal acionadas e produzidas no decurso desse convívio. A observação reporta à variedade de conformações dadas à *região*, segundo a ênfase

⁴⁰ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (Hobsbawm e Ranger, 1984: 9).

repouse no modo de vida da campanha ou na diversidade das paisagens que a compõem. Mas também à significação, para elite cultural de então, do aparecimento de novos concorrentes no mercado editorial, nos congressos de folclore e no aparelho estatal de gerenciamento da cultura. Desiguais em autoridade e posição social, a assimetria entre os dois grupos nas diversas esferas de reconhecimento mútuo é, portanto, a base sobre a qual os atores conceberão distintamente a própria ancestralidade, sua atividade profissional e a finalidade social da pesquisa.

O ponto de partida dessa operação foi buscar a inscrição objetiva (simbólica e material) de uma categoria corrente no léxico dos atores estudados, habituados a se definirem como “escribas de província”. O arcaísmo da expressão sintetiza bem a forma particular como se articula, na configuração aqui referida, uma identidade profissional a outra territorial, e como ambas são atravessadas pelas condições desiguais de reconhecimento social, já que o termo é privativo de uma elite de produtores culturais “periféricos”, que dela se valem na disputa com elites de outros estados, tidos como mais bem estimados pela “corte”.

Vale ressaltar que o estudo dessas elites não pretende partir de uma definição *a priori* do intelectual por oposição ao trabalhador braçal. Tampouco o critério de excelência serve como um discernidor seguro, dada a inexistência de um sistema padrão de regulamentação dos títulos, bem como a diversidade de modalidades de acesso à condição verificadas no período. Na verdade, o ingresso nesta carreira estava muito mais sujeito às regras de sociabilidade vigentes em círculos intelectuais específicos do que a uma ordem burocrática reguladora dos níveis de competência, teoricamente garantida pelo diploma universitário. Não obstante isso, a fluidez da categoria sugere, mais do que um obstáculo, a necessidade de um percurso metodológico voltado à verificação dos quadros sociais e institucionais de sustentação da atividade de pesquisa, passíveis de verificação empírica.

Segundo Christophe Prochasson (1993: 15-19), tais quadros articulam-se em torno de lugares (*lieux*) – instâncias de atuação aqui representadas pela CEF, pelo MJC, pelo ITF e pelo IHGRS, além dos congressos de Folclore e de Tradicionalismo e os veículos de publicação dos autores (cadernos CEF, Revista

do Museu e Arquivo Histórico do Estado, Revista do IHGRS e Revista *Província de São Pedro*). Tais instâncias, por sua vez, funcionam como estruturas de acolhimento de *milieux* – círculos específicos, interconectados em redes (*réseaux*) de reconhecimento mútuo. Tanto os “lugares” quanto as “redes” (conexões entre *milieux*) que os circundam, acabam funcionando como ferramentas acionadas na vida profissional dos agentes, tendo em vista o exercício da atividade intelectual em novos lugares e a penetração em novas redes de reconhecimento – no caso do *Movimento Folclórico*, as redes nacionais de folcloristas, historiadores e cientistas sociais; no caso dos *tradicionalistas*, as redes locais de maior prestígio cultural e penetração política.

Se existem “trincheiras” institucionais onde se abrigaram os folcloristas, existem também baluartes um pouco mais obscuros, edificados pelas regras de sociabilidade vigentes em cada grupo. Conforme a definição de Sirinelli (1994), as “redes” secretam “microclimas”, nos quais a produção, bem como comportamento dos indivíduos engajados, apresentam “[...] traços próprios que conferem a esses *milieux* uma certa especificidade. Nessa perspectiva, a palavra **sociabilidade** se reveste, pois, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam, e ‘microclimas’ que caracterizam um microcosmo intelectual particular”. (Sirinelli, 1994: 12). Assim, ao lado do princípio de atenção ao léxico dos atores, a investigação procedeu à articulação desses vocabulários com os respectivos *ethos* (que, na falta de um termo melhor, foram caracterizados como “erudito” ou “polígrafo” para os autores da CEF e “tradicionalista” para os filiados ao movimento) pelos quais os atores orientavam sua relação com o grupo de origem, o objeto de estudos e a sociedade. O mapeamento das redes de reconhecimento que articulavam a associação de nomes a lugares de atuação molda então as conexões entre as instâncias e os grupos, servindo de guia para a avaliação das posições ocupadas pelos agentes no circuito intelectual local e brasileiro.

Esta associação entre lugares e *milieux* seguiu como critério a circulação dos indivíduos (e, através deles, de idéias), mais do que das legendas às quais encontravam-se filiados, e mesmo que estas trajetórias individuais não tenham se configurado no eixo da exposição escrita. A razão é que cada sigla abriga não apenas aliados, mas também adversários, discordantes não tanto quanto à causa a

defender, mas quanto aos métodos de defesa. É o caso de Dante de Laytano, Moysés Vellinho, Guilhermino César e Othelo Rosa dentro da CEF, ou de Paixão Côrtes e Glaucus Saraiva, no 35, por exemplo. Além disso, é preciso ter em conta que, mesmo fazendo parte de um subgrupo específico, cada agente detinha diferentes chances de penetração em outras redes e lugares. Por exemplo, entre os folcloristas do *tradicionalismo* que atuaram no ITF, apenas Paixão Cortes e Barbosa Lessa tinham penetração na Comissão Estadual de Folclore. O mesmo pode ser dito quanto à variedade, no caso dos polígrafos da CEF, das instâncias de consagração de sua produção, em contraste com a dificuldade de reconhecimento intelectual de uma elite de folcloristas do *tradicionalismo* abrigados no ITF.

A observação torna oportuna uma prévia advertência sobre o artificialismo, por assim dizer, das classificações relativas à composição dos grupos aqui focados. Utilizam-se expressões como historiador, folclorista, crítico, tradicionalista, mas em alguns casos – Manoelito de Ornellas, por exemplo – todas essas classificações seriam válidas para uma só pessoa. Para outras, se quisesse dar uma idéia do direcionamento progressivo das carreiras para determinadas áreas e problemas, seria possível falar em historiador-folclorista para Laytano, crítico-historiador para Guilhermino César e Moysés Vellinho, folclorista-tradicionalista para Lessa, Cortes, Fagundes e Krebs, e historiador-tradicionalista para Walter Spalding. A sutileza dessas definições fica patente diante de uma pergunta: quem dentre eles não foi escritor em algum momento? Talvez Côrtes e Krebs; mas quem foi tão escritor como Érico Veríssimo? Certamente nenhum. Ademais, não fosse o caso de assumir essa dificuldade, haveria que ressaltar a adequação não mais do que temporária de toda categorização, pois que qualquer nome entre os mencionados mereceria uma designação específica para cada ponto de sua trajetória. Como ilustração, seria possível dizer que Laytano na década de vinte é escritor e crítico, quando publica contos e mantém coluna literária; na de trinta – ano que marca o ingresso no IHGRS e a publicação do alentado “História da Revolução Farroupilha” – torna-se historiador para ser enfim, nos anos cinquenta, folclorista ou etnógrafo, como por vezes se designava.⁴¹

⁴¹O mesmo vale para Vellinho: na década de 1920 é crítico e ainda não é historiador; na década de trinta continua exercendo a crítica, mas lança-se, sobretudo, à atividade política – primeiro como

Portanto, a despeito dos esforços empreendidos pelos próprios atores na definição das especialidades, subsiste como fato incontornável o regime de frágil distinção interdisciplinar em que atuavam. Isso é o que permitia, além do empréstimo de nomes ligados a distintas esferas de produção em uma mesma lista de afiliados, a frequência a congressos de diferentes áreas, como Filologia, Geografia, Folclore, Antropologia e História. Outro efeito dessa indistinção é que, à época, autores reconhecidos como historiadores – caso de Laytano – pudessem lançar mão da sincronia e do trabalho de campo sem terem por isso questionada sua identidade profissional. Pelo contrário, quando em 1955 o secretário rio-grandense da CNFL publica uma série de estudos de cunho etnográfico, relativos às “condições históricas e atuais” das populações indígenas no interior do estado, ele soma créditos na personificação de suas qualidades de especialista em *regionalismo*, não nesta ou naquela disciplina.

Em síntese: o leitor verá que a utilidade das classificações relativas à ocupação deve-se à ambição de fazer interagir as dimensões narrativa e analítica do trabalho, sem perder de vista a trajetória individual dos autores, que bem ou mal definem para si determinados ramos de atuação, cuja especificidade varia conforme os interesses de cada qual e o equilíbrio de forças no meio em que circulavam. Assim é que Dante de Laytano, adversário histórico de Moysés Vellinho nos debates sobre as contribuições negra e indígena para a formação étnica do gaúcho, quando foi por mim perguntado a respeito da posição assumida pelo “historiador” Moysés Vellinho na discussão sobre o peso da experiência jesuítica para a formação histórica do Rio Grande, não reconheceu naquele autor a figura de historiador, respondendo que “Moysés era brilhante, era um grande estilista nosso; ele tinha vindo da *crítica literária*, que não era bem a História”. (Laytano, 1998).

A expressão “não era bem a História” é sugestiva. Diante dela, o

chefe de gabinete de Oswaldo Aranha, entre 1928 e 1930 e no Ministério da Justiça entre 1930-1932; após, em 1934, como deputado federal constituinte pelo PRL e, entre 1935-37, como Deputado Estadual. Somente ao final da década de quarenta, já “decepcionado” com a política (e principalmente com o getulismo), é que se torna um analista contumaz das condições de desenvolvimento da formação sul-rio-grandense, além de exercer cargos de direção no IHGRS desde 1950 até sua morte, em 1980. Esse percurso, por sinal, informa a trajetória intelectual retratada pelo amigo Guilhermino César, no prefácio ao livro póstumo de memórias intitulado “Aparas do Tempo”, lançado em 1981.

historiador vê-se impelido a abdicar de qualquer intenção racionalizante sobre a filiação teórica dos pesquisados, que não esteja antes amparada numa incursão verdadeiramente etnográfica pelo universo particular em que atuava a comunidade acadêmica de então. Por conseguinte, ao lidar com esta classe de mediadores é preciso antes de tudo reconhecer o peso das regras de convívio interpessoal (práticas de reciprocidade e sociabilidade), quando se trata de definir hierarquias e campos de atuação. Significa dizer que, nos meios aqui pesquisados, os princípios de legitimação da produção intelectual, baseados no dom e no contra-dom, criam condições de transmissão de heranças e conhecimentos através de relações de fidelidade, mais do que da iniciação formal – o que se expressa no vocabulário da época pelo uso freqüente de termos como “mestre” e “discípulo”.

Vale acrescentar, neste ponto, que as redes de reconhecimento mútuo compõem também relações de ordem afetiva, podendo envolver a simpatia, amizade, rivalidade, admiração ou desprezo. Na vida dos atores, essas afetividades se materializam, por exemplo, em chances desiguais de publicação em Revistas – editadas, à época, pelo MJC, pela Comissão de Folclore, pelo IHGRS ou pela Livraria do Globo. Por conta disso, decidiu-se proceder à sua “arqueologia” partindo dos indivíduos agrupados em cada movimento, tomando por base um conjunto fechado de egos.⁴² A intenção era a de delimitar o perfil de dois círculos – um já regionalmente consagrado, em busca de reconhecimento nacional; outro sem dispor de instâncias de consagração específica, mas com grande visibilidade social – como referência na organização das informações. Esses dados, dispersos em correspondências, jornais, revistas e nas produções bibliográficas dos autores, em termos gerais representaram uma trama de esforços concretos, simultâneos e orientados ao reconhecimento público e governamental do folclore, entendido ao

⁴² O conjunto de egos é dividido em duas categorias de nomes que informam a ação da CEF e do ITF de diferentes modos, ao mesmo tempo como membros e como interlocutores. O primeiro grupo é formado por autores mais velhos (com idade variando entre 40 e 59 anos em 1948) – e que além de estarem integrados a instituições culturais desde as décadas de vinte e trinta, representavam famílias intelectuais tidas como respeitáveis e ligadas (mais ou menos proximamente, embora todos os nomes trabalhados fossem formalmente filiados) aos quadros e atividades da CEF e do IHGRS. São eles: Moysés Velinho, Othelo Rosa, Athos Damasceno Ferreira, Darcy Azambuja, Walter Spalding, Dante de Laytano, Guilhermino César, Manoelito de Ornelas e Érico Veríssimo (único desta lista jamais filiado ao Instituto). O segundo grupo é formado por dois tradicionalistas “históricos” (que assinaram a ata de fundação do 35 CTG) – Luiz Carlos Barbosa Lessa, Paixão Cortes e dois dos mais ativos militantes e estudiosos do folclore, que sucederão um ao outro na direção do ITF – respectivamente, Antônio Augusto Fagundes e Carlos Galvão Krebs.

mesmo tempo como ciência e objeto da ciência, como instância progenitora e gestora das “autênticas” tradições regionais – e, finalmente, como veículo de sobrevivência e ascensão profissional.

De posse dos instrumentais conceituais, a pesquisa restringiu-se ao recolhimento de fontes documentais escritas, com o aproveitamento de entrevistas concedidas a mim ou a outros pesquisadores, nos casos em que houvesse. A partir da leitura e fichamento dos textos, foram verificadas as categorias ali recorrentes, sendo observadas tanto as suas posições no discurso, quanto as posições sociais e relações entre os enunciantes. Assim, o mapeamento das redes serviu de guia à verificação de combinações estratégicas de noções pelos autores em questão, através do permanente questionamento de quem fala, do que fala, para quem, e de onde fala.

Estrutura da Tese

A tese como um todo desenvolve a idéia de que a participação de intelectuais gaúchos no autodenominado “movimento folclórico brasileiro” tenha estado condicionada ao lastro atrativo de seu engajamento pela vigência, nos anos cinqüenta e sessenta, da antiga idéia de ambigüidade da identidade regional, inaugurada ainda no século XIX como instrumento de luta entre as elites políticas da província. O conjunto de cinco capítulos mostra que esta longa duração da memória de fronteira no Rio Grande do Sul não existe em si mesma, mas constitui-se como uma relação entre um processo geral e outros, de diferentes ritmos, que aquele processo comporta. O problema identitário, particularmente, contém pontos de inflexão quanto ao estatuto das atividades que o reproduziram, assim como das tradições e famílias intelectuais conformadas ao longo da projeção da memória histórica da região sobre o *gaúcho* guerreiro e o “meio” pampeano. Assim, a erudição histórico-literária forneceu uma base estável para a vocação proselitista da pesquisa social no Rio Grande do Sul, levando os intelectuais dos anos cinqüenta a propor projetos próprios de resolução dessa questão, intervindo no debate cívico local e nacional sob permanente disputa com estudiosos de outros estados, com outras instâncias institucionais locais e, mesmo, com subgrupos no interior da própria Comissão e do *Tradicionalismo*.

Dentro desse plano geral, o capítulo I cumpre dois objetivos básicos: primeiro, situar o *regionalismo* em suas diferentes temporalidades, identificando o momento em que o despertar para as diferenças do Rio Grande do Sul ocasiona o nascimento da figura do intelectual como um grupo específico dentro das elites dirigentes, além das continuidades lógicas e históricas que unem, sob uma mesma função celebrativa, determinadas instâncias de produção de saberes referidos à *região*: a crítica literária, a erudição histórica e o proselitismo *tradicionalista*. Esses lugares de produção de memória têm na noção de autenticidade seu ponto de ancoragem e de legitimação. Demonstrada a diversidade de aplicações do *autêntico* no cânone literário *regionalista*, na crítica documental externa exercida pela erudição histórica, e na proposição inédita, trazida pelo *tradicionalismo*, de uma “vivência da tradição”, a autenticidade pode, a partir daí, ser definida como um princípio de inviolabilidade aplicado a certos parâmetros de conformação mítica do passado.

O segundo objetivo cumprido por essa primeira parte é elucidar, além da problemática privilegiada no trabalho, seus instrumentais de análise. São assim explicitados os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a construção do objeto, ao mesmo tempo em que se discutem as concepções de História contemporaneamente colocadas pelo debate acadêmico, e que no esteio da chamada “virada lingüística” trouxeram os fenômenos de linguagem para dentro da discussão epistemológica da disciplina.

O capítulo II abre com uma retomada das abordagens construtivistas que vêm sendo adotadas nos últimos anos para o entendimento dos estados nacionais. Retoma, dessa discussão, o caráter concorrencial e interdependente da formulação de *check lists* identitários – segundo a formulação de Thiesse (1999), fundamentados na adoção de modelos nacionais pré-existentis – para então explorar as ambigüidades de um *regionalismo* situado na fronteira entre memórias nacionais contrapostas. Mediante a comparação entre os gaúchos retratados na História e na literatura, do Rio Grande do Sul e do Prata, se estabelece o postulado da tensão entre dois registros pelos quais a posição limítrofe do estado é compreendida. Um primeiro, informado no romantismo literário, que enfatiza as singularidades do personagem *folk*, e um segundo, fundado na erudição

documentária, que privilegia a imagem do soldado. Neste caso, a repetida preocupação em habilitar a brasilidade do Rio Grande do Sul mostra, por trás das diferentes manobras de padronização do tipo característico gaúcho, a suposição intrínseca de uma “unidade ancestral” não coincidente com os limites políticos estabelecidos a posteriori. Ela deixa patente a vigência de um princípio de referência fronteiriça para a memória regional, que é preenchida por referências de ordem integracionista e/ou autonomista (Oliven, 1992). De forma um pouco dramática, implica dizer que o núcleo “imutável” da região – a unidade ancestral do “povo” gaúcho – sofre de uma espécie de disfunção genética. Uma vez que seu ponto de “origem” antecede o delineamento definitivo do mapa político da nação, ela contradiz a própria condição *regional*.

O terceiro capítulo retoma, na abertura, algumas considerações do anterior para demonstrar a inscrição mais próxima da literatura do que da *ciência*, ocupada pelo Folclore até o advento da CNFL e da CEF, ao final dos anos quarenta. A seguir, examinam-se as opções teórico-metodológicas adotadas pelo *folclorismo*, em sua relação com outras disciplinas e abordagens (marxista, culturalista, funcionalista), disponíveis no momento de intensificação da pesquisa social no Brasil. No mesmo capítulo, a consideração de Vilhena a respeito da sobreposição, no país, entre um sistema universitário federativo e outro centralizado, foi ampliada para as condições de produção historiográfica dos estados, de modo a compreender a coexistência das universidades com os Institutos Históricos, e a sobreposição de referenciais importados de ciência a modelos de formação intelectual herdados de um regime anterior.

Considerando o fato de que as histórias locais, com as tendências temáticas e interpretativas hegemônicas em escala estadual, foram compostas do lado de fora da nova academia, foi aventada a hipótese de que o *movimento folclórico* tenha representado para os “intelectuais de província” uma oportunidade de reivindicação de legitimidade científica para uma produção monográfica, excluída do projeto político de modernização educacional do país. Através da valorização das culturas locais, da integração das elites culturais periféricas a uma rede ampla de comunicação e troca, e de levantamentos procedidos em escala micro-geográfica, o *folclorismo* permitiria suprir, ao menos em parte, as lacunas

deixadas pela imposição de um único modelo (nacional) de história dentro da estrutura curricular das universidades, estas gerenciadas pelo governo federal.

O quarto capítulo concentra-se sobre a elite de produtores culturais alistados à CEF. Ele pretende demonstrar que o redimensionamento da posição ocupada pelo Rio Grande no panorama cultural brasileiro teve um sentido missionário para os polígrafos da geração de trinta. Os eruditos lá representados fizeram da *cultura popular* um instrumento de reabilitação das letras locais na disputa com intelectuais de outras regiões – sobretudo nordestinos – que desde início do regime Vargas, e mais ainda no decorrer do Estado Novo, estiveram à frente das reflexões sobre o “autêntico” nacional. A frustração do sonho acalentado por aquela geração, de ver um Rio Grande unido à frente do executivo central, trouxe ao final dos anos quarenta a percepção de uma desvantagem do Rio Grande na corrida inter-regional pelo acúmulo de predicados nacionais. O Folclore constitui, dentro desse viés compreensivo, uma empresa historiográfica de “atualização profissional” e de inversão do estima provincial, dentro da qual é proposta uma aproximação da História com o “povo” e as Ciências Sociais, mediada por parâmetros interpretativos emprestados de Gilberto Freyre.

O quinto capítulo abre uma perspectiva de análise mais microscópica, privilegiando as relações – empréstimos e recusas mútuas – firmadas entre *folclorismo* e *tradicionalismo*, sem deixar de avaliar as dissensões internas a cada um desses projetos. Entre os aspectos explorados, destacam-se o processo de iniciação de *tradicionalistas* em pesquisa e os vetores de aproximação com os intelectuais, a diáspora que se segue a essa aproximação, na medida em que se dá a massificação do movimento e, ao mesmo tempo, os problemas acarretados no relacionamento da cúpula de ideólogos especializados com a base do *tradicionalismo*, situada nos CTGs do interior. No que tange ao reconhecimento dos grupos em meio a esse processo de “explosão” do *gauchismo*, examinam-se as razões da polissemia assumida pelos termos “autêntico” “folclórico” e “popular”, bem como das oposições estrategicamente privilegiadas em cada discurso de exaltação regional – entre os folcloristas, a oposição centro x periferia; entre os tradicionalistas, campo x cidade.

Em um segundo momento, abordando a contenda historiográfica a

propósito de Sepé Tiaraju dentro do IHGRS, explora-se outro aspecto decisivo quanto à falência do projeto historiográfico da CEF – e, conseqüentemente, quanto à renovação dos parâmetros da pesquisa sócio-histórica praticada no Rio Grande do Sul. Trata-se da divergência de métodos julgados úteis para adequar a identidade territorial da “província” à identidade social de “escriba de província”. Essa tensão tem como questão de fundo a estratificação, no processo mais longo de evolução da disciplina, de duas vias de articulação entre o passado local e a história nacional, que marcam a decadência do IHGRS e carregam dissensões para dentro da CEF.

A hipótese desenvolvida é a de que, nessas instâncias, são contrapostos dois códigos de leitura da *nação* – um pluralista, inspirado no modernismo, outro unitarista, herdado do projeto de história nacional fundado no IHGB. A questão que se colocava então era a de escolher entre insistir na história das elites militares e da expansão do território nacional – arriscando com isso a comprometer a atualidade das importações teórico-metodológicas usadas para autorizar a validade “científica” das interpretações – ou, pelo contrário, tentar uma aproximação com as Ciências Sociais e com os novos métodos que ela contemplava, investindo no Folclore como uma realidade “infra-histórica”, ligada ao cotidiano e subjacente à história política. A verdade é que os historiadores da época não chegaram a uma conclusão a respeito.

Por outro lado, ao final do Estado Novo, embora entre os folcloristas vinculados ao modernismo literário e aos cânones do IHGRS as coisas ainda continuassem postas nos termos que a ascensão nordestina durante a era Vargas confirmava, a chegada do *tradicionalismo* promoveu a dilatação do campo discursivo *regionalista*, estabelecendo novos lugares de veiculação desse discurso com os quais a CEF e o próprio IHGRS passaram a concorrer. A partir dos anos cinquenta, o Folclore – já fundido com o *tradicionalismo* – desloca-se progressivamente das academias históricas para os campos da mídia e do espetáculo. Concomitante a isso, solidifica-se o atendimento, pelo Estado, das demandas institucionais dos CTGs.

A constatação obriga, entre outras conclusões extraídas da pesquisa, a nuançar o balanço “ambíguo” do “movimento folclórico brasileiro”, destacado por

Rodolfo Vilhena. Se no centro do país os folcloristas polígrafos puderam compensar sua derrota acadêmica com uma participação assídua na definição das políticas públicas de cultura, no Rio Grande do Sul a geração de trinta perdeu esta prerrogativa para os experts de um movimento empenhado em conferir novos contornos à mediação erudita da cultura *regional* e *popular*. Graças a ele, o *regionalismo* se desgarra da Literatura e da História, para assumir a forma visível da festa *tradicionalista* – a qual, por sua vez, terá seus elementos rituais incorporados ao cotidiano de sujeitos convertidos aos “hábitos e costumes” de um passado imaginário.

Malsinado e ambíguo: a “longa duração” do regionalismo gaúcho

“(…) surge el gauchito como personaje cuya valoración moral es contradictoria, pues ha provocado, a su respecto, discrepancias de juicio que van desde el baldón hasta el ditirambo; cuya realidad es misteriosa, pues testigos de diversas generaciones coinciden en afirmar que sólo existió en el pasado, con preferencia setenta años antes de cada una de tales afirmaciones; cuyo estado presente, de símbolo preservado en el altar de la patria, se parece no poco a una posteridad sublime, quién lo niega, pero muerta, como todas las posteridades. El lector advertirá, desde luego, que la imagen presentada no corresponde, ni puede corresponder, a un personaje real. Yo eché mano a recuerdos y lecturas para reanimarla con todas sus anomalías y premeditadamente he señalado las perplejidades que me propuso. Me digo que si otros han de recorrer el mismo camino, más vale que sepan a qué atenerse.

(Bioy Casares, “Memoria sobre la pampa y los gauchos”.)

1.1. História Cultural, na fronteira entre o social e o político

Se é verdade que o passado não se impõe ao historiador por si mesmo, mas é investigado em função de perguntas suscitadas no presente, a insistência com que certas questões foram e continuam sendo colocadas no Rio Grande do Sul é significativa. Dentre elas, uma das mais recorrentes diz respeito à inserção particular – quando não, desviante – do estado no cenário cultural brasileiro, a ponto de se poder destacá-lo do conjunto como um “quase” país.⁴³ Essa presunção de peculiaridade vem sendo matéria de escrutínio desde o último terço do século XIX, constituindo-se em um dispositivo permanentemente acionado pelos grupos sociais na mediação de seus conflitos e interesses, sobretudo em situações de crise. Neste ínterim, integrado ou autônomo, fiel ou meritoriamente rebelado, o “estado farroupilha” nunca deixou de ser retratado como o território limítrofe da nacionalidade, talvez aí mesmo residindo a amplitude das fontes e das reflexões

⁴³ Ruben Oliven toma a oscilação entre integração e autonomia em relação ao Brasil como marca distintiva do discurso regionalista no Rio Grande do Sul, (1992a, especialmente o capítulo III; 1992b). Ao expor as contraditórias relações entre o estado e a nação, aponta a recíproca afirmação da especificidade “gaúcha” por outros brasileiros que, às vezes, referem-se jocosamente ao estado como um “país vizinho e irmão do Sul”. (1992a: 47).

sobre o “caráter regional sulino”.

O despertar para a originalidade cultural da província surge no arrasto dos enfrentamentos partidários ainda em meados do século XIX, sendo mais tarde, proclamada por jovens abolicionistas e republicanos no curso de profundas transformações na sua matriz econômica. Da política, a constatação se estende à ficção, à crítica literária e vem ocupar, nas décadas de vinte e trinta, o centro das discussões historiográficas. Nos anos cinquenta, ela alcança os movimentos sociais – servindo de estímulo, daí por diante, para o aparecimento de novas práticas comerciais e rituais de base identitária. Sem mais se restringir aos atores lotados nas instituições diretamente empenhadas em deliberar sobre as formas de inclusão do estado na história nacional, a discussão sobre “o modo gaúcho de ser brasileiro” chega ao grande público, mostrando-se inesgotada até hoje. Por sua força mítica, o herói civilizador multiplica-se, assim, em uma série de estereótipos que projetam sua existência sob diferentes roupagens através dos tempos, dos segmentos sociais e das facções políticas, conformando um modelo identitário atualizado pelas ações e aspirações do presente.

Este trabalho pretende voltar ao assunto para encaminhar a seguinte tarefa: tomando como porta de entrada o debate entre autores envolvidos com o diagnóstico cultural do Rio Grande do Sul nas décadas de cinquenta e sessenta, integrar o processo de institucionalização da memória à problemática identitária, explorando o modo como o pertencimento territorial – e, mais especificamente, o dilema da fronteira – influenciou sobre a trajetória disciplinar da História e sobre a negociação das identidades profissionais dos grupos mediadores do *regionalismo* no estado.

Essa forma de abordagem remete à inserção da pesquisa nos parâmetros de uma “história cultural”. Porém, antes de avançar na exposição dos instrumentais de análise – e sem querer subestimar o poder diluidor dos rótulos – parece oportuno especificar de que História cultural está-se falando, já que a carreira ascendente dos *imaginários* e das *representações* nas ciências humanas ultimamente contribuiu para tornar a expressão equívoca.

Na historiografia, o primado da “História Cultural” é hoje tão flagrante que a evidência tem servido, alternativamente, para medir-se o grau de “atualidade”

das correntes teóricas disponíveis e denunciar o caráter efêmero e superficial de mais um modismo. Decantada por uns, detratada por outros, a profusão de modelos analíticos voltados para o tema das alteridades constitui-se, hoje, como um ponto de fuga no quadro das alternativas e desafios colocados à disciplina. Num e noutro caso, locuções como *novas Histórias* e *Histórias pós-modernas* chegaram a ser associadas ao designativo “cultural” para identificar uma espécie de conjunto homogêneo de disparidades, já que nem por incontestada sua importância, a reformulação geral de “objetos, problemas e abordagens” da História é matéria menos controversa.

De fato, o deslocamento do que se concebia *cultural*, primeiro do nível transcendente das idéias – as “idéias desencarnadas” de que falava Lucien Febvre – para o nível periférico das superestruturas e daí para o terreno da linguagem, fez desta última o centro das interrogações mais radicais sobre a finalidade da História, mas também levou boa parte dos historiadores a se perguntarem sobre os destinos de uma História social “em crise”. (Souza Silva, 1996: 203). Esta suposta crise, desencadeada no momento em que o texto aparece como instância última de produção do sentido, foi percebida com maior ênfase pelos historiadores ingleses. De lá partiram as clássicas advertências de Lawrence Stone, sobre o risco de imersão no descritivismo de uma “História narrativa”, e de Eric Hobsbawm, à empatia dominante nas interpretações ensaiadas pelo grupo *Workshop* nos anos setenta.⁴⁴

Não obstante isso, mesmo entre aqueles que reclamam co-autoria em um

⁴⁴ Cf. Souza Silva (1996: 203) e Stone (1979: 3-24). Comentando a crítica de Stone, Hobsbawm sugeriu que se partisse, na análise da explosão dos objetos e do “descritivismo” de algumas especialidades da História, da convergência entre ela e Ciências Sociais. Philip Abrams (1980) assinalou a aparente contradição entre os dois argumentos, já que uma aproximação com as Ciências Sociais tenderia, em tese, a distanciar a História do procedimento narrativo. Sugeriu então uma terceira via de avaliação do problema, supondo que “se houve uma tal convergência uma importante condição para isso deve ter sido a descoberta pelos sociólogos de um poder de convicção do modo narrativo”. Discordando da imagem de um casamento idílico e recente entre as disciplinas, Abrams apresenta reservas à “provável pobreza teórica dessa sociologia que influencia a história” (“a História precisa de teoria, mas não de teoria sociológica”), e ressalta o sentido tenso de uma convergência programática antiga, pois que ambas as disciplinas exploram um território comum de diferentes modos, cada qual com seu próprio e peculiar discurso da prova: “Ambas procuram entender o quebra-cabeça da ação humana e o fazem em termos de processos de estruturação social. As duas são impelidas a conceber aqueles processos tanto cronológica, quanto logicamente, como seqüência empírica e forma abstrata; num contexto em que nem a distinção sincronia-diacronia, nem a ideográfica-nomotética adquirem maior peso. A sociologia tem que se voltar ao eventual porque é onde a estruturação acontece, a história precisa ser teórica porque é onde se estruturação é apreendida”. (Abrams, 1980:3 e 5).

movimento que nos últimos trinta anos trouxe consigo o paradoxo (aparente) das novidades constituídas de “retornos” (da História política, do sujeito, do acontecimento, do arquivo, da narrativa, etc.) há divergências fundamentais, por exemplo, quando se trata de assumir a possibilidade de uma dimensão extratextual como referente da escrita histórica.⁴⁵ Dado o conteúdo epistemológico da discordância, ela pode funcionar como critério definidor das fronteiras entre as tantas Histórias culturais da atualidade. É, portanto, com referência a tal critério que se posiciona o presente trabalho.

A explosão dos objetos de análise e a intensa circulação de teorias e métodos entre a História, as Ciências Sociais e áreas afins, como a Crítica Literária e a Lingüística, desaguarão em linhas programáticas diversas, mas que costumam ser nomeadas em conjunto.⁴⁶ Entre elas, apareceram “Histórias culturais” para as quais o discurso/texto é encarado como núcleo gerador das configurações sócio-históricas e objeto privilegiado da análise de convenções retóricas e dos condicionantes psicológicos dos atores.⁴⁷ Enquanto isso, na França, historiadores reivindicaram a herança dos *Annales* – retomando a crítica foucaultiana ao realismo, no qual a própria tradição Labroussiana tinha deslizado – para reformular o objeto a constituir pela “História Cultural”, mas mantendo uma linha de continuidade necessária com a “História Social”. Na expressão de um desses autores, pode-se “tentar ultrapassar a História econômica e social, [mas será] preciso primeiro passar por ela”. (Prost, 1997: 133).

De modo geral as vertentes “culturais” do primeiro grupo assumiram uma posição marcadamente cética ao racionalismo aplicado à interpretação de fenômenos sócio-culturais. Neste ponto incidiu o sobressalto de Lawrence Stone e outros historiadores,⁴⁸ preocupados com o risco de se substituírem os recursos de análise por um relativismo descritivista. Aqui reside também o desafio atualmente dirigido não apenas à História, mas ao conjunto das ciências humanas, uma vez que o questionamento da existência de uma realidade extratextual, lançado por

⁴⁵ Veja-se, a título de exemplo, o “diálogo” entre Roger Chartier e Robert Darnton (mediado por Pierre Bourdieu) a propósito da história cultural, publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. (Bourdieu, Chartier e Darnton, 1985).

⁴⁶ Este é o procedimento seguido por Sandra Pesavento, 1995b.

⁴⁷ Ver Bann (1994: 13-26; 51-86), Barthes (1988 e 1990) e White (1995; 1994).

⁴⁸ Por exemplo, Cannadine (1987).

desconstrutivistas e neo-historicistas⁴⁹, sugeriu um fundo *cognitivo* ao diagnóstico da “crise”, parecendo propor a renúncia à pretensão explicativa por parte dessas ciências. Ao invés da ameaça hiper-racionalista do estruturalismo, paira hoje a noção de que História é (mais) uma forma textual de mediação do passado, e que sua especificidade reside basicamente nas convenções retóricas que emprega, sendo em vista disso definida como uma subespécie de narrativa ficcional ou como um mito.⁵⁰

Contudo, há profissionais defendendo uma “História Cultural” definida segundo critérios diversos e que, se bem poderiam ser chamados pós-estruturalistas, não se caracterizam de forma alguma pela dissolução da ambição científica (de objetividade) do saber histórico. Autores como Michael Pollak, Antoine Prost, Jean Pierre Rioux, Jacques Revel e Roger Chartier muitas vezes manifestaram seu desconforto diante de uma História dividida entre a ficção e o cientificismo.⁵¹ Questionando a validade da oposição binária entre um “subjeto”

⁴⁹ Utiliza-se aqui a expressão empregada por Maria Manuela R. de Souza Silva para designar “(...) um movimento intelectual surgido nos quadros da Universidade de Berkeley, voltado de preferência para o estudo da Literatura e da Cultura. As figuras mais destacadas são: Steven Greenblat, Louis Montrose, a ativista feminista e historiadora Catherine Gallagher e W.B. Michaels, todos fundadores da revista ‘Representations’, órgão divulgador das idéias do grupo”. (Souza Silva, 1996: 213).

⁵⁰ Para François Hartog (1998), a questão das relações entre história e narrativa devia ser colocada em termos distintos daqueles postos por Stone. Ao invés de postular-se, sem qualquer problematização do que se designa por narração, um “retorno” desta última simultaneamente à falência das pretensões explicativas da primeira, seria o caso de repensar suas relações recuperando a inscrição do historiador – sujeito do conhecimento – e da história – objeto – em uma temporalidade – ou seja, em função de determinados regimes de historicidade dos quais a escritura da História participa. Seria o caso de perguntar, como fizera Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, por que esta prática manteve-se por tanto tempo governada não pelo primado da narrativa, mas pelo seu eclipse, pelo seu ocultamento – ou seja, pelo atrelamento da ambição de verdade e de ciência à crença da não pertença da história às formas narrativas. (cf. Hartog, 1998: 196-197). Já Carlo Ginzburg, atuando no contrapé dos relativistas (e, de certa forma, de Ricoeur e Hartog), questiona o mérito dos argumentos pró ou anti-relativismo baseados na oposição entre “prova” e “retórica”. Ao revelar as “implicações cognitivas das escolhas narrativas”, o autor cumpre o objetivo de “vencer os cétricos no seu próprio terreno, revelando [...] as implicações cognitivas das escolhas narrativas (incluindo as da narrativa de ficção).” (2002: 44)

⁵¹Veja-se, além da obra coletiva *Pour Une Histoire Culturelle* (Sirinelli et alli, 1997), de que participam, entre outros, Jean Pierre Rioux e Antoine Prost, especialmente a introdução e o terceiro capítulo de *À beira da falésia*, de Roger Chartier, intitulado “História entre narrativa e conhecimento”. Em vista do que foi enunciado na nota anterior, poder-se-ia incluir na lista das respostas ao relativismo de White (e às interpretações revisionistas como a de Faurisson sobre o holocausto judeu), além dos autores já mencionados, os representantes da *microstoria*, como Carlo Ginzburg e Giovanni Lévi, com os quais historiadores de formação labroussiana têm mantido, quando não um alinhamento declarado (caso de Jacques Revel), um diálogo constante, ainda que não isento de conflitos. A propósito, ver o testemunho de Jacques Revel (1997) a Marieta de Moraes Ferreira, e ainda Revel, 1998; a apropriação crítica de Lévi do interpretativismo de Geertz. (1992); e de Ginzburg (2002) ao “relativismo cétrico” de Barthes e White, especialmente os capítulos primeiro e segundo.

plural e um “objetivo” reducionista, eles reiteraram, junto com a necessidade de uma virada auto-reflexiva que tomasse por objeto de análise a própria disciplina, a convicção na possibilidade de um discurso objetivante que, munido de novos instrumentais, mostre-se “sensível à pluralidade das realidades”. (Pollak, 1992: 211). Fazendo um uso distinto da crítica de Foucault ao positivismo – isto é, também lançando mão dos argumentos contestatórios ao dualismo entre “realidade” e “aparência” e, portanto, à existência de categorias conaturais ao homem – esses estudiosos propuseram, contra os parâmetros clássicos de uma história social que pressupunha o inconsciente nas condutas ao privilegiar a coerência das estruturas, o esforço no sentido da reedição do projeto de uma “História total”.⁵² No dizer de Ignácio Olabarri, esta seria entendida não mais nos termos de acumulação temporal e extensão geográfica, mas como a captação, na interpretação histórica, do “todo complexo da interação social” (Olabarri, 1995: 16-17) – ou seja, dos condicionantes materiais e simbólicos implicados na ação humana.

Apesar do sentido controverso, comum ao emprego de expressões consagradas para fins distintos do sentido original, este “retorno” da História total pode ser visto como uma tentativa de articulação entre a estrutura do discurso histórico (o relato e a explanação), o objeto e os vestígios materiais/textuais através dos quais este é construído. Em síntese, como a articulação, no discurso do historiador, dos planos analítico e descritivo da pesquisa, partindo-se de um fenômeno particular. (Abrams, 1980:9-10). O discurso histórico deixa, então, de ser validado pela crítica documental externa, mas sim em virtude do grau de plausibilidade, verossimilhança e coerência de seus enunciados. Ao contrário de reduzir as experiências humanas ao seu aspecto discursivo, tal procedimento

⁵² Para Roger Chartier, a opção auto-reflexiva dos historiadores que, como ele, posicionam a história no conjunto das ciências sociais, teria se caracterizado pela ênfase sobre “a liberdade do sujeito, a parte refletida da ação, as construções conceituais”. (Chartier, 2002: 90). Um tal privilégio teria por pressuposto o entendimento da dimensão política como o nível mais abrangente e revelador da realidade social. Neste sentido, Chartier concorda com a avaliação de Marcel Gauchet, para quem “o que parece delinear-se ao final da problematização da originalidade ocidental moderna é uma recomposição do desenho de uma história total. De acordo com dois eixos: por acessão, através do político, a uma nova chave para a arquitetura da totalidade, e por absorção, em função dessa abertura, da parte refletida da ação humana, das filosofias mais elaboradas aos sistemas de representação mais difusos”. (apud Chartier, 2002: 90). Outra retomada dessa nova ambição de totalidade, também baseada em Gauchet, pode ser vista em Boutier e Julia, 1998: 27 et passim.

procura reiterar o caráter performativo do discurso e das classificações sobre a ordem social que ele comporta. Significa dizer que, não sendo operações neutras, as relações de força presentes na formulação das representações sociais deixam de ser redutíveis a relações de comunicação entre sujeitos ou grupos.

Este percurso é o que a presente análise pretende trilhar, reintegrando o referente da História e de toda mediação simbólica – a experiência – ao discurso, em uma História cultural que seja também social e política, ocupada das identidades dos agentes e dos ofícios intelectuais. Tanto quanto elementos discursivos referidos a códigos e estratégias lingüísticas arbitradas pela luta entre sujeitos veiculadores (sejam eles indivíduos, grupos ou instituições), as representações identitárias são entendidas como **práticas**. (Chartier, 1990). O termo serve então para validar a explicação racional que dê conta da polissemia do significado sem descuidar da dinâmica social que rege a circulação das categorias e a produção do sentido. Neste caso, retomando o argumento de Roger Chartier, importa buscar a articulação entre “as formas contraditórias de percepção do mundo” e a organização social, integrando os diferentes modos de demarcação das identidades – formas institucionalizadas que se pretendem naturalmente fundamentadas – “às variáveis consoante as classes sociais ou meios intelectuais [...] produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias de cada grupo”. (Chartier, 1990: 17).⁵³

Referidas às clivagens entre grupos e à hierarquia social expressa no próprio uso da linguagem, as representações são, antes de tudo, formas criadoras de estratégias e ações com respeito a proveitos específicos, situados em campos diferenciados de competição pela legitimidade na definição de projetos, condutas e identidades. Neste caso, o objetivo do pesquisador não pode manter-se restrito à interpretação dos significados do texto em virtude da variabilidade de sentidos intrínsecos às simbologias produzidas no bojo da interação social. Deve ir e vir da experiência ao discurso sobre a experiência, pois que “é impossível compreender-se uma representação sem saber de que ela é representação, sob pena de perder-se no nominalismo”. (Prost, 1997: 145). Seguindo este raciocínio, o repertório

⁵³ Vale resgatar, na passagem citada sobre “as disposições estáveis e partilhadas de cada grupo”, o empréstimo, por Chartier, do conceito de *habitus*, tal como apropriado por Bourdieu de Durkheim e Mauss. A propósito da diferença entre *habitus* e *ethos*, ver Bourdieu (1984).

simbólico acumulado no processo de ressemantização do estigma *gaúcho* em termo gentílico, depois de ter sido decisivamente manejado pela intelectualidade nas lutas propriamente “acadêmicas”, habilitam-no ainda hoje a servir de arma e objeto de disputa, se não tão visivelmente entre os historiadores, de forma manifesta entre uma vasta legião de mediadores dos significados contemplados pelo termo “regional” no espaço público sul-rio-grandense.

O conjunto dessas observações suscita uma série de perguntas sobre os critérios pelos quais foi construído o objeto da pesquisa. A primeira questão é saber de onde procede a legitimidade de classificações como *nação* e *região*, e o que faz coincidir um padrão de organização política recente com um preceito de ancestralidade capaz de dotar essas classificações de um sentido auto-evidente (como derivações da “natureza”), do que depende sua eficácia política e simbólica. A segunda questão é saber quais as novas práticas engendradas pelo discurso identitário no período compreendido pela investigação. Neste ponto, trata-se de observar o modo como no Rio Grande do Sul a atualização da imagem típica pela qual se distingue a *região* coincide com dois processos entrecruzados. Em primeiro lugar está a expansão da memória local – com o alargamento de seus dispositivos institucionais, a diversificação dos canais e agentes intermediários e – ponto de particular interesse neste trabalho – o aparecimento de práticas celebrativas que se desenvolvem sob o imperativo da experimentação do passado, consubstanciado agora em “tradição”.⁵⁴ Em segundo, a marcha de especialização da pesquisa social, com a importação de novos parâmetros de “ciência” que

⁵⁴ Refiro-me aqui ao surgimento do *tradicionalismo* como marco de diversificação social e de inovação formal dos usos da história na sociedade rio-grandense. Tal evento funda a modernização de formas anteriores de mediação da memória coletiva no estado. Com seus novos rituais de celebração identitária, o movimento realiza o imperativo de dramatização de um passado que se estende das academias e museus para os movimentos sociais e a mídia. Instalada no plano do concreto, a “vivência dos costumes e hábitos gauchescos” traz o folclore para o cotidiano de autores individualmente engajados no “culto” a tradições inventadas (Hobsbawm e Ranger, 1984) ou retomadas da tradição intelectual. Essa nova modalidade discursiva do *regionalismo* participa então de um processo de “patrimonialização” da memória, recentemente detectado por etnólogos da história. Daniel Fabre, um dos pesquisadores que tem se ocupado em sistematizar os parâmetros de análise dessa linha de pesquisas nota, a respeito, que: “A irrupção dessas novas categorias de autores se sobrepõe à paisagem anterior da erudição, mas, sobretudo, coincide com a construção institucional e, mais raramente, liberal, de uma sorte de economia da história na qual ela é menos um saber a produzir do que uma fonte a recuperar, a captar e fazer frutificar. [...] Entra em cena então a tropa de mediadores da história que, quaisquer que sejam suas intenções anunciadas (reconquistar uma identidade perdida ou abafada, lançar um novo modelo de desenvolvimento local, ‘fabricar e vender um produto cultural’...), se prendem a traduzir em termos visíveis o relato histórico que os autores e atores do saber não enunciarão senão por rudimentos ou de modo bem particular”. (Fabre, 2001: 29).

questionam a autoridade da História desenvolvida nas academias de eruditos. Essas transformações, revolvendo as hierarquias de saberes formais e redimensionando as relações da História com outras disciplinas, determinam o rearranjo de forças dentro da intelectualidade, consoante ao desenvolvimento institucional da História e a emergência do Folclore como uma disciplina em construção no Rio Grande.

1.2. A memória do lugar e os lugares da memória

Em termos conceituais, um ponto de partida para a elucidação dos procedimentos de análise poderia ser a integração de dois conceitos que, embora pareçam intercambiáveis, têm sua aplicabilidade regulada pelas dimensões de realidade que pretendem abarcar. São eles: “imaginário” – categoria articulada à construção dos repertórios simbólicos nacional e regional, nos quais se distribuem em ordem hierárquica as classificações amplamente compartilhadas, abrangidas pelo discurso ancestral – e “representação” – que remete às práticas encenadas pelos intelectuais visando o reconhecimento de propostas específicas de conformação da cultura e da memória local, consideradas em sua relação com outros grupos envolvidos e com a construção de modelos nacionais que lhes servem como referência.

Tendo isso em vista, falar das relações entre História, Literatura e Folclore no Rio Grande do Sul ao tempo em que a produção intelectual ainda se referenciava na pangéia das “humanidades”, requer antes de tudo a remissão do problema à afinidade funcional nutrida entre as partes. Essa afinidade é correlata à estreiteza dos laços mantidos entre os “homens de cultura” e os “homens de Estado”, desde a apropriação da figura do gaúcho como protagonista histórico e literário, sob os auspícios do romantismo e da agitação republicana. Significa dizer que no curso de reabilitação moral e de representação mítica do personagem – iniciado no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e já muito antes nas lutas de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata – a **celebração** foi o esteio sobre o qual se estabeleceram os vínculos entre a ficção literária e as ciências do homem.

No domínio extenso (e ainda indistinto) dos panfletos políticos, dos

ensaios históricos e dos chamados populares, o “resgate” dos costumes locais aparecia então como manifestação ao mesmo tempo de uma vontade de memória e de uma necessidade política, participando da invenção das partilhas “de origem” que desde o século XVIII vinham fundamentando a eternidade da Nação e a legitimidade política do Estado moderno. Embora recente, a nação é imaginada eterna, una e original e, por isso mesmo, não prescinde da memória. Inscrita em lugares que funcionam como pontos referenciais de uma unidade coerciva e imaginária, ela se dá a ler por uma narrativa própria, pela representação de uma história inscrita (e escrita) dentro de um arcabouço “original” que constrói e conecta aos atores sociais em um destino nacional preexistente a cada indivíduo. A História, enquanto disciplina, e a memória histórica nacional, enquanto produto de uma primeira fase de desenvolvimento disciplinar, arrimam o princípio coesivo próprio à edificação da nação como uma “comunidade imaginária”⁵⁵ – calcada, entre outras coisas, na crença de uma experiência histórica partilhada. A nação está, portanto, “permanentemente presa ao passado”. (Hall, 1997:57).

De fato, no início do século XIX, embora se estivesse apenas no começo da variedade mais tarde assumida pelos “estilos nacionais”, o Estado-Nação já se havia consolidado em um padrão universal de organização, funcionando como critério de julgamento sobre o “estágio civilizacional” de determinadas sociedades. Anne-Marie Thiesse, em trabalho dedicado aos nacionalismos europeus, mostra como, tendo a condição nacional se constituído em **patamar a ser conquistado** pelas novas entidades políticas, a formulação dos pilares de afirmação da continuidade entre *povo* e *nação* acabou adquirindo um sentido fortemente prescritivo para as elites culturais de diversos países, que procuraram adaptar os signos dessas identidades a parâmetros locais. (Thiesse, 1999b). Deste modo os pensadores dos Estados coloniais (entre os quais se inclui o Brasil) asseguraram sua participação no processo de conformação de “patrimônios comuns” próprios, afluindo em carreira para o cumprimento da verdadeira *lista*

⁵⁵Referindo-se à dificuldade de se analisar o nacionalismo, principalmente entre a tradição historiográfica marxista, Anderson afirma que ela é devida, em parte, a que “as pessoas tendem inconscientemente a hipostasiar a existência do Nacionalismo-com-N-maiúsculo – e, a seguir, classificá-lo” como *uma* ideologia”. Segundo este autor, “as coisas ficariam mais fáceis, se ele fosse tratado como associado a ‘parentesco’ e ‘religião’, mais do que com ‘liberalismo’ ou ‘fascismo’”. Sua proposta é a definição da nação como uma forma de classificação mental emergida na modernidade: “uma comunidade imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. (Anderson, 1989: 14).

*identitária*⁵⁶ fornecida por modelos preexistentes.

Se, como disse Ernest Renan (1997), o desejo coletivo de pertencer à nação se constrói sobre uma unidade territorial cuja origem é sempre violenta⁵⁷ e se os Estados nacionais, como nota Thiesse (1999a, 1999b), ao contrário dos estados dinásticos, não podem reivindicar territórios pela simples conquista; se esse passado nacional sangrento e misturado ainda sugere uma ameaça potencial à consciência de unidade original, a História, a literatura e a coleta folclórica estariam prontas para “restaurá-la” porque é do “povo”, captado por suas manifestações rituais e materiais, e não do príncipe, que procede a legitimidade da nação moderna.

Daí que a celebração não constitua apenas no modo de expressão das histórias nacionais, mas também seja um instrumento privilegiado de legitimação social dos intelectuais e de suas especialidades. Ela tornou indispensável a elaboração de um estatuto epistemológico para uma disciplina emergente, capaz de suscitar a reverência de políticos, de eruditos e de iletrados. No terreno da História, seu encontro com a literatura foi promovido pelos historicismos romântico e cientificista, ambos reservando à nação o lugar de honra na definição de um passado retroativamente concebido, ora como o conjunto de etapas regulares e previsíveis da realização nacional, ora como o processo genitor de uma cultura particular, única e irredutivelmente marcada por sua experiência autóctone.

Como bem demonstrou Prasenjit Duara (1998), em seu trabalho sobre o nacionalismo chinês, no processo de sacralização do passado nacional a concepção de uma temporalidade contínua tornou-se um componente necessário à

⁵⁶ Anne-Marie Thiesse observa que os traços pelos quais se distinguem as nações modernas foram criados sobre uma base temática relativamente estreita, e os elementos simbólicos e materiais que até os anos 60 ainda eram tidos por cientistas sociais e historiadores como critérios que “objetivamente” traduziam (quando não “explicavam”) o fenômeno, são hoje facilmente enumeráveis: uma nação que se preze deve ter ancestrais (quase sempre *heróicos*) e uma história comuns, uma conformação étnica (quando não racial) específica, uma língua nacional, os monumentos que marcam as grandes fases de sua realização, uma paisagem típica e uma mentalidade particular, expressa pela série de práticas e paisagens pitorescas compreendidas como parte do patrimônio folclórico. (Thiesse, 1997b: 207).

⁵⁷ “O esquecimento, diria mesmo o erro histórico, é um fator essencial para a criação de uma nação; e assim o progresso dos estudos históricos é seguidamente um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, com efeito, traz à luz fatos de violência que se passaram na origem de todas as formações políticas, mesmo aquelas cujas conseqüências foram as mais benéficas. A unidade se faz sempre brutalmente [...] a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”. (Renan, 1997 [1882]:13-14; 14-15).

afirmação de identidades ancestrais sobre territórios. Por ser uma forma profana de sacralização do passado, a história linear atinge sua finalidade ao encontrar o começo, “as origens” que permitem a ela afirmar a verdade teleológica das histórias nacionais e regional. No entanto, para que estas se tornassem plausíveis seria preciso inventar um mecanismo que permitisse narrá-las sobre a “sucessão de agoras”, negociando ou ocultando “a aporia entre a ordem do tempo como fluxo contínuo e a narrativa da continuidade ancestral”. (Duara, 1998: 293). Ou seja, para ser reconhecível como objeto por excelência da História, a nação ou a região teriam de conter um núcleo imune à passagem do tempo, remetendo à suposição da existência eterna de uma unidade psíquica e moral, definida como “substrato cultural” de um “conjunto orgânico” territorialmente delimitado.

Foi, então, pela afirmação da autoctonia – terreno em que, como demonstra o autor, a irreversibilidade do passado alça o núcleo ancestral à eternidade – que a História se encontrou com o gênero literário no qual paisagem, linguajar, usos e costumes que constituiriam a sensibilidade própria de cada nação definem a cena e a trama. No romantismo, “ciência” e “arte” convidam-se a participar do inventário folclórico, a buscar o belo-virtuoso-e-verdadeiro no domínio incerto do “popular”. Depositado sobre o povo, o princípio da comunidade de origem pôde ser resguardado das contingências violentas da experiência.

Esse preceito permanece válido para o discurso regionalista que, como derivação política e simbólica do nacionalismo, divide com ele as estratégias discursivas, de inclusão e exclusão seletivas de práticas e personagens sociais determinados. A conformação da nação/região como *sujeito* da história, geralmente encarnado na figura do herói civilizador, constitui-se, portanto, em artifício indispensável à estabilidade do passado numa concepção de tempo contínuo, subjacente a narrativas orientadas para o futuro e o progresso. Como afirma Duara, o sujeito assim configurado “habilita a história a ser a essência viva do passado, mas também a se livrar da sua tutela: o que se desenvolve nele é o que nele permanece mesmo mudando [...] ele é a figura necessária à história linear, vista tanto do ponto de vista fenomenológico quanto político”. (Duara, 1998: 293). Ou seja, apelando à tradição em momentos de crise e transformação, o proselitismo regionalista, mais que uma reação contrária à modernidade, é uma

face específica deste processo global de complexificação das relações sociais e de reconfiguração das formas de percepção do tempo.

A identificação e classificação das propriedades *atávicas* usadas para justificar a permanência da nação/região ao longo da história compuseram, entre os demais procedimentos necessários ao cumprimento da *lista identitária*, um regime de autoridade fundado na “autenticidade” das fontes históricas e no valor “pedagógico” da coleta e estudo dos populários. Como não poderia deixar de ser, a incorporação do folclore à literatura, à História e à nascente etnologia ocorreu segundo a oposição entre “erudito” e “popular”. Privilegiava-se, na primeira categoria, a figura do “autor” da ação (ou o sujeito autoconsciente da história) e, na segunda, a imagem de um protagonista de ordem mítica, difusamente identificado com o “povo” – um anônimo coletivo a ser conduzido pela mão do ator político, segundo o retrato da história política tradicional.

Os dois termos encontram-se em um dos modelos de interpretação que, no romper da historiografia sul-rio-grandense ao final do século XIX, foi amplamente aproveitado pelos historiadores e literatos de verniz republicano. Aqueles autores basearam suas análises sobre as “origens” da sociedade sulina (e das demandas políticas do Rio Grande por elas justificadas) na teoria estética de Taine, que concebia a crítica literária “como uma análise psicológica rigorosa, cujo objetivo seria descobrir a ‘faculdade-mestra’ de um escritor, e que outra não era senão a ‘essência de ordem psicológica’ e a ‘forma de espírito original’ que estariam por trás de sua obra”. (Apud Almeida, 1983: 93). Assim, no percurso entre 1870 e 1930 – marco da sistematização de traços “típicos” do herói gaúcho – é notável o deslocamento tão sutil quanto revelador dos lugares de enunciação dos critérios de definição da *região* e, correspondentemente, dos lugares de iniciação desses enunciadores. Nesse interregno, assiste-se ao progressivo alargamento dos quadros de um mercado cultural embrionário, dominado pelas elites políticas egressas das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia do centro do país, que se expande com a entrada em cena de novas gerações de letrados nascidos na primeira década do século XX. Esta geração, composta dos nomes que nos anos cinquenta farão a lista dos mais notáveis autores sul-rio-grandenses, como Augusto Meyer, Dante de Laytano, Walter Spalding, Moysés Vellinho, Erico Verissimo e Cyro Martins, será

a responsável pela conquista e consolidação, dentro e fora do aparato institucional de governo, de espaços próprios de atuação intelectual. Ela irá sistematizar, na História, os critérios seguidos pela exegese documental e, na literatura, os contornos da paisagem e do linguajar *gaúchos*, mesclando os ecos da renovação cultural proposta pelos modernismos à tradição da literatura *regionalista* das primeiras décadas do século, quando Alcides Maya figurava ainda como autor inatacável.

Politicamente socializados sob a pacificação do Rio Grande, seguida da euforia e do passageiro ecumenismo político durante a campanha de 1930, estes iniciados já não tinham necessariamente de instalar-se na tribuna da imprensa partidária para serem ouvidos. Não obstante, o ambiente estreito, concorrido e pessoal de uma vida intelectual marcada pela desigualdade de condições com o centro do país – onde se concentrava a maioria das atividades culturais e os movimentos intelectuais mais reconhecidos –, justificaria entre eles a bandeira comum da “descentralização intelectual”, ainda mesclada ao discurso da diferença e da superioridade moral do gaúcho brasileiro sobre os outros tipos regionais.

Entre aquela primeira geração de estudiosos militantes do ideal de República Federativa, para quem a definição da história assumia a perspectiva da tríplice de terminação das “manifestações psicossociais de uma coletividade”, a tríade taineana – formada pelo “meio cósmico” (a paisagem), seguida dos homens (raças) em seu processo de adaptação a ele e, por último, pelo “momento” (a conjuntura política) – supunha uma representação do tempo linearmente direcionado para o futuro. A mesma concepção fundamentava a *autenticidade* como um princípio de inviolabilidade de autoridade, oscilante entre a justificação moral do presente pelo passado e a conquista do ideal de modernidade. Seguindo esse protocolo, o destino histórico da região, como o da nação, corresponderia à “realização”, ou à eventual “restauração” de sua unidade de origem através da história. Da autoconsciência da unidade dependeria o futuro político da coletividade. Despertá-la seria o dever dos intelectuais e a função social de toda disciplina humanista.

1.3. História, Literatura e Folclore sob o signo da ancestralidade

Entre as elites letradas da virada do século, a ênfase sobre as peculiaridades sulinas veio acompanhada da denúncia federativista, expressa em 1870 pelo Manifesto Republicano, nos termos “Centralização = Desmembramento; Descentralização = Unidade”.⁵⁸ Inscrito originalmente em um programa em que a “centralização” aparece como sinônimo de regime imperial, ao longo das décadas seguintes o lema acabou por representar mais do que um adorno retórico para o clamor autonomista das províncias “unidas pelo vínculo da nacionalidade”. Ele se transformou na constatação de uma evidência dramática: a fragilidade deste vínculo na mais meridional dentre elas – uma *região* tardiamente incorporada ao império colonial português e culturalmente próxima de vizinhos sem o mesmo pendor que o Brasil, nem para o regime da Coroa, nem para a preservação da unidade.

Essa idéia é central à prosa histórica de viés republicano produzida entre 1882 e 1897, por autores como Alcides Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil (futuro opositor de Julio de Castilhos) e Alfredo Varela (cuja obra é publicada já após a subida de Castilhos à Presidência do estado).⁵⁹ Nas sínteses desses autores,

⁵⁸“O regimen da federação baseado, portanto, na independência reciproca das províncias, elevando-as a cathegoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defeza exterior, é aquelle que adaptamos no noso progamma, como sendo o unico capaz de manter a communhão da familia brasileira. Se carecêsemos de uma fórmula para assignalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regimen, nós a resumiríamos assim: - Centralisação-Desmembramento. Descentralisação-Unidade”. Ver Love (1975: 30).

⁵⁹ Os títulos aqui referidos são: da *História popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides Lima, *História da República rio-grandense*, de Assis Brasil (ambas editadas em 1882) e *RS: descrição física, histórica e econômica*, de Alfredo Varela, de 1897. As duas primeiras faziam parte de um projeto comum, desenvolvido pelos recém-formados Bacharéis em Direito pela Faculdade de São Paulo, a pedido do Clube 20 de Setembro, em comemoração ao 47º aniversário farroupilha. A Alcides Lima coube a parte introdutória ao levante, abordando as causas que teriam levado a província ao expediente revolucionário e separatista. Já Assis Brasil (à época ainda correligionário de Julio de Castilhos) tratou do processo revolucionário em si. Segundo Ieda Gutfreind, essas obras assinalam o nascimento de um Rio Grande do Sul “não mais voltado para o Brasil, mas para si mesmo, capaz de sobreviver, sem o concurso nacional, graças às suas potencialidades, a interesses econômico-financeiros específicos e à diversidade das demais Províncias”. (Gutfreind, 1989: 51). A autora sustenta que esse tipo de interpretação definiu, naquele momento, a situação “historiográfica” do estado – o que permitiria classificá-las como integrantes de uma “corrente ideológica platinista”, à qual estariam filiados “os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compoñha a história do Rio Grande do Sul”. (Gutfreind, 1989: 10-11). Uma análise mais detida sobre essas mesmas publicações, mas do ponto de vista das relações entre memória e história, pode ser vista em Nedel (1999: 85 et passim).

a natureza conflituosa das relações entre centro e periferia, Corte e Rio Grande de São Pedro, ao mesmo tempo em que “explica” a participação supostamente diminuta da província na vida política brasileira, justifica a premência de uma solução política precisa – republicana e autonomista – para o problema. Contra a desatenção dos governantes para com as diferentes necessidades *regionais*, as ameaças de fragmentação e outros efeitos perversos do jugo centralista que colocava em risco a própria existência da Nação, a autonomia aparecia como única garantia de manutenção da unidade – ainda recente – de um território continental.

Qualificada de congênita na “História da República Rio-grandense” de Assis Brasil, essa divergência de interesses com a capital do império é vista como a consequência política de fatores previamente colocados pela natureza. A contigüidade das planícies argentina, uruguaia e brasileira, o isolamento geográfico da *região* e a dificuldade de manter comunicações estáveis com restante do Brasil teriam desaguado numa afinidade politicamente ameaçadora para o país, do Rio Grande com o pampa⁶⁰ de outras nacionalidades. Desse ponto de vista, a experiência separatista Farroupilha resultava na maior lição histórica deixada à nação pelo Rio Grande, pois que

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, [...] na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo – teria aparado os reduplicados golpes que por vezes estiveram prestes a cortar para sempre o fio da integridade nacional. A liberdade é em tudo uma condição de vida e, por conseguinte, de ordem; quiseram substituí-la pela centralização

⁶⁰ O “pampa” corresponde, em linhas gerais, ao espaço físico-geográfico compreendido pela bacia do Rio da Prata. Essa área é dotada de uma paisagem característica, formada de pradarias e planícies que, politicamente, abrangem a chamada “Mesopotâmia” argentina (províncias de Santa Fé, Corrientes e Entre-rios), o sudoeste de Córdoba, parte da província de Buenos Aires e a margem oriental do rio Uruguai (Uruguai e Rio Grande do Sul, até o rio Jacuí). Cf. Osório (1990: 19).

atrofiante; o resultado foi o que se viu: um protesto enérgico da natureza.⁶¹
(Assis Brasil, 1979 [1882]: 36-37)

Traduções adversativas como essa, da realidade política, cultural e geográfica de um estado desde sempre tido por mal-integrado, mas que, afinal, exerceu ao longo da história um papel de peso no jogo político nacional, foram adquirindo ares de evidência durante a primeira metade do século XX entre os intelectuais sulinos, estampando-se de modo durável e generalizado na sua produção escrita. Transversal a escolas históricas e a correntes políticas, a convicção de que o Rio Grande ocupava um lugar singular e uma posição inferior à que lhe seria de direito no mapa político e cultural brasileiro se alastrou igualmente pela voz daqueles que seriam os grandes árbitros do discernimento estético (e à época também “sociológico”) do *caráter regional*: o crítico literário.⁶²

Neste âmbito, gerações de autores ressaltarão a tonalidade particular das letras sul-rio-grandenses, em conformidade com outras diferenças que teriam sido legadas pela geopolítica à sociedade local. Se toda história de guerras tem um preço, aos olhos dos primeiros literatos era a imagem da *província* que pagava, injustamente acusada pelos “helenos requintados que passeiam pela rua do

⁶¹ A Revolução Farroupilha é o acontecimento memorável estrategicamente eleito pelas diferentes facções políticas do Rio Grande do Sul, para fundamentar na História suas reivindicações. O evento é prenhe de significados, derivando dessa plasticidade o papel central que passou a desempenhar na historiografia local. Além do alto potencial persuasivo da ameaça separatista, a Revolução oferece outros ingredientes úteis ao enfrentamento político. Ela guarda signos de respeitabilidade que, manipulados pelo discurso republicano, acabaram por conferir-lhe o aspecto respeitável da desobediência cívica, mais do que da simples sublevação armada. A notabilidade social dos sublevados, vindos da elite militar estancieira, a adaptabilidade da experiência republicana de dez anos em pleno Regime Imperial, ao discurso auto-suficiência do Rio Grande dominante na fase de implantação da ordem constitucional castilhistas – e, finalmente, a capacidade de evocar a imagem heróica da disposição para a luta (disposição esta adquirida nas guerras de fronteira) contribuíram para que a República de Piratini permanecesse por décadas o tema central dos debates históricos no estado.

⁶² Flávio Loureiro Chaves, na introdução de sua compilação documentada sobre o “Ensaio Literário no Rio Grande”, reconhece a tendência entre os críticos locais – desde Apolinário Porto Alegre até Moysés Vellinho, passando por Alcides Maya e João Pinto da Silva – de discutir o *regionalismo*, buscando “localizar a sua função dentro da literatura brasileira e [...] identificar os ‘pontos de equilíbrio’ [...] – aquelas expressões que, captando a essência da nacionalidade, individualizando-a localmente, pudessem também transfigurá-la numa linguagem universal”. (Chaves, 1979: XXV). Leite (1978) assinala as repetições temáticas e a estreita variabilidade de estilos presentes na ficção rio-grandense. Perguntando-se sobre a recepção das inovações modernistas no meio literário do Rio Grande, a autora ressalta a recorrência das incursões da ficção pela história e pelos costumes locais. Conclui pela “inexistência” de uma produção “modernista” no Rio Grande do Sul, já que ali, e diferentemente do sudeste, o movimento teria servido para reeditar, sob a influência verde-amarela, o alento romântico de “valorização do gaúcho-herói em duas modalidades básicas [...] ou apontando para a transformação do Rio Grande moderno, em que o herói agoniza, prestes a desaparecer, ou enfatizando, confiantes, a persistência do herói, apesar das transformações”. (Leite, 1978: 36).

Ouvidor” de ser “uma espécie de Macedônia de atraso e de barbarismos”. (Maya, 1979 [1909: 20]).⁶³ Ainda que sem questionar a pertença à palheta de cores da literatura nacional, para esses tribunos das letras, o principal revés acarretado pela particular evolução histórica e literária do Rio Grande era a predestinação à invisibilidade pelos críticos da “corte”. Desta forma, na seara intelectual a bandeira seguia a mesma da política: o federativismo. Transposta para o domínio cultural, a defesa desse princípio visava ao reconhecimento da participação gaúcha na vida intelectual do país, tida como condição de possibilidade do sonho de uma autonomia brasileira no campo das letras, traduzida na superação do insulamento geográfico das regiões e tomada como pré-condição da integração cultural do Rio Grande ao “espírito nacional”. Nas palavras de Alcides Maya, um dos primeiros reivindicadores da idéia,

Os escritores que têm esboçado em quadros mais ou menos fiéis a vida mental do país parecem convencidos de que neste solo nasceram apenas Osório, Bento Gonçalves, Canabarro e Netto... E, ainda assim, a história do Brasil é um *arranjo de amigos* entre São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia e o Rio. Os capítulos de ação decisiva do Rio Grande ficam... no tinteiro dos monopolizadores do passado pátrio. [...] Nós, os moços, devemos conquistar o lugar a que temos direito, completando pelo pensamento a obra belicosa dos Avós guerreiros. Ao federalismo político, definitivamente triunfante, corresponda o federalismo literário. Evitemos a centralização das letras. O Brasil não pode ser, em estética, uma dependência da Capital Federal. (Maya, 1979 [1900]: 21)

Este autor, futuramente conhecido como o pai fundador da prosa regionalista no Rio Grande, inicia sua carreira como escritor e polemista, reclamando a participação do estado nas antologias históricas e literárias brasileiras, sem deixar de admitir a precariedade cultural de um ambiente que, comparado aos espaços de maior reputação dentro do país, mostrava seu lado “provinciano”. Maya não foi o único, mas o primeiro de uma longa progênie de autores ocupados da mesma questão. Tal deficiência continuará sendo lamentada, vinte anos depois dessa exortação, na primeira *História da Literatura no Rio Grande do Sul* aparecida no estado – publicada em 1924, por João Pinto da Silva.

Já na abertura do livro, Silva reclama da abundante literatura européia (principalmente francesa) guardada na Biblioteca Pública Estadual – órgão que, no

⁶³O título do artigo citado aqui é “O Rio Grande Mental”. O texto, publicado originalmente em *Através da Imprensa*, em 1909, foi reproduzido e incluído na antologia organizada por Chaves (1979:20-29: 20).

tocante aos movimentos intelectuais do Rio Grande do Sul, “exibe inexplicável debilidade” (Silva, 1924: II). Ao longo da obra, reporta com frequência o “nosso naturalíssimo atraso, em assunto de instrução”, a “penúria intelectual” e a “crassa ignorância” que imperava em Porto Alegre, passados já três séculos de colonização portuguesa na América. (Silva, 1924: 30).

Tudo nos faltava. A distância da metrópole, as dificuldades da viagem, por mar ou por terra, e ávida de perigos que aqui os esperaria, não tentavam a imigração de educadores e de letrados reinícolas, aos quais Pernambuco e Bahia, principalmente, muito mais próximos, ofereciam vantagens materiais e espirituais de toda espécie. [...] Não houve, pois, por aqui, a cultura literária ou científica, por [...] transplante, como na Bahia, no Recife, etc. Ninguém, por exemplo, surpreenderá entre nós, durante o tempo colonial, como em certas localidades do norte, a existência ilógica, de elites mentais em clamorosa desproporção com o meio. (Silva, 1924: 33-34)

Na crítica literária, a *província* é indissociável do *provincianismo*, de tal forma que o discurso da singularidade parece, a certa altura, como expressão da precariedade intelectual de um estado acima de tudo guerreiro, militarizado por vocação cívica. Seis anos mais tarde, em um texto de 1930, chamado *Separatismo Político e Regionalismo Literário*⁶⁴, o mesmo autor observa que

De todas as circunscrições do Brasil, é provavelmente o Rio Grande aquela cuja vida literária acusa mais nítidos pendores de diversificação das tonalidades dominantes no resto do país. Quero dizer que o regionalismo é aqui mais intenso do que nos outros Estados. Contribui para isso o fato de ser a nossa existência coletiva mais rica de expressivas peculiaridades, oriundas não só da terra, como da história, e muito mais desta do que daquela. [...] Até agora romanceando, poetizando os nossos gestos e pendores mais típicos, o que [o regionalismo] tem tido em mira é a exaltação da personalidade do Rio Grande, dentro do Brasil e sem prejuízo do Brasil. Há nessa atitude um pouco de narcisismo... No caso, porém, o narcisismo tem outro nome: é exageração patriótica [...]. (Pinto, 1979 [1930]: 80)

Trinta e cinco anos passados da instalação da República Positivista no Rio Grande, vinte anos depois das exortações de Maya, o alto grau de consenso alcançado pela peculiaridade autoproclamada do Rio Grande do Sul permitiu que Mario de Andrade exclamasse, a propósito do notório predomínio *regionalista* na literatura ali produzida, e não sem uma ponta de malícia ao amigo Rui Cirne Lima, “Meu Deus, como vocês aí no Rio Grande do Sul são parecidos uns com os

⁶⁴ Trata-se do tópico final do IV capítulo da obra *A Província de São Pedro. Interpretação Histórica do Rio Grande*, publicada pela Editora Globo em 1930. O texto integra a antologia compilada por Chaves (1979: 78-81).

outros! [...] são todos de uma unidade estupefaciente. Vocês de fato formam a única escola que a literatura brasileira moderna formou. Escola no amplo, mas total espírito do termo”.⁶⁵

Na maneira exata de sua crítica sem elogios ou agravos, Mário de Andrade apenas dava contornos de definição canônica a uma opinião em nada particular, que se estendeu pelas avaliações de outros analistas, contemporâneos ou sucessores dele. Depois da pacificação entre republicanos e libertadores, e da subida de Getúlio Vargas à Presidência da República, tornou-se comum, entre autores de outros estados, reconhecer a predominância, extensiva a diferentes aspectos da vida social sul-rio-grandense, de um “narcisismo” tipicamente caro às letras sulinas. Defendido, atacado ou resignadamente lamentado, esse “gosto de sua gente em se contemplar a si mesma”⁶⁶ identificado por Gilberto Freyre quando de sua viagem ao estado, em 1940, parecia evidente aos olhos de gaúchos e demais brasileiros.

A explicação estava mais uma vez na conjunção da história com a geografia, moldes do gênio de “um povo” criado em condições “anômalas” de desenvolvimento nacional. De um lado, o espaço móbil da fronteira, o posicionamento à esquerda da linha demarcatória de Tordesilhas, a contigüidade da Campanha; de outro, junto com a influência cultural recíproca, as conseqüências perversas dessa situação limdeira: a complexidade de uma história permanentemente dividida entre um “antes e um depois” da conquista portuguesa, a herança de continuidade indesejável com os caudilhos do Prata, reiterada a cada revolução pela beligerância entre partidos cujos aliados não raro procediam da “outra banda” (Guazzelli, 2002a).

Quando Mario de Andrade expressou sua opinião, entre os escritores brasileiros o assinalar dessas excentricidades políticas e culturais já atravessava

⁶⁵ Carta a Rui Cirne Lima, 25/6/28. Citada por Zilberman, como epígrafe do livro *Roteiro de uma Literatura Singular*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

⁶⁶ No artigo “Narcisismo Gaúcho”, publicado pela *Revista do Globo* em 1940, Gilberto Freyre louva a capacidade aculturadora de um modelo regionalista baseado no progresso material, vinculado à presença étnica imigrante: “Com efeito, o rio-grandense do sul não sacrificou ao progresso, a eficiência, a mecanização da vida, senão parte insignificante do que a sua personalidade, de formação pastoril e ao mesmo tempo militar, guarda de mais romântico, de mais pitoresco e de mais cavalheiresco. O gaúcho atual, já modificado pelo que vem assimilando do alemão e do italiano, se sente feliz em ser ao mesmo tempo arcaico e moderno. Romântico e eficiente”. (Freyre, 1940: 14-15).

duas décadas, remontando às críticas da maioria de não-positivistas à implantação da ditadura que, por trinta anos, governou o Rio Grande do Sul. Em Sílvio Romero e José Veríssimo⁶⁷ essa crítica fez-se especialmente ferina quando, em 1912, os dois renomados membros da Academia Brasileira de Letras e professores do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, viram na sátira política de *Antônio Chimango* (publicada no mesmo ano) a comprovação da penúria “positivóide” vivida por um estado passível de ser definido como “corpo estranho na Federação Brasileira”, uma região economicamente “atrasadíssima”, “lugar onde somente poderia vicejar um caudilho do estilo hispanoamericano (como Castilhos) – um ambiente de nômades ‘semibárbaros’”. (Apud Love, 1973:111). A mesma estranheza expressou Simão de Mântua (pseudônimo do jornalista João Lage), referindo-se, na *Revista do Brasil*, à fantástica “Comtelândia” do sul, ao sono profundo em que mergulhara ao término do primeiro parágrafo de um panfleto positivista (Love, 1973: 112). Mais indiretamente ela aparece em Alcântara Machado, que na “primeira dentição” da *Revista de Antropofagia*, em 1928, atribuiria “quase todas as tolices iniciais da República” aos “austeros namorados póstumos de dona Clotilde”.⁶⁸

O pressuposto de uma uniformidade interna ao estado – princípio marcante nessas opiniões – não é casual. Ele foi coletivamente fabricado – e não só pelos

⁶⁷ Os renomados Sílvio Romero e José Veríssimo foram dois dos maiores desafetos e críticos de Alcides Maya, que até meados da década de vinte ainda figurava como a maior expressão da literatura sulina. Em 1912, quando do lançamento de *Ruínas Vivas*, como informa Marlene Medaglia, “A avaliação negativa de José Veríssimo a respeito da narrativa regionalista alcidiana já era de domínio público e fora visada em tom de irônica reprovação, em junho do mesmo ano, pela revista *Careta*. [...] Sem o impacto do pronunciamento [de Veríssimo,] que exigiu a resposta direta [de Maya, na seção crítica literária do jornal *A época*], avultam as críticas à persistência do acento nostálgico e melancólico, à desproporção entre o narrar e o descrever e ao preciosismo da linguagem. Sobre os dois últimos tópicos é ilustrativo o comentário feito por João Luso no *Jornal do Comércio*, em dezembro de 1911, afirmando que a superabundância pictural e descritiva e os neologismos e deformações de palavras implicavam que Alcides Maya perdesse como narrador o que ganhava como colorista”. Cf. Almeida, Marlene Medaglia. “O regionalismo literário na concepção de Alcides Maya”. Artigo extraído de Almeida, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo – Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994. Disponível na internet

<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiomaia.html>. Consulta em junho 2003. Parte das alterações literárias entre Romero e Maya consta nos títulos de autoria deste último – “A Nossa História Literária” e “Machado de Assis” – recompilados por Chaves (1979: 3-37 e 38-46). A revista *Província de São Pedro* também publicou as notas bastante agressivas feitas por Sílvio Romero à margem de “Machado de Assis”, interessantes para observar as chaves de leitura deste ensaio. Ver “Anotações de Sílvio Romero”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 154-159, dez. 1948.

⁶⁸ MACHADO, Antônio C. “Carniça”. *Revista de Antropofagia*. São Paulo: [s.n.], ano I – II, 1928 – 1929. (Fac-símile; São Paulo: Metal Leve, 1976), s/p.

rio-grandenses – com as mesmas ferramentas adequadas ao constructo nacional que lhe ultrapassa; isto é, no curso de naturalização, pelo recurso ao espaço físico e ao passado, do feixe de significados mobilizados pela designação de um *lugar*. Como sugere o etnólogo Alban Bensa, essa nomenclatura impõe, pelo ato mesmo de fracionamento e classificação do que *a priori* não é senão uma extensão indiferente e desorientada (o espaço), a reconstituição e o desdobramento de um território que, pela “ubiquidade passada e presente, adquire densidade narrativa, isto é, um alto poder evocatório passível de ser comunicado”. (Bensa, 2001: 4). Escapar à uniformidade do espaço, instituindo no concreto a ressonância simbólica do *local* é, neste sentido, indissociável da restituição “de uma temporalidade vivida como busca de identidade, procura e reencontro das origens”. (Bensa, 2001: 2).

Em termos práticos, a operação envolve a formalização de ancestrais e de uma experiência singulares a uma comunidade de destino. Tal singularidade é traduzida em relatos cuja verdade fática, tida como “científica” pela História reivindicada no século XIX, ajuda a conferir legitimidade aos estereótipos que demarcam a alteridade *regional* vis a vis da nação. Desta forma, a erudição local atrai o olhar do viajante para um lugar que ela especifica numa rede de entidades similares, instalando na sua cronologia própria uma dessincronia com as iguais e com a unidade englobante, constituindo-a em nova linha demarcatória. (Bensa, 2001: 8-10).

No Rio Grande do Sul, o processo de composição do repertório limitado, mas de infinitas possibilidades de manejo, que informa a unidade imaginária da *região* por oposição à diversidade do país, pode ser acompanhado pela aparição sucessiva das alegorias gauchescas na imprensa partidária, na ficção e na crítica literária, além da historiografia. Em consonância com a agenda política, os antecessores dos historiadores que, hoje, se autorizam a denominá-los “memorialistas”, iniciaram a elaboração de um discurso auto-referenciado, habituando-se a projetar na paisagem rural e no peão da fronteira oeste a identidade de um singular coletivo, investido dos atavismos de virilidade, galhardia e coragem, supostamente herdados da experiência farroupilha e da participação na conquista armada do território nacional.

Nos anos cinqüenta, essas modalidades discursivas, em um primeiro momento restritas às elites letradas, foram alcançar a linguagem ordinária com a introdução de novas práticas de afirmação patrimonial, desenvolvidas com a massificação do culto *tradicionalista* e do aparecimento de uma indústria de bens culturais “típicos”. Hoje, depois de ter sido constituída em doutrina moral, em cânone literário, em objeto de interesse *científico* e em produto de consumo, a própria familiaridade com que ouvimos falar da *região* e seus desdobramentos em ismo (*regionalismo, gauchismo, tradicionalismo, nativismo* etc.) remete-nos à presença de uma memória local contrastiva, polêmica e largamente partilhada. Debruçada sobre a suposição de unidade cultural intrínseca ao Rio Grande, ela oscila entre a pluralidade cultural da nação e sua indivisibilidade política, reforçando alternadamente a integração ou a autonomia do estado em relação ao restante do Brasil. (Oliven, 1992^a)

Não é preciso insistir sobre o aspecto restritivo do pertencimento que essa memória coletiva evoca, pois que a memória aqui entendida, como adverte Pierre Nora, “não se opõe nem ao esquecimento, que ela comporta, nem se identifica unicamente à lembrança, que ela supõe”. (Nora, 1997 [1984]: 16). Armas sempre à mão nos combates sociais que instituem usos desiguais e concorrenciais da história, os critérios que comandam a presença do passado têm uma cronologia própria. Mais do que testar a “verdade” fática dos acontecimentos e personagens evocados, interessa compreender a dinâmica pela qual uns poucos deles são eleitos para serem instalados em uma temporalidade aproximativa do eterno.

De fato, já há algum tempo as lembranças do passado deixaram de ser entendidas pelos historiadores e cientistas sociais como operações que apenas reproduziam ou deformariam uma realidade dada. A memória, como adverte Jean-Pierre Rioux, longe de ser o espelho deformante da realidade social, “constitui em si mesma um fator de evolução histórica de uma sociedade” (Rioux, 1997: 337). Desse ponto de vista, ela designa um campo de experimentação privilegiado para a investigação daquilo que “fazer história” contempla. Refletindo sobre os conteúdos dessa produção, sobre o lugar social de elaboração desses conteúdos e sobre os rumos de sua trajetória disciplinar, tal linha de abordagem estimula a adoção de uma perspectiva de estranhamento entre o

historiador e seu ofício. Melhor dito, ela insinua entre o sujeito cognoscente – o historiador – e o objeto do conhecimento – a história – a alteridade trazida pelas clivagens, separações e disputas que são, de certa forma, o substrato mesmo do universo social.

Uma vez que todo mito de origem acompanha-se também de uma denegação do outro, verifica-se, no caso em questão, que a fixação dessa gênese *gaúcha* aos habitantes do estado deixou de fora muitos não contemplados no modelo do “centauro dos pampas”, como os *gringos* imigrantes, mulheres, negros, indígenas e outros atores julgados de somenos exemplaridade moral. Não obstante, é de se esperar que esse mesmo movimento de exclusão contribua para instalar novas polifonias no tecido social, a partir de usos desiguais do modelo fornecido pela pedagogia cívica republicana e da criação de espaços alternativos onde serão operadas as contra-memórias de grupos negligenciados por essa tradição escrita.

Vale registrar, ainda neste sentido, que antes de ser transformado em herói civilizador, o personagem matriz do modelo identitário sulino fora ele próprio um excluído. Nos séculos XVIII e XIX, seu nome era sinônimo de ladrão e jogador, “praga dos campos” acossada pela polícia, aliciada pelo serviço militar da fronteira ou perfilada em alguma *montoneira*.⁶⁹ Se é verdade que, no dizer de Jorge Luis Borges, “Muitos [gaúchos] não terão ouvido jamais [essa] palavra, ou a terão ouvido como injúria” e se “não morreram por essa coisa abstrata, a pátria, mas por um padrão casual, uma ira ou pelo convite a um perigo” (Borges, 1999: 403), uma vez socialmente extinta pela desaparecimento do gado alçado, pela concentração da terra na mão de sesmeiros e pelas novas formas de coação trazidas com a exploração econômica do território dentro da empresa colonial

⁶⁹“A palavra ‘gaúcho’ – *gaucho* em castelhano – é uma das tantas de origem ainda obscura, e que teve muitos significados. Aparecida em fins do século XVIII, designava os *hombres sueltos* das campanhas platinas – eméritos cavaleiros e preadores do gado chimarrão –, tinha caráter pejorativo e uma rica sinonímia: *vagamundo*, *gaudério*, *vago*, *malentretenido*, *cuatrero*, *matrero*, entre tantas; todas elas se referiam a indivíduos que, por não terem relações de trabalho estáveis, viviam dos mais variados expedientes, quase todos associados a algum tipo de delito pelas autoridades. Esses mesmos homens, comporiam as hostes irregulares dos caudilhos que afloraram com as guerras de independência e nas disputas que se seguiram no processo de formação dos Estados nacionais. Mantinha-se a avaliação depreciativa, acrescentando-se a expressão *montonero* – aquele que vem do *montón*, da plebe – aos termos antes citados, estabelecendo uma diferença qualitativa entre os exércitos regulares e esses bandos que lutavam pelos interesses privados dos seus caudilhos. E esta legenda negra do gaúcho atravessou boa parte do século XIX.”(Guazzelli, 2002b: 107).

portuguesa, essa espécie de camponês pôde ser erigida em ícone de pertencimento coletivo, prestando-se a apropriações mais nobilitantes do que pôde experimentar quando viva.

Aquele gaúcho “malsinado e ambíguo”, para usar a expressão de Carlos Dante de Moraes (1959:184), imagem mesma da alteridade à qual correspondem descrições impregnadas de admirada repulsa ao bandido hábil, nômade e violento, predominou semanticamente até meados do século XIX. Mas, como indicou Augusto Meyer em seu estudo sobre a trajetória do termo, à medida que se modificam as condições de vida na campanha e o personagem abandona a vida andarenga, incorporando-se ao trabalho organizado das estâncias, o sentido pejorativo do vocábulo perde força. O peão fixado a terra mantém a fama de bom cavaleiro, mas desvincula-se progressivamente do *gaudério*, do *changueiro*, ou do *monarca* – termos dos quais até então era sinônimo, e que permanecem por mais tempo com a acepção anterior – sem incorporar ainda as significações laudatórias mais tarde atribuídas pela idealização romântica e pela hagiografia política. (Meyer, 2002 [1943]: 17-46).

Na *Coleção de Vocábulos da Província do Rio Grande do Sul*, publicada por Pereira Coruja em 1857, o sentido prevalece, quando o descreve como “índio do campo sem domicílio certo”⁷⁰, mas, segundo Meyer, daí até as primeiras décadas do século seguinte, para o homem da cidade, *gaúcho* vai progressivamente adquirir o sentido de trabalhador da estância. (Meyer, [1960] 2002:33-35). Esta descrição relativamente neutra é, contudo, rara nas recolhas de vocabulários publicadas pela Livraria do Globo; com o passar dos anos o teor encomiástico aumenta, como permitem ver a diferença de significados posteriormente coligidos por Roque Gallage, Teschauer e Luís Carlos do Moraes, comparados ao já enobrecedor verbete do *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de Beaurepaire-Roahn, publicado em 1889. Para este militar descendente de nobres

⁷⁰ Reforçando, além do significado literal, a conotação marginal intrínseca à palavra que designa um tipo mestiço sem domicílio certo, coruja acrescenta: “cavalo gaúcho é o mesmo que cavalo teatino, que não é permanente em parte alguma”. Cf. *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro: ed. Globo, 1964, p. 222. O dicionário reúne quatro obras: o “Vocabulário Sul-rio-grandense”, de Romaguera Corrêa (1898); a “Coleção de Vocábulos na Província do Rio Grande do Sul”, de Antônio Álvares Pereira Coruja (1857); o “Vocabulário sul-rio-grandense”, de Luiz Carlos de Moraes (1935), e o “Vocabulário gaúcho”, de Roque Callage (1923), além de verbetes de Aurélio Buarque de Hollanda, Pe. Carlos Teschauer, Baurepaire-Rohan, Darcy Azambuja e Vieira Pires.

franceses (enviado ao Rio Grande durante a Guerra Farroupilha para levantar as plantas das posições legalistas entre Porto Alegre e o Jacuí), a “gaúcho” correspondia o “Habitação do campo, oriundo pela maior parte, de indígenas, portugueses e espanhóis. São naturais não só das repúblicas Platinas como do Rio Grande do Sul. Dão-se à criação do gado *vacum* e cavalari, e são notáveis por seu valor e agilidade”. (Beaurepaire-Roahn, In: Moraes, 1964: 223).

Em que pese a impossível definição de uma nacionalidade incontestada para o tipo humano assim descrito, o sentido da palavra já agrupa os caracteres fundamentais à exibição de um sujeito *folk*: ele é habitante do mundo rural, tem descendência étnica definida e é dotado de um caráter próprio, que o faz merecedor da respeitabilidade condescendente de seus superiores, por “notável” e valoroso. Bom ginete, conhecedor das lides, herdeiro dos costumes, do linguajar, dos instrumentos de trabalho e das habilidades exigidas pela vida a cavalo, essa imagem suficientemente plástica para tornar-se recorrente foi sendo desde do último quarto do século XIX estilizada pelos escritores, políticos, historiadores e jornalistas da província na figura do “centauro”.

É na década de 1870, com *O Gaúcho* de José de Alencar, que o novo protagonista da história começa a ser regenerado, quando intelectuais urbanos e sintonizados com as tendências literárias de outras nações fazem dele um pretexto para a associação com o habitante do estado. Seguindo a receita fornecida pelos modelos identitários em voga no ocidente, a descoberta de seu próprio representante *folk* significava para aqueles letrados acertar o fuso com a civilização européia, em especial com a França, a fonte permanente de realização das mais altas ambições culturais. É digna de nota a observação de Meyer, de que na resposta abolicionista e republicana de seu “Vaqueano” ao *Gaúcho* “falsificado” de Alencar, Apolinário Porto Alegre evite a palavra referindo-se sempre ao rio-grandense. (Meyer, 2002 [1960]: 34) Ocorre que, a despeito disso, a descrição do ambiente, da indumentária, da faina e dos instrumentos de trabalho do peão já “civilizado” se estabelece como o mote da narrativa, por sinal ambientada em plena guerra farroupilha. Nascem gêmeos o mito e o cânone regionais, sobressaindo deles a imagem de um complexo cultural *autóctone*, de uma exótica “civilização do couro” “naturalmente” afeita aos ideais da República

(que nem sempre, como é o caso de Porto Alegre, coincidem com os ideais positivistas), tendo a imagem da região adequada tanto à estilização literária quanto à apropriação política.

Assim, a exotização – operação de reconhecimento de si através do outro – é a matriz sobre a qual inicia a marcha de ressemantização do termo gaúcho ao significado gentílico. O procedimento cria as condições para que os intelectuais formados sob o “positivismo difuso” das primeiras décadas fundem, na continuidade da reabilitação do *herói* antes estigmatizado, um objeto – a cultura sul-rio-grandense – os domínios aos quais se submeteria este objeto – Literatura, História, Geografia e Folclore – e os contornos territoriais de onde poderia ser observado: o Rio Grande do Sul.

Como foi referido acima, a vida intelectual sul-rio-grandense emergiu na fenda das lutas entre republicanos e federalistas no entresséculo XIX-XX, quando foram formuladas no jornalismo político e nas revistas literárias as grandes questões sobre as quais se debruçariam memorialistas de diferentes gerações. O viés nativista de defesa do território contra a intromissão estrangeira, dominante na Argentina, adquiriu aqui as tintas do romantismo tardio praticado pelos letrados ativistas do abolicionismo e da República, e do naturalismo dominante após a implantação do regime, que teve em Alcides Maya seu mais conhecido (e polêmico) representante. No entanto, malgrado o elitismo da memória histórica elaborada ao tempo em que a erudição documentária era o modo por excelência de legitimação das aspirações políticas, a constituição do gaúcho como objeto de contemplação por eruditos de formação cosmopolita fez do campeiro o personagem central de uma literatura particularmente atenta ao domínio do folclore – a correspondente sul-brasileira da *gauchesca platina*, apelidada *regionalista*.⁷¹ Este cânone concentrou sobre si praticamente toda a prosa de ficção produzida no estado até os anos cinquenta, e teve no conto – que até os anos trinta era o gênero de iniciação, dando lugar em seguida ao romance social – sua

⁷¹O chamado ciclo regionalista da literatura sul-rio-grandense coincide com os primórdios da vida literária no estado, tendo na criação da Sociedade Partenon Literário em 1868 o seu ponto de partida. Os escritores ativistas do Partenon Literário tinham uma intenção deliberada de aderir, mesmo que tardiamente, ao projeto romântico brasileiro de afirmação e busca das raízes étnicas e culturais da nação. Desta forma, segundo Guilhermino César, o peão “ocupou o lugar que coubera ao índio e ao negro na literatura liberal que desde Macedo enfartara as letras do centro e do norte do país”. (César, 1956: 174).

expressão preferencial.⁷² (Bittencourt, 1999: 19-37).

Aqui a predileção do regionalismo literário tradicional pela forma narrativa curta e simples assimilada do gaúcho heróico talvez não seja casual, se for considerado, como faz Gilda Neves Bittencourt, a ligação histórica e estrutural que o conto mantém com outras narrativas curtas presentes na tradição oral, como o caso, a lenda, a saga, o mito, a adivinhação e o ditado. Dado que, como diz este último, “quem conta um conto aumenta um ponto”, a capacidade de ser repassada oralmente, acrescentando à estória contada as notas particulares do narrador (e constitutivas de sua inserção no grupo) faz desse tipo de narrativa um veículo importante de transmissão cultural. Assim, como indica Bittencourt, a preferência dos autores e a grande incidência do aproveitamento folclórico e mítico nos contos elaborados a partir dos anos vinte, ajustam-se à apropriação, pelos letrados, de práticas encenadas no tempo em que a dispersão da vida social pelas estâncias fazia do “peão contador de causos” um mediador da memória social. E, de fato – observa a autora – uma das características mais notáveis da narrativa gauchesca é justamente reconhecer no *gaúcho* as “três grandes capacidades essenciais ao bom narrador: memória, loquacidade e imaginação”. (Bittencourt, 1999: 35).

Do galpão aos salões, do “causo” ao conto literário, a ficção *regionalista* não aspirou à universalização sem cair nas contradições inerentes ao fato de ser, antes de tudo, uma prática de representação de si pelo recurso ao diferente. Esta literatura que era para ser, pelo seu próprio cunho, fluente, acabou por tornar-se objeto do luxo verbal característico das construções estilísticas mais trabalhosas, típicas de escritores-ensaístas “ferrados de sociólogos”⁷³. Pela sua excessiva preocupação descritiva, a fórmula estética *regionalista* levou consigo as marcas do distanciamento social, expresso na composição secundária dos personagens em favor da paisagem – ou, em outras palavras, na preocupação exclusiva em mostrá-los enquanto extensão humana do meio onde vicejavam. (Bittencourt, 1999: 35).

Mas, mesmo domesticada pela erudição, a imagem do gaúcho, exibido

⁷² “A década de trinta assinala o decréscimo da participação do conto na literatura gaúcha, após dois decênios de uma produção significativa do gênero [...]. Com a ascensão do romance, o conto é relegado a um segundo plano, passando por uma fase intervalar de cerca de três décadas, caracterizada pela convivência do regionalismo com um incipiente conto urbano [...] enquanto o romance diferenciou-se a partir de 30, o conto persistiu na matriz regionalista tradicional até os anos cinquenta”. (Bittencourt, 2000: 31-32).

⁷³ A expressão é do crítico literário Carlos Dante de Moraes (1959: 149).

como o detentor das chaves de decodificação de hábitos e costumes próprios à civilização eqüestre que ele representa, não usufruiu a pretendida unissonância: o *gaúcho folk* concorreu com um duplo seu, o herói prescrito pela historiografia. Na especialização documentária do cientificismo, os critérios de composição foram mais rígidos, como se verá no decorrer deste trabalho.

1.4. Um lugar disciplinar para a história local

Se nas campanhas abolicionista e republicana o gaúcho serviu de âncora para a reivindicação federativa, depois da proclamação da República, ele foi incorporado aos instrumentos de controle social mobilizados pelo Estado positivista implantado no Rio Grande do Sul a contar de 1891. A tarefa de formalização de uma memória ancestral comum aos habitantes da *região* passa então às mãos da elite política republicana – os primeiros governantes a se ocuparem sistematicamente com a manutenção de um arcabouço institucional para a cultura sul-rio-grandense – e dos intelectuais, constituídos em um grupo social emergente, vinculado aos setores médios urbanos e composto de autores quase todos prosadores da literatura e da história “desgarrados dos matagais da política”, como disse Guilhermino César (1994) a propósito de Alcides Maya. A eles é delegado o controle do acesso aos espaços de saber.

A criação de organismos públicos de gestão da memória, sistematicamente implantada por Borges de Medeiros, punha em prática de adequar o passado aos imperativos políticos enfrentados pelo partido Republicano naquele momento. A associação do projeto político e constitucional castilhistas ao modo de vida de uma campanha submetida ao fogo cruzado das guerras de fronteira revelava-se, ao término de uma sangrenta guerra civil, útil para legitimar a orientação positivista dada ao republicanismo local.⁷⁴ Ademais, para um grupo ainda em luta por consolidar-se no poder, tomar posse do passado, apropriando-se dos símbolos de distinção usados pela oposição oligárquica liberal representava uma questão de sobrevivência política. Finalmente, a formalização técnica da pesquisa histórica

⁷⁴ Segundo Céli Regina Pinto, para o PRR o sinônimo de República era o próprio partido. Isto porque, não dispondo do apoio da elite oligárquica liberal e tendo ainda de enfrentar a dissidência dos republicanos históricos, o PRR não podia apresentar-se como **uma** (entre outras) alternativa(s) republicana(s) – a alternativa positivista – mas sim como única opção legal frente às intenções pretensamente “restauradoras” dos grupos rivais, federalistas e dissidentes. Cf. Pinto (1986: 16 e 18).

serviria para suprimir o sentido necessariamente forjado da recuperação seletiva do passado pelos memorialistas republicanos. Ademais de preparar uma moral cívica castilhistas, sua condição “científica” desautorizava os relatos que não coincidissem com a verdade “documentada” que os historiadores passariam a estabelecer.

Enquanto a fronteira, o pampa e o gaúcho formam a forja da memória histórica no Rio Grande do Sul, os primeiros foros competentes para disciplinar sua presença foram inaugurados a partir de 1903, com a fundação do Museu Julio de Castilhos, seguida da criação do Arquivo Público em 1906⁷⁵. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, a tarefa floresceu e ganhou legitimidade para além da esfera governamental, de tal forma que entender o *caráter*, as chances e os veículos de projeção política da *região* tornou-se a razão de ser de um nascente campo cultural.⁷⁶ Nele, o “regionalismo” – categoria nativa que remete ao mesmo tempo à tradição de saber configurado na produção escrita e ao objeto desse saber, a *região* – era foco da crítica histórica e literária.

O espaço de produção historiográfica em particular permaneceu, até meados dos cinquenta, bastante exíguo, reduzido grosso modo ao Museu, ao Arquivo Histórico e ao IHGRS. Editorialmente, ele esteve, desde os anos vinte, sustentado pela Editora da Livraria do Globo, que até os anos sessenta continuou exercendo papel relevante no circuito intelectual local. Pontos de passagem obrigatória, essas instâncias serviram de trincheira e lugar de sociabilidade para

⁷⁵ Em 1925 o Arquivo Histórico é separado do Arquivo Público para incorporar-se à seção de História Nacional do MJC, criada no mesmo ano. Vale destacar que em um determinado momento a casa onde viveu Julio de Castilhos, sede do MJC, abrigou ao mesmo tempo o museu, o Arquivo e o IHGRS. Essa agremiação nasceu estreitamente vinculada ao Arquivo Público estadual. Criada em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do Arquivo, compartilhando com ele boa parte de seus mentores. Já o Arquivo Público, no início havia sido regimentalmente definido como órgão passivo no recebimento de documentos oficiais sem valor corrente, mas com a instalação do Instituto Histórico nas suas dependências, passou também a sistematizar informações. Com a transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o Museu Julio de Castilhos, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições, possibilitando a diversificação das linhas de atuação do Museu. Ver Nedel (1999, capítulo II).

⁷⁶ O emprego desta noção distingue-se aqui, pelo seu sentido mais descritivo que analítico, do significado atribuído à expressão nos estudos de Pierre Bourdieu. Diferentemente deste autor, para quem o princípio de autonomia determina a legitimidade própria a determinadas instâncias e atividades produzidas em relação às regras e ao jogo de forças que constituem um campo de produção específico, utilizo esta noção, conforme Martins (1987:82), para referir-me simplesmente ao espaço (físico, mas também classificatório e institucional) de concentração das atividades culturais no estado sul-rio-grandense.

um pequeno número de renhidos *polígrafos*, ávidos por nobilitar o modo *gaúcho* de ser brasileiro e militantes da “descentralização cultural” do país.

Simultaneamente ao incremento do mercado das atividades ligadas ao livro, o monopólio exercido pelo IHGRS sobre a pesquisa “acadêmica”, trouxe o controle da procedência das fontes históricas, proporcionando um refinamento das técnicas de recolhimento e crítica externa. A erudição documentária, submetida ao rigor do julgamento coletivo, passava a desfrutar de um status disciplinar que, desde aí, excluía a tradição oral do repertório de “fidedignidade” dos vestígios materiais, sendo regrada por uma especialidade privativa dos sócios cadastrados no IHGRS, intelectuais políticos autorizados ao exercício de um saber que além de convir, convergia para o Estado. O debate histórico na verdade resumia-se a um pequeno grupo de autores, os mesmos a quem se destinavam as diretorias dos órgãos públicos, de comissões de publicações, de escolas e de jornais. A um só tempo bacharéis, militares, literatos, folcloristas, burocratas, jornalistas e historiadores, esses *polígrafos* fundadores de uma História em via de ser profissionalizada marcavam presença nas celebrações rituais da identidade local, participando com discursos inflamados nos palanques e colunas de jornal. Como inventores da *região*, forjaram, através de inúmeros empréstimos nacionais e estrangeiros, um vocabulário específico capaz de fazer coincidir os significados de “povo” e “gaúcho”, em narrativas que ordenavam passado e presente nos atavismos da “raça”, dos “costumes”, da paisagem e do “gênio” do herói civilizador.

Estando permanentemente concentrada sobre o tema das “origens”, e seguindo à risca a lógica celebrativa cara à “história-monumento” hegemônica no século XIX, as pesquisas do IHGRS fizeram recair o título de “fundadores do Rio Grande” sobre os heróis farroupilhas e tropeiros de ascendência lusitana, como D. Diogo de Souza, Borges do Canto, Brito Peixoto, João de Magalhães, André Ribeiro Coutinho, Gomes Freire de Andrade, Rafael Pinto Bandeira, Silva Paes, Manoel Lobo, Cristóvão Pereira, Bento Gonçalves, David Canabarro, entre outros. (Nedel, 1999: 127 et passim). Segundo Gutfreind, (1989) essa ênfase na perspectiva histórica de uma brasilidade conquistada belicosamente pelo Rio Grande teria começado ao final da década de vinte, em meio à reversão das

leituras elaboradas por Alfredo Varela, hegemônicas ao tempo de Castilhos. A reversão do teor adversativo presente nas obras de Varela e Assis Brasil responderia à conjuntura política interna do estado e suas relações com a Federação no contexto da “crise dos anos vinte” e da unificação das correntes políticas gaúchas. Com a subida de Getúlio Vargas ao governo do Rio Grande do Sul, em 1928, o PL e o PRR se unem, dando origem à Frente Única Gaúcha (FUG) no ano seguinte. Atuando politicamente nesta conjuntura como um elemento de desequilíbrio nos arranjos de outros estados pela Presidência da República, o Rio Grande do Sul distanciava-se radicalmente da tática isolacionista adotada nos primeiros tempos por Julio de Castilhos. A partir daí, a cuidadosa escolha dos estadistas e militares trabalhados na história política obedecia ao critério de retratação do estado como “guardião do território nacional”, o mais brasileiro e militarizado de todos; único em condições morais de comandar o país. (Gutfreind, 115 et passim)

Como se sabe, no decorrer da marcha aliancista empreendida no período 1928-1930, os intelectuais alinharam-se firmemente à campanha pela condução do governador e companheiro de conversas de porta na Livraria do Globo ao palácio do Catete. Na historiografia, essa contribuição à subida de Getúlio Vargas ao executivo central foi dada pelo patrulhamento público a toda e qualquer insinuação de “particularismo”, fosse presente ou passado, dando-se por documentado o diagnóstico nacionalista da Revolução que por dez anos roubara o Rio Grande ao Brasil. (Vellino, 1964: 3; Almeida, 1983: 166; Gutfreind, 1989: 99). Neste estado de coisas, poucos temas escaparam de ser transformados em tabu; os que não foram condenados ao esquecimento converteram-se em “altos fatos” erguidos ao pedestal da exemplaridade histórica.⁷⁷

Projetando retroativamente as lutas políticas do presente, as relações do

⁷⁷ Desde então, Alfredo Varela que, desrespeitando o cânone interpretativo do nacionalismo farroupilha, havia filiado aquela revolução ao ciclo das guerras Cisplatinas, foi definitivamente jogados no ostracismo, e continuou sendo severamente criticado até os anos sessenta, por autores como Moysés Vellino, para quem: [...] não contente com a tentativa de desnacionalizar aquele movimento tão brasileiro pelo seu caráter, seus móveis e vinculações, não fez baixar sobre os seis volumes de monografia uma atmosfera de agressiva exaltação dos valores regionais, ao mesmo tempo em que descobrira entranhadas prevenções contra as coisas do Brasil? Já se pensou na onda de mal-querenças que o trato com Varela é capaz de levantar entre os que não disponham de melhores fontes e ignorem o caldo subjetivo em que germinaram os seus sentimentos antibrasileiros? (Vellino, 1964: 4)

Rio Grande do Sul com as repúblicas vizinhas foram descritas pela historiografia da década de 30 até muito depois da queda de Getúlio Vargas, como se houvesse um antagonismo devido ao “dever premonitório” de parte dos sul-rio-grandenses em defender o que viria a ser a pátria brasileira. Privilegiando os temas da conquista armada da América Portuguesa – toda ela seqüência de guerras, tratados, avanços e recuos em direção à América Espanhola –, a história era lida do topo (ou seja, do ponto de vista das elites políticas) e de trás para frente – sendo retratada, em essência, como a resistência de gaúchos-soldados, descendentes de portugueses, paulistas e lagunistas, aos invasores espanhóis.⁷⁸

No trabalho que antecede esta tese, foi possível verificar que nas obras do período 1920-45, esse princípio integrador e exclusivista ficou gramaticalmente expresso no acréscimo, pelos historiadores, do adjunto “luso-brasileiro” ao gentílico regional “gaúcho”. A manobra completava-se pela demarcação precisa da divergência de significados e dos acontecimentos associados ao termo nos diferentes espaços políticos do Cone Sul. Assim, nas teses apresentadas ao Congresso do IHGRS em alusão ao Centenário Farroupilha, comemorado em 1935, a fórmula usada para distinguir um gaúcho do outro era a de que o *pampa platino*, ao contrário do brasileiro, além de ter sido habitado por bandoleiros a serviço de caudilhos, deveria à participação desse contingente – “a chusma”⁷⁹, no dizer de Contreiras Rodrigues – nas guerras de independência do Prata, a deformação “anárquica” e “fragmentada” de suas Repúblicas.

No Rio Grande do Sul, pelo contrário,

Nenhum papel histórico desempenhando entre nós a plebe, a peonada, a escravaria, nenhum título de nobreza lhe cabia. Daí vem ser considerado verdadeiro Gaúcho entre nós o campeiro que se veste bem, que encilha com luxo o seu flete – o estancieiro, filho de estancieiro, o capataz, o remediado. O resto eram simplesmente os campeiros – a peonada, a escravaria. E, como o título foi sempre nobilitante passou daqueles que o conquistaram pelos seus

⁷⁸ A consolidação dessa via de interpretação tem como marco o Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, realizado como parte do calendário festivo do Centenário Farroupilha. Os anais mostram o sentido unívoco adquirido pelo nacionalismo impresso às abordagens da revolução de 1835, e o ponto a partir do qual esta temática enquanto matéria polêmica encontrar-se-ia “arquivada”. Desde aí, o tom predominante na historiografia é o de um diagnóstico já dado, preciso e fundamentado documentalmente, do caráter regional como expressão do processo de ocupação do território pela Coroa Portuguesa. (Cf. Almeida, 1983).

⁷⁹ “Chusma” é uma tradução portuguesa para o espanhol *montón*, origem etimológica da palavra *montoneira*, usada para designar os exércitos irregulares que afloraram nas guerras de independência no Prata. Sobre isso ver Guazzelli (2002: 107).

costumes, pelas suas glórias, a todos os habitantes do Rio Grande. Hoje Gaúcho não é só a designação patronímica de uma parte da nossa população, mas o nome gentílico de toda a população do Sul do Brasil. (Rodrigues, 1936: 319-320)

O sentido nobre da palavra “gaúcho”, exclusivo aos habitantes do estado brasileiro, seria, segundo essa interpretação ufanista, uma decorrência da extração social “superior” das elites locais – ou seja, do papel desempenhado não pela plebe na sustentação do Império, mas pelos representantes legalmente constituídos por um Estado nacional forte e organizado, determinando “[...] de cima para baixo, por educação física, pelo respeito ao poder único [. . .], como [n]os povos que atingem certa perfeição moral e política”. (Rodrigues, 1936: 341).

Valeria a pena considerar a hipótese de que tal estratégia, predominante na historiografia, servisse para desviar dela as complicações implícitas ao predomínio do “*sermo rusticus*”⁸⁰ comum ao regionalismo da prosa literária, e presente na ficção de Simões Lopes Neto, dos premiados da Academia de Letras Alcides Maya e Darcy Azambuja, até o romance social de Cyro Martins e Ivan Pedro de Martins nos anos trinta e quarenta. Mesmo que nesse âmbito os críticos também observassem o desenvolvimento de duas “gauchescas” paralelas – sendo a brasileira geralmente caracterizada como mais conservadora na linguagem – a presença freqüente dos costumes e do linguajar “entreverado da fronteira, diante do qual não se sabe onde começa ou termina cada um daqueles idiomas” (César, 1994: 55) sobre a ficção local (principalmente a contar dos anos vinte), traía a inexistência de uma linha de demarcação precisa entre áreas culturais que não tinham sua incidência pré-definida nem pela geografia física, nem política. Em face da transnacionalidade congênita do *gaúcho*, a solução encontrada foi inventar homônimos moralmente desiguais, a partir da caracterização dos tipos humanos contemplados pela palavra em um sentido uruguaio e argentino, outro luso-brasileiro; o primeiro preponderante na literatura, o outro na História.

Mas nem assim as contradições internas à convivência, no mundo das letras, de uma memória histórica integracionista sobreposta a uma literatura gauchesca alimentada pela coleta folclórica - e evocadora de certas continuidades culturais indesejáveis - o problema ficava resolvido. Ao tomar-se a região como

⁸⁰ Expressão usada por Guilhermino César (1994: 55).

elo primário de identificação subjetiva com o território, o hábito, arraigado desde os tempos do Partenon Literário, de contrapô-lo ao centro ou ao restante do país como um todo não deixou de alimentar entre os intelectuais gaúchos a impressão da pouca representatividade nacional das letras sul-rio-grandenses – já que, na opinião de críticos de outros estados, ele sofria dos “excessos de regionalismo”.⁸¹

Com efeito, a afirmação de uma história auto-referenciada tende, por vezes, a dissociar o regional da nação. No que diz respeito à literatura, nem aos críticos do centro do país, nem aos da capital do estado escapou, por exemplo, a preponderância do estilo tradicional-regionalista à prosa – por sinal, paralela à preferência simbolista, urbana e individualista manifesta na poesia até os anos cinquenta, quando a relação se inverte. Isenta dos elementos marcantes da modernidade literária – como a tematização metalingüística e a reflexão crítica sobre a condição humana (Bittencourt, 1999: 39) – essa produção era e continua sendo, via de regra, caracterizada pela crítica como sublitteratura. Segundo a clássica conceituação do gênero, tomada, pelos autores contemporâneos, de Lúcia Miguel Pereira, tanto a preferência dos rio-grandenses pelo *regionalismo* quando a deste último pelo conto expressariam o baixo grau de complexidade da composição dos personagens e, especialmente, a interferência da retórica e da intencionalidade política sobre a produção ficcional dos autores. Anedota breve, o conto permitiria a apresentação dos protagonistas unicamente como expressão do meio e assim, reduzidos a uma única face, nem os papéis que representavam, nem a trama que os articulava poderia competir com o apuro de gêneros de maior envergadura – aqueles que operavam uma verdadeira transposição da polifonia da vida para o plano artístico, como, por exemplo, o romance moderno. (Bittencourt, 1999: 31).

Tem-se na literatura, então, um terreno privilegiado de percepção de descompasso da região em relação ao conjunto nacional, uma vez que a alta incidência do *regionalismo* no Rio Grande foi habitualmente entendida pela crítica especializada, ao mesmo tempo como índice de uma defasagem cultural e o modo próprio de expressão escrita num estado que teria passado incólume até às influências de vanguarda da Semana de 1922. Caracterizado como o *modus*

⁸¹Souza Filho. “Expansão das Letras Sul-Riograndeses”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 168, dez. 1945.

operandi da produção cultural sulina que, com raríssimas exceções – Augusto Meyer entre elas – apenas teria adaptado as refrações do modernismo à reutilização da imagem épica lançada um século antes pelos românticos (Leite 1978: 21), o regionalismo sulino transfigurou-se em sinônimo de limitação artística, o contrário da universalidade pretendida pela obra de arte.⁸² Diante da baixa estima das vanguardas artísticas nacionais pela excessiva estilização do gaúcho, ele acabou se tornando objeto de melindres da parte de escritores locais, estando Moysés Vellinho de novo à frente dos revoltados com a má crítica ao estilo praticado no sul, quando comparado ao de outras regiões.⁸³

Com efeito, entre os intelectuais de diferentes convicções políticas ou mesmo historiográficas, tornou-se comum a desconfiança de que o estado parecia, aos olhos dos demais brasileiros, detentor não de uma cultura diferente, mas *divergente* em relação à nacionalidade. Por conta disso, as atividades histórico-literárias alimentaram seus eixos de discussão pela ambição pedagógica de influir nas relações entre os rio-grandenses e os outros brasileiros, tendo o historiador por missão desafiar uma “[...] velha trama de incompreensões ou prevenções [...], certas reações desfavoráveis que a realidade histórica e social do Rio Grande do Sul suscita à distância”. (Vellinho, 1964: 3).

Não obstante o exercício intelectual ser incontestavelmente legitimado pela pedagogia cívica, o diagnóstico cultural (português ou espanhol?) dos usos e costumes *originais* que definiriam o *caráter regional* foi, a partir dos anos cinqüenta, debatido no ir e vir de duas posições contrapostas, sustentadas pelos memorialistas formados naquela tradição. Para autores como Othelo Rosa e Moysés Vellinho, a História tinha como objeto exclusivo o heroísmo documentalmente comprovado dos próceres políticos (republicanos ou legalistas) do tempo do Império e início da República, sendo o princípio norteador das

⁸² As particularidades do modernismo no Rio Grande do Sul foram examinadas aprofundadamente por Lígia Chiapini de Moraes Leite. Analisando a produção literária dos anos vinte, a autora chega à conclusão inicial de que “os gaúchos receberam um Modernismo já diluído, o verde-amarelo, ao qual foram especialmente sensíveis porque lhes fornecia modelos para o canto apoteótico da terra e da raça” destacando que “o Modernismo foi responsável em grande parte por um clima propício à incrementação do Regionalismo e por uma releitura da tradição [a partir da qual] os contos tinham uma função de propagandear os valores gaúchos, como auxiliar na projeção política e econômica do Rio Grande, junto ao Poder Central”. (Leite, 1978:19-21). Ver também, sobre o verde-amarelismo em São Paulo, Velloso (1993).

⁸³ Vellinho, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 5-7, jun. 1948. p.6.

interpretações e dos pareceres fornecidos pelo IHGRS a preservação da unicidade cultural da região, entendida como meio indispensável à sua integração à nação. Contrários à incorporação da tradição oral ao acervo documental da disciplina, o primeiro grupo de autores justificava, como a maioria dos de então, a antiga idéia da especificidade do sul nos termos da História oitocentista, em que a chave de leitura é dada pelo papel das elites ocupadas da construção do Estado. À diferença de que aqui não se tratava apenas de pôr em prática os preceitos de uma disciplina positivista ou tradicional teoricamente bem definida; tratava-se, isto sim, elaborar uma memória histórica patriótica, cujo foco da investigação sobre a contribuição dada pelo Rio Grande à nação vinculava-se mais à conquista armada do território do que às criações anônimas de uma cultura “autóctone”.⁸⁴

Enquanto isso, outros autores, adversários permanentes e eventualmente aliados táticos dos primeiros, defenderam a diversificação relativa dos temas de pesquisa, incorporando o linguajar, a contribuição étnica de negros e indígenas, seu folclore e sua religiosidade ao quadro de objetos da disciplina. Declaradamente “convertidos” ao popular, ou por suas ligações com as vanguardas literárias de São Paulo e Recife, ou por seu apreço à temática e aos mestres da *gauchesca* platina, ou ainda por manifestarem publicamente sua dívida com o culturalismo integrador de Gilberto Freyre, para estes a afirmação da heterogeneidade era a condição mesma de apreensão do Brasil e, reciprocamente, da própria *região*, cuja definição cultural passava igualmente (e obrigatoriamente) pelo quadro nacional. Foram esses vetores de maior permeabilidade à aceitação da diversidade interna da região – e, em certo sentido, à admissão da reciprocidade cultural do Rio Grande com os vizinhos – que orientaram, nos anos cinquenta, a aproximação de nomes como Dante de Laytano, Athos Damasceno Ferreira, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, entre outros, com o Folclore e as Ciências Sociais, já que no domínio da História as regras continuavam ditadas por uma ala conservadora articulada dentro do IHGRS.

É, pois, a preeminência do vínculo local, definido como universo a ser inventariado pela ciência e como depositário dos valores cultuados e disseminados pelo magistério cívico, que instaura um clima intelectual “provinciano”,

⁸⁴ Esse argumento será desenvolvido mais exaustivamente no capítulo seguinte.

permanentemente tensionado pelas discordâncias entre posições integracionistas ou diversionistas. Neste ponto é preciso ressaltar que se a questão “regional” adquiriu ares de evidência, isto é, se a “origem” brasileira ou platina da cultura sul-rio-grandense foi matéria controversa e se a descentralização cultural pôde ser colocada como bandeira comum os intelectuais locais, foi porque aqueles atores trabalhavam à margem dos palcos e temas principais da cultura nacional, situados um degrau abaixo na cadeia de concentração de escritores e assuntos nas áreas mais urbanizadas do Brasil.

Mesmo que ele oferecesse aos olhos de quem não “podia ser príncipe senão do seu reino” sua versão mais conciliadora, o meio paroquial onde atuavam os eruditos gaúchos não tinha como satisfazer as ambições intelectuais mais vocacionadas – o que se confirma na intensa migração de autores para a capital, sobretudo após a subida de Getúlio Vargas. Entre os que ficavam, restava a autocomplacência explícita na descrição deixada por Dante de Laytano, para quem “Na paisagem quieta, morna e amável da província, os homens de letras têm qualquer coisa de semelhante com as fazedoras de tricôt, porque o mundo intelectual é monotonamente doméstico e ingênuo”. (Laytano, 1936: 5).

Diante do que foi exposto, não seria arriscado dizer que a prosa histórico-literária, desde o seu aparecimento até avançados os anos sessenta, quer justificada sob o signo da “ciência”, quer da estilística, exerceu uma mesma função celebrativa – portanto, performativa – dos valores e classificações mentais ligados ao território, e também do desenvolvimento material, nesse espaço, de um campo cultural particular. Dessa forma, a constituição do pampa e da fronteira em fonte emanante de uma memória coletiva fundada na tradição escrita, fez da “província” um traço definidor da própria identidade social de seus porta-vozes, cujo reconhecimento restringia-se geralmente a um mercado cultural “inferior”.

1.5. A má memória da historiografia

A regularidade com que na erudição local renovaram-se os atributos associados ao gaúcho e ao espaço político-cultural que ele representa foi notada por um dos personagens centrais a um desenvolvimento recente do discurso *regionalista*. Em 1987 – cinquenta anos depois de fundar, junto com Paixão

Cortes e outros jovens estudantes oriundos do interior do estado, o *tradicionalismo* – Luís Carlos Barbosa Lessa ressaltou o “caráter cíclico” dos engajamentos telúricos no Rio Grande do Sul, onde “de trinta em trinta anos, ao ensejo de alguma reboleira mundial ou nacional, e havendo clima de abertura para as indagações do espírito, termina surgindo algum ‘ismo’ relacionado com a Tradição”.⁸⁵

Um bom indício da solidariedade entre essas diferentes fases de atualização simbólica da *região* é constatar a variedade de atributos contemplados pela noção de *autenticidade* dentro do discurso *regionalista* como um todo, segundo o grupo social e o momento histórico a que se refira. A categoria, constituída no instrumento de trabalho privilegiado por mediadores culturais situados na interseção das diferentes esferas, como as “ciências” da História, da Etnologia e da Filologia, a política partidária, o campo editorial, as vanguardas artísticas e a pedagogia cívica, teve seu significado condicionado ao exercício de engajamentos firmados dentro e fora do meio intelectual propriamente dito, tendo o pertencimento territorial se constituído no eixo em torno do qual se estruturavam argumentos e hierarquias. Embora os pontos de incidência desse juízo divergissem, prevalecia o princípio de inviolabilidade aplicado aos parâmetros definidores da região. Tais parâmetros, bem entendido, foram tecidos na interdependência dos autores locais com as elites culturais de outras regiões do país.

Entre os historiadores, o juízo de autenticidade adquiriu um peso analítico e conceitual, ao servir de critério de validação das fontes e, portanto, das interpretações históricas. No projeto folclórico que lhe sucedeu, a mesma confusão entre disciplina e objeto fundou a necessidade de “preservação” de costumes “autênticos” ameaçados de extinção, enquanto justificativa para urgente profissionalização de um antigo domínio de estudos. Em outras esferas da erudição *regionalista*, como a crítica literária, a noção alinhavava apreciações

⁸⁵ Trata-se do artigo intitulado *O Caráter Cíclico do Regionalismo*, escrito originalmente para o jornal *Extra-classe*, órgão do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do Rio Grande do Sul (SINPRO). Uma coletânea desses artigos foi publicada recentemente (Lessa, 2002), mas o artigo em questão não consta no volume. As citações feitas a esse texto procedem do site do Movimento Tradicionalista Gaúcho, disponível na Internet: <<http://www.mtg.org.br/quadro%20o%20carater%20ciclico.htm>>. Consultado em setembro de 2003.

estéticas das quais ressaltava a coloração emocional tomada pelo vínculo genético entre a região, “fonte inspiradora” da obra de arte, e seu criador. Mais além, o repertório “autêntico” local foi sucessivamente reaproveitado nas controvérsias intelectuais e partidárias, sem falar de outros ramos de atividade, como o turismo e a publicidade.

Assim, nos anos vinte o grau de verossimilhança alcançado pelos retratos literários do gaúcho serviu para questionar a validade dos autores, em razão da imagem “passadista” ou “atual” (entenda-se, politicamente favorável ou prejudicial) do tipo regional por eles retratado – donde a polêmica entre Paulo Arinos e Rubens de Barcellos a propósito de Alcides Maya.⁸⁶ Nos anos trinta, a mesma intenção de separar o gaúcho “verdadeiro” (brasileiro, associado às elites militares que teriam lutado pela unidade imperial) do “falso” (platino, vinculado ao caudilhismo e à fragmentação republicana) ditou os cânones da interpretação dos acontecimentos passados. Já nos anos cinqüenta, em meio aos debates sobre as alternativas de desenvolvimento industrial para o Brasil – debate este que no Rio Grande do Sul foi conduzido sob o diagnóstico de crise econômica e da percepção do risco de desagregação social do gaúcho por causa do êxodo rural – foi mais uma vez o princípio de sacralização da suposta intimidade original entre homem e natureza, que sustentou a fundação do Folclore como uma disciplina fortemente compromissada com o proselitismo identitário.

Estabelecia-se então outra vez entre as elites culturais o jogo das aparentes rupturas dentro de uma linha de continuidade mais ampla, quando, consoante à

⁸⁶ Em 1925 a cena cultural porto alegreense foi movimentada por uma intensa discussão, travada no jornal *Correio do Povo*, a propósito da produção literária de Alcides Maya, autor *regionalista* de maior respeitabilidade até então. Nas obras *Tapera* e *Ruínas Vivas* – de 1910 e 1911 – o autor havia explorado a figura do “homem do pampa” em contos ambientados na virada do século, nos quais mostrava a sujeição do personagem aos efeitos do processo de modernização da produção e das relações sociais. Repercutiram então pela imprensa os violentos ataques de Moysés Velinho (que sob o pseudônimo de Paulo Arinos estreava como crítico literário) – aos quais se aliou também Augusto Meyer. Esses críticos entenderam que as narrativas de Maya reproduziam o rio-grandense do sul segundo um retrato passadista, pessimista, separatista e inspirado no derrotismo dos maragatos vencidos em 1893. Em um artigo de jornal com o sugestivo título de “O Papel da nova geração”, Paulo Arinos proclamava em Maya o inventor do saudosismo literário, incitando os novos escritores a assumirem atitude contrária, típica do clima intelectual instaurado após a reconciliação política. Em lugar dessa “literatura quixotesca” reclamava uma literatura que revelasse “nossa terra como ela é: não um cemitério de lendas, mas um jardim de palpitantes realidades” (Arinos, 1979 [1975]: 86-87). Rubens de Barcellos, em defesa de Maya, afirma em lugar da suposta vocação saudosista, o que havia em Maya era a vocação sociológica de uma obra que sabe detectar uma “flagrante verdade”. (Barcellos, 1979 [1925]: 93).

expansão dos CTGs, os defensores dessa aspirante à ciência procuravam desvincular (ao menos publicamente) seus estudos, tanto das adulterações “literárias” do folclore, quando do caráter “carnavalesco” da celebração tradicionalista. Na ocasião, um grupo limitado de historiadores dissidentes no IHGRS, buscando romper com solilóquio da historiografia local e sintonizar-se com a produção intelectual do centro do país, direciona seus interesses profissionais para os estudos de *cultura popular*. Em aliança com outros autores remanescentes dos modernismos, atuantes no Rio de Janeiro e São Paulo, eles tratam de validar a *região* como um espaço de pesquisa, em conformidade com métodos tomados de empréstimo das Ciências Sociais. Em seu desejo manifesto de atualização, os *polígrafos* afirmam o caráter aplicado por excelência de suas investigações, ocupando-se não apenas da coleta, mas da **intervenção** em favor da preservação dos traços culturais que constituiriam a convivência harmônica entre as unidades federativas brasileiras.

Sob este aspecto, é compreensível que, no mesmo artigo, o fundador do *CTG 35* manifestasse estranheza diante do fato de os “historiadores do tradicionalismo” (como Hélio Moro Mariante), e de seus críticos mais contumazes (como Tau Golin e Hildebrando Dacanal) terem “ignorado completamente” a descendência direta entre *tradicionalismo* e *regionalismo* (entendido aqui como a produção escrita, especialmente literária, voltada à cultura típica sul-riograndense), tomando o primeiro por obra recente e extemporânea de jovens movidos apenas pela aspiração cívica ou pela reversão, no plano ideológico, dos valores caros a uma elite estancieira então em crise. Lessa não argumenta – e nem seria o caso – que invenção por invenção, as tradições *regionais* do Rio Grande já vinham sendo criadas há tempo. Mas, sem deixar de recorrer às já conhecidas justificativas oficiais do movimento – reação à experiência ditatorial varguista (suposta responsável pela “asfixia dos estados”) e resistência à dominação estrangeira – reclama que teriam passado despercebidas aos analistas do fenômeno as heranças eruditas reivindicadas pelo *tradicionalismo*. Ali, segundo ele, estaria presente um projeto comum aos grandes nomes das letras como Augusto Meyer e João Pinto da Silva. Estes, em etapa anterior, teriam prefigurado a bandeira *tradicionalista*.

De fato, em se avaliando a questão na perspectiva mais ampla sugerida por Lessa, percebe-se a continuidade lógica subjacente às atualizações que sucedem e transformam o modelo militarista republicano da virada do século XIX. Ao reclamar para o tradicionalismo a dignidade de uma herança intelectual negada pelos meios acadêmicos, Barbosa Lessa sugere o quanto essa “longa duração” da *região* no centro dos debates culturais pode promover o encontro de mundos separados, tanto no tempo – como as gerações atuais e passadas de historiadores – quanto no espaço social, a exemplo do trabalhador rural da estância e do erudito cosmopolita.

Seria legítimo supor então que tanto a periodicidade do telurismo manifestado por artistas e intelectuais em condições de mudança social quanto, correspondentemente, a desatenção dos futuros historiadores para os encadeamentos entre diferentes estados das lutas entre as elites culturais, decorram em parte da plasticidade inerente à revelação de toda uma sociedade a partir de um conjunto restrito de traços típicos, narrativas heróicas e monumentos. Mas, mais do que esse procedimento intrínseco à formulação do discurso identitário, outros motivos para a obliteração poderiam ser buscados na própria história das disciplinas que hoje procuram elucidar o *regionalismo* enquanto fenômeno de representação. Neste sentido, uma reflexão sobre as práticas de apropriação do passado legitimadas pela constituição disciplinar da História poderá iluminar a ancestralidade que a construção controversa de uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul mantém com os debates acadêmicos atuais.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que os usos da *região* nas sínteses históricas produzidas em museus, arquivos e associações de eruditos constituíram o lastro inicial de profissionalização das atividades intelectuais no Rio Grande do Sul. Por sua vez, as lutas intelectuais travadas em torno dessa memória fronteiriça foram se desdobrando em novas fronteiras sociais e disciplinares, uma vez que a definição periodicamente encarada como precária e urgente do lugar ocupado pelo estado no conjunto das diferenças regionais do Brasil fizeram da historiografia uma porta-voz do Estado. Sob a fórmula bem conhecida da oposição entre “nós” e “eles”, a pedagogia histórica mascarava as diferenças e desigualdades internas ao primeiro pólo, tido como sujeito e objeto da história. Pode-se dizer então que os

núcleos de produção em que atuavam os eruditos – de onde partiram as primeiras atividades de pesquisa dotadas de um status de verdade positiva – configuram-se hoje não só em diferentes “lugares de memória” (Nora, 1997) regional ou nacional, mas também em abrigo de uma memória disciplinar, que, como qualquer outra, é pontuada pelo esquecimento.

Tendo em vista essas observações, os trabalhos clássicos sobre a historiografia do Rio Grande do Sul, como são as teses de Marlene Medaglia e Ieda Gutfreind, podem ser alvo de uma leitura de través, visando a identificar a gênese da História enquanto uma operação socialmente constituída em profissão, e como atividade designada a fornecer o juízo de pertinência do que deveria ficar do passado na vivência dos grupos. Neste caso interessa ver nas obras, nas trajetórias dos autores e nos embates historiográficos travados ao longo deste século, mais além da precariedade teórica marcante em sua produção, a precedência assumida pela gestão da memória sobre a operação analítica – e, conseqüentemente, a primazia do presente sobre as narrativas do passado. Na verdade, esta história celebrativa que faz do acontecimento seu domínio e do calendário cívico seu guia, instaura entre a coletividade, o território e a história um pacto patrimonial. Ao fazê-lo, ela celebra mais a existência do grupo no presente do que o passado que lhe serve de referência, importando à análise desta operação mais a força do próprio gesto comemorativo do que a correspondência “real” com o que se pretende exaltar. Pode-se dizer com Pierre Nora que tanto a região quanto a ciência, tomados ao mesmo tempo como valores e lugares onde opera a memória “[...] é mais um quadro do que um conteúdo, uma aposta sempre disponível, um conjunto de estratégias, um estar aí que vale menos pelo que é do que pelo que se faz dele”. (Nora, 1997 [1984]: 16).

Voltando ao problema das lacunas historiográficas, é curioso notar que, não obstante o vigor com que o tema das singularidades do estado foi retomado pelas pesquisas em Antropologia, Ciência Política e História na abertura política dos anos oitenta, só muito recentemente ele tenha sido vinculado à questão da gestão coletiva das identidades sociais e territoriais, ressaltando-se então o papel catalisador exercido pela tensão entre centro e periferia na formação da intelectualidade sulina. Para chegar a isso foi necessário atentar à permeabilidade

entre a historiografia e a memória institucional, entre cultura, arte, “ciência” e tradição, e a conseqüente fusão de domínios que, antes, apareciam subdivididos e isolados por ordem de ascendência acadêmica, em “literário” e “político”. Tal movimento ocorre hoje em condições mais complexas do que a hipótese dos modismos poderia explicar. Uma avaliação mais precisa veria aqui a participação dos estudos atuais em um movimento historiográfico mais geral, responsável pela “volta” de uma história política que, como notou Pierre Nora (1997), desde os anos oitenta define-se pela sua dimensão mais arrojada, isto é, mediada pelo simbólico.

De fato, a crítica epistemológica elaborada no esteio da “virada lingüística” dos anos 60 e a conseqüente observação – tanto pela História (ou pelas “Novas Histórias”), quanto pelas Ciências Sociais – da capacidade de os Estados imporem categorias de classificação do “mesmo” e do “outro” – contribuíram para pôr em cheque o paradigma disciplinar que amarrava a esfera política a uma temporalidade única e condenada à fugacidade da conjuntura.

Este passo foi um procedimento necessário para que notasse no acervo de pesquisas sobre partidos políticos e movimentos literários a interdependência entre as elites políticas e outros mediadores culturais, viabilizando então novos estudos destinados a elucidar a construção histórica e socialmente determinada dos signos diacríticos que, uma vez deslocados da periferia para o centro dos debates cívicos, constituem a tradição enquanto arma política. Este trabalho, ao abordar a criação de duas instituições culturais – como são a CEF e o ITF – e através delas a inscrição dos folcloristas nas redes intelectuais que estruturaram o debate público local – procura circunscrever as classificações identitárias mobilizadas nesses dois lugares ao terreno das práticas de representação encenadas em um meio especializado no manejo da linguagem e da memória – o dos “homens de cultura”.

A expressão de uso corrente, que designa o apanágio de todos – a “cultura” – como especialidade de uns poucos – uma “elite cultural”, coloca, mais uma vez, o problema da interseção social e política da produção e mediação desempenhada pelos intelectuais. Sobre isso Bronislaw Baczko (entre outros autores) já demonstrou o quanto a escassez dos bens simbólicos contribui para conferir um

sentido estratégico ao controle dos imaginários, tornando-os instrumentos de poder, ao mesmo tempo alvo e arma de disputas acirradas. “As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusas”. (Baczko, 1985: 316).

A gestão governamental da memória, por ser um componente indispensável às nações – e ao manejo, pelas elites que as integram, de repertórios que impregnam e regem a vida social – converge, neste sentido, para a legitimação do Estado e dos grupos que dele fazem parte. A análise dos foros institucionais que abrigam os sujeitos enquadradores do passado da região num sentido de continuidade e coerência⁸⁷ com o presente e com seus habitantes pode agir então no duplo sentido de assinalar a dimensão simbólica e violenta subjacente ao exercício de poder pelas instituições e de iluminar a dinâmica das lutas que precedem a institucionalização de projetos particulares de caracterização regional.

O percurso analítico que vai do regionalismo para a memória e daí aos intelectuais impõe, portanto, o exame das diferentes instâncias de produção das representações históricas, de consagração dos agentes produtores e dos vetores de sua mediação, segundo regras definidas por hierarquias sociais específicas, endógenas e exógenas ao meio intelectual. Antes de mais nada, vale notar em consonância com Jean-François Sirinelli, que os grupos que compõem as elites culturais não existem como entidade autônoma, embora se possa isolá-los para fins analíticos. Esses grupos são ligados à sociedade circundante precisamente por laços políticos que lhes conferem prerrogativas próprias de intervenção no mundo social. (Sirinelli, 1997: 280). No caso que interessa aqui, aquelas prerrogativas tomam a forma de uma legitimidade *científica* especialmente forjada para autorizar a fundamentação de um ofício pela competência diagnóstica sobre a identidade ancestral de um ente político, transfigurado em singular coletivo. Por conta disso, a expressão engloba a inter-relação entre a história propriamente intelectual das elites culturais e as implicações políticas de sua atuação, em razão do poder de ressonância e da autoridade “espiritual” que elas detêm. (Sirinelli,

⁸⁷ “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (Pollak, 1992: 204).

1997).

A noção chave aqui é a de **reconhecimento** – porque, comparados a outros meios, os intelectuais parecem seguir um princípio de anterioridade na imposição da representação que fazem de si mesmos à sociedade. Como indica Sirinelli (1997: 292): “[...] as elites culturais, ao menos em parte, se autodefinem e se autoproclamam, precisamente porque seu estatuto induz a um poder de reconhecimento e de amplificação”. O fato de ecoarem uma autoridade refletida – e de estar esta autoridade sujeita às mudanças operadas na sociedade em que atuam, apela à inviabilidade de uma definição *a priori* da categoria “intelectual”. Como indica Daniel Pécaut, essa definição será inútil, a menos que comporte já a referência “à natureza do campo intelectual em questão”, isto é, “se já incluir a problemática do reconhecimento social do estatuto dos intelectuais e de sua produção numa sociedade e num momento dados”. (1992: 11). Mostrar a maneira como operam, se legitimam e pelo que lutam os intelectuais em posição desigual na escala de reconhecimento local e nacional é, mais que um ponto de partida, um objetivo da pesquisa.

Ainda assim, o mesmo Daniel Pécaut, em um estudo clássico, demonstrou a afluência dos intelectuais brasileiros sobre o debate identitário e sobre as instâncias de decisão política. Esta vinculação fica patente na disposição, entre eles, de se fazerem reconhecer, primeiro como elite dirigente e, em seguida, como porta-vozes da nação, mediadores entre o Estado e o “povo”. Reconhecidos como elite situada “acima” das classes sociais, os intelectuais dos anos 20 e 30 falaram em nome da necessidade de dar a conhecer uma realidade nacional latente, porque referida a um povo ainda não consciente de si próprio, nem constituído em agente político. (Pécaut, 1990:14).

Ao construir os mitos identificadores entre a nação e o “povo” – em nome do qual expressavam posições e lutavam por interesses que, longe de serem comuns, lhes eram próprios – o exercício dessa autoridade de “porta-vozes” também poderia ser descrito como um confisco da palavra. Vale reforçar, por enquanto, que a convergência entre reconhecimento intelectual e vocação proselitista na formação de um regime de especialização intelectual em que memória e “ciência” adquirem uma função simbiótica, não se restringe a assinalar

o sentido opressor e uniformizante das memórias nacionais e regionais, ou oficiais versus informais. Ao contrário, seu exame inclui uma história política das contra-memórias formuladas entre os próprios agentes mediadores da cultura. Ele envolve, além disso, uma história social da História e das Ciências Sociais, já que, como bem notou Michael Pollak, estas disciplinas fornecem o material que alimenta a memória coletiva. (1989: 9). Tal perspectiva de análise – em conformidade com a sugestão desse autor – pretende então resgatar os processos e atores envolvidos nas lutas pela imposição de um projeto – entre outros projetos possíveis – de interpretação do passado.

Nesses projetos, o material fornecido pela história é combinado à hierarquização normatizada de datas, personagens e acontecimentos numa escala de exemplaridade moral, guiada pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, reinterpretando o passado em função dos combates do presente e de projeções futuras feitas pelos combatentes (Pollak, 1989: 9). Assim posto, o enquadramento da memória regional sul-rio-grandense é uma atividade passível de ser analisada em termos de investimento social, já que ela envolve a consolidação de um *métier* (a especialização documentária) e a negociação de identidades profissionais e territoriais – sintetizadas, notadamente, na noção de “intelectual de província”.

As solidariedades evocadas na constituição dos laços com o passado mostram que, além de fabricantes de memória, os intelectuais tomam parte nesta memória fabricada: como já ressaltou Pollak, a reinterpretação da história empreendida pelos homens de cultura é submetida a uma exigência de credibilidade, que por sua vez vai depender “da coerência dos discursos sucessivos”. (Pollak, 1989: 9). Esta interdependência entre enquadramentos e sujeitos “enquadradores” anteriores e presentes é retomada por Sirinelli quando reconstitui os itinerários políticos de uma geração *normalienne*. O autor observa então a lei de “fidelidade e criação” (a expressão é de Paul Ricoeur) a que estão submetidas as atividades intelectuais, “no centro das quais estão a criação, a transmissão e a mediação da cultura”. (Sirinelli, 1997: 293).

Decorre daí um outro aspecto constituinte dessas elites: a sua estratificação hierárquica e geracional. Os termos, utilizados por aquele autor para refletir sobre

a discrepância dos poderes de influência e da capacidade de ressonância de determinados nomes mais reconhecidos do que outros, identificam também o sentido temporal dessa estratificação, condicionada tanto pela evolução dos canais de influência (um exemplo disso é a superação da mediação escrita pela audiovisual) ao longo dos anos, quanto pelas “passadas do bastão do poder intelectual” entre gerações. (Sirinelli, 1997: 295). Deste modo, as linhagens – ou, como refere Christophe Prochasson, (1993), “as famílias” – e tradições intelectuais conformadas ao longo dos embates sobre o *caráter gaúcho* compartilham a função normativa de toda tradição: ancoradas no jogo da sedimentação e da inovação⁸⁸, elas orientam disposições éticas e políticas, balizando as alianças e dissidências entre grupos sociais.

⁸⁸A sedimentação, que produz os paradigmas (“resultantes de histórias sedimentadas cuja gênese foi obliterada”), eles próprios oriundos de uma inovação anterior, que fornece as regras para a experimentação no campo narrativo. A inovação, princípio operatório da deformação regrada, cujo estatuto é correlativo ao da sedimentação, uma vez que ela permanece governada por regras, e mesmo quando as reverte, o faz tomando a tradição como referência. Cf. Ricoeur (1994: 106-108).

Sob o signo da fronteira: a gauchesca “de três bandeiras”

“Eu digo pampa, [...] e depois de ecoar na memória, a palavrinha se dilata em horizontes e distâncias, até perder-se num vazio de imensidade... Se a pronunciasse aberta no a, como um vizinho da outra banda, em vez de anasalada ao nosso modo, é quase certo que para mim perderia metade da magia poética; seria, ainda assim, uma bela palavra mas, de qualquer modo, forasteira.”

(“Pampa”, Augusto Meyer, *Prosa dos Pagos*)

2.1. O trabalho intelectual, transnacional e prescritivo de singularização cultural

No artigo intitulado “La construction scolaire”, publicado no terceiro número dos *Cahiers de Médiologie*, Anne-Marie Thiesse propõe a análise, em meio ao processo de criação das identidades nacionais européias, dos esforços intelectuais empreendidos para provar a existência concreta da nação.⁸⁹ Deslocando a ênfase do inventário de atributos ancestrais para os mecanismos e veículos de sua construção, a autora ressalta o trabalho de observação mútua intrínseco a esses modelos identitários, acrescentando que “é preciso de tudo para criar um mundo, mas a lista dos ingredientes necessários à representação de uma identidade nacional é bem delimitada”. (Thiesse, 1997b: 207).

De fato, a perfeita homologia entre os repertórios nacionais sugere a existência de um paradigma transnacional de formalização dos ingredientes que os especificam. Avaliar as condições sob as quais são seletivamente formulados esses ingredientes coloca-se então como um objetivo particular do debate contemporâneo sobre as classificações de origem. Trata-se aí de articular as duas faces de um paradoxo – a nação, enquanto uma invenção moderna que é legitimada pelo arcaísmo – ou, segundo a proposta de Benedict Anderson – de compreender a tensão fecunda entre “a modernidade objetiva das nações aos olhos dos historiadores versus sua antigüidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas”.

⁸⁹ O artigo expõe, numa versão preliminar, reflexões que a autora aprofundaria no livro *La Creation des Identités Nationales*, publicado dois anos depois, em 1999.

(Anderson, 1989:13).

O caráter recente das nações, já ressaltado por Eric Hobsbawm ⁹⁰, fica evidenciado na remissão histórica de seus contornos geográficos à conquista armada empreendida por Estados não necessariamente concebidos nesses termos, e que originalmente concentravam sob domínios imperiais um território compósito, fragmentado e habitado por populações muito heterogêneas. Diferentemente desses impérios dinásticos, as nações, ao invés de pretenderem a conquista armada do Estado vizinho, apenas “resistem” à dominação alheia ou reivindicam territórios presumidamente legados pelos ancestrais. (Thiesse, 1999a; 1997b). Significa dizer que o reconhecimento da soberania dos Estados-Nação depende da especificação de um patrimônio simbólico para seus habitantes, bem como da competência de agentes e instituições em suscitar, pelo levantamento e vulgarização de seus elementos constitutivos, a naturalização indispensável ao engajamento individual à nacionalidade, subjetivamente percebida como atemporal.

Uma análise profícua da dinâmica de produção das diferentes escalas de pertencimento coletivo estabelecido sobre bases territoriais deve admitir então que nem sempre a nação teve o caráter evidente de hoje. Antes disso, ela é o resultado de um intenso escrutínio e formalização erudita dos itens culturais nos quais se ancora, sob o signo da “autenticidade”, a adesão cívica de seus membros. É metodologicamente recomendável, neste sentido, que seja considerado, particularmente no exame dos processos implicados nas formulações das identidades nacionais e regionais, o desenvolvimento da História enquanto instância disciplinar da memória coletiva – processo este acompanhado da constituição de mercados de bens culturais “próprios” através da atividade de sujeitos para quem o exercício nacionalista de elucidação da pátria “é inseparável do cosmopolitismo intelectual”.(Thiesse, 1999b: 66).

Unidas por redes de comunicação epistolar e impressa em escala mundial, as incursões históricas, literárias e etnográficas das elites letradas de diferentes

⁹⁰No Livro *Nações e Nacionalismos desde 1780*, o historiador inglês desenvolve a tese de que os repertórios nacionais são criados a partir da apropriação de categorias de identificação preexistentes à nação – que o autor chama de “laços protonacionais” – e que, a princípio, funcionariam como marca de alteridade de grupos numérica e geograficamente mais restritos.

procedências marcaram o ritmo e a economia das trocas simbólicas praticadas entre as nações ocidentais ao longo dos últimos dois séculos (Thiesse, 1999a: 208). Esse trabalho coletivo foi o ponto de partida de um comércio identitário amplificado pela voga das Exposições Universais, a partir da primeira, realizada em Londres em 1851⁹¹. Mostras deste tipo envolvem um grande número de agentes públicos, além de empresários culturais, intelectuais e artistas. Como argumenta Sorá,

As mostras de um país no estrangeiro geram ações tendentes a atualizar a sistematização de obras, autores, idéias, objetos, traços, caracteres representativos de todo um país e suas manifestações enquanto civilização. É por isso que esses eventos são estratégicos para estudar as culturas nacionais como uma construção social, como arbitrários resultantes de dois níveis de disputas pela imposição do ‘mínimo denominador comum’ legítimo, as essências, o primordial: por um lado, entre representantes de diferentes esferas do campo de poder nacional; por outro, entre comunidades de representantes de diferentes origens nacionais lutando por fazer eleger seus países como protagonistas de eventos de exibição internacionais. Bienais de arte, feiras e salões de livros, exposições internacionais – universais, são rituais que põem em evidência a presença cada vez mais notória de especialistas na regulação das trocas de obras e idéias. (Sorá, 1998: 2)

Não se pode dizer o que é a nação sem dizer como ela é. Esse postulado resume o imperativo de demonstração que norteia a organização desses eventos internacionais. O mesmo princípio evoca a profunda revolução ideológica implicada na emergência de um padrão de organização social que tem o foco de sua legitimidade deslocado do soberano para o “povo”. Igualmente, ele resume o pressuposto do qual partiram as primeiras teorias interessadas em desvendar o fenômeno, entre a virada do século XIX e a primeira metade do século XX. Os teóricos da Nação, percebendo-a como um ente empírico explicável por suas “características”, acabaram, na prática, contribuindo não apenas para a sua

⁹¹ Marly Motta identifica, entre a exposição de 1851 em Londres e a de 1992 em Sevilha, três etapas neste quase século e meio de exposições universais: “[...] as do século XIX, representadas pelas de Londres (1851 e 1862), de Paris (1855, 1867 e 1889) e de Viena (1873); as do século XX, a partir das exposições de Chicago (1893) e de Paris (1900), e, finalmente, as contemporâneas, que a partir da regulamentação oficial, em 1928, tornaram-se mais temáticas (automóvel, avião, informática), transformando-se num produto em si mesmas”. A autora situa a Exposição Internacional de 1922, realizada no Rio de Janeiro por ocasião do Centenário da Independência, como a última exposição da segunda etapa. (Motta, 1992:6). Anne Marie Thiesse nota que já a partir de 1878 as grandes exposições passam a contemplar verdadeiros vilarejos etnográficos pelos quais os países participantes se fazem representar. Segue-se aqui um pressuposto universalista não mais hierarquizado em termos meramente evolutivos, mas, recuperando o princípio de igualdade entre as nações, tal qual formulado por Herder ao final do século XVIII. (Thiesse, 1999a: 197-199).

disseminação, mas, internamente, para tornar secundárias as outras possibilidades de representação desta identidade “desvendada” na origem e, sob este ponto de vista, predestinada à unificação. Seguindo os parâmetros historicistas hegemônicos no século XIX⁹², políticos e pensadores dos últimos cem anos acionaram, em seus respectivos países, critérios essencialistas de elucidação das identidades territoriais. Traduzindo-as num vasto repertório de ancestrais, tradições, epopéias, pioneiros e outras alegorias do gênero, fizeram da nacionalidade ao mesmo tempo um objeto de conhecimento, uma causa a defender e um ponto de convergência da “História universal”.

Com a definição alternativa ao conceito substancialista, assentada sobre parâmetros subjetivistas e plebiscitários, a via defendida por Ernest Renan em sua famosa e sempre citada conferência *Qu'est-ce qu'une Nation?*, proferida na Sorbonne em 1882, não foi além dos pressupostos que aparentemente combatia. Intervindo sobre a questão que agitava a comunidade intelectual francesa da época – qual seja, a territorialização da nação e, dentro disso, a incorporação da Alsácia e parte da Lorena pela Alemanha em 1871 – Renan tomava o consentimento coletivo, isto é, a escolha racional, consciente e contratual do pertencimento, como critério determinante da “verdadeira” nacionalidade de um povo. Nesse ponto de vista, a nação seguia sendo entendida como um valor, a finalidade última das sociedades organizadas, o ponto de chegada que pacifica a verticalidade das diferenças internas e que justificava, naquela conjuntura, as ambições francesas sobre os territórios recém-integrados ao primeiro Reich.

É somente com a crise de legitimidade da Nação, em razão dos genocídios praticados em seu nome durante a II Grande Guerra, que se transforma a natureza das perguntas dirigidas ao fenômeno, hoje integrado ao campo mais vasto de investigação das invenções imaginárias das sociedades. No momento em que o nacionalismo passa a ser assimilado à patologia social, abre-se a possibilidade de interrogá-lo de fora, em uma perspectiva construtivista. Nessa ótica, mais do que captar no presente as “características” da nacionalidade, tomando-a como uma unidade auto-evidente, interessa saber por quê, em um dado momento histórico, foi necessário pensá-la, e de que forma o seu desdobramento em representações

⁹² Cf. Wehling (1992) e também Holanda (1979).

materiais e simbólicas contribui para reger as formas contemporâneas de coesão social.

Compreendida como um princípio unificador de consciências – e, segundo a célebre definição de Benedict Anderson (1989), enquanto uma *comunidade imaginada* onde a identificação mútua e simultânea entre os membros prescinde do contato interpessoal – conclui-se que a nação precisa ser materializada em imagens mediadoras, que sejam ao mesmo tempo precisas e comunicativas, além de reprodutíveis.⁹³ Na medida em que cria uma homogeneidade nova sobre espaços heterogêneos, a emergência da nação traz também o desafio de gerir sua diversidade interna – introduzindo aí, entre o cidadão e a nacionalidade, o vínculo regional. A tarefa engloba o desdobramento do patriotismo em duas faces: a formulação de um discurso nacionalista de exaltação da *região*, reciprocamente alimentado por um discurso regionalista de exaltação nacional. Assim, o nacionalismo reserva um lugar preciso para a evocação das diferenças regionais, que colaboram para ratificar a própria especificidade da Nação, ao reverter em “cultural” a desigualdade política que subsiste entre os pólos. Como ressalta Thiesse, o discurso regionalista de exaltação da nação prevê, mais que o controle sobre secessionismo, a construção de um consenso social e político que permita falar da diferença sem valor adversativo, deslocando o que é desigual para o domínio do geográfico. (Thiesse, 1997: 2-7).

De um lado, a nação posiciona-se hierarquicamente acima da região, englobando-a e articulando outras classificações espaciais que dela derivam, como, centro, periferia, campo, cidade, etc. Mas, não obstante a submissão da segunda à primeira, a lógica totalizante operada na caracterização do conjunto se reproduz na definição das partes, uma vez que tanto a nação quanto as regiões que a especificam são artefatos simbólicos relacionais, materializados por aparatos comunicativos que, sem descuidar da organização disciplinar e inventiva da lembrança, precisam impor e estimular a crença em uma unidade fabricada.⁹⁴ Para

⁹³ Neste sentido, o desenvolvimento da imprensa aparece como uma das pré-condições tecnológicas para o advento dos nacionalismos. (Anderson, 1989). Da mesma forma, a formulação, pelas academias Nacionais de Belas Artes, de padrões de representação da nação em seus aspectos paisagísticos e pitorescos, teve no aparecimento da litografia e da fotografia, que permitem a reprodução de imagens a baixo custo, larga contribuição para a difusão dos imaginários nacionais entre diferentes territórios e extratos sociais. Ver Thiesse (1999a: 206 et passim).

⁹⁴ Através, entre outros meios, da reprodução dos limites políticos em fronteiras lingüísticas e da

tanto, o discurso nacionalista apresenta as relações entre as duas esferas de pertencimento como eternas, reconhecendo a região como um elo primário da cadeia do pertencimento, como meio de afirmação do caráter consentido – e, portanto, legitimado – da unidade maior em que a *região* se insere. Em não sendo refutável, a diversidade interna das nações pôde ser, assim, organizada.

É lógico então que o fenômeno de “emulação imitativa” (Thiesse, 1997b) intrínseco às formulações do autêntico nacional repita-se na invenção das variações regionais desse padrão de organização, também elas criadoras de repertórios feitos para serem vistos e revistos, retocados e adaptados às circunstâncias de cada grupo e momento histórico. Uma vez definida a *região*, simultaneamente como uma via possível de acesso à identidade nacional e enquanto espaço de representação da diferença, ela se caracteriza segundo a ordem dos elementos que especificam o conjunto nacional diante de outras nações. Assim, distinguindo-se das demais unidades pelo recurso a quesitos homólogos àqueles presentes no *check list* nacional, o espaço regional é representado de forma a facilitar a reversibilidade entre os dois códigos de classificação de origem. (Thiesse, 1999). Isso possibilita, inclusive, que, em momentos de crise, o regionalismo venha a funcionar como um “nacionalismo de socorro”⁹⁵, estabelecendo no vínculo dos indivíduos com sua “pequena pátria” a força a durabilidade de memórias (e contra-memórias)⁹⁶ competitivamente partilhadas⁹⁷ em grande escala.

O discurso regionalista mobiliza, portanto, as mesmas estratégias unificadoras do nacionalismo. Ao interpelar sujeitos socialmente desiguais, a

imposição de saberes tidos como indispensáveis à participação na vida nacional, pelo sistema de ensino.

⁹⁵ Ver Faure (1989) e o tópico “Folclore Totalitário” em Thiesse, autora da expressão (1999: 263 et passim).

⁹⁶ Como nota Hall, os mitos fundadores acabam por fundamentar contra-memórias, que ajudam os “povos desprivilegiados a conceberem e expressarem seu ressentimento e sua insatisfação em termos inteligíveis”. Eles oferecem elementos para uma narrativa “através da qual uma história alternativa ou uma contra-narrativa, que precede às rupturas da colonização” pode ser dada em resposta aos discursos históricos hegemônicos. (Hall, 1997: 59-60).

⁹⁷ Sobre a dinâmica de compartilhamento e divisão da memória social é preciso sempre completar com a advertência de Alessandro Portelli, de que “quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada essa última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”. (Portelli, 1996: 106).

abrangência das propriedades “originais” manipuladas pelos inventores amplia-se para além de fronteiras que lhe servem de inspiração inicial. (Hobsbawm, 1990). O compartilhamento de um código identitário comum, coeso e excludente, ao mesmo tempo em que serve para nomear o *mesmo* e seus contrários, o faz ao ritmo de sucessivas reapropriações que desdobram o paradigma único da construção identitária em aplicações singulares, de acordo com a diversidade de usos e contextos, sociais, políticos e comerciais, que o manejo do “kit” contempla.

2.2. Regionalismo, modernismo e centralização cultural

O processo sistêmico pelo qual a formulação do autêntico regional colabora para a própria singularização da Nação, tanto reproduz a centralização dos espaços de produção cultural quanto dela resulta. Pela sua própria natureza, o *regional* descrito pelas ciências e pelas artes só pode ser compreendido em sua integralidade de um ponto de vista relacional, ou seja, inscrito no quadro federativo das práticas de sociabilidade, circulação e consagração de títulos e autores, com seus foros de enunciação, redes de reconhecimento, círculos de identificação interligados e lugares de convergência. Submetido a tal pressuposto, o recorte correspondente ao intervalo inicial de produção do mito do centauro no Rio Grande do Sul abrange parte do longo processo de diferenciação das esferas públicas no Brasil. Ele diz respeito também à emergência dos intelectuais enquanto grupo social específico, consoante à especialização e diversificação progressiva de atividades culturais, encenadas em mercados a princípio incipientes e localmente circunscritos, em vias de integração.

O conjunto de paisagens oferecidas pelo interior de um país ainda em muitos aspectos desconhecido de si mesmo, e sua contraposição à natureza exuberante da corte litorânea, é um dos aspectos que a didática naturalista na virada do século retomou do romantismo e, dentro dela, em uma das obras fundadoras de nossa tradição sociológica, que exerceu especial influência para o devir das concepções de Brasil. No verdadeiro monumento republicano que é a obra *Os Sertões*, Euclides da Cunha alimenta a recíproca das alteridades regionais pelo jogo de antíteses concentradas sobre as qualidades “próprias” a dois tipos de vaqueiros: o gaúcho e o sertanejo. Todas elas servem para reforçar o caráter “forte, resignado e prático” do vaqueiro do Norte, o jagunço – “Hércules Quasímodo” –

obra de um meio feito de austeridade e privações que é contrastado com a vida desimpedida e com a personalidade sobranceira do campeiro sul-rio-grandense:

O vaqueiro do Norte é a sua antítese. Na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há equipará-los. O primeiro, filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem certo, feição mais cavalheirosa e atraente. A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte [...] Desperta para a vida amando a natureza deslumbrante que o aviventa; e passa pela vida, aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreocupado, tendo o trabalho como uma diversão. [...] As suas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. (Cunha, 1995 [1902]: 82-83)

No período de ruptura seguinte à Primeira Guerra Mundial, marcado pela crítica às realizações da República e pelo julgamento do passado colonial, o apelo dos intelectuais em favor da renovação estética e do comprometimento da arte com a criação de uma cultura genuinamente nacional – cultura tida por Alberto Torres, em 1914, como “inexistente” (Garcia Jr., 1993) – retomará o mapa etnográfico brasileiro retratado por Euclides da Cunha, para conferir novos contornos a ele. No esteio da efervescência modernista⁹⁸ que, num primeiro momento, visava equiparar a arte e a literatura do país às experiências de vanguardas do plano internacional, seguiu-se a adoção de uma perspectiva nacionalista de enfrentamento do problema da criação cultural no Brasil. É assim que, já na segunda fase dos modernismos, o ataque ao “passadismo” cede lugar à questão da superação do “mimetismo” e à necessidade de distinguir a brasilidade pelo trabalho de artistas e intelectuais. Como disse Mário de Andrade, a essa altura já não interessa mais a arte pura, “o que vale mesmo é arte interessada, arte agindo como remédio, diretriz o que diabo seja”.⁹⁹ Assiste-se então, no segundo

⁹⁸ Os primeiros protagonistas do movimento modernista vêm das artes plásticas: Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Lasar Segall, entre outros, alguns herdeiros das elites tradicionais ligadas ao café, outros imigrantes ou descendentes fixados em São Paulo. Esses artistas, que passam a vida entre São Paulo, Rio de Janeiro e Paris, e que mantêm laços de proximidade com mecenas da elite paulista, formam casais e amizades com os escritores, todos engajados numa intensa competição por distinção intelectual. Na literatura, a ambição de universalidade que caracteriza o movimento se desdobrou em duas fases. Na primeira, normalmente fixada entre 1917 e 1924, o interesse cosmopolita volta-se a reivindicar e cumprir a necessidade de sintonização artística do país, e sua conseqüente inserção no contexto das nações civilizadas. Na segunda fase, o privilégio à imagem de São Paulo como núcleo de propagação e de “aprendizagem” do progresso material e da urbanidade moderna – referência primordial na *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade – dá lugar à valorização da cor local. Desde aí o modernismo se ramifica em diversas tendências que, atreladas ao insulamento estadual dos mercados culturais, promove a vinculação estreita, ainda que ambivalente, das noções de “modernismo” e “regionalismo”.

⁹⁹ Carta a Manuel Bandeira, S.P, 2/6/1928. In: Moraes (2000: 392).

quartel do século e pelos anos trinta adentro, à recuperação dos autores e obras seminais (como a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero; e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha) “[...] que corroboraram os novos esquemas de pensamento em disputa pela sua legitimidade [...] ; ensaios que ao mesmo tempo inseriram [os] novos descobridores do país numa genealogia imemorial”. (Sorá, 1998: 2).

A homologia referida por Anne-Marie Thiesse entre os repertórios identitários das nações pode ser, então, revista em escala inter-regional, na acorrida de intelectuais brasileiros pela decifração dos ingredientes que compõem o Brasil. As alteridades internas ao país serão, desde aí, subdivididas em novas categorias de ligação entre povo e território, que especificam e, por vezes, cruzam-se com a mais antiga e mais abrangente oposição interior x litoral, presente em *Os Sertões*. Neste novo contexto, a posição limite do Rio Grande tem seu estatuto redimensionado pelas utilidades e significações associadas ao *regionalismo*. A noção se impõe no centro do sistema de criação literária, manejada pela atuação de intelectuais agrupados em “rodas” ramificadas pelo interior e exterior de suas respectivas *províncias*, em luta por fazer dos valores da terra itens legítimos de exportação (universalidade) da “cultura brasileira”.

A partida à padronização de componentes culturais relativos ao estado rio-grandense participa desse processo mais amplo de desenvolvimento das atividades ligadas ao livro, como o ensino, a escrita e a edição. Internamente, ela tem como marcos fundamentais a crise da economia pecuária – da qual deriva o predomínio do acento campeiro na literatura – e a derrocada política da oligarquia liberal da fronteira sul e oeste do estado, consumada com a derrota federalista em 1895. À medida que a elite republicana consolida sua posição de comando à frente da Presidência do Estado, os valores e atributos de honra da elite política liberal e federalista vão sendo reapropriados sob um viés moralizador baseado no legado castilhistas. Simultaneamente, o conjunto das atividades, atores e iniciativas culturais desloca-se progressivamente dos pólos charqueador e portuário do sul – Pelotas e Rio Grande – para Porto Alegre. Reproduz-se, assim, a concentração do mercado cultural local sobre a capital do estado, fato verificável também em outras regiões do país.

Enquanto Comte, Zola e o evolucionismo de Spencer polarizavam os escritores *naturalistas* de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Jaguarão, os espaços mais valorizados de circulação intelectual e de formação acadêmica do país afluíam aos salões, livrarias e cafés do sudeste. Para lá se dirigiam os mais afortunados “escribas das províncias”, aqueles aptos a ingressar em um circuito que realmente se constituía no eixo de “realização da cultura nacional dominante”. (Sorá, 1998: 23). Nele despontavam o Rio de Janeiro – capital e sede das primeiras instituições representativas das elites culturais brasileiras, como a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes – e São Paulo, baluarte do liberalismo oligárquico e do mecenato cultural que sustentaria, na década seguinte, as vanguardas modernistas.

É de fato nos anos vinte que se consolida a tendência – verificada nas exortações de Alberto Torres, em meados da primeira década – de recusa ao cosmopolitismo intelectual e de compromisso das elites culturais com os destinos da pátria. A despeito do clamor nacionalista, essa movimentação em favor da fundação simbólica da nacionalidade só revela toda sua significação quando reportado ao cosmopolitismo dominante entre os escritores, seu sentimento de desterro em solo próprio e de pertencimento ao universo intelectual francês. É na crise de uma sensibilidade *belle époque* revelada, afinal, tributária do passado colonial – e em meio à grito geral de renovação da agenda política em amplos setores da sociedade – que aparece, como assinala Muniz de Albuquerque (2001), em diferentes estados do país, um discurso regionalista vigoroso que desarma o olhar naturalista até então predominante, excessivamente atento ao meio e à raça, para realçar, a partir daí, outros fatores – históricos e culturais – de germinação nacional.

A busca da nação leva à descoberta da região com um novo perfil. Diferentes saberes, seja no campo da arte ou da ciência, são mobilizados, no sentido de compreender a nação, a partir de um jogo de olhares que perscruta, permanentemente, as outras áreas e volta-se para si próprio, para calcular a distância, a diferença e para buscar as formas de apagar estas discontinuidades que bloqueiam a emergência da síntese nacional. Cada discurso regional terá um diagnóstico das causas e das soluções para as distâncias encontradas entre as diferentes áreas do país. (Albuquerque Jr., 2001: 41)

A demanda de autodescoberta nasce primeiro como expressão de

modernidade. No modernismo¹⁰⁰, a voga primitivista deriva do desejo de sintonizar o Brasil com o “estado das artes” e do pensamento nos núcleos civilizatórios tidos como “mais avançados” – aspiração que, com o decorrer da década, conduz mesmo um dos autores mais universalistas da época, como Mário de Andrade, a voltar os olhos para o interior do país. A partir de 1924, quando o movimento ingressa na sua segunda fase, a tendência inicial de universalização se desdobra na mobilização das elites culturais em torno da concorrência pela vanguarda nesse processo de desvendamento de uma cultura nacional ainda latente. Desde então, o procedimento constitutivo da nação passa decisivamente da representação calcada na idéia universalista e biológica da raça – referência incontornável ao tempo de Euclides da Cunha – para o terreno do local e, mais precisamente plural, da *região*.

Essa passagem é repleta de ambigüidades, e se constitui no foco de discordâncias e recusas entre diferentes grupos identificados com o que se convencionou chamar “modernismo”.¹⁰¹ Enquanto em alguns modelos “tradicionais”, como o verde-amarelo, a “gauchesca” sul-rio-grandense e o “modernismo tradicionalista” do Nordeste, impera um extremado senso de exaltação do passado e da “província”, na aproximação de Mário de Andrade com o folclore e os costumes regionais é a projeção futura da **unidade** que fala mais alto. Na perspectiva cosmopolita do maior expoente do movimento, as *regiões* são inseparáveis da *cultura popular* – dois elementos que conferem inteligibilidade a

¹⁰⁰O modernismo aqui pode ser compreendido de duas maneiras. Primeira, em acordo com o sentido proposto por Castro Gomes (1993), como “um movimento de idéias renovadoras que estabelece fortes conexões entre arte e política, e que é caracterizado por uma grande heterogeneidade” – não sendo, portanto, dotado de contornos bem delimitados. (Castro Gomes, 1993: 62) De outra parte, é preciso levar em conta que o rápido processo de consagração de determinados heróis do movimento, mormente paulistas, acabou por fazer do epíteto “modernista” ao mesmo tempo uma fonte de mal-entendidos e um índice de distinção intelectual – tendo se tornado, portanto, objeto de disputa. Neste sentido, é sugestivo o contraste entre a recusa do adjetivo pelos maiores expoentes do movimento, como Mário de Andrade, e a preocupação de autores menos valorizados, como Graça Aranha, em reivindicar essa condição “moderna”. Também não é casual a insistência com que os críticos literários do Rio Grande do Sul ocuparam-se em desmentir a “ausência” de autores modernistas no estado. Veja-se, a propósito, César (1956: 18 e 20; 1994 [1973]: 51) e Chaves (1979: XXXIX).

¹⁰¹“Entre 1925 e 1926, os verde-amarelos rompem com os grupos Terra Roxa e Pau-Brasil. Desencadeia-se a partir de então uma verdadeira polêmica que tem como pano de fundo a questão da relação regionalismo-nacionalismo. Para os verde-amarelos, as demais correntes modernistas cometem um erro fundamental: encaram o regionalismo como motivo de vergonha e de atraso. Isto acontece, segundo seu ponto de vista, porque esses intelectuais teimam em ver o Brasil ‘com olhos parisienses’, o que leva, em decorrência, a que qualquer manifestação de brasilidade seja reduzida a regionalismo”. (Velloso, 1993: 98).

uma cultura brasileira a ser revelada na sua singularidade diante de outras nações.

Por conta dessa orientação externa, em seu discurso o “regionalismo” adquire, no mais das vezes, o sentido pejorativo de limitação criativa somada ao particularismo político. Como explica Velloso,

Esta percepção do nacional que defende a eliminação das partes em favor do conjunto torna-se uma das idéias-guias do modernismo. No entanto, a própria dinâmica do movimento vai mostrar que ela não é consensual. O obstáculo à sua aceitação residia na predominância de forte tradição regionalista de cunho ainda local e geográfico. O comentário que Sérgio Milliet endereça ao livro de Guilherme de Almeida *Raça* é um exemplo característico dessa visão ideológica. Elogiando a obra pelo seu alto sentido nacionalista, Milliet assim se refere ao seu autor: “Guilherme é profundamente brasileiro. Digo mais *paulista*”. Mário de Andrade, em carta dirigida a Sérgio, o advertiria contra o sentido simbólico, heróico e grandiloqüente atribuído à palavra paulista. Argumenta ser necessário abandonar tal visão, pois o Brasil tem sido um “vasto hospital amarelão de regionalismo” e “bairrismo histórico”. (Velloso, 1993: 122)

Enquanto Mário de Andrade manifesta sua inconformidade com o passadismo grandiloqüente do verde-amarelismo, identificando-o ao “regionalismo” *tout court*, os representantes desta tendência, como Menotti Del Pichia e Cassiano Ricardo, definem o rumo de suas criações numa direção similar àquela tomada pelas letras no Rio Grande do Sul. Eles, como os gaúchos, ocupam-se da fronteira, realçando em causa própria o caráter desbravador dos heróis bandeirantes e o legado integrador dos próceres conquistadores do território.¹⁰²

No que diz respeito ao Rio Grande, a produção escrita como um todo explora a posição limítrofe da campanha. Os historiadores, particularmente, se especializam em reivindicar a filiação luso-brasileira do gaúcho, vinculando-o à progênie tropeirista de (paulistas e lagunistas), além de açorianos e portugueses. Ali, a fundação tardia do representante regional dos Institutos Históricos, bem como a escolha de realçar a reconhecida participação das elites locais nos quadros do exército brasileiro, revelava uma estratégia específica de enfrentamento da concorrência com outras regiões, que também vinham tratando, por vias próprias, de ocupar seus espaços dentro da epopéia brasileira. Definitivamente fundado, depois de várias tentativas, às vésperas do centenário da independência, o Instituto Histórico e Geográfico local aparece com a missão explícita de integrar

¹⁰² Sobre as tematizações dos verde-amarelos, ver Velloso, 1993: 123 et passim.

honrosamente o estado no calendário das efemérides nacionais, promovendo a memória farroupilha na passagem do seu centenário, e tratando, daí por diante, de arquivar as teses separatistas da revolução elaboradas no decênio anterior.¹⁰³

Na ficção, a esta altura a prosa *gauchesca*, segundo Guilhermino César, vivia o segundo decênio de sua “idade de ouro”. Um novo surto, iniciado com *No Galpão* – livro que em 1925 laureou Darcy Azambuja com o prêmio da Academia Brasileira de Letras – teve, de acordo com o autor, o auxílio do germen nacionalista do modernismo, mas do ponto de vista temático trouxe pouca novidade:

[...] o surto de 1925, iniciado com Darcy Azambuja e Vieira Pires, no conto; Vargas Neto, Pedro Vergara, Augusto Meyer (este muito moderadamente) e alguns mais na poesia, se foi em parte estimulado pelo Modernismo nascente, do ponto de vista temático [...] apenas retomou os caminhos de uma tradição. Anteriormente, o Laf das *Recordações Gaúchas* (190), o Simões Lopes Neto do *Cancioneiro Guasca* (1910), dos *Contos Gauchescos* (1912) e das *Lendas do Sul* (1912), o Alcides Maya de *Ruínas Vivas* (1910) e de *Tapera* (1911), o Roque Callage de *Terra Gaúcha* (1914) e principalmente o Amaro Juvenal de *Antônio Chimango* (1915), todos eles haviam batido na mesma tecla. (César, 1994 [1973]: 39-40)¹⁰⁴

Ao passo que no Rio Grande do Sul a fronteira exerce sua força sobre a imaginação dos prosadores, no Recife, os “modernistas tradicionalistas” (Ascenso Ferreira, Odilon Nestor e Gilberto Freyre) fincam na célula patriarcal do Engenho o núcleo civilizador de uma nova configuração regional – o Nordeste – entendida como a célula originária do Brasil. No “Manifesto Regionalista” de 1926¹⁰⁵, os

¹⁰³ Houve pelo menos três tentativas anteriores à criação definitiva do IHGRS, em 1920. A primeira, em 1845, a segunda, em 1860 e uma terceira, em 1917. Referências a esses ensaios encontram-se às páginas 118, 119, 121, 122 e 123 do primeiro número da Revista do Instituto, publicado em 1921. Os oradores chamados ao púlpito na sessão inaugural do IHGRS são unânimes em lamentar o atraso com que o Rio Grande, “possuindo elementos intelectuais em nada inferiores aos coirmãos”, funda sua própria academia histórica, “atestado da cultura e do civismo dos povos” quando “em quase todos os Estados da república existiam sociedades, institutos, revistas histórico-geográficas, etc.” (Revista IHGRS, n.1, p.119) Na ocasião da inauguração, o então tenente Souza Doca estende-se em considerações sobre as motivações e responsabilidades dos sócios, “sobretudo agora, que se aproxima o primeiro centenário de nossa emancipação política”, desejando “que o Rio Grande do Sul possa apresentar-se condignamente na magna data; que sejam por uma vez desfeitos os erros, as inverdades, as falsas apreciações que correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande”. (Revista IHGRS, n.1, p. 120).

¹⁰⁴ Um dos efeitos mais imediatos do modernismo sobre o cenário literário gaúcho foi a retomada dos autores fundadores do *regionalismo*. Em alguns casos, como a obra de Alcides Maya, essa retomada é crítica; em outros, como a de Simões Lopes Neto, que em 1926 inicia sua carreira póstuma, é entusiasmada. Em casos como o de *Antônio Chimango*, a popularidade vinha numa linha de continuidade, desde a publicação. Guilhermino César informa que a movimentação modernista rebenta exatamente no auge dessa popularidade. (1994: 51).

¹⁰⁵ Segundo Gilberto Freyre, o *Manifesto Regionalista* teria sido escrito em 1926 para ser

elementos mais autênticos da nacionalidade apóiam-se em tudo o que para a geração de 1870 confirmara a precariedade civilizacional do país: a ordem patriarcal, escravocrata e monocultura da sociedade colonial. Nesse mesmo texto, Gilberto Freyre opõe à “ficção necessária” chamada Brasil a “verdadeira” brasilidade: o conjunto das regiões, com suas tradições próprias e interdependentes. (Freyre, 1967). Nas décadas de trinta e quarenta, o sertanejo será amplamente explorado pelo mercado editorial ascendente, enquanto o repertório brasileiro multiplicado em microversões, acompanhará o interesse crescente dos intelectuais pela centralização do poder executivo.

No Brasil comandado pela revolução de Outubro, a estrutura segmentada de poder e de cultura própria da Primeira República dá, então, lugar a um processo de integração nacional sem precedentes na história brasileira. Os acervos identitários regionais passam a ser projetados em uma escala mais abrangente, enquanto no novo bloco de poder reestrutura-se o relacionamento político do centro com os estados. Porém, esse processo é demorado. Como ressalta Afrânio Garcia, a Revolução de 30 não foi obra de profissionais previamente armados de uma ideologia e um programa de reformas comum. Pelo contrário, a Aliança Liberal compunha-se de “grupos políticos heteróclitos que não eram unidos senão por a terem desencadeado”. (Garcia Jr., 1993: 22). A esses novos dirigentes o desafio da unificação apresentava-se dividido em três níveis: político, pelo reforço do poder central e a retirada das autonomias dos estados; econômico, pela integração das economias regionais (entendida como pré-condição à industrialização) e cultural, pela gestão das diferenças:

apresentado no I Congresso Regionalista, realizado no Recife e promovido pelo Centro Regional, fundado juntamente com o poeta regionalista (futuro presidente do Centro) Odilon Nestor. Publicado pela primeira vez em 1952 pela “editora Região” em versão, como de hábito, retocada, e sem que Gilberto Freyre assumisse essa alteração, o manifesto suscitou estardalhaço na imprensa. Wilson Chagas desconfiou da afirmativa de Freyre, e Joaquim Inojosa, crítico do tradicional *Jornal do Comercio* (onde também Freyre e Nestor escreveram regularmente) acusou-o de fraude. O manifesto seguiu tendo várias edições e, em 1968, Inojosa publicou uma espécie de *J'accuse* intitulado *O Movimento Modernista em Pernambuco*, onde enumera documentos comprobatórios de sua precedência, em relação a Freyre, na introdução e divulgação do modernismo no Recife. O lançamento foi registrado em 1953 na seção “Escritores e Livros” da *Revista do Globo* em nota intitulada “Pernambucanos em voga”. (Porto Alegre, Fascículo 582, 21 de março de 1953). A versão utilizada neste trabalho é a 4ª edição, pelo Instituto Joaquim Nabuco, publicada em 1967 em parceria com o Mec. O Manifesto está disponível na internet: <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/comentario.html>. A maior parte das informações expostas acima foram obtidas do comentário de Antônio Dimas, que acompanha o texto na rede.

O sistema provincial não havia mudado, os camponeses das plantações tradicionais continuavam sendo a clientela de chefes locais. Reforçar o poder central e acabar com as estruturas políticas estaduais autônomas, mais justapostas que integradas, era uma reforma fundamental para que estas novas elites pudessem assegurar seu poder. Além disso, depois de 30, a construção de um Estado Nacional permitiria fazer um contraponto à supremacia de São Paulo no seio da Federação. [...] O último problema era a unificação propriamente cultural de um país caracterizado por uma grande diversidade social e cultural. (Garcia Jr, 1993: 24)

No contexto de forte polarização política, os intelectuais demonstram sua vocação para elite dirigente¹⁰⁶ e, divididos entre as tendências ideológicas e religiosas da época (católicos, escola-novistas, integralistas, comunistas), atuam em duas frentes simultâneas de intervenção: os debates políticos do momento e a investigação e estudo da “realidade brasileira”. Em torno dessa expressão perfilou-se boa parte dos romances e ensaios de interpretação histórica e sociológica saídos à época – e que se constituem, até hoje, em matrizes fundamentais de representação de nossa identidade. Garcia Jr. argumenta que, durante a II Guerra Mundial, a redução das trocas econômicas com a Europa também teve efeitos importantes para sustentar o redirecionamento da produção intelectual para dentro, pois “que o isolamento forçado pôde aparecer sob a forma de uma escolha na medida em que tomou a forma do nacionalismo cultural”.¹⁰⁷ Já o sociólogo Sergio Miceli (1979), dimensiona o espaço de oportunidades aberto à intelectualidade por esse processo de institucionalização da cultura, quando se abrem pelo três novos setores de intervenção: as organizações sindicais, os órgãos públicos culturais e o espaço editorial.

No mesmo período, os protagonistas das experiências de vanguarda iniciadas nos anos vinte são convidados a participar de projetos de modernização cultural conduzidos de dentro e de fora do aparato de governo (MEC, SPHAN e grandes editoras, como a José Olympio, a Companhia Editora Nacional e a Martins), o que colabora para que percam suas marcas transgressoras iniciais,

¹⁰⁶ Segundo Pécaut, (1990), a geração dos anos 20-45 manteve uma linguagem presa ao poder e, ao invés de solicitar a mão protetora do Estado, ofereceu-se a ele como auxiliar na missão civilizadora de um país ainda por se organizar em “bases racionais”, tratando-se aí de “civilizar por cima”. Se essa visão elitista era compartilhada por intelectuais de outros países à época, a diferença desses outros casos, no brasileiro, “[...] essa visão elitista implicava não só o respeito por uma hierarquia social, herdada ou adquirida, mas determinava também a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico”. (Pécaut, 1990: 30).

¹⁰⁷ Cf. Garcia Jr (1993: 24). O mesmo aspecto já havia sido ressaltado por Pontes (1988: 58).

adquirindo um sentido normativo.¹⁰⁸ Os elementos regionais veiculados pela produção literária são então capturados por um nacionalismo ascendente, que estimula o desenvolvimento um mercado de bens culturais “autênticos”, no qual a figura do *editor nacional* aparece como uma espécie de herói civilizador (Sorá, 1998).

Neste processo, é marcante a centralização das instâncias de produção cultural sobre o centro-sul (Miceli, 1970: 74), enquanto, o plano simbólico, o Nordeste aparece como locus da autenticidade:

[...] o romance regionalista do Nordeste torna-se, a partir dos anos 30, o símbolo do romance tipicamente nacional. São os lugares de origem dos romancistas mais reconhecidos que se deslocam – de Rio e São Paulo para esta região, e são os assuntos tratados, o quadro da ação, a linguagem e o estilo que passam do romance urbano do fim do séc. XIX, a um romance que retrata a decadência das plantações tradicionais. (Garcia Jr, 1993: 31)

Juntamente com outras versões regionais da nação, essas obras alimentam a concorrência entre as editoras, que tiveram nas “coleções brasileiras” o gênero de maior prestígio.¹⁰⁹ O regional, uma vez incorporado aos meios mais autorizados de difusão cultural, aparece definitivamente como a via de acesso privilegiado para a compreensão do país.¹¹⁰ A enxurrada de “retratos do Brasil” produzidos na

¹⁰⁸ Cf. Pontes (1988: 58). Ver, ainda a propósito da incorporação de grupos modernistas à esfera administrativa, Schwartzman et alli (2000) e Castro Gomes (2002).

¹⁰⁹ As mais importantes coleções voltadas a revelar os aspectos marcantes da realidade nacional, nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta foram *A Brasileira* (criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional e dirigida por Fernando de Azevedo) e *a Documentos Brasileiros* (criada em 1936 pela José Olympio e dirigida, entre 1936-1939, por Gilberto Freyre; entre 1939-1959 por Otávio Tarquínio de Souza e, finalmente, a partir de 1962, por Afonso Arinos de Mello Franco) e a *Biblioteca Histórica Nacional*, editada pela Martins e criada pelo fundador José de Barros Martins, em 1940. Segundo Pontes, a diferença entre as duas primeiras coleções é “sobretudo regional, enquanto a primeira é mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino – que parece atribuir maior distinção ao exercício da literatura e da crítica –; a segunda acompanha mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que explica [em razão do aparecimento da USP e à ascensão da sociologia como disciplina] o aumento do peso dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de sua trajetória”. (Pontes, 1988: 74). Já a coleção da Martins, nas décadas de quarenta e cinquenta, desbancará progressivamente o prestígio da *Documentos Brasileiros*, da José Olympio, especializando-se em uma literatura científica onde a presença paulista, o viés sociológico e antivarguista é marcante. Nos anos sessenta, esse modelo das coleções já estará superado em favor de novos paradigmas explicativos; as análises sociológicas terão primazia em relação à literatura e à produção ensaística histórico-biográfica. (Pontes, 1988: 79). Sobre a concorrência da José Olympio com as outras editoras, ver Sorá (1998). A posição da Globo neste mercado será avaliada adiante, no capítulo quarto, sendo também abordada na tese de Sorá, na segunda parte, significativamente intitulada “Gênese de um pólo estrangeiro no espaço editorial”.

¹¹⁰ A literatura criada pelos romancistas regionais, como mostra Pontes, ofereceu aos leitores das capitais brasileiras, uma visão ao mesmo tempo diversificada e integrada do Brasil. A autora cita o testemunho de Antônio Cândido para confirmar essa idéia: “Com efeito, segundo Antônio Cândido, ‘foi notável a interpenetração literária em todo o Brasil, depois de 30, quando um jovem,

época reinterpreta os elementos criados dentro da insularidade política da primeira república, colocando-os como matéria de reflexão de coleções situadas em um mesmo sistema cultural, constituído “no cruzamento das instituições de ‘saber’ reconhecidas da época, com o jornalismo e a crítica literária”. (Pontes, 1988: 74).

Da concepção de nação que orienta essas coleções, a obra de Gilberto Freyre – autor convidado a ser organizador da série “Documentos Brasileiros” da José Olympio – oferece um modelo exemplar. O princípio de “equilíbrio entre antagonismos” seguido por esse autor na análise do contato inter-racial dentro da sociedade colonial, parece ter sido também transposto para o plano político, proporcionando a inserção das regiões na configuração híbrida do Brasil. Esta é caracterizada como um conjunto polifônico de ilhas culturais em harmonia. Tais ilhas de cultura formariam um arquipélago de diferenças que se aproximam, mas não se dissolvem – e por serem indissolúveis, o Recife pode despontar, nesse modelo, como o mais brasileiro dos estados. (Freyre, 1943).

Na verdade, a defesa da região como a manifestação última da nacionalidade jamais foi abandonada por Freyre. Mesmo quando interessado em assumir a posição universalista do “cientista” que examina o processo de configuração histórica do complexo societário brasileiro em *Casa Grande & Senzala*, esse intérprete do Brasil opera sempre em um plano de continuidade com as tradições locais. Como indica Rodolfo Vilhena, mais além da influência boasiana presente no deslocamento (relativo) do foco de análise da “raça” para a “cultura”, a adoção da perspectiva neolamarckiana de harmonização entre contrários permitiu-lhe retratar a cultura brasileira como resultado de uma dinâmica estabilizadora entre “continente e ilha”, “nacional e regional”, “racial e cultural”. (1996: 135).

Vale marcar também que, embora em *Casa Grande & Senzala* a ordem societária hierárquica e patriarcal seja apresentada dentro de um quadro complexo, caracterizado pelo “equilíbrio instável” entre a “perversidade senhorial” e sua

digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real, a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abiguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou de Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog”. (Cândido, apud Pontes, 1988: 59). Essa apreciação é relativizada por Sorá, ao analisar as barreiras interpostas à consagração da editora Globo como veículo de expressão nacional. (Sorá, 1998: 247)

intimidade com o escravo, essa descrição foi apropriada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda como retrato de uma suposta democracia racial herdada do iberismo português – povo “historicamente” acostumado e disponível ao contato com outros povos.¹¹¹ Curiosamente, no Rio Grande do Sul, onde o *regionalismo* já há algum tempo figurava como grade de classificação das linhagens de autores, o paradigma da miscigenação permanecerá marginalizado da produção escrita até o final dos anos quarenta, quando só então passará a servir de referência para a atualização do “caráter regional gaúcho” e da identidade profissional dos estudiosos dessa formação. Nesta comunidade de leitores, a obra de Freyre figurará de maneira ambivalente: ao mesmo tempo como um documento-mestre (modelo a ser imitado), e como demonstrativo da “nordestinização” do Brasil, em detrimento da inclusão do Rio Grande. Na origem da desconfiança, encontra-se a ambigüidade de uma unidade de origem não coincidente com as fronteiras políticas e simbólicas da nação. Significa dizer que as diferentes formas pelas quais o *gaúcho* do chamado período “heróico” foi retratado nos domínios da Literatura, da História e do Folclore no Rio Grande do Sul, dependeram das variáveis presentes no processo de institucionalização da memória em dois planos simultâneos: os países platinos e o Estado-Nação brasileiro.

2.3. A “Arcádia Crioula” entre o Brasil e o Prata

Considerada no processo mais amplo de invenção de “comunidades imaginadas” nos países coloniais ao longo do século XIX, a configuração do gaúcho como herói civilizador parece um caso particular de apropriação ou

¹¹¹ Apesar de toda a animosidade do relacionamento de Gilberto Freyre com a ditadura de Vargas (confirmada pelo passado udenista do autor), a plasticidade de suas conclusões acerca da “flexibilidade” do regime de convivência entre os grupos sociais e étnicos no Brasil serviu à propaganda nacionalista veiculada pelo Estado Novo – regime que também patrocinou, sob a intermediação “protetora” da casa José Olympio, a publicação de escritores de esquerda e francamente opositores a Vargas (mesmo os que, em 1937 haviam sido queimados em praça pública, como o Bangüê de José Lins do Rego) (Sorá, 1998: 184). A estreiteza das relações entre o Estado e os intelectuais no Brasil - bem como o caráter difuso, pessoalizado e ambivalente do controle cultural estatal sobre a produção cultural - foi sem dúvida um fator decisivo para que se confirmasse a larga durabilidade e abrangência de (sub)versões das interpretações do *ethos* nacional produzidas na década de 1930. Formas suficientemente “híbridas” de representação da formação patriarcal, obras fundadoras como *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, (lançada três anos depois por Sérgio Buarque de Holanda), puderam ser apropriadas em diferentes contextos como uma síntese da história nacional oferecida ao estrangeiro e às demais regiões do Brasil. Por isso mesmo, o tipo de escrita ensaística por elas representado acabou se constituindo no alvo preferido pelas revisões marxistas e gramscianas encetadas na produção universitária das décadas seguintes à redemocratização. Note-se que no Rio Grande do Sul essa revisão ocorreria muito mais tarde, ao final da década de setenta.

branqueamento de personagens cujo estigma inicial é revertido em emblema diacrítico. “Velha novidade”, como disse Augusto Meyer a propósito da exaltação romântica do personagem. E de fato, o interessante aqui é menos o branqueamento em si – igual a tantas outras transfigurações morais de práticas ou grupos socialmente rebaixados alçados a ícones identitários – do que a variedade de escalas (nacional e regional) em que se opera com mesma categoria, atribuindo-se a ela significados e funções segmentares. Por essa razão o exame da ressemantização do *gaúcho* no Rio Grande do Sul não dispensa considerações de ordem comparativa com as repúblicas ex-colônias espanholas.

Antes disso, caberia mais uma vez ressaltar que, tratando-se da produção regulada da memória em âmbito **regional** – e não nacional, como seria o caso respeitante ao mesmo processo nos países do Prata –, o “sujeito da história” apela aqui para uma precedência da *parte* em relação ao *todo*, no que tange à proximidade dos elos de afinidade do território com os habitantes. A *região* se propõe a ser a paisagem íntima dos cidadãos – torna-se *querência*, o laço afetivo basilar e dispositivo mediador da nacionalidade. Jogando com o papel subsidiário desempenhado em um conjunto de particularidades constituintes de uma mesma *cultura nacional*, a noção adquire também uma carga de plasticidade útil à reivindicação de poderes. É, pois, na tensão entre “centro e periferia” que reside a eficácia simbólica do discurso regionalista sul-rio-grandense: barganhando com a diferença ele de certa forma aspira à autoridade nacional a qual questiona.

Como ressaltou Alban Bensa, a construção da singularidade local subverte as regras da proporção e das hierarquias; ela

[...] torna grande o pequeno, pequeno o grande, à custa da transgressão de limites anteriores. Miniaturizações, engrandecimentos, metonímias, metáforas, o trabalho pelo qual um simples espaço adquire o prestígio de um “lugar” manipula todas essas figuras retóricas para conferir à localidade sua ilustração. A idéia puramente burocrática, de um encaixe perfeito entre as unidades territoriais, da mais modesta à maior, não resiste aos golpes bruscos da localidade [...] o englobado torna-se englobante; o último, primeiro, o periférico, central. (Bensa, 2001: 9)

A premissa da precedência afetiva sobre a ordem político-burocrática, no que diz respeito às relações dos habitantes com o território e da inscrição deste último no interior da nação, costuma ser reivindicada pelos porta-vozes de regiões

periféricas, ou em processo de perda de poder político e/ou econômico. Não casualmente, ela se encontra nas alegações de um dos principais divulgadores do modo “regionalista” de exaltação patriótica no Brasil, que defende os valores de uma região economicamente decadente. Gilberto Freyre, na conferência realizada em 1944 nos Estados Unidos, chamada “Unidade e Diversidade, Nação e Região” reedita sua crítica ao mau cosmopolitismo das elites paulistas, argumentando naquele sentido hierarquicamente transgressor, apontado por Bensa:

Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou criação humana. Um filósofo, no legítimo sentido tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar. (Freyre Apud Oliven, 1992a:34)

É verdade que, de certa forma, toda história *regional* sempre é híbrida, ao mesmo tempo local e nacional. No entanto, é justo porque em suas inter-relações com outros territórios ela reorganiza identidades preexistentes, inscrevendo-as em uma escala de importância determinada que, no que diz respeito ao Rio Grande, a definição de uma porção tardiamente incorporada à federação brasileira – e cujo *lugar de origem* pode ou não ser definido **acima** dos limites territoriais entre as *nações* com as quais tem um passado comum – torna-se o centro de uma controvérsia durável. Nesse caso, as formulações memoriais acabam recobrando realidades históricas contraditórias, não só porque os limites lingüísticos, rituais, étnicos e outros usados para definir as fronteiras culturais nunca coincidem entre si (e menos ainda com a circunscrição geográfica resultante de uma sucessão de guerras e tratados), mas em razão do sentido propriamente estratégico das narrativas ancestrais – que mesmo estando presas ao passado, têm os olhos voltados para o futuro.

Do fato de que apenas o passado legítimo possa ser “solidificado nas pedras” (Pollak, 1989: 10) é que procede a polissemia e a historicidade próprias ao imaginário gauchesco, tanto no que se refere ao repertório produzido no contexto interno de lutas intelectuais, quanto com respeito às interferências, sobre estas mesmas lutas, das trocas que os agentes mantiveram com intelectuais de outras partes do Brasil e o Prata. No geral, os atores a quem se atribui a competência e a

autoridade de nomear os critérios de circunscrição da *região* trataram de manipular proveitosamente o mito da transnacionalidade genética do Rio Grande – sem impedir, portanto, sua integração ao nacionalismo brasileiro.

Adequando-se a este objetivo de inclusão, o caráter arbitrário e contingente da experiência sulina foi reordenado sob a égide da ancestralidade, através da criação dos mesmos vínculos horizontais que sustentam a identificação nacional, e que substituem, na modernidade, as antigas modalidades religiosas de ordenação do mundo, baseadas na verticalidade das relações entre homem, o poder dinástico e o cosmos. (Anderson, 1989: 19). Tendo em mente os itens imprescindíveis aos *check lists* mencionados por Thiesse, é possível identificar a primeira fase de invenção do acervo sul-rio-grandense de especificação regional entre meados do século XIX e os anos trinta, tendo sido dirigida pela apropriação erudita dos valores ligados a grupos e ordens culturais iletradas, em um jogo de aproximações e distanciamentos estratégicos, tanto em relação ao aparentado platino quanto aos tipos representativos das demais regiões brasileiras.

Como todos os repertórios de origem, esse acervo é facilmente identificável na prosa jornalística, histórica e literária, revelando uma grande capacidade de permanência. *Grosso modo*, ele se compõe de *um hino* e de *uma bandeira* (Farroupilhas), de *um linguajar típico* (variação açoriana do português, enriquecida de expressões vindas do trabalho nas estâncias, comuns a sul-rio-grandenses e castelhanos), de *mitos* e de *heróis ancestrais* (o gaúcho, soldado e trabalhador do campo), de *monumentos* para representá-los e aos ideais políticos que eles teriam legado (as estátuas de Bento Gonçalves e Osório, o monumento a Julio de Castilhos; perto dali, o Museu abrigado na casa do patriarca, os bustos dos “santos de Augusto Comte” na fachada da Biblioteca Pública, a capela Positivista da avenida João Pessoa), de *certas especialidades gastronômicas* – a carne bovina, consumida à larga e capturada com o auxílio de seu *animal alegórico*, o cavalo; o mate (herança de ancestrais indígenas); *certos textos canônicos* (os relatos de viajantes, as memórias de administradores, *Antônio Chimango*, os contos de Simões Lopes Neto) e, finalmente, – de uma *designação gentilica* que, neste caso, coincide com o nome do herói fundador.

Contudo, o conjunto de atributos “originais” enumerados acima é apenas

um dos resultados possíveis do trabalho coletivo de singularização do “povo” gaúcho. O resultado desse trabalho dependeu, entre outras variáveis, dos modos pelos quais as elites culturais dos países do Prata e no Rio Grande do Sul estiveram inseridas nos respectivos percursos de construção do Estado-Nação em seus territórios.

Neste ponto, vale destacar que na Argentina – contrariamente ao Brasil em geral e ao Rio Grande do Sul em particular – as recorrentes intervenções do poder executivo sobre as instituições educacionais e culturais ocorreram no sentido de impedir que os grupos intelectuais se mantivessem duravelmente nos órgãos públicos de gestão da cultura, obrigando-os a buscar canais próprios de intervenção nos destinos do país. (Sigal, 1996). Mesmo assim, nos dois países as elites culturais não separaram o conhecimento da ação; basearam, pelo contrário, a autoridade com que reivindicavam sua intervenção política no conhecimento das leis que supostamente regiam a realidade social.¹¹² Desempenharam desta forma um papel privilegiado de intermediação entre Estado e sociedade, em contextos onde o processo de edificação nacional ocorria de cima para baixo. Ambos os grupos têm também em comum o fato de operarem em “campos culturais periféricos” – isto é, caracterizados por uma maior indiferenciação entre os domínios da esfera pública, e pela importação regular de modelos nacionais estrangeiros. Nessas condições, intelectuais “afrancesados” estruturaram suas lutas evocando a razão universalista do ocidente para justificar o papel de intérpretes da modernização política que buscavam desempenhar em seus países. (Sigal, 1996: 40 et passim).

Como é comum no Prata e no Brasil, as primeiras gerações ocupadas com a viabilidade da nação foram também as fundadoras das respectivas literaturas nacionais. Sua elaboração inscreve-se num longo processo de formalização da memória coletiva, que se estende por todo o século XIX, e que integra, juntamente com a institucionalização da História, a criação de um circuito de atores que priorizam a ação cultural sobre outras atividades. Assim, ao tempo em que a erudição folclórica era considerada parte integrante da Literatura e da Filologia, a História dava início à marcha disciplinar que a distinguiria progressivamente da

¹¹² Cf. Sigal (1996) e Pécaut (1990).

ficção literária, ainda que seus praticantes mantivessem-nas em estreita correlação com o papel de elite dirigente a que se atribuíam enquanto grupo social, e que por isso mesmo desempenhassem atividades múltiplas, na crítica literária, no ensaio histórico, na administração pública e no jornalismo político-partidário.

O fato essencial é que, neste ínterim, particularmente o espaço de contigüidade entre Argentina, Uruguai e Brasil concentrou a atenção de linhagens intelectuais distintas, mas mutuamente referenciadas, que laboraram sobre escalas complementares de pertencimento – nacional e regional – por sua vez assentadas no sentido épico das experiências narradas. Apelidadas “gauchescas”, essas tradições também inauguraram o interesse etnológico de parte das elites letradas sobre a cultura de um grupo socialmente diminuído e detentor de um estilo de vida em processo de mutação – mascarando a desigualdade social e a alteridade histórica que os separavam desses grupos, tidos agora como ancestrais fundadores. Deste modo edificaram identidades territoriais distintas sobre uma mesma alegoria – a do centauro – conformada pela reconstituição de costumes rurais e pela identificação, nesses costumes, de “atavismos herdados” do gaúcho, destacado como a última testemunha de um tempo em que as relações homem e natureza “ainda” estariam numa relação de estreita intimidade –intimidade esta, traduzida na ligação “carnal” do herói meio homem, meio cavalo, com seu animal emblemático.

César Guazzelli (2002b) ressalta este aspecto comum às *gauchescas* do Prata e do Rio Grande do Sul: em ambas o herói aparece como uma espécie de Adão expulso do paraíso, em razão da inexorável superação de um estágio pré-civilizacional. Essa referência mítica a um tempo vagamente definido como antanho, em que todos viviam livres, em paz com o que a natureza fartamente oferecia, um tempo onde o “pampa” não tinha dono, é uma das constantes desta literatura ancestralista,¹¹³ derivada da fascinação erudita pelo “primitivo” – e desenvolvida em meio à penetração ampla, nos países coloniais, de modelos literários e políticos em voga nas grandes potências ocidentais, como o

¹¹³ “É muito freqüente na literatura gauchesca a referência mítica a um passado onde todos eram felizes, e os gaúchos viviam *a la larga*, o trabalho mais parecia diversão, e o amor à liberdade garantia a igualdade entre todos: ‘*aire libre y carne gorda*’ seria, já na virada do século XIX, o lema dos *blancos* de Aparicio Saraiva, com certeza uma reminiscência dessa ‘idade de ouro’ que nunca existiu”. (Guazzelli, 2002b: 107).

romantismo e o naturalismo por exemplo.

Em vista dessa referência comum, parece obviedade dizer que a gauchesca platina e sul-rio-grandense são parentes próximas. Confirmam-no o uso muitas vezes sinonímico das rubricas “gauchesca” e “regionalista” nos cadernos culturais de jornais e nas revistas voltadas às letras do Rio Grande do Sul. Na crítica literária, foram bastante exploradas as afinidades e diferenças entre autores rio-grandenses e castelhanos, ambos debruçados sobre uma sociedade formada no trânsito guerreiro e predatório do gado alçado. À parte as discussões de autores do porte de Guilhermino César, Augusto Meyer e Manoelito de Ornellas sobre as influências de além-fronteira contidas em autores como Alcides Maya, Darcy Azambuja, Simões Lopes Neto e Ramiro Barcellos¹⁴, ninguém recusaria hoje reconhecer, por exemplo, os vínculos ancestrais de um negro Bonifácio com um Martin Fierro, a despeito das diferenças pontuais assinaladas por César Guazzeli (2002b).¹⁵

De certa maneira, foi o próprio reconhecimento, ainda que tácito, de afinidades devidas à coexistência de gaúchos no Prata e no Brasil, que permitiu ao naturalismo *regionalista* da virada do século fazer do termo “gaúcho” não apenas um adjetivo encomiástico, como já tinham feito os antecessores do romantismo, mas a designação de uma *raça*.¹⁶ No entanto, nem seria preciso ir tão longe. Basta

¹⁴ Guilhermino César, em um artigo da série de seis ensaios destinados ao “Estudo do Conto Gauchesco”, publicados pelo *Correio do Povo*, identifica influências platinas em quase todos os prosadores *regionalistas* das duas primeiras décadas no Rio Grande do Sul, influência que teria sido exercida principalmente por autores como Javier de Viana, Horacio Quiroga e Benito Lynch. (1994[1973]: 40). Sobre a ascendência de autores castelhanos sobre o *Antônio Chimango*, discutiram César, Ornellas e Meyer. César filia Amaro Juvenal a Hernandez; Ornellas vincula-o à corrente lírica platina e, dentro desta, a Ascasubi, mais do que à de José Hernández. Porque, segundo ele, o que há de Hernández em *Antônio Chimango*, o próprio Hernández havia tirado de Ascasubi; já Meyer recusa qualquer sugestão forânea, louvando a originalidade e a qualidade da obra – posição que não convence os outros dois autores. Ver César (1994 [1973]: 49), Ornellas, Manoelito de. “Genealogia Lírica do Pampa”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 13-18, jun. 1948 e Meyer (2002 [1960]: 195-215).

¹⁵A comparação deste autor explora, entre outros dois temas recorrentes na *gauchesca* – quais sejam, a idealização do passado e a imagem do gaúcho guerreiro guiado pelos ideais de liberdade e igualdade – a razão dos crimes praticados pelos gaúchos de Hernandez (Martin Fierro) e João Simões Lopes Neto (negro Bonifácio). O autor destaca que, enquanto em Martin Fierro a delinquência aparece ligada à inversão do adágio de Sarmiento (a civilização é que acossa a barbárie), servindo à crítica dirigida aos unitários da cosmopolita Buenos Aires, em Simões Lopes Neto, onde crimes praticados por gaúchos são mais raros, eles aparecem devidos “mais à má índole dos protagonistas que a problemas derivados de uma opressão social” como seria o caso em Fierro. (Cf. Guazzelli, 2002b: 114).

¹⁶ Guilhermino César assinala que “Raça, falando do gaúcho, chega a ser um tique em Alcides Maya. E também lá se acha em Simões Lopes Neto”. (1994 [1973]: 29).

lembrar de personagens como Martin Fierro, Don Segundo Sombra, Blau Nunes, o Lautério, o peão Quirino das Palmas para ver o quanto retumbam no pensamento os indícios dessa filiação: o que há em comum entre esses representantes *autênticos* do gaúcho não é só o compartilhamento do cenário, dos costumes e da linguagem ligada ao trabalho de campo, é também o fato de assinalarem a distância com um tempo onde prevaleceria uma ética baseada na honra, na coragem e na destreza a cavalo. E é justo em razão da obsolescência desse passado, que a rebeldia antes condenada pode derivar, pela mão das apropriações políticas, em uma afeição “congenita” à liberdade, fazendo dele o defensor “nato” dos ideais federalistas republicanos, outra marca sempre presentes nas ficções gauchescas.

Contudo, ampliando um pouco o ângulo de análise, vê-se que fora do âmbito da sociedade rural dos séculos XVIII e XIX, a apropriação estética dos hábitos e costumes dos habitantes da campanha por escritores urbanos dos três países tem uma sincronização, além de recente, polêmica – uma vez que a marca da consangüinidade com os vizinhos nem sempre pareceu lícita ou confortável aos eruditos do estado brasileiro, a despeito do fato histórico de ter havido “gaúchos” perseguidos ou remediados, perfilados em tropas regulares ou *montoneras*, nas bandas de cá e de lá do rio Uruguai. Em face de percursos diversos de elaborações letradas sobre os mesmos elementos humanos, acabaram resultando sínteses diferenciadas sob alguns aspectos. A este propósito, César Augusto Guazzelli mostra bem como do processo de regeneração pletórica do gaúcho no Uruguai, Argentina e Brasil saíram gêmeos bivitelinos, gerados no fundo comum da paisagem fronteira:

Guardadas as proporções – nos países de fala castelhana o gaúcho esteve relacionado à defesa de *lo nuestro* contra o estrangeiro, e no Rio Grande assumiu o papel de “sentinela avançada” do Brasil –, [enquanto] dos dois lados da fronteira assumiu características estereotipadas que diziam respeito à liberdade, força, orgulho, rudeza, reunindo as melhores qualidades do trabalhador rural às do guerreiro que defende as justas causas, como independência, república, federalismo e nacionalidade. (Guazzelli, 2001: 13)¹¹⁷

¹¹⁷ Em outro texto, o mesmo autor observa um desdobramento histórico da diferença entre as *gauchescas* literárias rio-grandense e platina, manifesta nos festivais musicais *tradicionalistas* das décadas de setenta e oitenta, nos quais “Ao contrário dos movimentos análogos, que na Argentina e no Uruguai estiveram associados ao que se chamava genericamente *canción de protesta*, a poesia gauchesca no Rio Grande, com raras exceções, manteve o viés mais comum da literatura

Com efeito, embora a gauchesca também tivesse servido como arma política no Rio Grande do Sul, esta literatura não produziu um Hidalgo, cujos “cielitos e diálogos patrióticos” mostravam um caráter anticolonial (mais precisamente antiibérico) explícito. Tampouco um gaúcho criminalizado como o de Hernández parece ter, no estado brasileiro, um equivalente à altura. O “gaúcho a pé” criado por Cyro Martins não se compara, na sua miséria, ao drama retratado em *Martin Fierro* – onde é a concentração do poder econômico e político nas mãos das autoridades urbanas, representantes dos impulsos modernizantes, cosmopolitas e desagregadores das capitais comerciais, a responsável pelo aniquilamento do herói.

Ainda a propósito dessas diferenças, os críticos da literatura também têm assinalado o caráter eminentemente culto da gauchesca brasileira, quando cotejada à do Prata. Comparados a Hidalgo, Hernández e Estanislao del Campo, os contemporâneos fundadores do gênero no Rio Grande do Sul, como Taveira Junior, Múcio Teixeira e Lobo da Costa assumem muito mais claramente a estrangeiridade do olhar que voltam à vida rural. Esse distanciamento foi descrito, por sinal, numa expressão cunhada muito mais tarde por outro curioso do folclore, mas que bem definiria o modo como esses intelectuais urbanos apreendem os hábitos de seus protagonistas. “Turistas aprendizes”, em busca de cor local, os autores tidos como fundadores do gênero no Rio Grande do Sul

[...] não querem passar por homens da Campanha nem falam na primeira pessoa, como os *payadores*. São e querem passar por homens da cidade, malgrado todos os outros disfarces literários de que usaram e abusaram. Vão idealmente à Campanha, em busca de exotismo; não sobem de lá à cidade, como os poetas platinos, trazendo para a civilização o cheiro agreste, o falar despoliciado, a bruteza da vida campeira. (César, 1994 [1973]: 25)

Possivelmente a razão desta diferença encontra-se numa outra: a inserção dessas linhagens literárias nas memórias nacionais que as respectivas elites letradas ajudaram a construir. Enquanto no Prata a gauchesca desdobrou-se pelo século XIX adentro, afirmando-se, primeiro, como modo de individualização frente às outras nações civilizadas e a seguir – sobretudo a partir da chamada geração de 1837 – como veículo de adaptação dos modelos disponíveis, europeus

regionalista sulina de enaltecer o passado, reificando na figura do gaúcho as melhores qualidades humanas e, por extensão, reforçando as idéias da elite rio-grandense sobre o mundo idílico da estância”. (Guazzelli, 2002: 2).

e norte-americanos, às condições “autóctones” de construção do Estado nacional, no Brasil o debate identitário se estabeleceu primeiramente em torno do cálculo das chances civilizatórias de uma nação multirracial, tropical e escravocrata.¹¹⁸

O discurso patriótico de exaltação regional aparece, aqui, nos anos imediatamente posteriores à independência. Orientado pela centralização política do Estado imperial, ele se desenvolverá imerso na curiosidade pela pitoresca diversidade humana e geográfica do país, ao tempo em que sucessivas gerações românticas tomam-no como veículo privilegiado de expressão lírica e de recusa à filiação arcadista lusitana, substituindo o leque de influências válidas pelo romantismo inglês num primeiro momento, e francês a seguir. (Coutinho e Souza, 2001: 1401). Neste contexto, a “cor local” da remota paisagem sulina integrava-se ao gosto pelo exótico e às composições repletas de adjetivos vistosos com que se vinha idealizando a paisagem de um país que tinha no encontro harmonioso entre as raças (e, especialmente, na figura do indígena) sua maior expressão de singularidade. A “civilização eqüestre” representada pelo campeiro rio-grandense, tipo vizinho e assemelhado aos inimigos do Império (as Repúblicas Platinas), tratava de ser adaptada a esse cenário fabuloso, que nas sínteses narrativas da “origem” brasileira, servia para demonstrar, pela variedade de tipos e paisagens regionais, a unidade continental do Brasil.¹¹⁹

Assim, como bem assinala Guilhermino César, à diferença da correspondente platina, não só a gauchesca regional não podia aspirar a ultrapassar os limites da “federação literária” a que estava submetida – e daí ela não ter tido no Brasil a abrangência que teve na Argentina e no Uruguai (1994: 45) – como esta mesma inscrição em um conjunto mais englobante intervinha para

¹¹⁸ Ver, além de Sigal (1996), Shumway (1995 – especialmente o capítulo 5) e Goldman e Salvatore (1998). Quanto à questão no Brasil, ver, entre outros, Guimarães (1988), Schwarcz (1993) e Maio e Santos (1996).

¹¹⁹ Um dos principais temas identificados por Manuel Salgado Guimarães na produção historiográfica da Revista do IHGB, a contar de 1839 é a integração das regiões mais afastadas aos domínios da coroa. “Se, a princípio, todas as regiões do país são definidas como igualmente importantes, o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional”. (Guimarães, 1988: 23). O autor assinala que, no tratamento das histórias regionais, “é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades – descartando com isso a polêmica do regionalismo – mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional. O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, [...] é expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista”. (Guimarães, 1988: 24).

redirecionar os interesses e estratégias narrativas dos escritores ocupados com sua elaboração. Mais uma vez diferentemente dos países platinos, onde a “pampa bárbara” e seus habitantes aparece já antes de Sarmiento como expressão privilegiada de um instinto nacional em formação, no Rio Grande, sendo mais tardia, a estilização criativa do modo de vida campeiro aparece inicialmente integrada a uma literatura brasileira já esboçada em suas linhas principais, alinhando-se a uma das variantes do Romantismo, apelidada “regionalista”. Seguindo voluntariamente as coordenadas de Alencar, Macedo, Guimarães e Taunay em seus escritos, os autores sulinos assimilaram a paisagem regional a uma visão menos particularista do que articulada ao interesse sertanista da última fase romântica. Tratava-se de um *regionalismo* inspirado mais em um Brasil que tentava tomar posse de si mesmo, prontificando-se a conhecer o interior, do que à afirmação da província como espaço de resistência às tendências homogeneizantes da unificação nacional.

Daí que, inversamente aos escritores de fala castelhana, pelo menos de início os autores ocupados da estilização literária dos costumes do Rio Grande do Sul, embora tenham privilegiado a temática farroupilha na encenação de suas histórias, tenham sido bastante parcimoniosos exatamente naquilo que daria o colorido especial à imagem do tipo humano regional: a exploração do linguajar “gaúcho”. Se o assunto era o mesmo, a boa gramática exigia o refinamento das falas, adiando a aproximação com o modelo platino para o raiar do século seguinte, com o aparecimento dos contos gauchescos de Simões Lopes Neto e do poemeto satírico *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal (pseudônimo de Ramiro Barcelos), em 1912 e 1915.¹²⁰ Até lá, como afirma Guilhermino César, “[...] homens de talento, como José Bernardino dos Santos perderam acaso a oportunidade de recriar uma realidade gauchesca mais vizinha das origens, em

¹²⁰ O reconhecimento de Simões Lopes Neto, muitas vezes celebrado como o mais “modernista” dos escritores *regionalistas* do Rio Grande e, segundo César, o “primeiro a estabelecer, pelo sobrecarregado da linguagem, liames mais fortes com o movimento gauchesco argentino” é póstumo. (César, 1994 [1973]: 42). Até ser “descoberto” pelo crítico João Pinto da Silva, em 1926, sua obra literária passou despercebida, enquanto sua popularidade, juntamente com a de *Amaro Juvenal*, coincide com a insurreição literária modernista no centro do país e com o aparecimento quase simultâneo, em âmbito estadual, de uma série de autores dedicados aos relatos breves, de tempera naturalista, mas de ambiente e linguajar gauchescos, como os de Roque Callage, (que depois de *Rincão*, de 1922, produz *Quero Quero*, em 1927), de Darcy Azambuja (*No Galpão*, de 1925) e de João Fontoura, que estréia em 1912, com *Nas Coxilhas* e ressurge em 1929 com *Umbu*. (César, 1994 [1973]:54).

proveito, quando nada, da filologia e da sociologia. Desta forma, os autores que escrupulizaram tal matéria acabaram por consolidar no Rio Grande uma tradição de prosa culta alicerçada em nossos melhores modelos nacionais”. (César, 1994 [1973]: 47-48).

De outra parte, ao passo que nas criações histórico-literárias de língua castelhana a retratação da vida na campanha aparece desde cedo como gênero preferencial da literatura nacional – exprimindo no curso de seu desenvolvimento a rivalidade entre unitários e federais, blancos e colorados – a correspondente sul-rio-grandense expressará somente mais tarde – nos anos seguintes à implantação da constituição castilhistas – os conflitos entre as oligarquias rurais. Significa dizer que, além de aspectos ideológicos específicos a cada uma das vertentes (a inspiração positivista, por exemplo, que no estado representa mais que uma força filosófica, um distintivo de penhora político-partidária), há também uma defasagem temporal considerável entre essas duas famílias literárias.

No Rio Grande a voga de exploração da vida na estância entre os escritores é mais recente, e tem como marcos fundamentais o experimentalismo naturalista da década de 10, na literatura, enquanto na história predomina o ecletismo teórico (Taine + Spencer + Ratzel + Comte) – traço já presente nos discursos fundadores do PRR e amplamente difundido com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920.¹²¹ Assim, se no estado brasileiro o personagem aparece como objeto de contemplação erudita desde a geração imediatamente anterior à do Partenon Literário (entre as décadas de 1850-1870), a exploração da linguagem, dos contos e lendas, das festas, do trabalho e dos esportes populares da campanha, que tão explicitamente sinalizam a relação do herói civilizador com o ambiente dentro do cânone regionalista, só se generaliza nos anos imediatamente anteriores à profusão modernista. Nas duas décadas seguintes, sob o pipocar de regionalismos, completa-se no Rio Grande a estilização alegórica do gaúcho, que passará a se integrar ao conjunto dos tipos locais brasileiros, ao lado do caipira e do vaqueiro do norte.

Este processo de formalização do *check list* identitário regional parece apresentar aos olhos do investigador, menos do que a sucessão linear de duas

¹²¹ Cf. Gutfreind (1995: 149) e Almeida (1983: 93 et passim). Ver ainda Nedel (1999: 60-61).

tendências opostas de interpretação da formação histórica do estado – “platinista” ou “lusitanista”¹²² – a coexistência de autores e gêneros que a focalizam contraditoriamente, ora através da hagiografia política – como na historiografia – ora pela identificação de um povo *folk* – como na gauchesca. Na verdade, tal como as insinuações separatistas, a maior ou menor vinculação do Rio Grande (e do gaúcho brasileiro) com o Prata teve idas e vindas, sem deixar jamais de manifestar suas ambivalências internas ou de ter de haver-se com tendências opostas.

A ambigüidade apresenta-se já na virada do século XIX. Quando, no domínio do ensaio histórico, Assis Brasil e Alfredo Varela barganhavam politicamente sobre a proximidade cultural do estado com os países lindeiros, os precursores do regionalismo na Literatura – republicanos, como Apolinário Porto Alegre e Taveira Junior, ou não, como João Mendes da Silva e Múcio Teixeira – preferiam, naquele momento, o empréstimo nacional quanto à escolha da forma, enriquecendo-a com motivos e personagens locais.

Assim, nos começos da vida intelectual do Rio Grande do Sul, a distância negada por Assis Brasil e Alfredo Varela não só foi percebida como reivindicada por outros escritores. João Mendes da Silva, no prólogo de seu *O Campeiro Rio-grandense*, escrito em 1885, faz questão de adverti-la, dizendo que

Há de notar logo que afastei-me completamente do gaúcho de [Nicolau] Dreys. Este é uma criação do século passado, e habitante das repúblicas do Prata, ao passo que o meu é filho da observação de nossos dias [...] O gaúcho dos pampas é um homem semi-selvagem, enquanto que o meu herói é um moço de certa instrução.¹²³

Já nas obras de Cezimbra Jacques, um dos pioneiros da celebração e da pesquisa folclórica¹²⁴ no estado, fica patente a dificuldade a de conciliar a

¹²² Cf. Gutfreind (1989). A autora aponta para a predominância de uma ou outra tendência, conforme se trate de obras escritas no período de maior polarização política durante a implantação do regime republicano, ou de coalizão entre partidos pela projeção nacional do Rio Grande, a partir do final da década de vinte.

¹²³ Prefácio ao *Campeiro Rio-grandense*, publicado em Porto Alegre em 1889. Citado por César (1994 [1973]: 46).

¹²⁴ Cezimbra Jacques foi o criador do *Grêmio Gaúcho*, o primeiro clube tradicionalista criado no estado, em Porto Alegre, em 1898. A associação destinava-se a manter vivas “as tradições integralmente por meio de comemorações regulares dos acontecimentos que tornaram o sul-rio-grandense um povo célebre diante, não só de nossa nacionalidade, como do estrangeiro; por meio de solenidades ou festas que não excluem os usos e costumes, os jogos ou diversões do tempo presente; porém, figurando nelas, tanto quanto possível, os bons usos e costumes, os jogos e

descrição do caráter *sui generis* da formação sulina diante das demais unidades da federação e, ao mesmo, tempo justificar a reivindicação da descentralização política sem manchar essa intenção federalista com os laivos indesejáveis do separatismo. Tentando aparar essas arestas, o discípulo de Comte, fundador do PRR e ex-combatente da guerra do Paraguai arma-se de advertências similares às de João Mendes, afirmando nas páginas de *Assuntos do Rio Grande do Sul*, publicadas em 1912, a mais nobre procedência do tipo rio-grandense. Para ele, Jacques reclama a diferença em relação ao borracho “que vive a retoçar as polícias locais e a provocar desordens em *a polperia* e cometer crimes como se o vê pintado em *Martin Fierro* e *Juan Moreira*”. (Jacques, 1979 [1912]: 192).

Não obstante, este que também foi um dos primeiros estudiosos das línguas indígenas (o autor falava guarani e kaingangue), ao ressaltar no *Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul*, publicado nove anos antes, os traços que diferenciam os continentinos dos habitantes de outras províncias brasileiras, não pôde deixar de referir a contigüidade da formação histórica sulina com as nações vizinhas:

Antes de irmos adiante notaremos que o rio-grandense difere essencialmente nos costumes dos habitantes das outras províncias do Brasil, assemelhando-se muito neste ponto aos habitantes das repúblicas do Prata; fenômeno este que se pode atribuir à uniformidade de climas do Rio Grande do Sul com essas repúblicas e à posição topográfica desta província que separa-se das outras regiões do Brasil por altas serras e medonhas brenhas, ao passo que com aqueles países, não havendo separação, só cessa o contato em tempo de guerra”. (Jacques, 1979 [1883]: 48)

A verdade é que mesmo na estratégia de abasileiramento e malgrado o anseio, manifestado pelas elites letradas do Rio Grande do Sul, de desquitar a história regional das histórias lindeiras, persistia entre os eruditos locais a assunção tácita de uma “unidade de origem” *gaucha* não coincidente com os contornos do território nacional. A literatura gauchesca especialmente, gênero inaugurado sob uma forte motivação política – por sua vez ditada pelo aliciamento

diversões do passado; por meio de solenidades que não só relembrem e elogiem o acontecimento notável a comemorar, pelo verbo ou pelo discurso, como por meio de representação de atos, tais como canções populares, danças, exercícios e mais práticas dignas, em que os executadores se apresentem com o traje e utensílios portáteis, tais como os de usos gauchescos”. (Jacques, 1912: 58). Seguiram-se a essa entidade o Centro Gaúcho de Bagé, criado em 1899, e o “Grêmio Gaúcho” de Santa Maria, de 1901. Mais tarde, os fundadores do *tradicionalismo* considerarão essas entidades como as padroeiras de seu movimento, e Cezimbra Jacques será nomeado “patrono”. Ver Mariante (1976) e Oliven (1990).

de *gauchos* nas lutas de independência das Províncias Reunidas do Prata (Shumway, 1995: 63-97) – estabeleceu os liames de uma tradição intelectual que atravessou a fronteira e o século, funcionando, passado o período do romantismo, como uma referência primordial da composição do personagem mítico gaúcho no estado.

A preexistência do herói civilizador em relação à posse portuguesa do Rio Grande, assim como a experiência compartilhada pelos antigos habitantes com os vizinhos, ditou, pois, a comunicação entre as obras e os autores de distinta procedência. Eles estiveram, em diferentes momentos da história de seus países, igualmente ocupados em ressuscitar no terreno da criação artística um mundo já desaparecido, extinção que permitia regenerar a imagem de quem antes figurava como fora-da-lei, e fazer dele um instrumento de identificação das respectivas entidades políticas com os habitantes. Na composição do imaginário regional é evidente a circulação dos modelos anteriores fornecidos pelos autores platinos. Gaúchos como os de Hernández, Ascasubi e Estanislao del Campo acabaram se integrando às experimentações regionalistas ali praticadas, mesmo que tardiamente, já no raiar do século XX. A vertente satírica dessa ficção, especialmente, trabalhando sobre o hiato entre as maneiras da cidade e do campo, permite observar a afinidade das estratégias discursivas acionadas por eruditos de três bandeiras nacionais, e que justo por deterem instrução, posição social elevada (sendo, portanto, raramente originários do grupo campesino que desejavam retratar) e outras competências escassas, lograram construir ao longo de dois séculos um conjunto referencial e inter-relacionado de autoctonia.

A preeminência inicial dos modelos nacionais sobre as obras dos primeiros retratistas românticos da região não autoriza supor que os escritores rio-grandenses tenham-se fechado às influências de autores orientais e argentinos. Nosso argumento é de que estas influências, assumidas ou não, tiveram curso no Rio Grande, sobretudo com o aparecer da prosa naturalista, no começo do século XX. O ponto mais visível de convergência entre as gauchescas do Rio Grande do Sul e do Prata reside no aspecto, já referido, da valorização de uma ética e linguagem “próprias” ao “campeiro” – no privilégio dado a determinadas oposições de origem, gênero e estilos de vida desse tipo rural, na adesão aos

falares e às comidas regionais, ou na rejeição a usos tidos por refinados e excêntricos.

Neste ponto, enumerar alguns princípios subjacentes às marcas de singularidade privilegiadas nessas literaturas pode ser elucidativo. O tópico seguinte se propõe a tal tarefa, abordando rapidamente alguns elementos constitutivos de uma tradição intelectual específica (literária) e, no gênero da *gauchesca*, aspectos marcantes de sua vertente satírica.¹²⁵ Serão privilegiadas três narrativas curtas: *Chasque do Imperador*, de Simões Lopes Neto; *Fausto*, de Estanislao del Campo; e *Un Gaucho*, de Juan Morosoli. Menos que buscar no fundo ou por detrás do cenário ali retratado um corresponde “real” dos protagonistas – os gaúchos Blau Nunes, Anastácio Pollo e Montes – interessa aqui entender a regulação social – e, portanto, histórica – de uma identidade que se afirma subjetivamente como algo que escapa ao tempo, mas que obedece aos imperativos do presente, e mais precisamente, às competências sociais dos agentes criadores.

2.4. O “autêntico” e o “popular” na *gauchesca* satírica

É justamente nos sinais pelos quais os grupos dão a conhecer a sua particularidade exclusiva que reside a brecha humorística da literatura *gauchesca*. Porque, via de regra, o humor repousa sobre o estranhamento e a distância social, sobre a inversão de papéis em que ora o gaúcho aparece desambientado na cidade grande – como no “Fausto” de Del Campo, em que o personagem Anastácio Del Pollo conta suas impressões de uma ópera assistida no teatro Colón – ora o cidadão ou cortesão expõem o ridículo de sua incompetência na adaptação ao modo de vida nada cerimonioso da campanha. Este último caso confere com a descrição de D. Pedro II feita por Blau Nunes, o gaúcho narrador do conto de Simões Lopes Neto, que vê no Imperador um verdadeiro nobre estrangeiro, um “homem alto, barbudo, ruivo, de olhos azuis (...) assim a um modo gringo, vinha todo de preto, com um gabão de pano piloto, com veludo na gola de botas russilhonas, sem esporas. Pela pinta devia ser mui maturrango”. (Lopes Neto, 1999 [1912]: 68).

¹²⁵ Um exercício comparativo do mesmo tipo, em que se destacam aspectos aqui notados e outros mais, partindo-se de uma maior e abrangência de tempo, de obras e de autores, pode ser vista em Guazzelli (2001/2002).

A sátira gauchesca, longe de tomar como alvo a figura estigmatizada do gaudério, reverteu o sinal infamante a seu favor, ressemantizou seu nome e reconstruiu seu código moral. Com isso os inventores do gênero buscaram proclamar o princípio de indissociabilidade entre povo e nação e de integralidade na relação homem/paisagem. Neste caso, não chega a surpreender que os alvos principais da zombaria fossem o estrangeiro, o ambiente e o homem da cidade, o colono imigrante, o homem a pé ou mau cavaleiro (o *maturrengo*), os efeminados. Por outro lado, as inversões e os valores presentes neste humor rural recriado por literatos citadinos, como é o caso de Simões Lopes Neto, de Estanislao del Campo e do *pueblero* Morosoli, sugere atentar à circulação social das categorias reproduzidas na literatura desses diletantes observadores do “modo de vida da campanha”, entre o chamado senso comum. Considerando a larga extensão de compartilhamento das imagens idealizadas por homens de extração social distinta do elemento por eles recriado, é de se tomar em conta a precariedade das análises centradas na oposição sumária entre erudito/popular, em que o propósito da denúncia e do desmascaramento ideológico restringe-se a notar como inverídica a criação literária, ao passo em que segue tomando por *autênticas* as práticas culturais supostamente “originárias” de seres em processo de extinção, que aquela literatura tenta retratar.

Nessa concepção de viés “sociológico”, dominante na historiografia revisionista dos anos setenta e oitenta (mas que tem sua representação literária no Rio Grande do Sul desde o final dos anos trinta)¹²⁶, o domínio do “popular” como privilégio dos oprimidos acaba denotando os mesmos sinais de pureza e virtude invioláveis conferidos pelo romantismo e pelo historicismo, senão do que “deverá ser para sempre lembrado”, pelo menos do que deveria resistir aos processos de modernização. Seja associado à “espontaneidade” e à condição plena de adaptação do homem ao meio, ou à posse, pelo indivíduo, dos meios de reprodução material da existência, a verdade é que uma parte da historiografia revisionista platina também seguiu a praxe de fazer do homem do campo um prolongamento moral da paisagem.

Na linha mais “realista”, informada na proletarização do gaúcho é que

¹²⁶ Com a publicação de *Sem Rumo*, de Cyro Martins em 1937.

parece figurar *Un Gaucho* de Morosoli. De fato, seu protagonista não se diferencia de Blau e Pollo apenas pelo caráter mais recente do retrato – publicado postumamente, em 1958, quase cem anos depois de *Fausto* (de 1866) e meio século após os *Contos Gauchescos* (de 1912) – mas muito pela ênfase na digna sobriedade de sua pobreza, expressa no laconismo e na imprecisão andarenga do gaúcho Montes, sempre de passagem, “Rico un mes, pobre dos” (Morosoli [1958] 1980: 117), auto-suficiente, mas condenado como “preso del camino” a seguir andando até a chegada de uma morte pouco gloriosa, provocada por um jogador “borracho”:

Casi a oscuras, en un galponcito de guardar pelegos y cajones, ocho o diez viejos disputaban el vicio en jugadas de un real [...] Un negro viejo medio borracho negó una jugada. Montes se levantó, se acercó al hombre y lo tomó del pañuelo del cuello. [...] El negro sacó un cuchillo y se lo sepultó en el vientre. Ahora que estaba frío se veía la vejez y la pobreza de Montes. (Morosoli [1958]1980: 118-119)

Enquanto Morosoli retrata um gaúcho sombrio, em que o que há de humor transfigura-se em ironia, no *Chasque do Imperador* e em *Fausto* é límpida a referência de fundo ao tempo mítico em que o gaúcho reinava soberano, mesmo que a serviço do rei ou de caudilhos. É referenciado nesse passado glorioso que a oposição entre o modo de vida urbano e rural se constitui no eixo humorístico dos dois relatos.

Bem antes de Morosoli, atribuindo ao gaúcho o papel de síntese da cultura local, os escritores já tinham realizado o duplo movimento de legitimar-se a si próprios pela operação que julgava entender o modo como o gaúcho entendia os demais.¹²⁷ Relacionados a essa posição empática dos autores, aparecem dois aspectos essenciais às narrativas gauchescas e, entre elas, aos textos aqui tratados. Trata-se, primeiro, da transfiguração do valor literário em juízo de legitimidade documental, e, ligado a isso, o juízo da qualidade da obra em função da extensão do vínculo que autor estabelece com o personagem. O narrador fala sempre pela boca de um gaúcho, e o humor está antes de tudo no linguajar “inculto” empregado sem maiores cuidados com o entendimento do leitor. Daí que todo

¹²⁷ “Quando o regionalismo se apropria do gaúcho para revelar o seu antagonismo com o mundo moderno e citadino, propicia a visão de um duplo espelho: a cidade vê o campo vendo a cidade. E nos múltiplos reflexos que este espelho duplo proporciona, as situações de não reconhecimento do outro permitiram momentos de humor na literatura do Rio Grande do Sul”. (Guazzelli, 2001/2002: 52).

bom relato gauchesco conte com um glossário suplementar, e que as biografias dos autores *regionalistas* sejam habitualmente acompanhadas de um testemunho sobre sua vivência ou competência nas lides campeiras.

Dentro do princípio de identificação entre autor e personagem, subjaz às três obras uma intenção naturalista em que a tudo se conta como se fora verdade, em que por mais fantasiosa que pareça, a narrativa vira *causo*, assunto de “experiência própria” e de sabedoria adquirida não na escola, mas na vida. Em *Un Gaucho* a tônica dominante é a literalidade dos diálogos pontuados por silêncios, dos caminhos e despedidas entremeadas por encontros ao acaso, e a economia de meios com que se “fotografam” diferentes circunstâncias da vida de Montes. Em *Chasque do Imperador é Blau*, o mensageiro, quem começa o conto das “bem boas” a que assistira, contextualizando o fato na história do torrão natal e na sua própria:

Quando foi do cerco de Uruguaiana pelos paraguaios em 65 e o imperador Pedro II veio cá, com toda a frota da sua comitiva, andei muito por esses meios, como vaqueano, como chasque, como confiança dele; (...) Começou assim: fui escalado para o esquadrão que devia escoltar aquele estadão todo. (Lopes Neto, 1999 [1912]: 67)

O restante do conto são os estranhamentos causados pelo insólito encontro entre a “indiada” da campanha, pouco familiarizada com as regras da etiqueta cortesã, e os políticos refinados da corte, “daqueles graúdos – pois tudo era só seu barão, seu conselheiro, seu visconde, seu ministro”:

Um dia apresentaram ao imperador um topetudo não sei donde, que perguntou, mui concho:– Então vossa majestade tem gostado disto por aqui?– Sim, sim, muito! – Então por que não se muda pra cá, com a família? ... (Lopes Neto, 1999 [1912]: 70)

[...] Havia um que era barão e comandava um regimento, que era mesmo uma flor; [...] O imperador gabou muito a força, e aí no mais o barão já lhe largou esta agachada: – Que vossa majestade está pensando? Tudo isto é indiada coronilha, criada a apoio, churrasco e mate amargo... Não é como essa cuscada lá da Corte, que só bebe água e lambe a... barriga”... (Lopes Neto, 1999 [1912]:71)

Em *Fausto*, depois de apresentados os paisanos, os cavalos e a paisagem desértica da pampa (cuja descrição na aurora, no entardecer, na alta noite, etc. segue pontilhando toda a narrativa), o gaúcho Anastacio el Pollo conta em versos

ao amigo Laguna de como noites atrás vira o “demônio em pessoa” no teatro Colón de Buenos Aires. (Del Campo, 1979 [1866]: 60-61). A cada vez que o amigo duvida, impressionado com a sobrenaturalidade da história, Pollo ratifica sua veracidade pelo testemunho da platéia presente ao teatro:

_ Qué dice? ... barbaridá!...
 Cristo padre!... Será cierto?
 Mire: que me caiga muerto
 Si no es la pura verdá.”

[...] Canejo! ... Será verdá?
 Sabe que se me hace cuento?

_ No crea que yo le miento:
 lo há visto media ciudá. (Del Campo, 1979 [1866]: 64 e 68)

Não será de balde que o Diabo apareça a um Doutor logo na cidade grande, o cenário de todos os vícios. Assim, parte do trecho inicial já se destina a descrever os motivos que levaram el Pollo à cidade, e o calote recebido de um “gringo” que lhe devia pagamento:

Hace como una semana
 que he bajao a la ciudá,
 pues tengo necesidá
 de ver si cobro una lana;
 pero me andan con *mañana*,
 y no hay plata, y venga luego.
 Hoy no más cuasi le pego
 En las aspás com la argolla
 A un gringo, que aunque es de embrolla,
 Ya le he malíciado el juego. (Del Campo, 1979 [1868]: 60)

A segunda parte do poema emprega-se à descrição metafórica dos estorvos na entrada do espetáculo, de tal forma que a platéia fica parecendo gado manejado, e o teatro uma estância:

La gente en el corredor,
 como hacienda amontonada,
 pujaba desesperada
 por llegar al mostrador.

Allí a juerza de sudar,
 Y a punta de hombro y de codo,
 Hice, amigaso, de modo
 Que al fin me pude arrimar.

Cuando compré mi dentrada
 Y di güelta... Cristo mío!

Estaba pior el gentío
Que una mar alborotada.

Era a causa de una vieja
Que le había dao el mal...
–Y si es chico esse corral
a qué encierran tanta oveja? (Del Campo, 1979 [1868]: 62)

As seqüências antitéticas expostas até aqui poderiam ser reproduzidas em outras séries correlatas, como a de gênero – representada pela imagem do Imperador meio maricas que, imaginavam os valentes gaúchos, devia alimentar-se de comidas *fracas* como doces e pasteizinhos; e pela transmutação da mulher no *Fausto*, onde ela é dada como a fonte da cizânia entre os homens, dona dos pecados preferidos pelo diabo e por isso mesmo caída em desgraça. O mesmo valeria para a homologia entre a esperteza do diabo (confirmada pelo domínio mostrado sobre as lides e farras galponeiras)¹²⁸ e a oposição étnica/nacional, entre os *gringos* – endinheirados e vorazes – e os *paisanos*, afeitos à liberdade; entre a informalidade e a rústica honradez *gaúchas* versus o formalismo ou a futilidade das autoridades repressoras ou alheias à realidade rural.

Exaurir esses vetores não caberia nas dimensões de exposição do problema que pretendeu tomar este tópico. Por isso ele se limitará a retomar um último aspecto comum à prosa e ao verso gauchescos, também presente na investigação folclórica: o entrelaçamento das noções de pureza, origem e *autenticidade*. O que se quer ressaltar é que os termos pelos quais o gaúcho é alçado a ancestral, tanto na literatura de inspiração folclórica quanto na historiografia, são função resultante da eficácia simbólica do “autêntico”, traduzida, nos textos, pela adesão subjetiva dos narradores ao mote de suas narrativas. Em princípio, falar pela boca dos protagonistas (embora nem sempre na primeira pessoa do singular), exige dos autores um movimento de aproximação com um outro – o gaudério marginal. Uma vez domesticado, este é visto como um duplo tanto mais “puro” e “original” quanto mais documentado for seu retrato. Isto é, o gaúcho ideal será tanto mais verossímil quanto mais o autor demonstrar conhecer os usos e costumes que não sendo seus, incluem a visão que dos que não se incluem no grupo que os retrata.

¹²⁸ Ilustra-o a explicação de Pollo diante da surpresa de Laguna: “– Qué me dice, amigo Pollo? – Como lo oye, compañero: el diablo es tan guitarrero como el paisano más criollo”. (Del Campo, 1979 [1866]: 85).

Ao mesmo tempo, a existência de autores que falam em nome de um “típico” representante da coletividade supõe a delegação a determinados grupos do papel de transmissores de uma memória comum. Com ela se identificam os próprios inventores, sem que isso fiquem comprometidas as pistas, em seus textos, do distanciamento social para com os personagens que retratam. Neste sentido, é de se questionar se as séries contrastantes referidas acima não poderiam ser elaboradas senão por quem detivesse a autoridade e as competências necessárias ao manejo de códigos de conduta e de linguagem referidos a universos desiguais e, não raro, temporalmente distantes um do outro. O mais evidente indício dessa desigualdade encontra-se na fotografia indulgente que a literatura ancestralista faz dos personagens, descritos como heróis anônimos e rudes, de psicologia elementar¹²⁹ como a de Pollo, detentores de um saber aprendido por imersão, ou seja, pela vivência cultural, estabelecido na base de um domínio inconsciente, quando não passivo, do sistema cultural. Como afirma Chartier, aqui “a celebração da cultura popular em sua majestade se inverte em uma descrição ‘em negativo’”.(Chartier, 1995: 179).

Já o menos visível – ou talvez o menos percebido – dos indícios dessas hierarquias é a instrumentalização da linguagem, dispositivo pelo qual os autores constroem os diálogos e amarram os relatos. A linguagem desempenha, nesse processo performativo de incorporação da cultura oral à cultura letrada, um papel fundamental não só porque é nela que se encontra o mote da inovação estética, nem por ser ela um elemento usado na designação dos gêneros literários, mas por ser o próprio cânone um veículo de redistribuição das marcas sociais. É na decifração de um código cultural pelo outro que se instala uma inovação estrutural na ordem das alteridades nas sociedades modernas. Quando, por uma dessas ironias da história, a “cultura popular” torna-se marca de erudição, completa-se

¹²⁹ Dentro da manobra característica da satírica gauchesca, que é o vai-e-vem entre campo e cidade, referem-se ao primeiro termo a pureza, a ignorância e a ingenuidade atribuídas aos personagens rurais; ao segundo, a covardia, a inabilidade e o desconhecimento das práticas cotidianas do campo. Como ressalta Cezar Guazzelli: “As brincadeiras no cotidiano da campanha, especialmente quando lá aparecem ‘povoeiros’ ou ‘cajetilhas’ da cidade, podem ser aleivasas e trazer risco para as vítimas, devido ao desconhecimento destas para as lidas campeiras [...] Por outro lado, o homem do campo quando em contato com o mundo urbano, mostra toda sua ignorância dos modos citadinos e sofisticados. Perdendo suas referências, [...] torna-se facilmente vítima das tramitações legais ou burocráticas, submete-se a saberes doutos, isto tudo quando não é imediatamente envolvido em alguma das tantas variações do famoso ‘conto do vigário’”. (Guazzelli, 2001/2002:49).

uma circularidade dialógica que, no mesmo movimento, fecha o círculo de inter-relação entre local e universal.

Como foi dito acima, a elaboração de uma cultura “nativa”, valorizada por filhos de estancieiros egressos de estudos na Europa ou nas capitais mais urbanizadas do país, manipula realidades também temporalmente distantes – o que contribui para agregar ao juízo propriamente estético da *gauchesca* um valor documental. O naturalismo *regionalista* recupera um homem do campo que não existe mais, e o grau de “fidedignidade” com que executa esta tarefa serve de medida para os pares desses autores – intelectuais *polígrafos* e tribunos da vida política – dimensionarem, por meio de um postulado mimético com os valores da coletividade ali retratada, sua legitimidade de porta-vozes. Mede-se, então, pela “veracidade” dos aspectos etno-históricos contemplados na narrativa literária, a capacidade de os autores cumprirem com o papel de mediadores da nação/região. Ainda que tal legitimidade emane do passado, a *autenticidade* “existe”, como um juízo em aberto, um constructo em permanente atualização, cuja presença é não menos concreta que a dos ancestrais históricos a quem Lopes Neto e Del Campo, entre muitos outros, pensavam reproduzir. Este colocar-se no lugar de outro, e de um outro idealizado pela afeição ao self, guarda em si uma contradição. Com efeito, os intelectuais pronunciam-se em nome da Nação (ou da *região*) e em nome do “povo”, mas não se dirigem a ele. Dirigem-se, do alto da pirâmide social, aos próprios pares.

2.5. De pária a sentinela: o gaúcho da História brasileira

Paralelamente aos debates literários, a polêmica em torno da origem supranacional do gaúcho também marcou presença na História. Os historiadores se apropriaram do personagem segundo critérios adequados às finalidades essencialmente políticas de uma disciplina criada a serviço da memória nacional. “Ciência sagrada”, “reserva moral da sociedade”, a História manejada por uma academia de eruditos, responsáveis pelo arrolamento das efemérides constantes no calendário cívico, detinha a função de mostrar a grandeza cultural do Rio Grande frente aos estados mais poderosos da federação. No aproximar-se do Centenário Farroupilha, o IHGRS é criado para unir esforços, a tempo de apresentar aos “irmãos” brasileiros um livro sobre vida do estado, “evitando assim que os nossos

compatriícios sejam estrangeiros em sua própria terra”. Tratava-se de criar para si um passado digno de figurar nos anais da história nacional:

A nossa história, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroísmos legendários; rica de magníficos atos de filantropia e de ensinamentos de alta moral e de política elevada; opulenta em homens eminentes e de mestres ilustres, precisa ser melhor cuidada e melhor ensinada, não só para que ela possa ter em cada peito rio-grandense um altar, onde seja cultuada com o carinho e a dedicação que bem merece, como também para que todos os brasileiros se orgulhem de pertencer a um país de que é parte integrante um povo qual o gaúcho [...] (IHGRS, 1921:126)

E nos moldes da história nacional. Foi com base nos regulamentos do IHGB, a mais antiga das academias do gênero no Brasil – fundada em 1838, tendo como modelo o *Institut Historique* (criado em Paris quatro anos antes) e amplamente sustentada pelo rei mecenas Dom Pedro II – que IHGRS foi finalmente organizado. Por esse motivo, as obras dos sócios ocupados em demonstrar os esforços das elites locais na formação do território brasileiro seguiram trilhas diferentes, tanto da literatura praticada no estado como da de língua castelhana.

Viu-se que à época a produção livresca era um espaço de expressão das polaridades partidárias e que, ainda no período da propaganda republicana, os ensaios históricos de Alfredo Varela, Assis Brasil e Alcides Lima realçavam o vigor das influências platinas sobre a cultura local, na proporção mesma em que acusavam a corte pelas mazelas da província. No entanto, uma vez passada a fase dura de instalação da ordem constitucional castilhistas, e uma vez definido o espectro das alianças com as demais forças políticas do estado, a memória histórica elaborada pelos intelectuais “animados pelo conforto moral” do “emérito” governo do Rio Grande (IHGRS, 1921: 123) buscou, sobretudo, o caminho da integração ao país.

Ativistas treinados na estrutura governamental (estrutura que, na parte cultural, foi sendo montada ao longo dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros), esses historiadores-políticos fizeram do gaúcho identificado à “cultura popular” o mais das vezes objeto de recriminações. Ao invés de arrimar a identidade regional sobre a recusa à dominação colonial como fizeram os letrados vizinhos, historiadores rio-grandenses sustentaram a tese da participação do estado

na defesa dos interesses da metrópole portuguesa, num primeiro momento, e do império brasileiro a seguir. Desse modo, a forma acabada do gaúcho retratado pelas conferências apresentadas nas reuniões e congressos do IHGRS, adquiriu ao longo de seus primeiros trinta anos de atuação, não as feições de um tipo mestiço, elemento intermediário e referido a um espaço ainda indiviso entre dois impérios. Mas o de súdito injustiçado, malgrado haver servido de âncora ao domínio português sobre a ponta austral da América do Sul.

Enquanto no Prata quase um século antes, pensadores políticos como Alberdi, Echeverría, Marmol e Sarmiento perguntavam-se sobre os meios próprios de superação da guerra civil rumo à democracia estável, os eruditos da história do Rio Grande, manipulando as influências de Taine, Spencer e Comte então dominantes, tratavam de conciliar a ascendência transnacional da região à memória de uma independência continuísta; isto é, de submeter a fisionomia do herói civilizador local ao legado unificador das elites políticas imperiais. O gaúcho “sentinela do Brasil” foi forjado ao mesmo tempo como o móvel dessa conquista e o baluarte de resistência à ameaça vinda, não da metrópole, mas da fronteira – ou seja, como escudo ao risco de contaminação anárquica, caudilhista e fragmentária que esta representava.

Para que o andarengo adquirisse essa fisionomia inversa à dos primeiros tempos da propaganda republicana foi preciso nobilitá-lo, afastando-o de grupos socialmente marginalizados e vinculando-o à progenitura militar, imperial e farroupilha. No Rio Grande, fez-se do rebelde perseguido ou a perseguir (segundo as visões paradigmáticas de Hernández e Sarmiento) o “defensor das causas justas”; ao passo em que sua vida conduzida à margem da lei e das instituições ia sendo tingida com as cores de uma desobediência politicamente consciente, chancelada pelas grandes causas da história política ocidental.

Uma comparação preliminar entre as produções da Literatura e da História nos países platinos e no estado brasileiro entre os anos 1870-1920 já permite diferenciar as produções deste último pela predominância da tensão, notada por Ruben Oliven, entre integração e autonomia ao Brasil. (Oliven, 1992a). A alternância dos autores entre ressaltar ou subtrair as influências castelhanas sobre a formação sulina, assim como as acusações mútuas sobre tais procedimentos

mostram que não houve um consenso pré-estabelecido quanto à origem lusitana ou espanhola do Rio Grande. Não obstante a ausência desse consenso é possível identificar, em termos mais gerais, dois movimentos contínuos, simultâneos e invertidos entre a literatura e a História praticadas no estado, e entre o conjunto dessa produção no Rio Grande e nos países vizinhos.

Em princípio, as identidades regionais enquanto tais vêm-se impedidas de serem elaboradas em um sentido de puro antagonismo, seja com as demais regiões, seja com a Nação. Neste sentido, o patrulhamento exercido dentro do IHGRS sobre a historiografia respondia ao velho desafio de construir uma memória histórica integradora para um estado secessionista e tardiamente incorporado ao domínio português, como o Rio Grande do Sul. Tratava-se, então, primeiramente, de “provar” sua lusitanidade, realçando a participação de “gaúchos” na expulsão dos invasores castelhanos de Rio Pardo e Rio Grande, nas guerras Cisplatina e do Paraguai. O segundo passo era transmutar os ímpetos autonomistas da rebelião farroupilha em “ideais de liberdade” supostamente herdados da própria progênie lusitana. Como afirmava o então tenente Souza Docca, “Não é necessário somente sabermos que [os] colonizadores [do Rio Grande] vieram de Portugal, precisamos saber de que províncias, a fim de podermos determinar qual o elemento que predominou, porque só por esse meio poderemos explicar certas tendências nossas, hábitos e costumes, e o anseio pela liberdade que tão alto tem elevado a nobre altivez gaúcha.” (IHGRS, 1921:133).

O encargo de apaziguar os temas quentes de uma história política muitas vezes conflitante com os interesses das elites nacionais adequava-se à avaliação de que a história militar brasileira era o abrigo mais indicado ao passado rio-grandense. A idéia, expressa já no discurso de fundação do Instituto pelo seu primeiro orador oficial, direcionou a preferência dos confrades, que tomam da disciplinada vida na caserna a resposta aos analistas “estrangeiros” da história local:

A história militar do Rio Grande do Sul é quase a história militar do Brasil e se essa história já estivesse escrita, não ficaríamos sujeitos a interpelações sobre as monstruosidades que a ‘Revista do Brasil’ está levianamente editando – os exertos de um Diário do Dr. André Rebouças, porque os ignominiosos crimes ali atribuídos aos rio-grandenses, a veemente e injusta linguagem com que ali se maream verdadeiras glórias nacionais, seriam no

nascido, esmagados pelo juízo da história, severo e justo. (IHGRS, n.1, 1921:133-134)

Tem-se então que, internamente, enquanto no período “embrionário” de desenvolvimento a literatura parte do afastamento em relação à gauchesca platina rumo à aproximação crescente – a contar da década de dez –, o percurso de institucionalização da História segue um sentido inverso, partindo de uma aproximação inicial com os vizinhos (predominante na época pré-institucional da propaganda republicana), rumo ao distanciamento, a partir da década de vinte (momento em que, no terreno literário, sincronizam-se as duas gauchescas). Em suma, enquanto no domínio da criação estética, os primeiros autores *regionalistas* elegem o Brasil como referência primordial (seguindo os modelos fornecidos pela geração romântica de 1870 e buscando a inserção do tipo gaúcho entre os demais tipos e paisagens que conformam a nação), contrariamente, os escritos históricos passam da barganha política via ênfase na proximidade cultural com os vizinhos rumo à diluição da história regional na história da conquista lusitana sobre o território futuramente brasileiro. É notável o caráter mais explicitamente elitista da apreensão histórica da figura gauchesca já submetida à vigilância dos memorialistas, quando comparada ao gaúcho da Literatura.

A tese levantada aqui é de que essa ênfase sobre a hagiografia política, predominante na História, tenha contribuído para manter o interesse dos intelectuais sul-rio-grandenses sobre o “*popular*” concentrado sobre a órbita da arte – em que o *locus* de autenticidade converge para o universo campeiro – ou, quando da “ciência”, submetido aos determinismos do meio sobre a configuração racial ou lingüística do estado. Este aspecto é legível já no conto naturalista, no qual o referencial platino é mais dificilmente amortecido em função da insistência sobre os gêneros e o vocabulário gauchescos. Os parâmetros operados na utilização da coleta folclórica dentro da esfera literária não impediram, evidentemente, sua estreita colaboração com a política – seja através da sátira, como em Ramiro Barcellos, seja pela celebração cívica, tal como nas ritualizações tradicionalistas de poemas, danças, esportes e folguedos “recuperados” pelo *Grêmio Gaúcho*, fundado por Cezimbra Jacques, em 1898. Tampouco o deslocamento mais para perto da “arte” do que da “ciência” teria garantido às

avaliações do folclore gauchesco uma desfiliação ao protocolo fornecido pela história oitocentista. Na verdade, até os anos cinquenta, o Folclore parece ter funcionado, no IHGRS, como uma via suplementar de comprovação do substrato luso-brasileiro do *caráter regional*, transportando, ainda que por outras vias, ao domínio da cultura *popular* as conclusões da história política.

O fato relevante é que enquanto não se constituísse internamente a crítica ao cânone positivista de uma História, como dissera Taine (citado por Souza Docca), arrolada “com os documentos na mão” (IHGRS, 1921: 131), o Folclore seguiu sendo reconhecido pelos historiadores como uma subárea de investigação filológica, submetida, por sua vez, ao viés compreensivo de uma literatura que resgata do meio o seu “bom selvagem”, e de uma descrição histórica que se quer também “geográfica”. Neste sentido dirigiu-se o primeiro Presidente, Florêncio de Abreu, ao apresentar os objetivos da instituição:

[...] como subsídios de primeira ordem para a elucidação de pontos importantes [da] nossa interessante ‘pré-história’, o Instituto estudará ainda a etnografia, a paleontologia, a própria língua dos autóctones. Finalmente, não desprezaremos, mas, ao contrário, constituirá um capítulo especial do nosso programa o estudo do **folclore**. No espontâneo rimário popular, palpitam aspirações, vibram anseios, [...] esfusiam estigmatizações, estuam heroicidades e consagrações de uma época. Nesse ver-sejar de pés quebrados, improvisado e anônimo, iremos surpreender assim admirável documentação das tradições populares, pois, na bela expressão de Renan, repetida por Euclides, ‘há rude e eloqüente, a segunda bíblia do gênero humano nesse gaguejar do povo’. (IHGRS, 1921: 125)

É sintomático, a esse respeito, que, na partilha de comissões do IHGRS, a matéria figurasse ao lado das línguas indígenas, em conformidade com as grandes coleções etnográficas dos museus europeus do século XIX.¹³⁰ Enquanto na literatura regionalista o folclore era difusamente aproveitado na ambientação dos personagens, na academia de historiadores, os conteúdos de base etnológica aparecem vinculados à lingüística ou à antropologia física.

A esta altura vale a pena refletir um pouco mais sobre essa cultura histórica produzida no Rio Grande do Sul, para destacar sua inscrição em uma regra mais geral de seleção do sujeito nacional ou regional em estado “puro”. Este

¹³⁰ Este modo de organização também norteou as coleções guardadas no *Museu do Estado*, planejado por Julio de Castilhos, e, em 1903, batizado “Museu Julio de Castilhos” por Borges de Medeiros, em homenagem póstuma ao patriarca republicano. (Nedel, 1999).

procedimento, embora seja comum às elites eruditas de diferentes nacionalidades, só muito raramente combina o repositório da autenticidade, o “mentor original do território”, ao exercício do poder. Geralmente, o autêntico é identificado ao “popular” e aos economicamente desprovidos, definidos por exclusão ao erudito e quase sempre ao espaço urbano, sendo mais freqüente sua associação ao camponês ou à vida rural. Este parece ter sido o caso no Prata – havendo quem veja na gauchesca o evento fundador tanto do nacionalismo quanto do “populismo” argentinos. (Shumway, 1995: 63). Lá o gaúcho, como os índios e os habitantes da campanha, foi habitualmente descrito como portador de formas tradicionais de vida, que estariam sujeitas à extinção pelo vigor da lei e do progresso. Contrariamente, no Rio Grande do Sul, a matéria de ordem “etnográfica” foi, dentro da academia histórica, deslocada para o estudo das línguas indígenas e, sobretudo, dos topônimos, enquanto a presença negra era suprimida da composição étnica do gaúcho.

Entre os historiadores que, contemporaneamente, voltaram-se a esse modelo, é comum a impressão de que nada ou muito pouco mudou no discurso historiográfico entre os anos 1920 e 1970, já que as interpretações sobre o marco fundador, embora divergissem entre a experiência jesuítica do século XVII e a ocupação portuguesa do século XVIII, mantiveram sempre o foco das atenções sobre geopolítica da fronteira e o papel de baluarte da nacionalidade atribuído ao Rio Grande do Sul.¹³¹

Com efeito, a longevidade desse modelo de interpretação tem a ver com as dificuldades potenciais de nacionalização da memória local. Fatores como a condição fronteira do Rio Grande do Sul, as alianças políticas e empréstimos de símbolos identitários entre caudilhos gaúchos e aliados dos Estados vizinhos¹³²,

¹³¹Com base nesse pressuposto, Almeida justificou o recorte cronológico adotado em sua investigação sobre a historiografia produzida no estado entre os anos 1920-1935. Segundo a autora, este curto intervalo de tempo seria suficiente para definir o teor de análises históricas incessantemente reproduzidas desde então: “[...] como tem sido reiteradamente observado pelos críticos da historiografia ‘oficial’, as tendências teórico-metodológicas e temáticas definidas nos anos vinte – e já plenamente configuradas em 1935, ano de realização do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense – tiveram larga vigência, orientando a prática historiográfica local por um espaço de tempo quase indefinido. Na verdade, estas tendências têm persistido sem alterações substanciais e apresentam-se, ainda hoje [1983], com bastante intensidade, embora contrastadas e contestadas pelas perspectivas críticas (‘revisões radicais’) que começaram a disseminar-se no sul com a publicação dos trabalhos da ‘escola’ de Florestan Fernandes”. (Almeida 1983: 42).

¹³²Entre os exemplos de influências mútuas entre rio-grandenses, argentinos e uruguaios, foram

sem falar do teor autonomista da experiência farroupilha, poderiam implicar no risco de desintegração de sua relação com o todo, ou pelo menos de parecer “menos integrada” do que uma *parte* situada próxima da capital nacional. Mas o inverso também é verdadeiro, já que o limite de sujeição à nacionalidade interposto pela experiência separatista pôde ser revertido em elemento afirmativo – e mesmo arrimo – da pertença do local ao nacional.

De toda forma, a anterioridade dos nacionalismos no Prata em relação ao *regionalismo* sul-rio-grandense e ao nacionalismo brasileiro trouxe severas implicações para as relações do estado com o restante do país. A discrepância política e temporal das experiências de construção da nacionalidade nos dois casos parecem estar na raiz dessa dificuldade. No caso platino, o processo é tão mais precoce, quanto demorado e tumultuoso que no Brasil. Embora o sentimento de urgência pela organização nacional da ex-colônia apareça desde o *Plan Revolucionario de Operaciones* de Mariano Moreno, pelo menos até 1852 a nação não passou de um projeto a ser concretizado no longo prazo. A complexidade assumida pela questão do particularismo e das soberanias provinciais face ao domínio comercial de Buenos Aires, a transitoriedade das soluções encontradas para a elaboração de uma ordem constitucional estável e a dependência de uma difícil solução negociada para a organização do Estado nacional apontam para a aparente impossibilidade desse desígnio enquanto não se constituísse uma classe dirigente de legitimidade interprovincial.(Chiaramonte, 1991: 21-54). A vulgata

destacadas por Guazzelli (2002a) o predomínio, nos três territórios, de uma ordem política polarizada e bipartidária, a adesão a uma certa cultura da violência (que no Rio Grande estaria expressa pela prática da degola, durante as revoluções de 1893 e 1923) e o uso de insígnias determinadas – no caso, lenços ou *cintillos* – que identificavam por suas cores (no estado, branco para republicanos e vermelho para federalistas) as vinculações políticas e programáticas em jogo nas alianças entre caudilhos das três procedências: “No Estado Oriental, o *Comandante General de la Campaña* Fructuoso Rivera iniciara em 1836 sua guerra contra o presidente uruguaio Manuel Oribe, que era aliado de Rosas. O início da campanha de Rivera marcou o aparecimento dos partidos tradicionais da Banda Oriental. Inspirado em Rosas - que era chamado de *Restaurador de las Leyes* - mas não querendo mostrar-se tão submisso a este, Oribe criara o Partido Nacional e tornara obrigatório o uso de divisas brancas com os dizeres “*Defensores de las Leyes*” ou “*Amigos del Orden*”. Em contrapartida, os seguidores de Rivera adotaram o azul celeste, cor dos seus aliados *unitarios*; como o anil, a tintura azul em uso, descoloria muito rapidamente, tornando-se quase branco em pouco tempo, foi substituído pelo colorado, que daria nome ao partido [...] Assim, os *blancos* orientais eram aliados dos *federales* argentinos que usavam a cor *colorada*, e os *colorados* uruguaiois eram associados aos *unitarios* que usavam o *celeste*! E aqui mais confusão, já que os *maragatos*, de lenços colorados, eram aliados dos *blancos* orientais: os irmãos Aparício e Gumercindo Saraiva – ou Sarabia – eram chefes *blancos* no Uruguai, e comandantes *maragatos* no Rio Grande; isso os obrigava a comandar - usando lenços brancos - toda uma soldadesca portadora de lenços colorados”. (Guazzelli, 2002a: 3).

retrospectiva desse processo é a de um desenvolvimento nacional vacilante e sujeito a reversões periódicas.

No Brasil, pelo contrário, o que se tem é uma memória republicana ancorada nos mitos fundadores do império, e a representação da continentalidade deste último devida à sua estreita continuidade com a empresa colonial.¹³³ Daí que boa parte da herança cultural brasileira tenha sido construída a partir dos laços com Portugal, tratando-se de assegurar ao país multirracial e escravocrata uma raiz branca, civilizada e européia. As repúblicas latino-americanas seriam o oponente imediato desse modelo “pacífico” de autonomia política. (Guimarães, 1988).

Desse descompasso, mas também da interpenetração, no Rio Grande do Sul, de memórias nacionais divergentes, adveio a questão do significado assumido pelo caudilhismo na historiografia. A categoria, formulada por Sarmiento em pleno âmago dos questionamentos sobre a viabilidade do Estado Nacional argentino, por ter uma funcionalidade própria à composição imaginária do gaúcho, adquiriu uma carga “conceitual” que conferiu densidade teórica às análises sobre as condições de desenvolvimento político das ex-colônias americanas. Em vista da amplitude de suas implicações, o tema do caudilhismo acabou engajando diversas linhagens intelectuais argentinas – liberais, positivistas, revisionistas e dependentistas, entre outras – desdobradas desde a fundadora geração de 1837, até a atualidade. (Goldman; Salvatore 1998: 8). Para os termos deste trabalho, interessa o significado dado à noção em *Facundo*, já que foi esse repertório “clássico” o escolhido para a leitura do caudilho no Rio Grande do Sul, embasando a necessidade de diferenciação entre os gaúchos *malo* e brasileiro.

Para Sarmiento, o caudilhismo é um fenômeno local; sintetiza um conjunto de características sobredeterminadas pela articulação do meio geográfico americano – o *deserto* – com a história – a experiência revolucionária nas Províncias Unidas. Ancorado na tradicional oposição entre barbárie x civilização, o caudilhismo surge como a face política do primeiro termo, um condicionante “próprio” à evolução histórica da sociedade platina, submetida à ruralização do poder, à utilização da violência no exercício do jogo político e ao vazio

¹³³Consolidada nas festas do Centenário da Independência, a composição do panteão heróico da República com base nos próceres do Império constituiu-se numa saída política para o baixo índice de apoio ao regime. Cf. Abreu (1996).

institucional ulterior à destruição da ordem colonial. Significativamente, o sentido inato conferido a “caudilhismo” e “barbárie” remeteu, alternativamente, à idéia de inaptidão congênita do Prata ao ideal moderno de institucionalização política (representado pelas democracias liberais européias) – e, paralelamente, ao enraizamento moral de um certo “democratismo autoritário”, concebido como único canal de expressão das aspirações das massas rurais. Por conta disso, a figura do caudilho interessaria ao longo do século tanto a facções políticas de “direita” quanto de “esquerda” – representando, no primeiro caso, um obstáculo à ocidentalização e uma ameaça à sustentabilidade do poder constituído, e no segundo, às condições de implementação de um regime *autóctone* de resistência à dominação estrangeira. (Buchbinder, 1998: 32).

Atendendo a essa polissemia, vemos nos anos 30 a figura do caudilho ser retomada na historiografia argentina e sul-rio-grandense de forma invertida. Enquanto na Argentina letrados revisionistas destacavam a contribuição de Rosas (e do autoritarismo carismático) para a unificação nacional (Idem, *ibidem*), os memorialistas sul-rio-grandenses, pelo contrário, tratavam de eliminar a presença caudilhesca na história política regional. (Gutfreind, 1989). Revalorizado no Prata, o caudilhismo teve o cerne de seu interesse deslocado do terreno da dominação oligárquica para o do imperialismo, ao passo em que seu representante máximo (Rosas) aparecia como um defensor da soberania nacional frente aos interesses escusos de ingleses e franceses. (Buchbinder, 1998: 12). Já no Rio Grande do Sul, contrariamente, o traço comum à literatura histórica foi a negação retroativa da existência desse tipo de liderança política, acentuando-se a sua não relação com o chamado “gaúcho brasileiro”. Em meio à campanha aliancista para a Presidência da República, apagar o caudilhismo do passado regional parecia o único meio de desfazer a imagem do Rio Grande semibárbaro descrita por Sílvio Romero e José Veríssimo, e o passo necessário à legitimação das demandas de ascensão ao poder central.

O mito fundacional do estado sentinela, elaborado pelo IHGRS, a partir da obra começada pelo IHGB, em que pese extinto no mundo acadêmico contemporâneo, ainda figura na vulgata *regionalista* como um suposto vivido concreto e coletivo. O gaúcho soldado funciona como o exemplo em torno do qual

se veiculam normas e valores, orientam-se condutas que além de laborar a visibilidade da região, repercutem nas relações políticas entre o estado e o país. No entanto, dentro dessa lógica, a repetição aparece menos como índice de falta de originalidade do que como elemento constitutivo do caráter propriamente mítico deste discurso histórico, por mais científico que ele se tivesse reivindicado. Enquanto mecanismo que estabelece a continuidade com o passado e com o território, a História Monumento preconizada pelas primeiras “academias” supunha o vigor de uma temporalidade ritmada pelas grandes epopéias, que se precipitam sobre o presente na forma da herança e da exemplaridade. A repetição é, neste sentido, o *modus operandi* das narrativas construídas sob a égide da ancestralidade. Ressalta aqui o aspecto mnemônico, mas também amnésico da elaboração dessa comunidade de origem para os habitantes do estado sul-riograndense. Seguindo um calendário preciso de efemérides, o passado “regional” tem estendida a sua duração, na medida em que é lido e reescrito de trás para frente, buscando afirmar a “retro-eternidade” da configuração presente do território.

Continuidade e analogia partem, portanto, não de um tempo fragmentado, que suporia o distanciamento de uma análise, mas da circularidade de um tempo mítico. Nessa cosmologia, o passado se incorpora e transparece no presente como “essência” ou “substância íntima”, em suma, atualizado pela reivindicação da herança.¹³⁴ Assim, embora a observação das repetições pelos historiadores da historiografia seja, à primeira vista, convincente, um olhar mais detido revela-a rápida demais para prescindir de algumas ponderações. De uma parte, é verdade que o conjunto de atributos acima enumerados tenham sido proclamados ou desafiados e, em todo caso, tenham-se constituído no núcleo em torno do qual gravitou o conjunto da produção histórico-literária no Rio Grande do Sul, desde aquela formada pela propaganda republicana até, pelo menos, o contexto de redemocratização nas duas décadas após o término da ditadura varguista.

Contudo, vale recordar que se certos temas como o modo de vida da

¹³⁴ Os tipos específicos de relação com o passado, que diferenciam os ofícios do historiador e do memorialista, são bem caracterizados por Albuquerque Jr., para quem: “As memórias nascem de uma relação consigo mesmo, a História nasce de uma relação com o outro, com a alteridade. As memórias portanto constroem identidades, a História violenta identidades para descobri-las diferentes internamente”. (Albuquerque Jr, 2001: 50).

estância, a paisagem da campanha, o mito da democracia rural, do republicanismo “inato” e dos “atavismos” de liberdade e honra se repetem entre autores de diferentes concepções teóricas e até políticas, é porque já havia um arcabouço simbólico de representação da região previamente estabelecido e pronto a ser reapropriado. Ele fora fundado pelas gerações de letrados – agrupados primeiro, em torno do Partenon Literário, criado em 1868, e já a partir de 1920, do IHGRS – que abriram com suas formulações as sucessivas versões encetadas ao sabor do tempo, ao calor da hora e ao estado da concorrência entre o Rio Grande do Sul, outras regiões e os centros de poder no Brasil. São as reapropriações deste modelo que conformam o estilo *gaúcho* de representação regional, tornando-o irredutível tanto aos das outras regiões que integram o país, quanto ao papel desempenhado pelo mesmo personagem nos modelos nacionais uruguaio e argentino. Na raiz da associação do *gaucho perseguido* de Hernández à figura duvidosa do *gaucho malo* – e de sua substituição, nos livros escolares, nos museus e nos monumentos públicos, pela respeitabilidade dos soldados regulares a serviço da Coroa, encontra-se a diversidade de modos pelos quais se operou a estilização da gauchesca em uma nação criada antes do Estado – caso argentino – e em uma fração tardiamente integrada ao território de um país em que o Estado ele próprio se ocupa da construção da nação, como é caso brasileiro.¹³⁵

No Brasil, contrariamente à Argentina, o aparato governamental foi espaço em que se travavam as lutas intelectuais, e no Rio Grande do Sul não foi diferente. Raros foram os autores que não tiveram sua iniciação intelectual à frente de alguma instituição pública. Nesta configuração, a historiografia produzida nas

¹³⁵ Como foi dito, embora coincidentes quanto ao caráter periférico, quanto ao papel mediador exercido pelos intelectuais e quanto à junção dos termos “conhecer” e “transformar” pelos intelectuais latino americanos, esses nacionalismos são, sob outros aspectos, antitéticos. No Brasil a organização do Estado remonta à vinda da família real portuguesa em 1808 e à transferência, para a colônia, da máquina administrativa metropolitana. Este fato de capital importância, além da formação jurídica de uma elite inicialmente treinada para as funções públicas na Escola de Coimbra (Carvalho, 1980), foram elementos facilitadores da organização burocrática e da manutenção da unidade territorial do Império. Na Argentina, pelo contrário, os conflitos políticos internos e a divergência de interesses econômicos entre as elites provinciais e portenhas retardaram as condições para o desenvolvimento de uma classe política estável, que conduzisse o processo político de unificação. Em compensação, no plano simbólico, cedo se constituiu sobre a imagem da “pampa desértica” um princípio unificador da “consciência” nacional, construída por oposição à metrópole espanhola. Já o caso brasileiro coloca a questão de saber se o caráter manifestamente continuísta de sua independência, conduzida pela mão de parte da própria elite colonial portuguesa, não teria contribuído para o retardamento da elaboração de uma identidade nacional propriamente brasileira, tarefa desempenhada pelos intelectuais atuantes na década de vinte, e encampada pelo Estado a partir dos anos 1930.

instituições do governo ou suas auxiliares privadas, abafou o apelo “popular” do gaúcho rio-grandense pela vigilância recíproca entre os historiadores, submetidos ao julgamento da autenticidade das “provas” e das fontes primárias sobre as quais trabalhavam. Isso ocorre com maior intensidade à medida que o IHGRS amplia suas funções junto ao governo, concentrando sobre si as atividades de pesquisa e o julgamento dos enunciados históricos. Sob este aspecto, não surpreende que suas elaborações encontrem-se em sintonia com a rearticulação das forças políticas estaduais, como mostrou Gutfreind (1989) para o período 1890-1930.

O contraste entre a curva ascendente da aproximação da literatura em direção ao Prata e a iniciação “acadêmica” dos historiadores atuando no sentido inverso, pede uma avaliação relativa ao lugar ocupado pelo Folclore dentro da produção intelectual. De um lado, a curiosidade crescente manifestada no regionalismo literário sobre a cultura e o linguajar da campanha renovou a prática de exaltação das particularidades culturais do Rio Grande, legitimada pelo interesse de parte dos modernistas de variadas tendências pela valorização dos costumes e tradições locais. Isto contribuiu, para que até os anos cinquenta, os poucos historiadores membros do Instituto interessados na temática da “cultura popular” tomassem as obras fundadoras da gauchesca como fonte das pesquisas dialetais e folclóricas. A vinculação do Folclore com a literatura, e seu afastamento em relação à História acabou contribuindo para que mais tarde, quando a participação “do povo” brasileiro no processo de desenvolvimento do país torna-se o grande foco de interesse entre a intelectualidade nacional, os sócios rio-grandenses, preocupados em ampliar seu repertório de análise, tivessem de reconverter ou acumular entre suas identidades profissionais a designação de “folcloristas”.

Para arrematar, vale considerar o quão significativo é o fato de hoje ser possível se contar uma história brasileira, outra sul-rio-grandense, outra uruguaia e argentina da progressão de sentidos assumidos pela mesma palavra – *gaúcho*. Esse fato por si só já mostra bem o poder que a história – ou a dinâmica de forças sociais em ação ao longo do tempo – tem de introduzir o que Pierre Bourdieu chamou de “descontinuidade decisória na continuidade natural”. (Bourdieu, 1989: 113). Visto daí, nada menos inocentemente “geográfico” do que o território

indiviso da campanha; nada menos inerte que o protagonista fronteiriço reivindicado pela disciplina histórica.¹³⁶ Foi, pois, em face dessas “descontinuidades decisórias” que se tentou avaliar, nestes dois capítulos introdutórios, a trajetória semântica do termo (hoje) gentilico na ponta austral do Brasil. Ela esteve sujeita a empréstimos e recusas pelos profissionais do reenquadramento da memória regional em relação ao trabalho anteriormente começado pelos próceres da política, da literatura e da historiografia platina e brasileira.

O largo percurso destes empréstimos no período que antecede a definição das fronteiras disciplinares que hoje distinguem História, Literatura e Ciências Sociais, ao mesmo tempo em que informa as condições de emergência dos ofícios e atores intelectuais no Rio Grande do Sul, contribui para o trabalho de reconhecimento e historicização das relações que a Literatura e, em particular, a História mantêm com a Memória institucional. Neste sentido, a pesquisa historiográfica atual tem renovadas as suas relações com o objeto, uma vez que, entendendo a História enquanto prática mundana, mais do que “ciência sagrada”, ela se propõe a ratificar a inscrição de sua escritura em um tempo e lugar. Ao invés de romper com a tradição historicista dos pais fundadores pela denúncia teórica ou ideológica, a história da memória disciplinar toma essa incompatibilidade como signo de uma mutação: sua desidentificação com a região. (Nora, 1997 [1984]). “Lembrar” a história da História é, sob este aspecto, uma pré-condição para se entender a especificidade do momento em que a nossa curiosidade pelos “lugares de memória” (Nora, 1997 [1984]) que ela criou é despertada.

É, pois, ao preço do confronto consigo mesmo que os historiadores fazem da memória regional seu objeto, procurando entender a maneira pela qual pares de outros tempos pretenderam apresentar a região, como a nação, como um dado auto-evidente, sem nunca se interrogar, de fato, sobre o trabalho de aprendizagem que as constitui. O passado da História identificada à região é, neste sentido, marcado por uma invencível tautologia: ela explica a região, quando não por si

¹³⁶ Valeria aqui lembrar a reflexão de Bourdieu, para quem “a fronteira, produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. [...] o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”. (1989: 115).

mesma, pela nação que a toma como parte de si; dessa forma, a história historicista pretende explicar os aspectos constitutivos do fato regional, sem, como disse Nora, “jamais sair do círculo e compreender a coisa de fora, na sua novidade e estrangeiridade”. (Nora, 1997 [1984]: 18).

Assim, foi tendo em vista o jogo apropriativo das descontinuidades imaginárias entre nação e região, que se procurou cumprir os objetivos destes dois capítulos iniciais. Além de trabalhar os aspectos conceituais da tese, concernentes ao modo como os grupos operam classificações de tempo e espaço na constituição de uma narrativa ancestral para o estado, foi preciso construir uma periodização preliminar da “longa duração” desse discurso *regionalista*, que começa na política e se transfere para a História e a Literatura. A tradição intelectual gerada nesse processo se constitui no esteio de onde emergirá o interesse de historiadores pelo folclore sul-rio-grandense nos anos 50 – pais fundadores da disciplina que hoje se propõe a analisar a história do engajamento folclórico/identitário no Rio Grande do Sul.

Uma ciência das províncias: o projeto integrador da CNFL

“Tinha eu que apresentar, numa sessão plenária, um gaúcho que ia fazer uma conferência. O auditório como era de esperar, estava rebelde. É muito discurso e muita conferência. [...] Calor nordestino do legítimo. [. . .] Antes de mais nada, sem mesmo dar início à apresentação iniciei a fala, tratando os cearenses que tinham estado no Rio Grande do Sul desde a época da colônia [...] Depois enumerei algumas de suas glórias nacionais [...] A apresentação crescia e eu não me dava conta. [...] Desandei a falar no elogio sincero ao Ceará [...] A conferência foi quase minha. E não do companheiro que ia falar. Mas fui obrigado. Tinha que preparar o ambiente. [...] Adotei há anos este tipo de discurso. Se vou falar do Piauí, estudo essas relações entre as duas províncias. Se falo na cidade de Passo Fundo ou Santos evoco a história local. Parece-me ser de bom alvitre, não cortejar de certo, mas ser educado com os que se dão ao trabalho de nos ouvirem.

Elogie-se seu rincão”.

(Dante de Laytano, *Mar Absoluto das Memórias*, p.221)

O quadro traçado no capítulo precedente, referente às modalidades clássicas de enunciação do *caráter regional* na Literatura e na História praticadas no Rio Grande do Sul entre 1870 e 1930, postulou a tensão entre dois registros de memória sob os quais as elites letradas conceberam a posição limite do estado no concerto nacional.

O primeiro, percorrendo a senda aberta pelo romantismo, privilegia a identificação de um sujeito *folk* – herói anônimo e autóctone associado ao mundo rural, à condição de rebaixamento social e à intimidade com o meio físico. Essa forma de composição do tipo *regional* compreende a singularidade do Rio Grande em rota de aproximação com a *gauchesca* platina, através do manejo literário de elementos emprestados da cultura oral, da ênfase sobre o linguajar da fronteira e da valorização de uma determinada ética “campeira”. Já sob segundo registro, vinculado à história-monumento alimentada pelas incursões documentais, os aspectos dialetais e cotidianos do “gaúcho” são secundários. Nesta perspectiva, o olhar se desvia das singularidades constitutivas das partes para a dinâmica integradora do Estado nacional. O foco de atenção desloca-se, assim, do terreno da

linguagem e da cultura em direção à geopolítica – e, mais precisamente, às marchas e contramarchas de Portugal e Espanha sobre o Rio Grande de São Pedro.

Tem-se, aí, nesses dois modos de apropriação erudita da ordem tradicional da campanha, a fundação de uma outra tradição – escrita – na qual se projetam as linhagens pelas quais os intelectuais do estado se reconhecerão mutuamente. No primeiro caso, elas estão sedimentadas na conformação literária do *regionalismo* – cânone valorado na tensão inerente ao mérito artístico – isto é, situado entre a inovação e a repetição de modelos estéticos consagrados, e na fronteira entre cálculo de sucesso comercial e o potencial de consagração como “vanguarda artística”. No segundo caso, o critério de “autenticidade” das narrativas sobre a formação sulina emana de fontes de procedência diversa. O juízo repousa, para todos os efeitos, em um domínio ao mesmo tempo moral e diagnóstico, em todo caso relativamente distanciado da tradição oral e da ordem de legitimidade própria à criação literária. O lugar em que se desenrolam as habilidades do saber histórico são as instituições de memória, e em favor do debate cívico a disciplina aporta o princípio da verdade “extraída” de documentos escritos oficiais, referentes a fatos e personagens que não apenas sintetizam, mas “provam” a contribuição gaúcha na história do Brasil.

Diferentemente da ênfase singularizante da literatura, a vinculação da matriz histórica com a esfera institucional é mais imediata, como atestam tanto o conteúdo da bibliografia, como os critérios a presidir a escolha de efemérides, de coleções e, sobretudo, os lugares privilegiados para sua exibição. No Museu Julio de Castilhos – primeiro e, por cinquenta anos, único museu histórico da capital – os parâmetros museográficos repetiram fielmente aqueles fornecidos pela produção escrita do IHGRS. Ali a estância torna-se caserna e a paisagem, campo de batalha; o herói civilizador se desvincula do estereótipo do bom selvagem, passando a constar no rol nominado e nobiliárquico dos desbravadores luso-brasileiros, e não raro republicanos, que povoam o panteão político local. Dessa forma, no Rio Grande do Sul o *gaúcho* retratado pela erudição histórica tem obscurecido o presumido caráter “anônimo” e “espontâneo” de suas criações, podendo adquirir perfis divergentes, conforme a nacionalidade: quando “brasileiro”, ele se confunde com militar (o agente da conquista ou o soldado

farroupilha); quando platino, ele é o inimigo *caudilho*, ou a “chusma” de salteadores sob seu comando.

A oscilação entre o particularismo romântico e o universalismo iluminista permeia o modo como os saberes de conteúdo etnológico foram concebidos entre a fase inaugural de invenção dos atributos típicos *regionais* até os anos imediatamente seguintes à II Guerra Mundial. Nesse intervalo, o Folclore permaneceu mais próximo da arte – especificamente da literatura – do que da ciência, embora também fosse contemplado por esta – figurando, neste caso, dentro da antropologia física ou dos estudos filológicos, com suas coleções de vocábulos.

Foi somente no curso de redemocratização do país e em meio a um processo de expansão das frentes de produção de saber e de diversificação do mercado de bens culturais, que duas gerações de mediadores reconheceram nas alteridades internas à *região* (em especial nos estudos sobre a *cultura popular*), um objeto e uma especialidade a ser metodologicamente testados *in loco* – o que implicava tirar do *trabalho de campo* e não mais da literatura seus materiais de “análise”. Engajados em um movimento nacional, federalizado e integrador – o chamado *Movimento Folclórico Brasileiro* – os interessados em coordenar esforços na área viram então a oportunidade de atualizar as formulações legadas pela erudição histórico-literária, criando novas expectativas profissionais e ampliando suas bases concretas de sustentação.

Sem incorrer na tentadora suposição de um paralelismo *a priori* entre versões ficcionais e “científicas”¹³⁷ da *cultura regional*, os próximos capítulos irão abordar os condicionantes desse engajamento, priorizando a operacionalidade da

¹³⁷Para os termos desta análise, as distintas linhas interpretativas que integram a tradição histórico-literária do estado valem mais pelo que revelam dos processos sociais ligados à elaboração recíproca de repertórios *autênticos* nacional e regional, criados no curso mais amplo da circulação de obras e escritores, do que pelas qualidades intrínsecas aos universais da Literatura e da “ciência”. Longe de se oporem, os procedimentos de exotização cultural e de atualização estratégica do passado, legitimados pela estilização literária e pela erudição documentária, são complementares e precisam ser periodicamente revisados. Seus efeitos amnésicos, hierarquizantes e normativos sobre o imaginário coletivo remetem a modalidades próprias de exercício de poder, baseadas em prerrogativas socialmente reconhecidas aos pregadores cívicos, dos quais uns poucos se vêem habilitados a multiplicar a capacidade de repercussão de suas mensagens, uma vez divulgadas pela imprensa e filtradas pelas instituições. Esse poder de prolongamento do que se diz para além do tempo biológico de quem fala não é estranho às expectativas dos oradores culturais, e foi bem sintetizado por Bioy Casares, quando afirmou que “por la autoridad que les confiere la imprenta, los literatos en definitiva legislan”. (Casares, 1988: 556).

memória elaborada na aproximação dos historiadores, críticos literários, escritores e *tradicionalistas* gaúchos com o folclore. A intenção é observar na interseção entre a ordem prática e a ordem da linguagem os meios de neutralização da arbitrariedade intrínseca aos estereótipos que esses autores manipulam, segundo dois contextos de luta específicos – local e nacional – entre as décadas de quarenta e sessenta. Trata-se, em suma – e de acordo com a sugestão de Rodolfo Vilhena¹³⁸ – de compreender a inter-relação, nesses dois planos, de três identidades complementares: a identidade profissional dos estudiosos, a identidade disciplinar da especialidade que ajudam a fundar e, finalmente, a identidade territorial dos fenômenos estudados, já que neles se reconhecia uma série de propriedades “originais” determinantes de um modo privilegiado de acesso à nação.

Tendo em vista esse objetivo mais amplo, depois de uma apresentação introdutória do movimento e de seus representantes no Rio Grande do Sul, identificarei, com a ajuda de Vilhena e de outros autores (como Sérgio Miceli, Marisa Corrêa, Mariza Peirano, Maria Hermínia Tavares de Almeida), o aparecimento da *cultura popular* como ponto de convergência do interesse do Estado e de cientistas sociais, à época em que se colocavam na agenda política brasileira duas questões complementares: o compromisso social da produção científica e o desenvolvimento econômico nacional. Nesse contexto de transição entre antigos e novos problemas, os estudos de folclore cruzam a história da História e das Ciências Sociais, aportando uma escrita intermediária entre as abordagens clássicas da tradição ensaística e os novos referenciais de pesquisa (marxista, culturalista, funcionalista, etc.) propagados por instituições e grupos do centro do país, formados no contato com pesquisadores e docentes estrangeiros, vindos dos Estados Unidos (Columbia e Chicago, na ELSP) e França (missões francesas na USP e na FNFi).

Os esforços de institucionalização empreendidos pela CNFL, naquele momento, visaram atender a objetivos fixados em dois planos inseparáveis, o das políticas públicas e o da produção de conhecimento. Atendendo ao primeiro, os folcloristas reivindicavam a criação de uma agência nacional de proteção ao

¹³⁸ “Sem compreender a maneira como se articulam essas três identidades – a do folclorista, a dos ‘fenômenos folclóricos’ e a da nação –, não compreenderemos a forma pela qual se desenvolveu a luta institucional travada pelo movimento folclórico e os resultados a que ela chegou”. (Vilhena. 1997: 126).

patrimônio simbólico brasileiro, enquanto, no segundo, reclamavam a legitimidade “científica” da matéria, de modo a consolidá-la como uma área específica de investigação, apta a integrar os currículos universitários das Faculdades de Filosofia e a participar do projeto mais amplo de renovação da ciência produzida no e sobre o país.

Contrastando com o grau de arregimentação alcançado pelo *folclorismo* e, também, com a atualidade do assunto dentro do debate público, no âmbito acadêmico o Folclore competiu em posição de desvantagem pelo “direito ao ciencialato” – usando a expressão de Florestan Fernandes (1989) – reclamado também pela Antropologia e pela Sociologia da época. Essa desvantagem inicial frente a outras disciplinas que viriam a compor a grade institucional das Ciências Sociais se confirmaria mais tarde em exclusão, embora não dos indivíduos ligados ao movimento, da especialidade na vida universitária. Tal desfecho foi devido, em parte, às saídas escolhidas para superar a fase “pré-científica” do diletantismo, e em parte aos condicionantes que foram sendo impostos à medida que cada uma das disciplinas concorrentes se desenvolvia.

De fato, como já destacaram os estudos inaugurais dedicados à inserção do tema na modernização dos processos educativos e de pesquisa no Brasil, o “movimento folclórico” se diferencia dos demais empreendimentos racionais de intervenção social daqueles anos em alguns aspectos cruciais, todos relacionados de perto com sua inferioridade em relação ao mérito acadêmico de áreas afins. Primeiro, pelo poder de atração que exerceu sobre os intelectuais periféricos, em especial os “historiadores” atuantes nos Institutos Históricos dos estados. (Vilhena, 1996). Em segundo lugar, por operar na estrutura organizacional, nos modos de recrutamento, no perfil dos participantes, nas escolhas temáticas e nas formulações conceituais, em estreita relação com as “características” que os agentes supunham próprias ao *povo* brasileiro e, no limite, a si mesmos.

Assim, o programa mobilizador encabeçado pela Comissão Nacional de Folclore se apropriava de leituras anteriores do Brasil para sustentar coletivamente o que Rodolfo Vilhena chamou de **relação especular** entre a alteridade interna representada pelo “fato folclórico” e um *ethos* intelectual específico, traduzido na encenação de ingredientes (práticas e valores) genericamente associados à

brasilidade – como a cordialidade, a conciliação e a valorização da integração social e regional do país. Sistematizada pela vanguarda do movimento residente no Rio de Janeiro e São Paulo, essa filosofia de ação seguiu de perto a fórmula plural de representação do Brasil lançada pelos modernismos, e deveu boa parte das concepções de nação que manipulava às interpretações seminais de Gilberto Freyre e Mário de Andrade, acrescidas de releituras das contribuições anteriores de Sílvio Romero e Euclides da Cunha para a definição do *homem brasileiro*.¹³⁹ Concebendo o objeto de seu interesse sob a roupagem romântica da circularidade herderiana¹⁴⁰, e adequando suas descrições ao vocabulário conceitual do culturalismo relativista norte-americano então em voga, o elogio à miscigenação, inaugurado no século XIX e reeditado na década de 1930, é derivado pelos folcloristas dos anos 1950 em atenção aos fenômenos gerais de *aculturação*. Tais fenômenos designavam processos tanto de ordem social – traduzidos por noções como “erudito” e “popular” – quanto de natureza étnica – caso em que se privilegiava a fusão entre os troncos formadores da nacionalidade.¹⁴¹

¹³⁹ Sobre o *ethos* folclorista, ver Vilhena (1997: 207 et passim). A propósito das continuidades e rupturas entre esses representantes do modo privilegiado de pensar a nação a partir da “fábula das três raças”, a quem os folcloristas retomam como pais fundadores de sua especialidade, ver Vilhena (1997 - especialmente o segundo capítulo e as considerações da página 255 et passim); Da Matta (1981: 69-70) e Echzabal, in Maio e Santos, 1996: 107-124.

¹⁴⁰ “[...] o que caracteriza [o fato folclórico] é estar em circulação ou ser divulgado e utilizado pelo povo, seja consciente ou inconscientemente; o que é essencial é que viva no meio do povo e seja utilizado por este. Dessa forma, ele pode ter perfeitamente uma origem erudita e subsistir no meio popular por se acomodar ao espírito desse meio, que o aceita, adapta e dele se utiliza. [...] O folclore, porém, não é privativo [...] desse meio popular, podendo ser encontrado mesmo na grande burguesia e entre os homens do mais alto nível de instrução e pensamento”. (Nogueira, Oracy e Lima, Rossini Tavares de. “O Conceito de Fato Folclórico”. In: Congresso Brasileiro de Folclore. *Anais*. Rio de Janeiro: IBICC/Ministério das Relações Exteriores. 1951. v. II, p. 5-10, p. 5-6).

¹⁴¹ Algumas questões assumem especial relevância para os teóricos do folclore. Primeiro, até pelo caráter prático do movimento, a necessidade de um calendário nacional de festas populares; segundo, a classificação dos fatos folclóricos e a definição, no mapa brasileiro, do perfil e localização de áreas culturais; terceiro, o trânsito social (das camadas “cultas” para as “incultas”) e geográfico (de uma região para outra) dos *fatos folclóricos*. Aqui entra a utilidade do vocabulário culturalista da época, e de termos como *aculturação*, “reinterpretação”, “transculturação” e “área cultural”. Para Renato Almeida, “Entre as doutrinas da dinâmica cultural, nenhuma enfoca com mais segurança o fenômeno do encontro das culturas, tal como se deu entre nós, e suas resultantes. do que a *aculturação* [...] No estudo do Folclore brasileiro, a *aculturação* mostra o contato da cultura popular portuguesa com a dos índios e negros, os conflitos, semelhanças e diferenças [...] O nosso folclore, observa Manuel Diégues Jr, é em essência de base lusitana, numa formação que índios e negros dosaram, resultando ‘um produto não só de mestiçagem, mas igualmente de *transculturação*’”. (1957: 169 e 171). Diferentemente desta matéria, em que reina o consenso em torno da fórmula trinária da origem brasileira, sobre o método de classificação não houve acerto, e, diante da impossibilidade de definir as tais áreas culturais (já que os fatos folclóricos de diferentes tipos não coincidem entre si e menos ainda no todo com a geografia), as classificações utilizadas nos estudos de folclore variavam muito. Gustavo Barroso utilizou-se de várias ao mesmo tempo, algumas históricas (bandeirante), outras étnicas (caboclo) ou ainda descritivas, como folclore sobre “animais”. Laytano, que se referia a “ciclos”, também não obedecia a um critério uniforme (ciclos

No que diz respeito à participação gaúcha no movimento, vale destacar que a posição secundária do estado em relação às principais praças culturais no país (São Paulo e Rio de Janeiro), assim como a concorrência próxima com pólos regionais mais conhecidos de produção (como Recife e Bahia), funcionava já desde os anos vinte como um elemento estruturante do mercado cultural local. Além de moldarem uma concepção missionária de *cultura*, os esquemas de pensamento baseados na oposição entre *centro* e *periferia* fundamentaram um modo específico de legitimação da produção intelectual, bem como de relacionamento dos intelectuais sul-rio-grandenses com a esfera política. A “indiferença” dos centros cosmopolitas para com as realidades internas do Brasil figurava como um argumento permanentemente acionado nas obras dos autores envolvidos nos debates sobre os contornos da *região*, conformando igualmente as apreciações autorizadas sobre a literatura e a história *regionais*. Neste sentido, a perspectiva aberta pelo chamamento de Renato Almeida ao esforço articulado de pesquisa inter-regional e em equipe, servia de estímulo para que esses autores desconhecidos levassem suas reivindicações para fora do Rio Grande, e tentassem ampliar suas conexões com comunidades intelectuais forâneas. Tal oportunidade apresentava-se exatamente no momento em que as versões heróicas do *regionalismo* vinham perdendo legitimidade (Coradini, 2003), e que a função social da pesquisa vinha sendo questionada interpretações que acusavam o teor ideológico das fórmulas anteriores de elucidação histórica.

Esta apresentação adianta os argumentos que, dispostos em um plano narrativo, tentarão encaminhar as perguntas que norteiam este capítulo. Seu objetivo é a compreender a relação que se estabelece entre, de um lado, as estratégias de atuação da CNFL e o debate acadêmico nacional – importando aqui definir a posição dos estudos de Folclore entre as opções teórico-metodológicas disponíveis em um momento fundacional de especialização da pesquisa no Brasil – e, de outra parte, as vinculações do projeto folclórico com as elites intelectuais dos estados. A discussão desses aspectos é condição para que, mais adiante, se possa avançar nos questionamentos, buscando entender por que a atualização dos diagnósticos sobre a conformação *sui generis* do Rio Grande do Sul teve de passar por uma radical, ainda que seletiva, aproximação dos historiadores e críticos do “índio” e do “negro” aparecem ao lado dos ciclos “do cavalo”, “do ouro”, “das águas”, etc.).

locais com as ciências sociais e, em especial, com o vocabulário técnico da Antropologia. Neste caso, interessará saber o que levou esses autores, que até então nutriam um interesse não mais do que acessório pela matéria, a considerar atrativo investir no conhecimento de uma nova especialidade, especialidade esta que implicava em um esforço coletivo de adequação da *origem* militar da sociedade rio-grandense aos termos da singularidade *folk*.

3.1. Os *fronts* da mobilização

Como foi antecipado na abertura deste trabalho, a movimentação que atraiu a atenção de historiadores, críticos, escritores e tradicionalistas do Rio Grande do Sul foi coordenada, em nível federal, pela Comissão Nacional de Folclore (CNFL), organizada na capital do país como parte da convenção internacional de criação da UNESCO, em 1947.¹⁴² Sustentada pelo prestígio de Renato Almeida¹⁴³, e pelo apoio de autoridades políticas como João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a Comissão liderou um esforço articulado em prol da institucionalização dos estudos de folclore no Brasil.

¹⁴²Vide nota 25, na Introdução.

¹⁴³ Renato Almeida nasceu em 1895, na cidade de Santo Antônio, BA. Na década seguinte, partiu para o Rio Grande, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelando-se em Direito em 1915. Atuou como jornalista no Monitor Mercantil e na América Brasileira. Assumiu a direção do Liceu Francês do Rio de Janeiro, em 1926, época de seu ingresso no Ministério das Relações Exteriores, onde chefiou o Serviço de Informações e, posteriormente, o Serviço de Documentação do Itamaraty. Sua trajetória intelectual começa ligada ao grupo modernista carioca e, especialmente, a Graça Aranha, de cuja obra foi organizador em 1958. Mário de Andrade costumava referi-lo como parte integrante da “mesa” (referência à foto, publicada no n. 12 da Revista da Semana, do Rio de Janeiro, em que aparecem Graça Aranha, Renato Almeida e Ronald de Carvalho sentados ao redor de uma). (Cf. Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, RJ, 16/04/1925, in Moraes, 2000: 199). Foi professor do conservatório Brasileiro de Música e da Academia de Música Lorenzo Fernandez, membro do IHGB, da Sociedade Felipe de Oliveira, entre outras associações. Como diretor do *Lycée Français* foi convidado a visitar Paris, onde fez contatos com Arnold van Gennep, André Varagnac e Albert Marinus. Participou da fundação de instituições européias voltadas ao folclore, como o International Folk Music Council (Londres) – do qual foi membro – e da reorganização do Centre International des Arts e Traditions Populaires em Paris – ambas apoiadas pela UNESCO. Segundo Vilhena, (1997: 95), por conta dessas relações, Renato Almeida adquiriu grande trânsito no circuito internacional dos estudos de folclore. Seu primeiro livro é de ensaios (*Relevo*, de 1917), seguido de Fausto, lançado em 1922 com prefácio de Ronald de Carvalho. No campo do folclore e da musicologia, suas obras mais citadas são: História da música brasileira (Rio de Janeiro, 1942), Compêndio de história da música brasileira (Rio de Janeiro, 1948), Inteligência do folclore (Rio de Janeiro, 1957), Tablado folclórico (São Paulo, 1961), O IBECC e os estudos de folclore no Brasil (Rio de Janeiro, 1964), Manual de coleta folclórica (Rio de Janeiro, 1965), Música e dança folclóricas (Rio de Janeiro, 1968), Danses africaines en Amérique Latine (Rio de Janeiro, 1969) e Vivência e projeção do folclore (Rio de Janeiro, 1971). Faleceu no Rio de Janeiro em 1981. Fontes: Coutinho & Souza, 2001, v.2: 1999; “Renato Almeida”. In: Dicionário de Folcloristas Brasileiros (disponível na web: www.soutomaior.eti.br/mario/dicf.htm) e Lista de Acadêmicos da Academia Brasileira de Música (website: <http://www.abmusica.org.br/acad40.htm#1Fundador>)

Este esforço foi repontado em um ponto intermediário da trajetória das Ciências Sociais, dentro do qual avançava a fundamentação teórica de novas problemáticas, como as da mobilidade social, do desenvolvimento econômico e da modernização da sociedade brasileira. Neste cenário decisivo para o desenvolvimento e consolidação da pesquisa e do ensino superior, a Comissão – e, a partir de 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB)¹⁴⁴ – manteve um programa de estudos visando atender a três objetivos. O primeiro era a execução de um “inquérito folclórico brasileiro”. O segundo, a luta pela preservação das heranças folclóricas regionais e sua integração ao calendário cívico nacional. Por último, a introdução do tema no ensino formal em níveis fundamental e superior. (Vilhena, 1997:173-175). Tais medidas eram entendidas pelos comandantes do *folclorismo* como uma pré-condição para “a compreensão científica da cultura popular”. (Almeida, 1957: 9). Mas não apenas isso; tratava-se, para eles, de atuar em duas frentes, aliando à formulação – em conjunto com os intelectuais dos estados – de critérios seguros de trabalho nessa área tendente ao amadorismo, ao saudosismo e ao gabinete, a uma ação civilizadora de forte conteúdo celebrativo, comprometida com a inclusão das populações rurais à sociedade nacional.

No âmbito sul-rio-grandense, o movimento teve dois grupos concorrentes de interessados. De um lado, os mandatários oficiais da coordenação central, reunidos em torno da Comissão Estadual de Folclore (CEF), criada em abril de 1948. De outro, um grupo mais jovem de estudiosos, que acabou se constituindo numa elite de pensadores do *Movimento Tradicionalista* – encabeçado pelos secundaristas que, um ano antes da criação da CEF (em 1947), criaram, sob a liderança de João Carlos Paixão Cortes, um “Departamento de Tradições Gaúchas” no Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Julio de Castilhos.

A CEF foi comandada, desde sua fundação até 1992, por um dos mais

¹⁴⁴Em 1958 o Presidente Juscelino Kubitschek atendeu ao apelo feito pelos folcloristas ao então Presidente Getúlio Vargas no I Congresso Nacional de Folclore, realizado em 1951 no Rio de Janeiro, “[...] no sentido de que promovia [...] a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares”. (Almeida, Renato; Meireles, Cecília. “Carta do Folclore Brasileiro”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 173-180, jun. 1952, p. 176). Com esta finalidade foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), diretamente vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com verbas próprias e autonomia para assinar convênios de cooperação com os estados (que antes dependiam da aprovação do IBECC e do Itamaraty).

conhecidos historiadores da época, Dante de Laytano. Diretamente vinculada à Comissão Nacional – graças aos esforços do Secretário, que era amigo pessoal de Renato Almeida e desempenhava, simultaneamente, vários outros cargos de direção em associações culturais privadas¹⁴⁵ de Porto Alegre – a Comissão local dispôs em seus quadros de nomes tão ou mais consagrados do que o mandatário. Ela reuniu sumidades de diversas áreas, como educação musical, a crítica literária, a dança, as artes plásticas, a filologia e a pesquisa histórica.

Como Dante de Laytano, a maioria dos sócios da CEF pertencia à geração de intelectuais polivalentes que se haviam iniciado na literatura, na crítica e no jornalismo em Porto Alegre, na segunda metade dos anos vinte. Muitos deles integraram o famoso “Grupo da Livraria do Globo”, eram rotineiramente publicados pela editora, freqüentavam jantares e palanques com autoridades políticas, atuavam há muito na imprensa e dirigiam ou tinham dirigido órgãos de cultura criados no decurso dos mandatos perrepistas à frente do governo estadual. Na nominata de membros, vêem-se reunidos sócios e dirigentes do IHGRS, professores de história, de literatura e de música nas Faculdades de Filosofia e de Artes, freqüentadores das principais revistas e jornais, enfim, “as expressões todas da cultura rio-grandense”, como frisou o Secretário (1987: 146). Referia-se ele aos historiadores Walter Spalding e Othelo Rosa, aos musicólogos Elpídio Ferreira Paes e Ênio Freitas e Castro; ao arquiteto e escultor Fernando Corona; ao crítico de artes Aldo Obino, aos escritores, críticos literários e historiadores Moysés Vellinho, Guilhermino César, Cel. Luiz Carlos de Moraes, Manoelito de Ornellas, Athos Damasceno Ferreira, ao sucessor de Alcides Maya no conto *regionalista*, Darcy Azambuja, e, ao romancista gaúcho de maior projeção nacional, o “escritor

¹⁴⁵ Laytano era sócio do IHGRS desde 1936, diretor do Museu Julio de Castilhos (entre 1952 e 1960) e professor catedrático de História do Brasil nos cursos de história e geografia da UFRGS e PUCRS. Na mesma época dirigia, além da CEF e do MJC, a Aliança Francesa, o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro e o Rotary Club de Porto Alegre. Nesta última associação, manteve contato freqüente com industriais que lhe financiaram a aquisição de peças (sobretudo obras de arte) para o MJC, e também uma reforma no prédio do Museu, que não só saiu por impedimento legal. Entre outras atribuições, Laytano também exercia “gratuita e honorariamente” o cargo (informal) de delegado do Sphan no Rio Grande do Sul, era membro do Comité Nacional do ICOM, também vinculado à Unesco, conselheiro científico da Divisão de Cultura da SEC, integrava as comissões do governo para decidir sobre a reforma do ensino normal e a compra e transferência de coleções para os museus criados na Reforma da Secretaria de Educação; era membro do Diretório Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só para citar as posições mais relevantes. Sobre a carreira profissional de Laytano, ver Nedel (1999, capítulo IV). Para uma síntese biográfica mais breve, também baseada naquele trabalho, ver o apêndice.

das multidões”, Érico Veríssimo.¹⁴⁶

Embora a participação efetiva desses autores fosse bastante desigual nas rotinas de trabalho da comissão, ela logrou desenvolver um rol variado e intenso de atividades. Realizou congressos e festivais folclóricos em Porto Alegre, enviou trabalhos, delegações e integrou a comissão organizadora de congressos em outros estados, publicou artigos de autores ligados à CNFL não só nos Boletins da CEF, mas em outras várias revistas em circulação na capital gaúcha. Também promoveu cursos de extensão sobre Folclore junto à cátedra de Civilização Brasileira nas Faculdades de Filosofia da PUCRS e UFRGS, sem falar das inúmeras conferências e programas de rádio veiculados, ao longo de mais de dez anos, a cada “dia do Folclore” (22 de agosto).

Paralelamente à arregimentação desses escritores em torno da Comissão, expandia-se pelo estado o *movimento tradicionalista*. No mesmo ano de criação da CNFL (1947), o Grêmio Estudantil do colégio “Julho de Castilhos” começou a organizar uma série de promoções e rituais cívicos que, a seguir, seriam incorporados às comemorações oficiais da Semana Farroupilha.¹⁴⁷ Com um perfil de atuação inicialmente muito próximo do escotismo, e também aproveitando os vínculos pessoais de Paixão Côrtes com membros das forças armadas¹⁴⁸, o *tradicionalismo* foi apresentado à sociedade rio-grandense pelos meios oficiais:

¹⁴⁶ Para maiores informações sobre a trajetória dos autores, consultar os resumos bio-bibliográficos no Apêndice deste trabalho.

¹⁴⁷ Estas iniciam com a primeira “Ronda Gaúcha”, realizada entre 7 e 20 de setembro, quando uma centelha da Pira da Pátria, acesa por ocasião do aniversário da independência, foi transportada até o colégio, onde se acendeu a chamada “chama crioula” num candeieiro de galpão. Esse ritual continuou sendo repetido anualmente pelos membros do 35 CTG, até que, em 1964 a Assembléia Legislativa aprova uma lei que oficializa a Semana Farroupilha, comemorada entre 14 e 20 de setembro de cada ano. O ritual criado pelos estudantes em 1947 passa, a partir de então, a ser realizado com todas as honras oficiais dentro do Palácio do governo. (Cf. Oliven, 1990a: 35).

¹⁴⁸ O pai de Paixão Côrtes era primo-irmão da esposa do Coronel Rubens Canabarro Lucas, piloto do Avião que transportaria a urna funerária de David Canabarro. Com isso, Paixão Côrtes procurou o Major do Exército Darcy Vignoli, Presidente da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Sul, propondo-lhe incorporar o Julinho aos desfiles organizados pela Liga na Semana da Pátria. O secretário, Fortunato Pimentel, apoiou a idéia de uma guarda “gaúcha” de cavaleiros ao cortejo, dando um toque “farroupilha” às comemorações, já que o homenageado era David Canabarro. Ver Côrtes (1996: 44, 48-55). Vale marcar também que os jovens *tradicionalistas*, àquela altura com idades variando em torno dos 17 aos 21 anos, vinham passando pelo serviço militar obrigatório e alguns deles, como Hélio Moro Mariante, já integravam o corpo de oficiais da Brigada Militar quando da criação do CTG 35. Os militares do Rio Grande do Sul, por sua vez, tinham por tradição, desde o tempo de Cezimbra Jacques, zelar pela memória farroupilha, e alguns altos comandantes do Exército, como os Generais Borges Fortes, Paula Cidade e Coronéis De Paranhos Antunes e Luiz Carlos de Moraes, tornaram-se conhecidos estudiosos da história política, militar e administrativa do estado.

com o aval da Liga de Defesa Nacional, os estudantes desfilaram a cavalo fazendo a guarda de honra de símbolos e brasões estaduais, de carros oficiais e de restos mortais de próceres intelectuais e políticos representativos do Rio Grande. De cerimônia em cerimônia, foram travando contato com as autoridades públicas, sendo recebidos no palácio do governo e merecendo elogios de personalidades conhecidas, como Manoelito de Ornellas, J. P. Coelho de Souza (amigo e correligionário do pai de Barbosa Lessa), Félix Contreras Rodrigues, entre outros, que proferiram conferências a convite dos estudantes.

Nascidos na década em que seus concorrentes mais velhos ingressavam na vida pública (1920), os moços responsáveis pela retomada e recomposição das liturgias cívicas regionais ao final do Estado Novo, eram herdeiros de famílias proprietárias de terra em antigas áreas de criação, cuja economia encontrava-se em crise.¹⁴⁹ Eles tinham vindo à capital para concluir os estudos secundários, trabalhar e, se possível, ingressar nas instituições de ensino superior. Os cursos escolhidos – direito, agronomia, medicina, engenharia – mostram a intenção de dar seguimento ao trabalho de reconversão social de seus ascendentes imediatos. Entrementes, motivados pela distância da terra natal e pelo tratamento zombeteiro dispensado pelos colegas da capital às suas origens interioranas, os estudantes passam a lutar pela reversão do estigma do “*grosso*” (equivalente local do *caipira*), em emblema de apego telúrico. O passo seguinte foi transplantar para Porto Alegre o cenário das estâncias que conheceram no interior. Depois de criarem, em 1948, um “Centro de Tradições Gaúchas” batizado 35 em homenagem à Revolução Farroupilha (no começo, um quarto na casa da Paixão Cortes onde cerca de dez estudantes se reuniam para “matear em torno de um fogão crioulo”), os pregadores

¹⁴⁹ Dentre o grupo de oito estudantes celebrizados no I Congresso Tradicionalista de 1954 como partícipes do episódio “original” do movimento – a guarda cavalariana de honra dos restos mortais de David Canabarro, em 1947 – quase todos procediam de cidades do interior ou tinham familiares em áreas pastorais, que eram visitadas nas férias escolares. João Carlos Paixão Cortes vinha de Santana do Livramento, Antônio João Siqueira era de Bagé; Cilso Araújo Campos, de Alegrete; Orlando Degrazia, de Itaqui, Ciro Dias da Costa criara-se em Cruz Alta, os irmãos Fernando e João Machado Vieira, de Julio de Castilhos e Cyro Dutra Ferreira, em General Câmara. A estes se juntaram, ainda antes da fundação do primeiro CTG, Luis Carlos Barbosa Lessa (de Piratini), Ivo Sanghinetti, José Laerte Vieira Simch, e Rubens Xavier (desses não foi possível descobrir a procedência). Alguns dos primeiros *tradicionalistas*, como Barbosa Lessa e Paixão Cortes, eram filhos de profissionais liberais, residentes nos núcleos urbanos das pequenas localidades (no caso, respectivamente, pais agrônomo e médico em Livramento e Piratini); outros, como Cyro Dutra Fonseca, eram filhos ou netos de proprietários rurais. Sobre a origem social dos membros do grupo, consultar Oliven (1992a: 75-76).

do “retorno” às raízes rurais do Rio Grande procuraram oficializar a agremiação, conferindo a ela um estatuto jurídico preciso, com finalidades e organização interna bem delimitadas.

Juridicamente, os CTGs constituem-se em sociedades civis, sem fins lucrativos, com número de sócios ilimitado e de cunho “estritamente” cultural, isto é, sem admitir qualquer filiação expressa político-partidária ou religiosa. Os temas evocados em suas designações obedecem a uma simbologia que explora o repertório *regionalista*, dando expressão aos valores, ao linguajar, à gastronomia, à paisagem, aos animais emblemáticos e outros motivos típicos.¹⁵⁰ “Pala Branco”, “Quero-quero”, “Mate-amargo”, “Rincão da Lealdade”, “Desgarrados do Pago” (nome de um CTG no Rio de Janeiro), ou ainda “Armada Grande” são exemplos da nomenclatura utilizada. Independentemente das variações de perfil mais inclusivo ou mais elitista¹⁵¹, todas essas agremiações valem-se da erudição histórica, da literatura e dos estudos de folclore para retirar daí as danças e alegorias que compõem “invernadas culturais”, “fandangos”, “chimarrões festivos”, “rondas”, desfiles e “rodeios”, entre outras formas de encenação ritual dos hábitos “campeiros”.

A intenção é proporcionar aos sócios a experimentação (ou a “vivência”, no dizer dos atores) dos usos e costumes do passado, prevenindo sua extinção. Através de uma prática extremamente normatizada e de uma ativa sociabilidade

¹⁵⁰ A carga simbólica conferida à estrutura organizacional dessas associações é de tamanha importância, que no II Congresso Tradicionalista realizado na cidade de Rio Grande, em 1955, foi apresentada Learsi Correa da Silva, membro do CEG “Mate Amargo”, daquela cidade, uma tese propondo a troca de “Patrão” (Presidente) por “capataz”, em razão de que “capataz” seria mais democrático, já que este tem “um mandatário provisório, e não tem título de propriedade”. (CTG Mate Amargo, *Anais*, 1956: 220).

¹⁵¹ Maria Eunice Maciel ressalta que, em algumas cidades do interior, os CTGs “cumprem a função de clube social para as classes populares, especialmente naquelas onde os clubes se constituem em associações da elite local”.(Maciel, 1984: 57). Através dos anais de congressos e das notas veiculadas pelas *colunas regionalistas* da imprensa de Porto Alegre, que na primeira década de desenvolvimento do *tradicionalismo* acompanhou de perto o ritmo de fundação de novos centros pelo interior, observam-se variações notáveis no perfil das entidades, conforme a estrutura sócio-econômica das cidades em que se localizam. Além do menor número de CTGs em Porto Alegre, e da proporção inversa do número dessas entidades em relação ao tamanho do município (fato já verificado por Oliven, 1992a: 91), percebe-se que em áreas tradicionalmente afetadas ao latifúndio e à criação agropastoril, estas diferem da descrição de Maciel, constituindo-se em um espaço de socialização política suficientemente influente para atrair prefeitos, vereadores, deputados e outras lideranças importantes das comunidades. Nesse casos, não é raro que nomes de uma mesma família se distribuam entre os cargos administrativos da associação. É o caso, por exemplo, do CTG de Vacaria, onde predominam os “Guazzelli”; e de Alegrete, onde prevalece a influência dos “Dornelles”.

exercitada entre os consócios, os CTGs erigem-se em palco privilegiado de materialização de um patrimônio que é permanentemente referido ao pretérito, visando conferir uma vida “reencarnada” aos hábitos “periclitantes” da campanha. Bem por se caracterizarem em espaços de investidura identitária, eles exigem de seus freqüentadores uma identificação pessoal com o estilo de vida que se deseja representar. A adesão vai desde a sujeição a um código vestimentar regional em vez de social (já que os freqüentadores são obrigados a comparecer “pilchados” nos eventos festivos, isto é, portando trajes típicos) até a depuração da linguagem, toda vinculada ao léxico gauchesco.

Já nos cinco primeiros anos de vida do 35, seus criadores assistem à repetição em cadeia de outros trinta e cinco CTGs pelo estado.¹⁵² A rápida difusão desse ativismo, em especial pelas zonas de colonização imigrante, surpreendeu os sócios do CTG, que com isso deram-se conta da capacidade “assimiladora” da experimentação gauchesca. Em 1955 os centros já somavam sessenta, segundo os organizadores da primeira “Ronda Crioula Estadual”, que pelas páginas do jornal *A Hora* se desculpavam de não poder garantir estadia a mais de um representante por agremiação no primeiro evento, organizado pelo 35, destinado a reunir todos os centros tradicionalistas do Estado.¹⁵³ A contribuição massiva dos pequenos

¹⁵² Entre 1948 e 1954, ano de realização do primeiro Congresso Tradicionalista em Santa Maria, além da refundação da “União Gaúcha”, de Pelotas em 1950, aparecem outros trinta e quatro novos CTGs distribuídos por todas as áreas do estado. Os Centros criados de 1948 a 1952 foram: CTG “Fogão Gaúcho”, de Taquara (1948), “Minuano”, de Iraí (1949), “35”, de Palmeira das Missões (1950); “Bento Gonçalves”, de Itaqui (1951). Em 1952, mais seis novos CTGs: “Lalau Miranda”, de Passo Fundo, “Centro Tradicionalista de Sapiranga”, do mesmo distrito; “Galpão Campeiro”, de Erechim; “20 de Setembro”, de Montenegro; “Ponche Verde”, de Santa Maria e “93”, de Bagé. Em 1953, o número de fundações sobe para dezessete: “Centro Cultural de Tradições Gaúchas”, de Cachoeira do Sul; “20 de Setembro”, de Piratini; “Sepé Tiaraju”, de Santa Rosa; “Marciano Brum”, de Soledade; “Sepé Tiaraju”, de São Lourenço do Sul, “Ronda Charrua”, de Farroupilha; “Mate Amargo”, de Rio Grande; “Estância da Amizade”, de Porto Alegre; “Lila Alves”, de Pinheiro Machado; “Jarau”, de Quaraí; “Farrapos”, de Cacequi, “Julio de Castilhos”, de Julio de Castilhos, “Fogão Gaúcho Rio-pardense”, de Rio Pardo; “Quero-Quero”, de Esteio; “Caiboaté”, de São Gabriel; “Negrinho do Pastoreio”, de São Francisco de Assis; “20 de Setembro”, de Santo Ângelo. No ano seguinte, quando se realiza o I Congresso Tradicionalista em Santa Maria, mais seis fundações: “Patrulha do Oeste”, de Uruguaiana; “Rincão da Fronteira”, de Jaguarão; “Farroupilha”, de Alegrete; “Quero-quero”, de São Jerônimo; “Taperia Velha”, de Tupanciretã e “Melo Manso”, de Cruz Alta. (Cf. Lessa e Cortes, 1975: 95). No Congresso seguinte, realizado em Ijuí (cidade de alto contingente populacional imigrante), já eram em quarenta e oito as entidades participantes, sem contar os grupos de dança e centros de pesquisa. (Cf. *Anais do Congresso III Congresso Tradicionalista*, 1956:8-10).

¹⁵³A “Ronda Estadual”, a ser realizada em Porto Alegre nos dias 9, 10 e 11 de setembro de 1955, abrangia um extenso calendário, prevendo a participação de “ginetes de toda a Bacia do Prata, tornando-se assim, uma festa de caráter internacional e que trará o máximo expansionismo ao *tradicionalismo* rio-grandense”. Também estava prevista a realização de uma “exposição de trabalhos de autores regionalistas”, composta de livros e outros objetos, “tendo em vista a

municípios à militância *tradicionalista*, instala, no interior, uma forte demanda de bens culturais que seriam abastecidos pela mídia e pela indústria do espetáculo em ascensão na capital, sob a liderança dos ideólogos fundadores do movimento.

Na seqüência dos desfiles, bailes “típicos” e “simpósios gauchescos” organizados pelo grêmio tradicionalista do Colégio Julio de Castilhos, depois pelo 35, pelo CTG “Estância da Amizade” (do Glória Tênis Clube) e pelo Clube Farrapos (de oficiais da Brigada Militar), vieram reportagens, colunas “regionalistas” na imprensa, programas de rádio, gravação de discos e espetáculos teatrais de “projeção folclórica” que viajam pelo interior e são apresentados a cada inauguração de um novo CTG. Para potencializar essa expansão, os mentores do *tradicionalismo* usufruíam também da presença estratégica como repórteres nos meios de comunicação escrita e falada (Barbosa Lessa e Carlos Galvão Krebs na *Revista do Globo*; Sady Scalante (primo de Lessa), Cyro Dutra Ferreira e Barbosa Lessa no jornal *Diário de Notícias*; Carlos Galvão Krebs e Antônio Augusto Fagundes em *a Hora*). Através dos jornais, e de programas “gauchescos” de auditório, montados nas Rádio Farroupilha, Gaúcha e Difusora¹⁵⁴, rapidamente deram-no a conhecer como um movimento de massas que apelava à adesão às tradições da campanha como uma tomada de posição diante de padrões culturais “alienígenas”, instalados numa época marcada pela urbanização acelerada e pelo desenvolvimento industrial.

Em 1950, os dois movimentos se encontram, com o ingresso de Luis Carlos Barbosa Lessa e Paixão Côrtes à CEF, a convite de Dante de Laytano.

necessidade de maior divulgação de nossa cultura”. (Santos, Paulino Alves dos; Ribeiro, Claudio Breno. “Circular para os Centros”. *A Hora*, Porto Alegre, 31 ago. 1955, p. 10).

¹⁵⁴Entre os programas regionalistas que iniciaram suas audições em 1954 estavam: ‘Mostre que você é gaúcho’ (meia-hora destinada a lições sobre a história e folclore rio-grandenses, com perguntas e prêmios para o auditório) e ‘Festa no Galpão’, na Rádio Farroupilha de Porto Alegre; ‘Rancho da Tradição’, na Rádio Cultura de Bagé; ‘Galpão de Estância’, na Rádio Julio de Castilhos, da cidade do mesmo nome; ‘Gauchadas no ar’, na Rádio Imembuí de Santa Maria e ‘Noites de Ronda’, na Rádio Santa-Mariense de Santa Maria. Programas gauchescos também eram apresentados, semanalmente, pela ZYC3 de Rio Grande, Rádio São Luiz, de São Luiz, ZYP 5 de Passo Fundo, e pela Rádio Palmeira, de Palmeira das Missões. Já os jornais do interior do Estado, passaram a publicar, aos domingos, colunas destinadas à difusão do *tradicionalismo*: *Diário Popular*, de Pelotas (‘Querência’), *A Razão*, de Santa Maria (‘Clarinas Gaúchas’), e *A Fronteira*, de Uruguaiana (‘Tudo pela Querência’). Seções permanentes de folclore são também eram mantidas pelas revistas ‘Patronato’ (assuntos sociais e assistência penitenciária), o ‘O Farol’ (mensário da Paróquia do Rosário), ‘Pampa’ (do Clube de Excursões Farroupilha), ‘Novidade’ (boletim bibliográfico editado em Uruguaiana) e Revista AABB. Cf. “Dia 2, em Santa Maria, o Primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 37 jun. 1954. BAM PASTA 28 F – 0192.

Naquele ano, o secretário regional da CNFL andava em busca de um conjunto artístico que exibisse danças regionais na programação festiva da III Semana Nacional de Folclore, que seria realizada em Porto Alegre de 22 a 29 de agosto. A essa participação, seguiu-se a primeira saída a campo. Os dois moços, auxiliados pelos professores do Instituto de Artes e da Faculdade de Letras da UFRGS Ênio Freitas e Castro e Elpídio Ferreira Paes (amigos de Laytano, ligados à Associação Rio-grandense de Música¹⁵⁵ e também membros da CEF), partiram em “missão” pelo interior, registrando coreografias, versos e canções “populares”. Uma das mais conhecidas seria o “pezinho” “recolhido” em Osório (cidade do litoral norte), que passa a ser reproduzida nos programas de rádio, nas escolas, nos bailes e invernadas artísticas dos CTGs.

Com o ingresso dos mentores do movimento à CEF, Dante de Laytano e seus companheiros mais próximos intuíram a hora de formar uma nova geração de *regionalistas*.¹⁵⁶ E foi, de fato, dentro desse intercâmbio com os afiliados da Comissão que os dois jovens *tradicionalistas* iniciaram sua formação como estudiosos do folclore. A presença ao lado das autoridades públicas por ocasião das aparições em desfiles organizados para o calendário cívico regional, a frequência de Lessa e Côrtes às reuniões mensais da CEF e as pesquisas que estes iniciaram junto à Biblioteca e Pública do Estado, Arquivo Histórico e Museu Julio de Castilhos para alimentar o “arquivo histórico” do 35, desdobraram-se no contato assíduo com os autores mais destacados da época, que chefiavam as instituições culturais. No percurso, trocaram-se informações e indicaram-se autores e obras que serviriam à recriação do folclore pelos CTGs – espaços onde

¹⁵⁵ A Associação Rio-grandense de Música foi fundada em Porto Alegre em 1937 e iniciou as atividades em 1938, permanecendo sob a direção de Ênio Freitas e Castro nos seus vinte e cinco anos de existência. Teve como modelo a Associação Brasileira de Música, sediada no Rio de Janeiro, da qual Ênio Freitas e Castro é o único membro sul-rio-grandense. Associada à CEF, entrou em grande atividade. Além de promover as primeiras pesquisas sobre folclore musical no estado (chegando a publicar uma série de dez registros musicais e libretos com partituras de música folclórica) promoveu cursos, concursos e festivais de música. Mais tarde, teve seu acervo absorvido pelo Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS. Algumas atividades promovidas pela ARM encontram-se noticiadas na seção “Resenha das Atividades Culturais do Rio Grande do Sul”, publicadas anualmente pela revista *Província de São Pedro*. Maiores informações podem ser encontradas em Freitas e Castro (1969 [1964]): 221-224).

¹⁵⁶ “[...] eles eram tudo uns meninos, tudo uns novatos, então eu fui passando a semente pra eles. disse ‘agora é a vez de vocês plantarem, vão plantando aí, vão caminhando nesse Rio Grande todo aí’. Funda isso, funda aquilo, os CTGs foi idéia deles, dos meninos, que depois se transformou numa *força política*, cultural, *notável* para o Rio Grande do Sul”. (Laytano, Dante de. *Entrevista* concedida à autora. Porto Alegre: 30 set. 1998. Gravação em fita cassete).

as pessoas, segundo Lessa, deviam reencontrar “não digo no original, mas em uma cópia aceitável – seu ‘pago’ perdido, ou [...] seu município distante, ou [...] os usos que conheceram em sua infância e juventude.”¹⁵⁷

Mais do que fiadores dos empréstimos de livros e documentos históricos, os mandatários da CEF integravam a lista de autores a cuja leitura Paixão Côrtes e Barbosa Lessa passaram a se dedicar, na intenção de “mentalizar a figura ideal do homem do campo rio-grandense, acima de nossas reduzidas vivências municipais e além dos limites de nossa própria época [e de buscar] aquela síntese, se possível, aquele ponto de encontro entre passado e presente, em dimensão estadual”. (Côrtes; Lessa, 1975:101). Especialmente o secretário da Comissão, como professor no tradicional colégio “Julinho”, já vinha desempenhando um papel ativo na formação de Lessa e Paixão, desde antes da criação do primeiro grêmio tradicionalista. Côrtes lembrou-o, por ocasião de seu falecimento, como um incentivador do “espírito regionalista entre os jovens”¹⁵⁸. Barbosa Lessa conta que, quando começava a se interessar pela cultura rio-grandense, depois de, segundo ele, “levar uma podada” de um outro professor ao declarar seu gosto pela história do Rio Grande do Sul (tendo sido advertido de que “perderia tempo com a História gaúcha sem saber, antes, a história clássica da Humanidade”) encontrou em Laytano o primeiro apoiador:

Havia no mesmo Julinho um outro professor de História, de ar sorridente, bigodão à gaúcha, e, um dia, quase no final do intervalo, resolvi meter as caras. Mas, desta vez, cheguei sestroso, medindo as palavras: – Professor... eu gostava muito da História do Rio Grande e.... De saída ganhei um abraço. [...] No dia seguinte, um bedel foi me entregar um livro. Um volume grandão, bonito, de umas 350 páginas: *História da República Rio-grandense*. E com a dedicatória do próprio autor! [...] Li, emocionado: ‘Ao Luiz Carlos Lessa, um espírito jovem voltado para o passado da nossa terra, oferece, com admiração, o Dante de Laytano. 6-X-1945’. (Lessa, L.C.B./IEL, 2000: 40)

Depois disso, outros estudantes chegados ao *tradicionalismo* foram se iniciar nos mesmos estudos. Entre eles, Antônio Augusto Fagundes e Carlos Galvão Krebs. Os dois, como Paixão Cortes e Barbosa Lessa, passarão mais tarde a frequentar os congressos da CNFL, mas, à diferença deles, não chegam a

¹⁵⁷Cf. Lessa, L.C.B. In: Chaves, Hamilton “Afinal Quem é o Pai?”. Porto Alegre, *Revista do Globo*, fasc. 621: 18 set. 1954, p. 25-27.

¹⁵⁸Roso, Larissa. “Dante de Laytano”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 fev. 2000. Caderno de Cultura. Disponível na internet: <<http://www.paginadogaicho.com.br/pers/dl.htm>>, consultado em março de 2002.

integrar os quadros da Comissão Estadual. Seu ponto de articulação será o Instituto de Tradição e Folclore, criado em 1954 como parte da reforma na Secretaria Estadual de Educação, que deu origem à nova Divisão de Cultura.¹⁵⁹

Desde que abriu as portas, em 1955, o ITF competiu diretamente com a CEF que, sem ter uma sede fixa, hospedou-se sucessiva e oficiosamente na Faculdade de Direito, no Instituto de Artes e na Faculdade de Filosofia da URGS, no Museu Julio de Castilhos (durante sua fase mais ativa, coincidente com a administração de Laytano, entre 1952 e 1960), e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS, sendo que os eventos de maior envergadura ocorriam sempre nos Salões de Atos das duas universidades.¹⁶⁰ Diferentemente da Comissão que, como suas congêneres, era um órgão paragovernamental sem sede nem dotação orçamentária própria, mas com um intelectual de grande capital social no comando, o ITF tirou jovens aprendizes do anonimato e concretizou o acolhimento oficial do *tradicionalismo* à estrutura estadual de governo, pelo que foi possível associar burocraticamente ao estudo do Folclore o culto à Tradição. O responsável direto por isso foi Ênio Freitas e Castro, que além de integrar a ala

¹⁵⁹A Divisão de Cultura da SEC foi criada pelo então Secretário de Educação José Mariano Beck e sancionada pela lei 2345, de 29 de janeiro de 1954 – último ano de governo do ex-interventor, então governador petebista Ernesto Dornelles. A lei previa a total reorganização do aparato institucional da cultura no Rio Grande do Sul. As coleções de arte, arquivo e história natural do MJC, passariam a compor o acervo de novas instituições, enquanto o museu, que era uma instituição eclética, passa a destinar-se com exclusividade à História. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que até então integrava uma das seções do MJC, ganha autonomia e, como as outras instituições, é submetido à “Diretoria de Ciências” da Divisão de Cultura. Além de gerenciar os órgãos já existentes, através desta reforma o governo ampliou o número de repartições. As diretorias de Ciências, Letras e Artes da Divisão passaram a tutelar, afora o próprio MJC, a Biblioteca Pública e o Teatro São Pedro (que já existiam), o Museu Farroupilha de Piratini e, na capital, a “Biblioteca Pública Infantil”, o Instituto Estadual do Livro, o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos do estado, a Discoteca Pública, o Museu de Artes, o museu de Ciências Naturais, e mais outro instituto criado especificamente para a área onde atuava Laytano - o Instituto de Tradições e Folclore. O Instituto existe ainda hoje. Depois de ter sido, em 1974, reestruturado como Fundação, manteve a direção ocupada por tradicionalistas, como já acontecia desde a primeira fundação.

¹⁶⁰O fato de a sede da Comissão ter sido oficiosamente levada para dentro de um órgão que foi, até 1960, a principal trincheira de atuação de Dante de Laytano, exprime bem a dependência típica das comissões de folclore com seus secretários regionais. Oficialmente (como se vê no cabeçalho timbrado de papéis para correspondência e nas folhas de rosto dos documentos publicados) o assento da CEF era a URGS, onde ocorriam os congressos, visitas e palestras de estudiosos de outras regiões do país, e onde o Secretário era professor de História do Brasil. Todas as atividades rotineiras da comissão estadual (publicações, excursões de pesquisa, intercâmbio etc) dependiam destas duas instâncias, mas principalmente do museu, que lhe proporcionava a gratuidade postal, o corpo de funcionários e o horário de expediente para manter em dia as atividades. Além disso, a comissão pôde dispor com frequência da imprensa oficial, compartilhando publicações com a revista do Arquivo e Museu, reinaugurada pelo Diretor em 1952. Para maiores detalhes sobre a revista, ver Nedel (1999, capítulo V, especialmente pp. 206 et passim).

“artístico-musical” da CEF, era Diretor da Divisão de Cultura da SEC.

Ao entrar para a máquina de Estado, os folcloristas do *tradicionalismo* asseguraram um lugar experimental de formação técnica, cujo caráter oficial também contribuía para manter a freqüência do Instituto nas aparições públicas e o trânsito intenso de seu corpo técnico nos jornais. Neles (principalmente em *A Hora* e no *Diário de Notícias*), Antônio Augusto Fagundes, Léo Guerreiro, Isolde Brams e o Diretor Carlos Galvão Krebs divulgaram resultados de pesquisa, noticiaram congressos e anunciaram cursos organizados pelo ITF. Na continuidade dessas iniciativas, dez anos mais tarde (em 1965), fundaram a Escola Superior de Folclore (ESF), curso de graduação dirigido à formação de professores e submetido ao então recém-criado (em 1964) e efêmero “Instituto de Lingüística e Aculturação” da Divisão de Cultura da SEC.¹⁶¹

Em que pese esses dois grupos de envolvidos com o Folclore serem bastante heterogêneos no que diz respeito à idade, tempo de atividade, posição social, autoridade intelectual e métodos de trabalho, eles pareciam estar de acordo sobre a necessidade de integrar o estado ao “inquerito folclórico nacional”, que desde a publicação da *Carta do Folclore Brasileiro* (elaborada no primeiro I Congresso Nacional de Folclore, realizado na capital federal, em 1951) passou a figurar como uma das principais metas da mobilização. Neste sentido, tanto os profissionais renomados quanto os “novatos” projetados pela repercussão midiática dos CTGs, encontraram na concorrência com outros produtores culturais parte das razões para privilegiarem uma nova identidade profissional em suas vidas, e foi uma vez mais em face das sínteses previamente elaboradas sobre a particular identidade brasileira do Rio Grande que ambos se posicionaram.

¹⁶¹ A escola funcionou ininterruptamente por dois anos, sem jamais ter sido oficializada pelo Conselho Estadual de Educação. A partir de 1966, Paulo Xavier, ex-assessor técnico de Carlos Galvão Krebs e então Diretor do Departamento de Ciência e Cultura da SEC, inicia articulações para que a escola seja encampada pela PUCRS (aparentemente com o apoio de Laytano, de quem Paulo havia sido funcionário no MJC), mas estas resultam infrutíferas. Com isso, a ESF, juntamente com alguns de seus professores, foi incorporada ao “curso de pós-graduação em folclore” criado junto à Faculdade de Música Palestrina, curso este organizado por Dante de Laytano. Essa entidade educacional privada chegou a dar cursos itinerantes de extensão em folclore para professores das redes estadual e municipal no interior do estado. Cf. *Histórico do Instituto de Folclore e da Escola Gaúcha de Folclore*. Documento apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. s/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação; Of. s/nº, 20/3/1967, de Carlos Galvão Krebs a Luiz Lessegueur de Faria, Secretário de Educação e Cultura. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação. Of. 95/66, de 13/6/1966, de Paulo Xavier, Diretor Dep. Ciência e Cultura/SEC/RS, a Ir. José Otão, Reitor PUCRS. Ver ainda Laytano (1987: 160-161).

Considerando o baixo grau de institucionalização do “pequeno mundo” dos que se liam uns aos outros na Porto Alegre daquela época e, ao lado disso, a orientação metonímica das coletas e diretrizes fixadas pelo *folclorismo*, observa-se que as iniciativas de renovação das pesquisas encaminhadas a partir deste novo engajamento basearam-se em antigas identificações que os intelectuais representantes *da região* formulavam e reproduziam. Ao se legitimarem como porta-vozes da *província*, os interessados na *cultural popular* do Rio Grande do Sul tomaram a lógica recíproca entre pertencimento social e territorial, regional e nacional, como base de sustentação de projetos intelectuais aliantes. Nesse intento aderiram por diferentes caminhos à campanha nacional em prol da garantia de um espaço disciplinar e institucional para a interpretação localizada do ethos brasileiro, destinada a desvendar, através do modo de ser das camadas populares e dos “primitivos” das diversas regiões do país, “o complexo espiritual da nacionalidade”. (Almeida, 1971: 12). Os defensores desta “ciência” da sabedoria (*lore*) do povo (*folk*), tentam então embarcar no curso geral de massificação do ensino superior e de especialização das ciências sociais, iniciado no Brasil entre os anos 1950 e 1960.

3.2. Folclore e as ciências sociais no Brasil

A movimentação de intelectuais em torno do Folclore compõe um capítulo especial, tanto da história do processo de institucionalização da pesquisa social, quanto da história política do país. Primeiramente – como enunciou Rodolfo Vilhena ao justificar seu tema de trabalho –, foi sob um cenário de transição que a matéria obteve maior publicidade, no percurso do final da década de quarenta até o regime militar, quando a Reforma Universitária introduziria o padrão institucional atual das universidades.¹⁶² De outra parte, ao se integrar ao conjunto

¹⁶²Como ressalta Mariza Corrêa (1987), mesmo que nos anos cinquenta disciplinas como a Sociologia, a Antropologia e a própria História ainda estivessem no início de suas carreiras acadêmicas, é certo que os profissionais dessas áreas (em que pese um tanto indefinidas) já contavam com um considerável número de pesquisas em desenvolvimento. Foi exatamente nessa década que se firmou o consenso em torno da idéia de que o conhecimento científico e a formação de recursos humanos capacitados para produzi-lo era condição necessária ao desenvolvimento econômico e social do país. O investimento público na qualificação de pesquisadores e a expansão da máquina de gestão educacional e tecnológica no segundo mandato de Getúlio Vargas ratificam essa preocupação. Nos primeiros meses de 1951, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS), e com o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é criada, pelo decreto no. 29741, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos

mais amplo de iniciativas em prol do estabelecimento da pesquisa como uma prática sistemática no Brasil, esta experiência também teve lugar em um período marcante da vida nacional, quando apontavam mudanças econômicas, culturais e políticas profundas, colocadas pela democratização e o fim da era estado-novista.

A voga de aproximação dos intelectuais com o “popular” atendia à renovação da agenda política, colocada pelo aprofundamento da inserção do país no sistema capitalista mundial, pela aceleração do desenvolvimento industrial e urbano e pela expansão geral dos meios de difusão da cultura, como o ensino público e a comunicação de massa. Ao mesmo tempo, movimentos a favor da renovação cultural se associavam ao crescimento das universidades¹⁶³, propiciando um clima de efervescência, cuja contrapartida imediata seriam o aparecimento de um segundo surto editorial (depois do primeiro, de 1936), e as polêmicas em torno das condições de desenvolvimento econômico brasileiro e do compromisso social e político da produção de saber. (Villas-Boas, 1992: 3-12).

Neste contexto, as relações entre os intelectuais e o poder estiveram

empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. (Apud Ferreira & Moreira, 2002: 1). Até 1963, Anísio Teixeira esteve à frente da Instituição, dirigindo também, desde 1952, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP, criado em 1937) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). A estratégia empreendida nesse primeiro estágio de estruturação do órgão, foi dar prioridade ao treinamento no país, aproveitando a estrutura universitária então existente, em substituição aos aperfeiçoamentos no exterior. (Cf. Depoimento de Almir de Castro, in: Ferreira & Moreira, 2002: 33). Já ao final dos anos sessenta e ao longo da década de setenta, as principais modificações introduzidas neste panorama seriam a departamentalização das antigas faculdades, o surgimento de um novo modelo de pós-graduação e a consolidação do financiamento regular à pesquisa. Quanto ao movimento folclórico, com a implantação do regime militar este será politicamente enfraquecido pelo expurgo dos participantes ligados a partidos de esquerda, como o próprio Edison Carneiro, filiado ao Partido Comunista e, segundo Vilhena, o primeiro diretor nomeado para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro plenamente identificado com a CNFL. Embora a Campanha tenha permanecido em funcionamento durante os anos da ditadura, o afastamento de Carneiro marca a diminuição de seu poder de ação, e com ela a impossibilidade de dar seguimento aos congressos. (Ver Vilhena, 1997: 24).

¹⁶³Villas-Boas (1994) informa que, entre 1945 e 1964, o número de estudantes universitários matriculados no país elevou-se de 27.253 em 1945 para 142.386 em 1964, enquanto apenas entre 1945-54, o número de universidades cresceu de 16 para 21. No intervalo mais amplo (1945-1964) aparece o notável crescimento da demanda por cursos de Ciências Sociais, sendo que o intervalo entre 1956 e 1966 foi particularmente decisivo, tendo contribuído para isso o “desenvolvimento dos setores burocráticos das empresas e a modernização dos meios políticos administrativos do Estado [que] criavam novas oportunidades de emprego, exigindo profissionais em áreas especializadas”. (Villas-Boas, 1994:14). Dados estatísticos sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil também podem ser encontrados no site do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, da École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Os quadros de Afrânio Garcia e Vassili Rivron diferem dos dados de Villas-Boas no que diz respeito às matrículas em 1945 (em vez de 27253 são computadas 26 757), enquanto as matrículas para 1964 coincidem. Ver Garcia Jr., Afrânio & Rivron, Vassili. “Education e Culture”. Disponível em <<http://www.ehess.fr/centres/crbc/cbc-stat/education.htm>>. Acesso em 05 de março de 2004.

marcadas pela preocupação, já prevalente na década de 1930, de se inspirarem na “realidade brasileira” para a justificação de seus projetos. (Pécaut, 1990). A confiança no “deslindamento científico da realidade”, que havia sido útil à sua legitimação como um novo grupo dentro das elites dirigentes em uma década ideologicamente conturbada, continuava a sustentar, vinte anos depois, uma concepção de ciência essencialmente aplicada à condução dos destinos da nação, e assentada na prática do profetismo social. Mas, como assinala Daniel Pécaut, com uma diferença: se essa a crença “na racionalidade una e indivisível” permanecia, no primeiro caso ela se explicava “pela regulação do social, no outro pelo planejamento”. (1990: 181). Assim, enquanto a geração 20-45 tinha se preocupado expressamente com a fundação de uma cultura nacional adaptada às condições “próprias” de formação do país, entre os novos dos anos 1945-64 não se tratava mais tanto de garantir a coesão interna da nação, mas de assegurar-lhe a passagem para a condição democrático-burguesa, defendendo seus interesses do imperialismo estrangeiro. Neste segundo momento,

Os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares. Conservam, no entanto, um papel político insubstituível: de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo ‘projeto’. (Pécaut, 1990:15)

Vicejando em um ambiente de forte indefinição entre os territórios das áreas que hoje integram as ciências sociais – e em um tempo em que os foros de produção de pesquisa, além de atuarem em uma interação manifesta com a sociedade, localizavam-se, via de regra, em organizações externas à universidade (Almeida, 1987) –, o *movimento folclórico* propôs um modo particular de pensar os principais temas da reflexão histórico-sociológica brasileira no pós-guerra. Se para os cientistas sociais cariocas e paulistas estudados por Pécaut, o projeto de “libertação nacional” sustentado nas décadas de 1950 e 1960 podia ser resumido na necessidade de planejamento para superação do atraso, para os folcloristas pensar a nação significava apreendê-la através de suas periclitantes *tradições*. A hora era de juntar esforços para organizar a operação de salvamento em duas vias: pelo estímulo aos grupos praticantes, de modo a garantir as bases sensíveis de

produção (e universalização) de uma “alta cultura” nacional – ou, para usar as palavras do próprio Almeida, de modo a preservar o mote inspirador “de uma estética brasileira”¹⁶⁴ – e pelo trabalho articulado de “cientistas”, a quem caberia definir as áreas de interesse geral de intervenção e pesquisa.

A atuação articulada sobre duas frentes – uma, voltada à arregimentação de intelectuais cosmopolitas em prol da preservação dos costumes rurais, outra à produção de conhecimento “erudito” (isto é, *universalizado*, seja enquanto *ciência* ou *arte*) sobre o “popular” – é lançada ainda em 1948, quando da I Semana de Folclore realizada no Rio de Janeiro. Na ocasião do encerramento de uma mesa redonda destinada à discussão dos aspectos conceituais da matéria, o Presidente da CNFL argumentava no sentido da indissociabilidade entre a empreitada acadêmica e patrimonial de recuperação do folclore nacional: “Não se trata apenas de ciência. É preciso, por igual despertar interesse para o tradicional, cuja regressão é evidente. Neste sentido, o rumor é indispensável. [...] Deram pouca importância ao assunto. Por isso precisamos criar uma mentalidade propícia”. (Almeida, 1948, apud Cavalcanti e Vilhena, 1990: 78).

O objetivo de “despertar efeitos salutaros na mentalidade popular” (Carneiro, 1957: 173) supunha uma base larga de sustentação para o *folclorismo*, uma vez que, de forma muito mais abrangente que os interessados em adotar para si essa especialidade, a questão devia, antes de tudo, atingir de cheio a opinião pública. Tratava-se de criar, “mais que um movimento, uma **consciência folclórica**, fadada a influir poderosamente na corrente popular de revalorização das coisas nacionais”. (Carneiro, 1957: 175, grifo meu). Enquanto a dimensão heurística da matéria atraía uma plêiade de autores, desde os hoje menos conhecidos personagens da CNFL (como Rossini Tavares de Lima, Édison Carneiro, Manuel Diégues Jr. e o próprio Renato Almeida) até intelectuais de grande notoriedade (verdadeiras referências em Ciências Sociais, como Arthur Ramos, Oracy Nogueira, Roger Bastide e Florestan Fernandes), o segundo item da pauta passava a freqüentar assiduamente – pela mão dos próprios estudiosos, seus auxiliares e simpatizantes – as rádios e os jornais, provendo o mercado nacional

¹⁶⁴ Discurso de Renato Almeida, na abertura da III Semana Nacional de Folclore. Transcrito em: “Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p. 5.

de bens “autênticos” com um comércio literário, musical e ritual de base regional, cujas proporções eram até então inéditas.

De modo significativo, os folcloristas referiam-se à *cultura popular* como sinônimo de *cultura nacional*. Como a nação, o folclore emana do povo, pode ser criado ou adotado, mas é determinado, na sua forma, pela transmissão do uso entre as gerações.¹⁶⁵ Figura, portanto, simultaneamente como o objeto privilegiado de uma ciência (como as outras da época, aplicada) – através da qual se poderia captar a “realidade social do Brasil”¹⁶⁶ – e lastro de determinação dessa identidade, causa de interesse público, artigo de importância para o desenvolvimento da arte em geral e item indispensável do debate político:

Vamos, antes de doutrinar, conhecer o povo, compreendido em sua sabedoria, em sua ingenuidade, em sua beleza, auscultar através de seus mitos, das suas histórias, das suas lendas, das suas artes e superstições, o seu grande coração, para aprender a linguagem com que o devemos comover e orientar. E, conhecendo o povo, a nós mesmos é que nos vamos conhecer.¹⁶⁷

E é precisamente na interseção entre os campos da política, da arte e da ciência que se faz notar a polissemia do termo nos diferentes projetos disciplinares em jogo. Enquanto para os folcloristas a noção apresenta seu viés mais “conservador”, inspirado na aura de autenticidade formulada à luz do romantismo – tradição de pensamento em que o camponês analfabeto aparece como encarnação viva do “povo” ancestral – organizações como o ISEB e os CPCs, e porta-vozes da sociologia paulista como Florestan Fernandes, propunham essa aproximação com um “povo proletário” nos termos da conscientização política.

Partindo do princípio de subordinação da cultura à ordem social, a

¹⁶⁵ “Onde o folclore? No primitivo e no povo. Não vou retornar ao significado de povo, à acepção em que devemos entender o termo. Aceito o sentido de *vulgus in populo*, das classes inferiores, econômica, social e intelectualmente, de qualquer comunidade civilizada. [...] São folclóricos os modos de pensar, sentir, agir que revelam a mentalidade primitiva ou popular, resultantes de criação, adaptação ou aceitação. Afastam-se assim de tudo o que seja erudito ou oficial, embora se possam originar nessas fontes, quando se trata de elementos degradados que baixam às capas inferiores onde ganham vida própria, absorvidos pela cultura *folk*. O folclore está pois no vulgo, em cujo meio é criado, seja em forma direta, seja por aceitação coletiva”. (Almeida, 1957: 41).

¹⁶⁶ Rossini Tavares de Lima, em seu manual *ABC de Folclore*, procura demonstrar que o campo de aplicação desta área serve também à análise sociológica voltada à transformação política. Aplicado à política, “[...] o folclore tem a função de esclarecer os estudiosos sobre muita coisa que se poderá fazer em benefício do povo. Lendas e ‘estórias’, modinhas e romances descrevem, muitas vezes, a situação social e econômica do nosso povo, mostrando quais são as suas necessidades e os seus problemas de vida”. (Lima, 1952:13).

¹⁶⁷ Almeida, Renato. “Semana Folclórica”. *Correio da Manhã*, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F-0104.

sociologia emergente mostrava-se descrente da presunção de unidade cultural em uma sociedade eivada de desigualdades como a brasileira. Inversamente, os folcloristas pressupunham o caráter ecumênico e transocial da *cultura* como uma qualidade intrínseca às manifestações folclóricas – o que, em tese, isentava-os de perguntar sobre os limites dessa continuidade entre “povo” e “cultura nacional”. Nas palavras de Édison Carneiro,

O conjunto do folclore, tanto de ordem espiritual como de ordem material contém, dado o seu caráter eminentemente popular, ecumênico, a essência nacional. Nele se encontram, por um lado, a resistência à moda, que sedimenta os *mores* distintivos de cada povo, e, por outro lado, os processos de renovação, que comunicam a esses mores a sua humanidade e a sua universalidade. E, quanto mais se aprofunda a busca das origens e das relações entre os fenômenos do folclore, tanto mais se reconhece a unidade fundamental do homem [...]. (Carneiro, 1957:13)

Nos dois campos predominam as idéias de urgência e de intervenção. Mas, enquanto em um caso a necessidade que se impõe é a de transformar e reconstruir, no outro, a palavra de ordem é conhecer para preservar, de modo a evitar os efeitos erosivos do progresso e da urbanidade sobre o arcabouço cultural dos grupos tradicionais.¹⁶⁸ Para os folcloristas, o sucesso desta empreitada só seria possível através de uma ação coletiva e multiplicadora baseada no “estudo e a pesquisa, a troca de seus resultados, a demonstração das artes populares e a revivescência dos folguedos folclóricos”. A atuação da CNFL divide-se então entre os especialistas, “[...] favorecendo-lhes dados, informações, elementos de trabalho, cooperação em suma”; e um público cultivado mais amplo, “[...] para despertar o gosto pelas coisas do povo, onde palpita um lirismo denso de inspirações artísticas e se torna um elemento considerável na estética brasileira”.¹⁶⁹

Ainda na contramão de outras correntes, que tinham nos preceitos de *neutralidade e objetividade* a estratégia de universalização de seus discursos, os estudiosos do folclore depositavam a certeza da objetividade de seus registros na

¹⁶⁸ Por diferentes caminhos, o processo de modernização da sociedade brasileira firma-se como referência fundamental às iniciativas de institucionalização do conhecimento social naquele momento. Com a diferença de que, enquanto no âmbito do folclore o progresso representa a ameaça de perda que legitima a ação preservacionista, em outros campos de produção a ação volta-se para o futuro, para a reconstrução educacional cientificamente orientada pelo conhecimento da cultura. Para essa discussão, ver Cavalcanti e Vilhena (1990: 76-78).

¹⁶⁹ Discurso de Renato Almeida, na abertura da III Semana Nacional de Folclore. Transcrito em: “Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p. 5.

aura de autenticidade do objeto, concebido segundo parâmetros empiricistas e totalizantes. Segundo a Carta do Folclore Brasileiro, a “fato folclórico” corresponderiam

[...] as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.¹⁷⁰

A dialética entre universal e particular parece traduzir-se, dentro do discurso folclorista, em dois pólos, nacional x regional, com larga vantagem para este último: enquanto fato universal, a comparabilidade “analítica” de práticas folclóricas residiria no enquadramento dos fenômenos registrados às nacionalidades e seus processos formativos. Assim, embora a unidade fundamental da “condição humana” estivesse presente em qualquer manifestação *popular*, o que deveria sobressair dos levantamentos feitos no *habitat de origem* das populações era uma unidade de singularização específica – neste caso, o Brasil, apreendido através da continuidade (sempre presumida e raramente demonstrada), entre suas diversidades étnicas e regionais. Tratava-se, segundo a exortação de Renato Almeida, de pôr em prática o conselho deixado por Gilberto Freyre em uma de suas conferências na Unesco: aportar o “conhecimento íntimo de cada povo pelo diferente e pelo semelhante. Os nacionalismos agressivos cedendo lugar aos regionalismos pitorescos”.¹⁷¹

De acordo com esse propósito, a composição de ‘cartas folclóricas’ sobre “áreas culturais”¹⁷² é que aparece como a forma de interpretação mais valorizada,

¹⁷⁰Almeida, Renato. Meireles, Cecília. “Carta do Folclore Brasileiro”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 173-180, jun. 1952.

¹⁷¹Almeida, Renato. “Semana Folclórica”. *Correio da Manhã*, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F-0104.

¹⁷² Segundo Renato Almeida, a noção de “área cultural” procede da tentativa de delimitação “das regiões onde se encontram culturas semelhantes” para facilitar o estudo comparativo dos diferentes arcabouços folclóricos regionais. (1957: 172). Integrada (mas sem confundir-se com ela), à noção de “ciclo cultural” – que compreende uma mesma identidade em regiões diferentes – tentava-se articular os fenômenos folclóricos às dimensões de espaço e tempo, de forma a detectar o caráter contínuo de determinadas manifestações em uma mesma região, suas relações com o meio ambiente e a mútua influência desenvolvida historicamente (através das migrações populacionais internas) com outras áreas. Assim, cada área cultural guardaria em si um certo número de tradições inter-relacionadas de procedências distintas. Ver Almeida (1957:172-178).

já que, como notou Rodolfo Vilhena, a determinação da incidência dos dados sobre um território específico permitia relacioná-los mais de perto às identidades locais. (Vilhena, 1997: 183). Neste sentido argumentava Manoel Diégues Jr, ao fixar, no ano de criação da CNFL, os benefícios do método “histórico-cultural” para a pesquisa folclórica:

[...] teremos que estudar o folclore, inicialmente, dentro da época de cada manifestação; e ainda em relação à região onde surgiu essa manifestação. Não há negar que, no campo do folclore, a regionalização das pesquisas é fator decisivo ao bom êxito dos estudos, já no que se refere ao levantamento de mapas culturais de cada região, já para que as generalizações – mesmo que se não esqueça o perigo que elas envolvem – possam ter qualquer fundamento científico ou, ao menos, experimental.¹⁷³

Ao tomar a *região* como base empírica de análise, a estratégia de universalização do discurso folclórico reside no postulado de obediência à escala primária dos vínculos territoriais que fazem do *povo* o espelho da *nacionalidade*. A (pré)construção da matéria nestes termos, ao invés de reservar para os fenômenos estudados um estatuto ontológico definido – como fizera Durkheim ao argumentar pela autonomia dos *atos sociais* frente a outros planos (individual, por exemplo) da existência humana¹⁷⁴ – deixava ao sujeito cognoscente pouco espaço mais do que o papel de avalista do grau de generalidade e idoneidade (*espontaneidade*) da ocorrência captada. Este cálculo seria ratificado pela presumível “objetividade” da coleta, pela “pureza” e “integralidade” do registro e garantido, para todos os efeitos, pela presença do observador *em campo*.

Os folcloristas associam o refinamento de técnicas de levantamento, registro e classificação desses elementos não apenas à impessoalidade e isenção necessárias à investigação científica, mas à missão de salvaguarda, compreendida

¹⁷³ Diégues Jr., Manuel. “Motivos de Açúcar no Folclore”. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, out. 1947, p. 100 BAM/ TEMÁTICO, Pasta 1 - F 0097.

¹⁷⁴ Émile Durkheim, argumentando contra referenciais empiristas e kantianos de explicação da consciência humana, mostrou que as representações coletivas, enquanto fenômenos de ordem social, não se reduzem à simples soma das consciências individuais, mas transcendem tanto os aspectos sensoriais quanto o próprio indivíduo, na medida em que todo fato social exerce sobre ele uma força coercitiva em função de seu caráter genérico (coletivo) e anterior ao tempo biológico. De passagem, vale reproduzir a observação de Rodolfo Vilhena, citando Gilberto Velho e Viveiros de Castro, quanto ao uso da paráfrase “fato folclórico” entre os cientistas sociais da época, como devido “à adesão, entre esses intelectuais, de forma coerente com o viés culturalista presente no seu discurso, a um tipo de concepção na qual a cultura é vista como a ‘manifestação empírica da atividade de um grupo’ e não, como tende a fazer a antropologia contemporânea, como ‘o conjunto de princípios que subjazem estas manifestações’”. (Vilhena, 1997: 146).

como função social da especialidade que desejavam fundar. Pesquisar é uma forma de conservar, pelo menos no nível do registro escrito, as fontes “genuínas” (locais, mas universalizáveis) de inspiração da arte nacional transmitidas pela oralidade. A “documentação científica” do folclore constituía, no dizer de Carneiro, “uma cautela sobre o futuro”. (1957: 42). Deste ângulo, não é fortuito que o rigorismo pregado pela vanguarda do movimento nas recomendações de pesquisa se mantivesse preso à empiria, direcionado mais à descrição dos aspectos “morfológicos” concernentes aos *factos* observados, do que a interpretações sobre a vinculação estrutural dessas manifestações com determinadas formas de organização social. Tal posição é manifesta entre os folcloristas de São Paulo, como Rossini Tavares de Lima:

O trabalho primacial dos centros de pesquisas, assim como o de todos os folcloristas e intelectuais brasileiros interessados em folclore, deve ser a pesquisa de campo, a colheita do material como ele aí está no meio do povo, e depois, a sua difusão, com notas e observações, se se quiser, mas sempre no seu estado original. [...] que os verdadeiros folcloristas realizem trabalhos de equipe e pesquisas de campo, divulgando-as, sem qualquer desejo de criar algo e nem de suprimir ou negar a existência de certos factos por se os considerarem ridículos ou vergonhosos, é a nossa grande aspiração. Folclore, no seu todo, não é coisa bonita nem feia, não é boa e nem ruim, e assim devemos considerá-lo, para que possamos realizar os nossos trabalhos, que não podem e não devem ser outros, no momento atual, senão os que visem à consecução, nas diferentes regiões do país, de pesquisas no meio do povo e a publicação posterior, com clareza e probidade científica, do material recolhido. (Lima, 1952: 58-59)

A mesma diretriz é cara a Renato Almeida, que defendia uma definição pragmática para a disciplina, em razão das dimensões do terreno a ser levantado. Para ele, as descrições deveriam preceder às análises. A ordem era documentar mais, interpretar menos:

Sou daqueles que, acreditando no aspecto social do folclore, têm que o seu estudo se deve fazer numa base experimental, por assim dizer, diante de fenômenos que nos cabe verificar e de factos que devemos registrar. Não é um estudo simplesmente de gabinete, nem o método comparativo deve ter mais valor do que em outros ramos do conhecimento. [...] **As necessidades de coletar e sistematizar o imenso material brasileiro é que determinarão os nossos estudos teóricos.** Em todos os ramos da cultura do folclore, no Brasil, conhecemos ainda bem pouco, com um sentido muito regional [...] Muitas de nossas verificações podem ser a cada hora retificadas, diante do pouco que colhemos e da incomensurável matéria que temos de verificar.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Almeida, Renato. “Música Folclórica e Música Popular”. *Provincia de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 19-25, dez. 1949, p. 19. Grifos meus.

Voltando à situação do Folclore no quadro de opções presentes nas ciências sociais daqueles anos, parece certo que, simultaneamente ao avanço geral das interpretações marxistas, que viam maior relevância no estudo da sociedade de classes e das condições do desenvolvimento de um país de passado colonial recente como o Brasil, os folcloristas tiveram de concorrer no mercado de idéias com outros interessados no problema da incorporação das comunidades rurais à modernidade.

Segundo o testemunho de Roberto Cardoso de Oliveira¹⁷⁶, reinava entre os etnólogos de então, “ciosos em defender a cultura como o objeto natural e único de seus estudos”, um certo “purismo culturalista”. (Cardoso de Oliveira, 2003: 14). Esta postura foi alimentada pelo crescimento em importância e quantidade dos estudos sobre *caráter nacional* metodologicamente amparados na escola americana “cultura e personalidade” – linha de pesquisa referida, à época, como “o que de mais moderno se conhecia”, marcando junto com os chamados “estudos de comunidade”, “a modernidade da disciplina”. (Oliveira, 2003: 6). Incrementadas no país pela atuação de pesquisadores estrangeiros como Donald Pierson, Charles Wagley, Herbert Baldus e Melville Herskovits, as duas tendências (marxista e funcionalista) mantiveram discussões e empréstimos intensos, criando uma sociologia que operava analiticamente no limite entre a antropologia cultural e a psicologia social, e demarcando novos territórios de análise (como a “ecologia humana” e a “organização social”),¹⁷⁷ embasados pelas reflexões fundadoras de Robert Park¹⁷⁸, e pelas investigações de Margaret Mead e

¹⁷⁶ Trata-se da conferência “Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico”, proferida em 2003, em comemoração aos 50 Anos da Associação Brasileira de Antropologia. Utilizou-se o texto disponível na web em arquivo.doc <<http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos.shtml>>, acesso em 15 julho 2004). A paginação aqui referida confere com a do documento da web. A versão impressa pode ser encontrada em *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 2003, n.1, p. 09-25, 2004.

¹⁷⁷ Enquanto a primeira área compreenderia, segundo Donald Pierson, as formas de competição social através da análise da conformação física da população, das formas de povoamento, amalgamação, nascimento das cidades etc., a segunda reuniria os estudos sobre “instituições” (escravidão, família, religião), além das relações inter-raciais, miscigenação em especial. (Cf. Oliveira, 1987: 38).

¹⁷⁸ Sobre a trajetória de Robert Park (1892-1944), do jornalismo à Universidade de Chicago, a formação do campo de pesquisas nos Estados Unidos e as principais idéias formuladas neste percurso, ver Breslau, (1988) e Oliveira (1987). Uma leitura crítica da “teoria das relações cíclicas” estabelecida pela Escola de Chicago, no início do século, e predominante nas análises de relações interétnicas até a renovação proposta por Fredrick Barth, nos anos sessenta, encontra-se em Poutignat & Streiff-Fenart (1998, p. 65 et passim). Sobre a passagem de Donald Pierson pelo Brasil, ver o depoimento do próprio em Corrêa (1987: 29-116).

Gregory Bateson, aplicadas à política internacional norte-americana durante a II Guerra.¹⁷⁹

Enquanto nos países latino-americanos, os *americanistas* privilegiavam processos de “aculturação e caldeamento” das populações indígenas com a civilização branca europeia, no Brasil a atenção a este processo trouxe para o primeiro plano as “comunidades” de descendentes de escravos africanos e de imigrantes europeus residentes em localidades rurais.¹⁸⁰ Assim, a preocupação intervencionista da Antropologia (e da Sociologia) culturalista de então era com a influência desagregadora, sobre esses grupos, da urbanização e seus padrões de comportamento, além dos estilos de vida (individualismo) resultantes deste processo. Interessavam as formas de interação e de controle social, de transmissão de valores culturais e “resistência” do tradicional ao moderno, tendo como parâmetros conceituais categorias como *coesão*, *acomodação*, *conflito* (competição social organizada); *assimilação* (incorporação de crenças e valores advindas de meios exógenos), *aculturação* e *transculturização*.¹⁸¹

¹⁷⁹ Sobre o assunto, ver Goldman, Marcio; Neiburg, Federico. “Da Nação ao Império: a guerra e os estudos do ‘caráter nacional’”, In: Étoile, B.; Neiburg, F.; Sigaud. 2002: 187-213.

¹⁸⁰ Cf. Corrêa (1987: 22). A autora desenvolve, a partir dessa comparação, a idéia de que a atuação dos americanistas e seus sucessores imediatos no Brasil tenha contribuído para a manutenção de um certo colonialismo interno (expressão de Anísio Teixeira) entre os intelectuais nativos, que desde o século anterior seguem apelando à idéia da existência de “dois Brasis” para demarcar o contraste com os demais países latino-americanos. Nas décadas de 40 e 50, “[...] o ‘problema do negro’, foi recolocado em cena em outros termos, mas ainda figurando como sinal diacrítico nacional”. A importância da presença, no Brasil, nas décadas de 40 e 50, de pesquisadores como Roger Bastide, Charles Wagley e Donald Pierson residiria, portanto, “[...] tanto nesta associação de orientações teóricas ‘modernas’ com tradições bem estabelecidas na visão dos intelectuais nacionais – em termo das definição de seus objetos de estudo – quanto na mais comumente reconhecida influência que eles exerceram na formação de pesquisadores da geração seguinte de antropólogos e no fortalecimento, em alguns casos, na criação, de lugares institucionais para o desenvolvimento dessas pesquisas”.(Corrêa, 1987: 22-23). A fluência desses conceitos – “caldeamento” e “aculturação” – sobre as produções textuais de folcloristas de formação tradicional como Renato Almeida, Édison Carneiro, Dante de Laytano, Oswaldo Cabral e mesmo Augusto Meyer representa um ponto de confluência entre esses dois processos.

¹⁸¹ Melville Herskovits (1952) utiliza-se da definição de “acculturation” veiculada em 1935 pelo Conselho de Investigações de Ciências Sociais (EUA), por ele transcrita: “La transculturación comprende aquellos fenómenos que resultan donde los grupos de individuos que tienen culturas diferentes toman contacto continuo de primera mano, con los consiguientes cambios en los patrones de la cultura original de uno de los grupos o de ambos”. O autor acrescenta a necessidade de distinguir transculturização de “mudança cultural”, da qual a primeira não seria senão um aspecto, e de *assimilação*, que seria uma fase da transculturização: ‘Soy de opinión que la palabra **transculturación** expresa mejor las diferentes fases del proceso de la transición de una cultura a otra, a causa de que esto no consiste meramente en la adquisición de otra cultura, que es lo que implica realmente la palabra inglesa ‘acculturation’, sino que este proceso comprende también necesariamente la pérdida o el arrancar de raíz una previa cultura, la cual sería definida como deculturación. Además de esto lleva consigo la idea de la creación consiguiente de los nuevos fenómenos culturales, lo cual sería llamado neoculturación’. (*El Hombre y sus Obras*. Ed. Fondo

Reivindicando um status academicamente superior, a nova geração de pesquisadores formados à luz dessas influências – como Luiz de Aguiar Costa Pinto, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e Oracy Nogueira, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo –, também tomavam a ciência como instrumento privilegiado de intervenção social. Mas o dado significativo é que, entre as intervenções tidas por eles como necessárias, figurava com destaque a missão de contribuir para recuar o mais rápido possível a distância entre a produção endógena brasileira, marcada por uma tradição elitista, aristocrática e subjetivista – consubstanciada nos chamados ensaios brasileiros, misto de história, crítica e literatura, que haviam dominado o mercado editorial nas décadas precedentes –, e a produção recente norte-americana.¹⁸²

Os folcloristas estiveram atentos às novidades deste campo, e evidentemente também procuraram lançar mão dos recursos teóricos ali disponibilizados. Contudo, tanto as teorizações eram raras entre os autores engajados no movimento, como a interlocução com as linhas mais “modernas” de pesquisa era limitada pela natureza prospectiva das investigações folclóricas, que colocavam toda a ênfase sobre a realidade empírica. Na melhor das hipóteses, os estudos de folclore compartilhavam com aquelas tendências algumas técnicas de levantamento etnográfico, como as da *observação participante* e da *cartografia ecológica*. Mesmo assim, mais do que potenciais generalizações formuladas a partir dos dados levantados, os levantamentos folclóricos restringiam-nas ao plano fático, reduzindo as comparações ao resumo da área de incidência dos costumes locais, elaborados via de regra individualmente.¹⁸³

Um ponto comum entre os estudos de comunidade e as investigações de folclore era o fato de tomarem as comunidades rurais como suporte empírico dos inquéritos, e de direcionar a atenção dos observadores para as práticas comunitárias de cooperação e vizinhança, que pareciam traduzir a solidariedade intergrup

de Cultura Económica, México, 1952, p. 565 e 571).

¹⁸²A propósito dos personagens e instituições envolvidas com a influência da Escola de Chicago no Brasil (em especial sobre a Escola Livre de Sociologia e Política), ver Corrêa (1987), Oliveira (1987), Chor e Villas-Boas (2001) e Kantor, Maciel e Simões (2001).

¹⁸³Como argumenta Vilhena, “Nessa forma de sistematização, a interpretação não seria remetida a nenhum outro nível do deduzido dos dados empíricos que possuísse uma maior realidade no plano explicativo; como por exemplo, na identificação de fatores explicativos causais, funcionais ou estruturais, tal qual encontramos em diferentes metodologias nas ciências sociais”. (Vilhena, 1997: 183).

“característica” de sociedades tradicionais. Mas, na medida em que aquelas eram estudadas como “casos” de discussão de um processo global – o ingresso na modernidade e os efeitos da modernização (mobilidade social, interação assídua entre “étnicos” e “locais”, diluição dos laços de coesão social) – que se constituía no núcleo da problemática de pesquisa, não se tratava, nos estudos de comunidade, de atribuir uma ênfase cultural sobre a especificidade regional estudando-a em si mesma ou em suas relações com a nacionalidade, mas de verificar, através de cada ocorrência, o processo mais amplo de transformação da sociedade brasileira. Daí que a vanguarda de pesquisadores, embora tenha muitas vezes apelado aos folcloristas como informantes¹⁸⁴, raramente se servisse dos trabalhos realizados por eles: suas investigações, ao invés de serem delegadas aos agentes próximos (senão socialmente, pelo menos geograficamente) dos meios estudados, eram conduzidas em equipes, lideradas por cientistas sociais vindos dos grandes centros, com cronogramas e objetivos pré-determinados, a serem cumpridos por inquéritos intensivos, realizados em campo. (Vilhena, 1996:139-140).

Como pressuposto desses inquéritos baseados nas teorias assimilacionistas, ressalta a presunção de que as sociedades industriais tenderiam ao universalismo e à padronização dos modos de vida. Conforme a observação de Poutignac e Streiff-Fenart, a hipótese dominante “[. . .] é que as diferenças culturais entre os grupos perderão progressivamente importância no decorrer das gerações, sob o efeito das forças universalizantes que agem por meio da escolarização e da cultura de massa.” (1998: 68) Se esse postulado também vale para os militantes da preservação do folclore, entre os teóricos da sociologia norte-americana parece ter

¹⁸⁴ É comum entre os folcloristas a queixa de terem seu papel reduzido ao de “meros informantes” de sociólogos e antropólogos estrangeiros. Estes são acusados de recorrerem às indicações práticas e outras informações oferecidas por pesquisadores do assunto, mas não estabelecerem um diálogo com a produção dos autores das indicações, ou mesmo com os estudos folclóricos em geral. Reclamações neste sentido se repetem nas discussões dos grupos de trabalho dos congressos, e pelos jornais, desde o início do movimento. O mesmo tema ensejou uma carta do Comissário Dante de Laytano a Florestan Fernandes, que no ano anterior lhe apresentara orientandos seus, em viagem de pesquisa pelo sul do Brasil, e aos quais Dante fornecera informações sobre a localização de fontes históricas. Aproveitando a oportunidade de enviar um estudo de sua autoria (A Igreja e os Orixás, publicado no volume 29 das Edições da CEF Gaúcha), Laytano, depois de lembrá-lo de ter servido à pesquisa de Renato Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, pergunta sobre o andamento dos *surveys* da Cátedra de Sociologia da USP, declarando ter ficado “sem saber mais nada do assunto”. (AMJC, CE56 AP 1037, Caixa 001, of. 47, 9/1/56, de DL a Florestan Fernandes).

prevalecido, contrariamente, a premissa filosófico-liberal de um progresso que tende a uma homogeneização desejável, porque capaz de abrir aos indivíduos a possibilidade de construção de um destino social desvencilhado das amarras dos estatutos herdados do grupo de pertença, ou, no caso brasileiro, de formas “arcaicas” de dominação, como a escravidão.

Ainda assim, para além das dessemelhanças de foco e autoridade, pode-se perceber entre os estudos de comunidade e os de Folclore um outro nível de parentesco, por terem evoluído no esteio do que Mariza Corrêa denominou a década dos “projetos”, e acabarem ambos derrotados no processo mais amplo de complexificação das ciências sociais. A noção de *projeto*, repetidamente referida pelos personagens entrevistados por Corrêa, integrava a própria nomenclatura das equipes e empreendimentos coletivos de pesquisa realizados naquele momento, como os projetos UNESCO¹⁸⁵, projeto Vale do São Francisco e o convênio Estado da Bahia-Columbia – que trouxe antropólogos americanos para a pesquisa prevista em um projeto coordenado por Thales de Azevedo (membro da Comissão Baiana de Folclore), e o professor Charles Wagley, da Columbia University. Submetido a essa configuração específica do exercício investigativo, o termo designava, mais

¹⁸⁵ Em 1951 e 1952 a Unesco patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, o que foi decisivo para o desenvolvimento das ciências sociais no país. Tais empreendimentos ocorriam paralelamente à massificação do ensino superior, contribuindo para estruturar, fora dos muros da universidade, novos centros de formação em pesquisa a partir de iniciativas de técnicos integrados à administração pública ou ainda em acordos intergovernamentais, como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais em que o folclorista Manuel Diégues Jr. assume a diretoria em 1961, e a própria CNFL comandada por Renato Almeida. Como assinala Marcos Chor Maio (1999), em geral os locais privilegiados pelas investigações da Unesco eram as áreas economicamente tradicionais do Nordeste e regiões industrializadas do Sudeste, mas também podem ser encontrados nos arquivos da instituição, relatórios de pesquisa que, por motivos óbvios, incluíram os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. (325.100.8/81) SS/325.249 – Paris, 14/8/52 de: Leonardo Díaz-González (Departamento de Ciências Sociais/Unesco) para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile; Cx. 325.100.8.(81)062.2 – Lima, 20/1/1954 De: Alberto Arca Parró Para: Leonardo Díaz-Gonzales (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas – Dep. Ciências Sociais – Unesco) “La Asimilacion Cultural de los Inmigrantes en el Brasil. Condiciones que la favorecen – Relatório e capítulos preliminares – Por Alberto Arca Parró. Lima, enero de 1954). O artigo de Maio ressalta a sintonia entre as demandas dessa agência internacional e as questões que na mesma época despertavam a atenção dos pesquisadores brasileiros. Neste sentido, o autor afirma que o projeto Unesco constitui a versão ampliada da agenda para as ciências sociais brasileiras sintetizada por Arthur Ramos ao final dos anos 40: “O Projeto UNESCO foi um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. O êxito deste encontro entre propostas distintas contudo complementares foi a base de sustentação do Projeto Unesco.” (Maio, 1999: 141).

que uma corrente de pensamento claramente definida, “grupos de referência” que remetiam “a um conjunto específico de pessoas, às influências de determinados autores e/ou pesquisadores, à instituição que os abrigava ou à região onde ele fora realizado”. (Corrêa, 1987:20).

Com o tempo, nota a autora, a noção de *projeto* reaparece na bibliografia antropológica “quase como uma explicação de por que certas biografias tomaram o rumo que tomaram”. (Corrêa, 1987: 19). O deslocamento semântico refere tacitamente a superação dos *estudos de comunidade*, assim como os de folclore, nos anos posteriores, denotando o subsequente ostracismo dessas áreas e métodos, desde o final dos anos sessenta destituídos do interesse acadêmico. O duplo sentido da palavra, de certo modo conforma a utilidade heurística pretendida para a noção, pois que ultrapassa o emprego designativo dos participantes do universo intelectual de então, remetendo também, de um lado, à “atuação política de intelectuais cujo apoio institucional universitário era frágil – no sentido de serem recentes e em pequeno número as instituições acadêmicas nas quais os antropólogos pudessem exercer o seu ofício” (Corrêa, 1987:19) – e, de outro, à investigação coletiva, empresa de intenção multiplicadora capaz de repercutir de modo efetivo sobre a grade de opções de pesquisa e de pesquisadores no país.

Nesta perspectiva, e considerando o fato de a autonomia disciplinar do Folclore já ser um tema controverso quando da entrada das Ciências Sociais nas Faculdades de Filosofia, pode-se ratificar a definição, dada por Vilhena, do *folclorismo* como um *projeto em movimento*. “Movimento”, assinala o autor, é exatamente a categoria pela qual os participantes de comissões próximas da estrutura burocrática governamental, e cujas atividades eram conduzidas à margem das instituições mais valorizadas de saber, designavam um conjunto amplo e federalizado de iniciativas nessa área. (Vilhena, 1997: 28). A autodenominação ‘movimento folclórico brasileiro’ confere, pois, um sentido ampliado às idéias e iniciativas desenroladas em defesa dos “[...] ideais de um estudo científico do folclore como cultura respeitável que se encontra depositada no *saber natural* do povo”. (Laytano, 1987: 145). Ela incluía diferentes canais de viabilização, que iam das gestões políticas de intelectuais integrados à burocracia de Estado, onde atuavam como grupos de pressão, dos apelos lançados pela

imprensa à opinião pública, até as grandes manifestações rituais, ensaiadas em congressos e festivais.

Posta nesses termos, a expressão parece adequada, pois a CNFL envolveu ações de intelectuais de todas as regiões do país em favor da expansão desse campo de investigação e de sua aplicação prática, tendo realizado, em diferentes capitais, quatro Congressos Nacionais, outras quatro “Semanas de Folclore” e um Congresso Internacional que contaram com grande afluência de trabalhos e espectadores.¹⁸⁶ Entendido como um lugar privilegiado de elucidação de processos de transmissão cultural, o Folclore também teve sua importância bem ou mal reconhecida pela UNESCO que, identificando no Brasil uma fonte de transmissão de experiências positivas e singulares de convivência interétnica e inter-regional, enviou delegados e *papers* a serem apresentados no IV Congresso de 1954.¹⁸⁷

Enquanto *projeto*, o *folclorismo* ocupa um lugar de transição na história das Ciências Sociais, já que faz uso de novos instrumentos para um antigo propósito: universalizar a singularidade brasileira através da coleta de elementos que identifiquem a *origem* (étnica/histórica) e a incidência (geográfica) de suas manifestações *populares*. Neste sentido, ele representa a transição entre o primeiro

¹⁸⁶ O I congresso reuniu mais de 100 folcloristas, reunidos em 12 Grupos de Trabalhos com um total de 175 teses sujeitas à apreciação. As Semanas e congressos cobrem o período de 1948 a 1963: I Semana Nacional de Folclore (Rio de Janeiro, 1948); II Semana (São Paulo, 1949); III Semana (Porto Alegre, 1950); IV Semana (1952, Maceió); I Congresso Brasileiro de Folclore (Rio de Janeiro, 1951); II Congresso (Curitiba, 1953); III Congresso (Salvador, 1959), IV Congresso (Porto Alegre, 1959); V Congresso (Fortaleza, 1963). Congresso Internacional (São Paulo, 1954). Não foi possível obter números relativos à visitação geral da programação, mas nos recortes de jornais reunidos na hemeroteca do ITF e da BAM é possível observar além da ampla cobertura dada pela imprensa, fotografias dos momentos festivos destes eventos, com significativa presença de espectadores e forte envolvimento de professores e alunos das escolas públicas.

¹⁸⁷ Da 5ª Conferência Geral da UNESCO resultou o conhecido *Statement on Race*, na avaliação de Maio (1999) o primeiro documento intergovernamental em que experts afirmavam a nulidade explicativa de associações deterministas entre fenotipia, comportamento e moralidade. Na mesma conferência, o Folclore fazia sua aparição oficial no programa da Organização para o ano seguinte. A palavra, ou seus derivados, encontra-se em três das resoluções votadas pela conferência, a primeira referindo-se à utilização do Folclore na educação de base, e as duas outras à difusão cultural da música clássica e tradicional. As resoluções foram: “Os Estados-membros são convidados a empreender ou a encorajar a elaboração e aplicação de projetos relativos à educação de base, e notadamente determinadas pesquisas e experiências que tratam da utilidade do folclore para a educação e a cultura. (5C/Résolutions 1. 21113). O diretor geral está autorizado a preparar e ajudar a publicar, sob o título de *Archives de la musique enregistrée*, catálogos da música clássica ocidental, de música clássica chinesa e da música folclórica. (5C/Résolutions 4.233) O Diretor geral está autorizado a fazer editar discos de música folclórica ampanhados de notas explicativas”. (5C/Résolutions 4.235). ORGANIZATION DES NATIONS UNIES POUR L’EDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE. “L’Unesco et la Cooperation Internationale dans le Domaine du Folklore Rapport” présenté au CONGRÈS INTERNATIONAL DE FOLKLORE. São Paulo, 16-22 août 1954. Arquivo Unesco, caixa (398.063.300.4).

momento do conhecimento sobre o Brasil, produzido do início do século XX, e um terceiro período, inaugurado no final da década de sessenta, expresso pela expansão dos cursos de pós-graduação. Nos primeiros decênios, segundo Pontes, as ciências humanas traduziriam ainda um ensaístico “ponto de vista” histórico-sociológico, sustentado pela figura modelar do bacharel literato e traduzido nas “grandes sínteses e avaliações globais da sociedade brasileira” (Pontes, 1988: 71) que compunham as leituras da época, como as obras de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Já no segundo, esta tradição ensaística seria parcialmente interrompida, à medida que as primeiras iniciativas de introdução de um sistema intelectual universitário (estabelecidas a partir do Rio de Janeiro e São Paulo na década de trinta) começassem a render frutos: “os novos trabalhos que colocavam-na ‘entre parênteses’, enquanto verificavam, ‘no campo’, a ‘realidade brasileira’”. (Corrêa, 1987: 21).

A frequência com que os folcloristas reclamam do menosprezo dos pares e da dificuldade em encontrar pesquisadores novos, acusando o preconceito de ver naquela atividade apenas a busca interessada de peculiaridades e sobrevivências, indica que esta corrente foi entendida como “atrasada” por uma parcela importante dos contemporâneos.¹⁸⁸ Não é caso isolado a avaliação de Carneiro, de que “entre

¹⁸⁸ Mesmo no âmbito da Unesco, é preciso ressaltar o caráter relativo e um tanto difuso do interesse sobre o Folclore. Não foi sem razão que, em 1954 – ano que marca, junto com o Congresso Internacional de Folclore, o fortalecimento da inserção de brasileiros na comunidade internacional de pesquisadores – a acusação de desconsideração para com a área tenha-se voltado contra a própria Unesco. De fato, embora esta organização encorajasse a utilização do folclore no ensino de base e no âmbito mais largo da difusão cultural, ela não dispunha de um setor próprio para o assunto e, quando se pronunciava sobre ele, convocava funcionários de diferentes seções, como o Departamento de Educação, do Departamento de Ciências Sociais ou do Departamento de Atividades Culturais, através de suas divisões de Artes e Letras (a cargo de Michel Dard) e de Música (coordenada por Luis Heitor Correa de Azevedo). Como tema de pesquisa, o espaço destinado ao Folclore era, dentro dela, muito exíguo. No programa de estudos contemplado pela agência em prol da paz mundial, os investimentos voltavam-se, claramente, para a questão das relações interétnicas, com especial relevo para as condições de assimilação de grupos imigrantes ou descendentes, sem que os “fatos folclóricos” fossem encarados como uma entrada específica para este tipo de investigação. Além disso, em tais projetos os autores ligados à CNFL eram realmente consultados apenas como informantes, pois a Unesco não os convidava a participar dos estudos, preferindo encomendá-los a especialistas de outras áreas, em geral sociólogos, demógrafos e estatísticos. Até por desempenharem altos cargos na burocracia, os contatos preliminares eram feitos com folcloristas do Ministério das Relações Exteriores (Renato Almeida, Lourenço Filho, Dante Costa e Manuel Diegues Júnior entre eles), juntamente com as autoridades políticas do Conselho Nacional de Imigração e seus representantes nos estados. Outro fator que colaborou para a deterioração das relações entre os folcloristas brasileiros e a Unesco foi a precariedade do apoio financeiro e mesmo infra-estrutural oferecido aos brasileiros. No Congresso de 1954 a questão da necessidade de encontrar novos aportes foi fartamente discutida, chegando-se a aventar a fundação de uma sociedade latino-americana de folclore, dada a “inatividade” da Unesco nesse setor, e o “comprometimento histórico” da Commission Internationale des Arts et

todas as ciências sociais, o folclore foi sempre a menos prezada, a menos respeitada, a que mais dificuldades encontra para ser considerada uma ciência”. (Carneiro, 1954: 9). Entre o vigor do interesse pelo Folclore sustentado pelas vanguardas modernistas dos anos vinte e trinta, e sua proscricção depois do desenvolvimento da pós-graduação, a reaparição do tema sob a roupagem da *ciência* em plena sucessão geracional de pesquisadores revela então a necessidade imposta aos intelectuais “da antiga”, de adaptação às matrizes dominantes de classificação do que tinha sido produzido até ali. Vale dizer que, de forma homóloga à fala regionalista, o *folclorismo* opera no discurso do outro. Enquanto a primeira reivindica uma precedência afetiva para o vínculo *regional* sem questionar a superioridade política da nação, o *folclorismo* tenta reinstaurar o papel das culturas regionais na formulação das propriedades de origem da nacionalidade, manipulando-as por uma pesquisa metodologicamente orientada por conceitos, como “aculturação”, “assimilação” e “transculturação”, tomados de empréstimo das ciências concorrentes.

Portanto, a tentativa de romper com o passado pré-científico da disciplina exige um compromisso de ruptura com a literatura e com o conhecimento produzido nas Academias Tradicionais (institutos históricos, academias de letras), que vinham historicamente respondendo por este tipo de produção. Mas, nesse momento de transição, a disposição da pesquisa dirigida para a intervenção política, bem como sua distribuição por frentes diversificadas (e pessoalizadas) de elaboração, contribuía ainda para a sobrevivência dos modelos praticados por elites culturais procedentes de áreas tradicionais de formação, como Direito, Medicina e Engenharia. Para completar, veremos em seguida que os recursos humanos disponíveis ao *folclorismo* procediam exatamente da margem dos grandes centros e das instituições mais renomadas, lugares onde o campo de produção cultural era suficientemente exíguo para que os Institutos permanecessem as principais referências em pesquisa histórico-social. Assim, a luta dos folcloristas por assegurar a autoridade e os limites de sua especialidade encontra-se condicionada por uma posição desfavorável, ou seja, dotada de um status descendente na curva

Traditions Populaires francesa com o regime vichysta. Cf. Arquivo Unesco, Cx.398.063.300.4 – ALM 1175, 16/12/54 de: L. H. Correa de Azevedo (Division des Arts et Lettres) para: Directeur général e Directeur du Département des Activités Culturelles *Rapport sur le Congrès International De Folklore* (São Paulo, 16-22/8/54).

de intensificação da pesquisa social brasileira dos anos cinquentas. Esta condição acaba restringindo o conjunto de recursos disponíveis, em termos de alianças e opções institucionais, aos membros da CNFL.

Os próximos tópicos mostrarão como os efeitos dessa situação interferem sobre a atuação do movimento, induzindo os partícipes e gestores a escolhas que, úteis em um primeiro momento, acabaram por se revelar prejudiciais ao longo do percurso. Mas, antes de explorar os resultados das opções quanto à forma de organização, de recrutamento, dos temas e dos referenciais de análise privilegiados nos inquéritos, valeria ressaltá-los sobre o primeiro de todos os quesitos necessários a qualquer aspiração científica: a reflexão epistemológica.

Neste campo, observa-se, diante da largueza de intenções e em razão da dificuldade de alcançar um mínimo consenso sobre o estatuto disciplinar do Folclore, a adoção de uma tática inclusiva de inserção da matéria entre as ciências do homem, privilegiando-se sua aproximação com a Antropologia. É o que se nota na Carta votada em plenário, depois de muita discussão, durante I Congresso Nacional de 1951. O documento, que deveria servir para fornecer aos engajados as bases conceituais do movimento, admitia já no primeiro parágrafo que os métodos e referenciais de análise “próprios” (no sentido de apropriados) aos fenômenos folclóricos procediam dessa outra disciplina, mais abrangente:

O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. [...] Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise [...]. (CNFL, 1951: 173)

A recomendação era ambígua. Negligenciava, de um lado, a delimitação de alguma originalidade teórica para uma “disciplina nova” – mas de ascendência antiga, e àquela altura mal vista – como o Folclore, que continuava sendo um objeto da reflexão histórica, livrava-se das garras da criação literária e subordinava-se às “ciências antropológicas”. De outra parte, a dimensão totalizante dada ao objeto (a “plenitude da vida popular”, “seus aspectos materiais e espirituais”) pretende tacitamente uma autonomia que, em tese, permitiria

avançar sobre terrenos geralmente atribuídos à competência de disciplinas afins. Táticas contraditórias coexistem neste discurso: colocá-lo como uma “ciência do tipo antropológico” permite uma saída honrosa para as relações pouco cordiais que o Folclore mantinha com a Sociologia da época; mas, na medida em que se assume a utilização, por esta aspirante à ciência, de instrumentos antigos (os métodos históricos) e novos, formulados pelas concorrentes, fica de certa forma admitido o seu caráter dependente em relação a outras ciências.

Afora essas diretrizes, subsiste também o fato, bem destacado por Vilhena, de que a maioria dos autores publicados pela CNFL era pouco afeita às reflexões de alcance teórico, restringindo as hipóteses gerais de trabalho à suposição inexata (e, como ressaltou o antropólogo, “de uma inexatidão literariamente trabalhada”) acerca da proximidade entre homem “do povo” e as forças da natureza, as similitudes entre as criações populares “civilizadas” e as “sociedades primitivas”, considerações sobre a “ingenuidade” e “pureza” da sabedoria popular, ou sobre as origens e a extensão dos elementos levantados.¹⁸⁹ O sentido salvacionista atribuído ao registro de campo já indica que, contrariamente ao princípio da racionalidade aplicada sob a orientação de parâmetros metodológicos bem definidos, os folcloristas participavam ativamente das identidades que ajudavam a construir. Esta correlação se expressa em diferentes níveis, desde a forma altamente pessoalizada de recrutamento – que acarretava a extrema dependência das comissões com seus mandatários estaduais e destes com Renato Almeida – passando pela concepção do objeto, considerado como um *continuum* entre identidade nacional e regional, e no empirismo das produções textuais, nas quais prevalece o sacrifício das cautelas metodológicas em prol do “resguardo” das tradições periclitantes, através do registro intensivo e localizado no mapa brasileiro.

O princípio de conciliação entre esses dois extremos – mobilização ecumênica e especialização restritiva – pode ser observado nas próprias tentativas, ensaiadas pela cúpula do movimento, de controlar a pesquisa autodidata nos

¹⁸⁹ “[...] proustianamente, muitos deles usam as lembranças pessoais para tingir de um tom nostálgico descrições que se apresentam como etnografias. [...] de fato, não há participante do movimento folclórico que não tenha um texto no qual, numa evocação de um discurso, abrindo ou concluindo um artigo, não tenha lançado mão de uma referência saudosa a fatos folclóricos que tenham presenciado em sua infância, em sua cidade de origem, na fazenda em que passavam as férias”. (Vilhena, 1997: 264).

estados. Assim é que, atendendo à deliberação dos estudiosos reunidos em Porto Alegre por ocasião da III Semana Nacional de Folclore, de que se elaborasse uma cartilha de orientação a centros de estudos amadores, Rossini Tavares de Lima, membro da Comissão de São Paulo, recomendava veementemente a fundação de museus regionais, mais aptos a despertar o interesse do grande público do que as bibliotecas restritas à circulação de iniciados. Na coleta do material para os museus, ressaltava o “caráter contraproducente”, naquele momento de mobilização, do estabelecimento de critérios rígidos de seleção, uma vez que

[...] o tempo se incumbirá de fazer com que a gente vá pondo as coisas em seu lugar. O que não se pode e não se deve é continuar nesse marasmo, nada fazendo pelo aproveitamento dos jovens estudantes brasileiros, que hão de ser os folcloristas de amanhã, caso sejam organizados e orientados por nós, membros das Comissões Estaduais de hoje [...]. (Lima, 1952: 58)

A margem deixada a confusões na determinação das fronteiras disciplinares do Folclore deve-se a essa complicada combinação de empiricismo e precariedade teórica com a amplitude das ambições, tanto heurísticas como políticas, enunciadas pelos porta-vozes nacionais da mobilização folclórica. A maneira conciliadora pela qual os condutores procuravam realçar sua autoridade, afirmando a legitimidade de seu campo de estudos no quadro das “ciências do homem”, contribuiu não só para reforçar dúvidas presentes entre os próprios participantes quanto às possibilidades de o Folclore se constituir numa especialidade plena (autônoma)¹⁹⁰, como abriu o flanco às críticas de uma das autoridades intelectuais mais influentes da época, bastante cética quanto ao assunto.

Para os mais ocupados da conceituação da matéria (os folcloristas de São Paulo), a definição de um objeto específico parecia em si mesma suficiente,

¹⁹⁰ Enquanto Renato Almeida, Édison Carneiro e Joaquim Ribeiro defendem a tese da autonomia, Thales de Azevedo, membro com grande trânsito na Antropologia, é um dos participantes que discorda dessa pretensão. No artigo *Folclore e Ciências Sociais*, apresentado como tese ao III Congresso Nacional de Salvador, o autor situa a matéria como parte integrante tanto da Antropologia como da Sociologia. (Cf. Azevedo, Thales de. “Folclore e Ciências Sociais”. Trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de Folclore. Bahia, julho de 1957. Arquivo Morto ITF. Caixa única, sem classificação, p. 9). As falas vindas da Antropologia e da Sociologia tradicionais colocam-no igualmente em uma posição subordinada: Arthur Ramos defende sua inclusão dentro da antropologia cultural, como ramo de pesquisa destinado à produção espiritual das sociedades, em especial a literatura oral. Gilberto Freyre defende sua utilidade para os estudos sociológicos que se utilizam o método genético, em que convivem a sincronia e diacronia. (Cf. Almeida, 1971: 19-20).

mesmo que os métodos e pressupostos de análise fossem tirados de outras disciplinas, e que sua elaboração se restringisse temporariamente ao labor documental. Já para Florestan Fernandes, a questão do estatuto disciplinar do Folclore mostrava-se mais complexa porque, estando afeta à divisão de tarefas entre o conjunto das ciências humanas, colocava também em questão os limites de seu próprio território, a “Sociologia”. A princípio, para ele estava fora de questão que fenômenos folclóricos, entendidos como realidade objetiva, pudessem (e devessem) ser estudados cientificamente. Difícil era ver nisso o corolário de uma ciência particular sem que tais estudos fossem “unificados” por uma epistemologia. Assim, de um lado, “o progresso da pesquisa empírica sistemática no campo das ciências sociais” (Etnografia) tendia a diminuir a importância de “tarefas puramente documentativas” a que os folcloristas se mostravam historicamente dedicados. (Fernandes, 1989 [1959]: 10). De outro, tendo em vista que “cada ciência social investiga o folclore de um ponto de vista próprio” e que o Folclore (com letra maiúscula) não é capaz “de reduzir os diferentes pontos de vista a um denominador comum”, nada indica que sua “especificidade como disciplina autônoma proced[a] de investigações científicas, mas de indagações humanísticas”. Finalmente, enquanto área humanística, ele “versa conhecimentos que escapam ao âmbito das investigações científicas ou que caem dentro dele de forma parcial e fragmentária”. (Fernandes, 1989 [1959]:11).

Com base nestes argumentos, o mais conhecido representante da Sociologia paulista colocou a relação entre Folclore e Ciências Sociais exatamente nas bases que os folcloristas tentavam sistematicamente repelir. Ao invés de uma vertente específica da Antropologia, especialmente ocupada dos grupos populares – os que nas sociedades civilizadas mais se aproximariam das organizações “primitivas” – Fernandes advogava sua constituição como um campo especial de indagações e de conhecimento voltado ao estudo racional da criação estética: algo “semelhante à literatura comparada, podendo lançar mão, como esta, de técnicas de trabalho científico, sem ser uma ciência propriamente dita”. (Fernandes, 1989 [1959]:24).

Tendo em conta a dificuldade de ultrapassar os conflitos com os sociólogos, a intimidade com a Antropologia parecia aos líderes do *folclorismo* a

via mais indicada para se desvencilharem do domínio literário, sem se obrigarem a abrir mão dos métodos históricos. Contudo, esta aproximação acompanha um pouco à própria revelia as transformações que estavam ocorrendo no plano teórico de outras ciências. Neste quadro transitório, que reserva ao Folclore um lugar subordinado entre as perspectivas de investigação, de intervenção e de salvação nacional da época, inscreve-se o esforço dos gestores do movimento em conciliar seus objetivos, identificando as alianças possíveis e os adversários no espectro mais amplo de alternativas contempladas naquele momento.

3.3. Integrar para conhecer, conhecer para preservar

Um bom ponto de partida para a exposição das estratégias de ação estabelecidas pela CNFL ao longo das duas primeiras décadas de existência são os escritos deixados por Édison Carneiro¹⁹¹, Rossini Tavares de Lima¹⁹² e Renato Almeida – três lideranças nacionais especialmente ocupadas em garantir um status *científico* à empreitada de salvação do folclore nacional.

Em um libreto de divulgação internacional da CDFB, publicado pelo MEC

¹⁹¹ Edison Carneiro nasceu em 1912, na cidade de Salvador, onde se bacharelou, em 1935, pela Faculdade de Direito da Bahia. Conhecido como folclorista e antropólogo, foi autoridade nacional em cultura afro-brasileira, privilegiando estudos sobre a religiosidade e as revoltas de escravos e quilombos. Nestas áreas publicou: *Religiões negras* (1936), *Negros bantus* (1937), *O quilombo dos Palmares* (1947), *A linguagem popular da Bahia* (1951), *O negro brasileiro* (1956) e *Candomblés da Bahia* (1956). Participou da reunião preparatória à fundação da Associação Brasileira de Antropologia, no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1953. Como jornalista, foi redator do *Estado da Bahia* (1936-39), do *O Jornal – Rio de Janeiro* (1939), do *Bahia Jornal* (1937), do *British News Service* (1941). Foi, também, redator-chefe da *Associated News* (1941). Faleceu ao final de 1972, no Rio de Janeiro. Fontes: Lima, 1952, Coutinho e Souza, p. 2001, p. 437 e *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*, disponível na web: <http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfrs.htm>

¹⁹² Rossini Tavares de Lima nasceu em 1915, na cidade de Itapetininga (SP) e se especializou no estudo do folclore musical, colocando-se como discípulo de Mário de Andrade. Defendeu a separação entre a Etnologia – definida como área de compreensão das culturas primitivas ou “naturais” – o Folclore, entendido como sinônimo de Etnografia, aplicado ao levantamento dos elementos culturais que distinguem as camadas populares das sociedades civilizadas. (Lima, 1952: 18). Sua formação começou no Ginásio Osvaldo Cruz, onde fez o curso primário, e no Ginásio do Estado, onde terminou o secundário. Frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo até o 3º ano, quando se transferiu para o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, do qual acabou diretor. Foi também professor do Ginásio Osvaldo Cruz, da Escola Técnica do Comércio, do Liceu Acadêmico de São Paulo, do Liceu Piratininga e professor de História da Música e Folclore Nacional do Conservatório. Fundou e dirigiu a revista *Folclore* e publicou, nessa área, *Nótulas sobre pesquisas de folclore musical* (1945), *Aí, eu entrei na roda* (s/d), *Poesias e adivinhas* (1947), *O Folclore na obra de Mário de Andrade* (1950), *Achegas ao estudo do romanceiro no Brasil* (1951), *Abecê do Folclore* (1952), *Geografia do folguedo popular* (1968). Faleceu no dia 5 de agosto de 1987. Fontes: Lima (1952), Coutinho e Souza (2001:931) e *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*, disponível na web: <http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfrs.htm>

em 1963 em francês, inglês e alemão, o primeiro dos autores, então Diretor Executivo da Campanha havia dois anos, faz um apanhado geral da trajetória dos estudos folclóricos no Brasil.¹⁹³ Depois de citar, entre os pioneiros, Silvio Romero e Amadeu Amaral, consagra Mario de Andrade como um divisor de águas nesta seara. Ao destacar a importância da CNFL ao mesmo tempo como herdeira do projeto modernista de desvendamento da singularidade brasileira, e como instrumento de renovação e integração de esforços até então “fortuitos e isolados” nessa área, o folclorista baiano oferece um quadro vacilante da situação dessas pesquisas no começo do movimento.

Ao final da guerra, os estudos de folclore no Brasil tinham chegado a uma encruzilhada. Tudo podia acontecer. As orientações antigas – que consideravam a disciplina como uma parte da literatura, da lingüística ou da história – tinham muita força, mas, de um outro lado, os folcloristas brasileiros começavam a crer na união de esforços criando um ambiente de trabalho diferente do que prevalecia até então. (Carneiro, 1963:19)

Uma das características inovadoras dessa “atmosfera” nova de atenção aos produtos da “inventiva popular” seria, na visão de Carneiro, o reconhecimento da necessidade de superação das tendências obsoletas de interpretação e coleta - que, feitas na privacidade dos gabinetes, impediam a percepção dos fenômenos em suas diferentes faces, como expressões do “caráter orgânico” das culturas nacionais. A primeira delas refere-se ao predomínio de explicações raciais para elementos entendidos como “sobrevivências” do passado, de acordo com as abordagens procedidas por Silvio Romero, Nina Rodrigues e Karl Von Kozeritz na virada do século. A segunda, à vinculação do folclore com a literatura, enfoque

¹⁹³O libreto resume artigos anteriores, publicados por Carneiro em 1957 e 1959, pelo Instituto Nacional do Livro e pela CNFL. Neles, Carneiro tentava responder às críticas feitas naquela década por Florestan Fernandes às conceituações conciliadoras da matéria propostas na Carta do Folclore Brasileiro, de 1951. Como foi abordado no tópico anterior, o caráter ambíguo das conceituações aprovadas no congresso é destacado na crítica sociológica sobre a orientação essencialmente estética e humanística da perspectiva folclórica, orientação esta que, segundo Florestan, lhe negaria as portas do “ciencialato”, posto que apenas intuitivamente seria possível depreender as conexões psicoculturais da existência partindo-se de situações concretas. (Fernandes, 1989: 77). Neste sentido, o estudo científico do folclore dependeria da atenção a um aspecto particular e, a partir dele, da utilização de abordagens buscadas na Antropologia, Sociologia, Psicologia ou Lingüística. Roger Bastide, professor da cadeira de Sociologia I na FFLCH/USP, participante ativo do I Congresso e partidário da teoria da “arqueocivilização de André Varnagac, também foi alvo das respostas de Carneiro a Florestan, por ter recomendado a adoção de métodos da sociologia para a análise de fenômenos folclóricos, embora seguisse a orientação francesa de preservação de autonomia para este domínio de pesquisa – fato desconsiderado por Carneiro. Cf. Vilhena (1997:160) e Cavalcanti e Vilhena (1990:83). Sobre a escola francesa, ver Weber (2002), Fabre (1997) e Faure (1989).

ainda predominante nas “recolhas” amadoras:

No começo o folclore era considerado como fazendo parte da literatura [...] As técnicas para recolher o material – se é que se pode empregar a palavra técnica para esse gênero de trabalho – eram as mais primitivas: nenhuma menção de informadores, de datas, de circunstâncias: o lugar das descobertas era vago (geralmente o estado, por vezes a cidade) e não se dava importância ao solfejo ou à coreografia. [...] Silvío Romero, grande promotor de idéias, encontrava-se então muito ocupado com problemas de raça e dividia o material recolhido segundo sua dita ‘origem’ branca, negra, indígena ou mestiça. (Carneiro, 1963: 19, original em francês)

Essas tendências teriam contribuído decisivamente para fazer do folclore uma disciplina fadada à curiosidade dos diletantes. Enquanto o teorismo racial teria sido superado logo na Primeira República, com as pesquisas de Mário de Andrade, Câmara Cascudo e Amadeu Amaral, o outro obstáculo à sofisticação dos trabalhos – ou seja, à formulação de sínteses verificáveis em campo – mostraria muito maior resistência, chegando mesmo a imprimir uma cicatriz infamante sobre a especialidade, exposta ao juízo de uma História Natural atrasada ou de uma modalidade ficcional de retratação da realidade social do país. Vinculado ao aparecimento do *regionalismo literário* nos estados, nos anos vinte, o assunto teria passado da mão dos folcloristas para a dos escritores, de modo que os estudos pouco teriam progredido, já que as dimensões do objeto permaneciam restritas a interpretações “saudosistas” de elementos específicos, como a literatura oral e a dialetologia, coletados geralmente da própria bibliografia. (Carneiro, 1963: 24).

Assim, a genealogia estabelecida por Carneiro em torno da tríade Silvío Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade não evocava apenas os impedimentos ao cumprimento da missão que esses “abnegados” teriam transmitido ao Movimento, mas exprimia igualmente a necessidade de superá-los, através de uma maior contextualização das manifestações folclóricas. Neste sentido, Carneiro registra o deslocamento do eixo temático das pesquisas, que ao tempo de Romero e Amaral estavam prioritariamente voltadas à literatura e, a contar de Andrade, para a música. Esta primeira ampliação do espectro de coleta teria possibilitado ao poeta ver no ritmo acrescentado à melodia européia transplantada no Brasil a presença clara da contribuição africana para a formação brasileira, ampliando o leque das conclusões e possibilitando, assim, um afastamento relativo da esfera literária de referência. Contudo, uma vez que o

interesse pelo folclore musical permanecia assentado sobre o terreno estético, mais do que *científico*, ele teria sido ainda insuficiente para expressar o vasto contato de culturas processado pelo folclore. Para tanto, seria preciso atender às advertências lançadas já por Azevedo Amaral a partir da leitura de Van Gennep, lembrada pelo autor:

Os fatos, como nota Van Gennep, não se apresentam como **superfícies**, mas como **volumes**, o que implica dizer que eles têm varias faces. Os observadores geralmente os encaram por uma só face, abandonando as demais como se elas não existissem. Eis porque as recolhas de poesia popular são o mais das vezes simples recolhas de versos. Ora, a poesia popular é inseparável da música; a música está na origem da peça poética, ou por ser composta sobre uma tela rítmica e estrófica, determinada por aquela, ou porque uma e outra se organizam ao mesmo tempo. Às vezes, os versos se resumem num simples ‘pretexto’, sem interesse ou mesmo sem o menor sentido. Portanto, se falta a melodia ou qualquer indicação do gênero, fica faltando um elemento precioso à compreensão da poesia popular nesses processos genéticos e técnicos. Mas a música e a poesia, por sua vez, estão freqüentemente ligadas à dança em uma troca de ações e reações: o tipo de dança determina o tipo de música, o ritmo desta e o dos versos ajuda a conservar as formas da dança, etc. Faltaria, pois, ter não somente as recolhas de versos, mas também dos cancioneiros completos, literários e musicais, com as informações precisas sobre a coreografia quando for o caso. Poder-se-ia fazer o mesmo tipo de observações para o resto. (Amaral, apud Carneiro, 1963: 22)

Note-se que a crítica metodológica de Carneiro, ao invés de estender a contextualização à inscrição dos fenômenos no universo social dos praticantes, mantém-se presa, como a de Amaral, aos parâmetros formais do “fato” sob observação. Neste sentido, contextualizar significa, primeiro: registrar com fidelidade as várias faces de uma mesma ocorrência, compreendidos seus elementos musicais, coreográficos, poéticos, dramáticos, etc. Em segundo lugar, implica delimitar para o Folclore uma conceituação adequada ao caso brasileiro. Neste ponto, interessa fornecer uma definição suficientemente ampla para dar conta do estágio ainda embrionário de desenvolvimento das ciências sociais no país, e ao mesmo tempo atentar ao caráter recente do objeto de análise: uma nação jovem, “desprovida” da “arqueocivilização” original imaginada por Vargnac, na qual o processo de plasmagem cultural iniciado no período colonial continuaria em processo.

Este cuidado é assinalado como mais um dos elementos de ruptura trazidos pela CNFL, com sua preferência manifesta pelo estudo dos folguedos populares, e

com a recomendação do uso de teses culturalistas, que substituiriam (mesmo que sem se opor fundamentalmente a ele) o paradigma racial. Procurando adequar-se a tais enunciados, o movimento valoriza os “fatos folclóricos nascentes”, por serem atuais (passíveis de verificação empírica) e atribuem ao aspecto tradicional uma importância secundária. A este princípio ajustava-se particularmente o disposto na Carta de 1951, na qual aparece como igualmente folclórica “a realidade [...] sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular”.¹⁹⁴

A predileção pelos *folgedos populares* – conceituados na IV Semana Nacional de folclore em Maceió como “fato folclórico, dramático, coletivo e com estruturação”¹⁹⁵ – é oficializada a partir do II Congresso, de 1953. Sem ameaçar o alto grau de interesse sobre a música (demonstrado pela grande afluência de musicólogos sobre o movimento, donde as posições destacadas de Renato Almeida e Rossini Tavares de Lima dentro dele), as “festas populares” passam a constar como porta de entrada preferencial para a apreensão das transformações ocorridas ao sabor da interação entre os povos, nos casos de civilizações formadas na “encruzilhada das culturas”, para usar uma expressão do Presidente da CNFL (1957). As bases deste conceito foram buscadas em Van Gennep, autor muito citado pelos folcloristas e, especialmente, pelo secretário da CEF gaúcha:

O folclore não é, pois, como se pensa, uma simples coleção de fatos disparatados e mais ou menos divertidos [...] Não são apenas os restos das instituições antigas que ele também estuda, isto que se chama de superstições ou tradições, mas também fatos atuais, aos quais produz denominarmos de fatos nascentes. (Van Gennep, apud Laytano, 1987: 11)

O problema do rigor metodológico proposto por Carneiro não perde de vista a questão da comunicação entre os trabalhos, especialmente a de sua execução em equipe. Além da indigência das coletas, feitas às expensas da ciência e ao sabor dos compromissos estéticos dos admiradores, os antecedentes evidenciavam a falta de garantias para o regramento e padronização das observações. Mesmo que já desde Mário de Andrade o Estado aparecesse nestes discursos como a instância reguladora responsável por dotar a proteção do

¹⁹⁴ Almeida, Renato; Meireles, Cecília. “Carta do Folclore Brasileiro”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v.7, n.17, p. 173-180, jun. 1952, p. 173.

¹⁹⁵ “Resoluções da IV Semana Nacional de Folclore”. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 27 jan. 1952. BAM TEMÁTICO, Pasta 23, F-175.

Folclore de um status institucional preciso – passo necessário a uma elaboração coletiva, estratégica e planejada do mapa cultural do Brasil –, o que a história dos pioneiros celebrados pelo movimento mostrava era exatamente um sucessão rarefeita de tentativas individuais e sem continuidade: a Sociedade Demológica, tentada por Amadeu Amaral em 1925; a de Etnografia e Folclore, comandada por Mário de Andrade em sua atuação na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, de 1935 a 1938; a Sociedade Brasileira de Folclore, entidade privada criada em Natal por Câmara Cascudo em 1941 – a qual, segundo seu Presidente, tinha “[...] para um programa ambicioso de pesquisas, a dotação digna de um congresso em Liliput”. (Apud Carneiro, 1963: 25).

Se o clamor dos precursores denotava a antigüidade das reclamações, a sucessão de obstáculos interpostos às intenções dos poucos que se aventuravam nas pesquisas de campo, conservava-as atuais por inadimplência. Daí a razão pela qual um território de pesquisas “velho como o tempo” podia permanecer inculto.

[...] ao redor de 1945, a situação dos estudos folclóricos reencontrava-se, no geral, tal como sempre havia estado: alguns indivíduos isolados realizavam um trabalho individual, quer à base de informações bibliográficas, quer, pior ainda, à base de lembranças de infância ou de simples observações fortuitas e desregradas. Os estudos de folclore eram, pois, na maior parte, simples trabalhos literários, quando não reportagens pretensiosas. (Carneiro, 1963: 25)

O efeito mais imediato sobre o leitor da situação definida nesse balanço é a confirmação do aparecimento da CNFL como uma necessidade tão urgente quanto as causas que ela defendia. Estas causas eram todas inter-relacionadas e, portanto, deveriam ser atendidas simultaneamente. Assim, a elaboração de um mapa folclórico brasileiro era indispensável para a proteção desse patrimônio, o que exigia conhecerem-se as ocorrências sob risco de desaparecimento. A construção de uma base conceitual para a disciplina pressupunha viabilizar a articulação dos trabalhos pela uniformização da coleta. A criação de um órgão oficial gestor e coordenador das atividades desempenharia o controle e vigilância necessários para endereçar as atividades dos folcloristas ao campo da *ciência* – o que, por sua vez, era pré-requisito para efetivar a inclusão do Folclore nos currículos das Faculdades de Filosofia. Finalmente, o aproveitamento da matéria na educação básica, a disseminação dos museus folclóricos escolares projetados por Azevedo

Amaral (cujos acervos seriam alimentados pela coleta dos grupos de pesquisa incentivados pela CNFL), bem como o estímulo aos grupos praticantes, eram passos indispensáveis à “conscientização” da sociedade em torno de suas próprias criações e, simultaneamente, à disseminação, entre os jovens, do interesse pela área.

Em conjunto, as diretrizes reforçam o papel da Comissão na introdução do dispositivo julgado primordial para a superação da fase *pré-científica* do Folclore: a integração. O papel catalisador da CNFL na arregimentação de “coletores” próximos das manifestações que desejavam verificar foi desde o início explicitado por Renato Almeida, que o expôs no discurso de abertura da III Semana Nacional de Folclore, aos delegados reunidos em Porto Alegre:

A Comissão Nacional de Folclore não é um centro de estudos nem uma sociedade particular. Tem por função precípua encorajar as atividades folclóricas onde quer que se realizem, estabelecer o contato entre os folcloristas e despertar o amor pelo cultivo do folclore. É pouco mais do que um centro de convergência de informações, estimulando também pelos modestos meios ao seu alcance, a ação dos folcloristas.¹⁹⁶

Estas palavras – convergência e integração – obrigatórias nas moções dos Congressos, aparecem também copiosamente nos textos produzidos pelos partícipes, sempre associadas ao rompimento com o amadorismo, teoricamente garantido pela sistematicidade, cooperação, organização e trabalho em equipe:

O labor folclórico tem um caráter científico, é silencioso e discreto, na pesquisa atenta, no confronto minucioso, na conclusão exata. São atividades que exigem discrição, solidariedade, simpatia humana, inesgotável boa vontade. Como toda ciência social, o folclore é um esforço de equipe, no qual cada qual traz a sua pedra, valiosa ou humilde, nunca despiciente. É uma ação que não se faz em feira de vaidades, que custa a informar-se, a concretizar-se, a aparecer.¹⁹⁷

As palavras de ordem cooperativa têm, nesse discurso, ampliado seu sentido estratégico, pois que a mobilização de todos aparece tanto como a condição do salvamento das práticas e costumes populares, como a saída possível para a fragilidade institucional e financeira da própria CNFL. Somente um esforço

¹⁹⁶ Discurso de Renato Almeida, na abertura da III Semana Nacional de Folclore. Transcrito em: “Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p.5.

¹⁹⁷ Discurso de Renato Almeida, na abertura da III Semana Nacional de Folclore. Transcrito em: “Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p.5.

contínuo de comoção seria capaz de administrar a contradição entre os “meios modestos” e a amplitude dos objetivos. Daí o esforço de “organizar, como nos seja possível, os meios para as pesquisas e coletas e, por todas as forças ao nosso alcance, procurar sistematizar esse trabalho, até que nossas vozes se façam ouvir e nos sejam dados elementos reais para a vastidão da obra pretendida”.¹⁹⁸

Vale ressaltar aqui, mais uma vez em conformidade com a observação de Rodolfo Vilhena, o caráter “englobante” (1997: 176) da aposta em um Folclore rigoroso, renovado pela integração dos pesquisadores. Contrariamente à fórmula sociológica, que elege a universidade como instância “neutra” realizadora deste processo, a alternativa de cientificização vislumbrada por Renato Almeida abre-se aos homens de saber mas também àqueles de “boa vontade”.¹⁹⁹ Pelo exemplo de “patriotismo”, pelo trabalho “desinteressado e gratuito” de seus voluntários, a CNFL apontava sua capacidade integradora como índice do exemplo deixado pelo Brasil aos outros povos, supostamente desprovidos de uma formação sócio-cultural “miscigenada” e “pacífica” como a nossa. Assim a CNFL conclamava os estudiosos de todos os cantos do país a participarem de uma cruzada nacional pela salvaguarda de uma memória e identidade que era também a dos pesquisadores. A capacidade de organização coletiva da pesquisa aparece como uma derivação do potencial ecumênico do objeto, considerado em seus aspectos espacial, social e

¹⁹⁸ Almeida, Renato. “Música Folclórica e Música Popular”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v.5, n. 14, p. 19-25, dez. 1949, p. 20.

¹⁹⁹Uma amostra dessa tática inclusiva é dada no trabalho “Conceito de Fato Folclórico”, apresentado pela Comissão Paulista ao I Congresso Nacional de Folclore. Considerando o estágio incipiente de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil e a impossibilidade de diferenciar o trabalho dos especialistas dos simples interessados, a contribuição pleiteia a escolha de um critério amplo e, sobretudo, ético de aceitação de contribuições ao Congresso: “Considerando [...] o interesse predominante dos que se dedicam seriamente às várias ciências sociais, no Brasil, em última análise, de que se deve contribuir para o conhecimento mais adequado de nossas condições culturais e sociais, o que torna de secundária importância a divergência quanto à delimitação dos vários sub-campos e sua designação, uma vez que, em todos eles, há muito o que se fazer, tanto em matéria de pesquisa como de sistematização teórica, devendo-se, portanto, não apenas dar oportunidade a que todos os estudiosos sinceros e honestos dêem a sua contribuição, mas realçar a verdadeira necessidade de que cada um contribua, na medida de seus recursos, para o referido objetivo que temos em vista, a Comissão Paulista de Folclore sugere ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore [...] a adoção de um critério tão amplo quanto possível, no que toca à classificação e aceitação de contribuições, que lhe sejam remetidas, devendo prevalecer, para este fim, sobre quaisquer pontos de vista ligados à aceitação desta ou daquela definição de folclore e de fato folclórico, o da importância das referidas contribuições, para o conhecimento mais adequado da cultura e da organização social brasileira [...]” (Lima, Rossini Tavares de.; Nogueira, Oracy. “O Conceito de Fato Folclórico”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE (1º, 1951, Rio de Janeiro). *Anais*. Rio de Janeiro: IBICC/Ministério das Relações Exteriores. 1951. v. II, p. 5-10, p. 5-6.

metodológico.

Esta perspectiva conciliadora de compreensão do folclore – entendido como um fenômeno que em si mesmo seria capaz de amainar os aspectos conflitivos da vida em sociedade – além de se relacionar de perto com a estratégia “rumorosa” e interdisciplinar da CNFL, tem correspondência como o privilégio dado a temas específicos em sua agenda programática. Juntamente com as práticas vicinais de cooperação – como os mutirões ou os chamados *adjuntos* ou *puxirões*, denominação que varia de estado para estado – os folguedos detêm a preferência, por conta da faculdade coesiva neles vislumbrada – faculdade que, além de valorizar, os folcloristas tentam recriar na prática. Ao passo que na vida dos praticantes elas oportunizariam a quebra das barreiras sociais impostas pela desagregação resultante dos processos de crise e mudança social, na prática do movimento esta disposição mutualista seria desempenhada nos congressos, comparados por Renato Almeida a “mutirões periódicos”²⁰⁰, dentro dos quais, segundo a definição de Carneiro, “todos se igualam como simples camaradas de trabalho”. (Carneiro, 1957: 62).

A preferência por esse tema se entranha no caráter missionário (e antiquário) da pesquisa, donde a recomendação do III Congresso realizado em Salvador (1957) de

[...] que os folguedos populares existentes ou desaparecidos, sejam objeto da mais intensa pesquisa; que atinja o texto, a música e a movimentação, com todos os recursos possíveis do registro mecânico, a fim de garantir uma documentação que sirva, no futuro, à sua reconstituição, quer por grupos populares, quer por estudantes, atores e outras pessoas.²⁰¹

Os folguedos também se prestam à integração inter-regional, outro objetivo precípuo de um movimento que prevê sua utilização como recreação nas escolas, cuja “[...] preferência deve orientar-se para as tradições populares locais. [Devendo], sempre que possível, interessar localidades da mesma região ou do mesmo Estado na apresentação de folguedos populares de outros pontos”.²⁰²

²⁰⁰ “Ouvindo Renato Almeida. O movimento Folclórico Brasileiro”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1959. Hemeroteca ITF. Pasta 08.

²⁰¹ “Folguedos Populares”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 04/09/1957. Hemeroteca ITF, pasta 08.

²⁰² “Folguedos Populares”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 04/09/1957. Hemeroteca ITF, pasta 08.

Finalmente, o *modus operandi* do *folclorismo*, que tem na realização de reuniões itinerantes o seu principal veículo de articulação, é mais uma forma de expressar essa vocação integradora. Enquanto o Estado e a capital federal desempenham neste esquema o papel centralizador, as reuniões são o foro “legislativo” (Laytano, 1987: 149) de decisão das diretrizes pelos estudiosos.²⁰³ Sua finalidade é a de promover a contrapartida de entrelaçamento da CNFL com suas redes locais, bem como destas últimas entre si.

Ademais de constituir um ingrediente atrativo ao patrocínio governamental, a CNFL procurava fazer da programação aberta ao público um espaço de preservação das ocorrências folclóricas, reservando às apresentações artísticas grande parte dos investimentos angariados e do tempo destinado aos congressos. Essas reuniões festivas, para as quais eram mobilizadas vultosas somas conseguidas à custa de sistemáticas intervenções junto aos governos estaduais, mais uma vez se encaixam naquela concepção inclusiva. Elas visavam à sensibilização da opinião e dos poderes públicos através de exposições e da encenação de danças, canções e outras práticas que atraíam, além da atenção da população leiga ou especializada, a mídia. Ao mesmo tempo, a identidade *brasileira*, ponto de união entre os membros e destes com o *povo brincante* (os grupos folclóricos convidados a exibirem os folguedos em seus trajes típicos), era coletivamente dramatizada durante os festivais, em festas e jantares de confraternização promovidas pelos organizadores e convidados, embaladas por melodias folclóricas e troca de presentes ou suvenires “típicos”.²⁰⁴

Assim, como bem mostrou Rodolfo Vilhena, os congressos são o espaço

²⁰³ Os congressos também eram a única ocasião em que se podia reunir o Conselho Deliberativo da CNFL – disposto acima do conselho Consultivo e formado por sete delegados do primeiro Secretário (Renato Almeida) mais todos os secretários dos estados. Já o Conselho Consultivo reunia-se mensalmente no Itamaraty. (Vilhena, 1997: 99).

²⁰⁴ Veja-se a descrição do encerramento do IV Congresso, em Porto Alegre, dada pelo *Jornal do Dia*: “O dr. Dante de Laytano, presidente do IV Congresso de Folclore, recepcionou os congressistas em sua residência com um coquetel, não faltando as iguarias típicas rio-grandenses. Nessa recepção foi SS homenageado pelos Congressistas, considerando-o gaúcho folclorista no. 1 do Congresso sendo-lhe ofertado o avental e o chapéu de couro típico do cavaleiro das coxilhas [na verdade, a julgar pela foto, um tapa-peito e chapéu de cangaceiro]. Durante a recepção vários números de canção e poesias gauchescas foram apresentadas por poetas e escritores da terra, tendo também os folcloristas de outros estados, apresentado canções e poesias regionais das suas plagas. Foi uma noite alegre e festiva em que os folcloristas de todos os Estados gozaram de fidalga hospitalidade da terra gaúcha na pessoa da anfitriã exma. Sra. Laytano, que a todos cumulou das nímias gentilezas próprias do alto padrão social do ilustre casal”. (“IV Congresso Brasileiro de Folclore”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 21 ago 1959. BAM F- 0397).

ritual onde se exercita o “ethos folclórico” pelo qual os participantes traduzem suas relações. Elas se encontram calcadas nos mesmos valores de brasilidade que os estudiosos desejam revelar através da pesquisa, como a tolerância, a informalidade e a cordialidade, evitando-se discordâncias frontais nas comissões de trabalho. (Vilhena, 1997: 217). Valores desta ordem são permanentemente evocados nos discursos destinados a manter o ânimo firme dos engajados frente à extensão da obra a ser realizada, nas moções de apoio e elogio mútuo, nas falas emocionadas de saudação e despedida:

Certames, como o [IV Congresso Nacional de Folclore] de Porto Alegre este, valem menos com intenção de dizer o que fizemos, senão de planificar [...] E, acima de tudo, a nossa família, a família dos que amam e estudam o folclore, se reúne. Sentamo-nos lado a lado e conversamos, analisamos, debatemos, corrigimos, assentamos planos, reforçando acima de tudo o ânimo e o desvelo com que devemos continuar a estudar e cuidar da cultura popular do Brasil.²⁰⁵

A eficácia mobilizadora do *folclorismo* deriva exatamente dessa capacidade de alimentar um sentimento de unidade e de solidariedade em torno de uma causa cultural infensa às discórdias da política, dos conflitos étnicos ou da religião. Ela enseja analogias, pelos promotores, entre os folguedos cuja prática desejavam estimular, e os congressos, traduzidos no discurso de Manuel Diégues Jr como atos de aceitação coletiva em que não cabiam vaidades individuais:

Um dos grandes marcos deste III Congresso foi, sem dúvida, a realização das mesas redondas, que a bondade de Renato Almeida deu como de iniciativa minha, quando, na verdade, se tornou o que poderíamos chamar um fato folclórico se teve, a idéia, uma possível autoria, transformou-se num fato de aceitação coletiva, perdendo, tanto quanto possível, sua paternidade para cair no anonimato. Hoje o que podemos dizer é que a iniciativa não tem autoria – se a teve – e tornou-se de todos. Pois todos a aceitaram, e todos comprovaram seu bom êxito.²⁰⁶

O esforço integrador é, assim, o terreno onde floresce a principal inovação do movimento que, diferentemente das tentativas contemporâneas de produção de pesquisa, esteve calçado em uma estratégia específica de relacionamento com as elites culturais dos estados. Estes tinham a qualidade adicional de estarem distantes do fogo cruzado com as vanguardas intelectuais do Rio de Janeiro e São

²⁰⁵ Almeida, Renato. “O Congresso de Folclore em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1959. BAM TEMÁTICO, Pasta 45, F-1238.

²⁰⁶ Diégues Jr, Manuel. “Lembranças da Bahia”. *Diário de Notícias*, 14/07/1957. Hemeroteca ITF, pasta 08.

Paulo, e próximas dos governos estaduais, a quem poderiam apelar (como de fato faziam) para subvenções a excursões, congressos e publicações.

Tomando por referência os nomes conhecidos dos institutos e academias locais, Renato Almeida tratou de armar uma rede articulada de eruditos, a quem buscava fornecer orientações metodológicas e temáticas. Entre os compromissos firmados na Carta de Folclore de 1951, havia itens expressamente voltados a definir o papel multiplicador dos Secretários das comissões regionais, que agregavam às subcomissões sócios correspondentes nos municípios do interior, tal como a comissão nacional procedia com os primeiros. Como afirmou mais tarde um participante da comissão capixaba, a razão para isso era simples:

[...] uma Comissão Nacional do Folclore criada no Rio de Janeiro não ia ter utilidade nenhuma. Aí ele [Renato Almeida] procurou saber quem eram os folcloristas estaduais. E encontrou inúmeros que estavam dedicados à mesma idéia: Dante de Laytano, no Rio Grande do Sul; Osvaldo Cabral, em Santa Catarina; Rossini Tavares de Lima, em São Paulo; Loureiro Fernandes, que era professor de Antropologia no Paraná; Guilherme Santos Neves, no Espírito Santo; Aires da Mata Machado, em Minas Gerais; e no Nordeste inúmeros: René Ribeiro, em Pernambuco; em Alagoas, o Téo Brandão... [...] Você pode olhar que em todos os Estados, o Renato Almeida encontrou folcloristas. Não encontrou no Mato Grosso, que naquele tempo não havia estudiosos, nem nos territórios. Mas do Sul ao Norte apareceram brasileiros que se interessaram. Então, como era o sistema dele? Em cada Estado foi criada uma Subcomissão da Comissão Nacional. Essa Subcomissão depois se transformou em Comissão e não tinha presidente, tinha secretário.²⁰⁷

Segundo Vilhena, o convite partia diretamente da CNFL ao escolhido para chefiar a comissão local, tomando por base indicações de membros das associações eruditas locais, ou do representante do IBECC no estado em questão. Embora a designação oficial dependesse do Presidente do IBECC, em última instância a escolha cabia a Renato Almeida, que sem perder de vista a exequibilidade dos planos e a inexistência de qualquer reserva orçamentária para as afiliadas, privilegiava nomes de grande reputação intelectual ou próximos das esferas políticas, com um capital social suficiente para arrebatar apoios pecuniários ou favores da máquina pública. O mesmo critério guiava a escolha, pelos secretários regionais, de correspondentes no interior. Uma vez aceita a nomeação, as comissões e seus afiliados detinham grande autonomia,

²⁰⁷ Entrevista com Renato Pacheco concedida a Adriana Bravin e Guilherme Ramalho Manhães. Disponível na web em: <http://www.folclorcaxaba.org.br/entrevistas/renato_pacheco.doc>. Consulta em 24 de outubro de 2002.

submetendo-se à CNFL nas questões doutrinárias e dependendo basicamente do Secretário para o cumprimento de suas atribuições. (Vilhena, 1997: 97-98).

Já no ano seguinte ao de fundação, a CNFL se multiplicava em 18 subcomissões, reunindo um total de 404 membros. (Carneiro, 1957: 178). Estas convergiam, através de troca regular de correspondência e de publicações²⁰⁸, para as agências centrais localizadas na capital federal – a CNFL e a CBDF. Como explicou o Secretário da CEF no Rio Grande do Sul, havia uma divisão expressa de tarefas coletivamente planejadas e executadas, de tal forma que a CBDF – diretamente ligada ao MEC, com verbas próprias que ajudavam a sustentar financeiramente os congressos e a remuneração de seu Conselho Técnico Consultivo – figurava como instância avaliadora dos resultados alcançados pelas Comissões Estaduais. Como encarregado oficial da guarda e divulgação pública desses resultados no país, ela dava o “toque final” às atividades da CNFL.

A Campanha funcionou em aliança com a Comissão Nacional [...] A Campanha se esforçava por dar o toque final nas manifestações folclóricas. A Comissão Nacional se multiplicara em comissões estaduais. Realizava a missão de carrear, reunir e comentar o material regional e local do folclore. A Campanha era uma só e centralizava os acervos e informes e montou uma biblioteca de folclore do Rio de Janeiro, onde também veio a dar início ao Museu Nacional do Folclore [...] (Laytano, 1987:145)²⁰⁹

²⁰⁸ A Comissão Nacional distribuía regularmente aos associados, à imprensa e a organismos culturais dos estados sua coleção de Documentos. Esta era composta de artigos em geral modestos, com poucas páginas e sem grandes intenções explicativas, que arrolavam práticas folclóricas testemunhadas sem referências aos contextos de sua produção, mas com grande minúcia de detalhes. Além destas *achegas*, apareciam mimeografados discursos, recortes de jornal breves, noticiário geral de interesse e bibliografia mensal. No Rio Grande do Sul alguns folhetos encontram-se esparsos pela seção de Rio Grande do Sul da Biblioteca Pública Estadual, na Biblioteca do IGTF e na da PUCRS. A coleção do MJC foi doada (e espalhada) pela diretoria do Museu, em 1994, a bibliotecas de escolas públicas. O levantamento da coleção feito por Vilhena mostra que a política editorial de Renato Almeida privilegiava, na publicação da série, os trabalhos elaborados pela “periferia externa” da “network folclórica”, em detrimento da produção de ponta dos coordenadores do movimento, que pela própria posição de destaque podiam dispor de outros veículos (livros, revistas, etc) para canalizar sua produção. Do total da série *Documentos* da CNFL, 47,7% provinham das comissões estaduais. Entre estas, a CEF do Rio Grande do Sul figura como terceira colocada em número de artigos publicados (10,5%), atrás de São Paulo (com 26%) e Bahia, com 35%. Cf. Vilhena, 1997:303. Algumas Comissões Estaduais mais organizadas, como as de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul chegaram a publicar seus próprios periódicos, como a revista trimestral *Folclore* e os cadernos da CEF do Rio Grande do Sul, mas de periodicidade irregular.

²⁰⁹ Dante de Laytano seguiu à risca a ordem de reunir o material de todas as comissões em um único órgão central. Essa diretriz não se restringiu ao envio de material impresso, mas também de documentos de serviço que possibilitavam o controle das atividades diárias, bem como das relações entre os membros das subcomissões. Por isso, as atas de reuniões da CEF gaúcha (atualmente dirigida por Rose Garcia, professora de Folclore do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS), não se encontram no Rio Grande do Sul, mas no Rio de Janeiro, mais precisamente na Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura

Além de alcançar o *locus* interiorano das investigações, tamanha capilaridade permitia à Comissão unificar as diretrizes de ação de um movimento desdobrado em vários pontos do país. A estreita ligação que a CNFL e a CBDF alimentava com sua clientela de eruditos locais escapava aos limites do entendimento *científico* da matéria, remetendo à expectativa de afluência máxima de pessoas ao “movimento”. A Campanha era, como bem definiu o Secretário da Comissão gaúcha, “uma só”, enquanto a CNFL era múltipla, ganhando corpo em subcomissões federalizadas. Assim, a visão integradora de nação sustentada pelo movimento encontrava-se explicitada na sua estrutura organizacional, organizada segundo o mesmo princípio pelo qual definiam a unidade cultural brasileira dentro da multiplicidade de caracteres regionais.

Este viés integrador foi expressamente reconhecido pelos participantes dos estados, que também viam na CNFL – e, principalmente, na figura carismática de Renato Almeida²¹⁰ – um canal raro de comunicação com intelectuais melhor situados, no duplo sentido do termo. A vinculação dos trabalhos a um universo mais amplo, chefiado por Renato Almeida a partir da capital, era valorizada por esses polígrafos periféricos, que viam ali a possibilidade de denunciar a insularidade²¹¹ a que eram condenadas suas pesquisas, assim como de revertê-la ao

Popular.

²¹⁰ Como afirma Vilhena, embora a CNFL conferisse autonomia às comissões estaduais (até porque não lhes garantia qualquer aporte financeiro considerável), havia diretrizes comuns a serem respeitadas, incluindo a intensa negociação de interesses e divisões de tarefas que dependiam de grande mobilização, mas, sobretudo, de conciliação. Estas qualidades parecem ter sido o forte de Renato Almeida, cujo “[...] empenho, o carisma e a habilidade diplomática [...] garantiam sua posição de grande liderança entre os folcloristas, dele partindo a maioria das iniciativas, que quase sempre contavam com o respaldo do Conselho Técnico Consultivo da CNFL [...] Além disso, Almeida mantinha uma intensa correspondência com os secretários estaduais, consultando-os acerca de medidas de seu interesse”. (1996: 127). Da CNFL os integrantes mais ativos foram os sócios residentes no Rio de Janeiro – Édison Carneiro, Manuel Diégues Jr, Joaquim Ribeiro e Cecília Meireles.

²¹¹ A clandestinidade com que se trabalhava na “província” foi sempre muito lamentada por Laytano, na correspondência com outros autores. Em carta a Álvaro Moreyra (uma das principais influências exercidas sobre sua curta trajetória como escritor) Laytano refere-se a isso nos seguintes termos: “Considero-me pago, mais do que pago, pelas agruras de uma vida intelectual idiota, imbecil e inútil (três is) que se lava na província, ao abrir uma das páginas do “O Dia nos Olhos” e encontrar meu nome citado. Isto consola, ameniza e honra a gente” (AMCJ, CE 56 , AP 1037, Caixa 001, Of. 146, 10/04/1956, de Dante de Laytano a Álvaro Moreyra). O tom queixoso repete-se em outras cartas, como a dirigida a Raul Bopp: “Num mundo trivial, chato e medíocre, fica-se entusiasmado, ao ver, e até cheirar o bom perfume das páginas, de uma obra tão requintada. Ah, ‘seu’ poeta, vivo numa província, nossa província, aliás que é uma grande droga. Enfim há coisas piores. Muito reconhecido pela régia oferta. Coisas batutas, assim, são muito raras nesta terra. (...)” (AMJC CE 55, v2 1955, v.2, AP 1034, of. 480 - 12/10/55 – de Dante de Laytano a Raul Bopp) Diante da ausência de resposta do IHGB às inúmeras investidas feitas ao longo de dois anos para incluir seu nome na lista de sócios, Laytano, em mais outra missiva, acusa Virgílio Correa de

ingressarem em redes prenhes de novas oportunidades. Assim, o credenciamento de gaúchos como delegados de um movimento de cunho nacional servia para conectá-los (e às suas pesquisas) aos intelectuais de renome do Nordeste, de Minas e do eixo Rio-São Paulo, enquanto a ampliação desse trânsito – que oportunizava contatos, publicações, prefácios, filiações a associações de outros estados e tudo o mais necessário ao acúmulo de credibilidade e autoridade frente aos pares conterrâneos – convidava outros interessados em “sair da clandestinidade” e a ingressarem da Comissão local.

Exemplo do cuidado dispensado à manutenção de um intercâmbio assíduo com outros partícipes do movimento, bem como das possibilidades de ascensão profissional vislumbradas na conexão com o Itamaraty é a carta endereçada pelo secretário da Comissão Gaúcha a Renato Almeida, na ocasião em que este lhe remetia os anais do I Congresso Nacional:

Vejo publicada minha tese, meu nome participando dos trabalhos nas diversas atas e a presença dos companheiros do Rio Grande. Ótimo, muito bem e gratíssimo. A côrte quebra sempre o isolamento da província e assim é bom sair numa esplêndida publicação oficial como a sua. [...] Seria possível uns cinco exemplares do III Volume [?] Desejo oferecer às autoridades locais, embora derrotadas eleitoralmente... [...] Como já estou cansado de ser bobo, quero arranjar um lugar de professor em universidade européia... Vai me ajudar nisso. Quais as cadeiras vagas que o Itamaraty ainda tem ... a esperança morre com o homem...Estou escrevendo ao Presidente do IBEC e ao Ministro para a agradecer a oferta dos ‘Anais’ e felicitar o Secretário Geral.²¹²

A sensibilidade de Renato Almeida para com os “intelectuais de província” é o foco do reconhecimento manifestado pelo mesmo secretário na imprensa de Porto Alegre, que faz publicar um artigo de louvor dedicado ao coordenador do movimento.²¹³ Nele, Laytano convinha à novidade representada pela inversão do desconsideração para com os intelectuais da periferia: “Telegrafei-lhe, na esperança de uma resposta, mas não creio ser o forte do caro patrício cuidar de seus admiradores na província”.(AMJC, CE 1956, AP 1037, Caixa 001, Of. 150, 10/04/1956, de Dante de Laytano a Virgílio Correia). A Antônio Simões dos Reis, proprietário da Editora Simões (pela qual Laytano e Spalding começam a publicar, juntamente com outros folcloristas, depois do engajamento na CNFL), Laytano confia que “Escrever e morar na província constituem mesmo temas de tragédia (...)” AMCJ, CE 1955, v.2, AP 1034138, Of. 532, 4/11/55, de Dante de Laytano a Antônio Simões dos Reis.

²¹²AMJC, CE 55, v.2, AP 1034. Of. 510 - 17/10/55, de Dante de Laytano a Renato Almeida.

²¹³O artigo, cujo título é “Renato Almeida e o Folclore Brasileiro”, é a reprodução da conferência proferida por Dante de Laytano um ano antes, quando representou, a pedido do primeiro, a Comissão Nacional de Folclore no I Colóquio de Folclore em Montevideu em 1956. À época, Laytano era Presidente do Centro Cultural Uruguaio-brasileiro em Porto Alegre. (Cf. AMJC, CE 56, v1 AP 1035. Of. 711, 15/9/56, de Dante de Laytano a Temístocles Cavalcanti – Pres. IBEC).

fluxo “viciado” da periferia para a corte, já que a CNFL tinha ido às capitais do interior convidar seus representantes mais ilustres à empreitada comum de preservação da identidade nacional, e de refundação do Folclore como uma especialidade ocupada desta definição:

Criado o I.B.E.C. e colocado Renato Almeida no comando da Comissão Nacional o que se viu? Não o renascimento das discussões e esclarecimentos referentes ao folclore, mas o lançamento das bases de largo, amplo e profícuo trabalho de equipe, chamamento das forças esparramadas e um despertar nos Estados que em seguida se integraram no movimento. Jamais alguém tinha envergadura. Do centro para a periferia, da côrte para as províncias, da capital da nação para todas as províncias, do Rio de Janeiro para vinte e uma cidades. Bem sabemos, nós os da província, a deliberada indiferença, filha também da inércia e do eterno descanso, que os habitantes da capital têm os habitantes que teimam em viver no interior.²¹⁴

A dimensão tomada pela questão da integração e sua articulação primária com o projeto em questão é, finalmente, mensurável pela forma com que Carneiro organiza seu relato, pontuado pela transitoriedade das tentativas anteriores de pesquisa, e tendo a criação da CNFL como marco de um novo tempo. A partir da metade do o texto – e isso é recorrente em outros levantamentos da década – toda atenção recai sobre a Comissão Nacional, encerrando com a criação da CDBF (futuro Instituto Nacional de Folclore) em 1958, a chegada de Carneiro à direção (legitimada por sua identificação com o movimento) em 1961, e seus planos de expansão para os anos seguintes.

A criação da Campanha representa nessa narrativa o cumprimento da promessa de aproximação com o poder público e, sob patrocínio deste, a renovação da esperança de que a troca de conhecimento sistemático

A bandeira da descentralização cultural do país foi permanentemente vinculada pelo secretário à identidade do movimento. Laytano costumava justificar sua participação nele por reconhecer em Renato Almeida uma liderança capaz de levar a cabo esta empreitada. A defesa do relacionamento paritário entre *centro e periferia* confunde-se com a missão integradora do *folclorismo*, a ponto de motivar a elaboração, em 1956, de um documento intitulado “A Pesquisa e a Província”. (AMJC, CE 56 AP 1037, Caixa 001, Of. 460, 2/7/56, de Dante de Laytano a Renato Almeida). Essa disposição, de parte do Secretário da CEF gaúcha, foi farejada por Rodolfo Vilhena, que cita em seu trabalho um discurso proferido por Laytano na inauguração da Exposição do Livro Brasileiro de Folclore na Biblioteca Nacional em dezembro de 1957. Nele o secretário mais uma vez lembrava a visibilidade dada por Renato Almeida aos pares estaduais: “Renato Almeida soube ir às províncias, lembrou-se dos Estados da Federação e não esqueceu os operários que mourejam quase sem títulos e de poucas esperanças na árdua tarefa do imenso compromisso de fazer literatura, ciência e arte, nas capitais do interior, onde os ecos das próprias palavras desapareceram abafados no silêncio das ruas quase sempre tranqüilas [...]” (Laytano, citado em Vilhena, 1997:250).

²¹⁴ Laytano, Dante de. “Renato Almeida e o Folclore Brasileiro”. *Correio do Povo*, 18/01/57. Hemeroteca ITF, pasta 08.

paulatinamente impusesse o Folclore às universidades. Contudo, a demarcação institucional como o ápice do desenvolvimento desses esforços denuncia nas entrelinhas do texto o sentido paliativo do que fora conquistado com a CNFL. Como organismo paragovernamental, dotado de uma estrutura “frouxa e maleável” que o articulava ao Itamaraty e à Unesco, ela acionava mecanismos afinal precários para superação da falta de verbas e de novos pesquisadores, exigindo de seus membros “uma participação voluntária e gratuita nas tarefas que ela empreenderia”. (Carneiro, 1963: 27). Se a Comissão Nacional mesma já vivia na dependência da posição privilegiada de Almeida dentro do Itamaraty para garantir os favores do governo federal e do trabalho “desprendido” dos demais associados, evidentemente ela não detinha meios para resolver o estado de orfandade financeira e técnica enfrentado pelas comissões locais.

A situação da comissão estadual do Rio Grande do Sul é esclarecedora a esse respeito. Como suas congêneres, ela era extremamente dependente de seu diretor, que além de manter sob seu encargo as atividades de edição e troca de correspondência, precisava vigiar de perto a presença dos demais membros nas reuniões mensais. Para evitar seu esvaziamento, as convocações eram feitas, como Laytano fazia questão de frisar, na “forma de apelo”, embora a expressão mais adequada para descrever seu teor fosse mesmo a de “ultimato”.²¹⁵

O próprio Renato Almeida não se fazia ilusões: raramente os planos de pesquisa acertados nos congressos encontravam condições de realização na rotina das representações locais, cujos membros se viam ocupados múltiplas outras tarefas.²¹⁶ Dez anos passados da fundação da CNFL, na abertura do III Congresso

²¹⁵Em cartas convocatórias aos componentes da CEF residentes em Porto Alegre, Laytano ressaltava que a Comissão vinha “procurando poupar o mais possível seus componentes”, mas encarecia “que a presença do caro colega é absolutamente indispensável, que sem sua esclarecida colaboração nada se poderá fazer e, finalmente, esta secretaria, que tem o papel de coordenação deixará ou abandonará a comissão se não contar com sua importante ajuda”. MJC, CE 52 v.2, AP 1027. Carta Circular, 4/10/52, de Dante de Laytano aos membros da Comissão Gaúcha de Folclore.

²¹⁶ Os poucos resultados alcançados pelo movimento, tanto no âmbito institucional quanto acadêmico, vão aos poucos mudando o tom otimista do discurso das lideranças. Passados os primeiros anos da arregimentação, já não se justificavam facilmente as limitações dos trabalhos e projetos. A produção da maioria dos participantes não ultrapassava o sentido modesto das *achegas*; o inquérito nacional restara incompleto. Segundo Carneiro, teriam cumprido esta tarefa apenas as comissões de São Paulo, Espírito Santo e Alagoas. Por conta disso, avaliações mais realistas, algumas como a de Almeida, enunciada por ocasião do III Congresso Nacional, vão se tornando comuns: “O estudo do Folclore ainda não está organizado, nem existem possibilidades das pesquisas devidas nem se conseguiu ainda mais do que boa vontade. Dissipamos uma

de Folclore, em Salvador, Manuel Diégues Jr fazia uma avaliação análoga:

Esse movimento, rico de inteligências e de vontades, pobre de meios e de recursos – esse movimento de perseverança, patriotismo e fé perdura até hoje, ligando e conciliando os integrantes – cada vez mais numerosos – da grande família folclórica do Brasil [...] se durante esses dez anos, muito se fez a prol do folclore em nossa terra – o que se não alcançou (e podia ter sido alcançado), o que se deixou de fazer (e bem pudera ter sido feito), o que se não realizou (e, certo, poderia ter sido realizado) é de tal corpo e tal monta que, até certo ponto, empequenece a nossa vanglória [...]. Continuamos, sob certos aspectos, com a mesma deficiência inicial. Sem o necessário apoio dos poderes públicos, as pesquisas se fazem, via de regra, incompleta e desfalcadamente. Sem verbas e sem auxílios, como promover inquéritos perfeitos e sumosos, recolher e registrar material demológico, organizar e manter museus, lançar publicações, entreter intercâmbios culturais, estimular festas e folguedos populares?²¹⁷

Neste sentido, a criação de um organismo oficial como a CDFB, em 1958, representou uma conquista importante, mas também tardia e parcial. Apresentando sobre a Comissão Nacional a vantagem da autonomia orçamentária, com a desvinculação do serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores, ela pôde ampliar o financiamento aos encontros de trabalho com representantes estaduais, aos congressos e outras iniciativas do gênero – além de, sob comando de Carneiro, entre 1961 e 1964, estender aos estados a composição do antigo “Conselho Técnico” (transformado em Conselho Nacional de Folclore), até então limitado aos folcloristas residentes no Rio de Janeiro. Porém, em que pese ter sido criada para servir de porta-voz do movimento junto ao poder Executivo, a Campanha estava longe de se constituir no “serviço nacional de folclore, devidamente aparelhado e ramificado em todos os Estados”²¹⁸ sonhado

atmosfera, não digo hostil, mas de certo modo prevenida, e a tornamos simpática, por vezes mesmo solícita. Mas isso não nos levou ainda a alcançar elementos de ação nem nos conduziu à realidade na qual o folclore seja uma disciplina universitária e haja meios de fazer o levantamento científico de seu acervo”. (Almeida, Renato. “Da Bahia: Terceiro Congresso Brasileiro de Folclore”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 jul. 1957. BAM TEMÁTICO. Pasta 28, F – 0536).

²¹⁷ “O Folclore no Brasil. Discurso pronunciado pelo Professor Guilherme Santos Neves, em nome das Delegações estaduais presentes ao III Congresso Brasileiro de Folclore”. (Sem Título) Julho de 1957. Hemeroteca ITF, pasta 08.

²¹⁸Cf. Discurso de Renato Almeida, na abertura da III Semana Nacional de Folclore. Transcrito em: “Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p. 5. Além disso, vale lembrar a ressalva de Vilhena, de que o aparecimento da Campanha coincide justamente com o começo do enfraquecimento do poder de arregimentação dos folcloristas junto ao público, e igualmente da capacidade de influência junto ao Estado. Como instância burocrática oficial ela tendeu a reduzir a margem de atuação dos folcloristas, uma vez que o preenchimento da direção era subordinado a critérios políticos de escolha. À exceção de Carneiro, a CDFB esteve a cargo de pessoas mais próximas do Ministro da Educação do que da cúpula da CNFL. O destino final do único Presidente identificado ao movimento, demitido por motivos ideológicos logo após o golpe de 1964, é uma mostra dos

por Renato Almeida no início da mobilização. Mesmo no que diz respeito aos benefícios trazidos pela posição estratégica dos secretários dentro do serviço público, esta condição devia-se a atuações culturais, políticas ou burocráticas que antecediam o engajamento ao *folclorismo* e que, sendo fundamentais para viabilizá-lo, deveriam ser conciliadas com ele.

Desse sistema de produção intelectual multifacetado, isto é, sustentado pela miríade de funções e postos que a ausência da especialização das tarefas implicava, deriva o contraste entre a grande soma que os secretários locais conseguiam angariar para os congressos (com os festivais, as excursões turísticas e exposições que eles incluíam) e a penúria com que se cumpriam atividades mais discretas e metódicas, como a edição, o intercâmbio e as expedições de pesquisa. Na medida em que puderam ser realizadas, tais atividades o foram graças à polivalência de que se revestiam as autoridades intelectuais dos estados, regradas que eram pela mesma incipiência e pessoalidade com que funcionava a CNFL.²¹⁹

Na CEF rio-grandense, por exemplo, a adesão real dos membros enumerados na nominata é muito variável. Descontando as presenças mais ativas de Walter Spalding e Ênio Freitas e Castro, os demais se limitavam a aparições esporádicas em recepção aos convidados para eventos realizados em Porto Alegre. Em alguns casos, como o de Érico Veríssimo, a participação é praticamente nula, restringindo-se ao empréstimo de seu prestigiado nome (talvez em retribuição aos favores prestados por Laytano no período em que pesquisara no Arquivo Histórico, dentro do MJC, para redação de seu romance *O Tempo e o Vento*).²²⁰

perigos que esta proximidade institucional e politicamente precária dos folcloristas com o Estado implicava. (Vilhena, 1997: 105).

²¹⁹ “Mais do que as vantagens de estar ligado umbilicalmente ao Instituto – que aparentemente não tinha uma estrutura burocrática própria muito significativa – a Comissão Nacional de Folclore beneficiava-se da própria posição de Renato Almeida no Ministério. Sem negligenciar suas responsabilidades com o Itamaraty, como demonstra sua ascensão funcional, trabalhava incansavelmente para a CNFL, utilizando para tarefas de expediente os funcionários administrativos a ele ligados no Ministério. Todos os outros membros tinham como responsabilidades fixas apenas o comparecimento às reuniões bimestrais da Comissão”. (Vilhena, 1997: 96).

²²⁰ Veríssimo, no discurso de abertura da última sessão da III Semana Nacional de Folclore, em Porto Alegre, assumiu abertamente sua posição acessória nos trabalhos da Comissão, ao contar de sua convocação para recepcionar os convidados do congresso: “Há poucos dias, meu amigo e professor Dante de Laytano me convidava para tomar parte neste Congresso de folclore, ao que respondi que não entendia de folclore. Como insistisse que fizesse uma conversa sobre o assunto, eu respondi que não entendia do assunto. Então, ele perguntou: Que diabo! E de Cecília Meirelles você entende?”. “Sessão de Encerramento. Abertura da sessão e discurso de Erico Verissimo”. In: III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE. 22 a 29 de Agosto de 1950. Porto Alegre. *Anais*.

Outros ainda, como Moysés Vellinho, chegaram a pedir “o nome de volta”, alegando discordâncias políticas com o governo federal.²²¹ O grau desigual de participação é um indício do reconhecimento da comissão, pelos próprios associados, como um projeto profissional do comissário. Este, por sua vez, viabilizava sua especialização como folclorista através das funções e cargos conquistados como historiador. Além de cátedras nos cursos de História e Geografia das duas faculdades existentes em Porto Alegre e da Direção do Museu Julio de Castilhos, Laytano marcava presença como Presidente de mais outras cinco Comissões, contando apenas as filiadas ao IBECC (Intercâmbio, Teatro, Museus, História e Ciências Sociais), e sem considerar a chefia de outras, permanentes e temporárias, relacionadas ao cumprimento do calendário cívico estadual pela Secretaria Estadual de Cultura. À exceção das duas primeiras, todas as demais instâncias de atuação encerram o mesmo prefixo “para” (institucional) que de certa forma fragiliza sua capacidade empreendedora. Mas em um tempo em que as regras de autoridade intelectual não obedeciam ainda a um sistema objetivo e normatizado de avaliação – o que só seria imposto mais tarde pela universidade – os cargos honoríficos representavam, em conjunto com as funções oficiais desempenhadas em órgãos culturais e educacionais, o patrimônio curricular que permitia a Dante de Laytano multiplicá-los por outras “honorarias”.

Diante disso, a dedicação integral dos participantes ao Folclore, tal como almejada pelas lideranças do movimento, não tinha como ultrapassar o âmbito retórico. Mesmo que o projeto de “especialização” da matéria defendido pelos líderes do Rio de Janeiro e São Paulo parecesse, em tese, contrário a este estado de coisas, foi exatamente em sintonia com ele que se procurou montar a estrutura do *folclorismo*. Vale frisar então que, quando se fala na proximidade dos partícipes com a esfera governamental, esta assume quase sempre um sentido provisório, quando não precário e, em todo caso, dependente da flutuação de redes de reciprocidade (articuladas por vínculos de parentesco, de afinidade, de origem ou geracionais), que ligavam as figuras intelectuais aos meios políticos, regulando o acesso ao parco aparato institucional sobre o qual se estruturava o campo

Rio de Janeiro: IBECC/CNFL, 1950.pp. 85-86, p.85.

²²¹ Cf. AMJC, CE 56, AP 1037, Caixa 001, Of. 147, 10/04/1956, de Dante de Laytano a Renato Almeida.

cultural de então.

3.4. Gilberto Freyre e o Folclore

“[...] ele foi um dos primeiros a estudar a história brasileira sob o ponto de vista social. A sociologia brasileira nasceu com Gilberto Freyre. Foi muito bonito, porque ele mostrou que devia-se *interpretar a história*, e não só revelar datas. Não era, a história não é só data; a história é feita de fatos. São fatos e dados, conforme a sociologia. Foi criação dele, baseado nessas idéias gerais.”

(Dante de Laytano, Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 30/9/1998)

A estratégia inclusiva explicitada na organização ramificada da CNFL certamente pareceu aos gestores do movimento uma saída para equilibrar sua posição frágil dentro do também incipiente campo institucional da pesquisa social no país. Contudo, ela não se esgota nem na utilidade logística das redes estaduais para a CNFL, nem nos proveitos de ordem prática, para os sócios dos estados, extraídos dos contatos firmados na convivência com intelectuais de várias partes do país. Na verdade, essa estratégia repercute no nível simbólico, e pode ser considerada como um elemento estruturante da percepção que os folcloristas alimentam de si próprios e de suas relações com o objeto de estudos.

Neste plano, impera sobre os folcloristas uma influência que Rodolfo Vilhena assinalou, com razão, como bastante forte (ainda que poucas vezes assumida), das teorias de Gilberto Freyre acerca das características “próprias” à colonização portuguesa nos trópicos. (1996: 134; 197:254). Entendia este autor que, sendo o Brasil uma sociedade estruturada sobre relações sociais complexas e friccionadas por tradições culturais diversas, sua unidade se estabelecia imediatamente como um objeto de estudos capaz de trazer à luz uma espécime peculiar de civilização. A nacionalidade forjada em um tempo reconfigurado sob o choque traumático da conquista teria conferido ao “complexo” cultural resultante, um estatuto heurístico e humanístico dos mais elevados – e que, presumiam os folcloristas, haveria de encontrar expressão nas manifestações populares. O Folclore, em razão de suas várias faces, figura como porta de entrada privilegiada para se investigar o processo germinativo da cultura nacional. Nas palavras de Renato Almeida,

Nos países de formação recente, como os da América, em que o folclore não se constitui apenas no desnivelamento de elementos culturais, mas por igual da sua aculturação com fatores e contribuições das raças primitivas autóctones ou importadas, o folclore é um dado imprescindível para a história, uma explicação para a geografia, uma achega para o conhecimento da lingüística e um esclarecimento psicológico da mais alta importância. Sem aprofundar a investigação nas capas populares, jamais se conseguirá uma síntese da formação de um povo. O grande mérito do sr. Gilberto Freyre foi descer às cozinhas e quintais das casas grandes e às senzalas e não permanecer, como outros, nos paços dos governos, preocupados apenas com a vida administrativa e com as lutas políticas e militares da nossa época colonial.²²²

Neste marco de reflexão, a mestiçagem já não diz respeito à sujeição da população do país às condenatórias leis da mistura de raças, mas a uma sociedade formada sob o signo das trocas entre colonizadores europeus, índios e negros escravos, resultando daí um complexo social híbrido, nem propriamente ibérico, nem propriamente ameríndio, menos ainda europeu. O processo de gestação do Brasil deriva, pois, não num tipo racial, mas numa **cultura** mestiça, encarnada num sistema sincrético de tradições que no princípio encontravam-se separadas, mas que aqui se fundindo, teriam dado origem a uma civilização singular.

Para além do deslocamento relativo do foco de análise da ‘raça’ para a ‘cultura’ – tantas vezes apontado pelo próprio Freyre nos sucessivos prefácios em que tentou controlar as releituras de *Casa Grande & Senzala*²²³ – o que se destaca da referência de Renato Almeida à sua obra é a consonância entre a filosofia de ação do *folclorismo* e o princípio do equilíbrio entre “antagonismos”, apropriado pelo mestre de Apipucos de Lamarck.²²⁴ Nesta visão o Folclore afirma-se como

²²² Almeida, Renato. “Semana Folclórica”. *Correio da Manhã*, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F-0104.

²²³ “Desde o lançamento do livro no Rio de Janeiro, em 1933, até sua 14ª edição, em 1966, o autor escreveu prefácios recolocando *Casa grande & Senzala* como aposta de valores diferentes em um mesmo jogo. São documentos carregados de representações sobre os diferentes momentos na circulação do livro. Na série escolhida, os prefácios enunciam indícios sobre um conjunto de transformações nas matrizes de classificação do livro, bem como pistas sobre alterações progressivas nos princípios de autoridade, nas comunidades de leitores e nas possibilidades de edição e circulação dos textos escritos transmissores das mensagens sobre o Brasil”. Sorá, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. Fev. 1998, vol.13, no.36 [citado 01 Maio 2000] Disponível na web em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000100008&lng=pt&nrn=isoISSN0102-6909>.

²²⁴ “Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros; importados da África [...] os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos.

síntese da integração entre “continente e ilha”, “nacional” e “regional”, “erudito” e “popular”.

A estreita correspondência do enunciado com o modo com que os gestores da CNFL encorajaram as elites culturais dos estados a ratificar documentalmente a configuração regionalizada da nacionalidade, além de estar expressa na emolduração cartográfica dos levantamentos e no pressuposto empiricista do objeto, ditou também os limites das interpretações dos pesquisadores. Enquanto o culturalismo histórico – compreendendo uma noção de processo que trabalha na junção entre a sincronia e a diacronia – aparece como referencial metodológico obrigatório (pois que o “o folclore, como disciplina [...] está entremeadado à história cultural de cada nação”) (Carneiro, 1963: 28), as *províncias* prevalecem nas coletas como o *locus* da cultura tradicional, com especial destaque para a estrutura colonial do Nordeste agrário, e de forma mais ou menos explícita, conforme o autor em questão.

Sem que esta filiação – desfavorável naquele contexto de revisão crítica da produção anterior – fosse sistematizada pela vanguarda teórica do movimento, o viés tradicionalista pelo qual Freyre contrapôs, no Manifesto de 1926 seu “regionalismo” aos “falsos modernismos” das capitais politicamente hegemônicas (Rio de Janeiro e São Paulo), reaparece na produção de vários autores, em especial na dos folcloristas das “províncias”. Entre os membros do “estado maior”²²⁵ do movimento, o mais assumido seguidor é o alagoano Manuel Diégues Jr, para quem

Já na época da feitoria [...] se fazia o contato mais íntimo dos portugueses com a terra nordestina, mais acentuado a partir de 1535, com a criação da

Sem deixarem de ser relações [...] de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme [...] O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira entre senhores e escravos [...] foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação [que agiu] poderosamente no sentido de democratização social no Brasil”. (Freyre, [1933] 1992:1).

²²⁵ “Embora a lista total dos que, formalmente, integravam a Comissão fosse enorme, incluindo muitas personalidades ilustres de alguma forma envolvidas com o folclore, a participação nas suas reuniões era muito desigual. [...] Pode-se dizer que, com o tempo, consolidou-se em torno de Almeida um grupo mais constante que participava mais intensamente das reuniões e dos congressos, o qual incluía Manuel Diégues Jr, Joaquim Ribeiro, Édison Carneiro, Marisa Lira e Cecília Meirelles”. (Vilhena, 1997: 96-97).

capitania. Duarte Coelho, chegado em 1535, trouxe gente da melhor estirpe lusitana; gente mais apta e de melhores recursos para a colonização agrária, observa Gilberto Freyre. Com ela o donatário iniciou a obra que haveria de projetar-se pelos séculos e fazer de Pernambuco o centro de irradiação econômica e social do Nordeste. Com ela também começou a formar-se o processo de aristocratização – e ao lado deste, o da democratização social pelos contatos humanos entre os elementos lusitano, indígena e negro, e mais tarde o já mestiçado, que convergiram para a formação demográfica da terra – da sociedade nordestina, constituída em derredor dos engenhos de açúcar.²²⁶

O Manifesto de 1926 estabeleceu em termos políticos os princípios sobre os quais o processo histórico da configuração cultural brasileira seria descrito mais tarde, em *Continente e Ilha* – texto, aliás, chave para a comunidade de leitores sul-rio-grandenses.²²⁷ Escrito sete anos depois de *Casa Grande & Senzala* (ou seja, no auge do Estado Novo e no espocar do conflito mundial), Freyre descreve nessa conferência a forma particular pela qual o Império Colonial Português teria sabido estender sua influência de norte a sul do continente americano: no norte pelos primeiros portugueses; no sul pelos açorianos. O “sociólogo” – que segundo o presidente da CEF gaúcha, foi quem “enquadrou os tipos brasileiros num arcabouço diversificado, explicando cada um como um tipo à parte” (Laytano, 1986: 61) – procurou também, no mesmo texto, dar conta da heterodoxia cronológica e étnica do Rio Grande do Sul. Formulou a idéia de que, ao lado do sentido continental do esforço colonizador na América, a “civilização atlântica” teria se forjado não da forma comum – a partir da expansão de um centro dispersor para as áreas periféricas –, mas através de “ilhas sociológicas” “de

²²⁶ Diegues Júnior, Manoel. Os Portugueses no Nordeste. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 108-115, jun. 1949, p. 109.

²²⁷ *Continente e Ilha* foi especialmente elaborado como conferência apresentada em congresso histórico comemorativo ao bi-centenário de fundação de Porto Alegre, em 1940. Nele, Freyre lança o argumento – posteriormente recuperado por Laytano – de que a colonização açoriana, feita a partir de casais, teria sido um fator de “estabilização” da conquista portuguesa na ponta austral do Brasil. Esta foi a segunda viagem de Gilberto Freyre ao estado, em companhia de José Lins do Rego e a convite de Dante de Laytano, presidente da comissão organizadora do III Congresso de História e Geografia, organizado para celebrar a data histórica. O Congresso foi promovido pelo IHGRS e Prefeitura Municipal, instalado em 5 de novembro de 1940 no auditório da Faculdade de Direito e encerrado em 16 do mesmo mês. De passagem, vale destacar que, até então, a data oficial comemorativa ao aniversário da cidade era 5 de novembro de 1740, em reconhecimento ao estabelecimento de pequenos núcleos povoadores na estância de Jerônimo de Ornellas. Em 1953, o Prefeito Ildo Meneghetti encomendou ao Instituto uma nova precisão da data de fundação Alegre. Depois de intensos debates entre os sócios, foi aprovado o parecer assinado por Othelo Rosa, Guerreiro Lima e Moysés Velhinho, que sugeria o dia de 26 de março de 1772 (atualmente em vigor), quando fora criada a freguesia de “São Francisco do Porto dos Casais” por Marcelino de Figueiredo, emancipando-se da jurisdição da antiga capital Viamão. (Cf. Belmonte, Ema R. “Porto Alegre Festeja seus 227 anos”. *Correio do Povo*, 26 março 1999, p.7. Para outros pareceres contrários, ver “Parecer relativo à ‘Data de Fundação da Cidade de Porto Alegre’, por Tupi Caldas, como relator da Comissão do IHGRS”. (AMJCE, CE 1953, v.1, AP 1028).

coagulação da energia lusitana em [...] *áreas* economicamente estratégicas que depois se acentuariam em *regiões* mais amplamente culturais”. (Freyre, 1943: 18 Grifado no original). O sucesso da colonização portuguesa nos trópicos seria devido, então, a terem os luso-brasileiros juntado “o sentido de arquipélago [...] ao de ilha. O sentido de ilha unido ao de continente”, sabendo fixar a expansão imperial dentro das precárias condições de povoamento, e por isso mesmo espalhando-o em “ilhas ecológicas e sociológicas” que se adaptavam bem à continentalidade do território: “um sentido completando, retificando, corrigindo o outro”. (Freyre, 1943: 21-24).

Este esquema contrapõe a univocidade da região (a ilha cultural), à diversidade da nação (continente), diversidade que é entendida como um prolongamento das dimensões do arquipélago. Como explicou Giralda Seyferth (2000:180), a função lógica do nacionalismo regionalista de Freyre é dupla: de um lado, “[...] permite encontrar seus elementos constitutivos mesmo naquelas áreas que receberam grandes contingentes de imigrantes – caso do Rio Grande do Sul” – o que, no que diz respeito aos intelectuais periféricos, autoriza a adoção de uma perspectiva *local* de recuperação da história, da literatura e do folclore brasileiros.

Em compensação, a mesma linha interpretativa que absolve os rio-grandenses da pecha de estado estrangeiro, instala a disputa política em torno do potencial de representação da nação. Introduzindo diferentes quocientes de brasilidade, ela presume que o seu ponto máximo seria encontrado bem distante dali, na célula originária do Brasil. Mais uma vez é Seyferth quem adverte que “[...] a pluralidade é mais legítima nos limites fixados pela formação nacional herdada dos tempos coloniais, mais preservada no Nordeste – lugar onde a mistura das três tradições (portuguesa, indígena e negra) está em equilíbrio”. (Seyferth, 2000: 182). Ou seja, o núcleo gerador da sociedade brasileira reside em tempos e lugares anteriores à integração do Rio Grande ao espectro nacional. O ponto de partida da Nação é a ordem familiar e patriarcal do Engenho, marcada por uma “flexibilidade” do regime social que se teria originado da plasticidade portuguesa, aberta ao cruzamento com outros povos.²²⁸

²²⁸ No manifesto de 1926, Freyre também afirma essa superioridade moral da tradição nordestina sobre as demais regiões: “Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao

A apropriação dessa fórmula regionalista pelos folcloristas é, evidentemente, mais conciliadora, visto que se dá num contexto (de redemocratização) bem diferente do momento original, marcado pela crise internacional e, internamente, pela tendência de defesa de um Estado forte e centralizado. Obedecendo ao sentido inclusivo do movimento, o lastro de “homogeneidade cultural” legado ao folclore é percebido como uma herança apenas adaptada localmente, e que não ameaça a unidade trinária dos diversos repertórios locais. Prova disso seria que o tema de referência – por exemplo o boi, cujas denominações variam “boi bumbá”, “boizinho”, “bumba-meu-boi” – se repete por todo o território, variando apenas no nome.

Enquanto fenômeno diferentemente concentrado sobre a geografia do país, o folclore serviria, de contrapartida, para desenhar áreas limítrofes, que expressam a variabilidade sutil das expressões de uma mesma cultura, singularizada pelo povoamento em “ciclos” – do ouro em Minas; do Gado, no Rio Grande do Sul; do açúcar no Nordeste; da borracha no Norte, etc. Dentro deste raciocínio, Renato Almeida aconselhava que o Folclore fosse “[...] considerado em todas as zonas, embora haja grande homogeneidade de manifestações, com variantes, é certo, mas numa linha geral, que marca a unidade brasileira. [...]” (Almeida, 1971: 18)²²⁹, ao passo em que Manuel Diégues Jr conclui:

A unidade brasileira é, em princípio, um resultado do equilíbrio dessas diversidades, ou melhor, um sistema criado por essas diferenciações regionais, que não chegam a ser divergências... [...] Os grupos étnicos que formaram cada região – com a única exceção da colonização estrangeira – são os mesmos; os mesmos o espírito, a religião, o sentido de família, com que se estabeleceram, em cada território regional, esses grupos. Igualmente, dessa unidade de origem é que surgiram as diversidades regionais, nascidas como adaptação ao ambiente. (Diégues Jr, 1960, apud Vilhena, 1997: 253)

Entre os gaúchos ligados à CNFL não faltavam motivos para adotar esse modelo “caleidoscópico” de representação da nação. O Secretário local foi um dos que mais fizeram recurso a ele. Em sua produção, os elementos folclóricos servem para confirmar a diversidade de meios nos quais se desenvolve “o milagre da

Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores”. (Freyre, 1967: 18).

²²⁹Segundo Almeida, essas ocorrências singulares se justificam pela amplitude da cultura pastoril em que se formou o país e pelos movimentos contínuos da população, decorrentes dos grandes ciclos econômicos, da atração ou da criação de cidades novas. (Almeida, 1971: 18).

unidade” (para usar uma expressão que lhe era cara), e a “fidelidade” e integração da extremadura meridional da “América Lusitana [...] no mundo que o português criou”.²³⁰ Como em *Continente e Ilha*, o lastro luso do brasileiro gaúcho proviria da colonização açoriana: os açorianos, embora sejam portugueses, são um tipo particular (ilhéu), que especifica a lusitanidade rio-grandense, sem ameaçá-la de exclusão. Na justificativa oferecida por Dante de Laytano ao neologismo “luso-açoriano” – subtítulo tópico do primeiro capítulo de sua coletânea sobre o “Folclore do Rio Grande do Sul” – o folclorista recorre ao historiador para sublinhar a diferença na unidade:

Luso-Açoriano. Deixou-se de respeitar a ortodoxia antropológica e etnográfica para o título deste pequenino subcapítulo, porque não há uma etnia nos termos da palavra diversificação. Ocorre que miscigenação ou aculturação, para ser mais rígido nos preceitos científicos, parece não levar o folclorista a uma conclusão mais consciente. O folclorista precisa neste justo momento do socorro do historiador. A história aprecia distinguir os fatores nos seus detalhes mínimos Português que foi para os Açores, o luso-açoriano é uma etnia perfeitamente explicada pela correção do tempo em etnia diversificada, pois a gente lusa passou, no Arquipélago das Nove Ilhas Atlânticas, os genes ou as origens. O português é o mesmo. Sofreu a diversificação da paisagem. Não deixou de ser português. Mas ele vai-se diferenciar do português continental.” (Laytano, 1987: 22)

Tomando a formação regional como um prolongamento da diversidade geográfica do país – segundo a máxima do Manifesto de 1926, de que o homem brasileiro só poderia ser apreendido “moldado pela paisagem” (Freyre, 1967: XXII) –, a demonstração do “lastro luso-brasileiro” do Rio Grande passa, a partir da adoção dessa perspectiva culturalista, a incluir o atributo da diferença. A manobra, como predisse Seyferth, permite de fato estender os presumidos caracteres de brasilidade a áreas dotadas de um largo contingente de população caracterizada como “alienígena”:

[...] a preocupação de fazer do Pampa a única paisagem do Rio Grande não é admissível. O Pampa, ou a Pampa, de fato é um dos contextos típicos da natureza gaúcha. A hostilidade do litoral, a riqueza do planalto e a fartura da

²³⁰ “Tive a satisfação de receber, [...] do nosso comum amigo Rubem Rosa, ilustre figura de gaúcho civilizado, que muito conhece seus pagos, um exemplar [...] do [...] ‘O Continente do Rio Grande’, em torno do qual mandei um pequeno registro bibliográfico aos jornais [...] é uma feliz interpretação sobre as origens da extremadura meridional da América Lusitana e esplêndida observação histórica, mas sociológica sobre nossa fidelidade e integração no mundo que o português criou. [...] Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Helio Viana, Pedro Calmon, [...] possuem belas páginas e livros sobre o Rio Grande e seu brasileiro”. AMJC CE 54, v.1 AP 1031, Of. 337, 28/6/54, de Dante de Laytano a José Honório Rodrigues.

Depressão Central também. A paisagem caracteriza o rio-grandense, mas o Brasil como continente apresenta outras tantas ilhas culturais de norte a sul.[...] O pampa é o Rio Grande típico. Mas há o gaúcho serrano, o missioneiro, o do litoral, o do centro e das lagoas. A paisagem está diversificada. [...] pois se o Pampa desempenha um papel sociológico na vida do gaúcho, da mesma forma nítidas variedades se observam em toda a paisagem brasileira [...] Pois, o Pampa significa um instante do milagre brasileiro na sua paisagem provocadora. (Laytano, 1983c: 43)

Ao lançarem mão de argumentos comuns às interpretações de outros autores, os folcloristas do Rio Grande do Sul, como os demais, tentam cumprir objetivos específicos, e por isso mesmo não chegam a formular uma síntese em torno dessa unidade plural, festejada desde Mário de Andrade. Na verdade subordinam-na, com o recurso ao autor recifense e ao instrumental conceitual em voga, aos princípios assimilacionistas da *aculturação*. Esta forma permite equacionar certas presenças incômodas para a historiografia local: a hispânica, a imigrante, a indígena e a negra. Sob a ótica de uma pluralidade “estaque” a influência cultural do Prata ficava restrita à área de fronteira, às de italianos e teuto-rio-grandense a núcleos de povoamento espalhados pela serra, planalto e missões, enquanto índios e negros teriam chegado ao estado já “caldeados” com o contingente de luso-brasileiros (militares lagunistas, mineiros, paulistas, baianos, pernambucanos e cariocas), fornecendo a base de “assimilação” das outras “etnias”.²³¹

Desta forma, o mesmo discurso que celebra o gaúcho pampeano como rio-grandense típico (o que serve para diferenciar o estado das demais culturas regionais) introduz um limite aceitável de particularidade. De modo geral, as conclusões acerca da plasticidade portuguesa fundamentam os parâmetros

²³¹ “O folclore do Rio Grande emana de fontes várias. Mas a luso-açoriano-brasileira é seu desenho geométrico número um, o principal. As outras colocam-se agora em quadros estanques, numa das demais partes do mapa.” (Laytano, D. 1987, p. 13). Ainda dentro dessa base cultural cujo marcador diacrítico seria a ampla capacidade de assimilação de antagonismos – sociais, étnicos, econômicos etc. – o açoriano é identificado, em termos geopolíticos, como o fator de sedimentação “familiar” (feito pela vinda de “casais”) do povoamento (parco até o século XVIII). Esses dois grupos – luso-brasileiros e açorianos – aparecem na interpretação de Laytano sob o codinome de “etnias diversificadas”, dentro da categoria de “essenciais”. Ambos são definidos por oposição às etnias “novas” e de influência restrita aos seus respectivos núcleos de povoamento. Portanto, o momento da “síntese”, a fase de transmissão dos “genes e das origens”, é referido ao passado e, mais precisamente ao processo de formação do Rio Grande, compreendido na extensão do termo “luso-brasileiro”: “O luso-brasileiro será o português, o índio e o negro e suas diversas gamas étnicas de miscigenação.” (Laytano, 1987: 27). Uma análise mais detida dos pressupostos obedecidos por Laytano acerca da formação sócio-cultural do estado, pode ser consultada em Nedel (1999, especialmente o capítulo quarto).

exclusivistas com que o pluralismo regionalista se abre à entrada do que os folcloristas costumavam chamar “etnias novas”. Neste assunto o paralelismo entre os três âmbitos de elaboração (Freyre, CNFL e folcloristas gaúchos) é explícito: a pluralidade cultural realmente só é legítima quando assentada sobre o cruzamento cultural dos três troncos formadores, de brancos lusitanos, negros escravos e índios nativos:

Para o Brasil devemos procurar trazer o máximo [de] tradições, que aqui se encontrando com as já em vigor rebentem em novas combinações, novas riquezas e energias. [...] será vantagem, e não prejuízo, para o Brasil, enriquecer-se da energia folclórica que sob a forma de danças, de artes domésticas, de tradições culinárias, de jogos, de lendas, de técnicas de trabalho, nos continue a trazer o português ou o hispano, ou nos traga hoje qualquer grupo europeu que venha estabelecer-se entre nós – alemão, austríaco, polonês, italiano – uma vez que já temos bastante vigor nacional de cultura para ir subordinando essas riquezas novas às tradições dominantes, que são as luso-indo-africanas. É claro que a parte lusitana dessas tradições dominantes precisa ser constantemente reforçada e renovada. (Freyre, 1943: 58-59)

No estudo do Folclore brasileiro, a aculturação mostra o contato da cultura popular portuguesa com a dos índios e negros, [...]. Artur Ramos analisou o assunto com minúcia, no atinente ao encontro das várias culturas no Brasil, não apenas as formadoras do estrato nacional, como ainda as alienígenas aqui aportadas com as correntes migratórias. [...] O nosso folclore, observa Manuel Diégues Junior, é em essência de base lusitana, numa formação que índios e negros dosaram, resultando ‘um produto não só de mestiçagem, mas igualmente de transculturação’” (Almeida, 1957: 171)

No Caso do Brasil [o] estudo [...] dos processos transculturativos através do folclore – tem interesse particular, sobretudo para a região meridional do país. É que o desenvolvimento demográfico dessa região se fez com o elemento estrangeiro, o imigrante europeu – italiano, alemão, polonês. De modo que as manifestações culturais trazidas pelo imigrante passaram a incorporar-se à cultura nacional, isto é, ‘nacional’ como resultado da base cultural portuguesa em suas relações com o africano e o ameríndio, ao mesmo passo que traços culturais nacionais, ou sejam brasileiros, foram aceitos pelo estrangeiro. (CNFL, 1951: 303)

O Rio Grande do Sul, como o Brasil, é bem um cadinho de raças e culturas, em conseqüência da imigração [...] Por essa mesma razão convém tratar o folclore rio-grandense do sul dividindo-o nos quatro tópicos relativos ao luso-brasileiro, ao negro, ao alemão e ao italiano. [...] Como todo brasileiro o gaúcho é basicamente de cultura lusitana. E é o folclore português, seja metropolitano, seja ilhéu, que veio informar basilarmente o folclore gaúcho.²³²

²³² Krebs, Carlos Galvão. “Folclore no Rio Grande do Sul”. *A Hora*. Porto Alegre, 02/08/57. Hemeroteca ITF, pasta 07.

O luso-brasileiro é o português do Brasil, com índio e negro, a mestiçagem que lhe deu o mais admirável princípio de respeito e anti-racismo completo. (Laytano, 1983c: 25). O aferrar-se a determinado ponto de partida do folclore, também explica a posição do gaúcho. Faz questão de usar o folclore seu como coisa que não se repete no Brasil. Não exprime a verdade. O bumba-meu-boi, as congadas, quicumbis, moçambiques, cavalhadas, pau-de-fita, etc., não são comuns ao Brasil inteiro? [...] Um interminável subterrâneo de legados colore o Rio Grande do Sul de um folclore muito marcado de originalidade. Mas de um folclore brasileiro. (Laytano, 1983c: 44-45)

A ascendência deste modelo sobre o movimento folclórico é tão evidente que malgrado Freyre ter-se mantido relativamente distante (Vilhena, 1997: 255; 1996:134), participando somente das primeiras promoções da CNFL, chegou a figurar em reportagens feitas posteriormente como um de seus mais conhecidos participantes.²³³ Não será o caso de explorar aqui os motivos da sua recusa, tampouco de exaurir a sutileza das influências, e menos ainda os aspectos constituintes de uma obra tão peculiar, oscilante entre a literatura, o folclore, as ciências sociais e a história, entre raça e cultura, entre antagonismos e equilíbrios. A complexidade com que Freyre combina um baú de guardados teóricos da História e da antropologia (e de uma antropologia histórica, como a de Franz Boas) estenderia por demais a tarefa. Mas incluindo nessa rápida consideração um paralelo entre o sentido proustiano do método “genético imaginativo” proposto por Freyre em *Casa Grande & Senzala* e os padrões de percepção da “realidade brasileira” acionados pelos folcloristas, parece lícito inferir o caráter difusamente herdado desta influência. Provavelmente, ela se constitua numa herança anterior ao próprio engajamento dos autores no movimento. Significa dizer que o impacto de Freyre no pensamento dos folcloristas diz respeito a uma adesão transmitida não necessariamente sob a citação literal do autor, mas instalada no campo discursivo em que vinha se configurando a memória histórica nacional desde os anos vinte – década que marca a socialização política e intelectual da maioria dos participantes.

Sob tal aspecto há um dado sugestivo: a visão segundo a qual as regiões, sendo a jurisdição “real” de manifestação da nacionalidade, podem ser percebidas senão em conjunto, ao invés de partir de uma perspectiva panorâmica, se contradiz no caráter minguado das sínteses e comparações. Na abundância de detalhes com

²³³ É o caso da reportagem publicada, em 20/ 08/ 1977, pelo *Pioneiro*, de Caxias do Sul, p. 18. Hemeroteca ITF, pasta 02.

que os “fatos folclóricos” são arrolados por “tipo” – literatura oral, música, folgado – “etnia” e “região”, o texto é fragmentado como nos antiquários: classificar, colecionar e descrever são as modalidades principais de explanação do folclore. Daí que nem os limites nem a unidade do conjunto seja uma questão sistematicamente explorada pelos autores – a não ser em conferências, celebrações ou pareceres, quando uma estrutura narrativa para o discurso é mais preservada. Nos levantamentos, pelo contrário, ela opera como um pressuposto, ou melhor dito, como representação – a lente que atravessa a percepção do óbvio pelos agentes.

Ao enumerarem o acervo “popular” das culturas locais, os folcloristas julgam oferecer a prova documental dos elementos de coesão entre as regiões e destas com a nação. Enquanto a última só pode ser apreendida abstratamente (pela exposição cartográfica da incidência de ocorrências análogas pelo território), a *região* aparece como quadro *natural* da coleta:

A base regional do folclore [...] é que lhe dá os contornos mais definidos, a sua expressão como sobrevivência, ou existência, ou aparecimento de motivos que se tornam populares naquela área. A marca regional, tanto quanto no homem, se imprime no folclore; em vez de diminuir, acrescenta a humanidade e a universalidade das suas manifestações. [...] nossas áreas folclóricas mais características correspondem àquelas áreas culturais mais expressivas na paisagem brasileira, sobretudo os centros de atividade econômica – engenhos, fazendas de gado, veios de mineração, estâncias – que se constituíram o mais autêntico ambiente físico de relações étnicas e de cultura. (Diégues Jr apud Carneiro, 1954: 45)

Como bem afirmou Rodolfo Vilhena, para os intelectuais envolvidos com a defesa do Folclore, “a autocompreensão e a de sua sociedade estão intimamente ligadas”. (Vilhena, 1997: 287). Nos textos publicados pelas comissões não são os autores escondidos atrás da empiria que falam, mas seu sistema de valores. Longe de tratar o folclore como um objeto exterior, o estudioso o vê como uma realidade que se estende a si e aos demais brasileiros. Por isso ele jamais assume uma atitude desinteressada, distante ou puramente universalista diante do seu tema: pelo contrário, quando se trata da cultura do “povo”, o objeto é parte do sujeito na análise. É dentro, pois, da perspectiva da lembrança que os autores tentam deslindar no presente a trama das origens regionais da cultura nacional. Daí vem a exigência, identificada a partir do II Congresso e recuperada pela narrativa de

Carneiro “de enunciação do conceito e do objeto do folclore em termos brasileiros”. (Carneiro, 1963: 28).

Como grande narrador, a habilidade de Freyre é também relatar uma história identificada consigo mesmo.²³⁴ Ele escolhe, portanto, falar das origens do Brasil de uma certa perspectiva que, como advertiu Roberto Da Matta, “junta o biográfico e o existencial; com o histórico, o literário e o intelectual”²³⁵ (1983:3). É na disposição de ver o “lado de dentro” da nação (ou a nação encarnada pelo povo, em vez de no Estado representado pelas instituições) que reside a funcionalidade coesiva da sociologia de Gilberto Freyre – a mesma funcionalidade que os folcloristas costumam atribuir às ocorrências que estudam, e que os conduziu pouco a pouco a abrir mão do critério tradicional de definição dos fatos estudados.

Vê-se então a centralidade assumida pela memória histórica nos retratos que os folcloristas produzem da identidade brasileira. Isso é algo que destaca a continuidade subjacente aos projetos folclórico, modernista e “tradicionalista modernista do Recife”. Aqui, por sobre todas as divergências, ressalta a coerência com o tempo em que a atividade intelectual necessariamente incluía a missionária tarefa de contribuir para desatar as amarras culturais do passado colonial, desmontando os efeitos do domínio dos modelos raciais e importados dominantes no século XIX sobre a auto-estima do país. A construção de um consciência própria, brasileira, aparece então como a pré-condição da modernidade e, mais do que isso, de uma modernidade “própria” – assente com as características das culturas regionais.

Sem romper com o mito das três raças enunciado por gerações anteriores,

²³⁴Walter Benjamin dizia, num texto de 1936, que ao contrário dos usos legítimos da razão, é a tradição que constrói os laços de união e identidade entre os homens, entre adultos e crianças, entre pais e filhos, entre parentes, entre vizinhos, entre vivos e mortos. Neste sentido, a narrativa [...] é, para Benjamin, a “forma artesanal” de comunicação da tradição. “Sua intenção primeira não é transmitir a substância pura do conteúdo, como o faz uma informação ou uma notícia. Pelo contrário, imerge essa substância na vida do narrador para, em seguida, retirá-la dele próprio. Assim a narrativa revelará sempre a marca do narrador, assim como a mão do artista é percebida, por exemplo, na obra de cerâmica”. Cf. Benjamin, Walter. “O Narrador”. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 69.

²³⁵ “Gilberto Freyre foi um grande narrador [...] porque escolheu falar do Brasil de uma certa perspectiva, de dentro de uma dada moldura. E o ângulo escolhido foi justamente aquele que mais perturba, posto que junta o biográfico e o existencial; com o histórico, o literário e o intelectual”. (Da Matta, 1987: 3).

desde Varnhagem e Von Martius, mas exibindo no presente os sinais da permanência dos elementos basilares da nacionalidade – unidade dentro da diversidade, cordialidade e informalidade, mestiçagem – os folcloristas retomam este antigo projeto político de interpretação da nação, para atribuir-lhe maior abrangência e respeitabilidade científica. Fazem-no, contudo, em uma situação de modernização do conhecimento produzido no país – o que os incita a sintonizarem seus pressupostos com teorias manipuladas por novos cientistas sociais formados nos anos quarenta e cinquenta. Assim, enquanto para Gilberto Freyre a identidade brasileira encontra-se cristalizada no passado colonial, a síntese dos folcloristas passa a prever uma identidade em processo, corporificada no chamado “folclore nascente”.

3.5. O Folclore, as “províncias” e as alternativas de institucionalização da pesquisa social no Brasil

Ao encerrar este longo capítulo, gostaria de voltar ao contexto mais amplo de produção intelectual definido nos primeiros tópicos para, relacionando-os às diretrizes delineadas até aqui, identificar os atrativos e coerções apresentados pelo engajamento das elites provinciais em torno de um projeto intermediário e transitório de ciência social.

Por sua dimensão na compreensão das ciências sociais da atualidade, o período de vinte anos abrangido pela narrativa de Edison Carneiro tem despertado um interesse especial entre os investigadores – na maioria sociólogos e antropólogos – dedicados a desvendar sua própria genealogia. Com o objetivo de conhecer as etapas e os dilemas que marcaram a entrada da pesquisa social nas instituições de ensino superior, o projeto coordenado por Sérgio Miceli (1989) identificou a contribuição diferenciada dos estados da federação no que diz respeito à validação de critérios acadêmicos aplicados à produção do conhecimento em ciências sociais. As fontes manipuladas informavam diferentes configurações institucionais, que pareciam condicionadas mais por fatores externos do que de caráter disciplinar. Por essa razão, a equipe decidiu “regionalizar” a análise, concentrando-a no contraste entre os casos paulista e carioca, entremeados pelas experiências institucionais mineira (Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais) e pernambucana

(Instituto Joaquim Nabuco) – usadas para testar o grau de generalidade daqueles dois empreendimentos exemplares. (Miceli, 1989: 15).

A partir daí, a conclusão é que “[...] a Ciência Social enquanto tal constituiu uma ambição e um feito paulista”, enquanto nos outros estados, à exceção do Rio de Janeiro, as iniciativas em prol da pesquisa seriam de menor envergadura. A regra nestas localidades teria sido a mesma dos dois casos *periféricos* apresentados, onde vigoravam formas de produção intelectual marcadas “por uma maior indiferenciação relativa das elites, por uma estratificação social e ocupacional menos complexa e por um rarefeito mercado local de produção e consumo de bens culturais”. (Miceli, 1989: 15-16).²³⁶

Entre os traços comuns a essa “matriz provinciana de produção intelectual” aparecem a tradição *polígrafa*, os empreendimentos dependentes de uma firme liderança intelectual e o fato de que, nos lugares onde se via “o descompasso entre as pretensões políticas das elites locais no plano nacional e a precariedade de seu lastro econômico” tais empreendimentos culturais ganhassem impulso exatamente ao se integrarem a outras redes de intercâmbio e cooperação existentes no interior das leites. (Miceli, 1989: 16-17). Ou seja, as fontes de autorização intelectual eram diversas, e provinham da conjunção das competências intelectuais a muitas outras, de diferentes ordens. Nestes casos, é lícito supor juntamente com Miceli, que as tentativas de fundação e fundamentação de saberes tendessem a se enquadrar na vida social como instrumentos de luta, produzidos por grupos especializados em disponibilizar argumentos de cunho histórico e sociológico a agentes peritos em barganhar com o poder central visando à extração de recursos para seus estados. (Miceli, 1989:18).

²³⁶ Isso não implica no não reconhecimento de outras especificidades presentes na trajetória das pesquisas nos estados. Sobre o caso mineiro, ver Maria Arminda do Nascimento Arruda in Miceli, 1989: 234-315 e Paul Freston Idem: 316-358. Adiante-se que em Minas Gerais as disciplinas jurídicas e econômicas foram a base da formação em ciências sociais. Ali as experiências de estudo e pesquisa estiveram vinculadas “ao abastecimento dos quadros político-partidários, mediante a formação de elites políticas e corpos funcionais voltados ao ingresso no aparato burocrático federal. Em Pernambuco Gilberto Freyre, criador do Instituto Joaquim Nabuco, em 1948, opunha-se à vinculação institucional com a Universidade, segundo o autor recifense, “para evitar o velho mal desses sistema: a burocratização” (Apud Freston, 1989: 322). Conforme Freston, a instituição visava a pesquisa aplicada à melhoria das condições de vida dos operários nordestinos empregados nas usinas de açúcar, que “vinham suplantando os antigos engenhos desde o final do século passado, destruindo as relações paternalistas de trabalho que eram a temática de *Casa Grande & Senzala*”. (Freston, 1989: 319) A questão das condições de institucionalização da pesquisa nos estados será retomada adiante, na explicitação do lugar ocupado pela CEF no espaço de produção sul-rio-grandense na década de cinquenta.

Antes de explorar este ambiente intelectual *provinciano* mais a fundo, vale marcar que, independentemente das especificidades dos contextos estaduais de produção, ao considerar como critérios a presença universitária, os trabalhos de campo e o grau de autonomia desfrutado pela experiência de pesquisa em questão, o parâmetro usado pela equipe de Miceli é exatamente o que se constitui como uma exceção no panorama das Ciências Sociais brasileiras. Este é representado pela “neutralidade doutrinária”, a relativa autonomia e a “solidez acadêmica” da produção universitária paulista, exercitada pioneiramente na Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP (1933) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP, 1934). Contraposto a ela, aparece o programa transformador, “desenvolvimentista” e politicamente engajado da ciência social carioca, produzida sob forte ingerência política e governamental em institutos diversificados e externos ao ambiente acadêmico.

Mesmo tendo em conta como demasiado²³⁷ o contraste traçado sobre essas duas experiências, Rodolfo Vilhena aproveitou-as para assinalar, de lá para cá, a posição particular ocupada pelo Folclore na história e na memória das ciências humanas: desenvolvido à margem da ciência social produzida no Rio de Janeiro e sob intensa crítica da sociologia paulista, ele não recebeu nem das universidades, nem dos autores ocupados de sua história “atenção equivalente à repercussão que obteve no período”. (Vilhena, 1996: 126). Na verdade, a copiosa (e largamente desconhecida) produção deixada pela CNFL confirma a assertiva de Vilhena de que, mesmo sem aparecer entre iniciativas de maior envergadura, identificadas pela maioria dos autores como restritas ao centro-sul do país, ela foi capaz de desenvolver um projeto com nítida caracterização disciplinar, sustentado por uma estratégia altamente mobilizadora que lhe conferiu um alcance nacional. (1997: 126). Apesar da validade dessa hipótese, a estratégia de ação englobante do *folclorismo* impõe, por outro lado, descrever suas variantes locais, na medida em que introduz uma espécie de ruptura entre a vanguarda intelectual do movimento e

²³⁷ Não há por que discordar de Vilhena, quando afirma que: “O grupo coordenado por Miceli, ao propor-se a historiar essas ciências, separa-as do conjunto do pensamento social brasileiro e busca seus precursores na década de 1950. A dimensão engajada da sociologia paulista é menos enfatizada para que sua defesa do conhecimento acadêmico seja o elemento a ser valorizado no seu confronto com as ciências sociais cariocas. São convenientemente deixadas em segundo plano as polêmicas acerca do nacional-desenvolvimentismo que também faziam parte da agenda dos debates entre os intelectuais do ISEB e seus colegas de São Paulo”. (Vilhena, 1997:59).

o exército de coletores amadores dos estados.

Quando Édison Carneiro filia a mobilização a uma determinada linhagem de autores que lhe teriam antecedido, reconhece a necessidade de recompor a identidade profissional do folclorista a partir da redefinição dos critérios de legitimidade nos quais baseia-se a autoridade do pesquisador – tendo em vista que estas se encontravam sob revisão e julgamento de novos referenciais analíticos. Investindo na superação das duas ameaças ao reconhecimento *científico* do folclore – as referências literária e histórica –, o folclorista tende a rechaçar a influência das academias tradicionais sobre esses estudos. Contudo, era nas “províncias” – onde, segundo Miceli, o “regionalismo se imp[unha] com freqüência como uma ideologia semiprofissional de elites dependentes” (Miceli,1989:18) – que o movimento concentrava seus parceiros mais fiéis. Ecoados pela ação federalizada das subcomissões, os apelos da CNFL foram levados com maior força para ambientes onde os Institutos Históricos prevaleciam como foros de discussão da pesquisa histórico-social, mesmo com a chegada das Faculdades de Filosofia, nas décadas de 40 e 50.²³⁸

Esta “ida à periferia” era publicamente justificada como o arremate institucional de um projeto aglutinador acalentado desde Mário de Andrade. Os dirigentes da CNFL supunham que a existência de cadeiras de folclore nas Faculdades de Filosofia dos estados garantisse automaticamente uma definição nítida e cientificamente orientada, tanto para a disciplina, quanto para a identidade compreendida como objeto. Enquanto isso não acontecia, o caráter para-institucional das Comissões permitia o aproveitamento da estruturas institucionais pré-existentes e ramificadas por todo o território nacional (como as redes de ensino, os museus estaduais, os institutos de geografia e estatística, órgãos da imprensa oficial, institutos históricos e geográficos, entre outros).

É evidente que naquele momento em que a pesquisa em universidades recém começava a se implantar no país, a possibilidade de contar com uma rede nacional de intelectuais simpatizantes era uma prerrogativa alvissareira. Mas nem

²³⁸ A permanência dos Institutos como referenciais em pesquisa histórica, mesmo depois de criados os cursos superiores de Geografia e História nas duas universidades (católica e estadual) do Rio Grande do Sul, é demonstrada por Rodrigues (2002). A autora ratifica a tese de domínio da chamada “geração católica” sobre as universidades locais, a escassez de investimentos institucionais em pesquisa e o direcionamento dos cursos para a formação de professores .

por isso ela deixava de acarretar problemas quando à legitimidade dos resultados. Na verdade, a produção fragmentária e modesta da maioria das contribuições mostrava uma realidade diferente do que presumia a imagem que folcloristas alimentavam do ambiente universitário. Tão convictos da neutralidade doutrinária de suas pesquisas quanto os ciosos sociólogos da USP, os autores dos estados raramente se mostravam familiarizados com as teorias que vinham sendo divulgadas pelos novos pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, do centro país. O desafio que se colocava aos gestores do movimento era então o de satisfazer, segundo rezava a tradição durkheimiana, a definição de uma nova especialidade, a ser validada pelo consenso em torno do objeto de estudo, baseando-se na “boa vontade” de historiadores amadores em folclore, distantes do centro dos debates sociológicos e divididos entre múltiplas frentes de atuação.

Assim, o volume e o tipo de recrutados, que pareciam vantajosos dentro da estratégia “rumorosa” do *folclorismo*, acarretou dificuldades para a almejada inclusão do Folclore na vida universitária. Como “a cavalo dado não se olha o pêlo”, as bases locais do movimento acabaram mantendo-o mais próximo da ação proselitista e arregimentadora do que do esforço necessariamente mais restritivo de demarcar uma nova especialidade acadêmica. Desta forma, tanto a “flexibilidade” institucional quanto o caráter integracionista e mobilizador, que possibilitaram a sobrevivência política do *folclorismo*, também produziram sua fraqueza epistemológica, resultando desta conjugação um ecletismo conceitual e conciliador, que acabou comprometendo os planos de se estabelecer a legitimidade disciplinar da matéria. Essa tensão não resolvida fica manifesta na própria degradação semântica do *folclore*, palavra que virou sinônimo de coisa fantasiosa, que se tornou preta de conotações conservadoras e anedóticas. Como reconheceu o próprio Renato Almeida, o campo desta ciência permaneceu “aberto a todas as improvisações da rotina empírica”. (Almeida, 1957: 261).

Mas, sem desconsiderar a crítica de Vilhena, e reconsiderando a pista “regionalista” deixada por Miceli (de que o proselitismo identitário de forte conotação política funcionava como um elemento fundamental ao conhecimento produzido nos estados), é possível compreender melhor a opção dos autores “de província” pelo Folclore em lugar de outras ciências emergentes. Ao presumir o

fato folclórico como criação essencialmente coletiva, e, neste sentido universal, mas considerando que suas combinações particulares são regionais – necessitando, portanto, serem conhecidas em seu próprio ambiente– o movimento convocou intelectuais próximos das ocorrências sob escrutínio, para construir uma imagem unificada da nação que conferia destaque à periferia.

Neste contexto específico de engajamento, a categoria nativa “província”, utilizada entre os *polígrafos* locais por oposição aos beneficiários das facilidades da “corte”, detinha um sentido duplo: ao mesmo tempo em que pretendia realçar um modo específico de exercício da brasilidade, sugeria a ausência desta intelectualidade nos debates sobre a formulação do “autêntico” nacional. Com a inclusão do Rio Grande em um movimento inter-regional, a bandeira da descentralização cultural do país, que já tinha acompanhado a própria formação da *intelligentsia* local, passava a ser amparada “científica” e coletivamente, na medida em que era reconhecida por nomes de prestígio no cenário intelectual do país, como Renato Almeida, Cecília Meirelles, Roger Bastide, Édison Carneiro, entre outros visitantes ilustres do estado. Neste caso, a distância da “periferia” em relação aos centros mais urbanizados podia ser reconstruída favoravelmente, enquanto guardião da tradição.

Esta possibilidade não se apresentava nos outros projetos intelectuais daquele momento. Pelo contrário, eles se opunham francamente aos paradigmas “da história das elites” defendidos pelas agremiações de literatos. Estas, apesar de se manterem como referência primordial, já entravam em crise de autoridade frente a outros espaços de produção. Ao mesmo tempo, a importação de projetos modernizantes de pesquisa excluía do escopo da ciência social as sínteses globais e literariamente trabalhadas da formação do país, que serviam de referência aos historiadores e folcloristas.

As ciências emergentes não condenavam apenas as antigas formulações de uma sociologia literariamente trabalhada, mas introduziram também um certo preconceito em relação à História – preconceito este que, como notou Lucia Lippi de Oliveira, até ali “não fazia parte da tradição brasileira de estudos sociais”. (Oliveira, 1987: 43). Desta forma, poucas alternativas restavam, no processo global de especialização das ciências humanas, aos ‘intelectuais de província’

formados à luz de uma tradição erudita ornamental, e acusada de representar parte do atraso nacional. Essas visões condenatórias do passado colonial (e de uma escrita histórica tida por colonizada) repercutiam tanto na esfera político-ideológica, com a revisão das leituras paradigmáticas do *caráter nacional* construídas nos decênios anteriores, quanto na própria trajetória autoral de Freyre, que, do reconhecimento inicial como representante brasileiro da sociologia para o mundo, ruma à consagração final como escritor do Recife. (Sorá, 1998).

Enquanto o otimismo singularizante da mestiçagem inspirava o projeto folclorista de proteção e reconhecimento de uma identidade brasileira em processo, Caio Prado Júnior surgia com uma interpretação totalmente distinta. Em sua análise, a questão da herança colonial é desviada do terreno “cultural” para o domínio essencialmente político e econômico do subdesenvolvimento e da dependência, isto é, de uma configuração social orientada externamente, e por isso mesmo condenada ao desconhecimento de suas características nacionais permanentes, abafadas pela dominação estrangeira. É neste mesmo sentido que Mariza Peirano – cuja tese defendida em 1981 na Universidade de Harvard é retomada por Rodolfo Vilhena na análise da instância nacional de coordenação do *folclorismo* (a CNF e a CDBF) – identifica o sentido de ruptura proposta pela obra do maior crítico do *folclorismo*. Em seu trabalho, a autora desenvolve a hipótese de que a linha de interpretação proposta por Florestan Fernandes representaria o esgotamento da *cultura* não só como categoria proeminente de análise, mas também como mote ideológico:

Nos anos vinte e trinta, quando o Brasil era dominado pela ideologia do ‘país novo’, o conceito de ‘cultura’ desempenhou um papel importante nos estudos sociológicos. No entanto, essa fase foi substituída por uma na qual a noção de ‘país subdesenvolvido’ predominou e, nesse contexto, não foi a riqueza do Brasil, mas sua desigualdade vis-à-vis outros países que se tornou a questão mais importante na ideologia nacional. Retrospectivamente, a primeira fase foi caracterizada por uma ‘consciência do atraso’ morna, na qual a identidade nacional era a preocupação principal, enquanto a segunda fase envolveu uma ‘consciência catastrófica’. [...] Os conceitos de subdesenvolvimento e de dependência, avançados por sociólogos durante os anos cinquenta e sessenta, floresceram inteiramente. (Peirano, 1981, Apud Vilhena, 1996: 137).

Ao longo deste processo, foi sendo construído um panteão de pensadores da nação em que a produção dos anos vinte e trinta ocupa um lugar proeminente, mas que nem sempre lhe é reservado quando se trata de celebrar os heróis

fundadores da pesquisa social “propriamente dita” – aquela produzida em ambiente universitário. As posições dominantes no cenário de adaptação da ciência às novas necessidades do país pretendiam romper com os projetos carismáticos e personalistas de escrita da história nacional, projetos tidos por “autoritários”, e que tanto Freyre quanto os historiadores tradicionais passam a representar, pela voz daqueles críticos. Os novos leitores especializados respondem pelo julgamento da produção “ensaísta” e não especializada, que teria seu alcance analítico traído pelo engajamento *regionalista* dos autores. (Sorá, 1998). Essa retórica desqualificante acompanha a passagem da recepção da obra de Gilberto Freyre, do universo de ponta da ciência (cujo pico de consagração se encontra na década de 1940) para a categoria dos clássicos imunes ao tempo, mas também alijados do futuro e da modernização prometida às ciências sociais nos anos sessenta.

Embora desse ponto de vista a exclusão do Folclore no processo de consolidação da ciência brasileira lembre a crônica de um desfecho anunciado pelos avanços paralelamente alcançados à mesma época pelas áreas circunvizinhas, a bibliografia hoje disponível sobre o assunto permite supor que as avaliações sobre sua fragilidade institucional e mesmo conceitual não diferissem muito caso se tomasse por referência a Antropologia ou a Sociologia daqueles anos. Algumas evidências apontam para isso. Em primeiro lugar, o fato de que o padrão atual de caracterização e estruturação do conhecimento contemplado pela ciências sociais tenha se consolidado posteriormente ao período de maior pujança dos estudos folclóricos, e de que até lá o tema – fosse concebido como método, objeto ou disciplina – tivesse subsistido no centro dos debates que tentavam estabelecer limites entre as áreas potencialmente interessadas no estudo da “cultura popular”.

Deixando temporariamente de lado a questão da intervenção cívica e o ingresso do folclore ao mundo do espetáculo, vale recordar também que até sua proscrição acadêmica ter sido coroada pelo franco desenvolvimento dos programas de pós-graduação de História e Ciências Sociais, a Literatura ainda figurava, em muitos casos, como uma referência englobante, não apenas daqueles estudos, mas do conjunto das ciências humanas. Sob intensa interlocução, aquelas

áreas apenas vinham começando a estabelecer com maior precisão os seus respectivos campos de atividade e era grande a margem de dúvida, para os próprios enunciadores da “ciência moderna”, quanto aos significados de combinações epistemológicas típicas da época, como *antropologia regional*, *etnologia social*, *sociologia literária*, *sociologia cultural*, etc.

Outro fato marcante daqueles tempos é que as divergências teóricas não eram entendidas como uma riqueza da esfera acadêmica, mas, dada a fragilidade de tradições e métodos assentados que confirmassem a linhagem dos autores, como um defeito. Roberto Cardoso de Oliveira dá a entender que elas eram vistas como um obstáculo à interação profícua entre os quadros de pesquisadores. O autor lembra, por “experiência própria”, a suposição reinante de que se devesse estabelecer em unísono a divisão entre as respectivas áreas, baseando-as, para isso, em seus supostos objetos “naturais” de referência:

[...] sempre encontrei obstáculos para usar nos anos 50 e 60 a expressão “Antropologia Social”, i.é., valer-me desse mesmo termo para designar a minha disciplina, expressão hoje em dia tão difundida entre nós! O Professor Baldus, grande líder da etnologia indígena em São Paulo, insistia em me definir como “etno-sociólogo”; e quando me recomendou à UNESCO, escrevendo a Alfred Metraux, então um dos diretores daquele órgão internacional, para ser eu o pesquisador que na época – em sua opinião – era o mais capacitado para estudar a organização social dos índios Xetá [...], definiu-me como “etno-sociólogo”, já que achava (e esse era o seu equívoco) que eu rejeitava a cultura como objeto da antropologia! (Oliveira, 2003: 14)

Neste panorama de interpenetração temática e teórica entre gêneros variados, a ambição de desenvolver uma disciplina destinada ao estudo e catalogação das tradições populares brasileiras compreendia, como já se disse, também a proximidade entre o Folclore e aquelas ciências, em especial a Antropologia.²³⁹ O próprio Florestan Fernandes reconheceu, ao elaborar sua crítica à potencialidade heurística dos estudos de folclore, que os fenômenos estudados, sendo da ordem da cultura, integravam conteúdos de reflexão tanto da antropologia social quanto da “sociologia cultural”. (Fernandes, 1989: 100). Assim, embora este predomínio de referenciais “pluralistas” (Peirano, 1990)

²³⁹ O levantamento da produção em ciências sociais, feito por Gláucia Villas-Boas em sua tese de Doutorado, mostra que, dos livros publicados entre 1945 e 1964 disponíveis na Biblioteca Nacional classificados como *Antropologia*, de 114 títulos, 48 (a maioria) versavam sobre folclore (“tradições populares”). Em segundo lugar, vinham as 47 publicações sobre “grupos étnicos específicos”, das quais 35 sobre “grupos indígenas”, 9 sobre “os negros no Brasil” e apenas 3 sobre “imigrantes”. (Villas-Boas, 1992: 126-127).

denote uma diversificação de interesses que não foge ao atual convívio de orientações, paradigmas, modos de abordagem e, algumas vezes, de concepção sobre as disciplinas, ele de certa forma turva uma avaliação mais precisa do que o estabelecimento de fronteiras entre elas significava naquele contexto específico.

Foi tendo em vista as tensões intrínsecas a este “pluralismo dos anos 50” que Mariza Peirano (1990) chegou a perguntar – e responder, com propriedade – se Antônio Cândido não tinha feito antropologia “escondido” no departamento de Sociologia da USP. (Peirano, 1990: 42). Ao demonstrar a resistência desse autor em abrir mão de uma construção estética na sua combinação de sociologia com antropologia, a autora relembra o episódio da banca de *Os Parceiros do Rio Bonito*, tese defendida por Cândido em 1954 naquela universidade. O trabalho – que analisava as modificações introduzidas do caruru, dança folclórica cantada no interior paulista, em meio às transformações gerais dos estilos de vida de trabalhadores em face da urbanização crescente dos meios rurais – recebeu de Roger Bastide a negativa de uma nota máxima por considerar não ser aquele um texto sociológico, mas de nítido cunho antropológico. Peirano pondera:

A distinção entre as diferentes disciplinas começava a se tornar uma realidade e a ser vista como uma necessidade. Antônio Cândido lembra que longos debates eram travados para se concluir se um determinado trabalho era ‘sociologia’ ou ‘antropologia’, ‘cinema puro’ ou ‘teatro’, ‘sociologia’ ou ‘literatura’. Se o momento ‘desejado e apropriado’ das definições acadêmicas não havia ainda chegado, pelo menos o processo estava em andamento. (Peirano, 1990: 48)

Apesar ou por causa mesmo da extrema capacidade de arregimentação, demonstrada pela integração, à campanha, de autores de quase todos os estados, o movimento folclórico teve de enfrentar, no plano institucional, conceitual e ideológico, a força e a autoridade da chamada “escola sociológica paulista”, que entre os anos quarenta e sessenta impôs-se como novidade sintonizada com as tendências internacionais de produção, legitimada por uma rígida disciplina, defendida no interior de uma estrutura universitária de treinamento sistemático em produção e transmissão de saber.

Como contraponto, Maria Hermínia Tavares de Almeida, autora responsável pela “seção carioca” da investigação coordenada por Miceli, lembra que a despeito do fato de a implantação do sistema universitário no Brasil ter sido

uma meta compartilhada por amplos setores políticos e profissionais já desde a década de trinta, as dificuldades que cercaram esse processo (e, dentro dele, a criação da Universidade do Brasil, nascida do expurgo da UDF, e como ela extremamente suscetível às interferências das oscilações políticas), acabaram diminuindo a responsabilidade direta do ensino superior sobre a formação de pesquisadores. O resultado é que a legitimidade *científica* das ciências sociais da época tinha “suportes mais amplos e, em larga medida, externos à academia”. (Almeida, 1989: 188-189).

Entre as razões que teriam levado a uma tal configuração, encontra-se o fato de que, no Brasil, a modernização do ensino superior foi “[...] parte integrante de um processo de *state building*” fortemente centralizador. “Destarte, entre os vários projetos de universidade em disputa nos anos 30, terminou por predominar aquele no qual era pequena a autonomia e exacerbada a regulamentação, o controle governamental e a uniformidade institucional daí decorrente”. (Almeida, 1989: 192). Presume-se então que essa posição próxima da universidade com a esfera política tenha contribuído para afastá-la da pesquisa, e que tal afastamento tenha tido conseqüências sobre a produção escrita dos pesquisadores cariocas:

Como resultado de sua pretensão de produzir um impacto político mensurável, as Ciências Sociais cariocas e seus praticantes foram firmando uma tradição de reflexão abrangente e totalizante, relegando a segundo plano qualquer intenção heurística explícita. [Sua] fala [...] costumava se armar endereçada a destinatários político-partidários e, de modo mais geral, a setores determinados das elites dirigentes. No mais das vezes, tratava-se de um exercício calcado em alguma teoria desenvolvimentista, fazendo-se tábula rasa das cautelas e rigores cientificistas de praxe nas obras de seus congêneres paulistas. (Miceli, 1989: 15)

Apesar disso, ao traçar o panorama institucional no Rio de Janeiro dos anos 1950, o que Almeida mostra é um quadro bastante vigoroso de iniciativas nessa área. Ele chama atenção tanto pela quantidade e diversidade de modelos, quanto pela exigüidade de personagens envolvidos com tais empreendimentos. Vêm-se ali órgãos localizados no interior de instituições públicas (como o Instituto de Direito Público e Ciência Política/INDIPO, o Serviço de Proteção ao Índio/SPI e o INEP) e institutos isolados (como ISEB e a CLAPS), todos sustentando publicações periódicas e se mantendo intimamente relacionados às histórias de vida de fundadores, geralmente autodidatas com grande trânsito

político. Maria Hermínia sugere, com razão, que essa diversificação institucional

[...] pode ter sido, também, uma estratégia frente à dificuldade de deitar raízes sólidas em terreno permanentemente varrido pela crise política e na ausência de tradições culturais que dessem lastro firme à atividade acadêmica. Neste sentido, a opção daqueles construtores de instituições poderia ter sido a de materializar o maior número possível de projetos institucionais para que alguns vingassem, aproveitando ao máximo os recursos, em boa medida pessoais, de que dispunham. (Almeida, 1989: 207)

A configuração individualizada e improvisada da pesquisa – dividida em várias frentes, todas dependentes da potencialização de recursos pessoais escassos e, muitas vezes, temporários – responde à consabida falta de autonomia da universidade em relação às correntes eclesiais, às políticas de governo e dos partidos, mas também evoca o caráter plural dos referenciais metodológicos e institucionais circulantes naquele momento. Neste sentido, a conclusão de Miceli talvez traduzisse melhor a particularidade do cenário institucional de São Paulo em relação a outros se indicasse, ali, não a existência da ciência social enquanto tal, mas tal como é hoje convencionalizada. Menos do que identificar em um caso e descartar no outro sua existência, seria preciso averiguar a “novidade”, para a época, dessa reivindicação de *autonomia científica*. Tendo em conta a atuação da CNFL (que, apesar de sediada no Rio de Janeiro, não consta no panorama institucional apresentado por Almeida), vê-se que, em princípio, a entrada de referenciais “avançados” (e importados) de conhecimento naquele momento não implicava automaticamente na percepção da universidade como único ambiente próprio à pesquisa. Na verdade, as condições práticas desse exercício mostravam-se dificilmente previsíveis no curto prazo, tendo em vista o começo claudicante das universidades e as lógicas cruzadas de definição das especialidades e das correntes teórico-metodológicas.

A separação entre os lugares de formação superior (restritos à graduação) e de prática investigativa (pluralizados e descontínuos) também diz respeito muito de perto às contingências de implantação de um modelo centralizado de ensino superior por um Estado que, sob longa negociação com a Igreja católica, interveio no campo cultural e educacional antes mesmo que ele se estruturasse. Em uma tal situação, lugares não universitários de germinação de projetos de pesquisa não haveriam de ter, por causa da origem extra-acadêmica, interdidas suas ambições

científicas. Evidentemente isso não impedia que as universidades fossem valorizadas e já funcionassem como uma espécie de “selo de qualidade” sobre a produção de autores catedráticos, mas era evidente a muito maior quantidade dessas iniciativas à margem do ambiente de ensino do que dentro dele. De passagem, vale ainda sublinhar que a coexistência – enfatizada por Miceli como característica da oposição São Paulo X Rio de Janeiro – de linhas de viés mais ortodoxo – inspiradas no racionalismo aplicado e firmemente calçadas conceitual e metodologicamente – com tendências adversárias, de alta tolerância conceitual e de razoável teor proselitista, não parece diferir substancialmente das alternativas hoje colocadas aos estudantes de pós-graduação em universidades do Brasil. O que difere é, como foi visto, a propósito do testemunho de Roberto Cardoso de Oliveira, o artificialismo, por assim dizer, das conceituações em jogo, e a intolerância às controvérsias.

Assim, ao se recuperar a presença da CNFL entre as demais alternativas que marcaram o processo de delimitação de fronteiras teóricas e institucionais desse território mais amplo de produção, sua organização para-institucional (atrelada ao Ministério das Relações Exteriores e, dentro dele, à figura exponencial de Renato Almeida), aparece dentro de um padrão de relativa normalidade. Como contraponto, Miceli permite que se pense tratar-se aqui de uma normalidade em transição, em que o Folclore (e, em alguma medida, a História monográfica típica dos IHGs estaduais) já aparece, sob a mira e o ponto de vista das primeiras gerações de sociólogos *profissionais*, exatamente como o “último suspiro” de um estilo de investigação atrasado e incapaz de dotar-se de um objeto, de conceitos e de métodos próprios e seguros de trabalho. Em que pese a extinção da disciplina pela hegemonia de cerca de vinte e cinco anos exercida pela Escola Paulista de Sociologia, o mais provável é que a perda de legitimidade desses estudos se explique não apenas pela sua incipiência teórica ou institucional (que, tudo indica, era própria daquela época), mas pelas razões mais profundas ligadas a essa indigência, isto é, pela importação do “rigor acadêmico” como um **valor** associado ao trabalho de campo e à presença universitária, antes que tais critérios de qualificação pudessem ser satisfeitos pela mão-de-obra intelectual disponível no país, ou comportados por um campo educacional já segmentado.²⁴⁰

²⁴⁰ Os anos trinta são o marco desta transformação, operada no momento em os intelectuais

A diversidade regional de condições de pesquisa é um dos efeitos trazidos por esse descolamento entre o discurso legítimo da ciência e as condições práticas de implantação dos modelos de organização e métodos de investigação social.

No que diz respeito ao engajamento das elites regionais no projeto folclórico, vale considerar também a indicação feita por Vilhena (presente, mais tacitamente, em Almeida), sobre a razão do contraste entre as situações carioca e paulista expressar a sobreposição, no Brasil, de dois sistemas universitários paralelos – um federativo, representado pela USP e ELSP; outro centralizado, implantado com o nascimento da FNFi sobre o expurgo da antiga UDF.²⁴¹ Tendo essa advertência em conta, observa-se que tanto o ensino universitário se desenvolveu desigualmente entre as diversas regiões do país, quanto a pesquisa social de uma forma geral esteve até o final dos anos 60 atrelada a instâncias mantidas não pelas universidades, mas por agências dispersas de financiamento e agenciamento.

Além disso, tudo indica que na maioria dos estados fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, como é o caso do Rio Grande do Sul e de Recife, tais instâncias tenham-se mantido por muito tempo – até avançada a década de 70 – presas aos modelos da erudição documentária fabricados pelos Institutos Históricos e Geográficos. A política de recrutamento seguida por Renato Almeida tentava justamente adequar-se a essa situação. Mesmo que os combatentes

herdeiros das oligarquias agrárias são chamados a ocupar seus lugares no “novo” Estado centralizador e intervencionista. “Tudo se passa como se existisse uma sociedade civil forte e organizada, capaz de fazer com que o Estado respeitasse os limites por ela impostos à sua ação. Manifestamente não era esse o caso”. (Martins, 1987: 82). O testemunho de Fernando Azevedo, encarregado da organização da FFCL da USP, mostra consenso havido sobre a necessidade de apelar a professores estrangeiros para preenchimento das vagas docentes nos novos cursos: “Não existia no país, para as diversas disciplinas, mestres altamente especializados [...] Não se tratava apenas de professores capazes de ministrar cursos de alta qualidade, o que queríamos também eram professores capazes de garantir, pelo seu espírito científico e suas técnicas de pesquisa, o progresso das ciências.[...] Estávamos obrigados, assim, a apelar para os professores estrangeiros.” (Azevedo, 1971 Apud Martins, 1987: 82).

²⁴¹Vilhena argumenta, a esse propósito, que “A ligação com a política local, presente no projeto da UDF, praticamente não existe no projeto que a substitui, a Universidade do Brasil com sua Faculdade Nacional de Filosofia, imaginadas como instituições padrão para o país [...]. Apesar dessa pretensão, elas já nasceram com essa precedência ameaçada pela fundação, anos antes, de uma universidade estadual em São Paulo, no interior de um esforço daquele estado em contrabalançar a perda da sua hegemonia política representada pela Revolução de 1930, revolução esta que deu origem ao governo centralizador que criou a FNFi”. (Vilhena, 1996: 131). Em nota de rodapé, o autor exemplifica entre os reflexos presentes dessa sobreposição o caráter diversificado das universidades paulistas frente à uniformidade das universidades federais, que se impuseram nos outros estados como a principal instituição acadêmica local. (Vilhena, 1996: 144).

regionais do *folclorismo* ocupassem, muitas vezes, as cátedras de Antropologia e Etnografia nas faculdades de Filosofia, o fato é que tanto suas pesquisas quanto o escoamento dos resultados davam-se em outras múltiplas frentes – como comissões editoriais, de festejos, associações eruditas, museus – e raramente no ambiente universitário.

A dispersão da produção de pesquisa e a permanência dos IHGs como referência institucional, para além da aparição dos cursos superiores de História, pode ser incluída entre os efeitos da sobreposição mencionada por Vilhena. Neste sentido, a presença freqüente de folcloristas em um ambiente que era considerado (de modo um tanto platônico, como confirmavam as condições em que trabalhavam) a ponta dos processos de renovação do conhecimento humanístico é reveladora, porque incita a buscar outros motivos que não apenas a insuficiência teórico-metodológica do Folclore para o mal fadado desfecho da disciplina nas universidades.

No Rio Grande do Sul, diferente do que acontece com os *folcloristas* de São Paulo e Rio de Janeiro, os estudos de folclore encontravam-se ligados mais de perto à História do que às Ciências Sociais propriamente ditas – estas tiveram, nas universidades gaúchas, uma institucionalização mais tardia, compensada por um desenvolvimento mais acelerado das iniciativas de pesquisa, mesmo antes da implantação da pós-graduação. (Maciel, 1997). A criação mesma da CEF foi parte das estratégias de ascensão intelectual acionadas pelo secretário, que permaneceu por quarenta e quatro anos à frente do organismo sem jamais pensar em abandonar a condição de historiador em prol de outros interesses ou especialidades, como a filologia ou a antropologia, pelas quais transitou durante a carreira. As técnicas, métodos e conceitos incorporados a partir do contato com outros integrantes do movimento (Roger Bastide, Édison Carneiro, Renato Almeida) foram sempre subordinados aos temas e questões trabalhadas na “história regional”, entendida como principal veio de sua identidade profissional.

Tomando por referência o caso gaúcho, cujo atendimento aos apelos da Comissão Nacional veio em escala significativa dos historiadores (ou mesmo de críticos literários-dublês-de-historiadores, como Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas e Guilhermino César), parece razoável inferir que o sistema centralizador

de organização das Faculdades de Filosofia do país segundo o modelo da FNFi²⁴² – nas quais inexistiam cátedras destinadas às histórias locais – tivesse reservado, na prática, um espaço discreto demais justamente para as tendências hegemônicas de pesquisa nos estados, e que os representantes dessas tendências tenham encontrado no *folclorismo* um espaço de reconhecimento e reivindicação de autoridade. Sem estender o dado a outras unidades federativas, no Rio Grande do Sul a vigência dos “cânones de um ensino de história que excluía a história da terra natal” (Laytano, 1979: 22) é uma queixa que acompanha a reivindicação, pelo secretário local da CNFL, de uma cadeira específica para o Folclore nas universidades.

Esse fato traduz a percepção, por parte do comandante da CEF, de que a promessa de criação do folclore como nova especialidade tenha aparecido como um meio de inserir a história *regional* “de contrabando” nos cursos superiores de História. Em princípio, uma cátedra de Folclore reivindicada simultaneamente por lideranças intelectuais de vários pontos do país parecia ser mais facilmente alcançada do que uma de história do Rio Grande do Sul. De outra parte, esta última casava-se bem com a metodologia das investigações folclóricas centrada sobre “áreas culturais” que se confundiam com as regiões do país. Enquanto já em 1946, o diretor da Faculdade de Filosofia da URGs, Álvaro Magalhães, sugeria a inclusão de um curso de folclore no currículo do curso de História e Geografia – o que afinal só pôde acontecer como curso de férias ou atividade de extensão

²⁴² Em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia inaugurou no Rio de Janeiro seus cursos ordinários, que conferiam o título de bacharel ou de licenciado, e cursos extraordinários, de aperfeiçoamento, especialização e doutorado, pertencentes às quatro seções fundamentais em que se dividia: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, além de uma seção de Didática. A FNFI foi prevista no decreto-lei de 5 de julho de 1937, teve porém sua estrutura regulamentada pelo Decreto-Lei no.1.190 de 4 de abril de 1939 e se impôs como organização padrão com a federalização das faculdades estaduais: “Em relação ao ensino superior, a Universidade do Rio de Janeiro, com sua organização estabelecida pelos decretos-leis federais da Reforma Campos e outros posteriores, deveria servir de paradigma para a organização das universidades do Brasil. Desta forma, o projeto elaborado em 1936 para a UPA [Universidade de Porto Alegre, criada no governo Flores da Cunha e organizada de acordo com a orientação da USP], que ainda não havia sido implementado em 1939, teve de ser remodelado para se adequar ao padrão da Faculdade Nacional de Filosofia, que viria a integrar a Universidade do Brasil, criada em 1937, em substituição à Universidade do Rio de Janeiro”. (Rodrigues, 2002: 71). Vale ressaltar que no decreto de organização da UPA, assinado por dois sócios integrantes do IHGRS e da CEF (o historiador e primeiro Secretário de Educação do estado, Othelo Rosa, e o Secretário do Interior, Darcy Azambuja), estava prevista uma cadeira destinada à História do Rio Grande do Sul dentro do curso de Geografia e História. (Rodrigues, 2002: 102). Evidentemente, essa cadeira teve de ser excluída com a adaptação do currículo mínimo da UPA ao decreto no. 1190, de 4/4/1939, referente à organização da Faculdade Nacional de Filosofia.

(Rodrigues, 2002: 167-170)²⁴³ –, o chefe da comissão local, catedrático de História do Brasil, depôs em várias ocasiões sobre as dificuldades enfrentadas para conseguir lecionar a história local em nível superior.

Um testemunho da inferioridade dessas histórias em relação às grandes sínteses nacionais é dado pelo relato das investidas, de parte de Dante de Laytano, para de incluir uma cadeira de história sul-rio-grandense no currículo dos cursos superiores de História da PUCRS e UFRGS – o que levou a definir este objetivo como uma “quase obsessão”. (Laytano, 1979: 19).

Hoje, a História do Rio Grande do Sul como ensinância evoluiu de mil maneiras. Mas falo dos tempos antigos: quando tive de afrontar a descrença de muitos e a incredulidade da maioria e ouvir o quanto se desprezava o passado da terra natal como uma história de conteúdo inferior, sem importância e de nenhuma validade. Hoje as idéias são outras. Mas não o eram naqueles distantes tempos. (Laytano, 1979: 16)

Na entrevista concedida em 1998, o assunto foi novamente abordado. Perguntado sobre a trajetória da cadeira de história do Rio Grande do Sul na faculdade de Filosofia da UFRGS, Laytano respondeu:

²⁴³ Segundo Mara Cristina Rodrigues, no período compreendido entre a criação da Universidade de Porto Alegre, iniciada em 1934, e a federalização da UFRGS, a partir de 1950, quando “os professores tinham contratos provisórios ou eram internos, a universidade esteve especialmente sujeita às interferências da política partidária e das lutas intelectuais locais”. Em compensação, contrariamente ao que sucederia depois de 1952 (momento em que o processo de federalização se concretiza), ela se encontrava “[...] menos sujeita às regras estabelecidas nacionalmente pela legislação federal”. (In: Rodrigues: 2002: 10). A julgar pela correspondência trocada pelo comissário da CEF com o diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, a cadeira de História do Brasil foi o principal instrumento para a inclusão, não oficializada, de aulas de folclore e de história do Rio Grande do Sul dentro dos créditos obrigatórios (40 horas semanais) do curso de graduação em História. (AMJC, CE 1956, AP 1937, caixa 001, Of. 360, de 5/5/56 e 358, de 3/5/56, de Dante de Laytano a Luis Pilla) Esta possibilidade parece ter se tornado mais corriqueira depois da separação do curso de Geografia, em 1955. Na PUCRS, a principal via utilizada foi a cadeira de Etnografia, ocupada pelo Irmão Faustino, onde Câmara Cascudo e Manuel Diégues Jr chegaram a proferir cursos extraordinários. (AMJC, CE 1954, V.1 AP 1031, Carta, 18/6/54, de Dante de Laytano a Manuel Diégues Jr.; AMJC, CE 1952, V.2, AP 1027 Carta, de Dante de Laytano a Manuel Diégues Jr e AMJC, CE 1952, v.2, Carta, 25/6/52, de Dante de Laytano a L. Câmara Cascudo). Na UFRGS, o Conselho Universitário aprovou, em 1949, a proposta de criação de um Museu Universitário de Folclore. O encarregado seria Darcy Azambuja, professor da Faculdade de Direito, mas o museu não saiu do papel. Em 1956 Laytano solicitou que o museu fosse finalmente montado a partir das coletas “de material de tradição popular” feitas pelos alunos, junto à sala do terceiro ano do curso de História, mas não obteve resposta ao pedido. (Cf. AMCJ, CE 1956, AP 1037, caixa 001, Of. 358, de 3/5/56, de Dante de Laytano a Luis Pilla). Como atividade extracurricular, folcloristas ligados à CNFL proferiram conferências na UFRGS sobretudo no começo da década de sessenta: Guilherme dos Santos Neves, da CEF do Espírito Santo, em 1960; Oswaldo Cabral, da CEF de Santa Catarina em 1961; Santos Neves novamente, acompanhado de Loureiro Fernandes e Renato Almeida em 1962. Em 1958, um ano antes do Congresso Nacional de Folclore realizado em Porto Alegre, foi organizado um Congresso Brasileiro de Dialetologia e Etnografia, mas não foi encontrado o registro dos participantes. (Cf. Hessel e Moreira, 1967: 42-44).

Foi uma guerra. Um ministro a quem eu coloquei a cadeira, disse ‘mas tem assunto?’ Digo ‘dá licença, eu vou me retirar’ [O Ministro:] ‘Não, não, não precisa ficar brabo, eu sei que disse uma besteira [risos], sabe como é ...’, disse mesmo. Então não tinha assunto?! Ah, não agüentei: digo ‘ou largo tudo ou convenço esse ministro.’ ‘Não tinha assunto’, ora se eu posso! E assim anos e anos nós ficamos apartados por causa disso. Paulista tinha assunto, baiano tinha assunto, e o Rio Grande não tinha?! (Laytano, Entrevista... 1998).

A imposição de um modelo único de universidade para os estados, além de “empurrar” as tendências locais de pesquisa para fora dela, pode ter contribuído indiretamente para a permanência de instituições preexistentes – notadamente, os IHGs – como as instâncias responsáveis pelo julgamento dessa produção. Daí que na documentação relativa aos congressos e semanas nacionais note-se a heterogeneidade de posições em jogo quando se trata de definir um modo preciso de estudo dos “fatos folclóricos”. Neste particular, o balanço dos catorze anos de atuação da CNFL, oferecido por Carneiro cinco anos passados da criação da CDFB, permite vislumbrar, através das divergências entre os critérios evocados para a definição do Folclore como disciplina ou objeto de estudos, algumas possíveis razões para os tímidos resultados alcançados pelo movimento no que diz respeito à realização de suas aspirações acadêmicas, contrastantes com o sucesso obtido pela Campanha no âmbito das políticas públicas culturais na maioria dos estados.

Às imprecisões conceituais dos folcloristas *polígrafos* combina-se a inserção direta desses autores nos revivalismos de escala local. Dentro de uma lógica memorialista os autores *regionais* se especializaram em estabelecer o legado dos colonizadores nos costumes contemporâneos, que passavam a ser definidos como fatores “residuais” e “inconscientes” de um passado original.²⁴⁴ Na intenção de aliar contrários, o movimento folclórico multiplica paradoxos que entravam o alcance de seus objetivos acadêmicos. O caráter às vezes contraditório do discurso pela superação do amadorismo, veiculado dentro de uma confederação de elites regionais autodidatas e pouco especializadas, era um elemento tão perturbador que acabou fundamentando apelos não à audácia analítica, mas à

²⁴⁴ Segundo essa apropriação do conceito formulado por Von Gennep, o Secretário da CEF gaúcha expressava com a pompa característica de então a relação intrínseca do folclore com a história, perpetuada pela tradição: “A tradição popular e o folclore são resíduos da alma imortal do gaúcho, o que deve viver e está de fato vivo [...] no inconsciente das lembranças perdidas na noite da história que envelhece e se renova no cotidiano dos acontecimentos [...]”. (Laytano, 1987: 14-15).

prudência, como este feito por Oswaldo Cabral, Secretário da Comissão Catarinense, no congresso de 1951:

Não é demais que se diga que [...] os estudos sobre o folclore nacional encontram-se ainda na sua primeira infância. Reduzido é o número de autores que se valem dos fenômenos populares para fixá-los nas suas obras. Maior, muito maior, o dos que, em descrições e interpretações deturpam o sentido dos mesmos e não raros os que buscam explicá-los ou determinar a sua origem através de suposições, lançando confusão e desacerto sobre as luzes sobre as raízes verdadeiramente originárias dos ditos fenômenos. (Cabral, 1951: 11)

A plasticidade da categoria central à determinação das “verdadeiras origens” desses fenômenos – o povo – é o corolário das tensões resultantes dessa “ancoragem fluida” de uma disciplina sem representação institucional sólida, sem aparato conceitual preciso e sem quadros capazes de garantir para a disciplina o tipo de autoridade almejada. Aqui como alhures (Fabre, 1997: 3593), o significado de *popular* oscila entre o sinônimo de *nacional* – associado aos levantamentos cartográficos de províncias e do habitat de populações rurais – e o sentido de uma estratificação social colocada “abaixo” de outras, paradoxalmente assinalada por uma abstração ecumênica. Florestan Fernandes, que no início da carreira de sociólogo fez do folclore um objeto de suas pesquisas, foi um observador atento dessa contradição. Mais tarde, ele fez da matéria objeto de uma reflexão epistemológica que distinguia o sentido humanístico dessa área de interesse, do sentido científico do método sociológico, único capaz de traçar a inteligibilidade do objeto.

Até que tal distinção se impusesse como incontestável, Vilhena observa que a designação dada a muitos dos intelectuais regionais engajados no movimento é de ‘historiador’, “[...] definição que com frequência permanece mesmo depois de um intenso envolvimento com o folclore.” (1997:141). Com efeito, a esses autores da periferia formados sob cânones que privilegiavam o viés historicista de apreensão de suas sociedades, a influência inovadora, em pleno limiar da sociologia especializada, ainda era Gilberto Freyre. Seus referenciais, adaptados ao contexto da redemocratização e às pressões resultantes do remanejamento das hierarquias de autoridade, representaram para a intelectualidade periférica um convite à atualização da história que vinham

praticando, e à dedicação de uma descrição científica das *regiões* a partir da cultura, e de novas fontes (como a tradição oral) legadas por camadas sociais que a tradicional história das elites não comportava. O desvio da atenção aos eventos políticos sobre vetores mais informais da vida social oferecia ao analista uma via privilegiada de reconstituição dos elos de continuidade entre presente e passado, sujeito e objeto, região e nação.

Permanência e continuidade são, portanto, eixos centrais dessa interpretação do *ethos* nacional. A “origem” brasileira assume dentro de um programa a um só tempo “metodológico e existencial”, a forma profana do discurso mítico, em que o passado é sagrado porque essencial, capaz de perdurar na chamada “tradição progressiva” concebida pelos modernistas, e retomada pelo *folclorismo* dentro da noção de fato folclórico nascente.²⁴⁵ À diferença dos países europeus, os folcloristas brasileiros entendiam que as tradições populares no país, dada sua recentidade, não tinham origem arqueológica, mas histórica. Estas origens deveriam ser, pois, recuperadas em uma “história íntima” dos núcleos civilizadores a partir dos quais ter-se-iam desenvolvido as regiões culturais do Brasil – a casa de engenho, as estâncias, as minas. Nessa história *proustiana*, como dissera Freyre,

[...] despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida. [...] dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de nos sentirmos nos outros - nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos. (Freyre, 1992 [1933]: LXV)

Deste modo, se a urgência em detectar no presente a existência de uma unidade cultural plural ensejava a aproximação com a antropologia, essa aproximação não deixava de estar estrategicamente assentada sobre a empreitada

²⁴⁵Creio que dentro desse raciocínio de encadeamento entre passado e projeto civilizacional futuro que se inscreve a avaliação feita por Marisa Velloso e Angélica Madeira sobre o significado da tradição “progressiva” entre os modernistas: “uma tradição que age sobre si mesma, de modo constante e sincrético [que] vai incorporando novos elementos, vai se modulando de uma maneira específica”. (Velloso, M.; Madeira, A. *Leituras Brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 146). No pressuposto mesmo de estruturação do devir sobre heranças e tradições culturais transmissíveis repousa a missão salvacionista do projeto folclórico.

diacrônica proposta pelo culturalismo de inspiração boasiana: contemplar nos *atos folclóricos nascentes* o “substratum psíquico da distante caminhada que vem dos séculos até hoje”. (Laytano, 1987: 14). Esta junção permite emendar a história até então reservada aos heróis com “a vida de cada um”, incorporando os aspectos mais cotidianos da vida social – e da vida do próprio observador – ao repertório de tradições a serem preservadas. Mais do que a construção política do Estado, interessa o processo coletivo de gestação, pelo *povo*, da *nação* – processo este testemunhado e atualizado pelas manifestações tradicionais em escala local. Reconstituindo a partir das culturas regionais as fontes de ligação da memória nacional com o “povo”, o *folclorismo* exerceu mais uma vez seu papel intermediário entre antigos e recentes saberes, construindo uma ponte também entre as ciências sociais (representantes do “novo”, “atual” e “científico”) e aquela que fora, até ali, “ciência sagrada” e “mestra da vida”, e que então passava a ser percebida como tradicional, autoritária e atrasada.

Assim, se na década de cinquenta os cientistas sociais brasileiros (e mesmo estrangeiros) foram pródigos em voltar as atenções ao entendimento de comunidades rurais e culturas locais, entre os intelectuais sul-rio-grandense que buscavam contar com a autoridade (seja em forma de citações, prefácios ou favores) dos que representavam as tendências nacionais (e internacionais) de pesquisa social essa inquietação foi festivamente recebida. A integração a uma rede mais ampla – e altamente receptiva – de estudiosos serviu como trunfo de convencimento dos contrários locais à participação da campanha e, ao mesmo tempo, como signo de autoridade entre os principais nomes do mercado editorial e institucional, à ocasião em que se diversificavam os vetores de mediação cultural no estado. Tal diversificação trazia à baila, além da competição com os novos atores (*tradicionalistas* chamados a ocupar postos públicos na expansão do aparato governamental da cultura), o conflito entre “antigos mestres” e a quebra do consenso interno ao IHGRS.

Evidentemente essa preferência não fazia tábua rasa de outros recursos e teóricos disponíveis. Pelo contrário, ela exprime o reconhecimento mútuo de interesses que conformam uma identidade intelectual momentânea e específica entre os folcloristas gaúchos e os coordenadores nacionais do movimento.

Naqueles anos, os historiadores sul-rio-grandenses pareciam fazer vistas grossas, quando não repudiavam abertamente a afluência do materialismo histórico sobre as interpretações.²⁴⁶ Já o problema de atribuir-se uma unidade de origem satisfatória a uma nação periférica e multiétnica, de passado escravocrata e colonial vinha de longe. De alguma forma, parece que ele ainda se constituía, nos anos 50 e 60, em um problema central par as Ciências Sociais, a julgar tanto pelas interlocuções do Movimento Folclórico, quanto pela quantidade das iniciativas realizadas sob auspícios da Unesco. No Rio Grande do Sul, por outro lado, a gestão do par diversidade/desigualdade atravessava o dilema já assinalado, de que a “unidade de origem” evocada na formulação da região ultrapassava as fronteiras nacionais que tinham-na conformado enquanto tal, isto é, enquanto membro de uma unidade política maior. A perspectiva de análise aberta pelo Folclore de certa forma apaziguava a dificuldade até ali enfrentada pelas autoridades do passado em conciliar um discurso moralizante, centrado sobre os altos fatos e personagens políticos, à exaltação sentimental de uma *cultura folk* cujos principais ícones diacríticos eram retirados de uma experiência formadora transnacional.

Isto posto, talvez a principal tática dos delegados locais do movimento nacional tenha sido a de lutar em terreno alheio. Se o protocolo histórico da “lusitanidade atávica” do Rio Grande, por ter-se firmado nos moldes da história oitocentista, não tinha mais como se impor à opinião de críticos, escritores e historiadores nacionais, melhor seria barganhar com o exotismo, tomando as particularidades regionais ao mesmo tempo como matéria de labor do intelecto e forma exclusiva de representação da nação. Superando a ambivalência entre os retratos literário e historiográfico, estes registros são rearticulados em uma perspectiva *local* de apreensão da cultura nacional, que projeta o interesse sobre o

²⁴⁶ Tanto nas obras e memórias quanto na correspondência de Dante de Laytano, não é raro encontrarem-se referências, algumas veladas outras não, que antagonizam os “princípios de uma filosofia de regionalização da história” (Laytano, 1979: 19) baseada numa história monográfica, às interpretações marxistas. Esta última seria, segundo o autor, praticada “por ditadores da conjuntura atual, imposta pelo marxismo amador, profissional e pelo lado avesso também do marxismo”. (Laytano, 1986: 56). Concluindo com “Palmas aos economistas, muitas palmas. E minhas vaias” (idem), em outro trecho, Laytano defende a necessidade da primeira, argumentando que sem uma história feita “juntando as histórias de cidade por cidade [...] teremos uma história omissa”. No mesmo parágrafo, o historiador faz referência a uma aluna “na Universidade [que] ficava muito aborrecida que eu ensinasse história dando datas e nomes. Queria uma história abstrata. Sem se localizar no espaço. Em compensação tive outra aluna de história que se entusiasmou tanto pela matéria que terminou escrevendo um livro de história monográfica do Rio Grande. O que se conclui que nem tudo está perdido”. (Laytano, 1986: 135).

popular para o processo formativo do espécime de civilização que o Rio Grande do Sul representa nesse conjunto, e que o distingue tanto do Prata como das outras unidades *regionais*. Assim, o folclore permitia aos escritores formados à luz daquela tradição consolidada nos anos trinta renovar-se sem abrir mão do teor fortemente integracionista de suas análises, legitimando a conversão do “regionalismo narcisista”, que depois da Revolução de 1930 havia sido identificado por Gilberto Freyre como “um discurso característico do novo estado de espírito do Rio Grande” (Freyre, 1940), em um *regionalismo sui generis*. Apelando ao folclore (e, através dele, à autoridade científica das ciências sociais) os autores trataram de gestar a própria alteridade em uma empresa coletiva e nacionalmente orientada, tomando-a como substrato ontológico de uma nova disciplina

Neste sentido, a aproximação com a antropologia **através** do folclore, mais do que a desfiliação do referencial das análises históricas tradicionais, funcionou como uma via alternativa de comprovação do substrato luso-brasileiro do *caráter regional*. O percurso metodológico dessas investigações é similar ao da história: uma vez detectado o “fato folclórico”, partia-se à busca das raízes pátrias da manifestação em questão e, conseqüentemente, à identificação do seu grau de incidência sobre o mapa nacional. A conclusão geralmente apelava, depois da demonstração da escassez de elementos genuínos no Rio Grande do Sul, à exposição da ascendência portuguesa, açoriana ou nordestina do que os amadores de antigamente pensavam ser originalmente gaúcho. (Meyer, 2000 [1960]). Por outro lado, a mesma dedução reserva uma margem de singularidade para o estado em face de outras unidades regionais: esta medida era dada por manifestações sem correspondência em outros lugares que não a *região sul*, cuja “originalidade” era devida ao modo de vida encetado sobre o chamado “ciclo do cavalo”, derivando em traços violentos, bravateiros ou irônicos da linguagem utilizada nos adagiários.

Esta linha de raciocínio orienta a busca da chamada *cultura popular* como a via escolhida para a “modernização” das interpretações clássicas da historiografia por autoridades culturais formadas à luz do cânone documentário do Instituto. Contudo, os historiadores não foram os únicos a fazê-lo, e tiveram de concorrer com outros interessados que atuavam segundo uma lógica específica de

apropriação deste saber. Tendo isso em conta, os próximos capítulos tratarão de situar o Folclore no contexto político e cultural estadual e, dentro dele, no curso de sucessão geracional de transmissão das heranças entre as elites intelectuais do Rio Grande.

Sem subestimar a complementaridade entre projetos salvacionistas de intervenção sobre a memória, a análise privilegia a discrepância entre os critérios de *autenticidade* acionados no processo de sua elaboração e implementação. Pretende-se mostrar, desta forma, a par da natureza aberta desse juízo, o modo como as revisões semânticas do *gaúcho* se referem, empiricamente, às lutas travadas no interior do espaço local e nacional de atuação cultural. Essa variedade de posições pode servir de base para uma periodização mais fina do processo de atualização do imaginário regional e das próprias elites culturais que ajudaram a compô-lo.

Capítulo IV

Folclore e Regionalismo: a concorrência com o Nordeste

“O Rio Grande do Sul era isolado do Brasil. Nós trabalhávamos falando *sozinhos*. Tinha aquele negócio de nordestino, pernambucano, baiano, os baianos falando que o Brasil é baiano... E nós? Nós não éramos Brasil! Isso é que nós queríamos impor: ‘isso aqui também é Brasil!’”.

(Dante de Laytano, Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 30/9/ 1998)

Como foi visto no capítulo anterior, os desafios e alternativas apresentadas aos agentes do Folclore dizem respeito a um tempo de intensas transformações sociais e políticas, que redundaram em mudanças profundas nas condições do exercício intelectual e nas formas correntes de interpretação da nação. No Rio Grande do Sul o engajamento dos atores em torno dessa área também participa de um momento decisivo, marcado pelo reascender dos debates sobre a *região* e o *regionalismo*, e pelo estabelecimento de novos lugares de veiculação desse discurso com os quais as esferas tradicionais de produção terão de concorrer.

Com efeito, a “retromania”²⁴⁷ introduzida pela voga tradicionalista nos anos cinquenta trouxe uma diversidade de agentes para competir em um mercado de bens culturais em franca expansão. Através da proliferação de CTGs, da promoção de festivais gauchescos, rodeios, desfiles, concursos e outras formas de inclusão, nesse mercado, de inúmeros interessados em folclore não necessariamente ligados aos meios intelectuais, a figura emblemática do gaúcho impôs-se no centro da reflexão coletiva sobre o passado, que já não se limita a ser inventariado, mas é presentificado pelo culto ritual à *tradição*. Ao lado da massificação das encenações públicas da liturgia gauchesca, o *tradicionalismo* integra-se à ampliação do aparato governamental de gestão da cultura e impulsiona o desenvolvimento de uma indústria alimentada por potentes veículos de mediação, como o rádio, o cinema e a publicidade. Tudo isso colabora para promover a expansão social e geográfica do chamado *gauchismo*, onda

²⁴⁷ A expressão é de Jean Pierre Rioux (1997: 328).

comemorativa que captura o discurso de exaltação regional do ambiente restrito das academias históricas e literárias para estendê-lo aos campos da propaganda, do espetáculo e do turismo.

Paralelamente ao desdobramento dessas práticas rituais e comerciais de base identitária, entre os eruditos mais velhos a passagem do folclore *literário* ao folclore *científico* acompanha a revisão das interpretações canônicas sobre a *origem* e a cultura *regionais*, reordenando as concepções de cultura e de política sustentadas por aquelas elites nas décadas anteriores. (Coradini, 2003). A revisão do *regionalismo* impõe-se então à comunidade intelectual já consagrada como um desafio que articula dois níveis de alteridade. Ela responde, internamente, ao acirramento da competição com novos mediadores interessados em tomar posse dos postos públicos de gestão da memória. De outra parte, converte a antiga missão política de projeção do Rio Grande ao poder central em uma missão de reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes. Buscava-se, assim, levar adiante a tarefa de inserir uma *formação regional* “desviante” nos quadros de uma *cultura brasileira* elaborada segundo a linha de representação plural, que havia sido fundada pelos modernismos da década de vinte e institucionalizada em plena retomada da centralização política e administrativa dos anos 1930-1945.²⁴⁸

A expansão das esferas de produção da memória contribui para dotar o Folclore de uma polissemia que, como assinala Gilles Laferté, é capaz de ensejar o encontro de diferentes gerações e universos sociais. (Laferté, 2001: 119). Contudo, a intenção, amplamente partilhada, de revisão dos aspectos constituintes da regionalidade, uma vez tomada como um meio de afirmação social de seus

²⁴⁸Recapitulando o que foi dito no capítulo dois, é nas décadas de trinta e quarenta que as academias e críticos consagram os parâmetros estéticos plurais de composição literária e pictórica da cultura nacional, que haviam sido lançados pelos modernismos dos anos vinte. Como ressaltaram Heloísa Pontes (1988) e Antônio Cândido (1984), as experiências culturais de vanguarda do decênio anterior, perdem, desde aí, a marca original de transgressão, sofrendo então um processo de “normatização” (Pontes, 1988: 58). O reconhecimento de sucessivas *gerações modernistas* acompanha o desenvolvimento do mercado interno de bens culturais e o chamado “boom” das atividades relacionadas ao livro, quando as grandes editoras, seus catálogos e os anuários Brasileiros de Literatura, formam, ao lado do Estado, uma arena privilegiada de delimitamento dos contornos regionais do mapa cultural brasileiro e da identidade social dos escritores. Como ressaltou Gustavo Sorá, eles mediarão uma competição intelectual “[...] marcada pelo problema da unidade entre as unidades da federação. Literatura ou interpretações das regiões eram os produtos que mediavam na disputa entre intelectuais de diferentes rincões do país pela imposição de ‘tipos humanos’ e ‘tradições genuinamente brasileiras’”. (Sorá, 1994: 248).

representantes, não garante uma condição pacífica de realização da empreitada. O debate acerca do papel reservado ao Folclore nesse intento revisionista coloca, pelo contrário, uma série de incompatibilidades entre *ethos* e interesses que orientam a atuação dos folcloristas mais velhos e dos afiliados do *tradicionalismo*, sem deixar de insinuar divergências e alianças individuais no interior de cada um dos grupos.

O certo é que, com o passar dos anos, o avanço do *tradicionalismo* introduz vias alternativas de transmissão das heranças intelectuais formuladas até ali, redimensionando as chances de sustentação acadêmica para uma área de estudos destinada a satisfazer a ambição de atualização dos memorialistas remanescentes das décadas precedentes. Formados à luz da história historicista e do *regionalismo* literário, seus mentores vivem as contradições de um projeto situado entre a imposição de novos preceitos de cientificidade, aplicáveis ao conjunto do conhecimento produzido até então no interior das “humanidades”, e o revivalismo local. Os reformadores da festa regionalista, além de criarem novos espaços de atuação e ocupar outros até então reservados aos polígrafos da geração anterior, apropriam-se da plasticidade do discurso autorizado como científico para cumprir objetivos próprios a uma pedagogia cívica que não se contenta mais com decifrar o conteúdo dos arquivos. Diferentemente da erudição documentária, o tradicionalismo busca ressuscitar um tempo perdido, dando-lhe uma forma sensível e, neste sentido, passível de ser experimentada.²⁴⁹

É no âmago da relação de concorrência entre as esferas sociais de apropriação de seu “objeto” (a *cultura popular*) que incidirá o desfecho particular do *folclorismo* no Rio Grande do Sul. A perspectiva mais abrangente adotada neste trabalho destina-se justamente a compreender essa acorrida em defesa do patrimônio simbólico sul-rio-grandense, sem limitá-la à observação do caráter recorrente do revivalismo identitário em contextos de crise, nem se contentar em contrapor a disseminação de piquetes e CTGs pelo interior do estado às pregações de estudiosos da capital pela orientação metodológica da coleta folclórica. Na verdade, mais do que a oposição entre interpretações “científicas” e “pré-

²⁴⁹ A respeito da renovação dos repertórios presenciais da história na vida social e do atual imperativo de demonstração que se impõe ao conjunto das práticas ligadas à refundação de patrimônios locais, ver Fabre (2001) e Laferté et alli (2001).

científicas” da especificidade cultural do estado, o fenômeno de “explosão” da memória gauchesca engasta uma série de processos relativos à quebra do monolitismo social da erudição histórico-literária, à complexificação progressiva das esferas de produção cultural e ao remanejamento de seus marcos institucionais nos anos cinqüenta. A integração dos mercados editoriais, a especificação burocrática das políticas de educação e cultura, a diversificação dos quadros sociais e canais de mediação da memória, o crescimento das universidades, a ascensão das ciências sociais, a crise de legitimidade das antigas academias e, em alguma medida, do próprio saber histórico tal como vinha sendo praticado, são eventos situados no cruzamento entre as novas condições de circulação de idéias e modelos institucionais implantados no país naquele momento e a duração mais longa de consensos e demandas relativas ao pertencimento territorial no Rio Grande do Sul.

A segmentaridade obedecida na estruturação da análise tem procurado adequar-se à natureza mutante e performativa do objeto sob investigação, levando em conta que toda identidade se constrói na diacrise com um “outro” definido sempre sobre dois planos simultâneos, interno e externo. No que toca aos comandantes da CEF, essa alteridade se desdobra, externamente, nas *províncias* concorrentes e na *corte*; internamente, nos competidores mais próximos – folcloristas do *tradicionalismo* e dirigentes do IHGRS. Dando continuidade a este esquema, depois de trabalhar sobre a posição intermediária do *regionalismo gaúcho* entre as memórias nacionais brasileira e da Bacia do Prata, e de avançar sobre a posição também intermediária dos estudos de folclore entre as modalidades “científicas” de elucidação (e de “salvação”) nacional propostas no centro do país, será priorizada, neste capítulo, a presença dessas injunções sobre as categorias classificatórias manipuladas pelos intelectuais remanescentes dos anos trinta. Consideram-se aqui os debates sustentados por essa elite cultural com escritores de outras partes do Brasil, e, internamente, com os pais fundadores do *regionalismo* de um lado, e a juventude tradicionalista de outro, tudo isso em meio a um processo geral de revisão das características locais e da produção escrita acerca dessa formação.

A intenção é entender as razões pelas quais o Folclore e seu apanágio – a

cultura popular – se deslocam da margem para o centro das discussões historiográficas no Rio Grande do Sul, considerando no exame da questão alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, está a utilidade do assunto no processo interno de reorganização das genealogias intelectuais. Trata-se, neste ponto, de verificar as tendências e linhagens de autores que, vindos da História e da Literatura, serão atraídos para dentro da CEF em face das novas tematizações do *regionalismo*, levando em conta o modo como cada área contribui para sintetizar as relações entre *região e nação* naquele momento específico, além dos dispositivos institucionais encontrados para a tarefa.²⁵⁰

Em segundo lugar, está a dinâmica mutuamente referenciada dessas elaborações, isto é, a inscrição da produção intelectual **local** na disputa **inter-regional** entre porta-vozes em luta pela consagração **nacional** das respectivas interpretações acerca de suas comunidades de origem. Na sistematização desse último aspecto parte-se do pressuposto, já discutido no segundo capítulo, de que os padrões culturais sancionados como “autenticamente brasileiros”, usados para sintetizar a diversidade interna do país, moldam-se a partir da apropriação (e, muitas vezes, “branqueamento”), de “símbolos de classe e de região”. (Maciel, 1984: 46). Os elementos (personagens, paisagens e fatos fundadores) que integram a escatologia nacional resultam, pois, de escolhas baseadas no equilíbrio de forças entre unidades infranacionais de concorrência intelectual. Por essa razão os valores evocados para sancionar obras e autores – expressos na conjugação dos termos *ciência e autenticidade* – podem ser vistos como armas simbólicas à disposição de indivíduos que procuram legitimar posições conquistadas e/ou a conquistar nos campos local e nacional de produção cultural.

A perspectiva de reversão dos motivos que apartavam a produção textual da “província” dos temas em voga no centro do país serviu não só para alimentar as reticências da comunidade intelectual para com a “inautenticidade” dos

²⁵⁰ Os lugares onde se procede ao escrutínio da cultura local naqueles anos estão distribuídos entre as instâncias comandadas pelos nomes arrolados na lista oficial de colaboradores da CEF – Dante de Laytano no MJC, Ênio Freitas e Castro na ARM e na Divisão de cultura da SEC, Walter Spalding no Arquivo Público Municipal, Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Guilhermino César à frente do IHGRS e da revista *Província de São Pedro*. Além da CEF e do MJC, as duas últimas merecerão aqui um destaque especial, por figurarem entre as instâncias de referência para o conjunto da intelectualidade da época, funcionando como foro de consagração e espaço de sociabilidade entre historiadores e escritores.

estereótipos gauchescos encenados nas apresentações públicas dos *tradicionalistas*, como também convidou o conjunto de nomes arrolados como sócios da CEF a procurar diferentes vias de apropriação de autores nacionais para a interpretação da formação sul-rio-grandense. Nesse passo, fez-se mister uma retomada do diálogo entre a História e a Literatura – retomada que ensejou a aproximação dos eruditos com o Folclore, desta vez apreendido sob um viés “sociológico”. Essa reconversão das especialidades dos autores foi ditada pela sua participação política pregressa, pelas posições ocupadas nas escalas de prestígio e redes de reconhecimento intelectual e, em especial, pela a perda de autoridade das narrativas tradicionais em face da entrada de referenciais de análise mais “modernos”. Os novos indicadores de autoridade científica desafiavam as interpretações da historiografia fundada sob os parâmetros unificadores da memória nacional prescrita no IHGB, e que havia sido, ao longo das décadas de 1930 e 1940, adaptada às condições locais pelo IHGRS.

Essas variáveis são fundamentais para entender por que, depois da consagração nacional da “literatura da seca” nos anos trinta e quarenta, na década seguinte o revisionismo toma conta da crítica literária e do ensaio histórico produzido no Rio Grande do Sul. De modo geral, os atores envolvidos com a discussão observavam a má posição do estado em vista de outros mercados *regionais*, cujos porta-vozes haviam-se colocado na ponta do processo de elaboração de bens simbólicos brasileiros ao longo dos decênios imediatamente anteriores. As imprecizações à má conduta dos críticos, editores e leitores do centro do país para com os autores do Rio Grande servem então como instrumento de afirmação de suas identidades sociais. Os estigmas “periférico” e “provinciano” – categorias comuns às caracterizações que os próprios autores faziam do cenário cultural em que atuavam – alimentam a rivalidade e as alianças táticas dos *regionalistas* do sul com os do nordeste – onde Gilberto Freyre aparece como a principal referência – e internamente com os folcloristas “novatos” do *tradicionalismo*, de uma parte, e, de outra, com os dirigentes do IHGRS.

4.1. O Progresso como decadência: crise econômica e frustração política

De antemão, é preciso notar que a dilatação do campo discursivo

identitário, verificada no Rio Grande do Sul entre o final da década de quarenta e o início dos anos sessenta, participa de uma discussão mais urgente, referida à repercussão da crise da economia sulina em face da política econômica do governo federal, que vinha concentrando as grandes inversões de capital sobre o sudeste.

A crise econômica serve de gatilho para o reaparecimento da dicotomia *nós x eles* no esteio das discussões sobre as condições de desenvolvimento – autônomo ou associado – do país. A contar de 1956, quando a defasagem de acumulação de capitais por um modelo historicamente voltado à agropecuária²⁵¹ torna-se mais nítida, sobrevém o temor de “nordestinização” do Rio Grande do Sul. Ele, que até 1945 vinha sendo um estado “classe média”, via-se de repente na condição de estado “proletário”: crescia menos do que a média nacional enquanto, excluído do plano de metas, assistia à evasão de matérias-primas para serem industrializadas em outros lugares. (Oliveira, 1960: 168).

Avaliações deste tipo foram astuciosamente mobilizadas por Leonel Brizola, quando, na conjuntura pré-eleitoral de 1958, a questão do desenvolvimento e da incorporação das classes trabalhadoras ao capitalismo industrial delineou os termos do confronto entre as duas maiores forças políticas – PSD e PTB.²⁵² Enquanto a ala radical do PTB defendia uma política agressiva de diversificação industrial, o maior partido adversário, o PSD, propunha a intensificação da industrialização de matérias primas exportáveis às capitais urbanas do país.

Durante a campanha, o ressentimento com o executivo central é adotado como estratégia de arregimentação eleitoral. Dentro do “esforço de manutenção dos ideais varguistas” (Zanfeliz, 1979: 17), o candidato petebista barganha com o passado revolucionário do Rio Grande, erigindo-o em porta voz das regiões prejudicadas pela “favoritista” política industrial brasileira. Evocando a “rebeldia

²⁵¹A dinâmica “orgânica” de desenvolvimento do estado no período 30-45 repousava na articulação das atividades agropecuárias à indústria e ao comércio de exportação. Em 1947, mais de 75% da produção industrial agrícola do Rio Grande do Sul destinava-se ao Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e outros estados. Dentro deste modelo a expansão de capitais internos dependia de sua captação nos núcleos urbanizados do país. Contudo, a atração de capitais para o Rio Grande é dificultada porque os núcleos compradores passam a fabricar os bens de consumo antes importados do sul, comprando no exterior os bens de produção. (Cf. Muller, 1979).

²⁵² Cf. Muller, Geraldo. “A Economia Política Gaúcha dos anos 30-60”. In: *RGS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 362.

cívica” farroupilha, o futuro governador convida os trabalhadores gaúchos a resistirem à política cambial do governo federal e a combaterem, através do voto, os responsáveis pelo surto inflacionário decorrente da construção de Brasília e da industrialização de outras áreas do país. Nesses mesmos termos, em que a imagem do *gaúcho sentinela* é remanejada em acordo com a antiga presunção de superioridade moral que permitiria ao Rio Grande falar em nome dos demais membros da federação, Brizola dirige-se por carta a seu secretário particular, o jornalista maranhense Franklin de Oliveira²⁵³, por ocasião da publicação do livro *Rio Grande do Sul: novo nordeste*, de autoria deste último.

[...] a crise que suporta o Rio Grande do Sul é um problema de ordem nacional, tanto por se tratar de uma região importante do País, que responde com cerca de 10% da renda nacional, como por representar um fenômeno que atinge muitos Estados da Federação, notadamente o Norte e o Nordeste. Todos esses Estados e Regiões sofrem conseqüências da política econômica que vem sendo, nestes últimos tempos adotada e imprimida ao nosso País. [...] Tal política de desenvolvimento estritamente local e não nacional, é a responsável mais direta pelos profundos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira, **cujo agravamento poderá constituir-se num fator de perturbação da harmonia federativa e da própria unidade nacional.** (Oliveira, 1960: Prefácio, grifo meu)

O tom insurgente da carta, que é incorporada ao livro como prefácio, não disfarça o clima de “frustração histórica” reinante naquele momento. Avançada a “era JK”, a reestruturação da divisão inter-regional do trabalho e o processo de transição entre uma economia regionalizada para uma economia nacional, regionalmente concentrada²⁵⁴, trazia às elites culturais e políticas o desafio de

²⁵³ Segundo depoimento de Mauro Salles, no início dos anos 60, o então governador do Rio Grande do Sul já era “o mais empedernido dos adversários políticos de *O Globo* – e Franklin é quem escrevia alguns dos textos mais virulentos contra Roberto Marinho”. Esse autor começara como jornalista ainda no Maranhão, fixando residência no Rio de Janeiro em 1938. Nas décadas de quarenta e cinquenta manteve uma coluna famosa, chamada “Sete dias”, na revista *Cruzeiro*. Chegou a editor do *Correio da Manhã*, no qual permaneceu até o fechamento do jornal pelos militares, em meados dos anos sessenta. Nele, alternava com Otto Maria Carpeaux uma coluna de crítica literária e outra de crítica musical, começou a publicar o conjunto de matérias sobre o empobrecimento do sul e do nordeste, constantes no livro. Quando republicadas, estas já tinham repercutido grandemente entre os meios oposicionistas da Câmara e do Senado, como se pode ver nos depoimentos do Apêndice: “opinião de parlamentares gaúchos, todos da oposição”, sobre as reportagens do autor. (Oliveira, 1960:203-210). (Informação sobre Oliveira obtidas na web <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1208200396.htm>>, consulta em junho de 2004.

²⁵⁴ “[...] os mercados regionais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul se fusionam, perdendo suas características próprias de expansão das forças de produção, dando lugar a uma economia industrial integrada e, preferencialmente, localizada no centro sul do país. Este movimento geoeconômico nada mais é do que a versão geográfica da criação e expansão da hegemonia do capital industrial oligopólico no país. Com

refletir mais uma vez sobre as relações de dependência do sul com o centro do país. Como num “grande despertar”, afirma Sandra Pesavento (1995: 21), setores mais amplos da sociedade passaram a procurar os motivos que teriam levado o Rio Grande a perder o passo diante de outros estados mais industrializados e mais ricos.

Simultaneamente à crise, o Rio Grande do Sul tomava parte no processo de massificação do ensino superior, com a federalização da URGS em 1950. Contudo, no momento mesmo em que a pesquisa social começava a render seus primeiros frutos no sudeste, com consolidação das experiências universitárias ensaiadas no Rio de Janeiro e São Paulo na década de trinta, a situação local evidenciava mais uma vez o caráter sobretudo excepcional dos empreendimentos de capacitação docente. A universidade encontrava-se em sua fase inicial de organização, depois do aparecimento das duas Faculdades de Filosofia – da Pontifícia Universidade Católica do RS e da de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul – onde em 1940 e 1943 foram instalados os cursos superiores de História e Geografia respectivamente. Nessas faculdades, durante as primeiras décadas de funcionamento, prevaleceu a orientação da chamada “geração católica”, expressamente destinada a fornecer professores para o ensino secundário.²⁵⁵

A imposição dessa diretriz exclusivamente pedagógica sobre os cursos superiores aparentemente introduziu, no domínio da História, o divórcio entre o lugar de formação escolar e os foros de produção escrita. Afora o IHGRS, que permanece como guardião da memória patenteada pelo governo, essas instâncias distribuíam-se entre associações de eruditos do mesmo tipo – como a Academia Rio-grandense de Letras, criada em 1910 e refundada em 1935 – os órgãos públicos de gestão cultural – o Museu Julio de Castilhos e o Arquivo Histórico do

efeito, na medida em que foi produzindo internamente o que antes era importado e se começou a importar mercadorias de consumo industrial – processo esse que foi capitaneado por empresas de grande porte – a indústria não só se converteu no motor do desenvolvimento – e crise brasileira –, mas, também, umas poucas empresas passaram a dominar o mercado nacional. Foi, por conseguinte, essa forma de ser do capital industrial que consolidou e redefiniu a antiga articulação que existia entre os vários mercados regionais que existiam no Brasil”. (Oliveira e Reichstul, 1973: 358-359).

²⁵⁵ Sobre as disputas entre tendências confessionais e anticlericais ocorridas no processo de institucionalização do ensino superior no Rio Grande do Sul, ver Trindade (1982), Rodrigues (2002) e Coradini (2003).

Rio Grande do Sul, o Arquivo Municipal – e projetos específicos, como a *Província de São Pedro* (dentro da editora Globo) ou a série *Fundamentos da Cultura Rio-grandense* (cinco volumes publicados entre 1955 e 1962 pela Faculdade de Filosofia da UFRGS, reunindo trabalhos de autores gaúchos apresentados em um curso de extensão sobre a história do Rio Grande do Sul).

Enquanto a importação de padrões de organização, formação e métodos dos procedimentos ligados à produção de saber começava a se impor no centro do país, sobretudo em São Paulo, a incipiente trajetória institucional da academia no Rio Grande do Sul, embora sujeita aos ecos dessas transformações, contribuía para que prevalecesse em Porto Alegre o tempo “heróico” em que a produção intelectual era, além de dispersa, muito pouco especializada. Em geral, os estudos sócio-históricos participavam de um espectro amplo de composição textual, quando não inspirado nas referências da tradição ensaística, de teor marcadamente colecionista e classificatório. Textos pontuados por longas citações, com referências muitas vezes vagas a autores e documentos de arquivo, conviviam com outros, concentrados na enumeração catalográfica de topônimos, datas, feitos e glórias de heróis militares. Em conformidade com esse padrão, o cenário em que transitavam os delegados gaúchos da CNFL caracterizava-se por uma extrema dispersão dos lugares de atuação profissional, e mesmo dos canais de divulgação da produção intelectual. Frentes alternativas de pesquisa existentes na capital na década de cinquenta – por exemplo, a Associação Rio-grandense de Música, as comissões ligadas à UNESCO, o ITF – tinham suas atividades pautadas tanto na sobreposição de assuntos quanto na pessoalidade do recrutamento de colaboradores. Na verdade, cada uma delas atuava na extrema dependência da posição de seus comandantes, e raramente se constituía como um ponto de chegada, mas como instrumento de viabilização de projetos individuais paralelos, cuja efetivação dependia do crédito e dos contatos perseguidos através dos postos ocupados em jornais, direção em museus e arquivos, comissões de festejos, conselhos, edições e congressos.

A ética até então vigente de que a vocação para as letras implicava, mais do que no ingresso em uma profissão, na adesão a um sacerdócio, traduzia também o acúmulo e a indistinção de tarefas ligadas à escrita. Dada a escassez de

publicações acadêmicas regulares, de financiamento específico para a pesquisa e de condições estáveis de sistematicidade, a publicação de um romance, de uma obra histórica, de uma coletânea de folclore ou de um ensaio filosófico era consuetudinariamente saudada pelos mesmos canais – colunas do *Correio do Povo*, *A Hora*, *Jornal do Dia* e *Diário de Notícias* – nos quais atuava um círculo relativamente restrito de eruditos amigos ou adversários, em todo caso velhos conhecidos, que se resenhavam mutuamente.²⁵⁶

Nessa configuração, o IHGRS permanece como a arena de julgamento das investigações históricas, a despeito da existência de cursos superiores em História e Geografia. Em compensação, a pressão exercida de fora para dentro pela crítica de uma geração emergente de cientistas sociais que combatia o modelo “ultrapassado” de organização e produção das academias de eruditos também produziu seus efeitos sobre o espaço de produção local. O clamor de autores que, em contato intenso com pesquisadores estrangeiros, reclamavam a experimentação de métodos de pesquisa aplicada que subsidiassem o avanço das ciências sociais brasileiras, lançou no descrédito associações eruditas desse tipo – e não é sem razão que os delegados gaúchos se fizessem representar nos congressos e na imprensa sempre como catedráticos das universidades, e não como sócios das academias tradicionais.

Este estado de coisas parece ter aberto a brecha necessária para a quebra do monopólio exercido pelo IHGRS sobre os princípios definidores da disciplina histórica e de seus objetos. Se até então o Instituto, através de congressos, do controle do acesso de associados, de reuniões periódicas e de pareceres, das moções de apoio ou repúdio, vigiava de perto os temas, referenciais e demais procedimentos relativos à interpretação do passado pelos consócios, terá a partir dali sua autoridade questionada por projetos intelectuais sustentados nas outras

²⁵⁶ Nos anos cinquenta o *Correio do Povo* lança seu caderno literário, que dava informações aos leitores sobre o que se passava no mundo dos livros através das críticas de Moysés Vellinho (a mais temida de então), de Manoelito de Ornellas, às terças-feiras, Reynaldo Moura, Aldo Obino, entre outros. Em *A Hora* e *Diário de Notícias* escreviam as lideranças tradicionalistas. No *Jornal do Dia* Walter Spalding manteve, durante algum tempo e junto com Adão Carrazzoni, uma coluna dedicada ao assunto *regionalismo*. No centro do país, havia a *Última Hora*, em que atuava Mauritônio Meira; no *O Jornal*, Valdemar Cavalcanti; no *Correio da Manhã*, José Condé; no *Globo*, Antônio Olinto. Além disso, tinham grande prestígio os artigos assinados por Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai, Sergio Milliet, Gastão Cruis, Wilson Martins, M. Cavalcanti Proença e Franklin de Oliveira. Trechos de críticas desses autores eram divulgados em Porto Alegre através da *Revista Província de São Pedro*.

frentes de produção mencionadas, situadas do lado de fora do ambiente propriamente “acadêmico” (IHGRS e universidades). Essa concorrência é potencializada pela expansão do aparato burocrático de gestão da cultura, tal como verificado nas décadas aqui examinadas. O tenso equilíbrio de forças dentro da nova partilha institucional, aliado ao regime de sobreposição disciplinar característico do estágio inicial de desenvolvimento institucional da História e das Ciências Sociais, explica em parte a relação proporcionalmente inversa entre número (restrito) de envolvidos com a pesquisa social no Rio Grande do Sul e a dispersão (larga) de frentes de produção e divulgação de seus resultados, cenário em que a CEF participa ativamente.

Mesmo assim, na UFRGS os parâmetros de desenvolvimento que vêm na indústria o carro chefe do progresso econômico ressaltam dos investimentos feitos à época pelo então Reitor Elyseu Paglioli (1952-1964), quando são firmados os primeiros convênios com agências internacionais e universidades estrangeiras (Fundação Ford, Rockefeller, Universidade de Wisconsin). Estes convênios passam a sustentar uma série de Institutos dedicados à investigação (posteriormente extintos com a reforma de 1968), privilegiando áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Rio Grande, como os institutos de Agronomia, Fisiologia, Pesquisas Hidráulicas, Física, Genética, Geologia, História Natural, entre outros criados na bem sucedida gestão, o que levou Paglioli a ser reconduzido à Reitoria. (Hessel e Moreira, 1967).

Além da busca de saídas tecnológicas para o estado que já não podia sustentar com orgulho o título de “celeiro do Brasil”, as investigações começavam a dar seus primeiros passos em uma área tangencial às ciências sociais e à História, que vinha sendo crescentemente valorizada: os estudos de economia regional, com especial relevo sobre as condições de vida nos meios rurais. Dentre os institutos então criados, um dos mais ativos foi a seção de Estudos Sociais da Divisão de Pesquisas do Instituto de Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE), criado em 1953 e ligado à Faculdade de Economia e Administração²⁵⁷. Dali sairia,

²⁵⁷Enquanto o curso de Ciências Sociais, último a ser incluído na Faculdade de Filosofia, aguardava sua criação apenas em 1959, e na cátedra de Antropologia e Etnografia, criada em 1942, prevalecia o modelo etnográfico caudatário da antropologia física, desempenhado por Balduino Rambo (Maciel, 1997 e Lewgoy, 1997), o Professor Laudelino Medeiros, catedrático de Psicologia (até 1959 responsável pelo ensino de psicologia, sociologia, lógica e ética) e diretor da Faculdade de Economia e Administração entre 1943 e 1949, enviou professores desta faculdade para

em 1963, o Centro de Estudos Sociais, iniciativa pioneira de introdução das pesquisas em Sociologia aplicada.²⁵⁸ Como se pode depreender do campo de conhecimento ao qual se vinculavam as investigações do IEPE, o mote privilegiado eram os “aspectos sociológicos” compreendidos na “explicação objetiva dos fatos econômicos” (IEPE, 1979, apud Lidcke e Neves, 1997: 30).

O IEPE teve por objetivo realizar pesquisas nas áreas de Economia Brasileira e Economia Regional, propiciar o aperfeiçoamento de economistas, de outros profissionais e de professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, exercitar os alunos na investigação científica, complementando o ensino da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e cooperar com a administração pública e entidades privadas. No período de 1953 até 1962, com a sustentação financeira da COSUPE, Fundação Rockefeller e Fundação Ford, consolidou-se o trabalho de elaboração e publicação de indicadores sócio-econômicos, como o índice de preços ao consumidor e o cesto de produtos básicos de consumo, ambos na região metropolitana de Porto Alegre. Além disso, o Instituto começou a publicar um Boletim Informativo, no qual apareceram estudos de Economia, destacando-se trabalhos sobre agricultura gaúcha, população economicamente ativa, divisão regional do Rio Grande do Sul, produção sul-rio-grandense de máquinas e ferramentas agrícolas, estrutura das exportações gaúchas e oferta de emprego em Porto Alegre, entre outros. A partir de 1963, a pesquisa é

realizarem doutorado na Universidade de Wisconsin. Com isso, após a volta dos doutores a sociologia foi se especializando nos estudos rurais, saindo do IEPE, a partir de 1963, os primeiros cursos de Pós-Graduação em Economia e Sociologia Rural. Em 1965, os cursos foram desmembrados em dois Mestrados: em Economia Rural e Sociologia Rural. Somente em 1992 este último foi incorporado ao Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, criado no IFCH em 1972. (Lidcke e Neves, 1997: 30).

²⁵⁸ A criação do CES, dirigido pelo catedrático de sociologia Laudelino Medeiros até 1967, representou o primeiro esforço significativo na introdução da pesquisa empírica na área das ciências sociais, antecedendo a produção de pesquisa universitária em áreas afins, como a História e a Antropologia. Estas mantiveram suas frentes de produção à margem da universidade até a criação dos cursos de pós-graduação, anos depois da reforma de 1968. Na Antropologia a pós-graduação iniciou em 1974, sob a forma de especialização, sendo o Mestrado instituído em 1979 e o Doutorado em 1991. Na História a formação de pesquisadores começou na PUCRS em 1972 e na UFRGS em 1986, em nível de Mestrado, consolidando-se com a criação dos cursos de Doutorado, respectivamente em 1986 e em 1995. Para a arrancada da sociologia foram determinantes os convênios sustentados pelo CES com várias instituições, entre as quais a Universidade de Münster/Alemanha (1966), a Sociedade de Pesquisa e Planejamento do Rio de Janeiro, MEC e fundação Ford, o INEP e o Centro de Educação Comparada da Universidade de Chicago. Os problemas privilegiados nas primeiras investigações do CES encontram-se diretamente vinculados ao temário nacional exposto no capítulo anterior, com ênfase na Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Rural e processos de urbanização. (Lidcke e Neves, 1997).

intensificada com os cursos de Mestrado em Economia Rural (em 1963), e Teoria Econômica, em 1971, além do programa de aperfeiçoamento do pessoal técnico no exterior, que possibilitou a vinda de professores consultores. Com a qualificação do pessoal técnico e a colaboração dos professores visitantes, o IEPE pôde estender suas atividades à colaboração com entidades governamentais na avaliação de projetos de desenvolvimento.²⁵⁹

Em reforço aos prognósticos adversos sobre a economia assinalados por essa produção, pesava grandemente nas avaliações das elites políticas e intelectuais da época o malogro das expectativas que haviam sustentado a união desses grupos em torno do projeto revolucionário presumidamente “sul-riograndense” de 1930. Ao final da era Vargas, a conclusão chegada era a de que depois da tomada do poder a nova composição de forças republicanizara a República, mas não procedera à pretendida “gauchização” do Brasil. Citando Sandra Pesavento, que em rápidas palavras descreveu a sucessão de ocasiões em que o choque entre culturas se impôs como modo privilegiado de pensar as relações do Rio Grande com o restante do país, verificava-se àquela altura que

‘celeiro do País’, sem dúvida, era uma bela figura, mas parece que ser industrializado rendia mais. O Rio Grande era heróico, mas outros estavam ficando ricos. Contávamos histórias de glórias passadas e festejávamos revoluções, como em 1935, mas ‘eles’ inauguravam fábricas e influíam nas decisões do poder central. [...] Frequentávamos as ante-salas do poder, mas ‘eles’ decidiam. (Pesavento, 1995: 20).²⁶⁰

De fato, paralelamente à crescente industrialização do Sudeste e à consolidação da indústria como sua principal atividade, a estruturação produtiva voltada para a agricultura vinha sendo repassada para o Nordeste e o Sul, numa deterioração do sistema de trocas até então exercido pelo Rio Grande com o mercado interno.²⁶¹ Assim, o impacto nefasto da industrialização de grande porte

²⁵⁹ Cf. Ferrari Filho (2000) e Lidcke e Neves (1997).

²⁶⁰ “Com Vargas começaram os problemas. [...] o imediato pós-30 já reservou para parcela da oligarquia gaúcha uma frustração inicial. Ela, que se considerava dona de Getúlio e da Revolução, viu as coisas tomarem outro rumo. Caindo São Paulo e o café, em vez de assumirem o papel hegemônico nacional o Rio Grande e os pecuaristas, o que se viu foi que, no novo bloco do poder montado, Getúlio estabeleceu alianças justamente com os setores não agrários do centro do País”. (Pesavento, 1995: 20).

²⁶¹ Em 1973, pesquisadores do CEBRAP, em estudo sobre o impacto econômico regional da industrialização, assinalaram que o sul e o nordeste tornaram-se mais acentuadamente exportadores agrícolas e importadores de produtos industrializados do sudeste. Além disso, identificou-se uma queda na participação da agricultura na renda interna total, distribuída em decréscimos na renda de cada região. Ver Oliveira e Reichstul (1973: 140).

sobre o modelo periférico e dependente da economia sulina pôde ser mais uma vez entendido como um desdobramento da “histórica” sujeição política do estado aos interesses do “centro”. A diferença é que, depois de Vargas, a insurgência contra esta situação estabelecia um paradoxo, já que a dominação fora exercida a partir de um Estado “centralizador” para o qual o Rio Grande havia se especializado em fornecer quadros administrativos e panteões heróicos, ou seja, onde os intelectuais e políticos gaúchos tiveram participação assegurada. Isso, somado à experiência de um tempo de urbanização “acelerada” e de êxodo das populações rurais para as capitais urbanas, fundamentou entre os agentes a sensação de presenciarem, em pleno pós-guerra, o avanço de um progresso decadente sobre um passado pujante.

4.2. Uma cultura ameaçada

A tensão suscitada pela chegada um tanto inadvertida de uma era de desenvolvimento aparentemente incompatível com a tradicional formação rural do estado foi percebida muito além das fronteiras dos partidos, transbordando de diferentes formas sobre os vetores de mediação cultural da época.

Na literatura ela se expressa pela grande influência, depois de décadas de predomínio do conto, do que os críticos dos anos 40-50 chamaram o “romance neo-realista de trinta” – correspondente gaúcha do *romance nordestino* – que explorava o processo de degradação social do homem do campo em face do empobrecimento da campanha. A morte do centauro antecipada pela trilogia do “Gaúcho a pé” – fundada por Cyro Martins com o lançamento de *Sem Rumo*, em 1937²⁶² – seria percebida anos depois como o primeiro prognóstico de que um

²⁶² No ano de implantação do Estado Novo, Cyro Martins lançou o romance *Sem Rumo*, abrindo a célebre trilogia do “Gaúcho a Pé”, segundo a designação dada mais tarde pelo crítico e editor Carlos Jorge Appel. Esta, completada por *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), figura, juntamente com *Fronteira Agreste* (de 1944) e *Caminhos do Sul* (1945), do capixaba Ivan Pedro Martins, como documentário escrito da miséria social e instrumento de denúncia ao capitalismo latifundiário agropastoril instituído no interior rio-grandense. Este último autor, ex-dirigente da Juventude Comunista e ativista da Aliança Nacional Libertadora fora, depois de 1935, perseguido pela polícia política do Estado Novo, forçando-o a refugiar-se na fazenda do sogro, em São Gabriel, onde viria a tomar contato com o ambiente pastoril. Vale notar, neste ponto, que a literatura parece ter se antecipado à História na produção de interpretações que opunham um “regionalismo social” a um “regionalismo heróico”, tido como superado. Enquanto na historiografia a crítica de cunho marxista à mitologia heróica, da qual derivou a presunção de democracia rural como marca das relações entre classes no Rio Grande, se consolida somente ao final da década de setenta, no domínio literário ela se estabelece muito antes. Entre os escritores encontrava-se o maior número de intelectuais “de esquerda” e de opositores do Estado Novo – como exemplos, além de Cyro e Ivan, podemos citar Érico Veríssimo e Dyonélio Machado. Na

ciclo se havia fechado, e de que algo tinha ficado pelo caminho. Sob o elogio da crítica local às visões tidas como mais “realistas” que as do romantismo tardio, e menos “passadistas” que as do naturalismo alcidiano, os retratos literários do gaúcho já não diziam respeito ao tempo idílico em que *el más infeliz tenía tropilla de un pelo*, no dizer de Martin Fierro.²⁶³ Despido dos atributos heróicos, o herói reaparece miserável, encarnando um ente sociológico tomado como instrumento de denúncia à estrutura oligárquica arcaica e excludente da qual teria resultado.

A visão otimista do *regionalismo* anterior cede lugar então a uma tônica que exprime a falta de perspectivas com que se deparavam os atores – e que antecede a prevalência, a contar dos anos sessenta, do conto urbano sobre o panorama literário local.²⁶⁴ Até lá, como assinala Bittencourt (1999), embora

contramão desta tendência, os historiadores do Instituto Histórico prestavam, pela voz do historiador Eduardo Duarte, apoio formal à ditadura varguista no congresso histórico comemorativo ao bi-centenário de fundação de Porto Alegre, realizado em 1940. Na ocasião, os eruditos entregam ao Presidente o diploma de sócio benemérito da agremiação, manifestando-lhe o apoio pela decisão dos “destinos nacionalistas” do país, tomada em face da antevisão de um “revolucionismo alarmante”, e da proliferação de “ideologias contrabandeadas” que estariam “ameaçando a tranqüilidade pública” do Brasil. (“Discurso do Dr. Manoel Duarte”. In: *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940, p. CCCXXV.).

²⁶³ Ao comparar o tratamento dado por autores como José Hernandez, João Simões Lopes Neto e Bartolomé Hidalgo a seus protagonistas *gauchos*, Cesar Guazzelli (2002b) recuperou esses versos do *Martin Fierro* para destacar a assiduidade com que a referência mítica a uma “idade do ouro” aparece entre as obras dos inventores urbanos da gauchesca platina e brasileira dos séculos XIX e XX.

²⁶⁴ Pouco a pouco começa a pipocar em Porto Alegre uma produção de intenção cosmopolita, trazida por escritores da nova geração aparecida no imeditato pós-guerra. Entre eles, figura o celebrado grupo *Quixote*, tido pela crítica atual como “similar” rio-grandense da chamada *geração de 45*. Integrado por autores como Silvio Duncan, Heitor Saldanha, Wilson Chagas, Raymundo Faoro, entre outros jovens em atividade entre 1947 e 1961, o grupo procurou cumprir uma palavra de ordem tirada do patrono Miguel de Unamuno: “vamos fazer uma barbaridade”. Fizeram-na através de festivais, recitais públicos, da publicação de folhetos volantes de poesia e principalmente dos cinco números de sua revista, de onde saiu o nome de “batismo” do grupo. Cabe destacar que essas iniciativas foram beneficiadas pela introdução de uma política governamental para o Livro dentro da Divisão de Letras da Secretaria de Educação (através de concursos literários periodicamente promovidos pelo Instituto Estadual do Livro entre as décadas de 50 e 70), bem como pelo aparecimento de empreendimentos editoriais (como a Difusão de Cultura) e livrarias (como a “Cosmos” e a “Coletânea”), que na década seguinte substituirão a Globo como espaço de sociabilidade intelectual, desta vez dominado pela juventude universitária. Esta última costumava agrupar-se na *Vitória*, situada em frente à Praça da Alfândega e criada em 1961 (em 1964 o nome foi trocado, por causa do golpe militar, para *Coletânea*) pelo carioca Arnaldo Campos, membro do Partido Comunista do Brasil chegado a Porto Alegre em 1955. A banca trazia livros marxistas publicados pela Editorial Vitória do Rio de Janeiro, divulgando, segundo Bittencourt, “uma filosofia considerada ‘de porão’ no seio da comunidade provinciana da época”. (Bittencourt, 1999: 51). Entre os frequentadores e clientes estavam os atores do Teatro Equipe, Lara de Lemos, Ítala Nandi, Mario de Almeida e Paulo César Pereio, e o diretor Fernando Peixoto. Também frequentavam o espaço os jornalistas da extinta *Folha da Tarde* (Caldas Júnior), P.F. Gastal, Ruy Carlos Osterman, Sérgio Jockymann e José Onofre. Sobre o grupo, ver Bittencourt (1999); Masina e Appel (2000), Coutinho e Souza (2001) e Assis Brasil et alli (1999).

elementos típicos da prosa oitocentista, como a onisciência opiniática do narrador sobre a narrativa, ainda exercessem forte influência no estilo de composição, introduz-se compensatoriamente um deslocamento na abordagem que a distingue do *regionalismo* tradicional. Questões como a luta de classes, a consciência política do indivíduo e a violência repressora do Estado, demonstram a partir daí “[...] a presença de um texto empenhado politicamente, com claras intenções de questionamento”. (Bittencourt, 1999: 47). De *heróico* ou *passadista*, o cânone assume uma fisionomia “social” capaz de atrair a atenção de autores até então pouco afeitos ao estilo, como Érico Veríssimo.²⁶⁵

A consagração desse “regionalismo social” vem a calhar com a atmosfera de urgência reinante nos meios intelectuais. Como no Rio de Janeiro e São Paulo, os anos 1950 no Rio Grande do Sul vêm o lema modernista da geração de 1920-1945 mudar de verbo: não se tratava mais de “revelar” a cultura regional, já sistematicamente explorada desde Simões Lopes Neto e Alcides Maya, mas de salvá-la.²⁶⁶ As ameaças vinham da “centralização política” e da “padronização cultural”, da indiferença dos críticos “da côrte”, da imposição de estilos de vida cosmopolitas, da “desagregação” das populações rurais provocada pelo atraso econômico e, em um nível mais abstrato, da ação do tempo, cada vez mais remoto, que divorciava o presente do passado anterior ao urbanismo industrial.

A recepção de Moysés Vellinho à *Porteira Fechada*, um ano após sua publicação, em 1944, é, a esse título, exemplar. Ao traçar a genealogia histórica do *gaúcho a pé*, o mais consagrado crítico da época confirmava o que tinha sido antecipado pelo próprio Cyro Martins, ou seja, a “falência de toda uma população”. O diagnóstico do autor leva o resenhista a perguntar se com o

²⁶⁵ Com o lançamento do primeiro volume de *O Tempo e o Vento*, em 1949, Érico Veríssimo assinala sua conversão ao gênero do romance histórico regional - obtendo, através dessa obra, a consagração literária depois do sucesso comercial alcançado com *Olhai os Lírios do Campo*, *best seller* da Globo lançado em 1938. O fato, contudo, não elimina suas antigas reservas para o com o gênero regionalista: “Apesar de ser descendente de campeiros, sempre detestei a vida rural, nunca passei mais de cinco dias numa estância, não sabia e não sei ainda andar a cavalo – para escândalo e vergonha de meu avô Anibal – desconhecia e ainda desconheço o jargão gauchesco. Embora admire os trabalhos isolados de escritores como Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja, Cyro Martins e Vargas Neto, nunca morri de amores pelo regionalismo e, para ser sincero, tinha e ainda tenho para com este gênero literário as minhas reservas, pois acho-o limitado e, em certos casos, com um certo odor e um imobilismo anacrônico de museu”. (Veríssimo, 1994: 288. v. 1).

²⁶⁶ Críticos da época, como Carlos Dante de Moraes, sinalizaram no contexto literário dos anos cinquenta um “reatar da curva ascendente do modernismo em sua fase aguda”, com a diferença de que “Agora, as experiências e os problemas assumem aspectos mais graves, mais prementes e dramáticos”. Moraes, 1954: 18.

desenraizamento cultural e físico do fronteiriço não se enunciava o iminente esgotamento do banco genético da cultura regional:

[...] sem sombra de assistência, sem trabalho organizado, sem terras próprias para plantar nem florestas para derrubar, impuseram-lhes os tempos, duramente, como único meio de vida, a servidão dos rebanhos. (...) e como até mesmo a condição de servo lhe escasseia cada vez mais, abandona a querência e vai morrer desenraizado, como um fantasma de si mesmo, à beira das cidades. [...] Objetar-se-á que nem todos perecerão e que nos campos ficam os senhores com a peonada, gaúchos de lei. Mas, em concorrência com a prolífera massa formada por elementos de outras origens, constituirão de futuro os sobreviventes desse doloroso estado de coisas um suporte demográfico suficiente para resguardar a continuidade e a prevalência das nossas fundações culturais?²⁶⁷

O aparecimento do *tradicionalismo* – e, com ele, a massificação do apelo exercido personagem “típico” do Rio Grande – alimentou-se do mesmo pressentimento de perda, potencializado pelo julgamento do passado político recente e pela aproximação rápida de um futuro incerto. O movimento foi mais tarde justificado pelos fundadores como uma reação ao “famigerado Estado Novo”, que com a ritual incineração das bandeiras dos estados em 1937 e a expulsão da história rio-grandense dos currículos escolares teria pregado uma unidade-pátria compulsória, aplicada em “apagar as fisionomias regionais”. Tratava-se, segundo aqueles militantes, de “reagauchar o Rio Grande” (Côrtes, 1994: 53), cobrindo o hiato entre “o que ficara resguardado como herança nativa no aconchego dos ranchos pelos rincões [...] e as vivências urbanas cosmopolitas dos grandes centros culturais”. (Côrtes, 1994: 39).

Trabalhando a idéia de que no contato entre culturas prevalece a mais forte²⁶⁸, a vanguarda intelectual do movimento sai em busca da história e do folclore para fundamentar, mais do que uma ciência, uma providência: o culto às

²⁶⁷ Vellinho, Moysés. “Paz nos Campos...” *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 147-150, jun. 1945, p. 148-149.

²⁶⁸ No *Manual de Danças Folclóricas*, publicado pela CEF em 1956, como resultado das “pesquisas de campo” de Paixão Cortes e Barbosa Lessa efetuadas entre 1950-52 para a criação de coreografias de “projeção folclórica”, essa idéia é sistematizada em acordo com a “lei da Imitação”, trabalhada pelo argentino Carlos Vega para explicar a origem nobre e ibérica das danças platinas. A tese, defendida pelo musicólogo em 1941, é bastante simples, e não difere muito do conceito de *assimilação* da sociologia de inspiração norte-americana, também presente nas interpretações de Gilberto Freyre. Em linhas gerais, argumenta que sociedades cujo “nível civilizacional” é mais “avançado” impõem seus padrões culturais e comportamentais aos chamados “grupos inferiores”, que não dispoem dos mesmos recursos, tentam imitá-los. Concluiu-se então que as danças rurais do Rio Grande do Sul só podiam ser explicadas “à luz das elites brasileiras anteriores e de elites européias ainda mais anteriores”. (Côrtes e Lessa, 1975: 9).

“tradições”, compreendidas como ponte com um passado de cuja presença dependeria toda possibilidade de estabilidade futura. Desta forma, os “cultores da tradição” pretendem mantê-lo na memória não apenas recorrendo às dimensões restritas da escrita, mas sob o aspecto mais tangível e coletivo da encenação cerimonial do linguajar e dos costumes, da indumentária, gastronomia e todos os demais aspectos ligados à vida na *estância*.²⁶⁹ Ainda que o cumprimento de tais objetivos não dispensasse um grande empenho de pesquisa, os ideólogos do *tradicionalismo* preferiam defini-lo não como “uma teoria”, mas como um “movimento”

[...] Sua dinâmica realiza-se por intermédio dos Centros de Tradições Gaúchas, agremiações de cunho popular que têm por fim estudar, divulgar, e fazer com que o povo ‘viva’ as tradições rio-grandenses [...] Os tradicionalistas não precisam tratar cientificamente o folclore, estarão agindo eficientemente se se servirem dos estudos dos folcloristas como base de ação, e assim *reafirmarem* as vivências folclóricas no próprio seio do povo.²⁷⁰

Seus prosélitos tomavam-se por “soldados” propagadores de uma ética determinada por princípios de solidariedade e coesão social apropriados da engenharia social norte-americana.²⁷¹

Quanto todo o mundo se debate pela solução dos problemas sociais mais cruciais da História, é mister que se faça alarde do que o tradicionalismo pode realizar de útil para que as sociedades de nossa época se reencontrem e

²⁶⁹ É precisamente neste ponto que o aparecimento do 35 CTG, em 1948, representa, dentro da longa duração do proselitismo identitário no Rio Grande do Sul um ponto de inflexão. Não por figurar como primeiro núcleo de celebração do apego aos usos e costumes “tipicamente” gauchescos – já que desde o século XIX haviam-se criado entidades desse tipo – mas por ter arregimentado forças sociais em torno de um projeto doutrinário capaz de atualizar práticas patrimoniais anteriores, alargando seu potencial de interpelação. A proliferação desse culto inaugura, de fato, no Rio Grande do Sul, uma fase nova no itinerário dos usos públicos da História, que agora aparece marcada por uma “febre” revivalista despregada da escrita e do texto, manifestando uma nova sensibilidade para com o passado. (Diebold, 2001: XI e Fabre, 2001: 32).

²⁷⁰ Lessa, L. C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 133-138, dez. 1954, p. 137.

²⁷¹ Ruben Oliven aborda o tradicionalismo como um exemplo da disseminação de determinados saberes do âmbito acadêmico para o senso comum. Afirmo que o movimento é, “sem sabê-lo, um dos maiores difusores das idéias das ciências sociais norte-americanas da década de quarenta”. (Oliven, 1992a: 82). Barbosa Lessa, aos vinte e quatro anos e recém-formado em Direito, matriculara-se na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo, onde teve aulas com Donald Pierson, professor egresso da Universidade de Chicago. O tradicionalista acabou abandonando o curso, mas usou parte da bibliografia indicada – especialmente Pierson e Ralph Linton – para escrever a “Carta de Princípios do Tradicionalismo”. Em entrevista concedida ao antropólogo, Lessa conta como adaptou as teorias sociológicas aos objetivos do movimento “Como eu estava muito imbuído dos assuntos tradicionalistas, eu fui vendo até que ponto se encaixava naquilo que nós estávamos fazendo. Foi quando eu aprendi conceito de sociedade, conceito de cultura [...], de tradição, conceito de visão cultural e por aí a fora. [...] E eu percebi que dava pra formar uma coisa boa”. (Lessa, Apud Oliven, 1992a: 82).

possam desfrutar de uma vida melhor. O mestre da sociologia Donald Pierson dá-nos uma lição que vale lembrar: o divórcio, o crime, a delinquência juvenil, o suicídio e os outros índices de desintegração social, são característicos cada vez mais patentes dos modernos grupos urbanos. Os problemas sociais cruciantes, especialmente nos grandes centros urbanos, são devidos à desintegração do controle dos costumes das ‘culturas do folk’. Esta desintegração é, por sua vez, devido ao contato com traços culturais diferentes, e até certo ponto antagônicos, introduzidos nos centros urbanos por imigrantes, por viajantes que regressam de lugares estranhos, ou por intermédio de livros, revistas, jornais, e outros agentes do contato cultural’. Esta transcrição diz quase tudo. E os Congressos Tradicionalistas, se bem conduzidos, dirão o resto, fazendo reafirmar-se a nossa própria cultura para que o benfazejo e inevitável contato com outras culturas seja menos cruento com suas conseqüências negativas.²⁷²

Segundo a versão final da *Carta de Princípios*, apresentada por Barbosa Lessa como tese no 1º Congresso Tradicionalista de Santa Maria em 1954, o *tradicionalismo* deveria atuar como um “braço auxiliar do Estado”, destinando-se fundamentalmente a zelar pela segurança de “nossa sociedade rural”, através de uma ação fortemente normativa. Um dos objetivos era “[...] reforçar o núcleo gaúcho da cultura rio-grandense, [...] e através dos Centros de Tradições Gaúchas [...] opera[r] para que todos os indivíduos que compõem a Região sintam os mesmos interesses, os mesmos afetos, e desta forma reintegrem a unidade psicológica da sociedade regional.”²⁷³ Esta diretriz seria, para todos os efeitos, avalizada pela opinião da sociologia emergente no centro do país, isto é, de “renomados cientistas”, “mestres da moderna sociologia” que identificam entre os fatores de desintegração social “característicos de nossa época” dois elementos fundamentais: o enfraquecimento dos núcleos formadores das culturas e “o desaparecimento gradativo dos grupos locais”.²⁷⁴

No nível mais conjuntural, os militantes distinguem as transformações em curso nos repisados termos da oposição entre campo e cidade. O problema realçado aí é mais uma vez o da descaracterização cultural associada à decadência do habitat civilizacional do gaúcho e ao crescimento do êxodo rural – simultâneo à ascensão política e numérica da população imigrante, que parecia ameaçar a permanência de tradições *autóctones*. Esta questão informa o embasamento

²⁷² Scalante, Sady; Lessa, Luis Carlos B. “O tradicionalismo à luz da sociologia”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 jan 1954. “Tradição”. BAM, TEMÁTICO, PASTA 28 – Congressos de Tradicionalismo – F – 0190

²⁷³ Lessa, L. C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 133-138, dez. 1954, p. 136.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

“cultural” e “político” dos objetivos fixados para o 35 CTG, que servirão de modelo para os outros centros do interior do estado:

A finalidade do 35, sob o aspecto cultural é o estudo do folclore e da história do Rio Grande do Sul e sua divulgação através da palavra falada, ou escrita, da música, da dança, das artes ou da prática campeira. Sob o aspecto político, o anseio do 35 é preservar a **pureza da nacionalidade** que se **transfigura neste sufocante entrechoque de culturas estranhas à nossa formação social**. É anseio do 35 fazer voltar todos aqueles que hoje habitam o Rio Grande do Sul ao ponto de partida comum, às raízes de nossa formação, para que – movidos por idênticas aspirações – possamos avançar irmanados e confiante [sic], traçando as linhas do futuro sem esquecer as lições do passado.²⁷⁵

Seguindo essas mesmas diretrizes de “pureza”, “retorno às origens”, “resistência a culturas estranhas”, no terceiro Congresso Tradicionalista realizado pelo Clube Farroupilha de Ijuí em 1956, a “tese” *Tradição e Nacionalismo*, apresentada pelo CTG *Ponche Verde* de Santa Maria, conclamava os participantes a não deixar morrer o “amor pelo pago querido no entrevero do modernismo das cidades cosmopolitas” e a conservar “nossas danças típicas, a nossa música, a nossa arte como uma demonstração eloqüente da riqueza do nosso folclore”.²⁷⁶ Igual preocupação era manifestada com a “assimilação” dos grupos étnicos imigrantes e descendentes. Exposto em forma de ultimato, o apelo à integração é proferido como a advertência final de um “povo-sentinela” ao estrangeiro invasor:

Aceitamos em princípio estrangeiros, povos de outras culturas e mesmo de outras raças, mas não toleramos aqueles que vierem destruir a nossa cultura e menosprezar as nossas instituições.[...] De nada adianta para nossa pátria um progresso sem limites no campo econômico e financeiro se existir uma desorganização social tremenda e uma destruição total do espírito de nacionalidade. [...] Que se integrem em nosso meio estrangeiros que aqui desejam se radicar, que vivam e compartilham [sic] conosco o mesmo pão, a mesma língua, a mesma lei, a mesma terra e as mesmas tradições, desde que tenhamos a mesma profissão de fé, que é o devotamento de todo o amor à velha PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.²⁷⁷

Tendo em vista a diversidade de reações comportadas pelo panorama de “crise” traçado até aqui, parece interessante precisar o modo como a geração anterior de mediadores culturais se valeu das próprias experiências para detectar

²⁷⁵ Boletim n.1 do “35” CTG; citado em Côrtes (1994:135). Grifos meus.

²⁷⁶ CLUBE FARROUPILHA DE IJUÍ. *Anais do III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Michaelson & Cia, 1956, p. 36.

²⁷⁷ CLUBE FARROUPILHA DE IJUÍ. *Anais do III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Michaelson & Cia, 1956, pp. 36-37

as urgências e “saídas” colocadas na interação com projetos concorrentes de reconstrução da memória regional. Ademais, os intelectuais fundadores da CEF, que desde o tempo da mobilização aliancista freqüentavam o conhecido “grupo da Globo”²⁷⁸ e se engajaram ativamente na campanha, tinham sido iniciados nas lides culturais pelos autores consagrados de então, como Alcides Maya, Eduardo Duarte, Aurélio Porto, e o editor da livraria, Mansueto Bernardi. Um bom tempo separava-os de quem haviam recebido o bastão intelectual e já era hora de os herdeiros procederem a uma avaliação mais global dessa produção, considerando o que se ganhou ou perdeu pelos caminhos da política.

Por conta de tal balanço, justo no momento em que amplos segmentos sociais são chamados pelo *tradicionalismo* a participar do “resgate” da memória campeira, a “nata” da intelectualidade local começa a firmar um certo consenso quanto à exigência de superação dos clichês *regionalistas* das décadas anteriores. Não obstante a importância das mesmas questões – decadência econômica, ascensão imigrante, padronização cultural –, para os eruditos nascidos na entrada do século XX²⁷⁹ e sociabilizados no mundo das letras e da política sob o embalo dos modernismos e das revoluções, os ventos democratizantes traziam, contrariamente ao ímpeto de revalorização do cerne fronteiriço da cultura rio-grandense, a expectativa do preço a pagar pelo passado “centauriano” das letras e da política praticadas no período 1930-45.

²⁷⁸ A Globo também produziu seus editores-heróis, homólogos a José Olympio no Rio de Janeiro e José de Barros Martins em São Paulo, representados aqui pela dupla autor-editor Êrico Veríssimo e Henrique Bertaso. Como indica Sorá, já desde o tempo de Mansueto Bernardi, a editora porto-alegrense tinha seus “escritores da casa”, como o foram Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego para a editora carioca (1994:244-245). Estes compunham-se de nomes como Darcy Azambuja, Moysés Vellinho, Reynaldo Moura, Athos Damasceno Ferreira, Paulo Correia Lopes, Cyro Martins, Theodomiro Tostes, Mario Quintanta, Manoelito de Ornellas, Augusto Meyer, Carlos Dante de Moraes, Dyonélio Machado, Othelo Rosa, Dante de Laytano, Ernani Fornari, para citar os principais. Além de alimentar o catálogo de “autores nacionais” da editora, os autores, cujas filiações político-partidárias eram bastante variáveis, freqüentavam-se rotineiramente, quando não à porta da livraria ou no gabinete dos editores, no Bar *Antonello* ou em jantares “só para homens”, realizados entre donos, autores e funcionários, em casa do barbeiro Lambiase, que por anos atendeu aos Bertaso toda manhã na livraria. Para maiores detalhes, ver Veríssimo (1975: 63-64), Verissimo (1994: 237 et passim) e Sorá (1998; especialmente 231-253).

²⁷⁹Os integrantes das redes de troca e reconhecimento da CEF, composta das maiores autoridades intelectuais em atividade nos anos cinqüenta em Porto Alegre, têm suas datas de nascimento situadas na primeira década do século XX: Reinaldo Moura é de 1900, Walter Spalding é de 1901; Elpídio Ferreira Paes e os amigos Moysés Vellinho, Athos Damasceno e Augusto Meyer são de 1902, Êrico Veríssimo é de 1905, Guilhermino César de 1908, mesmo ano de nascimento de Dante de Laytano. Pouco depois vem Ênio Freitas e Castro (de 1911) e Aldo Obino, de 1913. As exceções são Othelo Rosa, Mansueto Bernardi e Fernando Corona, nascidos em 1888, 1889 e 1895.

É sintomático que, em 1953, um historiador especializado em história militar, como Arthur Ferreira Filho²⁸⁰, anunciasse que “[...] o Rio Grande do Sul encerrou em 1930 sua idade heróica ou talvez, melhor expressando, sua era romântica”.²⁸¹ De fato, a geração que naquela altura se encontrava no topo do reconhecimento público tinha passado a década de trinta falando em nome da nação para defender, em benefício próprio, a idéia de que a história teria reservado uma missão saneadora da política brasileira para o Rio Grande do Sul. Agora, a situação era outra. Como assinalou Odaci Coradini, a destituição do governo de forte controle social que haviam apoiado, e isto em meio a uma série de conflitos e ambigüidades, induzia as elites culturais ao afastamento progressivo – ou, pelo menos a aceitar esse afastamento como legítimo – da adesão política direta. (Coradini, 2003: 133-134). Uma vez que a autoridade de porta-vozes já se encontrava plenamente constituída, era chegada a hora de os homens de cultura defenderem seu próprio panteão, ainda que sua identidade social se mantivesse ancorada em um comprometimento público, senão com um bloco de poder específico, com o “povo” e “a democracia”.²⁸²

²⁸⁰ Arthur Ferreira Filho era considerado, segundo o folclorista e tradicionalista Antônio Augusto Fagundes, uma autoridade em revoluções e, de fato, não era para menos: nascido em 1899, filho do oficial do exército Arthtur da Silva Ferreira e ex-aluno de Benjamin Constant, Ferreira Filho combateu como “oficial provisório” nas revoluções de 1923, 1930 e 1932, chegando ao posto de Tenente-coronel da Brigada Militar. Também manteve carreira política no interior do estado. Atuou como intendente de Bom Jesus, Passo Fundo e São Leopoldo. Delegado em Passo Fundo, Carazinho e Bom Jesus, e como Juiz de Paz nesses dois últimos municípios. Membro efetivo do IHGRS, sucedeu Reynaldo Moura na direção da Biblioteca Pública do RS, entre 1956 e 1959, entregando o posto ao poeta tradicionalista Jayme Caetano Braum. (Ver Fagundes, Antônio Augusto. “Arthur Ferreira Filho”. *Zero Hora*. Porto Alegre, 12 out. 1985, Regionalismo. p. 6 e Martins, 1978: 217).

²⁸¹ Ferreira Filho, Artur. “Caudilhos Platinos e Caudilhos Rio-Grandenses”. *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 3, p. 359-364, jan. 1953, p. 359.

²⁸² Consolidada a autoridade diagnóstica de sua intervenção sobre o debate cívico, os intelectuais dos anos quarenta e cinquenta tratam de se reorganizar. O período que se segue à abertura é abundante em congressos e manifestos através dos quais este grupo repensa seus vínculos com a sociedade, tomando posição diante dos grandes temas da época: a liberdade de opinião, a responsabilidade social do intelectual, as relações entre arte e verdade. Em vista do tenso equilíbrio de forças que se estabelece na Guerra Fria, as declarações de autonomia diante dos grandes inimigos – a sanha totalitária do Estado (leia-se comunismo), “o comercialismo e sua aliada, a publicidade” e a “desumanização da arte” – definem a ordem das dissidências. (Pereira, Lucia Miguel. “Condição de Escritor”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 152-154, dez. 1954). Os posicionamentos divergentes quanto à ordem política internacional motivam a criação e refundação de instâncias de representação locais, como aconteceu em Porto Alegre, com o aparecimento da Associação dos Homens de Letras do Rio Grande do Sul, no lugar da antiga Associação dos Escritores Rio-grandenses. Isso pode ser conferido no VI Congresso Brasileiro de Escritores (realizado em Porto Alegre, em 1951), com a impugnação, pela assembléia, do “Manifesto dos Escritores Democratas” proposto pela delegação pernambucana, com o apoio de escritores de Minas Gerais, Ceará e Bahia. Ver, a respeito, os editoriais de Moysés Vellinho, na

Sem exclusão da legitimidade desfrutada pelos temas regionais e tampouco de alianças táticas com adversários próximos ou distantes, a comunidade rio-grandense de escritores volta-se então à reconstrução dos caracteres distintivos da *região* e do *regionalismo* como forma de reconstruir sua própria identidade. Nesse momento de auto-reflexão ela enfrenta o problema das relações nem sempre cordiais mantidas com os críticos de outros pontos do país. Entrevê então a urgência de propor formas de compensação para a posição desfavorável, ou a ausência de sua produção, tanto do cume do mercado editorial (a exceção de Érico Verissimo confirma a regra), quanto dos principais foros de consagração, como os catálogos das grandes editoras (José Olympio e Martins), a Academia de Letras e os salões internacionais do livro.

Atuando dentro da percepção “periférica” a que estava relegada, a primeira geração de historiadores e críticos convertidos ao Folclore elegeu como interlocutores preferenciais os supostos responsáveis por este isolamento. Embora estes se dividissem entre os “de casa” e os “de fora”, é reclamando os direitos de integração da *periferia* ao *centro* que os autores vinculados ao modernismo literário e aos cânones do IHGRS erigem a particularidade cultural do Rio Grande e a sua própria naquele momento.

4.3. O isolamento da *província* e a distância do Nordeste

Não é exagero dizer que os críticos da época procederam à revisão das letras dentro do mesmo espírito de frustração que agitava a esfera política. Neste ponto, é preciso considerar que os anos que separam a campanha aliancista da reabertura modificaram as condições de uso do proselitismo identitário, reordenando as bases de concepção da *cultura* como *missão*. (Coradini, 1993). Além das cisões internas e das relações contraditórias com a censura havidas até os anos imediatamente anteriores, o exame da tradição escrita da qual participavam colocava pelo mais três questões difíceis de equacionar: o “atraso” de um ambiente reconhecido como provinciano, as apreciações dos críticos nacionais acerca das características “caudilhistas” e “obsoletas” da produção escrita do Rio Grande do Sul e, paralelamente, a reputação alcançada pelos

revista *Província de São Pedro* (“Proclamação”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 16, p. 5-7, dez. 1951 e Vellinho, Moysés. [Sem título]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 5-8, dez. 1953).

romancistas nordestinos no cenário literário nacional.

Cientes do sentido reverso – o da limitação de meios e importância – implícito na opção por uma história e uma literatura ausentes dos currículos escolares e dos volumes de *História da Literatura Brasileira*, essas elites nativas normalmente valorizavam os “olhares forasteiros” sobre sua aldeia. São fartas na documentação analisada observações como a de Dante de Laytano, a respeito da superioridade dos “exames sobre as coisas do Rio Grande feitos por não rio-grandenses”, de sua capacidade de ver “a evolução dos acontecimentos colocando-se fora dos vícios do ambiente nativo”²⁸³, ou declarações como as de Moysés Vellinho, de “que [aos de fora] as perspectivas da nossa realidade se apresentam [...] com uma nitidez e um relevo que nem sempre oferecem aos de casa.”²⁸⁴ Para além da finalidade dessas opiniões nos debates internos sobre as razões ou desrazões do não reconhecimento da brasilidade do Rio Grande pelos demais brasileiros, resta averiguar a funcionalidade do empréstimo de autoridade de juízos “estrangeiros”, nas relações de poder que atravessam os padrões de sociabilidade entre autores periféricos e centrais.

Com efeito, no tempo em que a produção de um escritor – fosse cumprimentada como obra de arte ou de ciência – costumava ser saudada como atributo pessoal legado à posteridade pelo “gênio criador” do autor, para os *escribas* formados à luz de notórios mas distantes *mestres*, a máxima “dize-me com quem andas e eu te direi quem és” adquiria uma dimensão especial. Nesse sentido, é de supor que não tenha sido somente a “clarividência” das interpretações trazidas por folcloristas com intensa participação nas ciências sociais no país que persuadiu os escritores locais a incluírem seus nomes à lista de membros da CEF “a fim de não deixar o Rio Grande do Sul, como é hábito, completamente ausente de um movimento intelectual de caráter nacional.”²⁸⁵ A quantidade de novos contatos oportunizados pela inserção no movimento certamente pesaram na decisão.

²⁸³ AMJC CE 1954, v. 1 AP 1031, Of. 337, 28/6/54, de Dante de Laytano a José Honório Rodrigues.

²⁸⁴ Vellinho, Moysés. “O Balanço Crítico da Literatura Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 221-225, dez. 1957, p. 224.

²⁸⁵ AMJC-CE 1956 v.1. AP 1035 Of. 592. Carta circular de Dante de Laytano aos diretores de museus estaduais, comunicando a instalação da Delegacia regional do IBICC no Rio Grande do Sul.

A discrepância mesma entre a posição destacada em nível regional, mas subordinada na escala nacional, já desde antes incitava os autores do Rio Grande a manterem, ao longo de suas carreiras, uma dedicada intermediação com os autores de outros estados – sem falar dos conterrâneos radicados no Rio de Janeiro, que haviam sido chamados por Getúlio Vargas a ocupar postos na administração federal. Além de recepcionarem em caravana autoridades como Gilberto Freyre, Renato Almeida, Jorge Amado, Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Thales de Azevedo, Graciliano Ramos, José Lins do Rego entre outros, era comum os radicados em Porto Alegre intermediarem o envio de manuscritos e notas a jornais e conhecidos, indicarem para sócios correspondentes do IHGRS e servirem de informantes a pesquisadores do estrangeiro, como Roger Bastide, Melville Herkovits e Donald Pierson, que por ali estiveram na década de quarenta.²⁸⁶

A constância com que se dirigiam a autores que lhes rendiam prefácios, contatos e edições não se impunha apenas pela vontade de permuta, nem pelo mero gosto à bajulação. Esse sistema de trocas desempenhava um papel estruturante na profissionalização das elites culturais naquele momento. Dada a ausência de um sistema uniforme de regulação das aptidões, os termos da concorrência intelectual eram em boa medida ditados pelas normas da reciprocidade pessoal. Neste regime, os vínculos dos locais com pares de outras partes do país abriam possibilidades de ascensão profissional pela multiplicação de “amizades” provenientes de *rodas* mais cotadas, e rendiam um crédito de distinção entre os locais, que disputavam acirradamente as boas companhias.²⁸⁷

A correspondência profissional de Dante de Laytano durante o período de oito anos em que acumulou a direção do MJC e da CEF mostra a intensidade, mas

²⁸⁶Todos estes passaram pelo gabinete de Dante de Laytano no Museu Julio de Castilhos, muitos também publicaram pela Província de São Pedro, dirigida por Moysés Vellinho e proferiram conferências na URGs, PUCRS, no IHGRS e na Biblioteca Pública Estadual.

²⁸⁷Exemplo disso é a correspondência trocada entre Laytano e o Presidente do IHGRS, a propósito do cancelamento de uma visita de Câmara Cascudo ao Estado: “Concordando a Faculdade de Filosofia com a proposta da cadeira de História da Civilização Brasileira, da qual sou titular, com a vinda de Luís da Câmara Cascudo para realizar o curso de folclore, aguardava 2ª feira chegada do autor da ‘Geografia dos Mitos Brasileiros’. Tudo devidamente assentado quando [...] o mestre das pesquisas no campo das tradições populares adoece. Cancelou. O Sr. Presidente e os colegas conhecem meus hábitos e sabem que eu não seria capaz de receber o Professor Cascudo sem convocá-los, avisá-los da chegada, irmos incorporados ao aeroporto, etc. Tanto prova que não assumi a propriedade do Professor Cascudo que solicitei uma sessão do Instituto para recebê-lo, considerando que o autor da ‘Antologia do Folclore Brasileiro’ é sócio correspondente do nosso Instituto.” AMJC CE 1952, v2 AP 1027. Carta sem data, de Dante de Laytano a Guilhermino César. A pedido do remetente, a mesma deveria ser incluída em ata, na sessão seguinte do IHGRS.

também a dificuldade com que mantinha esse sistema de trocas à distância. Qualquer ocasião era aproveitada para alimentar seu patrimônio de contatos, desde o oferecimento de livros, agradecimentos, cumprimentos e convites para conferências, até os pequenos e maiores favores em retribuição a dedicatórias, referências de rodapé, elogios públicos, encargos de representação regional, convites para associar-se a agremiações eruditas.²⁸⁸ Paulo Eckert Filho descreveu-o, após sua morte, como “feito de uma cepa cordial”; tanto que sua excessiva disponibilidade “para tudo o que era de graça” tornou-se folclórica entre os colegas.²⁸⁹

Através dos encargos honoríficos conquistados no exercício do papel de intermediário local de gestores lotados nas instituições públicas federais (como Renato Almeida, no Itamaraty e Rodrigo Mello Franco de Andrade, no Sphan), esse autor vislumbrava, mais do que remuneração, a celebridade. O destaque junto a amigos importantes, em termos práticos podia resultar na manutenção de cargos de confiança mesmo quando o partido responsável pela sua nomeação saísse do governo, ou ainda na publicação de suas obras pelas editoras do centro do país²⁹⁰, além de visitas a instituições nacionais e internacionais, conferências em

²⁸⁸ Uma análise detida dessa competência para capitalização de lucros profissionais através de amizades, bem como da trajetória intelectual de Dante de Laytano pode ser vista em Nedel, 1999, capítulos IV e V.

²⁸⁹ Ainda Paulo Hecker conta que “[...] Guilhermino César e outros professores da faculdade, seus colegas, por razões lá deles, passaram a gozar do seu lado aproximativo. Ele não ficava assistindo não. Lembro de uma defesa sua numa festa: – E a rainha da Holanda, o que é que acha?”. In: ROSO, Larissa. “Dante de Laytano”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 fev. 2000. Caderno de Cultura. Disponível na internet: <<http://www.paginadogaicho.com.br/pers/dl.htm>>, consultado em março de 2002.

²⁹⁰ Até o ingresso nas redes da CNFL, Dante de Laytano publicava seus livros ou pela Editora Globo, ou pela Imprensa Oficial do estado. Depois disso, juntamente com Walter Spalding, começa a publicar pela Editora carioca Simões. Já publicar pela José Olympio, a Martins ou a Francisco Alves era geralmente um privilégio de poucos. Nos casos de exceção, a regra valia para quebrar resistências formadas na convivência paroquial com adversários. Deste modo foi possível, por exemplo, que um autor bastante criticado, como Manoelito de Ornellas, objeto do patrulhamento cerrado de parte do colega de CEF e de IGHRs, Moysés Vellinho, divulgasse teses polêmicas entre os companheiros de praça através de uma das mais prestigiosas coleções *brasileira* da época – a série *Documentos Brasileiros*, da José Olympio – retornando à “provincia” com o crivo da autoridade nacional. Foi o que aconteceu com seu *Gaúchos e Beduinos* – ensaio histórico de afirmação da influência “poderosa, ainda que indireta”, da cultura árabe sobre a formação gaúcha, espelhado na “obra definitiva de interpretação do Brasil no norte”, de Gilberto Freyre. (Prefácio do autor à 2ª Edição de *Gaúchos e Beduinos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, p. 2). Não se sabe ao certo se para alcançar, em 1956, o feito de fazer republicá-la (depois da primeira edição, de 1948) na coleção que já havia sido dirigida pelo próprio Freyre lhe foram úteis contatos prévios com o mestre, ou suas antigas ligações com verde-amarelos de São Paulo, em especial com Plínio Salgado, autor de grande influência sobre o catálogo de José Olympio (Sorá, 1998). O que se sabe é que essas influências eram moeda corrente nas alianças temporárias, firmadas entre conterrâneos adversários ou desafetos.

universidades, diplomas e nomeações para presidências de comissões e outras prebendas do gênero.

Apesar disso, o caráter quase que estritamente epistolar (e nem sempre assíduo) dos intercâmbios, a verticalidade em que se pautavam essas relações, bem como o teor “doméstico” das discussões historiográficas, sempre renhidas pela patrulha mútua ao particularismo, ratificavam a insignificância dos debates paroquiais na agenda intelectual brasileira. Se é verdade que a qualidade e a abrangência das relações com as *rodas* forâneas era um ingrediente essencial para definir o futuro de carreiras e o alcance das competências em nível estadual, a posição coadjuvante nas redes de reconhecimento inter-regional explica o ressentimento expressado pelo Secretário da CEF para com a própria condição que emblemizava ao qualificar-se diante dos amigos como um “escriba de província” (1986:38).²⁹¹ O termo, de uso geral entre os escritores atuantes àquela época, traduzia, na prática, uma comunidade de autores formados à distância dos grandes centros, distância esta que os impossibilitava de uma convivência cotidiana com os principais editores, autores, instituições e livrarias. Como afirmou Laytano em sua entrevista: “O Rio Grande do Sul era isolado do Brasil. Nós trabalhávamos falando *sozinhos*”.²⁹²

A referência de alteridade eleita neste caso era os autores ditos *nacionais* – fossem eles originários da “corte” ou das outras *províncias*. Entre estes, aparecem com maior frequência os integrantes da chamada “segunda geração modernista”, que, ao longo das décadas de trinta e quarenta, acumulara prestígio suficiente para

²⁹¹ “Não que no Rio de Janeiro não se aprecie o Rio Grande. Mas o sistema é de domínio intelectuais dos nordestinos e nortistas. Sabe-se disso. E então há quarenta e cinco anos passados!” (Laytano, 1986: 225). Além dos editais de Moysés Vellinho serem pródigos na mesma denúncia, Érico Veríssimo, que à época de criação da *Província de São Pedro* encontrava-se nos EUA, deixou um relato significativo a respeito da problemática circulação dos autores regionais na homenagem que fez a Henrique Bertaso em 1973: “No Rio de Janeiro, o poeta-editor Augusto Frederico Schmidt lançara um livro notável, *Casa Grande e Senzala*, que revelava um sociólogo do porte de Gilberto Freyre. Por sua vez o livreiro José Olympio fazia-se editor e prestava inestimável serviço à literatura brasileira tornando conhecidos, além de outros, romancistas como Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Raquel de Queiroz, que davam novos rumos à literatura do Brasil. Grandes poetas como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Murilo Mendes seriam também por ele publicados. Mas eram escritores da ‘Corte’! Apareciam na capital do país. Tinham, além de seu valor próprio indiscutível, boa imprensa. Nós estávamos na província não só geográfica, mas também – tínhamos de reconhecer – psicologicamente”. (Veríssimo, 1973: 38-39).

²⁹² Laytano, Dante de. *Entrevista* concedida à autora. Porto Alegre: 30 set. 1998. Gravação em fita cassete.

projetar, através dos catálogos da José Olympio (até meados de 1940 o principal selo em matéria de *literatura brasileira*), o gênero do “romance nordestino” no sistema internacional de trocas editoriais. (Sorá, 1998).²⁹³ Integrada por nomes como Jorge Amado, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos – essa geração tinha sido uma presença decisiva na invenção coletiva não apenas de uma nova região específica (elaborada a partir das imagens associadas, até o século XIX, ao *Norte*), mas dos atributos de uma brasilidade genuína.²⁹⁴

Em contraste com o alcance nacional e internacional conquistado pela literatura do cangaço, do açúcar e do cacau, o parco interesse comercial revelado pela *gauchesca* parecia confirmar a suspeita de isolamento, como mostra o relato de Otavio Bertaso, filho do conhecido editor da Globo, Henrique Bertaso:

Toda vez que recebíamos um original versando sobre a história do Rio Grande do Sul ou uma biografia de seus homens ilustres, eu ficava um tanto desanimado – um livro relatando as proezas dos valentes gaúchos que por séculos a fio haviam defendido as nossas fronteiras, ou dos políticos que haviam conseguido consolidar o prestígio do Rio Grande do Sul no cenário nacional, despertava um interesse mingüado. Para falar a verdade, um mingüadíssimo interesse, que se restringia tão-somente às fronteiras do estado. Tínhamos como exemplo a Coleção Província, que reunia literatura e ensaios históricos, incluindo algumas biografias. Com exceção dos livros de Darcy Azambuja, Cyro Martins e Simões Lopes Neto, que no decorrer dos anos tiveram sucessivas edições, as tiragens dos demais títulos eram de 2 mil exemplares e em média levavam cinco anos para se esgotar quando vendidas

²⁹³ A rivalidade entre os estados é um ingrediente das relações entre os escritores identificados com os temas regionais. A inconformidade com a pecha de “estado regionalista”, bem como com posição subalterna desse *regionalismo gaúcho* em comparação a outros é a tônica, por exemplo, do encontro entre Dante de Laytano e Guimarães Rosa no Rio de Janeiro: “Eu tinha sido apresentado a Guimarães Rosa não há muito tempo. Já ‘Veredas’ passara a ser um clássico moderno, pois tratava-se de seu livro com o qual se consagrara na carreira que lhe propiciara cedo o sucesso. Perguntou-me, depois de folhear [seu] caderninho, uma porção de coisas sobre regionalismo do Rio Grande. Evidente que nós é que somos escritores regionais. Os mineiros o são nacionais, como os baianos e os nordestinos. Discuti logo o caso, e entrei na minha tese favorita. Não somos tão regionalistas quanto qualquer porção geográfica deste país. Guardo-lhe o ar de espanto de minha reação.” (Laytano, 1986:60).

²⁹⁴ Vale a pena repetir aqui a advertência feita por Sorá, de que este enfoque sobre a competição inter-regional pelo gradiente de representatividade da nação “não nega a expansão nacional de outros regionalismos diferentes do nordestino, inclusive o paulista, mas sim [...] chama a atenção a uma hierarquia de formas de publicidade, [à] força diferencial de representação – publicação entre os representantes [dos] movimentos classificados como regionais. A universalização de [uns] modelos de romance regional se pautou necessariamente no encerramento de outros através de disputas argumentativas sobre o maior ou menor [grau] de regionalismo ou universalidade dos escritos, seus autores, seus editores, por último suas regiões”. (Sorá, 1998: 247). A extrema variabilidade semântica do *regionalismo*, ora referido como objeto de reflexão histórica, ora como cânone literário, ora pejorativamente, ora de maneira positivada, é bem um indício das relações de poder que atravessam essa categoria. Sobre o processo de gestação do Nordeste e sua participação na elaboração do arcabouço de *autenticidade* nacional, ver, além de Sorá, Dantas (1988); Garcia Jr (1993) e Albuquerque Jr (2001).

nas livrarias. [...] Lembro-me de uma velha piada de meu pai dizendo que, se pelo menos o ‘patrão’ de cada um dos Centros de Tradições Gaúchas, espalhados pelo estado e por outros rincões – [...] que volta e meia pediam livros de presente – comprasse um exemplar de cada um dos lançamentos da Coleção Província, teríamos um retorno excelente em nosso investimento. (Bertaso, 1993: 142)

Tudo indicava que aos olhos dos consumidores de livros o gaúcho detinha um poder menor de evocação das qualidades essenciais ao brasileiro, sobretudo em comparação à figura do sertanejo. Como elemento *folk*, ele se prendia a uma história particular, e não raro acusada de particularista pelos próprios conterrâneos, que denunciavam vigilantemente o *passadismo* de uma literatura “consuetudinária” e destituída de espontaneidade criadora.²⁹⁵ Assim é que, tentando encaminhar, mais tarde, a questão que “há muito” o preocupava, Guilhermino César chegou a formular diretamente a pergunta que já naqueles tempos não queria calar:

Por que o leitor carioca, mineiro, paulista – falo *grosso modo* – prefere um José Lins do Rego a um Cyro Martins? [...] Denúncia social por denúncia social, ela é muito mais cortante, para dar um exemplo, em *Sem Rumo* (1937) do que em *A Bagaceira ou Capitães de Areia*, ambos editados na mesma data. [...]” (César, 1994 [1978]: 171 e 170).

²⁹⁵A constante idealização do passado na gauchesca, assinalada por César Guazzelli. (2002b), se de um lado demonstra bem a obsessão da literatura sulina com os temas históricos, também nos leva a perguntar sobre a contrapartida dessa obsessão dentro da crítica literária. Esta se expressa na condenação ao *passadismo*, foco de ensaios produzidos desde a década de vinte até, pelo menos, os anos sessenta, quando já nacionalmente consagrada uma sucessão de linhagens modernistas na poesia, no ensaio e no romance *regionais*, Augusto Meyer ainda apontava a permanência, na literatura rio-grandense e salvo exceções, de “um sub-regionalismo, lenga-lenga imitativa que está fora da literatura”. (Meyer, 2002 [1960]:142). No intervalo entre aquelas décadas, críticos sucessores de Alcides Maya e de João Pinto da Silva, como os poetas “modernistas” Athos Damasceno Ferreira e o próprio Meyer, além do ensaísta Moysés Vellinho, vigiaram a influência, sobre as letras locais, de um “tradicionalismo estreito”, de uma literatura “adjetiva” tingida de “localismos exclusivistas”. (Vellinho, 2001: 174). A prática foi inaugurada em 1925 na polêmica de estréia de Vellinho na crítica (então sob o pseudônimo de Paulo Arinos), e se fortaleceu pelos jornais na década seguinte, com a colaboração dos poetas e cronistas urbanos, como Athos Damasceno Ferreira. Pelas páginas do *Correio do Povo* este autor desaconselhou a insistência sobre uma temática ficcional esgotada, marcada pelo anacronismo de um tempo de caudilhos e revoluções. Em ambos os casos, a discussão se armou em torno da figura fundadora de Alcides Maya, reunindo no campo adversário seus defensores, como Rubens de Barcellos, Darcy Azambuja e Dante de Laytano. Para este último, a crítica ao “passadismo” era pretexto para uma rejeição clara e injustificada dos conterrâneos à própria literatura. Ao ser indagado sobre o assunto em seu depoimento, Laytano acusou o patrulhamento interno exercido pela crítica literária das décadas de trinta e quarenta que, segundo ele, censurava a obra de Maya: “Porque era uma obra regionalista, era uma obra local, era dramática, dialetal. Tudo isso *irritava* os nossos companheiros daqui. Mas não se irritavam com o regionalismo do seu José Lins do Rego, com isso não se irritavam, ‘era uma maravilha, uma beleza’, *o nosso* é que não prestava!” (Cf. Laytano, Entrevista. 1998) Sobre a defesa de Laytano à obra de Maya, ver Nedel (1999, p. 141 et passim).

Além da pouca – e para alguns, justificável – procura dos autores gaúchos nas livrarias, os ocupados do balanço literário do Rio Grande do Sul reclamavam de uma espécie de “resistência à aceitação do regionalismo rio-grandense”²⁹⁶, indicativa da diferença de peso e medida em uso quando se tratava de dimensionar o valor desta produção pelos críticos do centro do país. Enquanto os autores do “sul” vinham de ser apontados como “conservadores na linguagem”²⁹⁷, “historicamente” presos a estereótipos localistas, substantivamente divergentes na descrição psicológica de seus personagens ou ainda simpáticos a estrangeirismos norte-americanos (caso da Globo e de Érico Veríssimo, acusados pela esquerda de adesão ao “American Way”), dizia-se que os escritores do nordeste recuperaram aquilo o que Euclides da Cunha vislumbrara: o Brasil profundo.

Depois do aparecimento de um *regionalismo* socialmente engajado, representado pelas obras de Pedro Wayne, Cyro Martins e Ivan Pedro de Martins – o que, em princípio, excluiria a hipótese do conservadorismo político como razão para o baixo status das letras sulinas – surgiram em resposta às razões do desequilíbrio de forças entre as literaturas regionais dos estados duas hipóteses complementares. A primeira delas, sintetizada no testemunho deixado por Dante de Laytano, identificava entre os motivos o fato de que de “O Rio Grande sempre foi marcado, sempre sempre. Todo mundo podia fazer regionalismo, e no Rio Grande? Então isso eu não entendia... então aqueles nordestinos e aquele monte de livros... e nós não podíamos ter *um!*” (Laytano, Entrevista... 1998). O mesmo argumento prevalece nos editoriais de Moysés Vellinho, veiculados pela *Província de São Pedro*. Para ele, a confusão, pelos críticos nacionais, de um

²⁹⁶ Vellinho, Moyses. [Editorial] *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 5-7, jun. 1948, p. 6.

²⁹⁷ A observação teria sido feita, segundo Moysés Vellinho, pelo crítico, historiador e deputado (1947-1958) mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, ao contrastar a literatura do norte com a do Rio Grande do Sul em *Mar de Sargaços*. A resposta de Moysés Vellinho pode ser vista no editorial do no. 6 da revista *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 5-6, set. 1946 e em “Evocação de Afonso Arinos”, conferência proferida no Conselho Federal de Cultura e publicada no Caderno de Sábado do Correio do Povo. P. Alegre, 9 nov. 1968. A questão da linguagem como marca de expressão própria a uma literatura brasileira seguia sendo, passados quase três décadas do movimento modernista, um item primordial nas análises críticas de autores e obras. Neste sentido, Afonso Arinos chegou a ser comparado com Gilberto Freyre, “outro autor que também estuda o universal em função do nacional”, e que, como Arinos, “jamais esquece sua carteira de identidade”. (Correa, Nereu. Poesia e Crítica. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 48-52, dez. 1948, p. 48). A obra crítica de Afonso Arinos consta dos livros *Espelho de três faces* (1937); *Idéia e tempo* (1939); *Mar de sargaços* (1944); *Portulano* (1945), e *O som do outro sino* (1978).

senso de “provincianismo sadio” com um localismo separatista era prova da permanência do ranço centralizador sobre o panorama intelectual brasileiro. Não fosse este o caso, desafiava, “[...] como justificar então que a crítica da corte nunca tenha recusado foros de brasilidade à literatura da seca, da cana de açúcar e do cacau, aos regionalismos do norte, em suma, não menos agarrados à terra que o do sul?”²⁹⁸.

A segunda resposta aventada se diferencia da primeira menos pelo mérito do que pelo foco adotado. Ela vai buscar as razões para o baixo peso simbólico nacional do personagem típico dos pampas internamente, isto é, na “escassez” de elementos folclóricos e na inexistência, no Rio Grande, das condições ambientais que remeteriam a um Brasil primevo e tropical, teoricamente representado pela cultura popular do Nordeste. É o que se vê na hipótese “sociológica” acalentada durante anos por Guilhermino César:

Região periférica distante do Centro, zona de formação mais nova que o Nordeste, cujas linhas de força, no processo social, foram deitadas no espaço brasileiro desde os primeiros dias da Colonização, o Rio Grande do Sul tinha a seu desfavor, como elemento oferecido ao exercício do sentimentalismo do leitor, a ausência da seca. [...] O cambiteiro, a virar cana e bagaço de cana diante das moendas, naquele ambiente que Nabuco, usando a palavra justa, chamou de microcosmo, é um ser complexo. Tem interesse como homem sofrido e como homem produtor de... Folclore. É versátil, sabe cantar, dançar, rezar; ri, dança; [...] Ora, o gaúcho, na solidão da Campanha [...] Produz menos ‘fatos’ de cultura. (César, 1994 [1978]: 171).

Dentro da diversidade de elucubrações sobre a privação cultural do Rio Grande, a do folclorista Augusto Meyer – autor que, sem integrar-se à CEF, aproximou-se diretamente da CNFL – também apresenta um interesse especial, tanto por sua grande ascendência sobre o debate folclórico local, quanto por trazer à pauta uma avaliação da responsabilidade **das elites** sobre a produção do acervo documental *popular* em que deveria basear-se a tradição escrita *regionalista*. Segundo o pressuposto da “imitação” retirado de Carlos Vega (como visto, adotado também pelos amadores *tradicionalistas*) – qual seja, o de que nem todo fato folclórico é criação das camadas mais baixas da população, embora acabe sendo por elas adotado – Meyer observava na carência de elementos folclóricos “originais” do Rio Grande do Sul uma omissão histórica, para não dizer

²⁹⁸ Vellinho, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 5-7, jun. 1948, p. 6.

historiográfica:

As sobrevivências folclóricas parecem-nos estranhas ou dignas de atenção porque ignoramos sua ocorrência no domínio das classes cultas, em período anterior. Se os fatos miúdos da vida cultural fossem registrados pelos historiadores com a meticulosidade que põem na pesquisa da grande história – guerras, migrações, dinastias, revoluções –, poderíamos dispor de um repertório de bens históricos mais ou menos completo, para facilitar-nos a tarefa de identificá-los na sobrevivência popular [...]. a verdade é que não tivemos o que era de esperar: uma voz interpretando com os vagares da poesia a eloqüência tumultuária de tantas vozes”. (Meyer, 2002 [1960]: 68 e 73)

Essa impressão de escassez não é caso isolado e domina outras consignações do problema. Ela marca presença também dentro do *tradicionalismo*. No *Manual de Danças Gaúchas*, elaborado entre 1950 e 1952 para montar um acervo de elementos coreográficos a serem reproduzidos nas escolas e nas “invernadas artísticas” dos CTGs, Barbosa Lessa e Paixão Côrtes se depararam com o problema, desdobrando-o em duas questões: “Primeira: por que as danças gaúchas parecem ser tão diferentes do folclore do resto do país? Segunda: por que o folclore coreográfico gaúcho desapareceu tão rapidamente, enquanto há manifestações autenticamente folclóricas vividas pelas camadas populares do restante do país?” (Côrtes e Lessa, 1975: 67).

Enfim, embora variassem as respostas, todos concordavam que no Rio Grande, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição, mas “faltava folclore”. Ao percorrerem a bibliografia, os autores viam-no tomado da escrita de uns repetindo a de outros, ou da fantasia pura e simples do narrador. Além de as fontes disponíveis começarem a ter sua legitimidade questionada na origem, ou seja, por procederem da poesia satírica e da prosa de ficção²⁹⁹, chegava-se à conclusão velada de que o teor elitista da história praticada no IHGRS tinha contribuído para a escassez desses registros. Sobre os grandes temas dos congressos folclóricos nacionais – os folguedos e as práticas de vizinhança e cooperação – restavam pouco mais que anotações esparsas em almanaques

²⁹⁹ Othelo Rosa, resenhando o Cancioneiro Gaúcho de Augusto Meyer, publicado pela Globo em 1952, pondera que “O romantismo [...] deu nova força e novo realce ao folclore, mas continuou-o na criação imaginativa, característica da escola. O povo, quer na concepção política, quer literária do termo, era um elemento que, nascendo da realidade, era facilmente deformado pela visão romanesca dos fatos. O povo, e portanto, seus hábitos e costumes”. (Rosa, Othelo. “Augusto Meyer e o Folclore Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 160-162, jun. 1952, p. 161).

antigos. A saída a campo parecia o único modo de ultrapassar o dilema de procurar testemunhos fidedignos da cultura oral entre os escritos legados pelos antecessores, mas nem mesmo ela oferecia garantias suficientes de objetividade.³⁰⁰

4.4. Em busca do tempo perdido

De ângulos diferentes, os autores da época recuperam então a dessincronia entre *regionalismos* do sul e do norte, reconhecendo maior potencial de adesão subjetiva neste último. Na raiz dessa convergência de opiniões reside o fato de que a tradicional fusão simbólica entre o gaúcho heróico e o agente da conquista lusitana tenha-se consolidado internamente justo no momento em que a coleta dos fragmentos esparsos da *cultura popular* passava a ser valorizada pelas vanguardas artísticas e intelectuais do centro e de outras regiões do país.

Assim, as mesmas décadas de trinta e quarenta, que marcaram a culturalização da imagem do *cadinho racial brasileiro*, representaram no âmbito local o momento de afirmação de um projeto historiográfico que sabidamente recalrava a presença negra, imigrante e castelhana da formação histórico e social do Rio Grande.³⁰¹ Enquanto a mestiçagem era revertida em elemento positivo, apto a distinguir o tipo brasileiro diante das nações civilizadas – ou por outra,

³⁰⁰ Como Othelo Rosa, Augusto Meyer também identifica o “preconceito elegíaco”, “o grande mal do folclorista amador”, como uma herança do romantismo tardio e persistente no *regionalismo literário* gaúcho: “Em geral, o curioso de folclore, quando vai ao campo em veia de pesquisa, já leva consigo uma noção preconcebida do que lhe parece típico e despreza os aspectos que não cabem no seu esquema, quando são muitas vezes de grande importância para o estudo dos novos elementos folclóricos em fase de transição [os fatos folclóricos nascentes] [...] convém observar que o mesmo preconceito vesgo e saudosista restringiu e empobreceu de modo lamentável a originalidade do nosso regionalismo, tão formal quase sempre e às vezes tão caricato, à força de estereotipar-se”. (Meyer, 2002 [1960]: 69).

³⁰¹ No que tange ao problema do negro especificamente, Dante de Laytano, uma das raras exceções a essa regra, deixou um testemunho significativo do desinteresse dos colegas locais por um assunto legitimado por intelectuais de outras partes do país como central à antropologia brasileira. Em suas memórias, conta que ao publicar (em 1936, na Revista do IHGRS, (n. 62, p. 167) um artigo dedicado a Arthur Ramos sobre “Os africanismos do dialeto gaúcho”, foi perguntado pelo mineiro Nelson de Senna sobre a recepção desse estudo no Rio Grande do Sul. A resposta de Laytano foi direta: “Com restrição. – Restrição? Por quê? – Há preconceito brancóide, nega-se a presença do negro”. (Laytano, 1986: 62). Também no depoimento prestado em 1998, ao ver observado por mim o pioneirismo seu e de Carlos Galvão Krebs neste tipo de abordagem, Dante de Laytano reagiu pronta e risonhamente: “Não foi fácil. ‘O Rio Grande não tem negros’. Digo ‘então o negrinho do pastoreio é inglês!’ [risos] é, eu chateava o cara. [...]. Eles não **querem** ouvir a verdade, esse é o mal da oposição [...] Pois é. Como eu lutei nessas guerras malucas!” (Laytano, Entrevista... 1998). Embora os dois autores mencionados criticassem esse modelo “brancóide” da historiografia já muito antes, um exame revisionista mais sistemático da questão só seria procedido no volume “Cultura e Ideologia”, publicado na coleção documenta da Livraria Sulina em 1980, seguido de Almeida, 1983 e Gutfreind, 1989. Apreciações mais recentes do problema podem ser conferidas em Maciel (1997) e Oliven (1996).

quando a miscigenação pôde ser definitivamente exorcizada sob a forma do sincretismo cultural, deixando, a experiência escravocrata, de figurar como nódoa condenatória da auto-estima brasileira – a historiografia rio-grandense, ocupada que estava nacionalizar (e “castilhar”) a memória farroupilha, passava ao largo dos temas “quentes” de pesquisa surgidos nesse interregno. No geral, os historiadores do IHGRS continuavam zelando pela frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis militares às elites do Estado imperial.

Vinte anos depois, uma parte significativa dos protagonistas notava essa discrepância, observando que nos novos modelos de retratação da cultura brasileira o Rio Grande do Sul não apenas tinha ficado de fora, como investira no vazio ao cingir-se a alimentar memória oficial com as qualidades militares de um panteão político que, no decorrer dos anos, acabaria revelando uma legitimidade duvidosa. Mostra disso é a dura (auto)crítica de Cyro Martins, lançada como prefácio ao romance *Sem Rumo*:

A revolução repercutiu sem demora nas letras da província, propiciando uma rumorosa atividade, que se prolongou por quase um decênio. Mas essa atividade, devido ao espírito imediatista dominante, em geral careceu de valia, excetuando-se os contos de Darcy Azambuja, os poemas de J.O. Nogueira Leiria, alguns versos bem achados de Vargas Neto, certas páginas muito sentidas de Roque Callage, e uma ou outra produção esparsa. Os demais regionalistas desse período, epígonos sem significação de Alcides Maya e Simões Lopes, requintaram nas exterioridades convencionais, perpetrando falsidades literárias de extrema indigência quanto à pintura da campanha e ao estudo dos caracteres. [...] De certo modo, essa gente, alguns golpistas das letras, outros simplesmente ingênuos, [...], contribuiu para que se prolongasse entre nós o culto das aparências, mascarando a visão fiel da verdade humana e das circunstâncias e dramas da coletividade crioula. Esse pacto com o convencional nos desviou, por mais de dez anos, da reflexão ponderada acerca dos nossos desígnios como povo. Essa insistência retórica da mentira, não raro coroada de fugazes vitórias, redundou numa quase fatalidade para a literatura gauchesca, porque a lançou no descrédito, dentro e fora do Rio Grande.³⁰²

Essa “perda de legitimidade dos panteões políticos na cultura erudita”, certamente identificada por Odaci Coradini, (2003: 134), colocava para as ambições de ascensão intelectual, ou mesmo de manutenção de um status já consagrado na *província*, a exigência de compatibilização do que vinha sendo

³⁰²Martins, Cyro. Introdução. In: *Sem rumo* (romance). Porto Alegre, Movimento, 1997. 6ª ed., p.14 et seq. (1ª.ed.,1937). Ensaio originalmente publicado em 1944. A versão aqui utilizada encontra-se disponível na internet, sem dispor da paginação original. Ver <http://www.celpecyro.org.br/coluna_int.asp?codigo=24> Acesso em 21 de novembro de 2002.

produzido com as tendências nacionais de interpretação do “povo” brasileiro. Ao lado deste primeiro ponto, o interesse sobre o folclore tratava ainda de outros prejuízos a recuperar. Um dos principais era que o de que, malgrado todos os esforços feitos na década de trinta para “agauchar o Brasil”, a consagração do passado colonial à imagem da célula familiar patriarcal da cultura do Engenho, formulara-se à exclusão da *região* chegada à nação com duzentos anos de atraso. Ela, que já não se não se coadunava muito bem com a tropicalidade exótica do éden racial explorado desde Von Martius e Varnhagen – e, com maior obstinação, pela geração de 1870 – precisava haver-se agora com a paisagem calorenta, híbrida e mestiça promovida pela “institucionalização” das idéias de Gilberto Freyre durante a era Vargas.

Publicada em 1949, a resenha crítica de Othelo Rosa a três ensaios históricos construídos à luz das idéias daquele autor sobre o papel da formação de engenho na evolução da sociedade brasileira é, a esse respeito, ilustrativa.³⁰³ Na síntese das obras, o historiador e notário que, naqueles tempos, era conhecido como o mais inflexível guardião do IHGRS³⁰⁴, reclama a atualização dos estudos rio-grandenses utilizando-se de argumentos “sociológicos” extraídos da escola recifense, que ajudariam a elucidar o papel exercido pela estância na formação cultural do estado, similar ao do engenho de açúcar em outros lugares do Brasil:

Lendo esses três livros, sobre um mesmo tema, que enriquecem e esclarecem, cada qual no seu teor e na sua intenção, pensei mais uma vez, na pobreza da nossa bibliografia sobre a ‘estância’ que aqui exerceu a função social e econômica do engenho em outras regiões do país. Contribuições de natureza histórica, algumas existem. De ordem sociológica, creio que nenhuma. [...] E urge fazê-lo. As fontes de pesquisa desaparecem rapidamente. A colonização e a industrialização modificaram a fisionomia do Rio Grande. Já se observa, aqui e ali, uma certa confusão e incerteza de conceitos e conclusões, pela indiscriminação dos elementos do passado, e os atuais.³⁰⁵

³⁰³ Os ensaios sob escrutínio na resenha publicada na seção ‘Livros e Idéias’ da *Província de São Pedro são: História de um engenho do Recôncavo*, por Wanderley Pinho, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, de autoria de Fernando Azevedo e *O banguê nas Alagoas*, pelo folclorista alagoano Manoel Diégues Jr – este último editado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e prefaciado por Gilberto Freyre.

³⁰⁴ Quando, em 1957, Moisés Vellinho homenageia Othelo Rosa, falecido em 1956, recupera a impressão de Érico Veríssimo a respeito dele, segundo a qual ‘A gente tinha a impressão [...] de que enquanto Othelo Rosa estivesse vivo e válido, tudo estaria garantido nos arraiais da História do Rio Grande, a cujas portas ele montava incessante guarda, impedindo a entrada de fariseus e filisteus’. (In Vellinho, 1981: 114). O discurso também foi publicado no Suplemento Literário do *Correio do Povo* de 18/8/1957.

Além da menção velada ao *tradicionalismo* emergente como suposto responsável pelo obscurecimento, na “confusão entre passado e presente”, de “uma visão certa e segura da nossa evolução”, outra questão subjacente à advertência do historiador é a chegada de parâmetros de investigação distintos daqueles tradicionalmente defendidos por ele próprio e outros consócios do IHGRS. Tais parâmetros se enquadravam no limiar das Ciências Sociais e “o vasto e movediço campo da história, agora bombardeado, dividido e retalhado pela sociologia, economia, etnografia e outras ciências mais”, conforme a impressão mais tarde deixada por um dos sócios, o dirigente perpétuo da CEF. (Laytano, 1986: 44).

A frase, extraída das memórias do Secretário ao recordar a convivência com Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, nos congressos de Folclore e História de que participara nos anos quarenta e cinquenta, apesar de ter o advérbio de tempo referido ao presente³⁰⁶, merece ser tomada em retrospecto. Apontando a transição entre uma anterior submissão à História das diferentes áreas do conhecimento humano, e a posterior “invasão” destas sobre as prerrogativas da disciplina-mater, a assertiva permite inferir os desafios que o processo de especialização iniciado com a expansão institucional das Ciências Sociais no Brasil trouxe aos historiadores da geração anterior, sobretudo aqueles radicados dos estados. Fazendo um *post facto*, pode-se dizer que este grupo específico da comunidade científica encontrava-se, em meados do século XX, ao mesmo tempo distante dos principais centros de renovação do conhecimento acadêmico e no centro das críticas lançadas pela vanguarda de cientistas sociais.³⁰⁷

³⁰⁵Rosa, Othelo. [Sem título]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 153-155, dez. 1949, p. 154-155.

³⁰⁶ “Encontramo-nos em reuniões em Curitiba ou São Paulo, no norte ou em Minas. Não só em Folclore. Mas de antropologia cultural, mais o vasto e movediço campo da história agora tão bombardeado, dividido e retalhado pela sociologia, economia, etnografia e outras ciências mais”. (Laytano, 1986: 44).

³⁰⁷ Diferentemente das gerações de *funcionalistas*, *marxistas* ou *desenvolvimentistas* que vinham trabalhando em institutos autônomos ou nas universidades, mesmo historiadores reconhecidos, como José Honório Rodrigues, João Ribeiro, Pedro Calmon, Hélio Vianna, Américo Jacobina Lacombe – e, por algum tempo, Sérgio Buarque de Holanda – embora também exercessem atividades docentes em cursos superiores, mantiveram, na fase inicial de desenvolvimento do ensino universitário, suas atividades de pesquisa vinculadas mais de perto às instituições políticas – como o Itamaraty, os órgãos oficiais de gestão da cultura (Arquivo, Biblioteca e Museu Histórico Nacional), e associações para-estatais nos moldes dos IHGs, onde alguns exerceram cargos de direção e muitos publicaram seus trabalhos. No que respeita à formação superior, em outros estados, há indícios da mesma defasagem. Francisco Iglesias, em depoimento prestado à Maria Efigênia Lage de Resende em 1991, refere o atraso do curso de História na Faculdade de Filosofia

Ao valorizar os princípios da impessoalidade, da precisão do objeto, da neutralidade e da especialização do analista, o discurso fundador da moderna pesquisa social no Brasil colocava sob suspeita a produção e os modos de produção de uma disciplina que, além de ter-se confundido com a pregação patriótica, tinha acusada pelos novos pesquisadores a postura elitista e autodidata, em suma, antiprofissional de seus autores. Ora, como afirmou na entrevista, a geração de Laytano procede exatamente de um tempo em que o papel do historiador no debate público confundia-se com o exercício do apostolado regionalista; uma época em que “[...] não se remunerava ninguém, não se ganhava nada, aquilo era o *prazer de servir ao Rio Grande, nosso amado Rio Grande*. Que os nordestinos não abriam mão de nada! Eles se juntavam e faziam, e aconteciam e nós? Não tínhamos um lugar. Esse foi o nosso papel”. (Laytano, Entrevista... 1998).

É, pois, tendo em mira esse cenário desafiador de ascensões e quedas na hierarquia das humanidades (com um visível prejuízo da autoridade da História sobre outras disciplinas), e também na escala dos *regionalismos* (com vantagem para o nordestino), que a opção culturalista tomada pelos intelectuais sul-rio-grandenses ganha um sentido estratégico. A reflexão sobre a adequação da

da UFMG nos anos quarenta e cinquenta, em relação à USP: “Meus professores na Faculdade de Filosofia [da UFMG] – vou ser um pouco cruel – eram todos improvisados. No primeiro ano, a gente tinha história antiga. Quem ensinava história grega era um homem elegante, que havia vencido um concurso nacional de oratória das escolas de direito e dava aulas lendo o Charles Seignobos, historiador absolutamente *démodé* já naquela época” (Iglesias, 1998: 478). O autor define a passagem para as Ciências Econômicas como vital em sua carreira de historiador – “O curso de ciências econômicas era um curso precário, mas tinha um corpo docente mais razoável do que o da Faculdade de Filosofia. Por sua própria natureza – das ciências sociais, a economia é a primeira que se constituiu – a economia é uma ciência mais estruturada. A história, ao contrário, não está bem constituída, como ciência até hoje. [...] Quando a Universidade de Minas Gerais foi federalizada, procurei o diretor da Faculdade de Filosofia [...] e disse que queria ser assistente da cadeira de história do Brasil. Ele me respondeu que teria muito prazer, mas confessou que o senador Mello Vianna – que tratou da federalização [...] – havia solicitado exatamente aquela vaga. [...] Lógico, não é? Quem não domina ciência nenhuma pode muito bem ser professor de história do Brasil!” (Iglesias, 1998: 479). Quanto aos referenciais teóricos, também o artigo recentemente publicado pela Lucia Maria Pascoal Guimarães (2004), sobre as tematizações do IV Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB em 1949, permite inferir, deixado de lado a questão do desprestígio científico, o descompasso da disciplina histórica em relação a outras ciências. Segundo a autora, a novidade trazida pelo Congresso teria sido a ruptura com “os *quadros de ferro* estabelecidos por Varnhagen no século XIX”, em prol de uma perspectiva inspirada nas contribuições de Capistrano de Abreu. Neste ponto, a autora adota a avaliação de Fernando Novais, exposta no prefácio à primeira edição em inglês dos *Capítulos de História Colonial*, de que Capistrano se constituiria numa “espécie de ponte entre a primeira historiografia brasileira, na qual Varnhagen é a expressão máxima, e a terceira geração, representada por Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior”. (Guimarães, 2004: 150).

historiografia local aos “novos” tempos elege modelos de reflexão que mesmo “ultrapassados” no centro do país, eram pensados como inovadores no Rio Grande do Sul. Entre os autores arrolados pela CEF, ela vai de par com o entendimento de Gilberto Freyre não como antropólogo (identidade profissional até então reivindicada por poucos autores), mas inserindo-o na antiga e genérica classificação da *sociologia* – por muito tempo percebida, como bem notou Antônio Cândido, como “um ponto de vista” situado na junção da História e da literatura.³⁰⁸ De fato, há no período uma quantidade grande de ensaios históricos que se valem de fontes documentais tiradas da tradição oral para seguir uma adesão expressa às recomendações do autor de *Casa Grande e Senzala*. Segundo Dante de Laytano, a influência de Freyre sobre si e sua geração foi

Toda. Todos nós sofremos a influência dele. [...] Ele foi um dos primeiros a estudar a história brasileira sob o ponto de vista social. A sociologia brasileira nasceu com Gilberto Freyre. Foi muito bonito, porque ele mostrou que devia-se *interpretar a história*, e não só revelar datas. Não era, a história não é só data; a história é feita de fatos. São fatos e dados, conforme a sociologia. Foi criação dele, baseado nessas idéias gerais.³⁰⁹

³⁰⁸“Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito. O exemplo da sociologia é elucidativo a este respeito. Esboçados os trabalhos e a orientação sociológica desde o último quartel do século XIX [...], o primeiro livro propriamente sociológico, no sentido estrito da palavra, só veio a aparecer entre nós em 1939: *Assimilação e populações marginais no Brasil*, de Emílio Willems. Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia aparecia mais como ‘ponto de vista’ do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil, e à qual devemos a pouco literária *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, a obra de Gilberto Freyre e *as Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”. Cândido, Antônio. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” in: Id. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 109-138, p. 130.

³⁰⁹ Moysés Vellinho, que discordava francamente de utilidade dos estudos folclóricos para a pesquisa histórica, estava, no que respeita à dívida para com Gilberto Freyre e ao âmbito de “histórico-social” de sua abordagem, de acordo com Laytano: “Nos domínios da nossa história social a obra de Gilberto Freyre reveste a importância de um divisor de águas”. (Vellinho, 1981: 129). Antes dele, “[...] levados por um certo bovarismo, como que procurávamos esconder sob uma falsa imagem componentes decisivos da nossa estratificação social. Depois dele, [...] já não é mais possível ignorar os dados que a história das relações humanas vem acumulando no Brasil há mais de quatro séculos e que Gilberto Freyre fixou em páginas de tão vivo senso histórico e sociológico”. (Vellinho, 1981: 131-132) Curiosamente, no depoimento de Iglesias também Freyre aparece como o precursor de uma história social e do cotidiano: “*Casa Grande e Senzala* é da maior importância! O que são a casa grande e a senzala, quais são seus personagens? São os escravos, é o trabalho, a doceira, a cozinheira, a lavadeira, o casamento, as obsessões sexuais, a masturbação dos meninos. Trata-se de um livro de sociologia, que na verdade é um livro de história. Sua obra é toda voltada para o cotidiano. Gilberto Freyre nunca se preocupou em saber quem foi o governador da capitania de Pernambuco, como foram as guerras holandesas; ele se interessava pelo social, que é o que importa”. (Iglesias, 1998: 480).

Elaborados na transição entre a “pangéia” erudita e a especialização científica, os autores daqueles ensaios tomam o tema da “cultura popular” sob esse prisma interdisciplinar, como um meio de cumprir a exigência de alargamento das análises sobre a formação cultural do estado através de um aporte documental trabalhado “sociologicamente”.³¹⁰ Ainda que a “filiação espiritual” ao mais famoso autor do Recife tivesse, no âmbito nacional, um sentido adverso naquele momento, para a comunidade gaúcha de historiadores esta parecia uma opção válida, já que tinha em vista um alvo específico dentro da competição intelectual acirrada daqueles anos. Os adversários que ela visava atingir não foram, nem haveriam de ser, escolhidos entre os autores da nova geração de sociólogos e antropólogos atuantes em lugares como a USP, o ISEB e o Serviço de Proteção ao Índio no Rio de Janeiro, já que com a vanguarda ficava muito mais difícil rivalizar. Foram exatamente os pares nordestinos de linhagem *modernista* (ou *tradicionalista*, como preferiria denominar Freyre), que haviam conquistado nas décadas anteriores um nível de projeção respeitável, senão propriamente no âmbito da “ciência” e dos modernos panteões de cientistas sociais remodelados nas décadas de 50 e 60, certamente no domínio das “tradições brasileiras” – compreendendo-se no termo as formas folclórica, literária, ensaística e pictórica pelas quais a nação passou a ser oficialmente retratada depois da Revolução de outubro.³¹¹

³¹⁰ Vale notar que autores nordestinos também se valeram desse recurso. Com base em argumentos da mesma ordem o próprio Freyre, no prefácio ao *Bagué* das Alagoas, dimensionara as virtudes do livro de seu autodeclarado discípulo, o folclorista Manuel Diégues Júnior. Entre elas, a de apresentar uma via de superação da história *ortodoxa* por uma “história social” atenta a aspectos ignorados pela primeira: ‘O ensaio de Manoel Diégues Júnior, sólido como é na documentação que oferece sobre aspectos ignorados ou pouco conhecidos da história social das Alagoas, é também valioso pelas sugestões de que o autor anima esse rico documentário, pacientemente desentranhado por ele de velhas crônicas, de publicações antigas e até de manuscritos raros. [...] Sua orientação – a de juntar a interpretação sociológica da história do Brasil agrário e patriarcal ao estudo das fontes regionais dessa história, abundantes em terras como as das Alagoas – sem ser a que merece a inteira aprovação dos ortodoxos da crônica histórica, parece mais capaz de enriquecer o conhecimento do passado brasileiro de perspectivas largamente sociais’’. (Freyre, G. Citado em Rosa, Othelo. [Sem título]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 153-155, dez. 1949, p. 154).

³¹¹ Se é verdade que a centralização, entendida como condição necessária para o funcionamento do Estado, foi retomada no regime republicano de 1937 a 1945 com um considerável reforço em relação à experiência imperial, este processo não descartou a permanência de uma cultura política descentralizada, herdada do pacto liberal da primeira república. Assim como o arranjo de um bloco de poder heterogêneo obrigava, na esfera política, à negociação com as oligarquias dos estados depois da subida da Aliança Liberal ao executivo, parece que a centralização implícita ao gerenciamento da cultura nacional pelo regime do Estado Novo alimentou-se das tradições regionalistas fundadas nos anos vinte, fazendo-as convergir para a nação. A operação incluiu a incorporação à burocracia de Estado dos intelectuais “modernistas” dos estados de Minas Gerais,

A tática adotada nessa concorrência passa menos pelo desconhecimento de outras referências, reputável à precariedade do campo institucional ou à distância com os principais centros de discussão, do que pela **resistência** dos historiadores e críticos locais aos quadros hegemônicos de referência teórica na *sociologia* produzida no centro do país – em especial o materialismo histórico³¹². Essa recusa se manifesta, paralelamente, pela adesão aos modos escritos de representação das regiões que se haviam consagrado no momento inicial de sua formação como intelectuais, ou seja, entre as décadas de 1920 e 1930. Sem deixar de complementar o magistério cívico nacional, a “abertura sociológica” manipulada

São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul. Este não é o lugar para desenvolver essa hipótese, mas uma pesquisa comparativa sobre as produções dessas elites provavelmente revelaria que, grosso modo, na partilha cultural, os mineiros ficam com o patrimônio artístico e arquitetônico, os gaúchos com a história militar, os nordestinos com o passado colonial, os cariocas com a genealogia do império, os paulistas com o panteão de tropeiros desbravadores e bandeirantes. Este esquema, submetido aos princípios de preservação da unidade política e de assimilação cultural, estabelece uma competição entre as regiões pela representatividade simbólica da nação, partindo do consenso metonímico da representação do todo pela parte. Contudo, o *mosaico regional brasileiro* resultante dessa elaboração, mais do que uma síntese, parece ter estabelecido um caleidoscópio adequado à divisão de trabalho entre as elites culturais regionais. Adágios regionalistas como “a Bahia é Brasil”, expressam a diferença entre o modelo de representação da nação adotado no Brasil e, por exemplo, o modelo regionalista francês consolidado na terceira república. Neste último caso, é o conjunto articulado das paisagens regionais, opostas *en bloc* aos vícios da Paris cosmopolita, que expressa o hexágono como a “síntese” da diversidade européia. Já o que sobressai da pluralidade brasileira são as diferenças entre as regiões, sem que se produza uma síntese propriamente dita. Sobre o regionalismo na França, ver Thiesse (1991, 1995 e 1997).

³¹² Daniel Pécaut, ao comparar as gerações intelectuais dos anos 1920-1945 e 1945-1964 (atuantes em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro), e ressaltar suas opções políticas divergentes, mas solidárias na construção de “uma cultura política que promove sua própria identidade e influência”, chegou a referir, para o segundo momento, o marxismo como o “horizonte intransponível da época” entre essa intelectualidade. (Pécaut, 1990: 6). Adiante, o autor argumenta: “Em fins dos anos 50, uma certa vulgata marxista difundia-se bem além dos setores localizados na esfera de influência do Partido Comunista: ela comanda a socialização política e cultural de grande parte daqueles que se identificam com as camadas intelectuais”. (Pécaut, 1990: 16). A documentação aqui trabalhada mostra uma situação distinta para a produção intelectual rio-grandense: nota-se, ao lado da ausência dessa “vulgata” nos escritos históricos e da incipiência da pesquisa em ciências sociais, uma maior presença relativa de adesões políticas “de esquerda” e dos referenciais marxistas na esfera literária. Entre os historiadores, prevalece a recusa ao marxismo, como se pode ver na resenha de Moysés Vellinho ao livro *História dos Fundadores do Brasil*, de Otávio Tarquínio de Souza: “Arejado nos seus métodos e concepções, Octávio Tarquínio não se deixa tolher nem pelas limitações da dialética materialista nem tampouco seduzir pelos arroubos com que a superstição providencialista encarece o papel dos heróis. Ninguém o convencerá de que a História tenha ‘vontade’ própria, mas também não é dos que acreditam que ela seja produto exclusivo da ação ou do arbítrio dos grandes homens. Se é exato que ninguém pode fugir à sua dimensão histórica, não é possível desconhecer a relevância do componente individual nas elaborações da História. Indivíduos superiores no bem ou no mal não raro se projetam sobre os acontecimentos, gravando neles a marca do seu poder o do seu gênio. Nem a História se completa em seus elementos vitais se não considerarmos a contingência humana como um desses elementos. Daí a impossibilidade de submetê-la à disciplina das leis naturais. Também não bastam os fatores econômicos, abstraídos os demais, para explicar ou definir a dimensão histórica do homem”. (Vellinho, Moysés. “Breve Notícia sobre uma Grande Obra”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 jul. 1959, p. 11.)

pela abordagem freyreana lançara então, juntamente com os *modernistas* pioneiros do Folclore em São Paulo, um programa de revitalização do patrimônio simbólico brasileiro, baseado no estudo e na coleta sistemática de costumes regionais, através dos quais a nação passara a ser retratada em partes, e as *regiões* puderam ser pensadas com um objeto de estudos.

Enquanto isso, como já foi dito, os historiadores do Rio Grande do Sul encontravam-se ainda ocupados em reverter a favor das elites políticas de extração republicana a incômoda fusão semântica promovida pela memória histórica imperial, que compreendia o conjunto das *províncias* sob a perspectiva da *fronteira*. (Guimarães, 1988: 23). As tentativas de readequação da memória sulina ao modelo seguinte, emergido em meio à substituição do cosmopolitismo cultural pela adoção de uma postura nacionalista entre os intelectuais brasileiros (Garcia Jr., 1993), só iriam adquirir maior liberdade no contexto de reabertura política, quando passa a ser apresentada em termos de atualização “científica” das análises históricas, e de revitalização estética dos retratos literários do Rio Grande. Isso porque a abordagem antiquária, uma vez sistematizada em narrativas ancestrais que tomam o espaço local por núcleo fundador da nacionalidade, opera sobre conceitos de autenticidade diversos da forma tradicional unitarista de reconstrução do passado – tal como preconizada pelos autores do IHGB e seus herdeiros, subscritores dos famosos “pareceres” do IHGRS. Mesmo sem propor grandes rupturas epistemológicas com a historiografia “tradicional”, o método histórico-culturalista de retratação de uma unidade plural desafiava os limites estreitos da crônica política baseada na vida e obra de mandatários do Estado. Ele reabilitava, além disso, a dignidade heurística de fontes não oficiais, até ali preteridas pelos historiadores em favor da documentação diplomática.

A adesão tardia a esses pressupostos exigiu, portanto, dos autores locais, além de um grande esforço de conversão “teórica”, a adoção, em seus escritos, de um tom aberto a controvérsias. Neste sentido, parece significativo que antes da chegada da autodenominada *historiografia crítica* da década de 1980 – defendida por autores saídos, na maioria, do ambiente universitário e não raro dos programas de pós-graduação da USP (ou, segundo a designação dada por Marlene Medaglia Almeida (1983: 42), da “escola Florestan Fernandes”) – as primeiras contraditas à

presumida escravidão “branda” de uma região onde o negro teria pouca ou nenhuma relevância demográfica tenham partido exatamente das análises de autores convertidos ao estudo das manifestações “populares” da cultura local.³¹³ Assim é que, afirmando a necessidade de atualização da escrita histórica por conceitos de viés culturalista – mas, como ele mesmo frisa, “cultural no sentido sociológico” – Augusto Meyer manifestava, na terceira edição de *Prosa dos Pagos* (1960), sua inconformidade com a continuidade das interpretações canônicas da história ufanista dos anos trinta.

[...] é difícil manter, na historiografia rio-grandense, os velhos preconceitos de uma homogeneidade cultural – **cultural no sentido sociológico** – que nunca existiu. Qualquer tentativa de interpretação de nossa história deverá levar em conta, como fator básico, o critério de **aculturação**. Aceitar passivamente o prejuízo da homogeneidade social ou política de um grupo rio-grandense, dentro de outro bloco luso-brasileiro, caracterizado e definido por simples idealização do autor, e conforme suas preferências, é prosseguir no cultivo de uma história em que tudo parece acontecer por obra e graça de uma Divina Providência Gaúcha [...]. (Meyer, 2002 [1960]: 40, grifos meus)

Outro dos críticos de primeira hora foi o Secretário da CEF. Para ele, a relevância dos estudos sobre o negro significou, ao lado da ênfase açoriana sobre o luso-brasileirismo da formação rio-grandense, uma causa constantemente defendida na carreira como historiador e folclorista.³¹⁴ Aluno, discípulo e mais tarde colega de Arthur Ramos, Laytano já desde os anos trinta vinha estudando a questão. Sobre ela passaria, a partir do final dos anos quarenta, a atestar uma dívida pessoal para com as produções Roger Bastide e Melville Herskovits, fruto dos contatos travados por ocasião da passagem destes últimos por Porto Alegre na mesma década.

³¹³ Estas eram entendidas à época como um domínio temático preferencial da “sociologia”, enquanto que as “influências” étnicas subjacentes a tais manifestações permaneciam, para efeitos classificatórios, a cargo da “antropologia”. Com base nessa divisão, Dante de Laytano ressalvou as naturezas diferentes das ascendências de Gilberto Freyre e Arthur Ramos sobre sua obra, no tópico “Antropologia do Negro – Arthur Ramos” de suas memórias “dos outros”, como ele mesmo chamara: “[Arthur Ramos] representou, para mim, uma amizade sólida, além de ser ele uma de minhas influências decisivas no inclinar-me na pesquisa do homem de cor. [...] Dediquei a Arthur Ramos meu trabalho sobre ‘Os africanismos do dialeto gaúcho’ que teve crítica lindíssima. Este livro é em homenagem devota a minha filiação a linha espiritual de Arthur Ramos. Quanto a Gilberto Freyre minha fidelidade é de caráter sociológico. Diria que com Arthur Ramos fixa-se no caso antropológico”. (Laytano, 1986: 89).

³¹⁴ Vale ressaltar que cada um desses dois temas mereceu abordagens distintas na produção textual do autor: enquanto o conjunto de textos e menções aos açorianos enquadrar-se mais facilmente na classificação histórica, auxiliada pela filologia, os estudos sobre a presença afro-brasileira na formação cultural do Rio Grande do Sul aparecem vinculados, também em razão da escassez bibliográfica a esse respeito, à chamada etnografia folclórica.

Em diversos escritos³¹⁵ o historiador do folclore volta à carga na defesa desse objeto. Na monografia sem data de publicação, lançada pelos cadernos da CEF com o título a “A Igreja e os Orixás”, e escrita a partir de pesquisa de campo realizada, em 1951, em setenta e uma casas de culto em Porto Alegre, a conclusão é francamente polemista:

O ‘batuque’ de Porto Alegre, na sua pureza, como o encontraram em data recente os grandes mestres do folclore, da antropologia, da sociologia e da história, dá o ‘Batuque’ de Porto Alegre, como um setor definitivo da resistência cultural do negro brasileiro. E o negro gaúcho, 10%, 15% ou 20% da população branca do Rio Grande do Sul é parcela ponderável não só da opinião pública mas de capacidade de exercer inesperadas mobilidades de estrutura. O ‘Batuque’ de Porto Alegre, [as] ‘Casas de Batuque’ de Porto Alegre são uma resposta franca aos pesquisadores de superfície que negam, com desprezo, a realística presença do negro na própria História do Rio Grande do Sul. Não penas na etonografia [sic] religiosa. Nas curiosidade[s] das práticas africanas transmitidas intatas através de gerações. [...] Os Batuques foram, no sentimento possível, refúgios espirituais da raça negra massacrada. (Laytano, s/d: 60)

Ainda quanto ao mesmo ponto, o estudo de Augusto Meyer sobre a *origem* e os significados assumidos pela palavra *gaúcho* é revelador. O autor arma-o como um ataque frontal aos defensores – representados, no texto, por Alcides Lima, João Borges Fortes e Jorge Sallis Goulart – de uma historiografia obsoleta, que como por inércia continuava apresentando “a estância como verdadeira escola de democracia, interpretação que não resiste ao exame da realidade econômica e social da época. Bom serviço prestaria quem se dispusesse a mostrar a inconsistência dessas antecipações de síntese histórica, por simples falta de monografias”. (Meyer: 2002 [1960]: 44).³¹⁶

³¹⁵ Além de abordar a questão sob o aspecto filológico – nos artigos compilados em *O linguajar do Gaúcho Brasileiro* (1961) – e folclórico – em *Folclore do Rio Grande do Sul* (1987), este também uma recompilação revisada dos trabalhos apresentados em congressos de História e Folclore – nas memórias de 1986 são muitas as passagens dedicadas ao tema. Nelas, o autor não deixa de confirmar a tese da escassez demográfica da população negra, mas contrapõe a ela sua relevância cultural, confirmada pela presença nas expressões de religiosidade popular, na linguagem e no folclore: “De fato, o negro no Rio Grande do Sul não chega a 15% ou um pouco mais ou um pouco menos. Razão pela qual não consegui trazer nunca o mestre a Porto Alegre. Em compensação, obtive a vinda de Roger Bastide, hoje na Sorbonne, e Melville Herskovists, que morreu em plena ação [...] em Evanston, Chicago. [...] Mas o problema do negro rio-grandense existe, configura-se numa grande população, conhecem-se heranças antropológicas notáveis, sobreviveram na atualidade a presença dos povos através de sua cultura respectiva, como gêge, nagô oió, ijecha, e obá, que são fatores daomeianos e iorubas.” (Laytano, 1986: 89).

³¹⁶ Contrariamente aos ditames historiográficos segundo os quais o regime de trabalho escravo no Rio Grande ter-se-ia limitado à indústria do charque, a narrativa construída pelo autor destaca: “Com a escravidão, muito estancieiro chegaria mesmo a dispensar o assalariado. Comprava os quinze ou vinte anos que podia dar-lhe o trabalho de um negro escravo por quantia correspondente

Antes de Meyer, também o amigo, companheiro “dos tempos heróicos do restaurante Dona Maria” (César, 1994: 138) e sócio da CEF, Athos Damasceno Ferreira, fizera em forma de novela o que em pesquisa se anunciava como um tema atraente. Em *Moleque* (de 1938), história passada no ambiente suburbano de Porto Alegre, levantara o problema da ascensão social do negro em uma sociedade cingida pela escravatura, retratando o cotidiano sórdido de um menino descendente de escravos agregado em uma casa de arrabalde.³¹⁷ Anos depois, o cronista, que até então se comprazia na prosa de poeta e de humorista, volta-se em definitivo aos estudos históricos. “Gilberto Freyre, se não me engano, foi o primeiro autor de categoria nacional a estimular no cronista de Porto Alegre, o gosto pelos flagrantes sociais profundos”, recorda Guilhermino César (1994 [1975]: 138). E de fato, esta filiação é clara, do estilo da escrita à escolha dos temas.

Inicialmente, Athos segue a trilha lançada por Freyre em “sugestões para o estudo histórico e social do sobrado no Rio Grande do Sul”: esquadrinha por dentro e por fora, da sacadas aos móveis, aquele “[...] tipo de arquitetura mais urbana que rural – o sobrado – do ponto de vista rio-grandense do Sul”, conforme a sugestão deixada pelo mestre Freyre no III Congresso Rio-grandense de História e Geografia.³¹⁸ A seguir, retorna o assunto para ressaltar a diversidade social da indumentária usada na província. Ali o autor identifica um panorama “[...] muito parecido com o quadro da Bahia, do Rio, do Recife, de Minas – quadro álaque e bizarro de que, em largas pinceladas, nos dá um instantâneo tão saboroso, em

à quadragésima parte do total empenhado em pagamento de um peão, no mesmo período. O peão pobre, o proletário rural, aprendia portanto bem cedo esta dura experiência: de nada lhe servia a aptidão para o trabalho. (Meyer, 2002 [1960], p. 26).

³¹⁷ Segundo Guilhermino César, a crítica local imediatamente identificou na novela uma metáfora urbana da lenda do *Negrinho do Pastoreio*. (César, 1994:139-140).

³¹⁸ FREYRE, Gilberto. “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”. In: IHGRS, *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940. pp. XIII-XX, p. XVII. O trabalho foi escrito especialmente para o III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, sendo publicado pela primeira vez nos anais do evento em 1940, com fotos ilustrativas. Seis anos mais tarde, foi republicado na revista *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 10-15, dez. 1946. Também se encontra disponível na web: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/sugestoes_estudos.htm> (Sobre as visitas de Freyre ao Rio Grande, ver Laytano, 1986: 30-35). O trabalho mencionado, de autoria de Athos Damasceno, intitulado “Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses”, foi integralmente publicado na *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 63-76, set. 1945. Acompanham-no ilustrações em bico de pena feitas pelo próprio autor, que também era desenhista de ocasião.

‘Casa Grande e Senzala’, o incomensurável Gilberto Freyre.”.³¹⁹ Não o ambiente rural e militar do repisado gaúcho do século XVIII, mas a cor local da cidade do século XIX, com sua multiplicidade de costumes e personagens, é que figura no centro dessa espécie de “história social” apropriada de Freyre por Damasceno. No mencionado estudo, o autor oferece também um contraponto à vestimenta típica habitualmente retratada no Rio Grande do Sul, mostrando que

Ao passo que entre os gaúchos era a indumentária masculina que brilhava, entre os negros entrados [...] como bichos, era exatamente a indumentária feminina, a vestimenta das pretas, que dava o tom, oferecendo, pela sua composição e colorido, um interesse folclórico que o traje do crioulo não oferecia, como não oferecia por seu turno o da escorrida chinoca pampeana com sua saia de chita tão vulgar quanto o vulgaríssimo calção do mísero escravo lanhado, do tempo do carimbo e do palanque.³²⁰

O conjunto dessas citações ilustra a introdução progressiva de uma paleta histórico-culturalista na produção textual local, agora ocupada com traçar novos contornos para a paisagem social sul-rio-grandense. Observa-se nas obras dos autores mais diretamente envolvidos com o Folclore uma rotação no eixo norteador das abordagens, que se deslocam de uma história militar englobante, a ordenar sob a égide da nação os fatos históricos passados nas províncias, para trabalhar referenciais e temas que tomam o inventário cultural das *regiões* como ponto de partida do entendimento do Brasil. O pressuposto do procedimento de elucidação dessa identidade *local* é o mesmo indicado por Thierry Gasnier – o de que, havendo uma geografia anterior à história, subsistem no interior da continentalidade nacional, espaços de particularidade dos quais se destaca uma nacionalidade “em migalhas”. (Gasnier, 1997: 3428).

Assim, da produção historiográfica do Rio Grande do Sul vai aos poucos se delineando dois lugares comuns: primeiro, o de uma interdisciplinaridade pautada na clássica divisão de tarefas entre História e as Ciências Sociais – enquanto uma cuida da cronologia, a outra fornece interpretações e conceitos. Em segundo lugar, percebe-se a inversão, dentro dessa “nova história” local, da hierarquia do pertencimento territorial: a *região*, em que pese resultar de uma experiência centralizadora, é retratada como anterior à *nação*. Deste modo, o

³¹⁹ Ferreira, Athos D. “Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 63-76, set. 1945, p. 96.

³²⁰ Ferreira, Athos D. “Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 63-76, set. 1945, p. 93.

discurso folclórico reivindica a precedência do espaço *regional*, conferindo-lhe uma identidade própria, irredutível, ainda que integrada à especificidade do conjunto – qual seja, a aptidão portuguesa para lidar com antagonismos de toda ordem (étnica, geográfica, social e política), interpostos à construção de uma civilização lusitana nos trópicos. O local oferece então a prova material do “milagre” da unidade lusitana na América. A nacionalidade deixa de ser concebida somente como uma conquista do Estado para tornar-se uma opção do “povo”, segundo o retrato plebiscitário da nação, fundado por Ernest Renan no século anterior.

4.5. A CEF como empresa historiográfica

Reunindo os mais afamados autores do estado para atuar sobre a interface da arte, da ciência e do patrimônio, a criação da Comissão Estadual de Folclore, em 1948, foi também um passo dado no sentido de introduzir essas diretrizes de análise na pesquisa histórico-social do Rio Grande do Sul. Ela compunha, ao mesmo tempo, um projeto individual de seu secretário Dante de Laytano, que até então vinha procedendo, juntamente com Walter Spalding, Adão Carrazoni, Ênio Freitas e Castro e Elpídio Ferreira Paes, estudos “amadores” voltados à identificação das influências étnicas presentes no *Linguajar do Gaúcho Brasileiro*. (Laytano, 1981 [1961]).

Complementar à história dos homens de grande monta, como ela seletiva, a memória local alimentada pela pesquisa histórico-folclórica reveste-se de um caráter polêmico, atento a temas não contemplados pelos ensaios dos predecessores ou de outros herdeiros contemporâneos. Como eles, o historiador autodidata mandatário da CEF havia se formado à sombra da literatura e da História, as duas vias clássicas de enunciação do mito original do centauro. Mas exercerá sua poligrafia em prol da ampliação dos aspectos constitutivos da *região*, em conformidade com o que escritores de outros estados vinham fazendo, justificando a aproximação – sempre mediada pelo Folclore – da História com áreas afins como a filologia, a “etnografia” e a “sociologia”.

A opção visava inserir a identidade gaúcha em um projeto coletivo de representação da nação, de tal modo que as manifestações particulares deixassem

de significar um obstáculo à integração do Rio Grande, mas surgissem como o meio próprio de manifestar uma formação cultural *sui generis*, capaz de trazer uma contribuição específica ao caleidoscópio *regional brasileiro* e às formações sociais resultantes de uma matriz étnica (lusa e/ou açoriana) presumidamente “aberta” ao contato com populações estranhas. A empreitada historiográfica da CEF baseava-se, assim, nos três ensinamentos básicos que, segundo o Secretário, teriam sido retirados de Freyre por sua geração: “Primeiro: voltarmos para os assuntos brasileiros, foi o primeiro passo. Segundo: os assuntos locais. E terceiro: só estudar a história da terra da gente. Se tem uma história da França, é da França e acabou-se. E nós, do Rio Grande? Quem é que vai estudar?”³²¹

Incentivador entusiasta da divulgação da obra de Gilberto Freyre no e sobre o estado, o Presidente da CEF argumentava sobre afinidade da História com os estudos de folclore, e a solidariedade de ambos para com o projeto mais amplo de rever os meios de afirmação da brasilidade sulina. Para tanto, apontava a necessidade de atualização da imagem rural e militarista do gaúcho retratado nos textos fundadores da historiografia. “O gaúcho não morreu. Ele evoluiu. É preciso que se assinale os ciclos históricos, colocando sua personalidade viril, extraordinária, de guerreiro ou revolucionário a épocas do passado.” (Laytano, 1981: 231).

Para esse autor, a vantagem da perspectiva folclórica sobre as abordagens históricas tradicionais era sua capacidade de acompanhar o caráter dinâmico da evolução cultural do Rio Grande, colocando-o em sincronia com a evolução social brasileira. De acordo com tal pressuposto, somente pela consideração de uma

³²¹(Laytano, Entrevista... 1998). Esta lição harmoniza-se com os enunciados da *Aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul*, proferida por Laytano em 1953, com o título “A História e suas Relações com Algumas Ciências”. As ciências escolhidas foram a Etnografia (representada pela “história” ou “literatura etnográfica” de Sílvio Romero), a Antropologia (por Oliveira Viana, na esteira de Nina Rodrigues e no prenúncio de Arthur Ramos) e a Sociologia (fundada por Gilberto Freyre). Após destacar que “Toda a sociologia de Gilberto Freyre se abebera nos fundamentos históricos das nossas instituições” (p. 9), Laytano descreve cinco pontos em que esse autor teria dado novos rumos ao conhecimento da “cultura brasileira”: “a) renovação e impulso dos estudos do afro-brasileiros [sic]; b) Valorização da obra de colonizador do português; c) Difusão, entre nós, de estudos notáveis de norte-americanos e ingleses [...]; d) História das cidades brasileiras tradicionais; e) Atenção e importância para os pequenos fatos sociais, os detalhes e os pormenores” (p. 18). O resto da conferência é todo feito de citações do autor pernambucano, acerca de como a sociologia e a história servem uma à outra, e ambas à valorização das culturas regionais, precedido da justificativa, dada por Laytano, de que “Não encontraríamos em nenhum outro autor melhor definida e explicada as relações da história com a sociologia” (p. 21).

maior abrangência de tempo e de espaço no arrolamento das propriedades distintivas de seus habitantes é que se poderia superar a ambigüidade identitária de um estado que já se encontrava, sem reconhecê-lo (e sem ser reconhecido), integrado aos quadros de uma unidade marcada pela multiplicidade étnica e ecológica.

Mude-se o conceito de gaúcho. No século XIX, o gaúcho não era apenas o peão, mas o capataz e o estancieiro ou o homem de campo que pertencia à vida pastoril. [...] O século XIX foi uma civilização, pode-se dizer, nitidamente gauchesca no Rio Grande do Sul. Sua cavalaria é o orgulho do Exército Brasileiro. Examine-se a evolução do gaúcho. Os estágios do gauchismo, etc. [...] Configurou-se admitir que a tradição, o folclore, fez do gaúcho um tipo especial. Houve os defensores desta doutrina. O folclore gaúcho tem na verdade traços absolutamente seus. Não os têm os cearense e o capixaba, o paranaense e o piauiense, o catarinense e o maranhense, etc.? O folclore advém de um lastro puramente brasileiro, o folclore gaúcho é brasileiro.” (Laytano: 1983: 44-45)

A matéria oferecia, de fato, inúmeros atrativos. Em primeiro lugar, o de parecer mais afinada com as interpretações nacionais.³²² Em segundo lugar, o de ampliar as perspectivas de diálogo entre os partícipes de uma tradição ensaística progressivamente lançada ao descrédito, com nomes que freqüentavam o palco e os bastidores da pesquisa social no centro do país – lugares onde os pares rio-grandenses compareciam eventualmente, e como coadjuvantes. Mas, para além dos proveitos (publicações, viagens, títulos de sociedade) saídos de contatos em reuniões, congressos e jantares de confraternização, a integração ao movimento comandado pelo herdeiro direto de Graça Aranha permitia aos rio-grandenses, principalmente, o retrazar suas próprias origens a partir de uma perspectiva **local** despida dos “excessos” exclusivistas do *regionalismo* epopéico, e sem abrir mão

³²²Do mesmo modo como todo *regionalismo* deriva de um processo de nacionalização que o precede, o privilégio à situação geopolítica do Rio Grande, entendida como chave explicativa de seus caracteres distintivos, tem na experiência centralizadora do império seu marco fundacional. Aderindo ao viés interpretativo segundo o qual os espaços locais deveriam se constituir no campo de atuação das elites políticas imperiais no sentido da neutralização dos particularismos, os letrados do Rio Grande tinham tentado, nas primeiras três décadas do século XX justamente lidar com a imagem desfavorável da fronteira lançada pela memória imperial, revertendo o labéu republicano em signo de um nacionalismo atávico, capaz de legitimar a presença dos representantes no cenário político nacional. A intenção era justificar pela cota de sacrifício do estado em proveito da nação, o projeto ditatorial republicano e, logo a seguir, a pacificação de maragatos e chimangos em uma frente única, voltada à projeção nacional da política e dos políticos rio-grandenses. Mas três décadas mais tarde, superados o teor iconoclasta dos modernismos e a simpatia – predominante, nos meios intelectuais dos anos trinta e quarenta – pelo fortalecimento do Estado, o modelo totalizante e naturalista de apreensão (e pregação) nacionalista do IHGB, já plenamente adaptado ao regime republicano pelo IHGRS, mostrava-se claramente insuficiente para um contexto onde a brasilidade já tinha passado a ser pensada do ângulo regional há tempos.

da autoridade “científica” em princípio negada tanto à alçada fictícia da literatura quanto ao teor festivo e “popularesco” do *tradicionalismo*.

Resguardando a presunção “lusa” aplicada aos modos específicos de ser brasileiro, “[...] a extensão do critério de história ao folclore, à história do povo, do escravo, do negro, do índio, do mestiço, da mulher, do menino, do parente pobre”, segundo o conselho metodológico deixado por Freyre em 1940³²³, ao invés de desdenhar da poligrafia, sugeria sua melhor capacidade de abordar por diferentes entradas “[...] os assuntos negros, ameríndios, populares, regionais, folclóricos, provincianos e mesmo suburbanos como os melhores assuntos”. (Freyre, 1940). Empresa ao mesmo tempo “científica” e patrimonial, a elaboração de “história social e até íntima” da nação, baseada na crônica *regional*, cotidiana e familiar de um “passado mais próximo de todos nós” afiançava esse diagnóstico integrador, aparecendo também como a condição necessária para que a nação superasse o estatuto de mero fato geográfico, e se entranhasse afetivamente na memória de seus habitantes.

Nessa diretriz, o objeto de estudos podia ser concebido ora como sincrônico, ora diacronicamente circunscrito ao período de “formação do estado” – ou seja, às respectivas “aculturações” engendradas a partir do contato das correntes migratórias “antigas” – luso-brasileiros (já “caldeados” com negros e indígenas) e açorianos – com as chamadas “etnias novas” – imigrantes alemães, italianos, judeus, poloneses.³²⁴ Esse esquema de recomposição da configuração “sociológica” do estado – fórmula integrada ao panorama cultural diversificado das unidades que constituem a nacionalidade – não supunha, como no modelo “nordestino”, a efetivação de processos miscigenatórios que incluíssem consangüinidade, mas obedecia ao princípio de “assimilação cultural” subjacente à tese da plasticidade portuguesa. A diversidade interna do Rio Grande consistiria

³²³ As citações de Freyre nesse trecho procedem do “Prefácio” à coletânea *Região e Tradição*, publicada em 1940 pela José Olympio e disponível na internet <http://prossiga.bygf.fgf.org.br/frances/obra/livros/pref_brasil/regiao.htm> Consulta em 02 de novembro de 2002. Como a paginação não consta na versão aqui utilizada, as referências seguintes a esse texto trarão apenas o autor e o ano.

³²⁴ O processo “subcaldeação dos elementos povoadores “já caldeados”, mencionado por Laytano na interpretação da origem estado, supunha a miscigenação já como uma herança trazida aos rio-grandenses pelos brasileiros desbravadores do território, que aí sim, teriam-se “cruzado” com os açorianos. Os demais elementos das correntes migratórias são vistos como um somatório ao conjunto original, sem alterar-lhe o perfil luso-brasileiro já formado. Ver Laytano (1981: 179; 1987:11).

então em “camadas” temporais e étnicas sobrepostas pelos processos migratórios, ao “substrato” primário da formação local: as matrizes luso-brasileira e açoriana.

Em ambos os casos, sobretudo no leque de objetos sincrônicos, os assuntos privilegiados pretendem preencher as lacunas deixadas pela historiografia: as práticas religiosas de afro-descendentes, as condições de existência das populações indígenas e o folclore da zona agrícola, seja ela de ascendência açoriana, teuta ou italiana, com suas práticas de cooperação.³²⁵ No segundo caso, em que prevalece a perspectiva histórico-social, enquadra-se, por exemplo, a “crônica” das irmandades religiosas de Rio Pardo³²⁶ e as festas religiosas de Nossa Senhora dos Navegantes, publicadas por Laytano, os estudos de Walter Spalding (1956; 1957) sobre costumes, versos, formas de habitação e adágios populares, e os de Athos Damasceno Ferreira (1954; 1953) sobre a indumentária de negros escravos no Rio Grande do Sul e sobre as “condições de aculturação dos alemães”.

Ademais de expandir o repertório temático contemplado pelos *regionalismos* histórico e literário, esses estudos veiculados pelos cadernos da CEF, pelas revistas do Museu Julio de Castilhos e *Província de São Pedro* também resgatam um material condenado pela crítica documental anterior, mas

³²⁵ Ver Laytano, Dante de. *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Estudo de uma tradição das populações Afro-Brasileiras de Porto Alegre*. CEF/CNFL/IBECC, Porto Alegre, no. 6, 1955 e *A Igreja e os Orixás*, Porto Alegre, CEF/CNFL/IBECC, Porto Alegre, no. 29, s/d.

³²⁶Laytano, Dante de. “Vida religiosa de cidade do interior – Crônicas das irmandades tradicionais do Rio Pardo.” *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 2, pp. 101-242, jun. 1952. Resultado da fusão de trabalhos anteriores com levantamentos mais recentes, feitos para serem apresentados em congressos e semanas de folclore Laytano, neste artigo, mostra bem o cruzamento de duas perspectivas: inicia como uma transcrição comentada da documentação referente às irmandades existentes na antiga cidade, pontuando as citações de arquivo por comentários acerca da importância das fontes e do interesse histórico das relações de nomes constantes nas atas, a fim de lembrar os personagens (na grande maioria militares) que movimentavam a vida religiosa de “uma pequena cidade do interior” no século XIX. Da metade para o final, o texto muda de frequência, reivindicando uma aproximação da História com o cotidiano. Registra a tradição oral e desenvolve apreciações de teor nostálgico acerca dos velhos costumes religiosos da cidade, como a valorização das bandas, o gosto pela música sacra e as novenas e devoções. A questão fundamental que, segundo o autor, permite ser elucidada pelas fontes trabalhadas, é a da religiosidade tradicionalmente negada ao gaúcho. Citando Gilberto Freyre, Laytano afirma ser o rio-grandense, além de religioso, um místico, caráter que seria devido à herança do “sentimentalismo português”. (p. 129) Como reforço ao argumento, o autor ressalta “o alto grau de lusitanidade do RS” até a chegada dos imigrantes alemães e italianos. Essa lusitanidade é ratificada em outro artigo de autoria de Laytano: “Cidade Açoriana da América Portuguesa: Taquari e a história documental de sua fundação.” *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, no. 1, pp. :185-358, jan/1952. Nele, o autor aborda a história da ocupação do pequeno município de Taquari, e em especial o processo de conversão dos militares paulistas e colonos açorianos em estancieiros.

que vinha sendo crescentemente valorizado em outros meios. Em artigos como “As Cavalhadas de Vacaria”, de Ênio Freitas e Castro, “A História e o Povo”, de Walter Spalding e “A Farinhada”, de Oswaldo Gomes Junqueira, as informações baseiam-se, muitas vezes, na tradição oral colhida *in loco*, extraída da literatura, ou transmitida pela tradição familiar dos próprios autores (caso de Junqueira), fazendo ainda grande recurso de almanaques e folhetos, além de papéis vestígios do cotidiano, como jornais e manuscritos familiares.

Isto se tornou viável, ou pelo menos aceitável entre os historiadores gaúchos no momento em que os avanços institucionais, verificados em outras disciplinas e áreas do país, começam a colocar em xeque a autoridade da História-monumento, isto é, quando esta deixa de figurar como a matriz englobante do pensamento social, ou como “a ciência positiva”, segundo a definição de Comte³²⁷, que tomava tantas outras por auxiliares (geografia, paleografia, filologia). É aí então que os *escribas* captam a necessidade de passar o passado a limpo, percorrendo-o mais uma vez, mas com outros olhos, para realizar na *província* um projeto enunciado pelo porta-voz de outra, mais atenta aos “estudos de história social e até íntima, nos arquivos públicos, de conventos, de irmandades e de família”.³²⁸ A “ida ao campo” como folcloristas é um desdobramento de uma volta aos arquivos que vinha sendo reclamada pelos historiadores e críticos literários.

Desde aí, e simultaneamente ao remanejamento dos valores associados à produção científica, os herdeiros da tradição historicista renovam as apostas no resguardo da cientificidade da História pela adoção de instrumentos “críticos”,

³²⁷ A fusão de pressupostos evolucionistas com o adágio ciceroneano da história *magistra vitae* formam o eixo em torno do qual Lindolfo Collor, em discurso de abertura à cerimônia de fundação do IHGRS, sintetiza as relações da História com outros saberes, definindo suas finalidades: “[...] como a história é rigorosamente uma ciência de observação **em que se resumem todas as outras**, a sua sistematização não será possível sem um **estudo constante dos fatos que nela se concatenam**, de sorte a se irem estabelecendo **em leis todos os fenômenos que se ligam entre si por circunstâncias invariáveis de semelhança, coexistência ou sucessão**. O estudo da história tem, pois, uma dupla e convergente finalidade: – Visto por um prisma restrito, dá às sociedades que o praticam a possibilidade sempre renovada de **melhor preparar o futuro pelo conhecimento do passado**, ao passo que, de um ponto de vista mais amplo e geral, concorre para a **fixação sistemática das leis que regem o gradual desenvolvimento da humanidade, tanto moral como material**.” (Collor, Lindolfo. “A história e o Instituto Histórico”. *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, n.1, pp. 3-7, p. 4-5. Grifos meus).

³²⁸ do “Prefácio” à coletânea *Região e Tradição*, publicada em 1940 pela José Olympio e disponível na internet <http://prossiga.bvvgf.fgf.org.br/frances/obra/livros/pref_brasil/regiao.htm> Consulta em 02 de novembro de 2002.

capazes de oferecer, em lugar de uma crônica de nomes e datas, uma interpretação “sociologicamente fundamentada” na reconstrução histórica do passado nacional. Resenhando a obra *Teorias de História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, Othelo Rosa prevê então que

[...] a fase do memorialismo, da pura e seca cronologia, do simples jogo de memória, entrará em crise. A história passará a ser, no ensino, o que ela é: uma ciência social. [...] E se a história, como [José Honório Rodrigues] escreve, ‘deve compor-se de um núcleo *a priori*, os documentos, que cumpre pesquisar; de um exame crítico que apura e depura este material; de uma interpretação que inclui hipóteses e induções destinadas à real reconstrução da vida passada; de uma síntese que recompõe, narra, descreve e compreende’, não me parece possível, mesmo, negar-lhe o caráter de ciência.³²⁹

Vale recordar que uma advertência parecida tinha sido feita por Dante de Laytano, um ano antes, no trabalho sobre as corridas de boi, apresentado na III Semana Nacional de Folclore:

Os pesquisadores entre nós, salvo as exceções, naturalmente, mantêm o curioso conceito ou preconceito de se aferrarem às fontes impressas, distanciando-se, e parece que o fazem cada vez mais, dos elementos documentais nos arquivos históricos, particulares e públicos. [...]. Os românticos, os filósofos do romantismo da envergadura de um Fichte afastaram sua teoria duma história feita a priori, derivada duma lógica pura e abstrata e independente de qualquer documentação. A história não chega a nós de fora, mas vive em nosso interior. O que permitiu a existência duma história divagadora. A reação se faz através daqueles que buscaram colaboração entre o suposto a priori, por um lado, e o dito a posteriori, que quer dizer o documento, pela outra. Sem entrar na análise filosófica dos problemas da história e a importância do documento, apenas se deve salientar que não é mais possível escrever seguindo finalmente o que se contém noutro livro. Admita-se que nos sujeitamos a fazer o estudo da história manipulando somente a bibliografia.³³⁰

Como se pode depreender do que foi exposto até aqui, no conjunto da produção de História e crítica literária do Rio Grande do Sul, o Folclore aparece menos associado às reivindicações de uma especialidade autônoma, como acontece no Rio de Janeiro e São Paulo, do que como via alternativa de reconciliação entre os padrões identitários locais e brasileiros. Dentro da comunidade de memorialistas, os historiadores que incorporam ao seu repertório

³²⁹ Rosa, Othelo. “José Honório Rodrigues – Teoria da História do Brasil”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 163, jun. 1951, p. 163.

³³⁰ Citação retirada das da Página Literária do *Correio do Povo*, inteiramente dedicada às teses e trabalhos apresentados por ocasião da III Semana de Folclore. Laytano, Dante de. “Corridas de Boi no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 ago. 1950, p. 7.

“analítico”, quando não a sincronia da investigação de campo, boa parte do jargão conceitual aportado pelos estudos de *caráter nacional* (“aculturação”, “trabalho de campo”, “survey”, “etnografia”), não pretendiam com isso substituir sua já reconhecida identidade profissional por uma especialidade nova, mas adequar uma a outra, de modo a atualizar as regras e modelos interpretativos herdados da tradição historiográfica fundada pelo IHGRS.

Dos termos específicos dessa relação interdisciplinar, na qual o Folclore é tomado como instrumento de potencialização dos objetos da História, decorre a equiparação do estatuto de dignidade das fontes documentais orais e escritas, com a condição de que se mantenha o código de leitura preso à diacronia, e a exposição dentro da forma narrativa, em substituição aos verbetes de dicionários folclóricos. É o que se depreende da conceituação de Laytano, para quem

O pesquisador da História difere um pouco daquele do Folclore pela necessidade que cada um tem de empregar o que se pode chamar material oral e estão nessa categoria os depoimentos, informações, testemunhos e descrições de autor, festas, danças, trabalhos, procissões, esportes, etc. que constituem diversas formas de manifestações de costumes do povo. [...] O folclore, então, mobiliza variedade imensa de temas e é também história dos costumes e história do povo, tendo portanto de se cingir aos conceitos e moldes de pesquisa do historiador, pois seu relato deve ser feito pela maneira comum que são realizados aqueles inquéritos.³³¹

Tributária dos próceres da literatura modernista, ávida coletora do passado “testemunhado” pelas sociedades “menos tocadas pelo progresso”, essa história “nova” sugere uma relativa variação de temas em relação ao repertório clássico, ainda que o “local” se faça representar também ali por um sujeito histórico eterno. Constituído em binômio da Nação, o “povo”, do qual emanam seus traços constituintes, aparece então como guardião abstrato de um tempo de duração prolongada (conservado pela tradição), e que se diferencia na sua radicalidade da conjuntura política. Em face da própria amplitude, a categoria “popular” parecia um elemento capaz de contemplar a pluralidade de tipos compreendidos na denominação gentilícia dos habitantes da província. Compartilhando dessa estratégia discursiva, e em termos complementares à História dos altos fatos e heróis, o hispanista Manoelito de Ornellas traçou, como Laytano, por ocasião do

³³¹ Laytano, Dante de. “Corridas de Boi no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 ago. 1950, p. 7.

Io. Congresso Tradicionalista, em 1954, o estudo do folclore não só como um lado obscuro da história, mas como modo específico de investigá-la, como um método:

O folclore não é somente um perfil da História. É, muitas vezes, um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. Mas, coexistente com as leis, os decretos, as sentenças, os diários de guerra, as proclamações, os tratados, a biografia e a correspondência, uma outra História se escreve, sem o prestígio da imprensa e a consagração erudita das cátedras. É a História que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa. (Ornellas, 1966: 87)

A prédica democratizante desses autores não exclui a predominância de uma escrita ainda bastante próxima da cultura histórica oitocentista, seja apoiada em longas citações bibliográficas e documentais (como em Laytano), seja na forma catalográfica das efemérides, pelos curtos verbetes alusivos a aniversários, topônimos, vocabulários, biografias e acontecimentos da política, por sinal abundantes na produção de Walter Spalding.³³² Mas suas tomadas de posição em favor de uma revisão “social” da história *regional*, estabelecem paralelamente, dentro daquela tradição, uma corrente culturalista a vicejar com um hálito renovador, convocando à escrita de uma História que reorganiza as relações da parte com o todo. A abordagem, deslocada do âmbito político das instituições de Estado para o terreno cultural das manifestações folclóricas que encarnariam o “espírito nacional”, permite operar sobre a antiga ambivalência do Rio Grande de um novo ponto de vista. Renova-se, deste modo, a validade da crítica aos historiadores que no início do século, sob influência do isolacionismo político de Castilhos, haviam-no vinculado à órbita de influência castelhana. Como disse Laytano,

Um tratadista de história gaúcha incluiu todas as revoluções do Rio Grande num ciclo denominado de Revoluções Cisplatinas. Foi Alfredo Varella, uma cultura e um mestre. Hoje, uma nova doutrina, uma revisão mais decisiva, e uma defesa da cultura luso-brasileira, que Gilberto Freyre pôs em moda, em

³³² Ver SPALDING, Walter. “Propaganda e Propagandistas Republicanos no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, *Revista do Arquivo Histórico e Museu Julio de Castilhos* (1): 57-136, jan. 1952. SPALDING, Walter. “A História e o Povo - Costumes, Poesia e Lendas”. *Revista do Arquivo Histórico e Museu Julio de Castilhos*, Porto Alegre, (6):67-102, 1956 e Idem, “Tradições Gaúchas”. *Revista do Arquivo Histórico e Museu Julio de Castilhos*, Porto Alegre, (8): 143-68, 1957

circulação e uso, trouxeram-nos o benefício de verificar que o Brasil é que influenciou no Prata. (Laytano, 1987: 28)

Sem comprometer as conclusões previamente oferecidas pelas grandes narrativas nacionais, de agora em diante parte das representações da história se mostram não mais na escala de um império continental controlado pela capital, mas no seio mesmo das entidades infranacionais, tomadas como instância mediadora necessária para a adesão subjetiva à nação. Para velhas intenções integracionistas, outras fontes e métodos foram requisitados, respondendo às pressões do presente sobre os modos consuetudinários de leitura do passado.

4.6. O estado da arte na Província de São Pedro

Inserido no processo de recomposição do cenário historiográfico, o Folclore aparece então como uma empresa³³³ situada na conjunção de esferas de atuação distintas (literária, musical, histórica), mas de influência recíproca, visando oferecer a sustentação empírica necessária para a adoção de perspectivas de maior alcance, através das quais se pudesse dar uma projeção satisfatória para a produção cultural do estado, em suas diferentes modalidades de expressão.

Em relação a outros espaços de produção intelectual então sob comando de aliados táticos ou adversários – como o Instituto de Tradições e Folclore, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a revista *Província de São Pedro* editada pela Globo – a CEF, o Museu Julio de Castilhos e o Arquivo Histórico do estado figuram como trincheiras institucionais para onde convergem esses interesses, defendidos por agentes ou grupos mutuamente ligados por relações de proximidade, afinidade e mesmo de rivalidade com Dante de Laytano. Entre os aliados próximos do Presidente da comissão, aparecem em primeiro lugar o escritor Darcy Azambuja e os autores filiados ao *tradicionalismo* (nomeadamente, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding), que compuseram com Laytano, ao longo da década, uma ala dissidente dentro do IHGRS. Esta ala defendia o estudo da tradição oral, do linguajar e dos costumes locais, de forma suplementar à História Política.

Afora os historiadores, aparece dentro do núcleo mais ativo um grupo de

³³³ Aqui referida no sentido weberiano, como “[...] uma ação que persegue fins de uma determinada ordem de modo contínuo.” Cf. Weber, Max. *Economia e Sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 42.

pesquisa ligado ao domínio estético. Destacam-se aí o filólogo Elpídio Ferreira Paes e o musicista Ênio Freitas, que dirigia estudos dentro do Instituto de Artes e da Associação Rio-grandense de Música, explorando a interface do folclore com as artes – também representadas na comissão pelo escultor e crítico Fernando Corona, pela professora de balé Tony Pethzold (professora do Curso de Artes Dramáticas da UFRGS, inaugurado em 1958), e por Aldo Obino, responsável pela coluna “Notas de Arte” do jornal *Correio do Povo*. Aos nomes vinculados ao meio artístico e musical ligaram-se também os *tradicionalistas* Paixão Côrtes e Barbosa Lessa – que a partir de 1950 participam dos congressos folclóricos, convertendo-se, em poucos anos, em folcloristas iniciados.³³⁴

O secretário da Comissão, que já tinha convidado os dois sócios mais jovens a participarem da Semana de Folclore realizada em Porto Alegre, em 1950, também indicou o conjunto bailante do 35 a Francisco Matarazzo Sobrinho (Presidente da Comissão de Festejos do IV Centenário de São Paulo) e a Renato Almeida (Presidente da Comissão Organizadora do I Congresso Internacional de Folclore), visando compor o estande gaúcho na programação festiva do certame realizado em São Paulo em 1954. Enquanto Barbosa Lessa mudava-se para a capital paulista, onde formaria um conjunto de danças semanalmente apresentado pela TV Record, Paixão Côrtes fundava em Porto Alegre o grupo *Tropeiros da Tradição*, em junho de 1953.³³⁵ Este conjunto tinha começado a transpor para a prática os resultados da monografia sobre *Danças Gaúchas*, com que Lessa e Côrtes concorreram ao prêmio Mário de Andrade da Discoteca Municipal de São

³³⁴ Sobre os grupos de referência, carreiras e trajetórias individuais desses autores, consultar o Apêndice.

³³⁵ Por seu caráter “típico”, estilizado e visualmente atrativo, grupos informais de brincantes foram preteridos na escolha das apresentações a serem exibidas: “(...) dados sobre grupos de danças, de músicos e de festas em geral, na possibilidade de exibi-los na capital bandeirante [...] Infelizmente a pesquisa que tentei realizar não surtiu o efeito desejado, de modo que lhe envio os únicos dados reais sobre o assunto. Existem grupos de tirador de reis, ternos que realizam congadas, pessoas também para cavalhadas, mas tudo muito particular, difícil e sem nenhum grande aspecto. Contudo há várias sociedades típicas, sobressaindo-se o ‘35’ Centro de Tradições Gaúchas, composto de estudantes de ambos os sexos, que possui rico e variado repertório de danças regionais. Estou inteiramente às ordens [...] para entrar em contato com o 35.” (AMJC CE 1952, v.3 AP 1030. Carta sem data, de Dante de Laytano a Francisco Matarazzo Sobrinho, da Secretaria da Comissão de Festejos do 4º Centenário de São Paulo). Em outra carta, fica acertada a ida dos “tropeiros”: “Acho que vamos comprar a roupa de gaúcho, arreios de cavalo e alguns instrumentos de trabalho campeiro, etc. Pode-se tentar o galpão ... [...] O Paixão viajou para o Rio e pedi que lhe procurasse. O conjunto dele é a melhor coisa do Rio Grande e está pronto para ir a São Paulo. E o financiamento? A ida dos ‘Tropeiros da Tradição’ é assunto resolvido. O nome do grupo do Paixão se chama assim.” (AMJC CE 1954, v.1, AP 1031, Of. 309, 7/6/54, de Dante de Laytano a Renato Almeida).

Paulo (então sob direção de Oneyda Alvarenga) em 1952. O repertório coreográfico foi elaborado a partir de registros e levantamentos feitos entre julho de 1950 e fevereiro de 1952 em 62 municípios gaúchos.³³⁶

Talvez mais do que Dante de Laytano – que era inimigo declarado de alguns folcloristas do tradicionalismo, como Carlos Galvão Krebs e Antônio Augusto Fagundes – Ênio Freitas e Castro foi o colega do Secretário em quem esses militantes encontraram apoio constante para a formação técnica em pesquisa. Certamente em vista do interesse comum sobre o cancionário e as danças, eles procederam conjuntamente a levantamentos em municípios do interior, utilizando-se do equipamento de gravação da Associação de Música. (Lessa e Côrtes, 1975: 109-113). Além disso, Ênio Freitas e Castro, como Diretor da Divisão de Cultura da SEC (e, segundo o testemunho da vice-diretora da instituição, Marina Fyori Sant’Ana, o verdadeiro autor da lei de reforma da Secretaria de Educação), convidou *tradicionalistas* para integrarem o aparato governamental. Foi o caso dos dois nomes citados - Carlos Galvão Krebs, nomeado primeiro Diretor do ITF e Antônio Augusto Fagundes, chamado à assessoria técnica da Divisão.³³⁷

³³⁶ A partir dessas pesquisas compôs-se mais tarde o *Manual de Danças Gaúchas*, com a finalidade didática de assistir tecnicamente as invernadas artísticas dos CTGs e o público escolar. Dividido em duas partes (uma descritiva, outra ilustrativa, com as partituras), este teve a primeira publicação da parte descritiva subvencionada pela CEF, em 1956. Vale notar que no mesmo ano de publicação do Manual pelo IBEC, Inezita Barroso gravou as músicas “Chimarrita-baião”, “Balaio”, “Maçanita” e “Quero Mana”, “recolhidas” por Paixão Côrtes e Barbosa Lessa.

³³⁷ Segundo Marina Fyori Sant’Ana, secretária do Diretor da Divisão de Cultura e tesoureira da Associação Rio-grandense de Música, foi Ênio Freitas e Castro o autor da lei de criação da Divisão, dele partindo também a nomeação de seus quadros: “[...] ele fez o projeto, ou seja, a lei foi feita por ele. E todo mundo depois assinou embaixo [...] aí começamos a trabalhar com muito amor [...] E lá escolhemos uma plêiade, então ela era formada assim como está aqui, com três diretorias [...]. E cada diretoria tinha um diretor e os assistentes técnicos. Os assistentes técnicos eram aqueles que assessoravam. E os assistentes técnicos, hoje, depois das nossas diretorias são grandes nomes nacionais. Foi tudo gente escolhida, a maioria era estudante, estavam se formando em curso superior, um nome é Antônio Augusto Fagundes, tá, Glênio Bianchesi, que está em Brasília; Santiago Noa, Carlos Barata, e por aí vai. E Nato Henn, também, bom, que era nosso aqui, que é da Discoteca Pública.” SANT’ANA, Marina Fyori. **Entrevista** concedida à autora. Porto Alegre: 14 nov. 1997. Gravação em fita cassete. As três diretorias que estruturavam a Divisão de Cultura eram - Técnico Consultivo, de Administração e de Execução. O setor Técnico Consultivo coordenava as atividades de quatro conselhos – (de Orientação Científica, do Livro e Literatura, de Orientação Artística e de Cultura) – integrados pelos diretores de órgãos públicos de cunho cultural, técnicos de outros setores da SEC e demais membros “escolhidos dentre pessoas estranhas aos quadros de pessoal do Estado, de reconhecido saber e cultura, com especialização em alguma das atividades concernentes à Divisão de Cultura”. (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. *Leis e Decretos 1954*. “Lei nº 2345, de 29 de janeiro de 1954 – Dispõe sobre a criação e organização da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências”, p. 104-110, p. 105).

Finalmente, entre os afiliados mais reconhecidos da Comissão estão também os menos assíduos nas suas atividades cotidianas. Estes são representados por uma sub-rede de escritores diretamente vinculados à editora Globo, composta de amigos que se freqüentavam regularmente, como autor-editor Êrico Veríssimo, o poeta e cronista urbano Athos Damasceno Ferreira e os editores da *Província de São Pedro*, Moysés Vellinho e Guilhermino César. Estes dois últimos, juntamente com Othelo Rosa, formam a partir de 1949 o grupo de autores dirigentes do IHGRS, fechando a relação dos sócios da CEF.

Enquanto nos anos cinqüenta a Comissão começa a ganhar corpo dentro do Museu Julio de Castilhos, redefinindo suas disposições regimentais e políticas de construção de acervo para o folclore,³³⁸ estes três últimos autores vincularam-se mais de perto a outra frente de atuação cultural, também voltada a recuperar a identidade territorial e profissional dos intelectuais locais através de uma retomada do diálogo com os pares do passado e do presente. Passados vinte anos do lançamento da *História Literária do Rio Grande do Sul*, de João Pinto da Silva, a revisão do passado literário será cumprida por esses autores da “casa” Globo, os quais lançam, em 1945, um dos mais bem sucedidos projetos de difusão cultural do estado: a *Revista Província de São Pedro*, publicada e dirigida por Moysés Vellinho até 1957.

Como a CEF, a *Província* nasce com a intenção expressa de transmutar o acervo disponível de elementos distintivos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, cujos contornos de particularidade interessassem a intelectuais de renome nacional e internacional. Seu objetivo era funcionar como canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país, revertendo as pechas de desintegração (“enclave de estrangeirismos”, “estado castelhano”, “regionalismo tradicional” “literatura passadista”) e integrando a produção local ao panorama literário brasileiro e por que não dizer, mundial. A

³³⁸ Dante de Laytano reavivou o setor Etnográfico no MJC, incluindo nas suas prioridades a criação de uma seção “etnográfica” açoriana no museu. Procedeu, na mesma época, ao estudo sistemático das condições dos povos indígenas do RS, publicado em uma série de artigos saídos na Revista do MJC. Laytano também estimulou a pesquisa científica no interior do museu, organizando excursões de campo com alunos da URGs, congressos de folclore e ampliando a freqüência de pesquisadores, não apenas através de recepções e conferências, mas pela reestruturação da biblioteca e catalogação dos documentos depositados no Arquivo Histórico, até 1957 situado nas suas dependências. Para maiores detalhes, ver Nedel (1999, capítulo V).

revista “Província de São Pedro”, segundo Velinho, foi concebida para ser um “centro de coleção, seleção, estímulo e irradiação das atividades culturais que se processam neste extremo sul”, sem “afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista”, mas “guardando-se dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo” e aliando-se às outras províncias interessadas em resistir “ao apagamento crescente das fisionomias locais”.³³⁹

Seu aparecimento deu-se a partir da convergência de interesses entre homens de letras e homens de negócios dentro de uma empresa editorial que seguia a dupla política de publicar, ao lado dos grandes clássicos da literatura universal (que acumulavam prestígio para a editora no mercado nacional), como Marcel Proust, James Joyce, Aldous Huxley, Virginia Wolf e outros da *Coleção Nobel*, os “talentos” regionais.³⁴⁰ A valorização desses autores constituía-se em um investimento menos imediato, comercialmente falando, do que as coleções mais vendáveis da Globo, como a *Coleção Amarela* (composta de novelas policiais), ou as enciclopédias e coleções didáticas. O lucro a ser auferido, neste caso, é simbólico e diz respeito à concepção missionária de cultura sustentada pelos protagonistas do meio cultural da época. A tese de Gustavo Sorá (1998) mostra que adesão da empresa ao discurso regionalista guarda uma relação estrutural com sua posição dentro do circuito nacional de atividades ligadas ao livro, bem como com as apreciações resultantes dessa posição, produzidas em meio às disputas entre editoras pelo prestígio *nacional*.

Enquanto a editora José Olympio foi considerada “exponente de ‘brasilidade’, apesar do progressivo avanço da edição de autores estrangeiros e seu catálogo”, a Livraria do Globo tornou-se, no centro do país, “uma referência em tradução e edição de literatura ‘estrangeira’, apesar das preocupações de seus editores com o problema do autor nacional”. (Sorá, 1998: 252-253) Para tentar reverter essa fama desfavorável (sobretudo em um contexto em que a expressão literária da nacionalidade firmara-se como parâmetro de prestígio cultural), e atendendo às expectativas de seus habitués, que há tanto pugnavam por criar uma

³³⁹ Velinho, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 5-7, jun. 1945, p. 6 e 7.

³⁴⁰ Estes, além de terem seus textos publicados nas duas “províncias” – ou seja, na revista e na coleção *Província* –, de quebra trabalhavam nas traduções de autores estrangeiros. Foi o caso, por exemplo, de Érico Veríssimo, de Dante de Laytano e de Mario Quintana.

demanda ao menos interna de bens culturais *genuinamente rio-grandenses*, a Globo, depois de criada a *PSP*, cria em 1947 sua própria brasileira. Trata-se da coleção “*Autores Brasileiros*”, paródia da “*Documentos Brasileiros*” da José Olympio, e como ela composta de ensaios críticos histórico-literários, na maioria de autores locais. No mesmo patamar encontrava-se a “*Coleção Província*” – separata da Revista anunciada como veículo de expressão da cultura local e como “instrumento de afirmação e de desenvolvimento das peculiaridades rio-grandenses dentro do espírito de unidade nacional”.³⁴¹

À parte o fato relevante de ter tido uma circulação até então inigualada pelas outras revistas literárias editadas em Porto Alegre – as edições da *Província* não passavam de três mil exemplares, mas isso era muito mais do que a média de uma publicação local³⁴² – a revista se constituiu – à diferença da *Revista do Globo*, que circulou entre 1929 e 1967 e era voltada ao público em geral – em um espaço de consagração intelectual diretamente voltado para o diálogo com a população cultivada do sul e de outras regiões do país. Fundada com o aval de Gilberto Freyre³⁴³, a publicação logrou firmar-se como empreendimento exclusivamente

³⁴¹ *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 9, junho de 1947, (anúncio contracapa.) A coleção que, não fosse o desdouro do título, teria feito jus ao título de *Provinciana*, incluía lançamentos e reedições sobre folclore, história e literatura do Rio Grande do Sul. Entre todos, figuram com destaque as “descobertas” da hora – o panteão de autores ligados ao Partenon Literário, além de Simões Lopes Neto e “Amaro Juvenal” (pseudônimo de Ramiro Barcelos), eleitos pela crítica “patronos” do *regionalismo* literário. Alguns dos principais volumes lançados na coleção foram, pela ordem: *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto; *Cancioneiro Gaúcho*, de Augusto Meyer (1951), *No Galpão*, de Darcy Azambuja (prêmio da ABL em 1925); *Casos do Romualdo*, de Simões Lopes Neto (trazidos a lume por Carlos Reverbel, secretário da *PSP*); *Amaro Juvenal*, de “Antônio Chimango” (até então publicado unicamente em 1915); *Cancioneiro Guasca*, de Simões Lopes Neto (outra descoberta recente); *Estudos rio-grandenses*, de Rubens de Barcellos, *Tropilha Crioula e Gado Xucro*, poesia de Vargas Neto; *Coxilhas*, de Darcy Azambuja; *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino César; *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX*, de Athon Damasceno Ferreira; *Paz nos Campos*, de Cyro Martins, entre outros.

³⁴² Segundo Baumgarten (2001: 15).

³⁴³ Em recompilação recente dos ensaios de Moysés Vellinho lançada pelo IEL em 2001, Carlos Alexandre Baumgarten comenta, à propósito da criação da *Província*, que segundo entrevistas deixadas pelo Editor-chefe, a idéia inicial teria partido não dele, mas de Gilberto Freyre. Durante a visita que fizera ao estado em 1940, este teria sugerido aos Bertaso a criação de um periódico duplamente amparado por Recife e Porto Alegre, visando divulgar através das manifestações regionais os valores “vitais” da cultura brasileira. Vale ressaltar que Gilberto Freyre, anos antes (entre os anos 28 e 30) tinha publicado uma revista de nome parecido, chamada *A Província*. A sede da publicação, que funcionou como órgão do movimento tradicionalista do Recife, acabou incendiada por ocasião da Revolução de 30. Merece registro também a existência, dentro do projeto editorial da *PSP*, de uma série “*Documentos da Vida Literária*”, composta de artigos biográficos e entrevistas com autores de Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e Pernambuco, no espaço voltado à difusão inter-regional de autores. Nos tópicos dedicados aos pernambucanos, encontram-se comentários críticos de Álvaro Lins, além de artigos e entrevistas de Gastão de Holanda e exames, por Wilson Chagas e Moysés Vellinho sobre a obra de Freyre. Ver: “Odilon

cultural, sem intenção de lucro, sem propaganda e sem vinculação institucional ou partidária. Desta forma ela cumpria a missão de demonstrar a existência, no Rio Grande do Sul, de uma pujança cultural tão evidente quanto maiores as dificuldades impostas pela concentração de títulos e autores no sudeste. A tática visava, mais que ao lucro financeiro, arrebanhar e retribuir aos escritores *da casa* um nível de projeção, senão nacional, inter-regional. Se é verdade que a cultura do estado não detinha a melhor imprensa, sua promoção não deixava de capitalizar prestígio para a editora e a elite de autores reunidos em torno dela, que ganhavam, em compensação, a “[...] admiração de autores do Norte e do Nordeste, que continuamente se lamentavam de não existir em Salvador, Recife ou Fortaleza uma editora do porte da Globo, e assim só conseguiram canalizar sua produção literária através de editoras do Sudeste do país ou até mesmo através de nós.” (Bertaso, 1993: 143).

A intenção de oferecer um painel o mais vasto possível do que se produzia no Rio Grande do Sul, juntamente com o próprio título da revista *Província de São Pedro*, são indícios do objetivo mais amplamente partilhado pelos protagonistas, de recompor a imagem de um lugar que se já tinha definidos os limites geográficos há 150 anos, precisava vigiar de perto as apreciações alheias sobre suas fronteiras simbólicas.³⁴⁴ Como salientou o antropólogo político Odaci

Nestor Conta a sua História”, n. 11, p. 162-165, jun. 1948; Hollanda, Gastão. “Entrevistando Mauro Mota”, n. 12, p. 121-126, dez. 1948; Jose Augusto. “A Região do Seridó”, n. 13, p. 68-75, jun. 1949; Chagas, Wilson. “Alguns Aspectos da Obra de Gilberto Freyre, n. 5, p. 141-145, jun. 1946; e Vellinho, Moysés. Editorial, n. 7, p. 5-6, dez. 1946 .

³⁴⁴ Uma ilustração da recorrência com que os autores gaúchos valem-se da chave explicativa da fronteira para vigiar as apreciações (por vezes negativas) de outros autores sobre as “propriedades de origem” (virilidade, corpulência, violência, rudeza, etc.) teoricamente herdadas pelos gaúchos, pode ser tomada da réplica de Érico Veríssimo às impressões de “uma autora nordestina”, que os considerava parecidos com os vizinhos castelhanos. “Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos coloniais até o fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. [...] Pense nas duras atividades da vida campeira - alçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair para faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno e você vai compreender por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências algo impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos num permanente estado de cavalaria. A verdade, porém, é que nenhum dos heróis autênticos do Rio Grande que conheci, jamais ‘proseou’, jamais se gabou de qualquer ato de bravura seu. Os meus coestaduanos que, depois da vitória da Revolução de 1930, se tocaram para o Rio, fantasiados, e amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco - esses não eram gaúchos legítimos, mas paródias de opereta. (Veríssimo, 1969: 3-4).

Coradini, a propósito da “definição de cultura” preconizada por esse projeto editorial, “[...] já não se trata de ‘gauchizar o Brasil’, visto que não está em questão uma relação direta entre esses ‘intelectuais’ e um ‘projeto político’. A linguagem e o público visado também são outros, constituindo-se nos próprios ‘intelectuais’ e na população escolarizada e politicamente interessada”. (Coradini, 2003: 136).

Sua orientação, expressamente voltada a recolocar as bases de relação dos intelectuais locais com as elites de outros pontos do país, confere um significado específico para o caráter abrangente da publicação, que se refere também ao modo como se concebiam as atividades intelectuais em um regime de profissionalização baseado no acúmulo de papéis e na sobreposição de limites entre ciência, arte e patrimônio. A revista, com efeito, não se limitava nem a textos sobre literatura e arte, nem a autores gaúchos. Ela divulgava, entre outras matérias, trabalhos e fontes históricas, de filologia, ensaios políticos – desde os relatórios de atividades culturais do estado e registros de pareceres fornecidos pelo IHGRS, até as colunas de críticos nacionais de grande prestígio, como Paulo Ronai, Sergio Milliet e Otto Maria Carpeaux. No espaço entre as colunas, figuram lado a lado trechos de Balzac, Sheakespeare, Sthendal, Sartre e documentos antigos, como excertos de almanaques, artigos de Von Kosertiz, a produção de jovens *tradicionalistas* – como Hugo Ramirez e Barbosa Lessa –, de folcloristas vinculados à literatura e à história – como Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas, Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Walter Spalding – e dos estudos de folclore de autores de outros estados – como Renato Almeida, Cecília Meirelles, Manuel Diégues Jr, Câmara Cascudo, Arthur Ramos e Édison Carneiro.

Apesar da mistura de gêneros e estilos contidos em cada volume, a unidade interna era preservada pela intenção explícita de lidar com as condições adversas de extensão da produção letrada rio-grandense para o resto do Brasil, considerando a assimetria existente entre os modelos de representação regional da nação, coexistentes do país. A intenção era pôr o Rio Grande do Sul novamente à frente de uma missão saneadora, desta vez reelaborada em termos “culturais”, e baseada na “difusão dos centros de elaboração mental” do Brasil. Tratava-se, nas palavras dos editores, de fazer do “provincianismo cultural” não um destino

imposto aos estados pela centralização da política ou pela imensidão da geografia, mas um programa estrategicamente articulado com as demais regiões. Em outras palavras, os editores consideravam que

Quanto mais difundidos forem os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados a terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesma. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais [...]³⁴⁵

Os objetivos traçados no primeiro editorial (e periodicamente renovados ao longo dos 21 números da revista) foram alcançados sob o elogio e a colaboração de muitos dos maiores nomes da intelectualidade brasileira. Por doze anos, a *Província de São Pedro* ajudou, talvez mais do que a projetar as obras dos escritores gaúchos, a consolidar entre os pares de outros estados a idéia de que o Rio Grande dispunha, a par de sua reconhecida tradição política, uma sólida tradição cultural.³⁴⁶ As seções de recortes e transcrições de jornais do Recife, de São Paulo e do Rio de Janeiro serviram justamente para confirmar essa idéia: a de que o Rio Grande do Sul, “de onde saiu o regionalismo mais acirrado que se tem notícia na literatura nacional” positivamente “[...] tem-se apresentado, nos últimos tempos, nada dogmático e muito menos regionalista”. (U.M., 1945: 172).³⁴⁷

³⁴⁵ Vellinho, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 5-7, jun. 1945, p. 6.

³⁴⁶ Esta “tradição” hoje costuma ser representada pela Feira do Livro, outra carta patente da Livraria do Globo, que, segundo José Otávio Bertaso (1993), organizou sua primeira edição em 1954, e que hoje costuma ser mencionada, em razão da proporção de visitantes, como uma das maiores feiras populares do livro na América Latina. A importância cultural e midiática adquirida pelo evento acabou, em razão do número de frequentadores e da cobertura da mídia (que anualmente transfere seus estúdios para a Praça da Alfândega), por trazer a questão das limitações do espaço em que é organizada.

³⁴⁷ (U. M. “O Regionalismo no Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 172-173, set. 1945, p. 172) A razão prática dessas notas é confirmada pela condescendência com que alguns dos mais conhecidos críticos nacionais avalizaram a publicação, tendo em mente o programa “provincianista” trazido a público por Moysés Vellinho. Um caso flagrante é o comentário de Antônio Cândido a respeito da importância da *Província de São Pedro*, publicado nas Notas de Crítica Literária do diário carioca *O Jornal*, em edição de 1946, e reproduzido ao rodapé da Revista: “A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, dirigida por esse crítico eminente e elegante que é Moysés Vellinho, tem a capacidade de manter, ao lado da veterana ‘Revista Brasileira’, agora a cargo da Academia Brasileira, a atmosfera de alto nível literário que nos tem faltado ultimamente. Os três números publicados se desincumbem airoso da tarefa; é um

4.7. A retomada do diálogo entre história e literatura

O investimento em reverter a imagem de um estado guerreiro e de uma produção cultural “narcisista” não se restringe à ampliação espacial e temática dos diálogos literários; ele inclui uma incursão no tempo. Ao lado do investimento sobre a *difusão cultural*, a tradição escrita passa a ser escrutinada por uma enxurrada de levantamentos e antologias de autores, destinados a entender as condições histórico-sociais da evolução literária sul-rio-grandense, e a oferecer um diagnóstico preciso de sua posição no conjunto das letras nacionais.³⁴⁸ “Como se o essencial não pudesse ser dito senão por uma volta ao passado”, para usar a feliz imagem formulada por Alban Bensa (2001:2), a disposição em remontar e expandir o curso das atividades “do espírito” no Rio Grande levou os críticos a uma verdadeira arqueologia dos precursores, cujos resultados foram publicados não só nas páginas da *Província de São Pedro*, mas também em separata, nos livros da coleção suplementar à Revista. A coleção *Província* seguia uma linha similar ao periódico que os propagandeava e discutia. Tomando-se como exemplo a *História da Literatura do Rio Grande do Sul* oferecida por Guilhermino César – um dos autores responsáveis pela vitrine da movimentação dos estados na revista (a coluna “Livros e Idéias”) – nota-se a adoção de um critério elástico de inclusão na rubrica “literatura rio-grandense”, inversamente proporcional às dimensões da “realidade literária” que pretendia examinar.

A investigação mais sistemática e documentada que se tinha feito do passado literário até ali abrangia um conteúdo de fato bem mais largo do que a

verdadeiro prazer recebermos, trimestralmente, os seus cadernos bem feitos e bem organizados, abrangendo grande variedade de assuntos e interesses. Fica-nos a impressão de que o Rio Grande tem um belo ambiente intelectual, harmoniosamente articulado com os problemas da cultura brasileira. Talvez um certo regionalismo aparente demais, que pode parecer bairrista. A quem, como eu, deseja sobretudo conhecer as expressões locais da inteligência brasileira, para lhes avaliar o sentido e as possibilidades, este carinho pelos temas e problemas gaúchos parece não apenas excelente, como também fecundo. Sem consciência literária regional, não há consciência literária nacional. (De um rodapé de Antônio Candido, no *O Jornal – Rio*). In: Candido, Antônio. Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 117, jun. 1946.

³⁴⁸ Entre os títulos lançados por essa época, alguns se tornariam clássicos, a saber: as coletâneas *Prosa dos Pagos*, de Augusto Meyer aparecida em 1943, revista e ampliada em 1957 e de novo em 1960 (com textos produzidos entre 1943 e 1959), *Letras da Província*, de Moysés Vellinho (de 1944) e, com maior vigor, o alentado *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino César (1956). Outros, como o volume *Figuras e Ciclos da História Rio-grandense* (1959), dedicado por Carlos Dante de Moraes aos críticos-editores Moysés Vellinho e Guilhermino César, apesar de inicialmente lançados na prestigiosa *Coleção Província*, acabariam na obscuridade.

literatura convencional, incluindo desde os populários de Apolinário Porto Alegre, os “bosquejos etnológicos” de Von Koseritz até peças retóricas de Gaspar Silveira Martins, além de outros textos de poucos recursos estéticos e intenções políticas explícitas, de letrados remanescentes do antigo Partenon Literário, anteriores e posteriores a ele. Embora tamanha profusão de textos não escapasse ao constrangimento da crítica diante da irreverência do autor para com o “pobre conteúdo artístico”, ou a existência “pouco opulenta”³⁴⁹ de uma literatura digna desse nome em uma formação recente como a do Rio Grande, as “descobertas” ali contidas pretendiam demonstrar que, apesar desse e dos demais pesares, o sul sempre tinha marcado presença nos ciclos literários brasileiros, acompanhando-os com maior ou menor pontualidade, segundo os limites impostos pelas circunstâncias a seu potencial criador.³⁵⁰

Além desta, outras antologias da época, como a de Carlos Dante de Moraes³⁵¹, juntamente com uma série de artigos críticos divulgados na *Provincia*, evidenciam que a revisão do passado literário em um momento chave de redefinição das tarefas e dos compromissos intelectuais incluía, na retomada do diálogo entre os pares e os pais fundadores do *regionalismo*, a revisão das relações entre a literatura e a História. De modo significativo, o modelo de *história literária* proposto almejava oferecer, em lugar da explicitação técnica de procedimentos criativos identificados nos escritos fundadores do cânone, sua posição dentro de uma evolução social mais ampla. A regra era submeter os padrões estilísticos a uma **explicação**, dada à luz do encaixe da “literatura” na condição geopolítica fronteiriça do Rio Grande.³⁵²

³⁴⁹ Cf. Vellinho, Moysés. O Balanço Crítico da Literatura Rio-Grandense. *Provincia de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 221-225, dez. 1957, p.222

³⁵⁰ “Não deslembrei que, estudando os gaúchos, estudava autores da literatura brasileira e, pois, privei-me de compará-los mais estiradamente com estrangeiros. Procurei sempre rastrear, nos de cá, a influência de seus patrícios do Centro e do Norte, a ver se aproximavam ou se afastavam do conjunto nacional. O exame mais miudamente crítico veio convencer-me de que a literatura rio-grandense, ao contrário do que se pensa, jamais deixou de participar de todas as correntes válidas da literatura nacional. [...] Onde, pois, a influência platina descaracterizadora, alegada impensadamente, por comodidade, preguiça ou ignorância – sobre o conjunto do regionalismo gaúcho? [...] Cheguei à conclusão de que a literatura gaúcha é um dos elos mais fortes de nossa unidade literária. Eis o que neste livro mais me satisfaz”. (César, 1956: 21).

³⁵¹ Moraes, Carlos Dante de. *Figuras e Ciclos da História Rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1959. (Coleção Provincia).

³⁵² “Jamais olvidei a boa lição de Benedetto Croce: ‘não se pode fazer história literária apenas como decorrência da ‘erudição e do bom gosto’, porque a compreensão e representação históricas lhe são indispensáveis. Eis por que, embora saiba que o fenômeno artístico tem objeto próprio, planando, por conseguinte, acima das contingências sociais que influem a conduta do homem, não

É de se notar, em tempo, que os autores responsáveis por essa arqueologia vinham participando, desde antes, de um debate acirrado acerca dos parâmetros delimitadores de uma estética gauchesca propriamente sul-rio-grandense. O debate literário foi desenvolvido paralelamente ao patrulhamento historiográfico sobre autores como Alfredo Varela, Pe.Teschauer e Manoelito de Ornellas, que não desvincularam as análises sobre a formação do estado do domínio espanhol sobre a América. (Gutfreindt, 1989). De modo complementar à correspondente historiográfica, a patrulha literária encontrava-se a tal ponto especializada na crítica ao acento *passadista* sobre o veio *regionalista* que, em determinados momentos, o termo chegou a compreender não um modelo específico de *regionalismo* tido como “inautêntico” por “inadequação do estilo ao assunto” – tal como acusado por Vellinho em Alcides Maya³⁵³ –, mas o próprio cânone. Como assinala Marlene Medaglia Almeida, foi o que aconteceu nos anos trinta, quando o confronto entre os ‘modelos’ de Alcides Maya e Simões Lopes Neto, levantado por ocasião da reedição deste último sob a influência renovadora da Semana de Arte Moderna,

[...] ficou em segundo plano com a rejeição generalizada do regionalismo gaúcho, ou, pelo menos, da configuração que assumira até então. Postulava-se, nesse momento, a revitalização temática da literatura e sua adequação à nova realidade estadual e nacional, remetendo-se, em especial, à evolução urbana e à industrialização [...] colocada como um fator importante para impulsionar a inserção definitiva do Rio Grande do Sul no processo de modernização e de construção acelerada da Nação brasileira, concretizado institucionalmente através do aprofundamento das alternativas autoritárias. Nesse processo, em que a centralização política e a administrativa constituíam a preocupação dominante, qualquer forma de regionalismo, mesmo dialetal ou simbólico, era vista como perigosa e passível de repressão.³⁵⁴

Na década de cinquenta a centralização já tinha passado de solução à vilã,

trepidei em empregar o método histórico literário [...] E para que isso, se o meu objetivo era a vida literária dessa comunidade? Porque não me seduzia ficar exclusivamente na apreciação de valores estéticos frios, senão verificar também a origem, a possível motivação psicológica, assim como a resultante cultural de tais manifestações. Nem o esteticismo puro se deve aplicar, no Brasil, como tábua de valores exclusiva, num país onde tudo o que fazemos diz da profunda servidão a que nos obrigam o isolamento geográfico, a sociedade imatura, a vida mental esgarçada, sem grande tradição que a ampare.” (César, 1956: 16).

³⁵³ Ver Vellinho, Moysés. “Pessimismo e Realidade”. In: Chaves (1979: 111-112).

³⁵⁴ Almeida, Marlene Medaglia. “O regionalismo literário na concepção de Alcides Maya”. Artigo extraído de Almeida, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo – Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994. Disponível na internet <<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiomaia.htm>>. Consulta em 08 junho 2003.

de modo que o *regionalismo* podia – e devia – ser reabilitado.³⁵⁵ A modificação da posição das elites gaúchas no cenário nacional, bem como das próprias condições sociais de mediação cultural no estado e no país, trazia a necessidade de os intelectuais locais redefinirem o *regionalismo* para voltar a defendê-lo em suas múltiplas versões. Ainda que as propostas elaboradas não excluíssem o engajamento político em seu sentido mais amplo, o certo é que, como observou Odaci Coradini,

[...] cada vez mais se fortalecem outras definições do regionalismo, menos preocupadas com a mobilização política e com a mitologia heróica, e mais centradas na necessidade de incorporar o conjunto de categorias ou grupos étnicos regionais na suposta especificidade das elites políticas e culturais locais, em oposição a outras situações brasileiras ou temas, como os percalços do governo Vargas ou as razões da impossibilidade da democracia. (Coradini, 2003: 135)³⁵⁶

A essa altura, parecia já fora de dúvida que a quantidade de espaços

³⁵⁵ Isso contribui tanto para estender a “carreira póstuma” de Simões Lopes Neto, quanto para a consagração do *regionalismo social*. Aproveitando a lenta, mas boa recepção da edição de 1926 entre críticos do centro e do norte do país (Lucia Miguel Pereira, Herman Lima), e a posição estratégica de Augusto Meyer à frente do Instituto Nacional do Livro, os críticos estudiosos do folclore irão reeditá-lo, valorizando naquele autor, além do “claro acento popular” (2002 [1960]: 140), o valor documental da obra para a compreensão de características locais sobre o linguajar, costumes, indumentária, etc. O mesmo processo colabora também a consagração do modelo “do gaúcho exotado” dentro do cânone “neo-realista”. Para Moysés Vellinho, enquanto a “autenticidade” de Lopes era confirmada pela expressão do gaúcho “não apenas sob o aspecto pitoresco, mas nas suas exatas proporções humanas”, o grande mérito de Cyro Martins teria sido o de saber explorar de modo “realista” a ameaça de extinção do personagem sem “[...] lamentar o extravio de uma raça ou de um complexo cultural que se tivesse perdido de si mesmo por lhe escassearem em torno as condições históricas e políticas supostamente necessárias à preservação de seus caracteres.” (Vellinho, Moysés. “Paz nos Campos...” *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 147-150, jun. 1945, p. 147-148). Ver ainda, Meyer, 2002: 139-174 e Chaves, 1979: IX-ZLIII e 85-114).

³⁵⁶ Não por acaso, justo os escritores em quem a crítica depositava as maiores esperanças de renovação estética do *regionalismo*, como Cyro Martins (e Dyonélio Machado, apoiado pela crítica nacional), evitaram vincular sua arte a essa designação já gasta e desacreditada, preferindo renomear sua produção literária de *localismo*, gênero definido por oposição à “realidade eufórica” do regionalismo “heróico”, e “romanesco” das décadas anteriores: “[...] localismo e regionalismo se excluem. No plano da criação literária e artística em geral, um não poderá nunca incidir na mesma faixa de trabalho do outro. O regionalismo retrata uma ‘realidade’ eufórica. O localismo, quem sabe se até mais pretensioso literariamente, procura construir a sua ficção na base da realidade, sem adjetivos. No Rio Grande do Sul passou a era da literatura regionalista. E não é sem amargura que ponho em evidência esta constatação, a qual implica reconhecer e aceitar, na esfera social, uma ordem de fenômenos por enquanto nada confortadora”. (Martins, 1944, p. 14 et seq). Disponível na internet: <http://www.celpcyro.org.br/coluna_int.asp?codigo=24> Acesso em 21 de novembro de 2002. Ver, ainda a propósito do deslocamento semântico do *regionalismo*, a mesma tese defendida no ensaio de Dyonélio Machado. “Os Fundamentos Econômicos do Regionalismo.” *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 128-130, set. 1945. Para uma leitura dessas redefinições pela crítica literária atual, ver Baumgarten, Alexandre. “O Regionalismo Literário e a Província de São Pedro”. Disponível na internet: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiosaopedro.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2003.

irredutivelmente particulares abrangidos pelo território constituía-se no esteio de uma unidade nacional superior à soma dessas particularidades. O Brasil, sendo indivisível, prescindia de ser unívoco. Dentro do horizonte fixado pelo lamarckianismo geográfico de *Continente e Ilha* e pelos aportes estéticos do modernismo, uma espécie de *panregionalismo* adensava o consenso de que a solidez identitária do país só poderia firmar-se através do desenvolvimento cultural “autônomo” das várias partes dele integrantes. Usando as palavras de Moysés Vellinho, dava-se por assentado “que os assomos de padronização cultural” só poderiam concorrer “para a consumação da mais ingrata das obras: – a descaracterização do país na sua **unidade múltipla** como conseqüência do gradual apagamento das fisionomias locais e da lenta destruição dos valores da província”.³⁵⁷

O problema que se colocava, portanto, não era tanto o da permanência da temática regional em si, mas o das formas de trabalhá-la – ou, mais precisamente, os critérios de autenticidade mobilizados neste trabalho. Tanto em face das mudanças havidas em nível nacional, quanto, internamente, da presença perturbadora do *tradicionalismo*, o foco da condenação passa a ser o *artificialismo* desfigurador e homogeneizante dos retratos literários do gaúcho heróico, que, sem contemplar o padrão de uma *unidade múltipla*, tal como proclamada por Freyre, no *Manifesto Regionalista* de 1926, e seus heterodoxos discípulos gaúchos, teriam diminuído o grau de representatividade simbólica (autenticidade) da gauchesca sulina frente a outras produções regionais. Esta, “à força de repetir-se, [...] sem alcançar outras dimensões que não as da superfície, vinha perdendo substância psicológica e horizonte social”. (Vellinho, 2001: 167).

Mergulhar no passado buscando um gaúcho “visto de baixo” parece então a uma parcela dos autores um meio eficaz de recuperar a tanto a dignidade intelectual dos encarregados de reerguer a produção cultural do Rio Grande, quanto a integridade do personagem-chave de suas criações, que trata de ser equiparado a outros representantes *folk* brasileiros. Cyro Martins, um dos mais conhecidos emissários dessa tendência, enfrentou a questão no ensaio “Visão Crítica do Regionalismo”:

³⁵⁷ Vellinho, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 5-7, jun. 1945, p. 7. Grifo meu.

Quando descrevemos a degradação do nosso camponês marginalizado, já não estamos fazendo mais literatura regionalista, no estilo dos velhos tempos, porque a essência deste gênero, conforme acentuei, consiste no toque de sobranceira romanesca. Estamos fazendo literatura localista. O regionalismo pretendia ser aceito sem nenhum prejuízo do exotismo que lhe dava cor e forma. O localismo apara os excessos particularistas e aspira à integração na literatura nacional, através da corrente de comunicabilidade de que participam os homens comuns. O localismo não experimenta nenhuma repugnância pelo feio e o vulgar, anseia por aproximar as diferentes províncias do país, sendo, portanto, fator de unidade nacional.³⁵⁸ (Martins, 1944)

Para este autor, a atitude a ser assumida em prol dessa renovação já se oferecia há tempos pelo exemplo nordestino, e mais especificamente por Gilberto Freyre, que no prefácio à *Região e Tradição*, publicado em 1940, deixara tanto uma lição respeitante à arte literária, quanto uma “norma de investigação” extensiva ao conjunto das expressões escritas da *região*:

Apoiemo-nos mais uma vez no autor de *Casa Grande & Senzala*: ‘Simplicidade de expressão, simpatia humana pelos assuntos cotidianos e pelo mais próximo de todos nós - o nosso passado íntimo’. Isto significa que devíamos substituir a romântica perspectiva do conjunto da história, do lendário, dos costumes e da paisagem, pelo enfoque realista, no sentido do aproveitamento crítico, com finalidade criadora, das próprias vivências e da dramática social. E para que não houvesse uma discordância entre o método e a técnica, precisávamos começar pela ampliação do material a explorar. Até bem pouco o nosso regionalismo estava limitado à campanha. E nesta, à estância. E nesta, no galpão.³⁵⁹

O ensaio de Cyro Martins ilustra uma tendência expressa também por outros autores. Neste ponto, o propalado compromisso dos escritores com as questões de seu tempo parece ter derivado em um duplo movimento de conversão dentro das elites culturais do estado. Críticos tornam-se historiadores³⁶⁰, enquanto o folclore se desloca da periferia para o centro dos debates históricos e literários, entabulando-se entre essas matérias uma conversa mediada pelo recorte “social”

³⁵⁸ Martins, Cyro. Introdução. In: *Sem rumo* (romance). Porto Alegre, Movimento, 1997. 6ª ed., p. 14 e segs. (1ª ed., 1937). Ensaio originalmente publicado em 1944. Disponível em: <http://www.celpeviro.org.br/coluna_int.asp?codigo=24>.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Este movimento é institucionalmente confirmado pela entrada, no mesmo ano de 1949, de Guilhermino César e Moysés Vellinho nos quadros da CEF, e principalmente do IHGRS. Ali os dois últimos escritores assumirão cargos de direção com intensa participação no processo mais amplo de revisão historiográfica – não apenas literária – que se estabelece naquele momento. Enquanto Guilhermino ocupa o cargo de Presidente, Moysés Vellinho assume (em 1950) a segunda vice-presidência até 1956, ano da morte de Othelo Rosa. É reeleito vice em 1964, após publicar o ensaio histórico *Capitania d’El Rey*, permanecendo no cargo de vice-presidente até seu falecimento em 1980.

das manifestações culturais da *região*. Não parece descabida, nesse contexto, a observação feita por Guilhermino César, em 1956, de que “estudar a literatura rio-grandense é, de certo modo, abrir um livro de sociologia”. (César, 1956: 30). O próprio Moysés Vellinho retomou essa observação do amigo para anotar na resenha crítica a ele dedicada que “[...] sua *História da Literatura do Rio Grande do Sul* é mais que a simples imagem do nosso processo literário: é um corte em profundidade do Rio Grande na sua estratificação sociológica, onde se mostram os elementos de sua formação [...]”. (Vellinho, 1957: 224).

A circularidade percebida pelas elites culturais entre sua produção e o que imaginavam acabar tendo, cedo ou tarde, curso pela boca do “povo” dita o terreno prático de aplicação da pesquisa social em um nível intermediário entre a ciência, a arte e o patrimônio. Domínio devassável por excelência, o Folclore serve para renovar as finalidades ecumênicas do *regionalismo* erudito:

[...] o folclore ajuda a um corpo de assuntos, à ciência que o estuda e à arte que aplica este material, assim como as conclusões científicas que se depreendem delas para fins práticos [...]. Neste sentido, ele é capaz de reunir em torno de si as produções tanto da elite como dos grupos subalternos, dotando-se de [...] um sentido democrático em oposição à cultura que tem no geral conteúdo aristocrático. Ao estudarmos a história da cultura tradicional de um povo, porque a cultura aqui então deixa de ser aristocratizante e se confunde com a da massa, apreciamos uma cultura democrática que depende do povo inteiro e não do rico nem do pobre, nem de nenhum grupo especial.

³⁶¹

A opinião, que passa a ser hegemônica depois da queda do Estado Novo, foi compartilhada tanto por antigos defensores do *regionalismo* (leia-se, de Alcides Maya) na crítica literária – casos de Dante de Laytano, Darcy Azambuja e Manoelito de Ornellas – quanto por outros autores engajados no projeto revolucionário de 1930, que naquele tempo recomendaram seu abandono. É o caso “de um intelectual cosmopolita como Meyer, já provado na matéria nacional (Machado de Assis), [...] que reflui ao pago para meditar sobre autores ou obras tidos como secundários, senão menores mesmo”.³⁶² Desde o primeiro lançamento

³⁶¹ LAYTANO, Dante de. “Corridas de Boi no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 ago. 1950, p. 7.

³⁶² Fischer, Luís Augusto. “Augusto Meyer, um ensaísta da Comarca do Pampa.” Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, como parte do ciclo de Conferências comemorativo ao centenário de nascimento do acadêmico, 2002. Disponível na internet: <<http://academia.insite.com.br/2002/pales40.htm>>. Consultado em agosto de 2004.

de *Prosa dos Pagos*, em 1943, mas sobretudo a partir da década seguinte, com os estudos *Guia do Folclore Gaúcho* e *Cancioneiro Gaúcho*, respectivamente lançados em 1951 e 1952, Meyer acumula às consabidas qualidades de crítico e poeta, a autoridade do pesquisador social, preterindo a poesia em prol de novas intenções que exploram a o potencial documental da atividade literária, em especial da literatura regionalista.

Assim, em 1956, ao ser perguntado pela *Revista do Globo* sobre a conveniência ou não em prosseguir explorando o veio regional, o autor refaz o veredicto sustentado vinte anos antes: sim e não. Sim para a abordagem local, não para a fixação gauchesca. O compromisso do escritor universal com sua aldeia exigiria, segundo o autor, não o abandono do *regionalismo*, mas a adoção de uma perspectiva pluralista na definição desse termo.

Há necessidade urgente de ampliar a visão do nosso regionalismo, acabando de vez com a rotina do gauchismo convencional, isto é, do gauchismo transformado num clichê que se repete tentando integrar tantos aspectos importantes de nossa formação riquíssima, em expressões de aculturação. Partindo da zona praiana para o interior percorremos uma variedade inegável de aspectos, e não serão menos gaúchos os pobres pescadores da faixa arenosa do Rio Grande, para dar um exemplo expressivo. Por inacreditável que pareça ainda não temos o romance da serra e da zona colonial e apesar de uma riqueza tão grande de sugestões, continuamos a repetir o decalque inexpressivo das gauchadas típicas. (Meyer, 1956: 22)

O colóquio entabulado entre História e literatura conduz os autores a adotarem o “ângulo sociológico dos fatos de cultura”, para usar a expressão de Guilhermino César (1994 [1978]: 138). Entre os historiadores, mesmo aqueles mais afeitos à história política baseada na genealogia das elites, como Othelo Rosa, por exemplo, reclamam a atualização das apreciações do *caráter regional* a partir de um viés entendido como “sociológico”, que lança mão dos métodos da História e de conceitos de outras “ciências” emergentes. Nas rodas literárias isso é também visível, expressando-se na obra de Athos Damasceno Ferreira, que chegou a ser qualificado pelo amigo e colega Guilhermino César, como “um dos mais agudos pesquisadores de campo, no terreno da sociologia prática, em nosso País”. (César, 1994 [1978]: 139).

É por conta da busca coletiva por cumprir uma exigência de renovação das

diferentes expressões da *região*, que o interesse sobre aspectos *folclóricos*, isto é, “populares” e “próprios” dessa formação, consegue reunir sob a legenda da CEF até mesmo adversários antigos de Dante de Laytano, dos mais íntimos (caso de Guilhermino César) aos mais conhecidos, como os colegas de IHGRS, que Gutfreind qualificou de historiadores *lusitanistas* – Othelo Rosa e Moysés Vellinho. Apesar de a participação efetiva desses integrantes nas atividades da CEF não ultrapassar uma colaboração “realista” (segundo o eufemismo preferido pelo Secretário), e praticamente restrita à recepção de convidados para os eventos sediados em Porto Alegre, é certo que para o conjunto de escritores o Folclore integrava uma programática de divulgação legitimada nacionalmente, voltada à investigação sistemática das variáveis de cada uma das *regiões brasileiras* em suas respectivas composições “sociológicas”.³⁶³

Renovada pelos costumes, pela tradição oral e pelos fatos do cotidiano, a pedagogia de “defesa da cultura luso-brasileira” – tarefa sempre mencionada pelos historiadores ao se referirem à função social de suas atividades – desvia o eixo de análise da construção do Estado e das elites políticas para as culturas “regionais populares”, tidas como fontes de vitalidade da cultura brasileira. No cruzamento com a “sociologia” literária de Gilberto Freyre³⁶⁴, a disciplina histórica, que até então detinha o discurso legítimo sobre a formação social do estado, toma emprestado de outras áreas, em especial a sociologia e a antropologia, uma série de objetos esquecidos e prenes de possibilidades, como a arquitetura, a culinária, o artesanato, a indumentária e demais temas *folk* habitualmente limitados às

³⁶³ Vale repetir a especificidade do significado tomado por essa palavra no léxico dos atores. O “sociológico” aqui é definido em moldes muito mais genéricos do que os que norteavam a apreensão da “sociologia” entre os intelectuais do centro do país. Lá, o termo que, como critério de classificação de saberes, era até os anos cinquenta bem pouco restritivo, servia, a partir de então, para referir a delimitação de um terreno cada vez mais estreito. No Rio Grande, pelo contrário, esse domínio ainda mantinha sua antiga proximidade com a literatura, abrindo para os autores rio-grandenses uma opção de *vanguarda* mais familiar do que outras definições da matéria oferecidas naquele momento – isto é, sem a mediação da tradição polígrafa sustentada na antropologia de Gilberto Freyre, fossem de viés marxista ou diretamente vinculadas ao culturalismo americano. Daí ser também estratégica a qualificação de sua obra dentro da chamada “história social”.

³⁶⁴ Em um artigo que, com o significativo título de “A sociologia não existe como ciência”, em que celebrou o 31º aniversário de lançamento de *Casa Grande e Senzala*, Theomar Jones retoma uma das tantas defesas de Freyre ao teor poético da escrita e à abundância de fontes que caracterizam seu estilo, transcrevendo o esclarecimento de que “o ensaio da sociologia, de antropologia, de história social, tem a sua própria linguagem; não está obrigado a limitar-se à noção de terminologia exata de outras ciências, despreocupadas dos valores humanos”. Ver Jones, Theomar, “A Sociologia não Existe como Ciência”. *Jornal do Comércio*, Guanabara, 24 maio 1964, sp. BAM TEMÁTICO PASTA 11 BIOGRAFIAS\GILBERTO FREYRE. F 0319.

páginas dos almanaques ou presentes na ficção regionalista. O passado é assim atualizado pela História, ao passo que a autenticidade do *local* passa a ser caucionada materialmente pelos “fatos de cultura”.

Mesmo aparecendo de forma discreta na Revista do IHGRS³⁶⁵, pode-se presumir que essa intenção mais geral de revisar o *regionalismo* tenha aberto caminho para alguns pensadores do Rio Grande reconhecerem no folclore um status e uma dimensão novos. Daí a disseminação do assunto em publicações de diferentes perfis, que alcançam distribuição e periodicidade muito superiores às dos irregulares, embora duradouros, boletins estaduais financiados pela CNFL. Na verdade, os veículos de difusão da “causa” folclórica no estado foram vários. Eles compreenderam, além do Museu Julio de Castilhos (canal aberto graças à subida do Secretário na diretoria do Museu e Arquivo do Estado, em 1952), diferentes instituições, empresas e indivíduos que circulavam por uma diversidade grande de lugares de divulgação impressa, incluindo-se aí jornais (*Diário de Notícias*, *o Dia e Correio do Povo*), boletins informativos e revistas. É o caso do mais importante periódico literário de então, a *Província de São Pedro*, cuja autoridade e reconhecimento foram amplificados pelo prestígio dos editores – tendo sido dirigida por um nome que, segundo Manuel Bandeira, completava juntamente com Mário Quintana e Érico Veríssimo a trindade gaúcha que faltava à Academia de Letras.³⁶⁶ No período em que circulou a revista, ensaios culturalistas e notas “de campo” sobre esse e outros estados brasileiros aparecem ali, como em outros meios da capital, disputando espaço com documentos de arquivo e biografias políticas, além de estudos monográficos de economia regional, listas de toponímias e povoamento.

Atuando simultaneamente nos domínios da *política* e da *ciência*, os

³⁶⁵ Ver Anexos, quadro 5: “Produção de autores vinculados à CEF, por revista e ano de publicação (1945-1965)”.

³⁶⁶ O testemunho desse juízo é dado por Dante de Laytano, em relato sobre o encontro com Manuel Bandeira na filial da Globo no Rio de Janeiro, esta um ponto de passagem obrigatória nas viagens do autor à capital da república: “Não havia vez que fosse que eu, chegado ao Rio de Janeiro, não me tocasse em seguida ou o mais rápido possível, para a Globo. Abraçar o Maurício [Rosemblat]. Ver um monte de gente. Celebidades ou não, gaúchos famosos ou sem nome algum. [...] Encontro o recifense Manoel Bandeira [...] Viu-me. Cumprimentou-me logo [...] – Vocês, no Rio Grande, têm três nomes que um dia devem entrar para a Academia. Um de cada vez, murmurou. E os olhos brilharam. – Quais? – Érico Veríssimo, Mário Quintana e Moysés Vellinho. Eis aí. O romance, a poesia e o ensaio, no meu amado Rio Grande, na opinião de grande homem. E na opinião de outro que não é grande, que sou eu.” (Laytano, 1986: 41).

autores que defendem a ressemantização do *gaúcho* em prol da ampliação dos grupos e culturas contemplados pela palavra animam um sistema de produção intelectual ancorado na crença das propriedades “originais” do território brasileiro e, em especial, rio-grandense. Sob a presunção de uma função essencialmente patrimonial para o conhecimento produzido pelas “humanidades”, as autoridades intelectuais do estado vêem-se compelidas pela concorrência com pares de outras partes do país a distinguir, no tratamento da História, da literatura e do Folclore, a mobilização em prol da reabilitação da cultura local desencadeada no pós-1945, da mobilização política que caracterizara as “missões culturais” da década de trinta. (Coradini, 1993). O viés integracionista dos investimentos editoriais, das escolhas temáticas e das opções analíticas sustentadas pelos autores colocam a revisão do *regionalismo* no centro desta operação, e na base de novos interesses, constituídos como desdobramento da posição inversa dessas elites nas hierarquias local e nacional de prestígio intelectual.

O encerramento deste trabalho pretende apontar como tal estratégia designa um sentido missionário específico para o interesse de parte dessas elites sobre o universo “popular” – domínio com o qual os *tradicionalistas* se identificaram de uma forma muito imediata. A comparação entre os problemas que dividem historiadores e críticos da CEF às diretrizes que orientaram a aproximação dos ideólogos tradicionalistas com o meio intelectual (enquanto todos assistiam à “popularização” do “gauchismo”), pretende abordar também mais a fundo o projeto de memória defendido pelos novos concorrentes dos intelectuais mais velhos. Este eixo de análise será articulado, no último capítulo, ao exame das cisões internas colocadas para os eruditos da CEF e os *tradicionalistas*, quanto às formas de recuperação do espaço local – categoria em torno da qual esses grupos organizam suas relações com a sociedade, com o passado e com o território onde este passado e essa sociedade se inscrevem.

Entre a “beleza do morto” e os “excessos” dos vivos: Folclorismo e Tradicionalismo

“Tivemos bem mais apoio do que aquele que o tradicionalismo obtém hoje. Quando, em 1952, o Paixão Côrtes e eu apresentamos, na Farsul, de terno e gravata, o pouco resultado que havíamos conseguido com as nossas gravações de músicas de danças gaúchas, o Érico Veríssimo estava na mesa. Em 1954, no primeiro congresso [tradicionalista], tínhamos expressões que talvez fossem consideradas regionalistas e não intelectuais rio-grandenses, como Manoelito de Ornellas, Walter Spalding, Dante de Laytano. De Bagé veio o Félix Contreiras Rodrigues, do Alegrete veio o Ruy Ramos... A intelectualidade estava lá e nós, como guris, estávamos tentando aprender e aprendemos muito com eles, não havia uma separação”.

(Luiz Carlos Barbosa Lessa, Entrevista ao *Jornal da Universidade*, UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1999)

“Folclorismo” e “Tradicionalismo”: os enunciados recobertos por essas duas categorias nativas indicam a presença de diferentes vias pelas quais a antiga associação entre os saberes locais e o proselitismo identitário foi renovada no contexto sul-rio-grandense do pós-guerra. A atenção ao caráter dinâmico (e muitas vezes contraditório) das relações entre os dois movimentos que essas noções designam – bem como aos empréstimos, concessões e recusas mútuas que o ato de nomeação encobre – permite esmiuçar valores e práticas que fundamentaram classificações comuns aos campos de produção literária, historiográfica e do debate cívico naquele momento. Neste sentido, um mapeamento mais fino das instâncias em que se exercia o tipo específico de poder (simbólico) ligado à produção de lugares comuns que performam uma identidade *particular* aos habitantes do estado interessa não só para a compreender as diferentes releituras do passado procedidas em uma época de rápidas transformações sociais, mas também para ver como esse processo contribui para estabelecer as fronteiras que distinguirão discursos memoriais progressivamente desdobrados em arte, ciência e patrimônio, segundo princípios renovados naquela ocasião.

Embora estivessem todos sujeitos às pressões da época, os protagonistas

desse processo, detendo prerrogativas desiguais de autoridade e prestígio, mobilizaram critérios e recursos distintos para formatar a classificação *regional* e suas derivações semânticas (*gauchismo*, *regionalismo*, *tradicionalismo*) a propósitos e visões de mundo particulares. Esclarecer as acepções tomadas por essas noções, sobretudo nos discursos que repetidas vezes tentaram distinguir uma mobilização da outra, exige considerar as interlocuções sustentadas pelos enunciadores, segundo as respectivas posições no cenário de produção cultural – tratando-se aí de investigar, em suma, a lógica pela qual os grupos se autodefiniam por vezes em termos complementares, por vezes conflitantes.

Na verdade, as atualizações dos modelos paradigmáticos de interpretação do *caráter regional* foram sendo produzidas, como sempre acontece, em um campo de possibilidades sujeito a avanços e recuos, conforme as condições próprias do momento e do espaço em que os atores circulavam. Sua elaboração supõe, portanto, tanto o cálculo quanto o imprevisto, tanto a busca estratégica por canais institucionais de viabilização, quanto as alianças táticas, firmadas na interação com outros agentes e projetos intelectuais em jogo e em conflito. Daí que, depois de falar das questões que unem eruditos de uma mesma geração em torno da ampliação do espectro de assuntos, métodos de composição e personagens contemplados pelas formas histórica e literária de expressão da *cultura regional*, tenta-se aproximar um pouco mais a lente sobre o universo empírico em questão. O objetivo é ressaltar, por trás das exteriores unidades demonstradas nas aparições públicas de cada sigla, as alianças e dissensões entre e intra os grupos envolvidos com a atualização, pelo recurso ao saber, da memória coletiva no Rio Grande do Sul.

Tal propósito justifica a investida microscópica deste capítulo, que em suas coordenadas descritivas tomará a Comissão (em especial o Presidente e os afiliados mais diretamente envolvidos no debate histórico) como uma espécie de ego. A razão desse artifício a um só tempo narrativo e metodológico é jamais perder de vista a dupla dimensão analítica do trabalho: primeira, a que leva em conta as condições sociais de uma produção *científica* em que pensamento e ação, *história*, *regionalismo* e *folclore* são inseparáveis; segunda, a da diversificação dos usos sociais dessa produção, com as conseqüências que acarreta sobre o futuro

do projeto historiográfico da CEF em particular, e sobre a disciplina histórica em geral.

Pela ordem, o aspecto inicial a ser considerado diz respeito mais uma vez à polissemia assumida pelo folclore, à medida que a categoria passa a desempenhar um papel central na compreensão que os produtores culturais fazem de si, de seu tempo, de sua sociedade e das alteridades que ela contém. Precisamente neste ponto, em que o assunto figura como o elo comum a duas gerações de mediadores, cabe indagar sobre os significados atrelados ao constructo do qual freqüentemente os folcloristas lançam mão para reivindicar a legitimidade de seus discursos: o *povo*. As diferentes formas assumidas pela analogia entre *povo* e *território* parece ser a chave discursiva que especifica as relações de força entre o folclore *científico* traduzido em uma “sociologia histórica” ou “história social” – e reivindicado por uma geração de **autores cosmopolitas** que, prestigiada no Rio Grande do Sul, quer ser respeitada pelo Brasil – e o folclore revivalista propagandeado na capital por jovens interioranos, ideólogos de uma legião de “praticantes anônimos”. Sem abrir mão das formas anteriores da erudição, estes propõem o imperativo inédito de uma presença sensível do passado na vida social. (Fabre, 2001: 31). Essa presença, por sua vez, é capaz de introduzir novos hábitos que acabam por instalar a própria celebração e seus heróis fundadores no pedestal da memória *regional*.

Para desgosto dos que desejavam fazer da *cultura popular sul-riograndense* um instrumento de valorização da “arte” ou da “ciência” brasileiras, a proliferação de CTGs e das mídias de divulgação do culto gauchesco no Rio Grande do Sul inicia um processo de fusão do folclore disperso na literatura e nos dicionários, com as invenções recentes do *tradicionalismo*. A confusão semântica entre “Tradição e Folclore” é coroada também na burocracia de Estado, onde a locução designa o “Instituto” oficialmente responsável pela matéria. Assim, uma nova configuração discursiva do *regionalismo* pode ser investigada no aparecimento do órgão que, sobrepondo-se à CEF e desafiando as regras do convênio assinado entre IBECC e o governo estadual, abrigará o “corpo técnico” de *tradicionalistas* na administração pública. Como era de esperar, estes oferecerão aos professores das escolas primárias, aos profissionais do turismo e

aos sócios de CTGs, cursos regulares não apenas de *folclore rio-grandense*, mas de “folclore e tradicionalismo”.

Dentro deste segundo tópico, os lóbis que precedem a nomeação do primeiro comandante do ITF, no conturbado intervalo de meses entre sua criação e o início das atividades, permitem desvendar as redes e interesses mobilizados nas gestões de dois grupos de pressão atuantes na Secretaria de Educação e Cultura. Ademais, as diretrizes implantadas por Carlos Galvão Krebs ao longo da primeira fase de funcionamento do ITF (1956-1965), mostram a maneira estrategicamente iconoclasta com que, na refundação do repertório escatológico *regional* pelos *tradicionalistas*, a pesquisa das “raízes culturais” do estado é submetida ao primado da experiência. Publicamente, essa subordinação é justificada como engenharia necessária à “assimilação” das populações descendentes de imigrantes e à superação do estado geral de anomia ou – para usar uma expressão da época – de “desagregação social” teoricamente acarretados pela urbanização em curso. Mas é por conta da desigualdade de *ethos* que, enquanto os folcloristas da geração de trinta passam a recriminar os “embustes”, o “mau gosto” e os “excessos” decorrentes da “popularização” do *gauchismo*, o tema da “sabedoria popular campeira” é associado pelos *experts tradicionalistas* à recusa da capital ao movimento e ao isolamento intelectual de suas lideranças.

Enquanto esse primeiro nível de análise prende-se mais de perto à questão das inovações e rupturas trazidas pela diversificação dos usos e agentes mediadores da memória, o segundo nível leva em conta o fato de que o *folclorismo* se constituiu, ao menos para uma parcela dos polígrafos da geração de trinta, em uma tentativa de fundar **uma outra base de legitimidade no campo de produção historiográfica**. Os representantes da disciplina, notadamente aqueles mais interessados no sucesso da CEF, acalentaram a esperança de que os *estudos regionais* – que já no tempo áureo das histórias monográficas dos IHGs, figuravam um degrau abaixo da escala de notabilidade – uma vez renovados pela pesquisa folclórica e seus métodos culturalistas, pudessem finalmente se constituir num campo de experimentação além de “avançado”, privativo dos intelectuais *de província*.

Contudo, qualquer pessoa que tenha alguma familiaridade com a

bibliografia da época desconfiará de que nem toda a comunidade de historiadores estava disposta a apadrinhar esse casamento da História com as ciências sociais, e menos ainda inclinada a tomar o folclore como um dos objetos ou fontes úteis à elucidação racional do passado. A desconfiança se confirma ao contato mais exaustivo com a documentação, na qual se vê que os próprios afiliados locais da CNFL vinham se digladiando no interior do IHGRS, e que a ala dissidente no Instituto era a mesma que determinava os rumos dentro da CEF. Em suma: o manto da legenda abrigava tanto os maiores aliados do projeto folclórico no Rio Grande do Sul, quanto seus mais íntimos adversários.

A constatação da presença de inimigos na mesma trincheira reforça então a necessidade de explorar mais a fundo a multiplicidade de interesses reunidos em torno da representação local do IBECC, de modo a nuançar as correntes de pensamento agrupadas sob sua divisa. A hipótese adotada nesse tópico é a de que a entrada do folclore nos debates acadêmicos reedita a tensão, mencionada no capítulo segundo, entre os registros *folk* e historiográfico de percepção da posição fronteira do Rio Grande. A aplicação dos aportes metodológicos e conceituais discutidos na CNFL à pesquisa histórica produzida no estado reintroduz, entre a comunidade de memorialistas, a convivência conflituosa de dois modos de apreensão da *região* e de suas relações com a nacionalidade. Particularmente a série de polêmicas que marcaram o período pós-1945 põe a nu as tensões derivadas da preexistência de uma *história regional* definida sob um viés unitarista – concepção herdada do projeto historiográfico imperial e adaptada ao republicanismo positivista pelo IHGRS – e o advento de uma história nacional localizada, que será defendida pelo Estado-maior do folclorismo no Rio Grande.

Reagindo à pressão dos métodos de disciplinas mais conceituadas, os historiadores do folclore reivindicam, nos anos cinquenta, a herança intelectual dos anos vinte e trinta – época em que “modernistas”, “tradicionalistas” ou não, do sudeste e do nordeste consagram um padrão pluralista e regionalizado de representação estética da nação. Ao retomarem esses modelos de compreensão da realidade nacional, os intelectuais periféricos tentam explorar o potencial heurístico e integrador de objetos, personagens, métodos e fontes não usuais, como a “vida familiar”, o “cotidiano”, o “anônimo” e a tradição oral. O objetivo

deste procedimento é alargar o nicho de inserção da *região* e de seus porta-vozes no repertório simbólico nacional. “Vista de baixo”, a história da formação sulina deixava de ser apenas o capítulo militar da história do Brasil para se incorporar às páginas mais valorizadas da *civilização luso-brasileira* erguida nos trópicos.

A entrada escolhida para confirmar essa tese será um evento preciso, que marcou por décadas a memória intelectual da *província*. Trata-se do “caso Sepé” – índio reduzido morto nas guerras guaraníticas, e personagem pivô da mais grave entre as tantas polêmicas ocorridas em Porto Alegre nos anos cinquenta. Sem adiantar demais o assunto, repare-se que nesta, como nas outras contendas, estavam envolvidos, de lados diferentes, a parcela de “historiadores” mais cedo “convertida” ao *popular* – nomeadamente, Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding (estes dois últimos, também autodeclarados *tradicionalistas*), e os adversários próximos – os colegas de CEF apelidados por Laytano de “donos do IHGRS” – Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Guilhermino César.

Os três últimos nomes da lista formavam o triunvirato³⁶⁷ que, à frente de uma instituição mergulhada em uma dupla crise, financeira e de credibilidade, reagia aos novos tempos de modernização da pesquisa sustentando seu poder de veto, através do exercício do monopólio dos “pareceres” encomendados pelo governo estadual. A posse de Guilhermino César e Moysés Vellinho abre, naquele momento, uma fase de dissensão na história política do IHGRS. A instituição, mesmo permanecendo a guardiã oficial da memória patrocinada pelo governo, já não é a única instância de consagração dos pesquisadores – que, no limite, eram os responsáveis pela regulação da escrita. Dividido internamente, indeciso entre a tradição e a modernidade da História, o IHGRS tenderá a aferrar-se mais uma vez ao Estado e ao próprio passado, governando-se por uma recomposição de forças.

³⁶⁷ Entre 1944 e 1956, ano de seu falecimento, Othelo Rosa elege-se orador oficial do IHGRS por quatro biênios, ocupando a vice-direção no ano de sua morte. Em 1950, Guilhermino César é eleito presidente, permanecendo à frente do Instituto até 1958, sempre assessorado por Vellinho, que assume a vice-presidência. Em 1958, o presidente eleito é Adroaldo Mesquita da Costa (sócio fundador do Instituto e deputado federal pelo PSD entre 1950-1955), sendo declarado “Presidente Perpétuo” em 1964. Naquele ano César passa para a vice-presidência, com Moysés Vellinho de segundo vice e orador oficial (posto em que permanece até 1966). Desde 1958, as duas vice-presidências são revezadas entre César e Vellinho, com exceção do período 1962-1967 (enquanto César leciona por duas vezes na Universidade de Coimbra) e até 1980, quando falece Moysés Vellinho. Cf. IHGRS, “Relação das Diretorias do IHGRS – 1944-1986”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 124, pp. 172-178, 1986.

Esta é formada pela aliança entre os críticos literários convertidos em historiadores (César e Vellinho), e os herdeiros “pedagogos” – Othelo Rosa e Afonso Guerreiro Lima – da erudição regrada pelo Instituto em sua fase mais ufanista: a década de trinta.

Os rumos tomados pelas lutas desenroladas nessas frentes de produção cultural vão delineando aos poucos um panorama que escasseia as chances de sobrevivência do projeto de atualização profissional acalentado por Dante de Laytano. Como empresa historiográfica, a CEF é ameaçada por todos os lados: pelo avanço das ciências sociais sobre territórios de pesquisa antes privativos da disciplina *mater* (ao que o *folclorismo*, bem ou mal, tenta responder); pela divisão interna dos historiadores, que, na patrulha mútua ao particularismo, se debatem entre uma história rio-grandense do Brasil e uma história brasileira do Rio Grande do Sul; finalmente, pela “popularização” do *tradicionalismo*, que desafia a inserção público-pedagógica dos memorialistas como um todo.

Assim, à medida que o embate pelo discurso legítimo acerca da cultura e das políticas de preservação do patrimônio local vai definindo seu rol de vencedores e vencidos, aproxima-se o desfecho amargo para a geração de trinta: os acadêmicos remanescentes do IHGRS são progressivamente privados de sua influência sobre a máquina pública de gestão cultural, enquanto as investidas de alguns deles para reservar um lugar visível ao folclore, seja na universidade, seja no IHGRS, caem no vazio. Entrementes, os *experts* “menores” do *tradicionalismo*, sem nunca usufruírem a reputação de *cientistas* (e isso apesar de todos os investimentos escolares feitos), têm atendidas suas demandas institucionais pelo Estado. Com o tempo, os próceres fundadores da celebração gauchesca ocuparão postos de direção nas secretarias, museus, bibliotecas e arquivos, bem como vagas na Academia Rio-grandense de Letras (caso de Hugo Ramirez, recentemente eleito Presidente), ou mesmo no IHGRS (casos de Barbosa Lessa e Tarcísio Taborda, admitidos em 1980 e 1981). Nessa nova-velha investidura, os agora chamados “medalhões do tradicionalismo” darão continuidade às funções propriamente ideológicas do memorialista: a de oferecer um passado ao alcance de qualquer um, um passado coletivo desgarrado das academias e gabinetes.

5.1. Folclore para americano ver: o 35

‘Há lugar, no ‘35’, para todos os que desejam trabalhar em prol das tradições gaúchas. A porteira do ‘35’ está aberta a todos aqueles que nos queiram auxiliar. Não é só de gaúchos largados que precisamos, o que bem demonstram as nossas invernadas. A fim de alcançarmos plenamente o nosso objetivo, necessitamos da cooperação de todos, principalmente de intelectuais e artistas, a quem procuraremos mostrar a fartura de elementos que o Rio Grande fornece a todas as obras culturais’.³⁶⁸

Com este chamamento, publicado em matéria assinada por Luis Carlos Barbosa Lessa para a *Revista do Globo* em 1948, o estudante secundarista Antonio Cândido, natural de Dom Pedrito, futuro médico e então *patrão* do 35 frisava o caráter culturalmente responsável do mais recente “centro gauchesco” criado na capital, e a disposição dos afiliados de cumprirem um desígnio comum, útil aos artistas e aos intelectuais de Porto Alegre. Tratava-se de inventariar o folclore que todos davam por desaparecido no Rio Grande.

A reportagem – cujo texto mal disfarça a simpatia pessoal do repórter à causa divulgada – estrutura-se em três tempos, de modo a representar o passado desprovido, o presente promissor e o futuro glorioso desse intento preservacionista. O primeiro momento é representado por uma “tarde mormacenta” de 1946, em que um casal de fotógrafos do *Reader’s Digest* – “de cabelos estranhamente louros e um jeito que logo cheirava a terras longínquas” – apela à redação da *Revista do Globo* para divulgar no exterior os cenários pitorescos da ponta austral do Brasil. Justino Martins, lendário diretor da revista, explica em mau inglês aos forasteiros “que um gaúcho autêntico constituía verdadeira raridade em Porto Alegre e arredores”. O único jeito seria uma viagem à Campanha. Sem tempo para isso, Mr. *Beening* (como se chamava um dos fotógrafos) dá “meia-volta” e deixa o estado no dia seguinte, sem levar nada “que dissesse respeito ao nosso gaúcho”. (Lessa, 1948: 38).

Segundo momento: outubro de 1948 – seis meses depois de fundado o 35, um mês antes da publicação da matéria. A história é parecida, mas o final diferente: Ruth Anderson, fotógrafa da *Hispanic Society of America* de Nova Iorque, dirige-se ela também à redação da *Revista* para perguntar, desta vez ao

³⁶⁸Citado em Lessa, Luis Carlos B. “Trinta e Cinco”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 471, 20/11/1948, p. 37-39; 74-75.

ilustrador Nelson Boeira, onde fotografar gaúchos e costumes gauchescos. Boeira responde, em português mesmo, que no 35 Centro de Tradições Gaúchas isso seria possível. O desenhista (decerto através do colega de redação, Barbosa Lessa) faz contato com o grupo de rapazes. Estes montam, em um dos seus “chimarrões” semanais, um “curso rápido de regionalismo” para a viajante.

Abrilhantando o “Livro de Presenças” daquele “galpão crioulo”³⁶⁹, a fotógrafa tem então a oportunidade de vasculhar “os arquivos em formação do 35”. Como parte do segmento *indoor*, por assim dizer, do mencionado “curso”, são-lhe apresentadas as vestimentas típicas do gaúcho “desde o período da colonização até a época atual”, além de “composições populares executadas por instrumentos típicos” e “um grupo de gauchinhas bailando danças regionais”. (Lessa, 1948: 38). Na falta de tempo ou dinheiro para acompanhá-la à fronteira, as demonstrações ao ar livre se desenvolvem na fazenda de um conhecido em Viamão. Ali “dois gaúchos do 35” – o *patrão* Antônio Cândido e o *1º Agregado das Pilchas* (tesoureiro) João Carlos Paixão Côrtes – mostram a Ms. Anderson o vigor do trabalho campeiro. “Auxiliados” por funcionários do estabelecimento, eles desfilam diante dos olhos (e das lentes) da fotógrafa todas as lidas que caracterizam “a vida de nossas estâncias”, desde o “banho no gado” até a “doma de potros”. No encerramento vem a parte recreativa, coroada por um gordo churrasco regado à caninha de Santo Antônio da Patrulha. Tudo devidamente registrado em quase uma centena de fotos que noticiarão a existência do gaúcho brasileiro a Nova Iorque (Lessa, 1948: 38).

³⁶⁹ Assim os fundadores designavam a sede do 35. A esta altura ela já tinha se transferido das casas de Paixão Côrtes e Cyro D. Ferreira, na rua Sarmento Leite, e do porão da residência do senador possedista Carlos Alfredo Simch, (pai de José Laerte Simch, um dos alunos do Julinho), para a sede da Federação Rural do Rio Grande do Sul (Farsul). Cyro Dutra Ferreira, que era filho de um dos fundadores e que trabalhava na FARSUL como contínuo, conta como o 35 mudou-se para dentro do órgão de representação de criadores no estado: o “[...] Movimento, que começou humilde e discretamente dentro do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, [...] torn[ou] necessária a urgente busca de um local mais amplo e digno, visto que as reuniões de sábados a tarde já eram frequentadas por mais de 50 pessoas. Nesta altura a FARSUL foi acionada. Como eu era funcionário da mesma (1942/1950), e meu Pai, Normélio G. C. Ferreira (Fundador, em 1927) era o Secretário-Geral, dei uma cantada no meu saudoso velho para que pleiteasse, junto ao então Presidente, o alegretense de Guassú-Boi e extraordinário rio-grandense Pedro Olympio Pires, uma salinha que havia no terraço e o Salão Nobre para nossas reuniões de sábados.” Cf. Ferreira, Cyro Dutra. “A Farsul e o Movimento Tradicionalista Gaúcho”. *Sul Rural*, nº 209, jan. 2001 [online]. Disponível em: <http://www.senarrs.com.br/SulRural/E209Janeiro2001/Artigo/SulRuralA05.htm> Acesso em 20 de novembro de 2002. Outras versões da história podem ser encontradas em Ferreira (1987:55-56).

A maquiagem jornalística aplicada ao episódio deixa no leitor a impressão de tratar-se o 35 de um complexo cultural bem aparelhado, uma espécie de parque temático erguido como a sucursal urbana de uma propriedade rural de criação pecuária. Mal se percebe, no início da seqüência narrativa, que as *canções populares* apresentadas a Ms. Anderson pelos “professores de *gauchismo*” eram, na verdade, criações de um elenco diminuto de estudantes e escoteiros recém “convertidos” em *gaúchos* – ou, por outra, que tinham iniciado sua adesão aos valores e os costumes rurais da campanha exatamente ao mudarem para a capital. Essa trupe tão disponível de trovadores, dançarinos, poetas e contadores de “causos”, à exceção de uns poucos integrantes, tinha uma familiaridade não mais do que indireta com a vida no campo. A maioria dos rapazes aprendera o que sabia nos livros, e a leitura começara pouco antes, quando em reuniões informais em casa de colegas, feitas nos intervalos do trabalho e da escola, vestiam-se “a caráter” para tomar chimarrão ao redor de um “fogo de chão” e “ensina[r]-se mutuamente fatos de nossa história, coisas da vida campeira, aspectos importantes de nossa formação, curiosidades bibliográficas e lingüísticas”. (Lessa, 1948:72).

Desses encontros, e da imaginação improvisada do comerciante palmeirense Wilmar Winck de Souza, tesoureiro e 1º *Trovador* do 35, devem ter saído as “autênticas trovas” assistidas pela fotógrafa. Os “causos” não raro eram versões coloridas de histórias ouvidas por Cyro Dutra Ferreira quando passava férias na propriedade de seu pai, em General Câmara. Os “instrumentos típicos” ficavam a cargo do “1º gaiteiro”, Paulo “Grosso” Caminha – escoteiro que, junto com Antônio Cândido, também cantava –, do repórter Lessa e de Jacinto Camargo – este último já homem feito, descrito como instrumentista “quieto e reservado” que aparentemente comparecia apenas nos ensaios. (Ferreira, 1987: 75).

Os declamadores eram três. Além de Paixão Côrtes, que fazia de tudo um pouco (era também cantor, dançarino, ator, coreógrafo) e do uruguaianense Dirceu Tito Lopes – que, segundo o companheiro Cyro, “declamava com invulgar sentimento e expressão corporal [mas] só gostava (ou só sabia mesmo) uma poesia, a ‘Carreirada’ de Vargas Neto” (Ferreira, 1987: 75) – havia Glaucus Fonseca Saraiva. Este último, escoteiro nascido em São Jerônimo, securitário por profissão e nas horas vagas lutador de boxe e poeta em formação, seria conhecido

como autor do mais famoso poema *tradicionalista* (o *Chimarrão*), bem como da ideia de adotar as designações de uma estância para os encargos da associação. “Tio Waldomiro”, sócio mais velho entre os vinte e quatro fundadores³⁷⁰, era um senhor da vizinhança de Côrtes, que por seu jeito e “sabedoria” costumava ser convocado para as apresentações – nas quais os causos e as declamações, em vista do parco repertório coreográfico e musical disponível, serviam principalmente “para preencher os espaços”. (Ferreira, 1987: 76).

Já as “gauchinhas” (um ano mais tarde batizadas de “prendas”³⁷¹), eram as irmãs, primas, colegas e namoradas dos rapazes – entre elas, Cyra Santos, Maria Zulema e Dirce Paixão Côrtes, Norma e Nora Dutra Ferreira. Vestidas de chita, elas reproduziam as bricolagens coreográficas que ele, juntamente com Barbosa Lessa, arduamente vinha montando de descrições em almanaques e anuários, nos escritos de Cezimbra Jacques, Apolinário Porto Alegre, de Von Koseritz³⁷², na literatura *regionalista* (como a obra “Os Amores do Capitão Paulo Centeno”³⁷³) e

³⁷⁰ Assinaram a Ata de Fundação do 35, em 24 de abril de 1948: Glaucus Saraiva da Fonseca, Luís Carlos Barbosa Lessa, Antônio Cândido da Silva Neto, Francisco Gomes de Oliveira, Luiz Osório Chagas, Carlos Raphael Godinho Corrêa, Dirceu Tito Lopes, Valdomiro Souza, Hélio José Moro Mariante, Luis Carlos C. da Silva, Hélio Gomes Leal, José Simch, Ney Borges, Guilherme F. da Cunha Corrêa, Wilmar Winck de Souza, Paulo Godinho Corrêa, Paulo Caminha, Robes Pinto da Silva, Venerando Vargas da Silveira, Flávio Silveira Dann, João Emílio Marroni Dutra, Valdez Correa, Flávio Ramos, J.C. Paixão Côrtes. A estes foram acrescentados mais tarde, numa revisão dos estatutos, como fundadores, os participantes do chamado “Piquete da Tradição”, guarda de cavalarianos que acompanhara os restos de David Canabarro em setembro de 1947.

³⁷¹ “Prenda” foi a palavra escolhida para designar a mulher tradicionalista, porque a “china”, companheira do gaúcho antigo, era sinônimo de prostituta. A terminologia obedeceu a critérios similares aos da “pilcha”, usada para nomear o traje típico. Os dois termos remetem a algo de valor – no primeiro caso dinheiro, no segundo, prêmio ou recompensa. É interessante notar que as danças e os acessórios relativos à mulher passaram a ser pensados depois de uma viagem dos rapazes a Montevidéu, em 1949, quando assistiram a bailados dançados em pares, sendo mais bem elaborados por ocasião da realização da “Festa no Galpão” – parte gauchesca do festival folclórico organizado pela CEF em 1950, durante a III Semana Nacional de Folclore. Neste terreno, os fundadores do 35 afirmam taxativamente a necessidade de estilização em razão da perene submissão feminina à moda, que a teria impedido de fixar qualquer traje tradicional. Glaucus Saraiva, em seu *Manual Tradicionalista*, afirma que “[...] a mulher gaúcha não teve e não tem indumentária própria. [...] Tudo não passa de convenção para dar às ‘prendas’ uma vestimenta típica que elas não souberam fixar através da nossa formação sociológica, e isso por uma razão muito simples: a vaidade universal da mulher que sempre procurou acompanhar a ‘moda’, venha ela de onde vier”. (Saraiva, [1968]: 57-58). A respeito desta e de outras tradições inventadas pelos tradicionalistas, ver Oliven (1990: 22-26) e Maciel (2002: 202-203).

³⁷² Kozertiz, na série de “Quadrinhas Populares” divulgada pelo *Deutsche Zeitung* incluíra a famosa canção “Prenda Minha”.

³⁷³ O livro, publicado em 1935, era uma transposição literária da peça teatral composta por Felix Contreras Rodrigues para os festejos do Centenário Farroupilha. Na obra constavam partituras de ritmos folclóricos conhecidos como caranguejo e chimarrita, que teriam sido encenados. Procurando pela coreografia, ausente do livro, Paixão Côrtes e Barbosa Lessa decidiram encontrar o autor da peça em sua estância, em Bagé. Mas antes disso, fazem em contato com Ary Veríssimo Simões Pires, um dos atores, e ficam sabendo que o que se dançara no palco não eram as músicas

nas coletâneas mais recentes de folcloristas como Augusto Meyer, Walter Spalding e Dante de Laytano.

Como diz a máxima italiana, *se non è vero è bene trovato*. O que a viajante norte-americana assistiu era uma versão ainda um tanto rascunhada dos futuros espetáculos *tradicionalistas* de “projeção folclórica” – que a partir de 1950 correriam chão em festivais e congressos, programas de rádio e em turnês levadas aos teatros do interior do estado, às capitais do Brasil, e até ao Olympia de Paris, em 1958. A tais alturas, já dispondo de um contato mais profundo com a bibliografia e os estudiosos do assunto, os folcloristas do *tradicionalismo* passam a designar suas criações artísticas deste modo (como “projeções”), em reconhecimento ao fato de não serem nelas exibidos elementos folclóricos em suas versões “originais”, isto é, “espontâneas”. Confirmando a tese unanimemente reconhecida do “desaparecimento” do folclore no Rio Grande, eles assumem o papel de restauradores desse acervo perdido, defendendo a incorporação de variantes estilizadas – e documentalmente fundamentadas – a um patrimônio que “existia antes e desapareceu”. Afinal, nada impedia que algum dia essas artes “voltassem a ser folclóricas”, desde que “a massa popular [as interpretasse] com a mesma espontaneidade e atualidade com que fala ou trabalha, sem a autoconsciência de estar cultuando artisticamente vestígios do Passado.” (Côrtes e Lessa, 1975: 11-12).

Antes de entrar no mérito desse argumento, caberia um parêntese para identificar os diferentes estágios de sua elaboração. O objetivo é verificar na trajetória desse projeto restaurador, pontos de inflexão importantes para a problemática aqui levantada – qual seja, a concorrência instalada pela diversificação das esferas e modalidades sociais de produção da memória no Rio

do livro, mas uma tirana grande. Para a decepção dos rapazes, “ao descrever-nos suas figuras – promenade, caminho da roça, ramallete de damas, faz-traz – nos apercebemos de que a grande tirana nada mais era que uma pequena quadrilha”. O caso retrata as duas principais dificuldades que marcaram a montagem de um repertório musical e coreográfico “tipicamente rio-grandense” pelo 35. A primeira refere-se à “pouca originalidade” dos bailados antigos relatados pelos eruditos locais, o que inviabilizava sua exibição como algo que refletisse a figura gauchesca e a diferenciasse do caipira ou do sertanejo. A outra complicação é que, ao seguirem o rastro das fontes antes usadas por maestros e letrados interessados no folclore, dificilmente encontravam a descrição coreográfica acompanhada da partitura. Por essa razão, os rapazes decidem colar as músicas compostas ou colhidas por uns, com passos coreográficos inventados ou documentados por outros. Por exemplo, a coreografia de uma chimarrita “colhida” por Tony Petzhold com a partitura de “Os Amores do Capitão Centeno”. Mais adiante, a saída a campo pelas cidades do interior do estado irá incrementar o repertório inventado por Lessa, Saraiva e Côrtes.

Grande do Sul. A periodização abrange os acontecimentos que assinalam duas mutações essenciais – primeiro, a transformação de um clube (o 35) em QG de um movimento (o *tradicionalismo*); segundo, a incorporação desse mesmo movimento e das práticas celebrativas que ele comporta, ao patrimônio “perdido” que os *experts tradicionalistas* desejavam desvendar.

Seguindo o rastro documental deixado pela mobilização, e tomando por base, nesse procedimento, tanto o conteúdo dos textos como a própria variação na quantidade de fontes disponíveis, podem ser fixados três períodos-chave nesse processo, distribuídos entre os anos 1948-1952; 1952-1956; 1956-1965. No primeiro intervalo, o caráter mais rarefeito das notícias jornalísticas sobre os CTGs indica que até 1950, a militância *tradicionalista* resumia-se ao 35, a mais duas agremiações da capital e quatro do interior.³⁷⁴ Articuladas em torno do 35, as lideranças voltavam suas ações, de um lado, à organização da estrutura e das diretrizes internas ao centro e, de outro, à propaganda, cumprindo o objetivo regimental de fomentar a proliferação desses núcleos pelo estado. Nesta fase, a preocupação mais imediata era justamente com dar visibilidade social à forma de proselitismo que haviam inaugurado. Para tanto, ao mesmo tempo em que promoviam intervenções, rituais e informais, sobre o espaço público de Porto Alegre, os aprendizes investiam na iniciação técnica em folclore, procurando o aval da comunidade intelectual.

O momento seguinte, marcado pela expansão do “culto às tradições”, define o destino malfadado dessa aliança entre “novatos” e “mestres”. Ele inicia com a multiplicação acelerada de CTGs, é pontuado pelo aparecimento dos centros mais ativos do interior e, na capital, pela forte penetração de *tradicionalistas* na mídia escrita e na indústria cultural (cinema, música, publicidade e turismo). Do ponto de vista doutrinário, o ponto alto é a partida à realização anual dos Congressos, nos quais a unificação ideológica dos CTGs será

³⁷⁴ Em Porto Alegre havia o “Grêmio Gaúcho”, associação anterior aos CTGs, que passa a adotar o padrão do 35. Além desse, o outro centro existente foi capitaneado por membros da Brigada Militar, o clube Farrapos. Havia também centros vinculados a escolas, como o Departamento cultural do Colégio Julio de Castilhos e o grêmio do Colégio Rosário, ou a sociedades recreativas como Glória Tênis Clube (próximo da residência de Walter Spalding), onde estava sediada a “Estância da Amizade”. No interior, os CTGs fundados nos dois primeiros anos após a criação do 35 foram “Fogão Gaúcho”, de Taquara; o “Minuano”, de Iraí, o “35” de Palmeira das Missões e a “União Gaúcha Simões Lopes Neto”, de Pelotas, que foi refundada em moldes tradicionalistas.

perseguida sob uma diretriz eminentemente “popular” e antiacadêmica, oficialmente assumida em 1954. Nas palavras dos atores, o momento representa a fase de “transcendência da tradição”. Reconhecidos como representantes de um movimento de massas, os militantes anunciam a missão de tornar “consciente o gauchismo espontâneo e bruto” do “povo”, mediante um “trabalho de alta estilização e aprimoramento”.³⁷⁵ Esse trabalho desaguará não só na fusão progressiva das “tradições” recentemente inventadas com o “folclore” – objeto do interesse “científico” dos autores ligados à CNFL –, mas na ruptura entre duas gerações de mediadores culturais.

Finalmente, uma terceira fase abre-se no último terço da década, com a subida de uma elite mais especializada do *tradicionalismo* às instituições de governo. Neste contexto, a consolidação da formação intelectual dos ideólogos, além de instalar a rivalidade aberta entre o ITF e a CEF, insinua dentro do próprio movimento as tensões entre “especialistas” e “amadores”, entre o *tradicionalismo* “autêntico” e “comercial” ou “festivo”. Simultaneamente, no campo da intervenção cívica, já não é mais o *gaúcho antigo* o objeto último da celebração, mas os *gaúchos atuais*, representados pelo panteão de fundadores da festa *tradicionalista*, já incorporada ao repertório cultural “popular” do Rio Grande do Sul como uma espécie incontestada de “fato folclórico nascente”. O “espetáculo da história” cede lugar então a uma “história do espetáculo”³⁷⁶.

Esse parêntese obriga reconhecer que, ao tempo da visita de Ms. Anderson, “tradicionalista” ainda era simplesmente o sujeito aferrado aos valores e usos do passado. De fato, o *tradicionalismo* como tal não tinha sido inventado e a palavra sequer consta na fala dos entrevistados por Lessa. Talvez por isso mesmo os planos deles se mantivessem, até então, mais voltados a prover a própria formação em assuntos de folclore, história e literatura, do que às logo propaladas “conscientização das massas” e “aculturação dos imigrantes”. É o que se conclui do último momento da matéria: a estrutura sonhada para a sede do 35, que já então começa a ser demandada ao governo do estado:

³⁷⁵ Prates, Gilberto Antônio da Silva. “As três fases do movimento tradicionalista gaúcho”. (Tese apresentada pelo CTG “Mello Manso”, de Cruz Alta, ao III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul). In: CLUBE FARROUPILHA, *Anais do III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul*. Ijuí: 1956, p. 31.

³⁷⁶ Uso a síntese lapidar de Daniel Fabre (2001: 32), aplicada à especialização de eruditos ligados à produção de espetáculos forâneos no interior da França.

‘– É um serviço inestimável, sem dúvida, o que nos presta a Federação Rural’ – comenta o capataz da ‘estância’. Mas que nada! Essas mesas lustradas e as cadeiras estofadas nos tolhem os movimentos e o entusiasmo. Esta bagualada, para fazer coisa que preste, é preciso estar sentido fumaça nos olhos e cheiro de picumã. Ah! Quando chegarmos a ter um galpão, uma sede própria, que seja ‘bem nossa’... quanta coisa poderemos então realizar!’ (Lessa, 1948: 75)

O prédio idealizado para abrigar o ânimo autoctonista dos rapazes – comparados no texto a uma tropa de potros sem doma, a *bagualada* – só poderia ser mesmo uma estância. Como um espaço deslocado de reprodução do estilo de vida da campanha, a fazenda fictícia do CTG, para tornar-se verossímil na cidade, necessita de um vasto aparato comunicativo. Ele começa pelo ambiente, todo decorado de apetrechos de trabalho e montaria (com rédeas, esporas, tiradores, laços e relhos pendurados pelas paredes), passa pelo código vestimentar dos freqüentadores (trajados de bombacha, lenço, chapéu, botas, poncho, etc)³⁷⁷ e se estende a todas as funções e tarefas de um clube social. Providências corriqueiras como reuniões, envio de correspondência, eleições e outras, adquirem ali um nome e uma carga ritual específicos – que invariavelmente remetem à rotina do trabalho com o gado, atividade econômica predominante nas fronteiras sul e oeste do estado. De acordo com tal princípio, a eleição da diretoria é chamada “aparte”; a ordem do dia, “lide”; o expediente, “campereada”; a divulgação, “tropeada”, e assim por diante.

Submetidas a uma hierarquia rígida e capilar, as atividades se distribuem por três esferas de decisão: a Assembléia Geral (instância soberana), o Conselho de “Vaqueanos” (órgão consultivo de fiscalização da diretoria) e a “Patronagem”

³⁷⁷ Dentro da progressiva fusão entre o tradicional e o tradicionalista, a pilcha desempenha um papel central. Como cartão de visitas de uma gauchidade colada ao corpo, além de facilmente transportável, os trajes desempenham sua função comunicativa incluindo, ao lado dos itens relativos à vestimenta (bombacha, bota, etc), instrumentos já em desuso, como as boleadeiras, ou apenas úteis no trabalho com o gado (como o tirador, espécie de avental de couro; o laço), ou a cavalo (como as esporas). Sugestivamente, ao passo que o traje típico feminino mantém-se, até os anos sessenta, muito próximo das roupas usadas em bailes caipiras (resumindo-se a um recatado vestido de chita e um lenço preso ao pescoço), o paramento masculino se complexifica rapidamente. Uma das razões é que determinados acessórios – como a faixa na cintura, por exemplo – servem para indicar a procedência intra-regional do gaúcho, assinalando maior ou menor vínculo com o núcleo civilizacional dessa identidade – no caso, a fronteira – já que o gaúcho “serrano” ou “planaltense” não costuma utilizá-la. Em vista de tais adições, Maciel refere-se ao “excesso simbólico” dos tradicionalistas, ou seja, à incorporação vestimentar de “outros elementos ‘típicos’ para mostrar-se ‘ainda mais gaúcho’” – prática que remete “à afirmação pela diferenciação, ou seja, à reivindicação identitária pessoal através do uso exagerado de símbolos coletivos”. (Maciel, 2002: 203-204). Desnecessário afirmar que tais excessos feriam profundamente a sensibilidade dos folcloristas eruditos, como se verá a seguir.

(instância executiva). Esta última é formada pelo *patrão*, pelos *capatazes* e *sotacapatazes* (1° e 2° vices), pelos *posteiros* dirigentes de confiança das diferentes “invernadas”³⁷⁸ (espécies de secretarias ou departamentos) e pelos *agregados das pilchas*, integrantes do conselho fiscal. As metáforas não se esgotam na esfera da direção, mas alcançam os encarregados de tarefas as mais simples, como o “chasque” (mensageiro) e o “peão caseiro”, responsável por fazer e servir o mate, e por passar a “guampa de apoio” – isto é, aspa de boi em que os sócios do 35 depositavam a contribuição mensal obrigatória.

Curiosamente, a bem organizada “estância 35” tem sua arquitetura dividida nas duas partes que, no século XIX, correspondiam a níveis distintos de uma ordem social baseada na criação extensiva, no trabalho escravo e no poderio militar: o “galpão e a casa grande”. No idílio “democrático” da apropriação desse passado mítico, ambas estariam dispostas frente a frente, de preferência em algum logradouro público³⁷⁹, de modo a “mais facilmente difundirmos entre o povo a nossa música, nossa poesia popular e nossa história”.(Lessa, 1948: 75). O conjunto, cercado de um “típico aramado”, seria “externamente um retrato fiel de nossa campanha” oferecido aos turistas e habitantes da capital. (Idem, p. 75).

A construção rústica em taipa ou madeira, que nas fazendas reúne os arreios, os homens encarregados do serviço de campo e eventualmente os animais,

³⁷⁸ Côrtes e Lessa ressaltaram a inexistência, ao menos inicial, de qualquer cogitação de um departamento voltado para a música ou dança dentro do 35, observando que as primeiras invernadas só teriam sido formadas a partir da segunda diretoria, eleita em maio de 1949. (Côrtes e Lessa, 1975: 89). Até ali os cargos auxiliares da patronagem teriam se limitado à função de Bibliotecário (Dirceu Tito Lopes) e ao titular do serviço de divulgação (Barbosa Lessa). Contudo, na matéria da *Revista do Globo*, de novembro de 1948, já constam as seis “invernadas” – campeira, cultural, social, dos livros e das artes – que mais visibilidade deram ao tradicionalismo, tendo sido reproduzidas nos regimentos dos demais CTGs criados no interior. Na ocasião, os posteiros eram, respectivamente, o universitário Ivo Sanguinetti, os estudantes Fernando Machado Vieira e João Dutra, o comerciário e oficial da Brigada Militar Helio Moro, o estudante Alysio Rôa e o Fotógrafo Flavio Dann (companheiro de Barbosa Lessa na *Revista do Globo*). A eles cabia organizar palestras “sobre hábitos, costumes, fatos históricos”, proferidas regularmente por figuras da intelectualidade local; além da montagem de exposições e apresentações artísticas, concursos de trovas, desfiles e “rodeios”. Estes últimos eram eventos inicialmente destinados a auferir as habilidades no domínio do cavalo ou em algum serviço de campo (aparte, paletada, etc.) nos rituais internos de investidura de sócios. Com o tempo, designaram também concursos abertos de “melhor ginete” nas festividades farroupilhas ou em inaugurações de CTGs. (Cf. Côrtes, 1994: 147 e Ferreira, 1987: 48).

³⁷⁹ A preferência aqui era pelo parque Farroupilha, mais conhecido como Redenção. Quando, ao final do cortejo dos restos mortais de David Canabarro, os cavalarianos do Julinho decidiram pela não dispersão do grupo, alguém chegou a aventar a idéia de pedir licença à Prefeitura “para construir um galpãozito no Parque da Redenção, onde se pudesse matear e prosear”. (Ferreira, 1987: 35).

destina-se, nessa transposição urbana do ambiente da campanha, especificamente ao exercício da sociabilidade entre sócios, servindo ao mesmo tempo de palco e cenário para a “vivência das tradições” pelos frequentadores. Ali seriam realizadas as “charlas” (reuniões) e os “chimarrões festivos” – ou seja, as apresentações e bailes abertos ao público. Enquanto o *galpão* é concebido como espaço da informalidade, do lazer e da transmissão oral dos costumes “crioulos” através do convívio interpessoal, a *Casa Grande* arma-se como um espaço de saber e de pesquisa, destinado à fundamentação histórica daquelas práticas.

Os instrumentos e o repertório de causos, trovas e canções que, de maneira mais coloquial, circulariam pelo galpão, seriam produzidos e dados a ler nas seções técnicas – integradas pela biblioteca, salas de estudo e discoteca. Nesta última seria possível encontrar, ao lado das composições recentes de Barbosa Lessa (futuramente tidas como de autor anônimo³⁸⁰), partituras menos conhecidas de música erudita, mas de “inspiração folclórica” – por exemplo, a “impressionante *Salamanca do Jarau*, de Luiz Cosme”. (Lessa, 1948: 75).

Mesmo aqui, no domínio do chamado “regionalismo teórico”, os *cultores da tradição* não perdem de vista a submissão da história à percepção dos sentidos. Planejada como museu e arquivo, a parte interna da *Casa Grande* deveria exibir tanto os vestígios de um passado heróico quanto o progresso material do presente, sintetizando os ofícios e as artes do “Rio Grande em todos os seus aspectos”. Haveria então

[...] uma sala de estudos históricos e sociológicos; a sala de geografia, a Biblioteca Regional, com todos os livros de autores rio-grandenses, ou livros referentes ao nosso povo e origens; a mo[s]tra Industrial, desde a cerâmica de

³⁸⁰ É o caso da canção *Negrinho do Pastoreio* que, para deleite e desgosto do autor, “tornou-se” folclórica, chegando a ser apresentada pela Orquestra de Porto Alegre como de domínio público. Barbosa Lessa, em depoimento prestado ao Departamento de Antropologia da UFRGS, em 1985, conta da ambígua sensação que tivera ao acompanhar a mudança de estatuto de sua criação, sem deixar de notá-la como expressão do baixo status intelectual atribuído aos profissionais do folclore: “O *Negrinho do Pastoreio* foi uma composição que eu fiz na época do início do ‘35’, quando nós não tínhamos músicas, não havia música tradicionalista, nem regionalista, nem nada. [...] eu fiz [...] e depois o Conjunto Farroupilha adotou como uma característica nos seus programas de rádio e televisão e foi muito divulgada e conhecida. Hoje faz quase parte do cancionário do Rio Grande do Sul e tem me dado muita satisfação e muito desgosto. Satisfação porque tenho feito amigos através do *Negrinho do Pastoreio* e outras músicas. Desgosto porque o Rio Grande do Sul está muito atrasado em matéria de cultura. Então não há respeito pelo trabalhador intelectual, não há respeito pelo artista e uma maliciosa tendência sempre que se fala que algum compositor ou algum escritor cai na bobagem de versar sobre coisas da terra. Em seguida aquilo passa a ser folclore”. (Lessa, apud Oliven, 1990: 22)

Torres e as rendas de Rio Pardo até a metalúrgica de Abramo Eberle; e os trançados de couro; e a seção artística, nossas pinturas e esculturas; e cobrindo tudo isso, contando a vida de cada coisa, um completo arquivo. (Idem, p. 75.)

A coleção compõe um arcabouço diversificado a que o elenco do 35 poderia recorrer para criar seus espetáculos. Mas o interessante é que estes, ao invés de apresentarem a diversidade de uma *região* desdobrada em várias faces, propunham uma “síntese” exclusivamente ancorada no padrão identitário luso-brasileiro legado pela tradição escrita. Ainda que o “museu folclórico” devesse, pelo próprio caráter enciclopédico da matéria, reunir todo o acervo de saberes formais e informais que singularizam o Rio Grande do Sul em face de outras regiões, presumia-se, por outra parte, que a “célula civilizadora” da estância é que constituiria o “lastro” comum aos habitantes do estado.

Em poucas palavras, o discurso subjacente a essa divisão de tarefas obedece a uma lógica pragmática bem definida. Ele repete um modelo pré-fabricado de *regionalismo* que, como já foi visto, se faz presente também em outras modalidades locais de representação da brasilidade. O padrão em questão é o mesmo descrito com precisão pela antropóloga Giralda Seyferth, ao dizer que no Brasil “as diferenças mais fortemente demarcadoras de uma condição étnica são pensadas como ameaçadoras da unidade d[a] nação. Já as diferenças regionais, dentro dos limites luso-brasileiros, são legítimas” (Seyferth, 2000: 182). No 35 aplica-se tal princípio. Quando se trata de inserir o Rio Grande no espectro nacional – no caso, por intermédio da museografia e do arquivo – o tema dominante é o da diversidade, do progresso e do trabalho. Mas quando se trata de encenar – ou por outra, de “pôr em prática” – as “tradições” pitorescas do Rio Grande, o pressuposto da pluralidade fica subordinado à noção de assimilação. Tanto assim que, a despeito de as vitrines da *Casa Grande* aludirem – pelas referências à indústria e ao artesanato das zonas colonial e litorânea – às alteridades internas ao estado (no caso, a colonização açoriana e italiana), essas diferenças são sempre sujeitadas aos contornos do habitat pampeano, ali representado pelo segmento mais “primitivo” da arquitetura da estância e, por que não dizer, mais “primevo” da história.

Em essência, a busca dessa síntese cultural unívoca – e unívoca porque

subordinada a um cânone de representação *regional* previamente legitimado – não diverge em nada da fórmula da “mestiçagem cultural” antes proposta pelo autor de *Casa Grande e Senzala*³⁸¹. A diferença é que, em sua disposição agauchada, o complexo *Casa Grande-Galpão* sintetiza também a missão a que os logo designados *tradicionalistas* darão cumprimento: a de formar “pela vivência”, conciliando pluralidade e unicidade, *erudito* e *popular*.

Se a experiência “campeira” que os próprios fundadores buscavam adquirir é a base dessa fórmula pedagógica inovadora, determinada a converter “conhecimento” em “sabedoria”, a reportagem que dá a notícia pormenorizada de tal projeto, sendo das primeiras a vulgarizar os planos dos inventores, permite observar mais de perto as estratégias que antecederam a imposição do *tradicionalismo* “às massas”. A matéria jornalística de Barbosa Lessa participa desse momento fundador, quando se definem os princípios de ação que logo adiante mostrarão sua eficácia na transformação dos CTGs em um fenômeno de enorme repercussão social e política.

Visto daí, o planejamento da sede em dois níveis – um recreativo, outro da pesquisa – traduz duas implicações. A primeira é a partida à formação intelectual de uma nova geração de mediadores, cuja especialidade será conferir materialidade ao padrão identitário formulado pela erudição local. Esse processo de especialização, além de aportar novas tensões ao debate “científico” da História e do Folclore, situa o tema da *cultura popular* em uma escala de repercussão inaudita, o que exige a revisão permanente (e mutuamente referenciada) dos mandamentos tanto da “ciência” quanto do “culto” *regionalista*. Já em um plano mais imediato, a forma bipartite da arquitetura simbólica do 35 remete aos

³⁸¹ Analisando os mecanismos discursivos por meio dos quais Gilberto Freyre constrói em sua obra uma representação regionalista da nação, Giralda Seyferth aponta, no mesmo artigo, para o significado lógico dessa subordinação das diferenças a determinados parâmetros consensuais como a herança lusitana e a formação tríplice do homem brasileiro. Retomando as considerações de Pierre Bourdieu (1989), a autora argumenta que, uma vez que a noção de região inscreve-se em um espaço de luta pela definição dos parâmetros legítimos de representação nacional, a tática adotada por Freyre na formulação do regionalismo nordestino permite que “Algumas unidades da federação (estados) ou grupos com qualidades de antípodas do Movimento Regionalista do Recife (os ‘modernismos’ do Rio de Janeiro e São Paulo) [sirvam] para contrastar brasilidades de diversos graus, que no Nordeste atingem os seu ponto máximo.”(Seyferth, 2000: 182). De passagem, vale ressaltar, juntamente com a autora, que ao seguir esse princípio assimilacionista o autor recifense não diverge de outros pensadores brasileiros da época, todos partícipes da construção, pela apropriação de teorias sociológicas, de um nacionalismo onde as diversidades étnicas são tidas como “residuais”. (Seyferth, 2000: 183).

consensos que tiveram de ser negociados na passagem dos encontros informais entre estudantes movidos pela saudade de casa, para as reuniões – estas lavradas em ata – entre os **dirigentes** de uma entidade civil decidida a marcar terreno no espaço público da capital.

Neste ponto, a “estância 35” é bem uma fusão de duas proposições – uma mais exclusiva, outra mais abrangente – confrontadas no processo de criação da entidade. Na primeira vertente (a mais ortodoxa), estavam os escoteiros chegados da “Patrulha do Quero-Quero”, organização liderada pelo então comerciário, também escoteiro e oficial da Brigada Militar, Helio Moro Mariante³⁸². Este grupo era composto, entre outros³⁸³, por Glaucus Saraiva, jovem maçom e *patrão provisório* do 35 na fase de elaboração do regimento, entre janeiro e abril de 1948. No campo adversário estava o compósito “grupo do Julinho”, sob o comando da dupla Paixão Côrtes e Barbosa Lessa – que, como já foi mencionado, tinha sido formada por ocasião do cortejo do “Piquete da Tradição” aos restos mortais de David Canabarro, em 1947.

Foi durante o baile gauchesco oferecido à estudantina de Porto Alegre em encerramento à 1ª *Ronda Crioula*, que esse grupo de colegas, já em fase de preparação para o vestibular, começou a pensar na criação de um “clubes” que os mantivesse unidos mesmo depois de encerrado o período da formação secundária.

³⁸² Hélio Moro Mariante nasceu em Caxias do Sul, em dezembro de 1915. Contando 33 anos quando da criação do 35, ele era um pouco mais velho que os demais companheiros, tendo já completado o curso de formação de Oficiais da Brigada Militar, em Porto Alegre. Por essa época era Redator-Secretário da Revista Brigada Gaúcha e freqüentava, na faculdade de filosofia da URGS, os cursos de “História do Rio Grande do Sul”, promovidos como extensão à cátedra de Civilização Brasileira, então a cargo de Dante de Laytano. Embora tenha se dedicado aos estudos históricos e de folclore (era tido como o “historiador oficial da Brigada” e guardou manuscritos sobre o cancionário “revolucionário” sul-rio-grandense), só começou carreira editorial ao final da década de 1960, quando, em 1968, publicou os “causos” de caserna retratados em *De Prontidão*, publicado pela Brigada Militar, seguido dos poemas históricos de Fronteira do Vaivém, saído um ano depois pela Imprensa Oficial do Estado. Com o trabalho “A Idade do Couro no Continente d’El Rey” foi agraciado como prêmio Ilha de Laytano, instituído por Dante de Laytano em homenagem à primeira esposa. Depois de servir como Assistente de Walter Peracchi de Barcellos, Interventor do Rio Grande do Sul entre 1966 e 1971, foi nomeado pelo governador Euclides Trichês, em 1975, Presidente da Fundação Instituto de Tradição e Folclore, (segunda fundação). Ali se tornou, junto com Barbosa Lessa, Paixão Côrtes e Cyro Dutra Ferreira, um dos historiadores oficiais do Movimento Tradicionalista, tendo aberto a série de “Cadernos Gaúchos” do ITF com a “História do Tradicionalismo Rio-grandense”, publicado em 1976. Aposentou-se como Coronel da Brigada Militar.

³⁸³ Francisco Gomes de Oliveira, Paulo Caminha e Luiz Osório Chagas eram os outros escoteiros do Quero-Quero, que se tornaram freqüentadores da residência de Côrtes. A aproximação entre os grupos ocorreu em 1947, por intermédio de Flávio Ramos, então Secretário do Grêmio do Julinho, que apresentou Saraiva a Côrtes. Com Saraiva vieram os demais. (Cf. Côrtes 1994: 131).

Fechado o acordo em torno da idéia, Barbosa Lessa redige em um caderno de aula uma convocação a todos os desgarrados do interior residentes na capital, para se integrarem ao processo de criação de um “clube tradicionalista” ainda sem nome. O convite, que como os demais documentos do 35, era todo escrito dentro do jargão gauchesco³⁸⁴, expunha nestes termos os objetivos da associação:

Aqui trazemos um convite aos gaúchos que, embora residindo na capital e tendo hábito[s] citadinos, guardam ainda nas veias o sangue forte da terra rio-grandense. É sobre a fundação de um clube tradicionalista. Terá como finalidade reunir no mesmo rodeio os guapos de muitas querências do Rio Grande, mas agora residindo em Porto Alegre. No primeiro sábado de novembro realizaremos uma reunião preparatória das atividades, para que todos sejam orientados, e assim, entrem na cancha, em março, de relho em pé, prontos para a vitória. Viva o Rio Grande do Sul! ³⁸⁵

A proposta dos julianos era menos seletiva do que a outra, informada na ordem militar dos escoteiros. Enquanto Lessa sai à rua colhendo a assinatura de qualquer pessoa que julgasse, pela aparência, ser interiorano³⁸⁶, Hélio Mariante e Glaucus Saraiva tinham em mente a criação de um “centro de estudos regionais” reservado a uma elite de poucos integrantes. Como uma espécie de organização maçônica, em que os motivos rituais atrelavam-se fortemente à reprodução do modelo militarista do gaúcho-sentinela-da-nacionalidade até então privilegiado pela historiografia, o acesso ao centro seria privativo de 35 “cavaleiros” vitalícios, assim nomeados em homenagem à Revolução Farroupilha – e, de certa forma, às forças públicas do Estado, que eram tradicionais guardiãs daquela memória.

Na seqüência de reuniões preparatórias, as discussões oscilaram em torno de uma ou outra proposta. Mas as oposições não paravam aí. Afora os adeptos da idéia dos 35 cavaleiros honorários, havia outros que defendiam a entrada

³⁸⁴ Basta ver um trecho da ata de fundação, incompreensível para quem não detenha um nível mais ou menos avançado de domínio do léxico gauchesco: “Aos 24 dias do mês de abril de 1948, a rua Duque de Caxias, 707, realizou-se a seção de fundação do Centro 35 de Tradições Gaúchas [...] Como já houvesse o Capatás [sic] determinado as lides do dia, [ordem do dia] mui tempranito estava a peonada de flete [cavalo] encilhado pronta para a campereada [o expediente]. O serviço de hoje era grande; na primeira invernada [departamento de divulgação], o pião [sic] Lessa leu o que havia se passado nos chimarrões [encontros] passados, bem como a lei que regeria os destinos da Estância dos 35 de agora por diante. [...] De trotezito n[ô] mais, seguiu a indiada do 35 para a invernada do fundo a fim de fazer um aparte [eleição], onde tirarão alguns piões para assumir as rédeas da Estância neste período inicial”. (Transcrito em Côrtes, 1994: 137).

³⁸⁵ Citado em Côrtes (1994: 133) e Lessa (2000: 46).

³⁸⁶ “Quando eu via na rua um rapaz com jeito de ser do interior, metia as caras; foi assim que conheci, por exemplo, o Wilmar Winck de Souza [por alguns anos, o ‘trovador’ oficial do 35], de Palmeira das Missões”. (Lessa, 2000: 46).

exclusiva de quem o fosse literalmente – nas palavras de um dos fundadores, de rapazes “campeiros”, “que soubessem assar uma carne, laçar a campo fora, etc. Cola-fina³⁸⁷ não!” (Ferreira, 1987: 49). Entre esses, sobrevinha a disputa em torno da maior ou menor autenticidade de costumes, segundo a procedência geográfica serrana, missioneira ou fronteira do “gaúcho” em questão.³⁸⁸ Além das rivalidades territoriais, pairava ainda o temor de que a proposta inclusiva de Lessa e Côrtes trouxesse o esvaziamento dos objetivos propriamente culturais do clube. Isso, em tese, comprometeria a legitimidade do 35 como uma agremiação vinculada ao público escolar, além de interromper o processo de “aprendizagem” dos associados.

Depois de muita desavença, a conciliação veio nos seguintes termos: em primeiro lugar, o CTG teria um número ilimitado de integrantes, e não apenas 35. Em compensação, cumprindo a idéia de homenagem à “data magna” do Rio Grande, incorporaria a efeméride farrapa em sua própria denominação, reservando, além disso, trinta e cinco cadeiras perpétuas ao “Rincão de Patronos”, representado por “figuras ilustres desaparecidas, cujos nomes deveriam ser escolhidos em Assembléia Geral”. (Côrtes, 1994: 135). Segundo lugar: ficaria preservado, ao lado da propaganda cívica, o embasamento “científico” do “culto à tradição”. Suas finalidades culturais ganham assento nos estatutos do CTG pelo “estudo do folclore e da história do Rio Grande do Sul e sua divulgação através da palavra falada ou escrita, da música, da dança, das artes, ou da prática campeira”.(Citado em Côrtes, 1994: 135).

Vale dizer que qualquer pessoa, bem ou mal informada sobre o passado e o folclore sul-rio-grandense, poderia frequentar o 35 sem ter de tornar-se, necessariamente, sócio (“peão”). Mas, a fim de evitar a entrada dos tais “gaúchos

³⁸⁷ “Cola-fina – Os cavalos de trato, cavalos de cocheira, cuidados com carinhos especiais, como os de prado, por exemplo, ou do andar elegante, têm por isso, a cola fina, lisa, sempre bem penteada e lustrosa. Por isso denomina o gaúcho de *cola-fina* ao homem da cidade, ou que não entende da vida do campo”. Walter Spalding, citado em Nunes e Nunes (1990: 123).

³⁸⁸ Segundo Cyro Ferreira, os nascidos na fronteira acusavam os originários da serra de “gringos” (estigma de estrangeiro geralmente aplicado ao colono imigrante). Debochavam “[...] das ‘botinhas de cachos’, dos ‘chapéus tipo caubóis’, dos ‘pelegos encarnados ou pretos’, dos ‘cavalos marchadores’ dos serranos”. Estes se vingavam ridicularizando os “peleguinhos onde só cabia a bunda”, os “cavalos de trote”, “os petiços crioulos” dos primeiros. Muitas vezes, representantes deste ou daquele grupo chegavam às vias de fato, chamando-se para o enfrentamento físico. A animosidade estendeu-se ainda às conferências, palestras e espetáculos, em que discussões violentas expunham as divergências ao público. (Ferreira, 1987: 53).

largados” (isto é, “sem conhecimento de causa”), daquele que desejasse tornar-se efetivo cobrava-se a passagem de “peão diarista” (freqüentador avulso) a “peão mensal”, mediante uma “condição de ajuste”. Esse requisito era preenchido pela apresentação de um trabalho, teórico ou prático, que “mostrasse sua aptidão a qualquer ramo de regionalismo – cultural, artístico, literário ou campeiro”. (Côrtes, 1994: 147). Assim, para o pretendente a sócio havia duas alternativas: ou mostrar-se “autêntico”, isto é, familiarizado com alguma prática de extração “campeira” – não era necessário domar um potro nem saber montar; servia assar um churrasco, contar um “causo”, tirar um tento de couro à mão ou coisa que o valha – ou tornar-se um erudito conhecedor da produção livresca sobre o assunto.

Em um nível mais imediato, a exigência das “condições de ajuste” consistiu na saída conciliatória necessária para garantir a sobrevivência de uma agremiação com um quadro social reduzido, porém às voltas com inúmeras divisões internas. Mas não apenas isso. Dado que raramente as provas de campo eram o meio escolhido pelos candidatos para provarem suas capacidades³⁸⁹, foi através de pequenos trabalhos de compilação histórica e de folclore, ou simplesmente de textos que versavam sobre a honradez, a franqueza, a coragem e outros valores associados à figura do herói civilizador, que os sócios do 35 começaram a dar vazão a sua curiosidade cultural.

Depois de publicadas nos boletins do centro³⁹⁰, as *condições de ajuste e*

³⁸⁹ Cyro Dutra Ferreira relata uma única escolha de gineteada como condição de ajuste. Flávio Xavier Krebs teria montado um cavalo “aporreado” (mal domado ou ainda meio selvagem) de propriedade da Brigada Militar. A prova – “a mais autêntica das Condições de Ajuste!” – foi feita no campo de instruções do Regimento Bento Gonçalves, no bairro Partenon. (Ferreira, 1987: 48). Flávio Xavier Krebs é, hoje, membro da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos e reside na cidade de Santa Maria.

³⁹⁰ Ainda em novembro de 1948 esses textos de iniciação começaram a ser publicados em um boletim oficial de divulgação do CTG porto-alegrense, chamado “O 35”. O primeiro editorial (assinado por Paixão Côrtes, Dirceu Tito Lopes, Cyro D. Ferreira e Ivo Sanguinetti) apresentou-o como um “jornalzinho crioulo”, destinado a servir como “sentinela avançada do nosso regionalismo, dos costumes e das nossas belíssimas tradições”. A capa trazia um artigo do historiador e militar Olyntho Sanmartin, intitulado “Tradição Gaúcha”. Nas quatro páginas seguintes distribuíam-se o texto de “ajuste” de Cyro Ferreira (uma digressão sobre a “Saudade do Pago”), as notícias do expediente do 35 e uma série de “máximas” de “filosofia campechana”. (Côrtes, 1994: 150 et passim). O formato do boletim, descrito por Paixão Côrtes, corresponde em linhas gerais ao das colunas de “Regionalismo e Tradição” aparecidas nos jornais da capital. Dentre estas, as mais extensas e comentadas eram as colunas “Tradição” de Sady Scalante (primo de Barbosa Lessa) e do também radialista Laurindo Medeiros (iniciada em 1953 no Diário de Notícias), e a seção “Piquete do 35”, do jornal *A Hora*, na qual escreviam os patrões do centro. Dois anos depois, o mesmo jornal cria a seção “Regionalismo e Tradição”, assinada por Antônio Augusto Fagundes e Cyro Ferreira. No *Jornal do Dia* começa, em 1956 a coluna “Estância Piratini”, seguida da página “Regionalismo, Tradição, Folclore”, iniciada em 1958. Nesta

outros textos de *posteiros culturais* de novos centros em formação foram preencher as páginas semanais de jornais. Nelas, muitas vezes os titulares cediam lugar aos peões e patrões do interior para apresentarem seus folhetos de iniciação. Esses textos formavam o *corpus* doutrinário provisório de uma mobilização que se intensificava rapidamente. Além de enquetes sobre a melhor “filosofia” para o *tradicionalismo*, a coluna do *Diário de Notícias*, por exemplo, mantinha em caráter fixo as seções “o que vai pela querência”, com as notícias da semana sobre fundações de novos centros, organizações de congressos, festividades cívicas e homenagens a “vultos regionais”. Havia também o “teste da semana”, em que patrões, peões e capatazes de CTGs do interior e da capital elaboravam questões úteis às provas “de ajuste”, do tipo: “qual autor regionalista usa o pseudônimo de ‘piá do sul?’”, ou “qual o primeiro jornalista do Rio Grande do Sul?”. Outra seção destinava-se a diferenciar o “folclore” do “gauchismo”, expondo exemplos de cada qual em duas listas. A primeira enumerava, entre outros “fatos folclóricos”, modos “arcaicos” de elaboração de pratos típicos (como o “churrasco subterrâneo”), benzeduras, os nomes dos diferentes pêlos de cavalo, informações sobre danças, trajes, “meteorologia popular” etc. A lista do *gauchismo*, por sua vez, era toda voltada à chamada filosofia de galpão, com ditados e expressões “crioulas” do tipo “cheio como barriga de afogado”; “rodeio com dois guris pro mesmo lado é rodeio mal parado”, além de adivinhações.

A contar do Primeiro Congresso, em 1954, as “teses” é que freqüentarão os jornais, conformando a versão *prêt-à-porter* de um *regionalismo* apto a ser recopiado por todo um exército de mediadores distantes do circuito cultural mais prestigiado da capital.³⁹¹ Assim, os manuscritos feitos para serem julgados em assembleias de consócios, uma vez articulados às “invernadas de divulgação” e aos congressos, colaboraram para fazer da palavra impressa um instrumento primordial de convencimento público quanto ao embasamento “cultural” e

escreviam diversos autores, mais freqüentemente Dimas Costa, Adão Carrazzoni (“Zé Pingado”) e Walter Spalding.

³⁹¹ A título de exemplo, ver. Scalante, Sady; Lessa, L.C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 jul. 1953. “Tradição”. BAM TEMÁTICO, pasta 43 F-1682; Scalante, Sady; Lessa, L.C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 19 jul. 1953. “Tradição” BAM TEMÁTICO. PASTA 43, F-1687; Scalante, Sady; Lessa, L.C.B. “O que vai pela querência”. Idem, F – 1686 e Brockstedt, Fernando Augusto [patrão da ‘União Gaúcha’, de Pelotas]. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 ago. 1953. BAM TEMÁTICO, PASTA 43 F-1688.

“moral” do proselitismo tradicionalista criado no 35. É verdade que, dentro da diretriz mais geral de “zelar pelas tradições do Rio Grande, sua história, suas lendas, canções, costumes, etc.”³⁹² o empenho recreativo dos CTGs detinha um papel relevante, e certamente mais visível do que a produção de pesquisa. Os espetáculos *tradicionalistas*, até pela sua capacidade expressiva e arregimentadora, ocupavam realmente uma variedade grande de itens dos regimentos, assim como a maior parte das atividades divulgadas pelos Centros. Porém, a realização de bailes, desfiles e apresentações coreográficas não se constituía numa finalidade última dessas organizações, mas integrava uma ambição mais ampla de revalorização da história e do folclore locais, para o que um inventário prévio de “usos e costumes” colocava-se como tarefa indispensável.³⁹³

5.2. Na trilha da erudição

De imediato, a vontade de preencher as falhas de repertório compeliu os sócios do 35 a buscar ajuda entre produtores culturais mais experimentados, os

³⁹²Extrato do regimento do 35 no Boletim Mensal nº 1, reproduzido em Côrtes (1994: 139). Este tópico regimental do primeiro capítulo, onde são enumeradas as finalidades do Centro, repete-se em todos os regimentos de CTGs a que tivemos acesso (ver nota seguinte). Algumas variações podem ser observadas em regimentos de ctgs criados depois dos primeiros congressos tradicionalistas. Nesses, a parte recreativa é mais enfatizada e as finalidades “assimiladoras” do movimento aparecem com maior ênfase. Como ilustração, podemos citar as finalidades do CTG “Lanceiros da Tradição”, criado em Taquara, em 1959 e as do “Sinuelo do Bom Sucesso, de General Câmara. No primeiro, aparecem como objetivos do centro “a popularização de danças e músicas típicas”, a realização de “shows artísticos com motivos regionalistas”, de “churrascos para os associados e suas famílias”, além de “excursões artísticas ou pic-nic quando as circunstâncias o permitirem”. No segundo CTG citado, o intento é o de promover a “concentração de todos os sul-rio-grandenses sob o Pálio da tradição crioula”. Ver: Estatutos do CTG ‘Lanceiros da Tradição’. “Capítulo I – Do Centro e seus Fins”. Taquara, 1959, p. 1. (Cópia datilografada. BIGTF, pasta 4.5.16.5) e “CTG Sinuelo do Bom Sucesso”, Estatutos. Cap. I. “Do centro e seus fins”. General Câmara, junho de 1957, p. 1. (Cópia Datilografada. BIGTF, pasta 45.13.3.)

³⁹³ Uma amostra desse esforço arqueológico é dada pelos regimentos de CTGs do interior. Neles aparece em destaque, e com poucas variações, as mesmas atribuições do 35, no sentido de “organizar e manter um museu de objetos condizentes aos usos e costumes dos nossos antepassados; [...] de investigar e difundir episódios relevantes, ligados à história do Município, do Estado ou da Nação [...]”; de promover “conferências, pesquisas e concursos sobre folclore, arte e literatura regionais”, de “promover a pesquisa e estudo de tudo o que estiver ligado ao passado histórico do Rio Grande do Sul”; de “reunir e manter, na sede do Centro, livros, armas e objetos que digam respeito aos nossos costumes e ao nosso passado histórico”. Cf. trechos extraídos, respectivamente, dos regimentos: CTG Negrinho do Pastoreio. Estatutos. “Capítulo I. Das Finalidades do Centro”. São Francisco de Assis, 1953, p. 1 e 4. (BIGTF, Impresso, nº Registro 1695); CTG Pedro Vargas, Estatutos. “Cap. I Do Centro, sua sede, duração e seus fins”. Carazinho, 1954, p.1 (BIGTF, Impresso, nº Registro 1698); Estatutos do Centro de Pesquisas Folclóricas “Piá do Sul”. “Capítulo I. Das finalidades do centro”, Santa Maria, 1957, p. 3. (BIGTF, Impresso, Nº Registro 1696); CTG Sinuelo do Bom Sucesso. Estatutos. Cap. I. “Do centro e seus fins”. General Câmara, junho de 1957, p. 1. (Cópia Datilografada. BIGTF, pasta 45.13.3.)

autores considerados “entendidos” em *regionalismo*. A reportagem da *Revista do Globo*, citada linhas atrás, é uma amostra de que cedo se deram as primeiras investidas nessa direção.

O trabalho “no sentido de atrair para o 35 os intelectuais de renome, de modo a cumprir o ideal de uma orientação cultural bastante séria” (Côrtes e Lessa, 1975: 90) exigiu, além de um grande empenho em **pesquisa**, estratégias diversificadas de aproximação que ocuparam toda a agenda do Centro para o ano seguinte ao da criação. Enquanto Lessa e Côrtes mergulhavam na bibliografia³⁹⁴, foram tratando de concretizar o projeto da “biblioteca” e do “museu folclórico”. Na ausência de recursos financeiros, optaram por fazer visitas, seguidas do envio de ofícios circulares assinados pelo *patrão* do centro, às livrarias e a órgãos culturais do estado – como a *Globo*, o Museu Julio de Castilhos, o Arquivo Histórico e a Biblioteca Pública – tendo em mira a cessão de obras e objetos “em duplicata”. A campanha da sede também teve continuidade por meio de convites pessoais, feitos em audiências com o Governador Walter Jobim no palácio de governo, para comparecer aos ‘chimarrões’ do clube. Historiadores, escritores, músicos e artistas conhecidos passaram a ser sistematicamente solicitados pelo 35; pediam-se livros e documentos emprestados, trocavam-se informações em reuniões de cortesia por vezes fotografadas e noticiadas pela imprensa.

Como recompensa ao labor de divulgação, o capital social acumulado pelo 35 em apenas um ano de funcionamento já permitiu aos fundadores receber do governo a primeira incumbência de representação oficial do estado no exterior. Somados aos brigadianos do Clube Farrapos³⁹⁵, Antônio Cândido, Barbosa Lessa, Laerte Simch, Paixão Côrtes e Cyro Ferreira desfilam junto com uruguaios e

³⁹⁴ “Aí por fins de 1948 nós dois já estávamos doidamente mergulhados na leitura da bibliografia de História, Folclore, etc., para trocarmos impressões com nossos companheiros do ‘35’. [...] Em história liamos principalmente a farta bibliografia contemporânea do Centenário Farroupilha, em que pontificavam Othelo Rosa, Dante de Laytano e Walter Spalding. Catávamos informações nos velhos e preciosos ‘Almanaks’ e ‘Anuários’ de Alfredo Ferreira Rodrigues (Rio Grande) e Graciano Azambuja (Porto Alegre). Interessamo-nos por comparações gauchescas e outras expressões da lingüística regional, e assim conhecemos os glossários de Pereira Coruja, Romanguera Corrêa, Luiz Carlos de Moraes. E nesse mesmo caminho estavam as quadrinhas populares e ‘letras’ de antigas danças, coligidas [...] por Von Koseritz, Cezimbra Jacques, Apolinário Porto Alegre, Simões Lopes Neto e Augusto Meyer”. (Côrtes e Lessa, 1975: 101-102).

³⁹⁵ Tenentes Vasco Mello Leiria, Nero Silva e Átila Escobar, além do aspirante Vitor Mello Ferreira. Todos se associaram ao 35, e o aspirante Vitor passou a ser o Primeiro Trovador; apresentou-se mais tarde no conjunto Tropeiros da Tradição, criado por Côrtes. (Cf. Ferreira, 1987: 69-71).

argentinos no “Dia da Tradição” – data anualmente celebrada com paradas a cavalo em Montevideu. Esta viagem acabaria por revelar-se iniciática para o grupo. Ao visitarem sociedades tradicionalistas daquele país – como a *Sociedad Criolla Dr. Elias Regules e a Sociedad Potros y Palmas* de Montevideu, e a *Sociedad Artiguista* de Las Piedras – os rapazes se impressionam com o contraste entre a abundância, no Prata, de peças folclóricas bem características, e o pauperismo do repertório que tinham a oferecer aos “hermanos”.³⁹⁶ Depois de apresentados às pujantes demonstrações dos *tradicionalismos* vizinhos, os *tradicionalistas* do Rio Grande voltam com a certeza de que para levar ao 35 “danças tradicionais” que fizessem jus ao nome, teriam antes de “suar o topete”. (Côrtes e Lessa, 1975: 103).

Os afazeres se intensificam no segundo semestre, com a ampliação do programa da Iª *Ronda Crioula*. Além de incluir nos espetáculos a *meia canha* aprendida em Montevideu, a IIª *Ronda* reedita o desfile a cavalo do ano anterior, compondo-o, dessa vez, como cortejo de recepção aos restos mortais do pai tutelar da intelectualidade local, o “mestre” e patrono do *regionalismo literário*, Alcides Maya. Com o aval de Manoelito de Ornellas³⁹⁷, a Comissão organizadora da “volta à querência” do primeiro gaúcho representado na Academia Brasileira de Letras³⁹⁸ transfere-se para a sede do 35, dentro da Farsul. O programa distribuído aos sócios e aos jornais prevê treze dias de parceria entre estudantes, pedagogos, escritores, militares, representantes do executivo e de outros segmentos importantes da sociedade (como as imprensas escrita e falada), todos ligados à execução do certame.³⁹⁹

³⁹⁶ “Em todos esses locais, grupos de rapazes e moças nos homenageavam dançando várias das antigas danças nativistas platinas: gato, zamba, chacarera, etc. Chegamos a aprender com eles a ‘meia-canha’, que, por leituras, sabíamos ter sido dançada outrora no Rio Grande do Sul. Mas, em nossa apresentação mostramos algumas boas trovas repentistas, bonitas declamações algumas toadas modestas... e absolutamente nenhuma dança gaúcha! O que realmente conseguiu sacudir a alma de nossos ‘hermanos’ foi uma informal batucadinha à base de caixa-de-fósforos, ao ritmo de sambas e marchas cariocas...” (Côrtes e Lessa, 1975: 102).

³⁹⁷ Desde o baile da Primeira Ronda, e mais ainda depois da visita, feita no ano seguinte, ao galpão do 35, o hispanista Manoelito de Ornellas vinha saudando na sua Prosa das terças no Correio do Povo, o entusiasmado “protesto de jovens que vêm dos campos, contra o cosmopolitismo desfigurador da Metrópole”. (Cf. Ornellas, Manoelito. “À Maneira do Velho Braum”. In: *Máscaras e Murais de Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966, pp.137-138).

³⁹⁸ Alcides Maya ingressou na Academia de Letras em julho de 1914, sucedendo a Aluísio de Azevedo. Vinha de publicar suas duas obras de ficção – *Ruínas Vivas* (1910) e *Tapera* (1911) – além do ensaio crítico *Machado de Assis: algumas notas sobre o “humour”* (1912), tornado um clássico no gênero.

³⁹⁹ Na reunião para eleição da comissão executiva estavam presentes, entre outros: o Capitão

A celebração unificada das datas vizinhas da Independência e da Revolução Farroupilha começa com a repetição do acendimento da “Pira da Pátria” no saguão do Colégio Julio de Castilhos, de onde se recolhe uma centelha para ser transportada a cavalo até o CTG. Na chegada do corpo de Maya, a escolta de cavalarianos⁴⁰⁰ acompanha o automóvel com a urna funerária, que é conduzida até um grupo escolar. Na ocasião, discursam Darcy Azambuja – autor reconhecido como escritor *regionalista* e sucessor de Maya na ABL – falando em nome do IHGRS e da Academia Rio-grandense de Letras. Depois da homenagem de alunos e professores da referida escola, o desfile vai adiante, ponteados por clarins da Brigada Militar. Atrás, seguem a viatura da 3ª Região Militar, coberta pelas bandeiras do Brasil e do Rio Grande, o “pelotão tradicionalista” e os carros com as autoridades.

Próxima parada: o monumento ao herói Bento Gonçalves. Ao pé dele discursa, em nome “da mocidade gaúcha”, o primeiro *patrão* oficial do 35, Antônio Candido da Silva. Depois de executado o hino rio-grandense pela banda da Brigada, o cortejo finalmente se dirige para o cemitério da Santa Casa. Mais discursos, desta vez pelo médico e ex-chefe da Instrução Pública no estado, Raul Bittencourt e, em nome da família do homenageado, Floriano Maya d’Ávila.⁴⁰¹ A urna, envolta na bandeira sul-rio-grandense, é então recolhida ao panteão sob os clarins da Brigada. Toda a solenidade é transmitida pela Rádio Farroupilha, sendo preenchida com palestras do sócio fundador do 35 Glaucus Saraiva, do historiador

Ernani Trein, representando o governador Walter Jobim; o Comandante da Brigada Militar e futuro interventor do estado, Walter Perachi Barcelos; o Presidente da Liga de Defesa Nacional, Major Darcy Vignoli; os escritores, críticos e historiadores Manoelito de Ornellas, Athos Damasceno Ferreira e Carlos Dante de Moraes; o historiador militar Olynto Sanmartin, pela Academia Rio-grandense de Letras. A comissão oficial acabou integrada pelos seguintes nomes: Manoelito de Ornellas, Amândio Bicca (*patrão* do 35); J.P. Coelho de Souza, presidente em exercício do IHGRS e ex-Secretário estadual de Educação (no período 1937-1945, quando dirigiu a campanha de nacionalização das colônias imigrantes); Major Darcy Vignoli; Olynto Sanmartin; João Bergmann, como Presidente em exercício da Associação Rio-grandense de Jornalistas; Mário Chaves, presidente do Grêmio Gaúcho; Antônio J. Leiria, representando o Departamento de Tradições do Colégio Julio de Castilhos; Major Mário Marques Fernandes, Presidente do Clube Farrapos (da Brigada Militar); Adail Borges Fortes da Silva, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. (Cf. Côrtes, 1994: 157 e 158).

⁴⁰⁰ A guarda de “honra” de Maya era integrada por sócios do 35, do “Farrapos” (Clube de Oficiais da Brigada Militar), do “Grêmio Gaúcho” e do “Fogão Gaúcho”, CTG criado meses depois do 35 no município de Taquara.

⁴⁰¹ Em 1955, a convite de Laytano, Floriano Maya D’Ávila publica o artigo “Ruínas Vivas”, em homenagem ao parente no quinto número da Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que havia sido relançada pelo diretor quando de sua posse, em 1952.

Walter Spalding e do escritor e crítico Manoelito de Ornellas – que se declaram alinhados com os novos “bravos de 35”.

Ainda como parte do programa, são abertas duas exposições. A primeira, no edifício Sulacap, voltada à apresentação de objetos “crioulos” emprestados pelo “museu” do CTG; a segunda, no interior da livraria Kosmos, de livros e de “pintura regional”, incluindo as “obras de peões do 35”. Na seqüência, o Centro capitaneia uma série de três conferências sobre história e literatura, proferidas por alguns dos nomes mais conhecidos da comunidade intelectual. São elas: “Antecedentes da Formação Rio-grandense”, por Moysés Vellinho; “Conflitos de Cultura”, por J.P.Coelho de Souza; e “Aquarelas do Pampa”, por Manoelito de Ornellas.

Na oportunidade, os aprendizes têm pela primeira vez a chance de se dirigirem “em casa” à nata intelectualidade reunida. Representando a vanguarda juvenil de um esforço coletivo de proteção à cultura da “província”, Barbosa Lessa, no discurso de recepção a Moysés Vellinho, apela à concretização de uma união que há muito deveria ter sido selada:

Hoje, vós não podeis perceber o que representa para nós a vossa presença. Passatempo de gurizada, eis o que nos pareceu ter sido até hoje o pensamento do mundo cultural a nosso respeito. Nós, os moços do ‘35’, sentimos muito o abandono em que ficamos nesta campanha. Criámos que, ao lançarmos o grito em defesa de nossas tradições, nosso simbólico galpão seria logo tomado pelos homens de letras. Entretanto, dois anos se passaram, e poucos, muito poucos, foram os novos companheiros que vieram pedir pouso neste teto de santa-fé. O 35 pode fazer muito, senhores. E deve fazer!” (Lessa, apud Côrtes e Lessa, 1975; 91)

Os termos desse chamamento guardam um tom reivindicativo. Nas entrelinhas, ele manifesta certa frustração da expectativa de que a ressurreição da *gauchesca*, cumprida pelo 35, fosse atrativa para os intelectuais e artistas de formação cosmopolita, também encantados pelas imagens pitorescas do estado e temerosos pela destruição desse patrimônio. Havia razões para acreditar nessa aliança, já que “mestres” e “novatos” concordavam quanto aos graves desafios apresentados pela conjuntura. Mais do que a concorrência estrangeira, eles dividiam a certeza de que as principais ameaças vinham do âmbito interno. Todos tinham motivos para lamentar que, culturalmente, o Rio Grande do Sul estivesse

transformado em “mero receptor” do Rio de Janeiro – este o “*centro* de irradiação de modas para todo o contexto brasileiro”. (Côrtes e Lessa, 1975: 80). Diante de uma realidade desanimadora, desejavam cumprir a missão de vencer a concorrência do personagem *folk* local com outras mitologias mais conhecidas de representação do homem rural brasileiro.

Essa convergência de interesses sobre uma cultura *regional* ameaçada sempre foi uma idéia bem manipulada pelos *tradicionalistas*, que dela se apropriaram para afirmar a vocação coesiva e redentora do movimento. Falando em nome das populações do campo, eles apresentavam seu proselitismo aos intelectuais urbanos ao mesmo tempo como uma solução para problemas sociais – a fixação do homem a terra, a “nacionalização” das populações imigrantes⁴⁰² – e como uma responsabilidade individual – isto é, como atitude necessária à superação de um certo bovarismo de quem prefere reverenciar tradições alheias a descobrir as próprias. Em sua incansável busca pelo “autêntico”, os fundadores do movimento reclamavam que por culpa da indiferença geral dos homens de cultura para com a cultura dos homens simples, o gaúcho vinha sendo alvo de uma série de mal-entendidos. Os habitantes da cidade, desinformados dos costumes de sua própria *querência*, costumavam confundir-lo com a figura desairosa do caipira – popularizada no retrato do *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato – e não reconheciam nos paramentados gaúchos do 35 a estatura do homem da campanha.⁴⁰³

⁴⁰² “País de imigração, o Brasil precisa acomodar o alienígena, desde sua entrada em nossa terra, às tradições fundamentais da nacionalidade, vinculando seus filhos adotivos às raízes sociais que embasam nossa pátria em seus distintos rincões. No Rio Grande do Sul esse processo é facilímo, bastando boa-vontade de parte das autoridades encarregadas da tarefa. Ainda mais agora, que em cada município gaúcho vêm nascendo esses inumeráveis centros de civismo, que são os ‘Centros de Tradições Gaúchas’ (...) Compete-lhes mobilizar as tradições locais de civismo, dignidade, trabalho e fé e apresentá-las, já catalizadas por obra do amor e da compreensão, aos advenas que aqui aportam em busca da promessa, a fim de assegurar-se, realmente, a continuidade histórica do país. – Resumindo, numa só palavra, pode-se dizer que tudo vale graças à QUERÊNCIA. Afinal de contas, querência é não somente lugar em que se nasce, mas onde a criatura vive e cria raízes psicológicas e sociais. (Scalante, Sady; Lessa, L.C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 jul. 1953. “Tradição”. BAM TEMÁTICO, pasta 43 F – 1682).

⁴⁰³ É comum os *tradicionalistas* referirem a dificuldade de convencer a população de Porto Alegre da diferença entre bailes gauchescos e caipiras. O fato, porém, é que nos primórdios do 35 os *tradicionalistas* é que compareciam pilchados nas festas juninas, também fazendo aparições “a caráter” em lugares mais triviais, como cinemas e restaurantes – para escândalo dos freqüentadores. Mesmo assim a queixa da confusão – e, em certo sentido, da contaminação – do gaúcho pelos aparentados paulista e mineiro não se limita ao começo do *tradicionalismo*, mas percorre sua história de ponta a ponta. Veja-se a transcrição, no *Jornal do Dia* de junho de 1963, da violenta nota escrita por Antônio Augusto Fagundes e publicada na coluna *Regionalismo e Tradição*, de *A Hora*, de 24/05/55: “É sempre enojados que registramos quase todos – ou todos –

Para pior, o personagem mítico e seus herdeiros “reais” – os potenciais “produtores” de folclore no presente – vinham sendo literalmente dizimados pela política econômica do governo e jogados à indiferença e à miséria por um progresso, que, afinal, revelava sua face mais perversa. Com esse diagnóstico, os “campeiros” do 35 faziam coro às advertências lançadas por Moysés Vellinho nos editoriais da *Província de São Pedro*, acerca dos efeitos do declínio do setor primário sobre o cerne cultural do Rio Grande. Ratificavam a missão de socorro aos “legítimos detentores da tradição gaúcha e esteio de nossa riqueza”.

Às belezas das nossas cidades devemos antepor as belezas dos campos. E devemos tudo fazer para que, na realidade, estes exemplos sejam belos. Unamo-nos! Se o grito de meia centena de jovens não pode ser ouvido, juntemos outras centenas. Estendamos nossas vistas ao homem do campo. Alcancemos nossos braços aos gauchitos que nascem, já sufocados por uma civilização estranha, em ranchos paupérrimos e esburacados pelos aguaceiros. Revivamos o passado, senhores, mas pensando no presente e com os olhos no futuro!⁴⁰⁴

Cumpria-se assim, mais uma vez, a sentença de Casares, de que o “caráter mais perdurável do gaúcho é sua deplorada extinção”. (Casares, 1988: 558). Com um agravante: se até então o aniquilamento social do herói alimentava seu poder de interpelação afetiva, desta vez o personagem e seu éden pampeano enfrentavam a ascensão de uma contra-memória, baseada na restauração da honra imigrante. Nas instituições políticas, a força social e econômica adquirida por esse

os anos a ridícula história dos bailes ‘à caipira’, onde palhaços travestidos pretendem ser os interioranos do Centro do país, numa caricatura grotesca e sem a menor razão de ser. Acontece sempre nos festejos juninos. Não adianta a grita dos Centros de Tradições. Não adianta a voz dos bem intencionados, que se ergue contra tal atitude. [...] E não adiantam os exemplos de algumas entidades sociais, que programam e levam a cabo bailes verdadeiramente tradicionais, na expressão da palavra, registrando êxitos sobre êxitos, nas festas onde não é permitida a entrada de pessoas vestidas de palhaços. [...] Por que não se troca uma palhaçada alienígena por uma coisa bela e verdadeiramente nossa?” (“Continua aumentar, nas festas juninas, a confusão entre ‘Caipira’ e ‘Gaúcho!’”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 29 jul. 1963, “Regionalismo, tradição, folclore”. BAM TEMÁTICO. Pasta 39– F 1613). Na verdade, na medida em que o tradicionalismo funda uma ética de investitura identitária, ou seja, uma prática de “culto” baseada na “vivência” da tradição, ele impõe como dever dos praticantes incorporar os signos da vinculação com o passado ao cotidiano presente. Desse ponto de vista os que usam as “pilchas” como “fantasia”, seja ela caipira ou qualquer outra, cometem uma heresia. Este raciocínio embasa a posição de Walter Spalding a respeito do problema, ao sugerir que a melhor forma de prevenir a confusão é proibir o uso das “pilchas” em circunstâncias não cerimoniais, como fazia o governo de um país vizinho. Segundo o historiador, “É o traje nacional do gaúcho uruguaio que não pode ser conspurcado em festinhas caipiras (como, infelizmente, acontece entre nós), carnaval e outras sem significado caracteristicamente regional.” Ver Spalding, Walter. “A Brigada Militar do Estado e a Tradição”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jun. 1956. BAM TEMÁTICO. PASTA 79 – F- 2091.

⁴⁰⁴ Scalante, Sady; Lessa, L.C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 19 jul. 1953. “Tradição”. BAM TEMÁTICO. PASTA 43, F – 1687.

contingente já vinha se refletindo na conquista de cadeiras na Assembléia Legislativa.⁴⁰⁵ No debate cívico, ela se manifestava pela crescente valorização do *colono*, eleito símbolo de progressismo e trabalho exatamente no momento em que as “cabeças pensantes” discutiam a “nordestinização” do Rio Grande pastoril.⁴⁰⁶

Um argumento central na retórica *tradicionalista* é que diante de tamanhos desafios as reações deviam ultrapassar o universo restrito da palavra escrita. Era preciso que os grupos mais bem situados, os governantes e os pensadores do Rio Grande despertassem para a experiência dos melhores sentimentos legados pelo

⁴⁰⁵ Segundo o historiador Jean Roche, as colônias alemãs e italianas foram as zonas de maior potencialidade econômica no estado, constituindo-se no núcleo de seu desenvolvimento industrial. Como ilustração, o autor mostra que, no final da década de vinte, o produto do imposto sobre indústrias acumulado em dez municípios da Serra superava em dezoito vezes a receita acumulada nos dez principais municípios da Campanha. (Roche, 1969: 507-514). Nos anos cinquenta, com a crise do modelo agropecuário essa diferença, além de aumentar, ganha expressão política. René Gertz, em artigo publicado no volume “Nós, os Teuto-gaúchos”, retoma a análise de Roche para analisar a surpreendente ascensão imigrante nas eleições de 1945 e 1947: “Se até 1945 era impossível imaginar que alguém do ‘mundo colonial’, de nome alemão ou italiano, aspirasse ao cargo de governador e se na Assembléia Legislativa nunca houve mais de 15% de representantes com sobrenome originário desses dois grupos, na Assembléia eleita em 1947 os nomes alemães e italianos representavam, juntos, 42% do total.” Os nomes alemães, especificamente, somavam 30% desse total, enquanto o contingente de origem alemã no estado era de 21%. (Gertz, 1998: 177). Pode-se dizer que o tradicionalismo foi parte da intensa mobilização, suscitada por esse avanço político, nas regiões tradicionais. Neste sentido, parece evidente que o patrocínio estatal alcançado pelos tradicionalistas tivesse em seu horizonte a questão, discutida nas esferas diplomáticas e militares durante a guerra, do “desequilíbrio étnico do Brasil e da necessidade de integração das colônias imigrantes ao sul. Não é de admirar que João Coelho de Souza, Secretário estadual de Educação durante o Estado Novo, visse no movimento a continuidade “informal” da campanha de nacionalização que presidira na década anterior. Ver Souza, J.P. *Conflito entre Culturas*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.

⁴⁰⁶ Em consonância com a ascensão política da pequena burguesia da zona colonial, no pós-guerra, a imagem do “colono” começa a ser reabilitada para representar o “progressismo” do sul e a alvura de sua população em relação à do restante do Brasil. Nesse momento, grupos escolarizados de teuto e ítalo-descendentes reverterem sua identidade em emblema, a partir de uma nova simbologia de exaltação étnica, do trabalho e da ascensão social. A análise de Coradini (2003) confirma o aparecimento desses novos modelos identitários, ao observar que no bojo do processo de diversificação das definições do *regionalismo* depois da deposição de Vargas, encontra-se a substituição do modelo republicano por mitologias “mais centradas na necessidade de incorporar o conjunto de categorias ou grupos étnicos regionais”. (Coradini, 2003: 135). Em outras palavras, “os critérios de inclusão no ‘panteão’ regional tendem a se deslocar das figuras políticas de destaque para as ‘eminências’ em voga em diferentes esferas sociais”. (Coradini, 2003: 135). Contudo, a reversão do estigma colono é complexa, passando não apenas pela fundação de novas mitologias, mas também pela adesão aos modelos clássicos de representação do gaúcho, retomados pelo *tradicionalismo*. Para surpresa dos próprios fundadores do movimento, ao contrário de um certo grau de rejeição verificado na capital, seguiu-se à criação do 35 CTG a fundação de centros em áreas de colonização alemã e italiana. Em pleno pós-guerra pequenos municípios não recobertos pela paisagem pampeana nem pela economia ligada ao latifúndio agropecuário, buscaram integrar-se ao modelo de representação baseado na campanha. Sobre o sentido estratégico dessa adesão ao gauchismo por grupos que há pouco tempo tinham sido alvejados por acusações de “quinta-colunismo”, ver Oliven (1992a:79-80).

passado:

[...] não é só na desenvoltura do corpo que esse sentimento se manifesta! Todos os dias estamos vendo brotar, aqui ou ali, mais um coração verdadeiramente gaúcho vemos lutando, pelas coisas nossas, índios⁴⁰⁷ que nunca conheceram a sensação de se tirar um laço [...] é porque o sangue vem da mesma vertente! Se uns dão evasão ao seu amor ao pago apartando boi na beira do rodeio, outros o fazem reculutando [arrebanhando] letras, mas todos com o mesmo espírito que nos foi legado pelos nossos antepassados [...]⁴⁰⁸

Se a geração de trinta falhara na tentativa de agauchar do Brasil, vinte anos depois, outra geração tratava de levantar a auto-estima de um Rio Grande pressionado pela “padronização cultural”, de um lado, e pela “presença alienígena”, de outro. Incutir “no povo” uma ética *tradicionalista*, fazer de cada cidadão rio-grandense um gaúcho, parecia o meio mais eficaz de resistir ao apagamento da sua fisionomia:

O que é preciso [...] é a existência de um espírito tradicionalista, uma índole gauchesca, fundadas [sic] especialmente no amor ao Rio Grande e ao Brasil. O que é preciso, isso sim, é uma certa independência, reflexo desse amor, que impeça sejamos confundidos com outros povos [...] antes de ser um campeão, antes de ser um conhecedor de nossos costumes ou de nossa história, antes de ser um bailarino e acima de tudo isso, o cultor das tradições é um batalhador idealista pelo alevantamento cultural e moral da nacionalidade brasileira, mormente do Rio Grande do Sul que tanto amamos.⁴⁰⁹

Porém, por trás dos acordos aparentes, jaziam desconfianças mútuas. As proezas do centauro, por surradas e politicamente suspeitas, vinham sendo rebatidas entre alguns escritores e folcloristas mais renomados. Enquanto isso, os novos especialistas do entretenimento gauchesco, ao retomarem a produção bibliográfica da geração anterior, viam a inocuidade de um folclore resumido à ciência – especialidade de poucos eruditos, em geral afastados do grande público. Também por esse motivo, ao se aprofundarem na matéria, Lessa e Côrtes notaram que folcloristas nordestinos e paulistas eram favorecidos por melhores meios e

⁴⁰⁷No léxico *tradicionalista*, “índio” é sinônimo de gaúcho, peão, ou “indivíduo valente, bravo, disposto, destemido, valoroso”, assim como “indiada” é um “grupo de gaúchos”, “peonada” ou agrupamento de homens”. O significado sem eira-nem-beira do antigo *gaudério* é reservado nesse vocabulário a “índio vago” – “vagabundo, malandro, gaudério”, ou, simplesmente, “pessoa que viaja muito”. (Cf. Nunes; Nunes, 1990:246).

⁴⁰⁸ Ferreira, Cyro. In: *A Hora*. Porto Alegre, 03 ago. 1955. (Coluna “Piquete do ‘35’”). Hemeroteca ITF, pasta 33.

⁴⁰⁹ Galli, D. & Brockstedt, F. “Ser Tradicionalista”. In: *Semanário Hoje*, Rio Grande, 5 jul. 1957. Hemeroteca ITF, pasta 31.

circunstâncias. Eles podiam “ver” o folclore na rua, “[...] sem a necessidade de cansativas pesquisas nem a necessidade de agremiações incentivadoras”.⁴¹⁰

Diferentemente do Nordeste, no Rio Grande o que deveria ser o legado cotidiano de uma tradição oral e iletrada havia-se transformado em um verdadeiro quebra-cabeça, ofício de contumazes freqüentadores de arquivo. Nas prateleiras das bibliotecas a matéria já era escassa, enquanto as danças, a música, a linguagem e as demais expressões culturais gauchescas eram recebidas pelo público da cidade como inéditas. Perplexos, ao irem buscar no campo o que não encontravam nos livros (as coreografias), os novos investigadores notam a semelhança das músicas dançadas em Porto Alegre com aquelas tocadas nos bailes rurais. (Côrtes e Lessa, 1975: 103). Penalizam-se com a necessidade de estilizações, argumentando que justo porque a urbanidade vinha se sobrepondo à cultura das comunidades campesinas, neste meio pouco folclore tinha sobrevivido. Tal estado de coisas pedia uma providência “prática” e urgente – tornar o *tradicionalismo* um “fato de aceitação coletiva”, espalhar entre o “povo” a “vivência” que os intelectuais da cidade relutavam em adotar.

5.3. A diáspora entre tradicionalistas e eruditos do Folclore

"Para nós, não era folclore. A palavra era tradição."

(Paixão Cortes, *Zero Hora*. Porto Alegre: 15 de maio de 2004).

Evidentemente, a suposição do “espírito tradicionalista” como solução final para a ameaça de descaracterização cultural do estado não era destituída de sentido tático. Militar pela “elevação cultural” do Rio Grande e subir no conceito dos intelectuais, era além de uma questão de sobrevivência, o meio mais rápido de concretizar o objetivo de fazer do *tradicionalismo* um “braço auxiliar do Estado”, alçando-o às instituições públicas. Afinal, “os mestres” eram os detentores dos espaços mais valorizados da imprensa, detinham cargos de confiança, compartilhavam da intimidade dos governantes, contatavam os editores, artistas e

⁴¹⁰ “Nunca havíamos saído do Rio Grande para outros estados do Brasil, mas, por leitura dos trabalhos folclóricos de Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga, Renato Almeida e mesmo por uma ou outra reportagem, sabíamos que nos demais estados havia uma série de manifestações coreográficas ou teatrais ainda vivas, atuantes, integradas à cultura popular, espontaneamente dançadas pelas camadas populares urbanas e principalmente pelas camadas populares rurais [...]: o samba de roda, a capoeira, o cateretê, o reisado, a chegança, o bumba-meu-boi, o boi-de-mamão, a congada, o côco, os moçambiques, os quicumbis, etc.” (Côrtes e Lessa, 1975: 103).

intelectuais de todo o Brasil. Figuravam, portanto, como agentes multiplicadores – e principalmente, legitimadores – desse projeto cívico junto às esferas mais influentes.

No começo, para os estudiosos mais velhos e bem situados, solidarizar-se com as promoções dos estudantes – fosse pela presença nas cerimônias, conferências e bailes, fosse através de declarações públicas de apoio à “mocidade gaúcha do 35” – de certa forma significava dar cumprimento ao legado de transmissão e valorização dos temas, obras e autores *regionais*. Dentro desse propósito, realmente a curiosidade de ex-alunos por um assunto que desde o Estado Novo deixara de figurar nos currículos do ensino secundário e superior reclamava a colaboração pessoal dos especialistas na matéria. Entre os autores que, nos anos trinta e quarenta, haviam firmado posição a favor da permanência do cânone regionalista na literatura, a tarefa era particularmente bem-vinda.⁴¹¹ Em contrapartida, o caráter um tanto espetaculoso do ativismo juvenil “bem intencionado” quanto às aspirações cívicas, mas precário quanto às bases *científicas* que deveriam orientá-lo, sugeria vigilância.

Na prática, as duas exigências foram satisfeitas por uma iniciação informal (no sentido de extradocente), oferecida aos potenciais discípulos por nomes de peso no debate “folclórico” local, como Ênio Freitas e Castro, Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding. Através desses autores, a CEF manteve, nos primeiros anos de atuação, uma troca uma intensa e sistemática com o 35, oferecendo auxílio e prefácios a Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, avaliando suas pesquisas, emprestando documentos e objetos do acervo do MJC, intermediando pedidos de doação.⁴¹² Além de delegar aos rapazes a programação “campeira” dos

⁴¹¹ É o caso do escritor, hispanista e ex-chefe do DEIP e da Imprensa Oficial do estado, Manoelito de Ornellas. Em discurso proferido como Presidente do I Congresso Tradicionalista, em 1954, este autor relembra a posição defensiva assumida no debate literário dos anos quarenta, quando críticos como Meyer e Vellinho acusavam a síndrome *passadista* do *regionalismo* literário: “Há 14 anos passados – 22 de outubro de 1940 – [...] o homem, a quem generosamente trouxestes à Presidência deste Congresso, erguia seu brado de alerta, para deplorar os caminhos que tomavam a literatura e a arte rio-grandense, divorciando-se do gênio da raça e alheando-se às misteriosas emanções da terra. [...] Haveis de permitir que vos recorde a advertência oportuna que fiz à interrogação restritiva que muitos olhares denunciavam, em 1940, de que não pregava, como se poderia supor, uma tradição *jacobinista*, nem um simples retorno à literatura de *capa e espada* [...]” (Ornellas, 1966 [1954]: 81 e 82).

⁴¹² Cabe lembrar que tanto a CEF como a *Província de São Pedro* publicaram, em 1954, a tese de Barbosa Lessa intitulada *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo* seguido, em 1956, da separata *Manual de Danças Gaúchas*. Enviado aos críticos do Rio de Janeiro através de Renato Almeida, o “Manual” chegou a receber efusivos elogios de Henrique Pongetti, conhecido editor que à época

dois “festivais de Folclore” organizados em Porto Alegre⁴¹³, e de comprar aquarelas sobre a evolução indumentária do gaúcho, executadas por uma das primeiras “prendas”, Isolde Brams, para distribuir entre os associados da CNFL, o Secretário incentivou Lessa e Côrtes a apresentarem trabalhos nos encontros da comissão.⁴¹⁴ Na mesma época, aproveitando os contatos da dupla com “patrões” de outros CTGs pelo interior, Paixão Côrtes foi credenciado junto aos delegados municipais da CEF “a fim de obter a colaboração mais assídua de tão necessários elementos”.⁴¹⁵

escrevia em *O Globo*. Outras intermediações podem ser encontradas na correspondência da CEF. Ver Arquivo AMJC CE 1952 v. 1. AP 1026 Of. nº 190, 30/5/52, de Dante de Laytano a, Vitor Cravo Teixeira, Patrão do “35 CTG”; AMJC, CE 1954, v1 AP 1031. Carta de 21/6/54 – de Dante de Laytano a Luis Carlos Lessa; Arquivo MJC, CE 1955, v. 1. AP 1033. Of 110, s/d. De Dante de Laytano a Ariosto de Brito Pereira, Patrão CTG “Cel Tomás Pereira Jr.”, de Venâncio Aires; AMJC CE 1955, v. 1. AP 1033 Of. 160, 18/3/55, de Dante de Laytano a Waldomiro Souza - 35 CTG; AMJC, CE 1955, v.2. AP 1034 Of. 561, 30/11/55, a de Olympio Biachi Gomes [subdiretor do MJC] a J. C. Paixão Côrtes.; A MJC, 1954, v. 2. AP 1032 Of. 430, 20/7/54, de Dante de Laytano a Renato Almeida.

⁴¹³ O primeiro, como parte da III Semana Nacional de Folclore, em 1950, e segundo, do congresso folclórico brasileiro de 1959. Os dois eventos tiveram programações festivas bem parecidas, compostas de exposições, apresentações, jantares e almoços de confraternização realizados nos grandes intervalos entre as sessões de estudo. As aberturas ocorreram nas Universidades Federal e Católica; as exposições, montadas em colégios públicos, no Museu Julio de Castilhos e na sede do *Correio do Povo*, exibiam a de culinária típica, discos, ilustrações e fotografias “documentais”, artesanato e outros objetos referentes a “temas populares e regionais”. As apresentações da Semana desenvolveram-se na capital – no Instituto de Artes em escolas públicas (caso do canto coral), e principalmente no clube Farrapos. Ali foram apresentados os bailados de Tony Petzold e as danças típicas do espetáculo “Festa no Galpão”, encenado pelos sócios do 35. Além disso, dois militares do Clube Farrapos deram, juntamente com o CTG, uma demonstração de “lides campeiras”, que incluía “marcação e castração de dois ‘toritos’ chucros”, doados à Comissão de Folclore pelo Prefeito de Viamão; “um galope de quatro burros aporr[e]jados, pertencentes ao Regimento Bento Gonçalves (doma); tiros de laço e pealos, carreiras em canchas retas.” (Cf o relatório “O Clube Farrapos na ‘III Semana Nacional de Folclore’”. In: CNFL/IBECC, s/d, p. 55). O IV Congresso acrescentou a divisão, tanto na parte festiva quanto nas conferências e “sessões de estudos”, entre “folclore campeiro” ou o “ciclo do gado”, e o folclore “de outras etnias”. Nas apresentações, incluiu além dos espetáculos e “demonstrações de lidas” do 35, excursões à zona colonial serrana e metropolitana, com uma visita a Caxias do Sul (cidade de colonização italiana) e Novo Hamburgo (alemã). A cobertura dos jornais encontra-se referida na lista de fontes.

⁴¹⁴ Em 1950, decidiu-se que todas as reuniões da CEF deveriam ser precedidas da leitura de uma comunicação original sobre o folclore sul-rio-grandense. Além de apresentarem textos nessas reuniões, Barbosa Lessa e Paixão Côrtes comunicaram suas pesquisas nos encontros Nacionais. Ver “PARTICIPANTES DA SEMANA” In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago 1950, p. 5, “III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE” In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 ago 1950, p. 6, “Comissão Estadual de Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 dez. 1950. BAM TEMÁTICO – Pasta 25 – F-1263 e “Representação Gaúcha no I Congresso de Folclore”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 julho de 1951. BAM TEMÁTICO. PASTA 25, F – 1264. Depois da mudança para São Paulo, Lessa integra-se aos trabalhos da Comissão Paulista, onde reivindicará maiores estudos sobre “folclore branco”. Ver “Debatidas as relações entre o teatro e o folclore”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 18 ago 1960. BAM TEMÁTICO – F-0227.

⁴¹⁵ Por intermédio de Paixão Côrtes, Hugo Ramirez, patrão do ‘Galpão Campeiro’ de Erechim e ex-aluno de Dante de Laytano no curso de História e Geografia da UFRGS, é incorporado aos quadros da Comissão como delegado naquela cidade. Cf. “Comissão Estadual de Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 dez. 1950. BAM TEMÁTICO. PASTA 25 – F-1263. De passagem,

Mas, apesar de assídua, a convivência entre *tradicionalistas* e eruditos não foi pacífica. À proporção que na capital avançavam os contatos dos ideólogos com os líderes da CEF, o movimento ia expandindo sua rede de CTGs no interior. O caráter mormente festivo dessas associações recolocou entre os grupos a questão que nos primórdios do 35 já se encontrava latente, a respeito da “popularização” x “qualificação cultural” do movimento. Do lado *tradicionalista*, já antes do primeiro congresso, alguns colunistas, cientes do preço a pagar pela dispersão do culto inaugurado em Porto Alegre, tomam suas providências para evitar o afastamento da elite cultural porto-alegrense. Em 1953, a coluna do *Diário de Notícias* advertia que

O mau entendimento do que seja tradicionalismo tem levado alguns aficionados a realizá-lo de uma maneira contraproducente, deixando lugar a que o leigo interprete com descaso certos movimentos que possuem esse caráter. Com isso perde a tradição que, traída em seu espírito, é prejudicada na sua força de penetração nas camadas populares e nas elites. Apresentado de uma maneira formalística, deixa de atender a sua essência, nubla-se de certo modo sua seriedade e passa a ser encarada, apenas como um divertimento.⁴¹⁶

Para essas lideranças, a massificação introduz a necessidade de resolver doutrinariamente dois novos problemas. O primeiro se refere ao “desvirtuamento” moral do “culto à tradição” – tratando-se aí de determinar as tradições que merecem ser guardadas e as que não.⁴¹⁷ O segundo diz respeito ao relacionamento

cabe ressaltar a importância desses delegados municipais no cumprimento das tarefas ordinárias (e conjuntas) do Museu e da CEF. Esses eruditos do interior, que não tinham onde publicar e que encontravam dificuldade para entrar nas associações eruditas da capital, participavam das pesquisas da CEF como autores e como informantes, enviando contribuições para a revista do museu e para os boletins da Comissão, intermediando doações de acervo ou ainda oferecendo almoços festivos em suas propriedades rurais quando da visita de folcloristas de outros estados, de passagem por Porto Alegre. Não obstante esse papel estratégico, na lista de afiliados estampada na contracapa dos boletins, não constam os sócios do interior. Estes últimos geralmente compunham-se de figuras de proa na política dos municípios, como Luís Gomes de Freitas (Prefeito de Triunfo e “dono de um Museu Farroupilha naquela localidade), Ivo Caggiani (jornalista e administrador da restauração da casa que pertencera ao herói farroupilha David Canabarro em Livramento) e Biaggio Tarantino, jornalista de Rio Pardo, amigo de Laytano desde os tempos em que este atuara como Promotor na cidade (lembrando que ali residia a tradicional família da primeira esposa de Laytano, Ilha Lopez de Almeida).

⁴¹⁶ Dutra, João. *Diário de Notícias* Porto Alegre, 20 ago 1953. BAM TEMÁTICO PASTA 43 F – 1691.

⁴¹⁷ Essa é uma linha de argumentação bastante explorada por Walter Spalding. Em artigo intitulado “Tradição e Folclore”, publicado no jornal *A Hora*, em 1955, o historiador e folclorista defende a tese de que os dois termos “não se igualam, nem são, como pretendem alguns, sinônimos. [...] O Folclore se estuda, o Tradicionalismo se cultua. Dir-se-ão que há vícios tradicionais. É certo. Sendo vícios, porém, não devem ser cultuados por prejudiciais, mas observados, estudados e, deles, extraídos os fatos folclóricos, que bem podem ser a causa primordial do ‘vício tradicional’. O vício da bebida pode figurar entre as tradições condenadas, isto é: entre as que devem ser

com as ciências, ou, nas palavras dos atores – às ligações da “tradição” com o Folclore, com a História e com a Sociologia. Ainda que uma solução oficial tenha sido dada em 1954, com a votação da “carta de princípios”, apresentada por Barbosa Lessa à primeira assembléia de CTGs, pode-se dizer que a questão permaneceu em aberto durante toda a trajetória do movimento.

O fato de que o *tradicionalismo* estivesse escapando ao controle dos próprios fundadores foi bem percebido pelos representantes mais prestigiados das letras, a julgar por suas reações, também ambíguas, à expansão dos CTGs. Um indício das divisões suscitadas pelo agigantamento do “surto” *tradicionalista* entre a comunidade intelectual é que, entre os tantos presentes na sede do 35 quando da primeira apresentação de resultados das pesquisas de Lessa e Côrtes, em 1952, apenas Ornellas e Spalding seguissem adiante, como *peões honorários* do 35. Apesar de, como Secretário da CEF, Dante de Laytano enviar a cada congresso tradicionalista o apoio oficial da comissão⁴¹⁸, a contar de 1955, ele deixa de atender às solicitações de CTGs para conferências. Àquelas alturas já não pegava bem andar acompanhado do que acabara se revelando uma prática cívica de gosto “duvidoso”. Por isso, ao repassar ao IHGRS pedidos de doação recebidos de Centros do interior, o secretário da CEF se desculpava com o Presidente e consócio Guilhermino César, pedindo que considerasse “o papel do Museu do Estado no campo da defesa da tradição e o culto da história, além do fato de ser uma repartição pública devassada demais e daí a função de intermediário que tenho de desempenhar”.⁴¹⁹

Uma motivação menos aparente para esse cuidado é que os historiadores e críticos, tendo em mira a existência pregressa de uma tradição literária “centauriana” revelada desfavorável naquele contexto, vinham desenvolvendo

estudadas mas não cultuadas, mesmo porque vício não é tradição.” (Spalding, Walter. “Tradição e Folclore”. *A Hora*, Porto Alegre, 31 ago 1955, p. 10.)

⁴¹⁸ A “Mensagem aos Tradicionalistas” enviada, através de Barbosa Lessa, pela Comissão Gaúcha de Folclore ao I Congresso Tradicionalista dizia: “A Comissão Estadual de Folclore aprovou [...] uma moção de aplausos, simpatia e solidariedade ao I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, manifestação intelectual que honra o passado e a cultura do gaúcho. O papel importante que desempenhará o Congresso inclui a renascença ao amor pelas coisas do pago, a força que principalmente vem desempenhar a mocidade de nossa terra e a colaboração que a Comissão Estadual de Folclore empresta através de quatro de seus destacados, brilhantes e distintos elementos que são Manoelito de Ornellas, Walter Spalding, J.C. Paixão Côrtes, e Luís Carlos Lessa.” AMJC CE 54, v.1 AP 1031, Of. S/n, 21/6/54 .

⁴¹⁹ MJC CE 1953. AP 1029 Of. 133, de 26/2/53. Dante de Laytano a Guilhermino César.

uma estratégia distinta para o propósito, também diverso, de restabelecer o prestígio das letras locais, satisfazendo assim a seus próprios interesses. Na produção escrita do Presidente da CEF e dos escritores convidados a integrar nominata da comissão, nota-se a intenção explícita de operar exatamente sobre a pluralidade de tipos humanos no Rio Grande do Sul. Em outras palavras, esses autores faziam questão de ressaltar as diferenças entre o *gaúcho* histórico e o atual habitante do estado, entre o estereótipo luso-brasileiro da fronteira, consagrado na produção histórico-literária, e a diversidade de *gaúchos* da serra, do litoral, das Missões⁴²⁰ e de outras etnias que deveriam ser consideradas nos estudos mais recentes, mas que eram postas de lado nos rituais festivos do *tradicionalismo*.

Assim, não obstante o entusiasmo inicial de alguns para com esses “jovens devotos do Rio Grande”, a posição da intelectualidade local no sistema de intercâmbios que arma a concorrência inter-regional entre as elites culturais contribuiu para estabelecer uma diferença de fuso e de abrangência entre as formas “acadêmica” e “tradicionalista” de recuperação da cultura *regional* vis-à-vis da nação e dos outros estados. Enquanto o projeto de um folclore *científico* proposto pelos autores mais velhos tratava de “nacionalizar” o gaúcho, inserindo-o em um padrão cultural *brasileiro* forjado à revelia das condições internas de representação da *região*, entre a juventude *tradicionalista* a ordem era, inversamente, “reagauchar o Rio Grande”, propondo uma volta às origens rurais como saída para os desafios de uma “época conturbada e perigosa – como a que o mundo contemporâneo atravessa, quando todos os povos marcham não só sem saber para onde vão, mas também sem saber o que são”.⁴²¹ Implica dizer que para

⁴²⁰ A região das Missões é assim chamada em alusão aos “Sete Povos das missões”, reduções de índios guaranis catequizados pelos jesuítas a serviço da coroa espanhola. Essas aldeias foram criadas ao longo do século XVII, depois da destruição das primeiras reduções do Tape e Guairá pelos bandeirantes, entre 1630 e 1639. As experiências mais antigas de catequizações abrangiam, em termos geopolíticos, o sul do Paraguai, o nordeste da Argentina e o sudeste do Brasil. Já os “sete povos”, criados com o retorno dos índios reduzidos que haviam cruzado o rio Uruguai, eram formados pelas reduções de São Francisco Borja (1682); São Nicolau (1687); São Luiz Gonzaga (1687); São Miguel Arcanjo (1687); São Lourenço Mártir (1690); São João Batista (1697); e Santo Ângelo Custódio (1707). Localizam-se no noroeste do Rio Grande do sul, entre a fronteira com a Argentina e com os campos de cima da serra, sendo geralmente definida como área banhada pelos rios Ijuí, Ibicuí, até o Jacuí. Esta região, alvo de periódicos ataques bandeirantes, permaneceu em litígio entre espanhóis e portugueses desde 1750, e só foi permanentemente ocupada por eles em 1801, com o tratado de Badajoz.

⁴²¹ Scalante, Sady; Lessa, Luis Carlos B. “O tradicionalismo à luz da sociologia”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 jan 1954. “Tradição”. BAM, TEMÁTICO, PASTA 28 – Congressos de Tradicionalismo – F – 0190.

estes era preciso salvar UM gaúcho – o fronteiro – entre as variedades possíveis.

Na contramão dessa idéia, os representantes da “alta cultura”, ao manipularem a defasagem existente entre os sinônimos anteriores do vocábulo e sua posterior significação gentílica, tentavam redimensionar diante dos pólos culturais mais cosmopolitas – em especial, *a corte* – a participação de uma “civilização eqüestre” para a configuração presente do mapa cultural da *provincia* e, portanto, de seus habitantes. Era preciso explicar, como explicou Dante de Laytano a Otávio Tarquínio de Souza: “Que o Rio Grande se divide em duas partes: regional e anti-regional. O citadino e o rural, os pampas e o cimento armado. Érico Veríssimo ia nos definir. O Rio Grande tinha sido uma civilização eqüestre, como diria Oliveira Viana. Mas possuíamos uma civilização a pé. Não estávamos só no ciclo do gado”.⁴²²

De fato, com esse mesmo propósito “desmistificador” Érico Veríssimo iniciara, com a publicação de *O Continente*, em 1949, sua conversão ao romance histórico, exercendo a partir dali uma força redefinidora sobre o cânone e a memória *regionalista*. O movimento intrínseco a esse acontecimento – ou seja, a reaproximação existencial com um passado coletivo – foi exaustivamente abordado pelo autor em suas memórias. Nelas, o despertar para os recursos poéticos e dramáticos da história local é recordado em termos explicitamente revisionistas, numa atitude típica da época:

Nossos livros escolares feios, mal impressos em papel amarelado e áspero – nunca nos fizeram amar ou admirar o Rio Grande e sua gente. Redigidos em estilo pobre e incolor de relatório municipal, eles nos apresentavam a História do nosso Estado como uma sucessão aborrecível de nomes de heróis e batalhas entre tropas brasileiras e castelhanas. (Ganhávamos todas) [...] Parece incrível, mas só depois de adulto é que vim a descobrir que Rafael Pinto Bandeira [...] era na realidade um mirífico aventureiro, cujas façanhas guerreiras e amorosas nada ficavam a dever em brilho, audácia e colorido às dos mais famosos espadachins da ficção universal. Concluí então que a

⁴²² “Tarquínio queria saber por que eu não escrevia na linguagem dialetal. Expliquei que isso era um passo com impulso do estado de espírito, para mim. Tinha que vivê-lo. E eu era um habitante urbano e não campesino. Que o Rio Grande se divide em duas partes: regional e anti-regional. [...]” (Laytano, 1986: 48) Na mesma linha segue a argumentação exposta pelo secretário da CEF no estudo do linguajar do gaúcho: “Não se diga que todos os gaúchos bem conhecem [o] variado e pródigo vocabulário gauchesco [de Simões Lopes Neto]. O gaúcho urbano é um, e o gaúcho da campanha é outro. Existe ainda o gaúcho proveniente de outras etnias. É o caso também de considerar a pampa, as fronteiras e a serra como ‘habitat’ do gaúcho do Rio Grande do Sul. E o homem do litoral? E a gente da chamada região colonial que são de descendência alemã e italiana, em mais de cinquenta cidades pequenas e grandes e médias. Como falam? Compreendem mesmo o linguajar do gaúcho?” (Laytano, 1981: 231).

verdade sobre o passado do Rio Grande devia ser mais viva e bela que a sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa História, mais convencido ficava da necessidade de desmistificá-la. (Veríssimo, 1994: 289, v.1)

Não seria o caso de examinar em toda a extensão do problema o modo inovador como Veríssimo, em *O Tempo e o Vento*, apropria-se dos mitos fundadores da *região* para atualizar a identidade do Rio Grande, do *gaúcho* e a sua própria. Bastará aos limites deste tópico enumerar algumas referências pouco usuais presentes naquela obra, e que embasam tal procedimento. O inusitado começa pelo lugar de nascimento do clã Terra – e, metaforicamente, do “Continente” fundado por essa estirpe – que em vez da cidade de Rio Grande⁴²³, é recuado para as Missões jesuíticas. Mas, embora os Terra venham dali, não é a região das Missões, nem o tradicional ambiente da campanha o cenário privilegiado na ficção de Veríssimo. É a serra e o planalto – área onde se localiza Cruz Alta, cidade natal do autor.⁴²⁴ Em Cruz Alta, como na fictícia Santa Fé, as estâncias de criação de gado convivem com a ascendente agricultura e o comércio praticado por teuto e ítalo-descendentes – diversificação esta que permite, como bem ressaltou Lígia Chiappini (2000), tomar o município como uma espécie em microcosmo do Rio Grande do Sul.

Há ainda outros indícios contundentes de que o paralelismo entre a saga do autor, dos personagens e do território se estabelece sob um código diverso do tradicional. Existe na força das personagens femininas Ana Terra, Bibiana, Maria Valéria e Luzia, a sugestão de que a história de uma sociedade dominada pelos homens precise ser recontada do ponto de vista das mulheres. Há, na figura letrada do Dr. Winter, amigo inventado de um personagem real – o alemão Von Koseritz,

⁴²³ A expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, em 1737, com a construção do Presídio de Jesus-Maria José, núcleo de povoamento da cidade portuária de Rio Grande era considerada, desde o II Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia, realizado em 1937 pelo IHGRS, a data magna de fundação do estado.

⁴²⁴ Cruz Alta, junto com Passo Fundo, é ponto de origem de um tipo de “gaúcho” associado à figura do “bugre” calado e cogitabundo, caipira ou mambira, conhecido como “serrano” ou “planaltense”. Nas memórias de Veríssimo, esse estereótipo é frequentemente evocado. Ele serve para reforçar sua condição de herdeiro sem herança, para expressar a força de seu vínculo materno e a difícil relação com o pai, estancieiro derrotado na política local e também financeiramente, ou ainda para referir o desconforto mundano e suas reservas para com a vida social e a notoriedade de escritor nacional. (Ver Veríssimo, 1992, v. II, pp. 86, 89, 90 e 158.) Como afirma Odaci Coradini, a trajetória, a carreira e a produção ficcional de Veríssimo, bem como seu posicionamento social e político “[...] estão diretamente relacionadas com uma série de rupturas e com a negação das suas origens sociais. Trata-se da elaboração de um sistema de apreciação que o distancia da adesão imediata a essas origens e que, além de induzir à reconversão, possibilita a reinterpretção das condições de origem com base em outros códigos.” (Coradini, 2003: 133).

prisioneiro político de Julio de Castilhos – o assinalar da diversidade de povos envolvidos com essas origens, assim como das exclusões e preconceitos mútuos que toda epopéia ancestral contempla. Há a denúncia à escravidão, traduzida poeticamente no enforcamento do negro Severino bem em frente à festa de casamento do amo Bolívar. Há o deslocamento curioso da figura do agiota, que na *gauchesca* clássica aparece vinculada ao *gringo* estrangeiro, mas na obra de Veríssimo é representada por um nordestino, Aguinaldo – pernambucano que, como todo bom provinciano, manda a filha estudar na Corte.

Mas, quanto às questões aqui trabalhadas, talvez o aspecto mais marcante seja o caráter híbrido – ao mesmo tempo urbano e rural, tradicional e moderno, brasileiro e fronteiriço, gaúcho e imigrante – da Santa Fé de 1945, que é ponto de partida para o enredo de *O Retrato* (segunda parte da trilogia, publicada em 1951). Esse hibridismo é destacado na crítica contemporânea por Lígia Chiappini, quando aponta a evocativa apresentação da cidade feita no capítulo introdutório do livro. Intitulada de *rosa dos ventos*⁴²⁵, essa abertura leva o nome do avião de Eduardo Cambará, filho do protagonista Rodrigo. E é Lígia quem melhor descreve o sobrevôo:

Nessa introdução, de certo modo, antecipam-se todas as questões e dramas que o romance põe em jogo. Começa com a referência direta à queda de Getúlio em 1945 e ao fim do Estado Novo, anunciados pelo rádio, numa Santa Fé, ainda provinciana, mas dotada dos principais recursos das cidades modernas [...] Sons do alto-falante, alternando as notícias do Palácio do Catete com tangos e rumbas, assinalam que esse Rio Grande, já integrado ao Brasil, ainda tem um pé no outro lado da fronteira, eternamente dividido entre suas origens portuguesas e espanholas. [...] passamos, numa segunda seqüência, ao campo, representado pelo fazendeiro decadente, avô de Eduardo [...] O avião nos mostra a chácara do fazendeiro [falido] mas mostra também a nova força do campo gaúcho: Nova Pomerânea e Garibaldina, núcleos de agricultores alemães e italianos que, ao longo do romance, vão-se desenvolvendo e se tornando cada vez mais influentes. (Chiappini, 2000:52-53)

A perspectiva panorâmica, de onde se pode ver não tanto a “continuidade

⁴²⁵ A *rosa dos ventos* – instrumento de navegação espacial – não serve apenas para orientar o leitor em um rápido sobrevôo pela cidade, pelos campos ao redor e pelos habitantes, mas parece o aparelho necessário à compreensão da personalidade contraditória do filho de Licurgo. Rodrigo Terra Cambara, caudilho “esclarecido”, de gostos refinados e *dandy* no vestir, é, de fato, um sujeito ambíguo. Moderniza Santa Fé, reforma o sobrado, adota e admira as novas tecnologias, mas permanece dividido entre a herança de seus antepassados – lutar por Santa Fé – e a vida corruptora levada na política e na cidade grande, onde estudou medicina e tornou-se “figurão do Estado Novo”.

na mudança”, assinalada por Chiappini, mas a mudança na continuidade, foi o aspecto certamente percebido por Laytano, quando na réplica a Tarquínio de Souza evocou a obra daquele cuja carreira provara a real possibilidade de um autor nacional viver na *provincia* sem abrir mão da universalidade. Pode-se dizer que o binômio “continuidade-mudança” é também o traço que confere uma certa unidade de sentido aos textos ficcionais e não-ficcionais de Érico Veríssimo.

Assim é quando, anos mais tarde, o mais famoso romancista gaúcho “apresenta sua terra” a uma escritora do nordeste que “Recusa visitar-nos porque – escreve ela – ‘vocês os gaúchos são acastelhanados, [...] fanfarrões, autoritários, teatrais, portam-se como se possuíssem o monopólio da coragem’”. (Veríssimo, 1969: 3). Sustentando ainda a missão de redesenhar os contornos de um estado já distante da “civilização do couro”, a esse conjunto de imagens evocadoras de uma formação cultural bárbara e caudilhesca, Veríssimo contrapõe uma versão diversionista da cultura local, recorrendo à metáfora culinária da nacionalmente consagrada “sincrética” unidade brasileira, comparada ao “cadinho racial” e ao “caldeirão de culturas”:

Afinal de contas, que é um gaúcho? Um sujeito branquíssimo e louro chamado Schultz? Aquele senhor corpulento e corado, que atende ao nome de Carotenuto? Ou será aquele outro de apelido luso e cara indiática como o autor deste artigo? Porque o Rio Grande do Sul é talvez o mais sortido cadinho racial do Brasil. Neste verde ‘caldeirão’ [...], os primeiros povoadores puseram a ferver a rústica e honrada açorda açoriana, à qual se acrescentaram elementos vindos de outros pontos do Brasil. A sopa foi temperada com ervas indígenas e africanas; mais tarde lançaram-se nela um pouco de repolho germânico e condimentos como a manjerona italiana e outras especiarias [...] (Veríssimo, 1969: 4)

Mas, a despeito desses esforços em desfazer as prevenções de outros brasileiros para com os do sul, os escritores começam a se dar conta da capacidade extraordinária de amplificação das opiniões “equivocas” manifestadas “dentro de casa” pela ala mais estudada do *tradicionalismo*, quanto aos aspectos constituintes dessa identidade. Os “novatos”, que falavam em nome de um movimento social de extrema amplitude – e que, além disso, começavam a concorrer nos postos públicos da Secretaria de Educação e Cultura e no mercado editorial – constituem então um foco geracional de tensão entre os mediadores do *regionalismo* no Rio Grande.

Como Veríssimo, a maioria dos autores ligados à CEF não apenas discordava da ênfase dada por eles ao gaúcho de antanho, como desconfiava de que tal gaúcho jamais tivesse existido – pelo menos não da forma retratada nos bailes e desfiles dos CTGs. A maneira de falar alto, numa linguagem incompreensível ao próprio homem do campo, o luxo dos paramentos – que não incluíam apenas lenço, bombacha e bota, mas também instrumentos de trabalho, alguns já em desuso como as boleadeiras, e além delas tiradores, laços, esporas e outras parafernalias que dificultavam os movimentos – as notícias sobre brigas e tiros em meio a churrascadas regadas com muita bebida alcoólica – tudo financiado com o dinheiro público, parecia um disparate.⁴²⁶ Os gaúchos “postiços” dos CTGs não só faziam lembrar do mal-fadado caudilho, que tanto tempo levava para ser expulso da historiografia, como feria o *ethos* um tanto aristocrático dos intelectuais, inspirado na reprodução do que entendiam ser a cordialidade do homem brasileiro.

Assim, logo depois de um começo realmente “cordial” entre “jovens aprendizes” e “mestres” experimentados nas atividades intelectuais, de inicialmente bem impressionados com a valorização cívica da terra natal pela juventude, estes passam em seguida a acusar as imprecisões, os excessos e o *exclusivismo particularista* defendido pelos primeiros, revertendo em labéu o apelido “gauchismo”. À medida que os jornais da capital vão abrindo espaço cada vez maior ao “fenômeno”, com uma profusão de colunas especializadas no assunto “regionalismo e tradição”, começa a circular a anedota de que a melhor delas era a do *Correio do Povo*, um dos poucos que não chegou a sustentá-las.⁴²⁷ A contar de então, nas entrevistas, artigos e resenhas dos críticos mencionados até aqui, tornam-se comuns declarações ocupadas em separar, para a ciência do grande público, o joio popularesco do trigo folclórico: “Não devemos confundir o cultivo cívico da tradição com o rigor científico da pesquisa folclórica. Sou o

⁴²⁶Diante das críticas, o governador Ildo Meneghetti, vetou em 1958, a verba de duzentos mil cruzeiros (o dobro do que a CEF recebera para montar um estande rio no Congresso Internacional de Folclore) aprovada pela Assembléia Legislativa para financiar o V Congresso Tradicionalista. Isso, contudo, não chegou a comprometer a realização do evento, pois que as indústrias de Caxias do Sul – Tramontina, Todeschini, entre outras – e a prefeitura cobriram os gastos do evento. Ver “O Governo Vetou o seu Auxílio ao Quinto Congresso Tradicionalista” *A Hora*. Porto Alegre, 08 nov. 1958. Hemeroteca ITF, pasta 34.3.

⁴²⁷Cf. Krebs, C.G. “Excessos do Tradicionalismo”. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 nov 1956. Hemeroteca ITF, pasta 33.

primeiro a aplaudir a criação dos ‘Centros de Tradições Gaúchas’ mas sempre dentro da rigorosa discriminação de seus limites necessários”, dizia Meyer à *Revista do Globo* em 1956.⁴²⁸ Quatro anos antes, ao examinar o *Cancioneiro Gaúcho* recolhido por este autor, Othelo Rosa também lamentara, na coluna *Livros e Idéias da Província de São Pedro*, o retardo e o artificialismo com que se tentava “recuperar” os elementos *genuinamente populares* de uma tradição da qual, “melancolicamente”, “vivemos desligados”: “Há qualquer coisa de artificial, de estranho em nossa vida. Daí o andarmos palmilhando, meio às tontas, caminhos também estranhos, inesperados. Na ânsia natural de uma compensação, inventamos tradições para substituir o patrimônio que malbaratamos”.⁴²⁹

Veríssimo, o mais afamado integrante da prestigiada mesa para quem Paixão Côrtes e Barbosa Lessa apresentaram seus primeiros resultados de pesquisa na FARSUL, dentro em pouco abandona qualquer eventual simpatia nutrida para com o movimento. No artigo citado linhas atrás, ao refutar o “espanholismo do Rio Grande”, rechaça o largo uso dos “buenas, chê, a la fresca e quejantos que já desapareceram praticamente do português do Rio Grande do Sul, sendo hoje usados apenas por aqueles que, bovaristicamente, querem afirmar seu ‘gauchismo festivo’”. (Veríssimo, 1969: 4). Já Dante de Laytano, que até então costumava, por ocasião das eleições à patronagem do CTG de Porto Alegre, manifestar a sintonia “desta repartição [o Museu Julio de Castilhos], onde o próprio Estado mantém o culto da história do passado” com o “35”⁴³⁰, em correspondência trocada em 1955 com os amigos lotados em instâncias superiores da CNFL, refere-se ao tradicionalismo como uma “mascarada” e aos CTGs pejorativamente como “sociedades bailantes”⁴³¹.

Em suas memórias, o autor apelará novamente à ciência e ao “bom gosto” para demonstrar a sobriedade do movimento intelectual que representava, por oposição aos concorrentes mais famosos. Ao lembrar do amigo e consócio de CEF Darcy Azambuja, o autor bendiz o *regionalismo* “austero” do premiado autor de

⁴²⁸ Citado em Meyer, Irene. “Augusto Meyer e a cultura rio-grandense. Entrevista”. Porto Alegre, *Revista do Globo*, n. 678, pp. 22 e 25, dez. 1956, p. 22.

⁴²⁹ Rosa, Othelo. “Augusto Meyer e o Folclore Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 160-162, jun. 1952, p. 160. Grifado no original.

⁴³⁰ AMJC, CE 1952, v1, AP 1026. Of. nº 190, 30/5/52, de Dante de Laytano a Vitor Cravo Teixeira, Patrão do “35 CTG”.

⁴³¹ AMJC, CE 1955, v2, AP 1034, Of. 541 s/d, de Dante de Laytano a Renato Almeida.

O Galpão, que não se teria deixado levar pelo “carnaval” gauchesco dos CTGs,

Pelo contrário, colocou-se do ângulo contrário à inundação que viria na década de cinquenta com os centros de tradições gaúchos [sic]. Argumentou sempre que nenhum gaúcho falava da forma que os CTGs insistiam em cultivar. [...] Darcy protestou com energia subjetiva, escrevendo sua obra regionalista sem a mescla de uma linguagem que não existiu nunca e não existe nem existirá. [...] A avalanche de palavras dialetais, como [se] o gaúcho se exprimisse de tal maneira é uma mentira. Assim como o gaúcho não se veste todo o santo dia nessa forma que os CTGs insistem em montar. Ele era contra. [...] E não participou do movimento dos CTGs. O que foi atitude de coragem desmedida. (Laytano, 1986: 224)

Realmente era preciso coragem para posicionar-se já de saída contra um movimento que, surgido da empolgação telúrica de ginásianos e escoteiros – sendo, portanto, inicialmente tomado por inofensivo – nasceu sancionado pela proximidade com o poder e pela simpatia das multidões. Ao optar por elas, imediatamente o *tradicionalismo* passou a influir sobre o estado de forças reinante entre as elites, engendrando disputas no seio da própria comunidade de eruditos. Ser pró ou contra o movimento tornou-se uma questão polêmica entre os sócios da CEF. Enquanto Manoelito de Ornellas e Walter Spalding sustentavam o alinhamento como única forma de manter as rédeas “morais” e o rigor “cultural” do *tradicionalismo*, para Laytano pareceu melhor evitar as confusões permanecendo calado: “Nada de falar na abelheira, nem de chegar perto...”⁴³²

Em publicações posteriores, consumado o “surto” comemorativo e confirmada sua representatividade social pelo patrocínio da mídia, da classe empresarial e do governo, o ainda secretário da CEF, já sem expressar a mesma contundência, distinguiria em termos complementares o folclorista, que é “coletor do anônimo”, dos cultores da tradição “neo-regional”:

Vencidos os impedimentos naturais das novidades, os CTGs estão em plena pujança e com isto o tradicionalismo pode viver e conviver com o mundo contemporâneo. É preciso, de qualquer maneira, considerar que os CTGs foram os agentes dinâmicos da restauração de um neo-regionalismo. E os folcloristas de contra-partida, os agentes subjetivos da investigação erudita, classificatória, analisada e do fato fabricado pelo povo. Os dois se complementam. (Laytano, 1987: 144)

A divergência, disfarçada na complementaridade destacada por Laytano, quanto aos critérios de autenticidade acionados nos dois casos, deve mais uma vez

⁴³² AMJC, CE 1955, v.2, AP1034. Of. 541 s/d, de Dante de Laytano a Renato Almeida.

ser procurada na negociação cruzada entre as identidades **territoriais** e as **identidades sociais** (profissionais) dos atores. Neste sentido, é de se recordar uma diferença importante: ao passo que os *tradicionalistas* autorizam seus enunciados pela *vivência*, presumindo uma identidade orgânica com os portadores do que deve ser preservado (nomeadamente, o “povo” e o “campeiro”), o *ethos* beletrista ligado à curiosidade “científica”, sustentada pelos *polígrafos* da geração anterior, impunha como dever de ofício distinguir a função **alegórica** do gaúcho *típico* (“tradicionalista”), da base documentada – isto é, *autêntica* – do gaúcho *histórico*. Haveria ainda que distinguir este último dos demais habitantes do estado, devendo-se, neste caso, adotar uma base de conhecimento “sociológico” para seu deslindamento. Assim, ao passo que para o primeiro grupo importava a adesão subjetiva, mediante a *reprodução material* do *regionalismo* por indivíduos convertidos ao estilo de vida “campeiro”⁴³³, no segundo a relação com o objeto de proselitismo mostrava-se indireta, pois que da legitimidade *científica* do discurso sobre o folclore dependia a própria integridade “profissional” dos enunciadores.

Posto que esse distanciamento com o objeto de estudos seja questionável em um nível epistemológico, ele tem no teor saudosista e, por vezes, pouco condescendente das referências do secretário da CEF ao “anônimo” – entendido como sinônimo de “popular” – uma expressão contundente.⁴³⁴ O próprio enternecimento dos especialistas diante da “singeleza” e do “brasileirismo” de

⁴³³ “Tradicionalismo não é, absolutamente, sentimentalismo saudosista. É muito mais do que isto. É o elo de uma cadeia que prende o indivíduo ao passado, ligando-o ao presente e este ao futuro, numa continuação de usos e costumes. O próprio conceito de povo exige uma série de hábitos e costumes mais ou menos estáveis. É preciso que haja uma continuidade nos mesmos para permitir a sobrevivência do povo, que se extinguiria, que seria absorvido por outros, que se tornaria outro, não existindo aqueles fatores atávicos”. (Brockstedt, Fernando Augusto [patrão da ‘União Gaúcha’, de Pelotas]. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 ago. 1953. BAM TEMÁTICO, PASTA 43 F-1688) “O quero-quero da campanha não grita nos desvãos da cidade. Ficou lá no rincão, é verdade, mas [...] os centros de tradições devolvem a todos os que deles se aproximam. Em casa, ao despir as pilchas, recostando a cabeça no travesseiro, a gente sente a felicidade interior e luminosa, de ter comungado mais uma vez com as tradições antigas do velho pampa”. (Krebs, C. Galvão. “Ronda Crioula. O Avassalador Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul”. BAM/TEMÁTICO. PASTA 43. F -1643. (reportagem da *Revista do Globo*, sobre os dez anos de movimento, no CTG “Estância da Saudade”, do Glória Tênis Clube, em Porto Alegre. 1958, pp. 13-17).

⁴³⁴ Veja-se a carta enviada por Laytano a Câmara Cascudo, felicitando-o pela incorporação deste último, transformado em nome de rua, ao mapa da cidade de Natal: “Feliz a cidade que elogia e consagra seu filho ilustre. Rua Câmara Cascudo. Muito bem. Assim não corremos o risco de ler placas idiotas: Dona Teodora, e Dr. Rufino da Silva. Heróis anônimos, inúteis e bestas. Placa na casa em que nasceu o mestre. Formidável. Até parece que estamos num país civilizado [...]”. AMJCA – CE 1956, AP 1037, Caixa 001, Of. 226, 16/4/1956, de Dante de Laytano a Luis da Câmara Cascudo. (AP 1037).

canções como o “peixe vivo” – uma das preferidas entre o coro de participantes dos jantares de encerramento aos encontros da CNFL – traduz uma concepção um tanto aristocrática de *cultura popular*. Já se vê que a expressão, tema de um artigo clássico de Michel de Certeau, nasce da distância social que separa ouvintes ilustres do que presumem ser o compositor anônimo. (Certeau, 1995:58). Erudição posta a serviço do Estado, da arte ou da ciência, o saber folclórico permanece, como adverte o autor, ligado a um poder que o autoriza a congelar as “belas” manifestações de um “morto”, através da coleta e classificação do que representa, via de regra, “uma realidade em desaparecimento”. (Certeau, 1995:60). Desta forma, o objeto é percebido sob a égide da heteronomia, característica da conversão de expressões geralmente associadas a grupos rurais – o que leva o conjunto de autores a menosprezar uma “cultura popular” identificada com a cultura industrial – em matéria-prima de um saber reservado aos letrados e amadores cosmopolitas.

5.3.1. As opções pelo popular

Constituída ao mesmo tempo em conceito “sociológico”, e em índice de erudição (funcionando, neste caso, como signo de distinção social), o termo *popular* serviu para fundamentar um conjunto de conhecimentos e poderes situados entre uma lógica especulativa e instrumental de intervenção cultural. Como expressão dessa hesitação, a *cultura popular* pendeu entre a compreensão, pelos eruditos, de um universo simbólico à parte ou uma esfera de criação dependente e inferior à das elites⁴³⁵.

Mesclando tais pressupostos, os líderes nacionais da CNFL procuraram a fundamentar nessa mesma dicotomia a autonomia de sua disciplina, quando

⁴³⁵ Como afirmou Roger Chartier, visando “circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os *scholars*) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos “exóticos””. Segundo esse autor, é possível resumir essas definições em dois modelos: “O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada”. (Chartier, 1995: 179).

tentaram dar uma formulação teórica ao alvo de suas análises. Neste ponto, o dado significativo é que o princípio inicialmente adotado, respeitante ao caráter “anônimo” e “tradicional” do “fato folclórico”, dificultava-lhes justificar como *folclóricas* as criações deles próprios – caso de Darcy Azambuja, por exemplo, que tinha construído sua reputação de escritor *regionalista*, e das fontes, quase sempre literárias, trabalhadas como parte da documentação oral (por exemplo, as obras de Simões Lopes Neto e Antônio Chimango, que partiam de uma inspiração “anônima”, mas tinham autoria conhecida).⁴³⁶

Em vista disso, e também da adequação da matéria ao presumido caráter “inacabado” da formação social brasileira, no I Congresso Brasileiro de 1951 ficaram estabelecidas a “espontaneidade” e a “aceitação coletiva” como critérios de validação dos fenômenos, bem como de sua coleta e “análise” (classificação). Entretanto, o abandono da medida “tradicional” e de outras derivadas da idéia de arqueocivilização (defendida por folcloristas europeus, como Vargnac), teve dois efeitos complicadores. Primeiro, em vez de encerrar as discussões, trouxe resoluções contraditórias de parte da Comissão Nacional, com respeito à conveniência de se estimular a intervenção pública sobre as práticas culturais “populares”, considerando o risco de sua adulteração ou mesmo de favoritismo de algumas, em prejuízo de outras.⁴³⁷ Em segundo lugar, abriu uma brecha para que o

⁴³⁶ Os autores reconheciam o embasamento literário de suas listas de adagiários, dicionários e levantamentos de lendas como uma dificuldade. (ver Laytano, 1981: 35 e Meyer, 2002: 139-174). Tratavam de contornar o problema através de uma crítica comparativa entre o que tinha sido recolhido in loco pelos primeiros autores de populários, como Cezimbra Jacques, Carlos Jansen e Apolinário Porto Alegre – e outros registros tirados de jornais e almanaques antigos, como o de Ferreira Rodrigues – acrescidos, em alguns poucos casos, de suas próprias observações de campo. O caráter “vacilante” das fontes *orais* trabalhadas na literatura não parecia adequado às pretensões científicas da vanguarda folclórica. A solução para a validação desses registros veio a ser exatamente a hipótese da degradação da autoria, devida à *aceitação popular* daquilo que muitas vezes eram criações “folclóricas” de “folcloristas”. Caso exemplar é uma lenda sobre uma lagoa, apresentada por Darcy Azambuja em “Principais Lendas Folclóricas do Rio Grande do Sul”, trabalho originalmente apresentado ao I Congresso Nacional de Folclore, e depois publicado nos cadernos da CEF, em 1958. Segundo Laytano, esta era “[...] uma belíssima tessitura de sabor magnífico e que se tem por certo a procedência folclórica do fato, mas não o é. Trata-se da – Lagoa Morta – que ele mesmo confessou, numa pergunta que certa vez lhe fiz, que ele a tinha inventado”. (Laytano, 1979: 68). Laytano não incluiu a lenda na coletânea, de sua autoria, publicada pela CEF em 1956. Ver Laytano, “Lendas do Rio Grande do Sul. Coletânea de mais de 80 lendas dos diversos ciclos do folclore gaúcho conforme os textos de sua literatura regionalista”. *Publicações da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul /CNFL/IBECC*, n. 8, Rio de Janeiro, 1956.

⁴³⁷ Nas palavras de Édison Cordeiro, a questão que se colocava era “Como tornar efetiva a proteção, sem que, no processo, os nossos folguedos percam as suas características? Sabemos que a proteção em si mesma implica numa intromissão erudita no campo do folclore e, entre os perigos que comporta, está o de poder levar à mais rápida liquidação de toda esta riqueza de gerações”.

próprio *tradicionalismo* se legitimasse como um fato “folclórico nascente”, já que as massas vinham “espontaneamente” aderindo aos hábitos e costumes ali reinventados, e que a autoria de muitas dessas invenções já se encontrava “degradada”, sendo a “aceitação coletiva” do movimento um fato incontestado.

Sem mergulhar muito fundo na discussão teórica, os *tradicionalistas* assumiram abertamente sua visão operacional dos saberes dos quais se valiam para criar espetáculos “de projeção folclórica” imitados nas escolas, nas comemorações públicas e nos CTGs. Entre eles, a preocupação manifestada pelos “cientistas” da matéria aparecia de maneira invertida: tratava-se de impor, malgrado todo o investimento intelectual necessário à concretização das intenções “restauradoras” do movimento, uma identidade *popular* e informal aos engajados. A *Carta de Princípios*, cujo teor foi antecipado no capítulo quarto, mostra bem essa lógica de apropriação das teorias da *ciência* pelo revivalismo identitário. Viu-se que, ao justificar os objetivos do *tradicionalismo*, seu autor foi pródigo em enumerar pressupostos extraídos do que ficou conhecido na bibliografia sociológica como Escola de Chicago, citando dois dos representantes mais conhecidos desta escola no Brasil – Donald Pierson (do qual fora aluno na ELSP) e Ralph Linton.⁴³⁸ Mas, depois enunciar postulados sobre a importância dos *grupos locais* como transmissores de cultura e meios de coesão social, o ideólogo proclamava seu caráter eminentemente anti-especulativo, disposto a agir “dentro da consciência coletiva”. Afirmava que: “O Tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente *popular*, não simplesmente intelectual. [...] Não se deve confundir o Tradicionalismo, que é um *movimento*, com o Folclore, a História, a Sociologia, etc. que são *ciências*”. (Lessa, 1954: 137, grifo do autor).

Se é verdade que a “idealização do popular é tanto mais fácil quanto se efetua sob a forma do monólogo” (Certeau, 1995: 59), a utilidade dessa noção é referida à interação concorrencial entre os grupos mediadores da cultura, constituindo-se também em instrumento de demarcação identitária pelos agentes que dela se valem. Entre os *tradicionalistas* a identificação sumária com o homem

(Carneiro, 1957: 23).

⁴³⁸ Sobre a experiência de Barbosa Lessa na ELSP e o papel do tradicionalismo na vulgarização de conceitos tirados da antropologia americana da virada do século, ver Oliven (1992: 81 et passim). Sobre a ELSP, ver Bomeny (2000); Kantor et alli (2001); Maio e Villas-Boas (1999) e Carvalho (1987).

do campo serve de argumento para criticar os hábitos e habitantes da capital, acusando o “descompromisso telúrico” dos intelectuais que recriminavam a “inautenticidade” das tradições por eles inventadas. Já no que diz respeito à CEF, entre as instâncias micro e macro de reelaboração das solidariedades e conceitos, estão as redes de dependência e reconhecimento tecidas pelos sócios com autores de outros estados. Daí a precaução, sempre tomada pelo secretário da CEF, de ressaltar que “[...] todo o rio-grandense não se filia a uma civilização rural. Há uma civilização urbana. O século XIX ainda não aceitava outro tipo de gaúcho que não fosse o do campo. Hoje todo o rio-grandense é um gaúcho, o rio-grandense-do-sul.” (Laytano, 1983: 44).

Inversamente aos nomes já reconhecidos que compunham os autores “da Globo” na lista de sócios da Comissão, os jovens *tradicionalistas* vindos do interior não visavam se impor à consideração das “rodas” intelectuais do centro do país, mas da capital porto-alegrense. A posição de liderança dentro de um movimento cuja força e amplitude mostrava-se, inclusive para eles, imprevista, levou-os a concentrar esforços na qualificação técnica necessária ao cumprimento da missão a que se arrogavam – apelando, para tanto, aos grandes nomes das letras locais. Os mentores do movimento buscavam na produção dessa geração anterior uma base “tradicional” para criações rituais oferecidas à grande “massa popular cidadina”, que, segundo afirmaram mais tarde, “parecia ignorar o seu próprio patrimônio cultural-tradicionalista e estava algo alheio às coisas do passado nativo”. (Côrtes, 1994: 37). Em tal discurso, os interlocutores privilegiados são os habitantes e os intelectuais urbanos (os mais sujeitos à “desagregação dos costumes”), a quem se dirigem como porta-vozes das populações do campo, eleitas “guardiãs” da tradição. Assim, ao passo que os sócios da CEF costumavam legitimar-se evocando a desigualdade entre centro e periferia (uma vez que sua posição regionalmente consagrada era compensada pela situação de isolamento do cenário nacional), a tensão manipulada pelos *tradicionalistas* pretende a reversão do estigma do *grosso* interiorano,⁴³⁹ operando uma declinação interna do

⁴³⁹ Perguntado por Luís Augusto Fischer sobre os motivos que teriam levado à criação do movimento, Barbosa Lessa afirmou: “[...] em Porto Alegre, que é a capital e não está no interior mas no litoral, nós éramos malvistas, éramos uns *grossos* do interior. [...] Então, era uma série de coisas, [...] não se justificava, de acordo com os parâmetros da capital, que alguém cometesse um pequeno deslize, de qualquer tipo. Mais ou menos naquela época, um figura desconhecida, o José, foi linchado em Porto Alegre porque se atreveu a passar na Praça da Alfândega de bota e

regionalismo: o antagonismo campo/cidade. Segundo afirmavam: “A prática e a aprendizagem dos assuntos regionais, constituem uma forma de democracia, pois assim os da cidade, que se julgarem superiores ao homem do campo, receberão muitas lições proveitosas, indo beber nas fontes de uma filosofia de vida que exclui a complicação e o medo – estes, os pais da neurose, produto moderno da civilização”.⁴⁴⁰

Uma vez vitoriosa a estratégia de auto-afirmação *popular* e a assunção (ao menos publicamente) de uma identidade antiacadêmica para o movimento, a pesquisa realizada pelos novos folcloristas apropria-se da produção dos concorrentes mais velhos para quebrar a linearidade até então obedecida nas “trocas de bastão” intelectual. Por uma espécie de reação em cadeia, esses herdeiros bastardos da erudição *regionalista* rompem os níveis segmentares de alteridade enunciados até aqui. Retomando o debate sobre as origens urbanas ou rurais do interesse folclórico, seja no *regionalismo* como expressão das elites culturais, seja no *tradicionalismo* como expressão renovada da “cultura popular”, vale considerar a hipótese de que a diferença essencial entre os dois momentos é terem os *tradicionalistas* construído uma memória diaspórica, isto é, marcada pela adaptabilidade a situações de êxodo social. Este tipo de situação não só foi vivenciado por muitos dos fundadores do 35 – tendo o exílio na cidade grande assinalado a ruptura entre as origens e os destinos sociais daqueles jovens – como desde meados do século XX passou a se impor com maior frequência às populações do interior em nome das quais esses mesmos atores falavam, sujeitas que estavam à migração para as periferias urbanas e à corrida pela abertura de frentes agrícolas em outras regiões brasileiras.⁴⁴¹

bombacha. Então, mo meu caso, tudo era um desejo de afirmação do que eu trazia do interior” (Lessa, Luís Carlos Barbosa. Entrevista a Luís Augusto Fischer, in: Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Estadual do Livro. *Barbosa Lessa*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2000, v.5, p.18. (Autores Gaúchos). Paixão Côrtes tem uma versão semelhante acerca das razões que o motivaram à criação do movimento: “Na verdade, vestir-se como campestre era motivo de gozação. A própria sociedade urbana interiorana hostilizava nossa gente do meio campestre, chamando-o de baicuera, caipira e de outras expressões de menosprezado”. (Côrtes, 1994: 30).

⁴⁴⁰Cf. Vidal, Francisco Dias da Costa. “A Luta do Tradicionalismo”. In: CTG MATE AMARGO RIO GRANDE. *Anais do 2º Congresso Tradicionalista*. Porto Alegre: Globo, 1956, pp. 189-206, p. 195-196. Ver também Id. “2º Congresso Tradicionalista.” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20 maio 1956, “Tradição”. BAM. Fasta 28. F – 0204.

⁴⁴¹Em 1950 o Rio Grande do Sul era o estado que maior número de indivíduos transferia para outros estados, e o que menor contingente migratório recebia. De 1920 a 1950, migraram cerca de 300.000 pessoas. Os estados mais visados por essa população saída do interior gaúcho em busca de terras, eram Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Os primeiros CTGs criados fora do Rio Grande

Organizado em um contexto de forte migração interna, o incentivo à experimentação cotidiana do passado – ou, como queriam os atores, da *tradição* – cujo repertório será ditado pela celebração ritual do gaúcho pampeano – constrói uma identidade portátil e privativa para qualquer variação étnica ou geográfica de rio-grandense. “Ser gaúcho” dependerá simplesmente da adesão a uma filosofia moral que é incorporada por sujeitos comprometidos com a “permanência” do passado no presente de suas próprias vidas. Esse dispositivo de reprodução de determinados atributos “atávicos” ligados à *região* confere ao pertencimento territorial uma capacidade de descolamento geográfico, que desde aí prescindiu da mediação da nação para projetar o pertencimento *gaúcho* “em qualquer chão”, tomando ao pé da letra o lema de fundação do 35. Em poucas palavras, pode-se dizer que enquanto o *folclorista* “sente-se em casa”⁴⁴² em qualquer estado brasileiro, o *tradicionalista* leva sua casa para outros lugares.

No centro dessa transformação estão mediadores que laboram diferentemente dos intelectuais da geração anterior sua relação com “o povo” – *locus* de onde emana a medida de “autenticidade” das criações e interpretações folclóricas. No primeiro caso o interesse pelo *popular*, ainda que permaneça preso ao debate local, volta-se para os pares de fora do estado. Entre os eruditos, o “resgate” das alteridades “esquecidas” na composição do tipo rio-grandense (como o negro, o imigrante e as populações indígenas) servia para nacionalizar os

do Sul aparecem justamente em lugares como São José do Oeste (1959) e em Lages (1961), em Santa Catarina – onde em 1962 foi criado Movimento Tradicionalista Gaúcho, sendo que, no Paraná, ao final da década de oitenta existiam 156 CTGs filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná, e no Mato Grosso do Sul, 35 centros. Cf. Oliven (1992: 91-93).

⁴⁴² É comum os folcloristas ressaltarem a “unidade espiritual” do Brasil como o maior ensinamento adquirido nos festivais folclóricos realizados por ocasião de encontros nacionais: “Ao assistir a todos esses folguedos populares, [...] tomei conhecimento da pujança de nossa unidade espiritual, pois as mais profundas cordas da minha sensibilidade vibraram, como seu fosse alagoano, como se eu não estivesse tão longe da minha cidade. Esse foi o grande ensinamento, que me deu a V Semana [...] O Brasil apesar da imensidão de seu território, possui uma única alma e um único coração, sejamos nós paulistas ou alagoanos, rio-grandenses do sul ou amazonenses. Aqui como lá, as expressões do sofrer e gozar, do sentir e pensar refletem a perfeita unidade espiritual de nossa pátria”. (JAPUR, Jamile. “A Maravilhosa semana folclórica de Maceió”. *Jornal de Piracicaba*, 17 fev. 1952. BAM TEMÁTICO PASTA 23 - F0178). Uma praxe dos anfitriões do Nordeste era a hospedagem dos delegados das comissões de outros estados não em hotéis, mas em casas de famílias ilustres, de modo a oferecer uma “experimentação” dos costumes locais. Ênio Freitas e Castro, que no impedimento de Dante de Laytano representou a CEF na IV Semana Nacional do Folclore, em Maceió, contou ao diário de notícias de Porto Alegre que essa prática lhe permitira “ter a idéia exata do próprio lar alagoano”. (Cf. “IV Semana Nacional de Folclore em Alagoas. Fala no DIÁRIO DE NOTÍCIAS o prof. Ênio Freitas e Castro que dela participou como representante da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul.” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12 fev. 1952. BAM TEMÁTICO Pasta 23 – F-0177).

temas *regionais*, enxertando-os em um padrão *brasileiro* já consolidado como plural e sincrético. Tratava-se então de refundar um Rio Grande *sui generis*, mas radicalmente integrado à nacionalidade, em substituição a modelos anteriores considerados desviantes, particularistas ou desagregadores. No outro caso a ação política de “unificação espiritual” volta-se para dentro. Os *tradicionalistas* falam em nome do “povo” do interior da “província”, e a seguir dos conterrâneos dela afastados. Enquanto no primeiro âmbito de ação os agentes reivindicam para sua produção foros de cidadania brasileira que julgavam negada pelo preconceito, mas também pela distância com o centro, nesse segundo âmbito – *tradicionalista* – a erudição folclórica é instrumentalizada por um gauchismo pedagógico conformado numa espécie de “regionalismo de socorro”⁴⁴³:

[...] nós, os filhos desta terra grandiosa, antes que a derrocada apocalíptica que se avizinha tome maior vulto entre nós, devemos estar preparados, ou sofreremos as conseqüências [...]. A desmoralização, a corrupção, a venalidade, o comércio de consciências, a falta de vergonha, caráter. [...] ai dos gaúchos que ficarem parados! Ai dos fracos e cobardes! Só os fortes sobrevivem na imortalidade!⁴⁴⁴

Se no discurso da *neutralidade científica* o *tradicionalismo* peca pelos excessos “popularescos”, na instrumentalização festiva e patrimonial do folclore, a categoria *popular* representa, mais que um objeto de estudo ou fonte de inspiração estética, o agente diretamente responsável pela sustentação política do movimento – e, para efeitos doutrinários, pela “regeneração moral” de uma sociedade corrompida pelo cosmopolitismo e pelo progresso. Para os jovens líderes do movimento, as investigações subsidiavam uma prática celebrativa comprometida com “devolver” às populações estudadas pela *ciência* o seu patrimônio cultural. Valorizando o vivido em prejuízo do apreendido, e associando o saber mais à experiência do que à ciência, essa “subintelectualidade”, que não tinha entrada nas instâncias “acadêmicas” mais respeitáveis, escolhe temas específicos legados pelos concorrentes mais velhos para desempenhar concretamente tudo o que – aos olhos da tradição *regionalista* culta – encarnava o universo gauchesco: a rusticidade, a franqueza, a força física, a coragem e a proximidade com a natureza.

⁴⁴³ A expressão foi cunhada por Anne-Marie Thiesse, referindo-se à apropriação do Folclore pela política cultural vichysta (1999).

⁴⁴⁴ “Mais Um”. *A Hora*. Porto Alegre, 4 mai 1955. Hemeroteca ITF, pasta 33.

“Galhardia, masculinidade, espírito de iniciativa, estoicismo e lealdade na luta” – predicados tomados da erudição gauchesca e enunciados como “princípios fundamentais defendidos pelo tradicionalismo rio-grandense do sul”⁴⁴⁵, eram reivindicados pelos prosélitos como uma espécie de tradução de um conselho dado no *Martin Fierro* que todo *tradicionalista* conhece de cor: *Hay hombres que de su cencia tienen la cabeza llena. Hay sabios de todas menas, mas digo, sin ser muy ducho, que es mejor que aprender mucho, el aprender cosas buenas. Mas as coisas boas que um gaúcho deve aprender, não são os bons modos ensinados pela “civilização”*. Sob a capa dos atavismos herdados de um tipo regional criado nas lutas de fronteira, o *ethos tradicionalista* compunha uma visão de mundo em que o uso de armas de fogo – outra crítica ponderável ao movimento⁴⁴⁶ – a luta corporal, as palavras agressivas ou escatológicas, longe de serem atitudes excêntricas, são um reforço à identidade pessoal de indivíduos identificados com o gaúcho de antanho. Este aspecto apela ao real sentido carnavalesco do movimento, já transformado em um ritual de inversão. Os churrascos e os bailes promovidos pelos CTGs por ocasião de congressos, inaugurações e *invernadas*, constituem o espaço sagrado de *vivência* de uma ética na qual a experiência transgressora é sancionada, e os impulsos “naturais” tomam a forma da audácia e da valentia. Mesmo nas ‘reuniões de trabalho’ dos congressos – e contrariamente ao cuidado com que os folcloristas da CNFL tratavam de abafar as divergências surgidas em plenário – a regra é a disputa acalorada, a argumentação em verso, o deboche da própria seriedade do evento.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Krebs, C. Galvão. “Ronda Crioula. O Avassalador Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul”. (reportagem Revista do Globo, sobre os dez anos de movimento, no CTG “Estância da Saudade”, do Glória Tênis Clube, em Porto Alegre, chefiado entre outros por Vasco Leiria. 1958, pp. 13-17.) BAM TEMÁTICO PASTA 43: F – 1643.

⁴⁴⁶ O folclorista Carlos Galvão Krebs, ao argumentar, pelos jornais, que só a crítica interna ao movimento seria capaz de defender a dignidade do *tradicionalismo*, não deixa de enumerar os excessos acusados pela intelectualidade local, e admite que “No III Congresso Tradicionalista, durante o grande churrasco, quer à entrada do magnífico baile a caráter que encerrou o conclave, já tivemos o dissabor de escutar, próximo e longe de nós, o estampido das armas de fogo. Tiro real ou pólvora seca, não importa: é excesso condenável de qualquer forma”. Krebs, C.G. “Excessos do Tradicionalismo”. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 nov 1956. Hemeroteca ITF, pasta 33.

⁴⁴⁷ As colunas de jornais porto-alegrenses, nas notícias sobre o desenrolar de congressos tradicionalistas, contam diversos episódios deste tipo. Dois exemplos: no IV Congresso, de 1957, Osvaldo Barlém, juiz togado e tradicionalista, estava inflamado na defesa de uma “tese”, quando o Presidente da mesa diretora da sessão, Delcy Dornelles, fez soar a campanha avisando que seu tempo estava esgotado. “Barlém interrompe por momentos a brilhante alocução que trazia os presentes em suspenso e larga esta tirada tipicamente gauchesca, com cheiro de caudilhismo: ‘Daqui o senhor só me tira à força!’ Houve quem não gostasse, mas a maioria aplaudiu entusiasticamente [...]. Outro episódio, contato na mesma nota: “Numa discussão acesa [...] o Dr.

Com o tempo, a massificação desse culto acaba por dessacralizar os apetrechos rituais da celebração identitária. Os elementos materiais do *check list* – indumentária, gastronomia, linguajar – há tanto registrados na tradição escrita, depois de passarem da literatura para o palco, vêm se incorporar ao dia-a-dia das pessoas convertidas a sua cosmologia. E quanto mais esse passado inventado se eterniza nos costumes do presente, mais o *tradicionalismo* torna-se o motivo da festa: Paixão Côrtes torna-se nome de CTG, colunistas são convidados especiais de festividades encomiásticas, os fundadores do 35 são noticiados pelos jornais como responsáveis pela “conscientização” das elites, que “retomam” interesse sobre o *regional* (a conversão de Érico Veríssimo, o incremento do mercado editorial local e o surgimento de uma nova geração de artistas plásticos *regionalistas* são as “evidências” mais citadas).⁴⁴⁸ Simultaneamente, folcloristas conhecidos, como Dante de Laytano, passam a figurar na imprensa como “peões” do 35.⁴⁴⁹

Se antes faltava folclore, agora a intensa criatividade desses mediadores torna tão difícil distinguir o “fato folclórico” do “surto tradicionalista”, quanto separar os peões e os não-peões de CTGs. Os próprios engajados começam a se acusar mutuamente de estarem “comercializando a tradição” (acusação de Glaucus Saraiva a Paixão Côrtes, considerado o “garoto propaganda” do movimento)⁴⁵⁰.

Gilberto Prates, do ‘Mello Manso’ de Cruz Alta, argumentava com veemência quando foi aparteado pelo representante do 35 de Porto Alegre. O do 35 exigia documentos que corroborassem as suas afirmativas. Na hora, talvez surpreso pelo aparte inesperado, o Dr. Gilberto se apertou: não se lembrava. Mas não titubeou, também, e citou como prova arrasadora o Almanaque do Pensamento!”. (“Aconteceu no IV Congresso. *A Hora*. Porto Alegre, 31 out. 1957. (Coluna *Regionalismo e Tradição*). Hemeroteca ITF, pasta 34.3). Ver também Fagundes, A. A. “Tradição e Alfazemas: Eis o IV Congresso Tradicionalista. *A Hora*. Porto Alegre, 23 out. 1957. Hemeroteca ITF, Pasta 34.3.

⁴⁴⁸ Ver, a propósito, “No Rio Grande do Sul: Importante movimento de valorização dos motivos tradicionais gaúchos. Em Porto Alegre e nas demais cidades gaúchas os centros tradicionalistas promovem festas populares – desfiles gauchescos – influência do movimento nas artes, na publicidade e na política”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 mar 1957. BAM TEMÁTICO PASTA 43 F-1444.

⁴⁴⁹ Cf. matéria do *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 31 mar 1954. BAM/TEMÁTICO Pasta 43: F – 1734. Sobre as homenagens dos centros do interior aos fundadores do movimento, ver Scalante, Sady. “Prenda dos Pagos e Solene Instalação, dia 7, do ‘Porteira do Rio Grande’”. “Uma festança macanuda de ponta a ponta – Expressiva homenagem à página ‘tradição’ do Diário De Notícias. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 ago 1955. e “Mil GRACIAS, UNIÃO GAÚCHA” (Idem). Hemeroteca ITF, pasta 31.

⁴⁵⁰ Segundo Antônio Augusto Fagundes, Paixão Côrtes era “muito ligado” a Lessa. “Parco de elogios, os maiores (e quase os únicos) ele reserva ao seu velho companheiro de lutas. Nunca se ligou muito ao Glaucus Saraiva, com quem discutia uma barbaridade. Nunca se entenderam direito. O Paixão sempre pareceu achar que o Glaucus não teve tanta importância assim no eclodir do movimento tradicionalista e o Glaucus sempre achou que o Paixão se profissionalizara demais [...]”

Antônio Augusto Fagundes denuncia pelos jornais a apropriação indébita de canções feitas por compositores já desaparecidos – fraude que teria sido praticada por Glaucus Saraiva, um dos mais conhecidos fundadores do 35. Este, que integrava a ala ortodoxa contrária à popularização do movimento, afirma, em resposta à acusação, que “por modéstia” sempre preferira não assinar suas composições, registrando-as como folclóricas, anônimas, “recolhidas” aqui ou ali. A acusação de plágio e de inautenticidade recebe de Saraiva uma sentença padrão: a de que “se alguma alteração houve, foi porque o sabor popular – a ‘boca do povo’ a modificou”.⁴⁵¹

Essa passagem é vivida pelos folcloristas mais velhos como uma espécie de ressurreição “do morto” mencionado por Certeau. A festa *tradicionalista*, incorporada tanto à “cultura popular” quanto à indústria cultural, traz para diante deles um “fato folclórico nascente” nada reconfortante. Porque, concretamente, essa entidade abstrata, o “popular”, ao invés de servir de salvo-conduto à atualização de uma produção letrada, carrega em si a ameaça de desqualificação intelectual daquela produção. Os mortos não falam, mas os mortos-vivos têm porta-vozes e o mais grave é que eles, compondo uma intelectualidade “menor” dentro do cenário metropolitano, sendo os mais loquazes e os mais ouvidos, começam a reivindicar a autoridade de estudiosos – falando aos demais rio-grandenses e brasileiros em nome dos praticantes, mas também dos intérpretes do *regionalismo*. Indiferentes à queixa generalizada sobre a intromissão do movimento nas esferas mais autorizadas de produção cultural, os centros do interior seguem financiando publicações de seus próprios eruditos e trovadores, dos mais conhecidos aos “poetas-mirins”, enquanto os *tradicionalistas* da capital gastam boa parte de seus espaços nos jornais tentando se defender da

Quando fala no tradicionalismo, o Paixão até hoje sempre diz ‘Eu e o Lessa’, deixando de incluir o Glaucus.” (Fagundes, Antônio Augusto. “Os Reis Magos do Gauchismo”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 mai 1984, p. 82).

⁴⁵¹ O argumento fundamenta a violenta resposta de Saraiva a Fagundes, a propósito da “Canção do Gaúcho”, de Faria Correa e Eduardo Martins, gravada por Estelina Egg como sendo de autoria de Glaucus. Depois de discorrer longamente sobre outras canções que, por “modéstia”, registrou como folclóricas, Glaucus desata a questionar injuriosamente a autoridade intelectual e moral de Fagundes: “[...] podes ficar sabendo que não preciso limpar meu nome porque ele nunca esteve maculado, salvo quando pronunciado por bocas sujas de línguas bipartidas [...] salvo quando babado pelas cloacas labiais dos recalçados e mesquinhos que dejetam a consciência constipada em explosões de ódio sobre aqueles que, repugnados, passam de largo ao pressentir sua catanga [...]”. (“Resposta de Glaucus Saraiva”. In: *A Hora*. Porto Alegre, 16 mar 1955. (“Regionalismo e Tradição”). Hemeroteca ITF, pasta F (BIO)-S).

responsabilidade sobre “a grande messe de maus poetas, autores de uma sublitteratura que viceja à sombra dos centros de tradições”.⁴⁵²

Antônio Augusto Fagundes, o mais jovem patrão a assumir, em 1956, a liderança do 35, não usou meias-palavras no revide a tais acusações. Adotando um estilo visivelmente empenhado em encarnar a “sinceridade” e o linguajar “espontâneo” do homem campeiro, na coluna regionalista de *A Hora* ele devolve o labéu de “subintelectualidade” à elite “provinciana” que, “refestelada na carniça fácil” dos erros da mocidade, julga-se “dona” de determinados assuntos.

Tais senhores estão em massa nos estudos que dizem respeito ao Rio Grande do Sul: História, Sociologia, Literatura e Folclore. Formam ‘academias’, igrejas onde um queima no altar do outro o incenso que gostaria de queimar para si próprio, no ridículo louvaminheiro que a gente aprende a reconhecer desde longe. [...] Desses falsos mestres, há quem se afirme publicamente ‘sociólogo’ – quando talvez ignore até o sentido da palavra. Há os ‘folcloristas’ – que não vão além dos livros elementares de ginásio. Há os ‘folcloristas’ – que não distinguem Etnografia de Folclore. [...] Há os ‘poetas’ – e estes são os mais ridículos. Todos, porém, estão acordes num ponto: são o supra-sumo da cultura gaúcha – os tradicionalistas são blocos de carnaval, fantasiados, bailarinos que fariam inveja às escolas de Samba.⁴⁵³

Sintomaticamente, esse antagonismo entre novos e velhos “folcloristas” se reforça à proporção que o *tradicionalismo* adquire uma dimensão política e social antes insuspeita – o que lhe permite formar quadros próprios de intelectuais.⁴⁵⁴ Depois da criação e a tomada de posse do Instituto de Tradições e Folclore, a tensão, que já era grande, torna-se diatribe, porque a instituição servirá de atalho para os “novos *experts*” se incorporarem às atividades promovidas pela CNFL, sem passar pelo crivo da comissão estadual, que reprovava o chamado “carnaval

⁴⁵² Essa acusação é reproduzida na defesa de Carlos Galvão Krebs, que em artigo citado na nota anterior, admite-a como verdadeira, advertindo as conseqüências disso aos CTGs: “Tais fatos, sem dúvida verídicos, são os responsáveis pelo alheamento de grande número de excelentes gaúchos, de sólidas culturas, de magníficos escritores regionalistas, em relação ao novo surto do movimento tradicionalista do Rio Grande do Sul. [...] Tais críticas, que ouvimos na generalidade, mas sempre ditas em confidência, justamente não vêm a público porque seus autores sentem a boa semente que jaz no bojo do nosso tradicionalismo, e não desejam esterilizá-la. Mas são suficientemente fortes para afastá-los do nosso convívio e de desviar de nós a excelente contribuição que toda essa valiosa gente nos poderia proporcionar de bom grado.” Krebs, C.G. “Excessos do Tradicionalismo”. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 nov 1956. Hemeroteca ITF, pasta 33.

⁴⁵³ Fagundes, Antônio Augusto. “Eles, os Mestres”. *A Hora*. Porto Alegre, 09 out. 1957, s/p. Hemeroteca ITF, pasta 08.

⁴⁵⁴ Paralelamente, *tradicionalistas* realizam suas próprias assembléias anuais e fundam, em 1956, sua “Academia de Letras”, chamada “Estância da Poesia Crioula”. Criada por iniciativa de Hugo Ramirez, nela poetas, escritores e folcloristas amadores encontraram abrigo facilitado pela não submissão ao crivo de intelectuais mais prestigiados.

gaúcho” no Rio Grande do Sul. Em não sendo admitidos no círculo de folcloristas prestigiados como iguais, esses aprendizes irão contrapor à “omissão” das elites, a “coragem” e o “idealismo” de um movimento que não se limita a gabinetes e rodas acadêmicas, mas põe a “mão na massa”, praticando junto com ela “o aprimoramento do culto às nossas tradições”.⁴⁵⁵

Paralelamente, no plano das relações entre *tradicionalistas*, a emblematização do estigma de *grosso* – usada para denunciar a recusa da capital ao movimento e a “a cômoda e fácil posição de crítica, tão a gosto dos ineptos, incapazes e estéreis”⁴⁵⁶ – também aumenta a tensão entre a autoridade intelectual almejada pelos ideólogos e o alcance social do movimento que representavam. Apesar de ter sido fundado em Porto Alegre, o *tradicionalismo* tinha suas bases no interior⁴⁵⁷, nos CTGs e nos congressos anuais, que funcionavam como uma espécie de poder “legislativo”. Isso não impediu –antes pelo contrário – que os especialistas radicados na “metrópole” figurassem como seus porta-vozes, já que eles é que detinham recursos para isso – participação ativa no circuito cultural, prática de pesquisa, contatos na imprensa, nas editoras, no rádio e posições na burocracia de Estado. Mas a especialização desses quadros reproduziu com os CTGs as questões que os incompatibilizaram com os folcloristas de maior prestígio. Em poucas palavras, pode-se dizer que quanto mais próximos da pesquisa e integrados à vida cultural da cidade, mais distantes os porta-vozes foram ficando das bases, representadas por prosélitos, em geral, pouco interessados nos pudores classificatórios da erudição folclórica.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ Fagundes, Antônio Augusto. “Eles, os Mestres”. *A Hora*. Porto Alegre, 09 out. 1957, s/p. Hemeroteca ITF, pasta 08.

⁴⁵⁶ Fagundes, Antônio Augusto. “Eles, os Mestres”. *A Hora*. Porto Alegre, 09 out. 1957, s/p. Hemeroteca ITF, pasta 08.

⁴⁵⁷ Analisando os dados de 1987, fornecidos pelo MTG, sobre o número de entidades tradicionalistas no estado, Ruben Oliven mostra a relação inversamente proporcional entre o número de habitantes dos municípios e o de centros de tradições. As regiões do estado que apresentam maior número de entidades tradicionalistas são os Campos de Cima da Serra, o Litoral e o Planalto Central. As que apresentam menor proporção são a Região Metropolitana, a Região Colonial dos Vales (próxima a Porto Alegre) e o Litoral Sul. Essas três áreas têm em comum a existência de cidades populosas. Os dados demonstram que não há uma relação direta entre o culto tradicionalista e as cidades de fronteira, podendo-se argumentar, junto com Oliven, e em acordo com as formulações de Ranger e Hobsbawm a propósito da “invenção de tradições” (1984), que nesses lugares “a vida campeira faz parte do dia-a-dia com maior presença, não precisando ser recriada”. (Oliven, 1992a: 90-91).

⁴⁵⁸ Nos anos oitenta, a geração mais estudada de fundadores tradicionalistas será pejorativamente designada por novos grupos surgidos no movimento (notadamente, os “nativistas”) como “medalhões” – acusação similar às que os tradicionalistas lançaram, nos anos cinquenta, aos folcloristas eruditos. Antônio Augusto Fagundes, que nos anos setenta se tornaria um dos primeiros

Diante desse contraditório desafio – conquistar autoridade intelectual e manter os vínculos com as bases – a vanguarda de *tradicionalistas* especializados viu a criação de uma instituição governamental expressamente destinada a administrar o vínculo do “folclore” com a “tradição”, senão como a garantia de pacificação, ao menos como trincheira de luta para os combates internos e externos ao movimento. Afinal, uma instância oficial destinada a formar tanto professores de folclore como administradores de CTGs, transferia para dentro do *tradicionalismo* a autoridade de fiscalizar os “excessos” verificados no movimento.⁴⁵⁹ Seus dirigentes, elevados a produtores de conhecimento folclórico também tornariam os centros independentes da sanção e dos pareceres de folcloristas mais experimentados. Além disso, mesmo com as discordâncias internas quanto aos rumos tomados pelo movimento, os CTGs não deixariam de servir aos folcloristas do ITF como um trunfo nas disputas com outros intelectuais do Folclore, quando nos congressos da Comissão Nacional poderiam argumentar sobre o exercício do que – para todos – deveria se constituir a função social da pesquisa – e que seria propriamente a vocação proselitista do *regionalismo* – despertar o amor às tradições telúricas, resistir à dominação cultural estrangeira, proteger a vida rural do desaparecimento.

Essas “mil utilidades” da institucionalização justificam a força com que os *tradicionalistas* se lançam na disputa com a CEF pela posse do Instituto de Tradições e Folclore. A despeito da presença massiva dos eruditos da Comissão na esfera de administração da cultura, os primeiros é que sairão vencedores, transformando o órgão numa arma de combate ao isolamento dos intelectuais vinculados ao movimento.

mestres formados pelo PPG de Antropologia da UFGRS, na entrevista concedida a seu ex-professor, o antropólogo Ruben Oliven, em 1981, reclama do baixo nível cultural de uma ala “fisiológica” do tradicionalismo: “Há várias alas no Tradicionalismo. Têm duas principais: a ala fisiológica [...] e uma ala cerebral cultural que atualmente está muito defasada, hostilizada [...] eles têm mania de chamar o pessoal que estuda [...] de medalhões. [...] A qualquer momento eles nos requisitam, nos convocam, nos chamam para conferências, mas na hora dos congressos quando eles vêm que a gente discute certos casos com eles... Como o CTG sobrevive, como o CTG ganha dinheiro, [...] tudo isso eles saberão te dizer, mas não pergunta a eles qualquer coisa de cultura que eles vão dizer bobagens”. (Fagundes, Apud Oliven, 1990:31-32).

⁴⁵⁹ A partir do II Congresso tradicionalista, realizado em 1955 na cidade de Rio Grande, a ala de tradicionalistas “eruditos” tentou criar uma “entidade mater”, com o objetivo de apontar os erros e punir os CTGs não obedientes ao princípio de “autenticidade” ditado pelas pesquisas folclóricas. A proposta foi sistematicamente repudiada pelas assembleias gerais dos Congressos, vindo a ser efetivada dez anos depois, em 1967, em bases bem diferentes, com a criação do MTG, Movimento Tradicionalista Gaúcho.

5.4. Excelência em tradição: o ITF

Há um intervalo relativamente largo entre a aprovação do projeto de criação do ITF, no bojo da reforma na SEC, em 1954, e o início de seu funcionamento, cerca de um ano depois. Para os interessados no Folclore, esse período é acompanhado de um certo suspense. Durante meses, *tradicionalistas* e *eruditos* se mantêm mobilizados, dando a entender ao governo e à opinião pública que o órgão lhes estaria prometido. Os dois grupos atuam nos bastidores e pelos jornais.

Em 1953, quando o projeto ainda nem tinha sido votado pela Assembléia Legislativa, a coluna tradicionalista do *Diário de Notícias* já anunciava que o autor da lei de criação, Secretário José Mariano Beck, estava comprometido com os fundadores do 35.⁴⁶⁰ Na seqüência, outras notas publicarão os “indicáveis” para o Instituto – os favoritos citados eram Barbosa Lessa, Hugo Ramirez e Carlos Galvão Krebs. Com o tempo, o que eram sugestões muda de tom, e os colunistas passam a exigir o “imediato funcionamento” do órgão, que permanecia acéfalo.⁴⁶¹ Enquanto isso, Dante de Laytano iniciava uma intensa campanha de convencimento junto a intelectuais e políticos, com o objetivo de viabilizar o convênio entre o Governo do Estado e o IBECC – acordo que já havia sido firmado no Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro. Para tanto, toma uma série de medidas, previamente combinadas com Renato Almeida. Primeiro, faz-se nomear representante extraordinário do IBECC no estado (para poder ele mesmo assinar em lugar do Presidente, Lourenço Filho), depois sai a colher assinaturas entre a intelectualidade: dos reitores da PUCRS e UFRGS a Érico Veríssimo e Mário Quintana. Mais discretamente, começa a freqüentar almoços e jantares com o governador Ernesto Dornelles que, segundo Laytano, desde o primeiro momento

⁴⁶⁰“O novo titular da Secretaria de Educação, sr. José Mariano Beck, em entrevista matutina, promete tomar uma série de medidas destinadas a incentivar o culto das tradições gaúchas. Referindo-se a esse respeito, S.S. declara: ‘Em tal sentido, inclusive procuraremos entendimentos com o ‘35’ centro de Tradições, ao qual daremos todo o apoio para o completo desenvolvimento de seu programa”. (Dutra, João. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20 ago 1953. BAM TEMÁTICO PASTA 43 F – 1690).

⁴⁶¹ Ver “INSTITUTO DE TRADIÇÕES E FOLCLORE” *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 ago 1955, p.9; “Curso de Danças Gaúchas para professores pelo Instituto de Tradições e Folclore”. *Diário de Notícias*, 22 mai 1955. Hemeroteca ITF, pasta 08. e “Instituto de Tradições e Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 fev. 1959, “Tradição”. BAM TEMÁTICO, Pasta 51 F – 0217;

“concordou em assinar”.⁴⁶² Em dezembro de 1953, ao retornar de um dos encontros bimestrais com a cúpula da CNFL, o Presidente da CEF declarava, confiante, “[...] que causara ótima impressão sua comunicação, nessa reunião, no Itamarati, que o governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do general Ernesto Dornelles, estava pronto em assinar o convênio com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, para a defesa das tradições populares”. Acrescentou ao repórter do *Diário de Notícias* “que teve muita repercussão a inclusão, no projeto do Departamento de Cultura, que o dr. José Mariano Beck, secretário de Educação e Cultura, pretende criar, de um setor dedicado ao Folclore, no Rio Grande do Sul”.⁴⁶³

Tudo indicava que o estado seria um dos primeiros conveniados a atender às antigas reivindicações do movimento nacional, de incorporação do Folclore à esfera das instituições públicas. A minuta do convênio apresentada ao Governador previa, de fato, essa possibilidade. Além de garantir uma dotação orçamentária direta do governo estadual para a Comissão, Laytano aproveitara a reforma no currículo do ensino normal (de cuja comissão de discussão participava), para acrescentar no anteprojeto a tão reclamada inclusão do folclore “no currículo de formação de professores [...], do qual conste não somente uma parte geral, técnica, como também em uma parte especial, de estudo do folclore regional”. Outra cláusula autorizava a “considerar integrantes da Comissão Rio-grandense principalmente como órgãos executores, ou serviços, repartições ou órgãos mantidos pela administração regional e destinados à pesquisa do folclore, ou ainda aqueles cujas atividades possam ter relação com o folclore, tendo assim possibilidade de realizar pesquisas ou investigações”.⁴⁶⁴

Contudo, o que Laytano não sabia é que os dois primeiros itens do

⁴⁶² Cf. AMJC CE 1954, v.1, AP 1031 Of. 208, 19/4/54 – a Renato Almeida; AMJC CE 1954, v. 2 1954, v.2, AP 1032, Of. 430, 20/7/54 a Renato Almeida e AMJC CR 1954, v. 2. AP 2026, Processo no. 33643 – Cópia telegrama no. 1678, 7/5/1953, de Lourenço Filho, Pres. IBECC a Jary Medeiros; Id. Carta 16/5/1953, de Dante de Laytano a Ernesto Dornelles.

⁴⁶³ “Luta pela Manutenção das Tradições Brasileiras. Declarações do dr. Dante de Laytano que regressa da capital Federal onde participou da reunião da Comissão Nacional de Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27 dez. 1953. BAM TEMÁTICO Pasta 25 – F-0916.

⁴⁶⁴ Arquivo MJC CR 1954, V.2 AP 2026 –Carta de 22/9/1954, de Roberto Souza, pelo Secretário da SEC, a Dante de Laytano, convocando para reunião de discussão do anteprojeto de Reforma do Ensino Normal; AMJC CR 1954, v. 2. AP 2026, Of. 344, de 15/9/1954, Processo no. 33643 “Envia o expediente sobre o convênio a ser estabelecido entre o Estado e o IBECC, organismo brasileiro da UNESCO” e AMJC CE 1953, v.1, AP 1028, Of. no. 428, 19/5/1953, de Dante de Laytano ao Diretor-Geral SEC.

convênio seriam modificados, em razão dos vetos do CPOE (Centro de Pesquisas e Orientação Educacional) e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)⁴⁶⁵ – além do fato de, como o próprio nome da instituição indica, o titular da Secretaria de Educação, José Mariano Beck, ter realmente se comprometido em deixar o Instituto nas mãos do *tradicionalismo*. A preexistência da CEF como instância especializada, diretamente ligada às esferas federal (CNFL) e internacional de gestão do folclore (UNESCO), servia de argumento para que, obedecendo à diretriz, também expressa no convênio, de salvaguarda às *especificidades* do folclore *regional*, o estado incorporasse à burocracia uma instância de excelência em folclore e **tradicionalismo** – este último, “fato” apenas verificável no Rio Grande do Sul.

Os três candidatos ao cargo de diretor (Lessa, Krebs e Ramirez) eram considerados os “pensadores” do *tradicionalismo*; dois deles (Lessa e Ramirez) eram também sócios da CEF; todos já tinham artigos publicados, os três tinham sido alunos de Laytano e eram também diplomados pela UFRGS.⁴⁶⁶

Consta que o primeiro indicado pelo governo foi Barbosa Lessa. Como este já se encontrava a caminho de São Paulo (onde residiria até meados dos anos setenta), o folclorista Carlos Galvão Krebs, *tradicionalista* que vinha se especializando em “etnografia africana”, viu-se com chances de ascender à

⁴⁶⁵ O DASP vetou a verba direta do Governo Estadual para a CEF. Na versão assinada, o IBECC se compromete a “conseguir da UNESCO a concessão de dotações financeiras especiais para a realização de pesquisas no Brasil, de acordo com plano previamente estudado”, enquanto o Governo do Rio Grande do Sul promete, em vez de uma dotação específica, apenas “pugnar para que do plano anual de auxílios e subvenções conste uma ajuda financeira à Comissão Rio-grandense de Folclore, destinado a atender às suas despesas imediatas, quer de manutenção, quer de pesquisa ou de divulgação”. Quanto à inclusão do folclore como matéria atinente aos currículos do ensino normal, o CPOE considerou, no seu parecer, que “[...] a inclusão de uma cadeira específica de Folclore, no currículo de formação de professores primários, sobrecarregaria demasiadamente o curso, já de si bastante pesado pelo grande número de matérias [...] quando se estuda, justamente, a possibilidade de reduzir o número de matérias do Curso Normal, parece-nos que poderia ser incluído como parte [...] do programa de Português, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico e Arte Coreográfica, sendo que esta última já inclui, em seu conteúdo programático, o estudo das ‘Danças Folclóricas e suas características. A inclusão do Folclore, como matéria independente do curso normal só se justificaria, a nosso ver, em caráter facultativo, como acontece com a cadeira de Arte Dramática”. (Cf. Arquivo MJC, CR 1954, v. 2 AP 2026, “Informe processo no. 33643 Convênio Governo Rio Grande do Sul/IBECC”, 23/02/1954.) Ver ainda, sobre a resistência do DASP, AMJC CE 1954, v.2, AP 1032, Of. nº 430, 20/7/54 a Renato Almeida.

⁴⁶⁶ Barbosa Lessa, em Direito, antes da rápida passagem pela ELSP; Carlos Galvão Krebs em Direito, Artes Plásticas e História e Geografia, e Hugo Ramirez em História e Geografia apenas. Nos anos setenta, Hugo Ramirez ingressaria novamente na UFRGS como estudante da Faculdade de Direito.

direção. Para tanto, mobilizou amigados (segundo se sabe, com o Secretário da SEC) que lhe indicaram a Ênio Freitas e Castro, Diretor da Divisão de Cultura, Diretor da Associação Rio-grandense de Música, aliado e consócio de Dante de Laytano na Comissão.⁴⁶⁷ Depois de alguma hesitação, Ênio acabou por ceder à nomeação de Krebs, que, contra a vontade de Dante de Laytano, permaneceu à frente do ITF até 1967, sempre auxiliado por Antônio Augusto Fagundes.⁴⁶⁸ Em carta a Renato Almeida, Laytano, que já tinha comemorado a criação do instituto, julgando poder indicar alguém de sua confiança, mostrou seu desapontamento com a nomeação: “[...] Agora surgiu um aborrecimento. Não é que o Ênio vai nomear, se já não nomeou, o Carlos Galvão Krebs para o Serviço de Folclore, da Divisão de Cultura da SEC. Claro que não sou dono do folclore, mas que atrapalha, atrapalha, atrapalha uma zebra dessas. Vamos ver o que se faz [...]”.⁴⁶⁹

Com efeito, a nomeação de Krebs inviabilizava qualquer ação conjunta entre o ITF e a CEF. A esta altura, a inimizade entre o diretor do ITF e o delegado regional da CNFL já era antiga e bem conhecida dos colegas da Secretaria de Educação. Ela começou quando Krebs entrou para o curso de História e Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, onde Dante de Laytano era professor de História do Brasil e junto à qual dava cursos “extras”, de férias ou extensão, sobre história do Rio Grande do Sul. Depois de uma convivência conflituosa com o professor – Laytano acusava o aluno de ser “inimigo da cultura portuguesa” – ao deixar o curso, Krebs publica, na revista *Província de São Pedro*, o que secretário da Comissão classificou como

⁴⁶⁷ Em reportagem na qual traça o perfil do folclorista Carlos Galvão Krebs, Edison Nequete refere o episódio: “Uma de suas frases prediletas: ‘Nunca bebi água nas orelhas de ninguém’, significando que nunca pediu de mão beijada nada de importante nem nunca cortejou ninguém visando posições. Uma única exceção: quando em 1954, instalada a Divisão de Cultura e, no seu bojo, o Instituto de Tradições e Folclore, vendo que este não era nunca instalado, pela primeira vez pediu a amigos que conseguissem sua designação para dirigi-lo, evitando assim que o Instituto morresse no nascedouro”. Cf. Nequete, Edison. “Um pouco a respeito de Krebs”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jul 1964. BAM TEMÁTICO – Pasta 45. F-0296 a 0298, F-0297. Na entrevista concedida em 1998, Dante de Laytano afirmou que Krebs aspirava a ocupar o seu posto na Comissão, e que este teria conquistado a direção do ITF porque “era amigo do Secretário”. (Laytano, Dante de. *Entrevista* concedida à autora. Porto Alegre: 30 set. 1998. Gravação em fita cassete).

⁴⁶⁸ Depois de uma primeira fase de intensa atividade nas áreas de pesquisa e ensino, em 1967 o Instituto foi fechado, sendo recriado em 1974, pelo governo Trichês, dessa vez como Fundação. Neste momento assume o coronel da Brigada Militar, também fundador do Tradicionalismo, Hélio Moro Mariante, sucedido por Antônio Augusto Fagundes, Glaucus Saraiva e Paixão Côrtes, entre outros tradicionalistas.

⁴⁶⁹ AMJCE 1954, v.2, AP 1032, of. 697, 10/12/54 a Renato Almeida.

“um artigo para lá de medíocre fazendo troça de mim, da Igreja e dos jesuítas”.⁴⁷⁰

O artigo, intitulado “Tesouros e Subterrâneos Jesuíticos”, abordava um tema controverso. Nele, Krebs qualifica-o de “desprezado” e acusa os historiadores do Rio Grande do Sul (nominalmente Dante de Laytano) de desconsiderarem a “tradição oral” nas suas análises e pareceres históricos, em que argumentam pela inexistência de tais tesouros. Defendendo a veracidade da lenda, e presumindo que as cavidades comuns na estatuária jesuítica pudessem, realmente, servir de esconderijo para ouro ou pedras preciosas, Krebs pergunta como os historiadores gaúchos puderam não se interessar pelo assunto. Supõe então que, além de não tocarem nele por serem “muito chegados aos jesuítas” (menção velada à vizinhança do Museu Julio de Castilhos com o colégio Anchieta, e à antiga amizade entre Laytano e o Pe Jesuíta e historiador Luiz Gonzaga Jaeger) e saberem

que não convém tocar no caso sob pena de lhes desagradar [...] juízo, aliás, que a nosso ver não tem procedência alguma [...] ‘a priori’ olham a matéria como pertencente aos domínios do puro folclore, prejulgando ingênuo e risível todo esforço no sentido de tratá-la do ponto de vista histórico. [...] Na verdade, rendemos graças aos deuses do Olimpo: a tese ficou para nós.⁴⁷¹

Poucos anos depois, os dois autores voltam a se confrontar, desta vez disputando o campo de pesquisas sobre cultura afro em Porto Alegre, ao tempo em que Krebs firmava-se como especialista em “etnografia negra”, sendo freqüentador assíduo de casas de umbanda e especialmente do terreiro da “Mãe Apolinária”, mãe-de-santo conhecida na alta sociedade e hoje nome de rua no bairro Bela Vista em Porto Alegre. Em 1953 Laytano tinha começado a freqüentar o terreiro, junto com outras 70 casas de nação, no curso de um “trabalho de campo” então em andamento, sobre religiosidade popular (mais tarde publicado no nº 29 dos cadernos da CEF). Mas o herdeiro de Mãe Apolinária parece ter sido mesmo Krebs, como permitem supor as reportagens posteriormente publicadas sobre sua trajetória como pesquisador. Nelas ressalta-se a coleção de objetos e amizades herdadas de chefes de terreiros porto-alegrenses:

⁴⁷⁰ AMJC, CE 1954, v.1, AP 1031 of. 308, 7/6/54 – de Dante de Laytano a Thales de Azevedo.

⁴⁷¹ Krebs, Carlos Galvão. “Tesouros e Subterrâneos Jesuíticos”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v.4, n. 12, p. 53-74, dez. 1948, p. 56.

Foi amigo de inúmeros pais e mães-de-santo da Bahia e de Porto Alegre, dentre os quais se destacam Tia Masi (do Engenho Velho), Joãozinho da Colméia, Mãe Apolinária, Mãe Andreza, Dona Moça, Mãe Ester de Yemanjá, Mãe Maria do Bará, todas desta Capital, assim como de Mãe Chiquinha. De todas aprendeu muito e de todas recebeu peças rituais para sua coleção pessoal. De Mãe Apolinária, de quem foi grande amigo (acompanhou seu enterro a pé, com batedores de tráfego, de motocicletas à frente), recebeu em vida e depois da morte valiosas lembranças, como um de seus magníficos trajes rituais, tambores, ‘cutás’ e ‘amuletos’ (imagens de orixás). Com todo esse material, de quando em quando dá cursos sobre as religiões afro-brasileiras (já deu três vezes em Porto Alegre), dedicado exclusivamente a psicanalistas e psiquiatras, interessados especialmente no fenômeno da possessão pelos orixás.⁴⁷²

De qualquer modo, no momento em que Krebs começa a ser reconhecido em Porto Alegre, chegando mesmo a receber elogios de folcloristas resistentes ao *tradicionalismo*, como Augusto Meyer⁴⁷³, Laytano (que aparentemente não era muito próximo de Meyer), há tempos desempenhava o papel de seguidor e informante de estudiosos não rio-grandenses interessados no assunto. Nas décadas de quarenta e cinquenta, atendeu e manteve correspondência com Fernando Henrique Cardoso, Emílio Willems, Melville Herskovits, Donald Pierson, Pierre Verger e Roger Bastide, entre outros de passagem por Porto Alegre.⁴⁷⁴ Dentro da rede de contatos com os demais delegados regionais da CNFL, o comissário de Renato Almeida àquela altura travava relações próximas com o historiador, antropólogo e folclorista baiano Thales de Azevedo, um dos “teóricos” nacionais do folclore e estudioso das relações raciais na Bahia. Krebs, antes da posse no Instituto, quando começou a freqüentar os Congressos Nacionais ainda na condição de jornalista, tentara uma aproximação exatamente com ele, apresentando-se como interessado na área, e daí por diante a rivalidade com

⁴⁷² Nequete, Edison. “Um pouco a respeito de Krebs”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jul 1964. BAM TEMÁTICO – Pasta 45. F-0296 a 0298.

⁴⁷³ Na mesma entrevista, concedida à *Revista do Globo* em 1956, na qual Meyer reclama da falta de estudos sistemáticos sobre cultura popular sul-rio-grandense e do não respeito, pelo tradicionalismo, às fronteiras do conhecimento científico, Meyer excetua “naturalmente o louvável esforço de Carlos Galvão Krebs que vem imprimindo um rumo novo à pesquisa folclórica entre nós”. (Meyer, Irene. “Augusto Meyer e a cultura rio-grandense”. Entrevista. Porto Alegre, *Revista do Globo*, fasc. 021 Fascículo: 678, pp. 22 e 25, dez. 1956, p. 22).

⁴⁷⁴ Laytano fornecia indicações bibliográficas e documentais a estes pesquisadores, enviando periodicamente suas mais recentes publicações. Ver: Of. 3, 07/6/52 a Roger Bastide. AMJCE 1952, v.2 AP 1027; Carta s/d a Donald Pierson. AMJCE 1952, v.2, AP 1027; Carta 25/06/52 a Pierre Verger AMJCE 1952, v.2 AP 1027, e Carta 24/6/52 a Emílio Willens. AMJCE 1952, v.2, AP 1027. Sobre a influência de Bastide sobre Laytano, ver AMJC CE v.2, of. 3, 7/6/52 – a Roger Bastide, USP; AMJC, CE 1965, v.3, of. 231, 16/4/56 a Roger Bastide e LAYTANO, D. de. *A Igreja e os Orixás*, separata dos Cadernos da Comissão Estadual de Folclore, Porto Alegre, no. 29, 1958).

Laytano ficou mais acirrada.⁴⁷⁵

De fato, é exatamente a partir de 1954, com Krebs já formado em três cursos superiores, relativamente projetado como folclorista, com dois artigos publicados na prestigiada *Província de São Pedro* e forte candidato à presidência do ITF, que as referências pejorativas, para não dizer, difamatórias, de Laytano à sua figura começam a aparecer na correspondência trocada com colegas e aliados.⁴⁷⁶ Um ano mais tarde, enquanto Laytano continuava fazendo o possível para excluí-lo das atividades e eventos de que participava, Krebs estabelecia no ITF seu *staff* de pesquisadores.⁴⁷⁷

Entre finalidades previstas no artigo segundo, parágrafos primeiro e segundo do regimento do Instituto, aparecem as de “prestigiar e amparar o Movimento Tradicionalista Gaúcho, proporcionando-lhe meios para que possa realizar seus objetivos cívicos e culturais” e “credenciar pessoas ou grupos que pretendam representar o estado, dentro ou fora de seu território, em assuntos pertinentes à cultura regional típica”.⁴⁷⁸ Essa determinação, em princípio, se

⁴⁷⁵ É o que se observa na resposta do Presidente a três cartas anteriores de Thales, uma das quais referente a Krebs: “A outra carta referente ao Krebs não respondi logo, para não cometer um ato pouco cristão. O Krebs, ex-speaker de rádio, empregado do Tesouro, bacharel em Direito, tirou geografia e história na Faculdade de Filosofia onde lecionei. Agora é ajudante de professor de História da Arte na Faculdade de Arquitetura. Inimigo da cultura portuguesa [assunto] sobre o qual tivemos muitas grandes discussões e ignorando totalmente o assunto africano, tornou-se de repente especialista [...] Trata-se de um desvairado”. AMJC, CE 1954, v.1, AP 1031, of. 308, 07/6/54 a Thales de Azevedo.

⁴⁷⁶ Embora a pessoa de Carlos Galvão Krebs seja, contrariamente a de Laytano, pouco familiar à comunidade acadêmica sul-rio-grandense, sua carreira como folclorista e homem público esteve vinculada à história da Universidade Federal de Santa Maria, onde lecionou no Instituto de Artes. Sua produção intelectual encontra-se fartamente registrada nos principais órgãos de imprensa de Porto Alegre. Na longa gestão à frente do ITF, onde trabalhou sem interromper o exercício da atividade jornalística, Krebs concedeu entrevistas, publicou artigos e reportagens (aqui arrolados na lista de fontes), mas nunca um livro inteiro. Quanto às investidas e as articulações montadas para firmar seu nome dentro da *network* do folclore, estas nos são indiretamente acessíveis pela correspondência de Laytano: Ver, além da carta, citada na nota anterior, a Thales de Azevedo, AMJC CE 1954, v.1 AP 1031, Of. 303, 7/6/54 a Biaggio Tarantino; e AMJCE 1955, v.2, AP 1034, Of. 580 7/12/55 a M. Barlen. Ver ainda Sant’ana, Marina Fiory. **Entrevista** concedida à autora. Porto Alegre: 14 nov. 1997. Gravação em fita cassete e Laytano, Dante de. **Entrevista** concedida à autora. Porto Alegre: 30 set. 1998. Gravação em fita cassete.

⁴⁷⁷ A equipe do ITF era formada do diretor mais cinco assessores técnicos: Antônio Augusto Fagundes, Léo Guerreiro (fotógrafo com quem Krebs também trabalhava para a *Revista do Globo*), Isolde Brams, artista plástica formada no Instituto de Artes da UFRGS, onde Krebs também estudou, e Paulo Xavier, ex-funcionário de Dante de Laytano no Arquivo Histórico e Museu Julio de Castilhos, onde trabalhara como auxiliar e porteiro (guia de visitação). Em 1964, com a subida dos militares, Xavier, que era um historiador autodidata especializado em nos estudos de genealogia e heráldica, subirá ao posto de Diretor da Divisão de Cultura da SEC e do Departamento de Ciência e Cultura da repartição. Krebs será mantido na direção do Instituto até sua extinção, em 1967.

⁴⁷⁸ ITF, *Histórico do Instituto de Folclore e da Escola Gaúcha de Folclore*, p.1. (Documento

sobrepõe às cláusulas firmadas no convênio em que o Estado e o IBECC reconheciam a Comissão de Folclore local como o órgão capacitado para as atividades folclóricas no Rio Grande do Sul. Particularmente, à quarta cláusula, na qual “O Governo do Rio Grande do Sul reconhece a Comissão Rio-grandense de Folclore, no território do Estado, como órgão integrante da Comissão Nacional de Folclore, regional, e desta forma, atribui-lhe a autoridade de suas atribuições na respectiva Unidade Federada, em suas relações com os demais órgãos folclóricos do país e do estrangeiro”.⁴⁷⁹

Na realidade, o governo estava justamente usando o ITF para cumprir as cláusulas do convênio, já que o mesmo previa a incorporação automática das instituições que tivessem alguma relação como folclore aos quadros da Comissão, e, em contrapartida, a colaboração desta última nas atividades promovidas pelos órgãos culturais oficiais. É através do Instituto, portanto, que o Estado implanta no Rio Grande uma política de folclore. Esta será concretizada, entre outras medidas, pela criação de um “museu folclórico” no ITF e pela centralização, naquele órgão, da formação de professores da rede pública na área. De certa forma, o Instituto será erguido como a *casa grande da estância* sonhada pelos estudantes para instalar a sede “técnica” do 35. Ele foi organizado segundo o modelo dos “museus regionais” que Rossini Tavares de Lima recomendara veementemente às Comissões Estaduais no manual de sua autoria, intitulado *ABC de Folclore*, publicado em 1952 e adquirido pela Biblioteca do ITF.⁴⁸⁰

Krebs adaptará as recomendações técnicas de Rossini à vocação proselitista do *tradicionalismo*, reportando-se às correntes intervencionistas da CNFL “no sentido de revigorar uma tradição periclitante”.⁴⁸¹ Justificará, desta forma, a necessidade de inclusão das invenções *tradicionalistas* nos cursos de

apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. S/d. ITF, caixa única, s/classificação, Arquivo Morto).

⁴⁷⁹ Arquivo MJC CR 1954, v.2 AP 2026, Processo no. 33643 “Convênio”, jul. 1954 [2ª Versão]. A íntegra do Documento foi publicada no jornal *Diário de Notícias*: “Defesa das Tradições Populares. Convênio entre o Rio Grande do Sul e o Instituto de Educação, Ciência e Cultura.” *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 julho 1954. BAM TEMATICO Pasta 25 F – 1270

⁴⁸⁰ Ali Tavares de Lima havia exposto a organização e os objetivos do Centro de Pesquisas Folclóricas ‘Mario de Andrade’, criado em 1947, junto ao conservatório dramático e musical de São Paulo – instituição “que recolhe, classifica e guarda os fatos folclóricos ou etnográficos”, cujo acervo “possa ser consultado pelos estudiosos e visto pelo público, no setor da cultura material do nosso meio popular”. (Lima, 1952: 45).

⁴⁸¹ KREBS, Carlos Galvão. “O Intervencionismo no campo do folclore”. *Correio do Povo*, 22 setembro 1956, p. 9-10, p. 9.

folclore oferecidos a professores de educação física, “com a intenção de que levassem nossas danças diretamente para as classes primárias”.⁴⁸² Os cursos, que começam em 1955, com a duração de dois meses e com o conteúdo todo voltado ao aprendizado coreográfico das pesquisas feitas por Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, com o tempo, além de serem levados a diversos CTGs e municípios do interior, vão aumentando a duração, incorporando o diretor e os assessores técnicos do ITF ao quadro de professores e acrescentando novas matérias, até chegar ao formato de três anos, em 1965, ano de criação da ESF.⁴⁸³

Antes disso, com a incorporação do *tradicionalismo* à esfera de governo, os representantes do movimento na Divisão de Cultura começaram a deter direitos sobre a composição das delegações gaúchas presentes nos encontros da CNFL. Significa dizer que, ao serem nomeados para o ITF, em 1955, Carlos Galvão Krebs e Antônio Augusto Fagundes, sem deixar de atuarem do jornalismo, passam

⁴⁸² KREBS, Carlos Galvão. “O Intervencionismo no campo do folclore”. *Correio do Povo*, 22 setembro 1956, p. 9-10.

⁴⁸³ O programa do curso de “Introdução ao Folclore e Tradicionalismo Gaúcho” apresentado por Krebs à Diretoria da Divisão de Cultura para o ano de 1961 dividia-se em doze tópicos: 1. Folclore (Etimologia e outras denominações) 2. Posição do Folclore entre as demais ciências (Correlatas e auxiliares) 3. Importância geral do Folclore e particularizada a cada cultura (Utilização pedagógica do Folclore) 4. Fato Folclórico (conceito, diferença entre o folclórico, o popular e o erudito; processo de folclorização de um fato, por acesso ou decesso na sociedade) 5. Classificação do Fato Folclórico (escolas de interpretação e a classificação decimal de Édison Carneiro) 6. A pesquisa folclórica (métodos, pesquisa de campo e bibliográfica, pesquisa parcial e global, registros não mecânicos, mecânicos, elaboração dos dados, relatório final, qualidades do pesquisador). 7. Museu de Folclore (coleta de material, organização e conservação do material, salas de exposição) 8. O Folclore Brasileiro (base lusitana, outras raízes culturais, os principais folcloristas brasileiros e sua bibliografia) 9. O Folclore no Rio Grande do Sul (Precusores dos estudos e bibliografia; capa luso-brasileira, capa africana, capa alemã, capa italiana, traços atuais das culturas indígenas do passado, transculturação presente no Rio Grande do Sul; ideal futuro: transculturação total) 10. Caso Peculiar do Rio Grande do Sul (identidade entre os três gaúchos, Brasil, Argentina e Uruguai, psicologia do homem cavaleiro, identidade fundamental do gaúcho e do vaqueiro nordestino do Brasil) 11. O Tradicionalismo gaúcho no Rio Grande do Sul (História – Cezimbra Jacques, o precursor e patrono, fracasso das primeiras iniciativas, atual surto tradicionalista, história do 35 CTG, causas do sucesso, congressos tradicionalistas, conceituação e teorização do movimento tradicionalista, crítica ao movimento, comparação com o da Argentina, Centros infantis e seus problemas específicos). 12. Órgãos que curam do Folclore no Rio Grande do Sul (Instituto de Tradições e Folclore da Divisão de Cultura, Congressos Tradicionalistas Anuais, Centros de Tradições Gaúchas, Estância da Poesia Crioula, Páginas e programas de jornais, rádios e TV, Comissão Estadual de Folclore). (DIVISÃO DE CULTURA/INSTITUTO DE TRADIÇÕES E FOLCLORE. “Curso de Introdução ao Folclore e Tradicionalismo Gaúcho. Programa”. Documento apresentado a Maria Moritz, Diretora da Divisão de Cultura. Porto Alegre, 16/02/1961. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação). Com a criação da ESF, em 1965, o programa é dividido entre as seguintes disciplinas: Folclore (Carlos Galvão Krebs); História do Rio Grande do Sul (Paulo Xavier); Etnografia (José Proença Brochado); Indumentária Gaúcha (Antônio Augusto Fagundes); Ginástica (Prof. Morgada Cunha), Instrumental, canto e Música (Alfred Huelsberg) Danças Folclóricas do Rio Grande do Sul (Antônio Augusto Fagundes). Cf. Ofício s/nº, 20/3/1967, de Carlos Galvão Krebs a Luiz Lessegneur de Faria, Secretário de Educação e Cultura. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

ao “corpo técnico” da Secretaria, freqüentando os Congressos agora como “pesquisadores” e usufruindo as prerrogativas orçamentárias até então restritas ao círculo ligado a Dante de Laytano.

A primeira participação ativa do Instituto, incluindo apresentação de trabalhos, demonstrações folclóricas e a presença de uma comitiva técnica, ocorreu no III Congresso Nacional de Folclore, realizado em Salvador, em 1957. Quando isso aconteceu, as relações entre a CEF e o ITF já estavam tão deterioradas que, no retorno, os funcionários deste último fizeram, pela imprensa, um verdadeiro boicote à CNFL e à sua representante local.

Teria sido mais confortável que a retaliação, pelos membros do Instituto, às acusações lançadas por Laytano a Krebs apelasse ao silêncio. Mas a tática escolhida pelo assessor do ITF, Antônio Augusto Fagundes, previa exatamente o contrário: o alarde. Alarde da brilhante participação da “Divisão de Cultura” (representada pelo Instituto), das pesquisas de Isolde Brams – “assessora técnica” do Instituto –, da presença de Krebs – diretor do Instituto – ao lado de Édison Carneiro, Théo Brandão “e outros mais, de menor importância”. Não bastasse a ausência de qualquer menção aos trabalhos apresentados pela CEF no congresso, o autor da reportagem expõe na matéria todos os conflitos internos à CNFL – conflitos que até ali permaneciam guardados a sete chaves, na correspondência trocada entre os secretários regionais e os coordenadores centrais do movimento.

Na reportagem, publicada em julho de 1957, o *tradicionalista* afirma-se solidário com o que chama de os “grandes ignorados” pela CNFL, e passa a enumerá-los. O secretário da comissão Mineira, Aires da Matta Machado Filho – autor que, a julgar pelos anais do I Congresso, costumava levantar questões de ordem e acirrar polêmicas durante as sessões plenárias – é ali descrito como “Homem de definições claras e positivas, não faz rodeio e é incisivo, a par de ser dotado de grande simpatia pessoal”. Gustavo Barroso, autor cuja imagem profissional se encontrava duramente prejudicada pelo passado político integralista, tem a passagem registrada pelo repórter como se nem parecesse o convidado especial da Comissão Baiana – ou seja, “passando brancas nuvens”. A mesma reação é referida à Mariza Lyra, que na correspondência da CEF consta

como desafeto pessoal de Renato Almeida no Rio de Janeiro.⁴⁸⁴ Entre os folcloristas ausentes, o mais comentado é Câmara Cascudo, Presidente e criador da Sociedade Brasileira de Folclore – instituição nacional sediada na “província”, e à qual a CNFL de certa forma se sobrepusera.⁴⁸⁵

Câmara Cascudo reside em Natal, Rio Grande do Norte, e sua ausência tirou muito do valor do conclave. Intelectual de peso, dominando perfeitamente a maior bibliografia que existe sobre o folclore no mundo inteiro, é o folclorista mais editado no Brasil, e o maior nome nacional do gênero. Sua briga com Renato Almeida impediu que conhecêssemos de perto o grande Luiz da Câmara Cascudo.

Além de enumerar ferinamente os “donos do Congresso” – Renato Almeida, apresentado como “‘dono’ eterno da Comissão Nacional de Folclore”, Rossini Tavares de Lima, “sempre na aba do casaco do primeiro” e Dante de Laytano “que se salientou no Congresso como o grande humorista” – Fagundes tenta demonstrar, citando outras ausências e desavenças, o esvaziamento da reunião que, segundo ele, “não trouxe nada de novo, ou quase nada. [...] Foi um Congresso medíocre, se tanto”:

Abaixo de Cascudo, mas também notado como ausente, foi Alceu Maynard de Araújo, de São Paulo, que é primo mas inimigo de Rossini Tavares de Lima, presentemente em grande paz conjugal com Renato Almeida. O paulista Alceu é antigo pesquisador e sua presença pesaria, como suas obras. Mas é inimigo de Rossini, [e] isso é crime de lesa-Comissão.⁴⁸⁶

Esse artigo deve ter sido tema de alguma discussão entre Dante de Laytano e os tradicionalistas da CEF, Manoelito de Ornellas, Walter Spalding, Barbosa Lessa e Hugo Ramirez, já que a Comissão estava sendo desqualificada por representantes “técnicos” de um movimento que ela própria abrigava. Mas principalmente entre Laytano e Almeida, porque o incidente jornalístico, que certamente pegaria muito mal diante das outras comissões, era o coroamento de uma sucessão de reveses institucionais sofridos pela representante gaúcha da CNFL. Primeiro, viera o calvário enfrentado para concretizar, “mutilado”, o convênio entre o IBECC e o governo do Estado. Segundo, a derrota do PTB nas

⁴⁸⁴ Cf. AMJC, CE 1956, AP 1037, Caixa 001Of. 460, de 2/7/56, de Dante de Laytano a Renato Almeida e CE, 1952, v. 2, AP 1027 of. 541 s/d a Renato Almeida.

⁴⁸⁵ Sobre as relações de Cascudo com Renato Almeida e a CNFL, ver Vilhena (1997: 102).

⁴⁸⁶ O conjunto de citações sobre o Congresso folclórico de 1957 foi extraído de Fagundes, Antônio Augusto. “O que foi o Terceiro Congresso de Folclore”. In: *A Hora*, Porto Alegre, 03 jul. 1957. HEMEROTECA ITF, pasta 08.

eleições de 1955, que quase obrigou Laytano a deixar a direção do MJC, enfraquecendo-o dentro da Secretaria de Educação. E, finalmente, a perda do ITF e, com ela, da chance de dar um assento institucional à comissão rio-grandense.

Mas o ITF não era nem o único revés, nem o único rival institucional da CEF. Na frente “acadêmica” de batalha, onde se reuniam os historiadores e críticos da Comissão, os ânimos também andavam exaltados. O dado é importante, porque atribui um sentido conflituoso à manifestação unânime, por parte dos escribas locais, sobre a necessidade de reformularem os caracteres distintivos de sua produção. Ele serve como advertência de que o processo revisionista, destacado no capítulo anterior, não partiu de um consenso *a priori* quanto aos atributos contemplados pela noção matriz do *regionalismo*. Pelo contrário, é justo quando todos proclamam o imperativo de sintonizar a produção sul-rio-grandense com as letras nacionais que a divergência quanto aos métodos de execução desse projeto aumenta. É o que a conturbada conjuntura política do IHGRS permite observar com riqueza de detalhes.

5.5. O IHGRS em crise: o caso Sepé

“A cultura tem isso, o mal da cultura, sabe? São os coleguinhas rivais. Eles ficam agitadinhos, desesperados, não querem isso, não querem aquilo... Mas quanto mais, melhor! Então eu dizia assim, quanto mais gente do nosso lado, melhor! Quanto mais caminhos se abrem, mais assunto temos! ‘Ah não, mas isso é do Instituto...’ O Instituto Histórico tá aí, lavrando. Deixa o Instituto Histórico, vamos fazer *um novo*, vamos ser uma coisa *nova*. O Instituto é da tradição, da rotina, faz isso aqui e daqui a dez anos faz o mesmo, e assim vai indo... Nós não, nós vamos ter que mudar é todo dia!”

(Dante de Laytano, Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 30/09/1998)

No momento em que se aprofunda a separação entre estudiosos e “praticantes” de folclore, a CEF, por conta da posição já destacada de seus membros quando da chegada do *tradicionalismo*, encontra-se sujeita a disputas paralelas, travadas dentro da comunidade acadêmica de historiadores. Na série de contendas historiográficas inauguradas em 1949 com o caso “Antônio Sepp”⁴⁸⁷, a

⁴⁸⁷ Em 1949, o Titular da 8ª Delegacia de ensino, com sede no município de Santa Maria, propôs à SEC que se desse o nome do padre jesuíta Antônio Sepp ao grupo escolar de Camobi, sediado naquele município. O IHGRS, mediante parecer de autoria de Othelo Rosa, desaprovou o pedido. Alegou que o ato teria um sentido prejudicial à consciência cívica dos estudantes, por homenagear um súdito de Espanha que organizou um exército de três mil índios para combater os portugueses

discussão sobre Sepé Tiaraju está entre as que trazem à baila leituras divergentes do passado anterior ao domínio português sobre a totalidade do território brasileiro. Nesse caso em particular, as divergências são suscitadas quando se trata de julgar a “pertença” da experiência das reduções jesuíticas ao mapa histórico sul-rio-grandense, colocando-se em questão, mais uma vez, a delimitação das fronteiras culturais que demarcam o perfil da região dentro do conjunto nacional.

O IHGRS foi a arena desses enfrentamentos. O gatilho foram os pareceres encomendados à “Comissão de História” do Instituto, que em deliberações periódicas julgava a oportunidade e a pertinência de monumentos, datas, escudos e designações a prédios e logradouros públicos.⁴⁸⁸ Em princípio, o mérito desses julgamentos dizia respeito mais de perto às funções cívico-pedagógicas da disciplina do que aos métodos e pressupostos envolvidos nas explanações históricas. Mas ao justificarem tecnicamente os relatórios fornecidos ao governo, os pareceristas, pelos argumentos que ofereciam, desafiaram as novas

na colônia de Sacramento. Ver o parecer em ROSA, Othelo. “As Missões Jesuíticas e a Consciência Cívica da Juventude”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 170-172, dez. 1949. A discussão a respeito do monumento em homenagem aos duzentos anos de morte de Sepé Tiaraju deu, de certa forma, continuidade às discordâncias geradas no interior do IHGRS pelos pareceres anteriores. Entre eles estão, ao lado da negativa à homenagem do padre “Sepp”, o “caso Dragões do Rio Pardo”, desenrolado um ano antes da discussão a propósito de Sepé. No parecer sobre as homenagens ao regimento da cavalaria sediado em Rio Pardo no século dezoito – celebrado pela expulsão, em 1776 e sob o comando de Rafael Pinto Bandeira, das invasões de Cevallos (1763) e Salzedo (1773) – o IHGRS recusava o convite feito por Laytano – Presidente da comissão comemorativa – a participar das celebrações, acusando-o de imprecisão histórica e afirmando não existir dragões do “Rio Pardo”, mas no Rio Pardo. O caso, bem como a reação de Laytano, encontram-se descritos em Nedel (1999:201 et passim). O parecer do IHGRS pode ser encontrado em Rosa, Othelo. “Dragões do Rio Grande”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p.148-152, dez. 1954. Quanto ao caso Sepé especificamente, o parecer do Instituto, a réplica apresentada na assembléia seguinte e os manifestos de historiadores, folcloristas e tradicionalistas estão reproduzidos no *Correio do Povo*, nos editoriais e na seção “Arquivo” da revista *Província de São Pedro*. Uma coletânea desses documentos encontra-se nos apêndices da “Obra Completa” de Mansuetto Bernardi, escrita em 1957 e toda ela dedicada ao assunto. Deste livro foram tiradas as citações aqui utilizadas: Ver Bernardi, Mansuetto. *O Primeiro Caudilho Rio-grandense . Fisionomia do herói missionário Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina editores, 1980. Lima, Afonso guerreiro. Rosa, Othelo. Vellinho, Moyses. Sugestão sobre o Monumento a Sepé Tiaraju. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 228-231, dez. 1957; Vellinho, Moyses. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v.11, n. 21, p. 5-10, dez. 1957. Uma análise, sob outro ponto de vista, dessa discussão também pode ser encontrada em Gutfreind (1989:200 et seq.).

⁴⁸⁸ Os pareceres históricos fornecidos pelo Instituto eram usados na elaboração de calendários festivos estadual e municipal, na construção de obras e monumentos, na liberação de verbas para compras de acervo a museus locais e na confecção dos símbolos oficiais. Outro caso ilustrativo dos debates gerados a cada parecer solicitado por governantes é a encomenda do escudo da prefeitura de Porto Alegre, cuja data de fundação, depois de intensa discussão entre os historiadores, acabou trocada de 1740 para 1772. (Ver Rosa, Othelo; Lima, A. Guerreiro; Vellinho, Moyses. “A Fundação de Porto Alegre”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 231-235, dez. 1957).

interpretações emergentes.

No caso Sepé, o agravo que se impunha para o Instituto era admitir no panteão heróico local a entrada de um indígena que desafiara os agentes da conquista lusitana, tradicionalmente reputados como os legítimos “construtores do Rio Grande”. Como complicador, havia ainda o fato de que o mártir guarani vinha sendo recuperado dentro do *tradicionalismo* como o primeiro gaúcho a resistir à dominação estrangeira.⁴⁸⁹ Para o conjunto de membros da associação, importava ainda considerar se as Missões Jesuíticas poderiam servir como demarcador de uma especificidade rio-grandense integrada ao conjunto das singularidades que formam o Brasil – versão defendida por Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding – ou se, pelo contrário, subvertem essa singularidade em particularismo, por revelarem uma formação histórica divergente da nacional, em razão dos vínculos anteriores do território com o império espanhol – posição de Guilhermino César, Augusto Meyer, Moysés Vellinho e Othelo Rosa.

Como problemática de fundo, aparece o julgamento do estatuto epistemológico e documental do Folclore e da História, pois que afora uma reação oblíqua ao *tradicionalismo*, o veto do Instituto estendeu-se à incorporação da tradição oral, de lendas e santos populares ligados ao evento – no caso, “São Sepé” e o “lunar”⁴⁹⁰ – aos objetos da ciência. A hipótese aqui defendida é a de que

⁴⁸⁹ Sepé Tiaraju foi o nome adotado pelos CTGs dos municípios missioneiros de Santa Rosa e Santo Ângelo, criados respectivamente em 1953 e 1956. Este último centro patrocinou, em 1960, a edificação de uma Herma em homenagem a Tiaraju, que depois de intensa polêmica acabou localizada na entrada da cidade. As moções de louvor ao herói, propostas nos Congressos Tradicionalistas, assim como as defesas de Spalding e Jayme Caetano Braum a Sepé, podem ser vistas nos anais do segundo e terceiro congressos. Nos jornais, consultar “Êxito invulgar no II Congresso Tradicionalista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 ago. 1956. BAM TEMÁTICO, Pasta 28, s/no. de registro; “Bem-vindo em Santo Ângelo o Movimento Tradicionalista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 abr. 1956. BAM TEMÁTICO Pasta 43, F – 1638.

⁴⁹⁰ O fabulário de Sepé compõe-se das lendas: “Rio das Lágrimas” (rio situado em São Gabriel, onde o índio foi morto), com base no relato de Clemenciano Bernasque; “Lunar de Sepé”, “recolhida” por Simões Lopes Neto, e Ibag-ê, versão de Walter Spalding. O “Lunar de Sepé”, juntamente com a “Salamanca do Jarau” e o “Negrinho do Pastoreio” são as que compõem o clássico regionalista de Simões Lopes Neto *Lendas do Sul*. Segundo ele mesmo, a lenda do “Negrinho” lhe teria sido contada em 1913, por uma velha mestiça, Maria Genória Alves, moradora das margens do rio Camaquã. Sobre lenda indígena da “Salamanca”, Moysés Vellinho e Augusto Meyer reputam-na, por sua complexidade, à imaginação do autor, mas reconhecem-na como um raro exemplar de folclore nitidamente sul-rio-grandense. Manoelito de Ornellas, vincula-a às salamanca recolhidas no Prata por Daniel Granada, cujas raízes, segundo o autor gaúcho, “acusam a contribuição de todas as raças que invadiram a Ibéria” para o fabulário crioulo, que no Rio Grande teria tido sua versão mais “oriental”, ou seja, afinada com a presença moura na Europa. (Cf. Ornellas, “A Origem das Salamancas”, In: Idem, 1966: 139-142). Quanto ao “Lunar de Sepé”, a versão de Simões Lopes conta que o índio, que trazia à testa um sinal (o Lunar), ao morrer teria subido ao céu e preenchido, com este mesmo sinal, o Cruzeiro do Sul. A fábula foi

o debate gerado pela interdição do Instituto à memória missioneira catalisa a tensão entre uma abordagem *local* da história nacional – defendida pelos historiadores-folcloristas – e o modelo centralizado e unitarista de reconstrução do passado do Rio Grande. Neste último eixo de análise, prepondera a perspectiva da construção do Estado nacional e da conquista do território, posição que é fundamentada nas alegações da Comissão de História do IHGRS.

O caso começa com um parecer, encomendado pelo Governador Ildo Meneghetti no final de 1955. No documento, a Comissão de História do Instituto deveria se pronunciar a respeito do pedido feito ao governo por um oficial do exército, o Major João Carlos Nobre da Veiga, de mandar erguer no município de São Gabriel um monumento em homenagem aos duzentos anos de morte do índio guarani Sepé Tiaraju, corregedor da redução de São Miguel e mártir da Guerra Guaranítica.⁴⁹¹ Mas o que era para ser apenas mais um dos inúmeros diagnósticos encomendados àquele órgão pelo governo transformou-se no fator desencadeante de uma polêmica repleta de agravos pessoais e de efeitos adversos ao Instituto.

No pedido – que, como foi dito, tinha tudo para ser corriqueiro – o major Nobre da Veiga justificava sua demanda, mostrando o sentido cívico que uma homenagem ao herói desaparecido “em holocausto à pátria” teria, na medida em que se estaria louvando, na pessoa dele, “o passado de lutas, glórias e sacrifícios” de todo o “povo gaúcho”. A proposta foi fundamentada em duas alegações. Primeira, a de que

Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis, na resistência heróica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do Tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750. [Segunda:] este índio simboliza na singeleza da sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro, que

recriada em forma de poema por Manoelito de Ornellas. O conjunto das lendas indígenas é descrito por Dante de Laytano em “Lendas do Rio Grande do Sul; (coletânea de mais de oitenta lendas dos diversos ciclos do folclore gaúcho conforme os textos da literatura regionalista)”. *Cadernos da Comissão Estadual de Folclore*, Porto Alegre, n.9, p.49-51, 1956.

⁴⁹¹ Ali, em 7 de fevereiro de 1756 – três dias antes do desfecho trágico da guerra, com a “Batalha de Caibaté” - Sepé foi abatido numa escaramuça pelo governador de Montevidéu, José Joaquim Viana, integrante das forças espanholas de demarcação da área missioneira. O guarani reduzido havia sido um dos principais líderes da resistência à entrega das Reduções, de seus bens e terras aos portugueses e, sobretudo, à transferência obrigatória de toda a população reduzida para terras de Espanha, sem direito a levar consigo quaisquer bens, mesmo móveis.

em todas as épocas de sua história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários...⁴⁹²

Assinado por Othelo Rosa (na qualidade de relator), Afonso Guerreiro Lima (1º Tesoureiro do IHGRS, então com oitenta e cinco anos) e Moysés Velinho (vice-Presidente do Instituto), o documento expedido em resposta avaliava o mérito dessas justificativas. Interessava averiguar, mais do que a existência fática de Sepé e da experiência jesuítica – a pertinência desse herói e do território missioneiro à nacionalidade do Rio Grande. Nessa avaliação, já de saída os pareceristas advertiam para a dificuldade de “opinar sobre o brasileirismo de um indígena que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses.” (Parecer da Comissão de História In: Bernardi, 1980: 140).

Tendo um “sentido de pátria” que não era portuguesa, Tiaraju não poderia representar o patriotismo do cidadão brasileiro porque, na opinião da Comissão de História, o Rio Grande do Sul estava representado nas guerras de demarcação pela parte futuramente beneficiada com a integração do território. Nas palavras dos três signatários (e dos demais membros que aprovaram o documento em assembléia ordinária), a improcedência do pedido advinha do fato de que Sepé, sendo súdito de Espanha, só podia ser inimigo do lado (retroativamente) definido como brasileiro da contenda, o lado lusitano.

Reagindo contra as estipulações do tratado de Madrid – cuja justiça ou injustiça não é o momento de considerar – Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada ‘Província do Paraguai’, a que pertenciam os sete povos das Missões: defendia, portanto, em última análise, a Coroa espanhola [...] A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o ‘brasileirismo’ de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa. (Parecer da Comissão de História In: Bernardi, 1980: 140)

Na argumentação, os acadêmicos também fizeram questão de ressaltar a existência de uma série de mitificações em torno deste herói indígena já promovido a santo e a motivo folclórico, refutando as fantasias populares que lhe desfiguravam a “personalidade real”, “única” relevante à luz da ciência histórica e digna de sua “exegese”. Sugeriam então, em substituição a Sepé, que se desse um

⁴⁹² “Parecer da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Contra Sepé Tiaraju”. In: Bernardi (1980: 139).

título a Rafael Pinto Bandeira, apelidado “o fronteiro do sul”, a quem se reputava o mérito de ter ajudado a despertar no Rio Grande a consciência de autodefesa, por sua atuação na resistência à invasão espanhola de 1763:

Quando lemos que Sepé foi “o Primeiro Caudilho Rio-grandense” a nós mesmos perguntamos que noção ele pode ter do Rio Grande do Sul, e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil? (Parecer da Comissão de História In: Bernardi, 1980: 141)

Enquanto o heroísmo de Sepé era destituído de significação histórica em razão da ausência, nele, de algum valor simbólico integrador, o do lagunense Pinto Bandeira estaria situado nos domínios da ciência, tendo a seu favor a existência de documentos “autênticos” e “comprobatórios”. (Parecer da Comissão de História In: Bernardi, 1980: 140). Assim a erudição mais aguda subtraía Sepé do capital nacional da história gaúcha, deslocando-o para o terreno incerto das superstições e crendices. Pretendendo divorciar-se do que os historiadores-folcloristas entendiam como o domínio da “tradição popular”, os agentes oficiais da memória *regional* reivindicavam o rigor profissional pregado pela academia histórica para desautorizar a construção do monumento.

No entanto, o major não estava sozinho, e imediatamente outros estudiosos vieram em socorro de seus motivos e de encontro aos argumentos da Comissão. O primeiro a fazê-lo, e talvez o mais enérgico dos que o fizeram, foi Mansuetto Bernardi – ex-Editor da Globo que, com Moysés Velinho de adversário, dividiu a atenção e as opiniões do público e dos intelectuais. Vale notar que a esta altura Mansuetto Bernardi era, tanto quanto Velinho, uma personalidade conhecida na vida cultural e política do estado.⁴⁹³ Mais do que isso, ele era um velho interessado no assunto Sepé. Ainda quando pleiteava uma vaga de sócio no Instituto, em 1926, proferiu uma palestra no Museu Julio de Castilhos (a convite do então

⁴⁹³Membro do IHGRS desde 1927, foi Intendente Municipal de São Leopoldo, diretor da Livraria do Globo entre 1918 e 1930, fundador da *Revista do Globo*, amigo de Alcides Maya. Além disso, já tinha sido diretor de escola, funcionário da Secretaria do Interior do RS e partícipe da campanha revolucionária de 30, tendo dirigido, a convite de Getúlio Vargas, a Casa da Moeda, entre 1930 e 1938. Vale notar que, como Gustavo Barroso, Mansuetto Bernardi também teve sua autoridade intelectual prejudicada pela filiação progressista ao integralismo. Ver Coradini, 2003.

diretor, Alcides Maya), intitulada “O Primeiro Caudilho Rio-Grandense”. Nela, procurou confirmar a tese de que o primeiro caudilho do Rio Grande do Sul, ao menos “**cronologicamente**, foi o cacique Sepé Tiaraju, que nasceu e viveu, combateu e morreu no território dos Sete Povos das Missões, na época pré-açoriana”.⁴⁹⁴

Sem correr o risco de entabular uma conceituação exata do “caudilhismo” (como se tornaria hábito entre os historiadores nos anos trinta), mas tomando-o simplesmente no sentido de liderança autóctone afetivamente identificada com os comandados, Mansueto limitava-se a louvar a audácia e o patriotismo do índio que, com razão e sem o apoio dos missionários, dirigiu a resistência indígena ao confisco dos bens e terras em que viviam e viveram seus ancestrais por 150 anos. Depois de descrever a atuação “bravia” de Sepé na guerra de demarcação, Bernardi relatava ainda sua “ressurreição” lendária como “protomártir civil das Missões” – martírio este documentado pela tradição oral, dentro da qual aparece canonizado como São Sepé, e abençoado pelo “lunar”. (Bernardi, 1980: 28).

Com a reação de Mansueto, ele e Velinho, que há pouco tinham trabalhado juntos, na Livraria do Globo⁴⁹⁵, acabaram se defrontando áspera e publicamente durante todo o ano de 1956.⁴⁹⁶ Já na semana do bicentenário de morte do índio, Bernardi, ciente da referência velada a sua tese no parecer do Instituto, publica pelo *Correio do Povo* um manifesto no qual se mostra indignado com o fato de, sendo membro antigo da associação, ver-se publicamente desautorizado por ela. Surpreso com a reação da Comissão à proposta do Monumento, o autor recupera a longa trajetória de seu primeiro ensaio – originalmente publicado em 1928 na “Revista do Museu e Arquivo Público do Estado” – e reeditado, quase vinte anos mais tarde (em 1946), exatamente pela revista dirigida por seu antagonista, a *Província de São Pedro*. Amparado por textos de autores como Alcides Maya, Aurélio Porto (considerado o maior conhecedor da documentação histórica brasileira referente ao estado) e o Pe. Teschauer, Bernardi afirma terem sido estas altas autoridades intelectuais as

⁴⁹⁴ Bernardi, M. “O Primeiro Caudilho Rio-grandense”. In: Bernardi (1980: 17).

⁴⁹⁵ Ambos selecionaram e coligiram os “Estudos Rio-Grandenses” de Rubens de Barcellos – o mesmo com quem Velinho divergiu a propósito da obra de Alcides Maya, discutida pela imprensa, em 1925.

⁴⁹⁶ Dante de Laytano relata, em suas memórias, que ambos ficaram estremecidos por décadas, deixando a reaproximação para o final da vida. Cf Laytano, 1986: 115.

primeiras a lhe recomendarem interesse pela figura em questão.⁴⁹⁷

No manifesto, o autor revela o ressentimento de ter sido desmoralizado pelo que considerava uma reação tardia e sorrateira da Comissão de História à memória de Sepé e à sua própria competência intelectual. Segundo ele, isso era algo tão doloroso e surpreendente como levar de repente “um calhau na cabeça”. Dispõe-se, porquanto isso, a retomar sua tese, perguntando ironicamente:

Será mesmo que cometêramos tamanho engano e que tão grande número de historiadores e homens de letras se enganara também como nós, a respeito do assunto? [...] E voltamos a estudar meticulosamente a matéria, *sine ira et studio*, isto é, sem ódio nem parcialidade, como aconselha Tácito, com o intuito de ver não só se nos convencíamos e arrependíamos de nosso eventual equívoco, mas também de confessá-lo francamente, em caso afirmativo. Mas, felizmente ou infelizmente, não nos convencemos nem arrependemos, tudo indicando que, nesse processo, vamos mesmo morrer impenitentes, sem confissão de culpa e sem absolvição do Santo Ofício do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (Bernardi, 1980: 40)

Com o objetivo de fazer retrocederem os signatários do parecer, Mansueto também recorre a outros autores – entre eles, os sócios da CEF Laytano, Ornellas e Spalding – para forçar uma retratação oficial do Instituto.⁴⁹⁸ Imediatamente lidera, com o apoio deles, uma campanha em favor do monumento e em repúdio ao parecer. Ainda em 1955 convence o Pe jesuíta Luiz Gonzaga Jaeger, membro talvez suspeito para a ala contrária, mas especialista em Missões e em Companhia de Jesus, a manifestar publicamente sua inconformidade com o próprio voto (único “sim, com restrições” na reunião que aprovou o parecer por sete votos à

⁴⁹⁷ Bernardi, M. “Evocação de Sepé Tiaraju”. In: Bernardi., 1980: 37. O Manifesto foi publicado pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 5/2/1955.

⁴⁹⁸ Segundo Laytano, o apoio prestado a Bernardi lhe teria valido o comentário de Othelo Rosa, de que “índio precisa ser defendido por italianos. Italianos eram eu e Mansueto Bernardi, naturalmente.” O autor comenta, nas memórias, a quantidade de vezes que ficaram, ele e Rosa, estremecidos. “Othelo Rosa viria a ser um de meus grandes amigos com o qual divergi, briguei, ficamos inimizados não sei quantas vezes. [...] colegas, alguns, gostam muito desse leva e traz, fofocas autênticas, e fomos alimentados piamente por tais fofocas. Sepé Tiaraju nos dividiu, cada um de um lado”. (Laytano, 1986: 113). No depoimento, perguntado sobre as razões por que se referia, nas cartas trocadas com outros historiadores, ao “Instituto Othelo Rosa”, Dante respondeu: “Só ele sabia; ninguém sabia mais nada, como convém, né? [risos] Ninguém sabia mais da história, e eu disse isso pra ele. E ele disse, mas olha, o senhor foi o primeiro que disse a verdade. [...] É, porque... um outro que tava do lado dele, não agüentava o Instituto! Ele mandava em tudo! Nas eleições, no programa, nas atividades, na revista, tudo Othelo Rosa. Por quê? Porque era o único que mandava, o resto ficava ali sentadinho, não queria nada com nada, não sei o quê... e o Othelo... não tinha conversa! Sacudia o Instituto. Uma grande figura. Ele me fez justiça, ele me disse uma hora: ‘inimigo é o Dante, que me enfrenta!’ Ótimo. Porque o resto era tudo por trás, né... Ia tapeando aqui, tapeando ali, e comigo não tinha tapear nada! Ia ali e virava pra ele: ‘não concordo! O Rio Grande não é isso, o Rio Grande não é aquilo, o Rio Grande não tem nada, é... é brasileiro e português. E açoreano’. Foi uma briga danada”. (Laytano, 1998, Entrevista...).

zero), e a fazer um *mea culpa* frente aos pares, lançando sua réplica à comissão na Assembléia seguinte.⁴⁹⁹ Meses mais tarde, Bernardi encabeça uma lista (por ordem de adesão) de vinte e um nomes de sócios, que, num contraparecer entregue ao Governador, desautorizam os três signatários do primeiro documento, mostrando que a posição manifestada pela Comissão de História era representada por uma minoria, a cúpula do IHGRS.⁵⁰⁰

O contra-ataque da Comissão não só não tardou como se prolongou por anos, pela pena de Moysés Velinho⁵⁰¹. Este, na “Defesa do Parecer da Comissão de História”, além de reafirmar “o caráter antibrasileiro da empresa jesuítica irradiada de Assunção”, recriminava “a atitude de certo bifrontismo histórico” de quem vê os “feitos missioneiros entre os fatores que contribuíram ativamente para a formação rio-grandense”. Citando o Pe Serafim Leite, que coligira documentos a respeito do assunto na Biblioteca Nacional, conclui hipoteticamente que

se tivesse vingado a audaciosa utopia dos jesuítas [de fundar um Império jesuítico na América], que aqui se fixaram sob a proteção ostensiva dos inimigos tradicionais de Portugal, é evidente que bem pouco, ou mesmo nada, teria sobrado do Rio Grande para a integração do Brasil meridional. Outra seria hoje a nossa configuração geográfica, desfalcada pelo menos de toda a região missioneira, da Campanha e até dos campos de Cima da Serra. (Defesa do Parecer da Comissão de História In: Bernardi, 1980: 143)

Cometer a dupla heresia de chamar um indígena súdito de Espanha de rio-grandense e de caudilho foi o estopim para que a batalha entre os que submetiam o padrão de interpretação histórica ao viés da integração do Rio Grande ao Brasil se

⁴⁹⁹ Na réplica, transparece o remorso do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger ao falar dos motivos que o levaram a refutar a Comissão e o próprio voto: “Ía-se me agravando no espírito a nítida sensação de se haver cometido uma flagrante injustiça contra um índio altamente benemérito do nosso velho Rio Grande, que dera a sua vida por uma causa das mais nobres e que deveria sair a defendê-lo. Jaeger, L.G. “Refutação do Parecer da Comissão de História”. In: Bernardi (1980: 146).

⁵⁰⁰ O contra-parecer leva o título de “Pá de Cal sobre o Assunto Sepé”. Nele, historiadores como Dante de Laytano, Ornellas e Walter Spalding, acompanhados de militares que se haviam aliado a Laytano um ano antes, por ocasião do “caso Dragões do Rio Pardo”, como De Paranhos Antunes e Henrique Oscar Wiedespahn, posicionam-se ao lado de Bernardi, identificando em Sepé, entre outros valores, o de ser um gaúcho “muito mais brasileiro – não no sentido político e moderno do vocábulo, mas no sentido etnogênico e racial do que os mais velhos rio-grandenses, pois estes descendem de lusitanos aqui aportados, no máximo há 230 anos, ao passo que ele provinha de uma ‘nação’ aqui radicada ‘desde o tempo do dilúvio’ “. Cf. Bernardi (1980: 171).

⁵⁰¹ Ressalte-se que, entre 1944 e 1980, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, juntos, ocuparam o cargo de orador oficial do Instituto por dezoito anos. Vellinho, substituindo o rápido (para os padrões do Instituto) mandato de Darcy Azambuja (eleito em substituição a Rosa no biênio 1952-1954), não o abandona até 1966, quando assume J.P.Coelho de Souza. Ver IHGRS, “Relação das Diretorias do IHGRS – 1944-1986”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, no. 124, pp. 172-178, 1986.

estendesse por anos a fio. Assim, dois anos depois do incidente que expôs a público as fissuras internas do Instituto, a tese de Bernardi, que até 1955 passara relativamente despercebida pelos confrades, ainda era alvo de dois artigos, um de Othelo Rosa⁵⁰² e outro de Moysés Vellinho.

Ambos retomam o processo de formação do Rio Grande e as diferenças entre o “gaúcho rio-grandense” e o “platino”, repetindo clássicas afirmações – a origem luso-brasileira determinada pela vivência integradora do drama da fronteira; as divergências congênicas da região com o Prata, o estigma de “corpo estranho à nação” injustamente imputado ao estado pelos intelectuais do centro do país, a inexistência de caudilhos nestas paragens:

A respeito das confusões que desfiguram o Rio Grande do Sul aos olhos de tanta gente, várias causas podem ser invocadas [...] Não será, porém, das menos atuantes a insistência com que se procura identificar o nosso gaúcho com o gaúcho platino [...]. Há entre nós, em virtude da transfiguração literária de alguns tipos tradicionais, certa ligeireza no emprego da palavra *caudilho*. Mas se pusermos de lado a literatura com o seu generoso dom de deformar, e preferirmos a veracidade histórica, representada pelo execrável modelo que nos seus primórdios as repúblicas platinas produziram em série, havemos de reconhecer que a história do Rio Grande desconheceu inteiramente a figura do caudilho. [...] Quando o caudilhismo entrou a frondejar nas vizinhanças do Rio Grande, tumultuando freqüentemente uma fronteira ainda mal consolidada, tínhamos perfeita consciência da nossa posição no quadro nacional.⁵⁰³

Rosa complementa as alegações de Vellinho negando toda participação indígena no processo de formação étnica do gaúcho brasileiro:

O gaúcho platino e gaúcho rio-grandense já na tessitura étnica se distinguem. Ao passo que no rio-grandense o sangue do indígena entrou em dosagem muito pequena, no platino a porcentagem foi elevada [...] Vem daí... o nomadismo, característico do gaúcho do Prata, inexistente no gaúcho do Rio Grande. [...] A influência do índio na formação do gaúcho foi decerto a

⁵⁰² No caso de Othelo Rosa, trata-se de um artigo póstumo, pois o autor faleceu no final de 1956. Os textos foram publicados na série *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, editada pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, onde se encontram as conferências de um Curso de Extensão em História do Rio Grande do Sul realizado em 1955. Para este curso Laytano não foi chamado a participar como ministrante – embora tenha sido convidado a comparecer como ouvinte. (AMJC CR 1954, v. 2, AP 2026, Of. No. 388, 20/10/54, de Luiz Pilla, Diretor Fac. Filosofia UFRGS a Dante de Laytano). No curso, proferiram conferências Graciema Pacheco, Guilhermino César, Darcy Azambuja, Athos Damasceno Ferreira, Othelo Rosa, Carlos Reverbel, Manoelito de Ornellas e Carlos Dante de Moraes.

⁵⁰³ Vellinho, M. “O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino”. *Fundamentos de Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, 1ª série, 1957, p. 54 e 61.

menor de todas [e] as Missões Jesuíticas foram sempre um recinto fechado ao português. A miscigenação far-se-ia difícil e rara.⁵⁰⁴

O espanhol que povoou o Prata era o portador de um espírito localista [...] Faltava-lhes uma alma nacional, um sentimento orgânico de coletividade. [...] Influência, não [houve]. O gaúcho platino formou-se às imposições do seu meio, dos seus componentes étnicos, do seu clima social; o gaúcho sul-riograndense fê-lo em órbita diversa, fiéis, uns como os outros, às suas origens e aos seus destinos. E é por isso que, vendo e revendo, aqui e ali, em jornais e revistas, uma pretensa restauração do sul-riograndense antigo, de melenas caindo pelos ombros, [...] como uma fisionomia denunciadora de forte e recente mestiçagem indígena, nele não posso reconhecer o meu velho gaúcho.⁵⁰⁵

Argumentos parecidos com esses poderiam continuar sendo expostos em páginas e mais páginas, tomando-se diferentes obras de diferentes autores. Seria possível mesmo recontar o debate em uma nova versão, bastando substituir Bernardi por outro sócio do Instituto, Manoelito de Ornellas, também atacado por Vellinho⁵⁰⁶ e antigo admirador de Tiaraju.⁵⁰⁷ Neste caso, seria interessante verificar a coerência de seus enunciados em favor do telurismo de Sepé com a posição intermediária ocupada pelo autor dentro do *tradicionalismo* e no círculo mais estreito de convivência com as elites letradas. Mas, nos limites deste último capítulo, vale agora – com base nos dados já oferecidos – estender um pouco a discussão ao posicionamento assumido pelo líder da CEF – que dependia de quem discordava para levar adiante a existência da Comissão – e destacar do debate aspectos julgados essenciais à compreensão das lutas envolvidas no enquadramento nacional da memória histórica regional.

A bem da verdade, é preciso destacar que na ocasião da contenda, Laytano,

⁵⁰⁴ Rosa, Othelo. “A Formação do Rio Grande do Sul”. Id., p. 19 e 24.

⁵⁰⁵ Rosa, Othelo. “A Formação do Rio Grande do Sul”. Id., p.26.

⁵⁰⁶ Ver M. V. Moysés Vellinho. “Manoelito de Ornellas - Gaúchos e Beduínos”. *Província de São Pedro, Porto Alegre*, v. 5, n. 13, p. 146-147, jun. 1949.

⁵⁰⁷ Em 1945, antes de escrever sua obra mais conhecida, “‘Gaúchos e Beduínos’: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul” (publicada em 1948), Ornellas lançou pela Globo o romance histórico *Tiaraju*. No livro, além de enaltecer o herói indígena como exemplo de telurismo, Ornellas apresenta Sepé como o ancestral do gaúcho. Este, por sua vez, é caracterizado como um tipo mestiço, nascido do cruzamento do colonizador com a mulher índia, e perseguido pela ocupação do território pelos exércitos de Espanha e Portugal. O capítulo da Morte de Tiaraju foi reproduzido pela *Província de São Pedro, Porto Alegre*, v. 1, n. 1, p. 94-102, jun. 1945, com ilustrações de Edgar Kref. Uma retomada das razões que o levaram a escrever a obra foi apresentada por Ornellas em “Porque escrevi Tiaraju”. O texto foi publicado originalmente em sua coluna, no *Correio de Povo*, em 1949, sendo incorporado, em 1966, à antologia do autor, intitulada “Máscaras e Murais de Minha Terra”, junto com outros artigos sobre os sete povos missionários.

apesar de ter passado todo o ano anterior se indispondo com Othelo Rosa⁵⁰⁸, ao que se sabe não se manifestou por escrito em defesa de Sepé senão pela assinatura do “contraparecer”. Talvez visando preservar intacta a nominata da Comissão, ou guardar distância de uma eventual acusação de “tradicionalista”, ao contrário de Walter Spalding e Manoelito de Ornellas, que foram aos congressos e jornais defendê-lo (e se defenderem), Laytano limitou-se a publicar na Revista do MJC uma série de artigos sobre os temas guarani e missioneiro. Os de sua autoria forneciam dados etnográficos e demográficos sobre condições de vida das populações indígenas no estado. Os demais textos, de outros autores, compunham-se de uma série documental sobre Missões e província Cisplatina (cuja publicação se iniciara ainda em 1952), de um dicionário guarani-português e de três artigos referentes às reduções jesuíticas. Dois deles (de Arthur Ferreira Filho e Mario Jobim) eram frontalmente contrários à posição de Mansueto Bernardi. O terceiro, escrito pelo historiador jesuíta Arnaldo Bruxel, sem abordar diretamente o problema Sepé, enumerava e respondia às antigas acusações de que os jesuítas teriam tentado criar um Império Teocrático na América.⁵⁰⁹ Só nas coletâneas publicadas posteriormente, sobre folclore (1987), sobre a produção bibliográfica de autores sul-rio-grandenses (1979), sobre o linguajar do gaúcho (1981) e em suas memórias (1986), é que se puderam encontrar as alegações de Laytano a respeito do caso.

Ao expô-las, o autor entrelaçou duas linhas de raciocínio. A primeira compartilha do mérito argumentativo dos adversários, examinando o sentido integrador da região de Sepé e das guerras de demarcação. Neste ponto, faz questão de afirmar que de cidades missioneiras saíram eventos honrosos para o passado republicano e guerreiro do estado, e que o guarani, afinal, nasceu no Rio Grande e morreu em luta contra os espanhóis.

⁵⁰⁸Ao longo de 1954 a correspondência registra a revolta de Laytano com os líderes do IHGRS. Na correspondência trocada com historiadores militares que, com ele, defenderam a tese dos dragões do Rio Pardo, Laytano manifesta explicitamente seu desejo de ‘derrubar o “beócio” do Othelo Rosa. AMJC CE 55, v.1, AP 1033, Of. 31, 14/1/55, de Dante de Laytano a De Paranhos Antunes [R.J.].

⁵⁰⁹ Ver: Ferreira Filho, Artur. “Caudilhos Platinos e Caudilhos Rio-Grandenses”. *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 3, 359-64, jan. 53; Jobim, Rubens Mário. “Quatro problemas históricos.” *Ibid.* Porto Alegre, nº 8, 37-48, 1957; Bruxel, P. Arnaldo S.J. “Bicentenário de um rei gaúcho em 1956?” *Ibid.* Porto Alegre, n. 9, 103-43, 1958.

São Borja veio a ser no Império o centro da mais notável mensagem antimonárquica, pois a moção Aparício Mariense que propõe um plebiscito para que se consultasse o povo se desejava ou não um Terceiro Império no Brasil, veio daquelas plagas missioneiras. [...] E a Guerra do Paraguai e a Invasão estrangeira do Brasil no Rio Grande também não foi nessa fronteira que resistiu heroicamente de forma brasileira para expulsá-los de nossas terras? As missões já são brasileiras, já foram portuguesas. [...] Sepé Tiaraju que fique. Merece, tem direito e é um símbolo. Não vamos destruí-lo. Nada de eliminá-lo ou diminuir sua participação. Lembrar sempre que um espanhol que o matou. Por que um espanhol havia de liquidar um aliado seu? As Missões são espanholas no Rio Grande do Sul. O Tratado de Madrid o que desejava finalmente? Era fazer o Rio Grande português com a condição de que os portugueses saíssem do Rio da Prata, abandonassem o Uruguai e deixassem as futuras bandas de Montevidéu. [...] Mas em 1750 já não existia o Rio Grande luso-brasileiro? (Laytano, 1979: 284)

Dado o brasileirismo do Rio Grande, de Sepé e das Missões por resolvido, o autor recupera então o fabulário emanado desse “exemplar ameríndio de rio-grandense” como um fato folclórico relevante:

Sepé Tiaraju converteu-se em lenda, mito e folclore, cidade, município e ‘santo’ no Rio Grande. [...] Se os índios do Rio Grande eram espanhóis ou a favor da Espanha, foi porque os espanhóis mataram Sepé Tiaraju, o líder guerreiro das tribos guaranis. Emanou do acontecimento militar, bem ao gosto do Rio Grande, todo o fabulário referente a Sepé Tiaraju. Assim como o Negrinho do Pastoreio define uma contribuição africana na vida do Rio Grande do Sul, através do folclore, Sepé Tiaraju evolui, transforma-se e fica inteiramente uma motivação folclórica. (Laytano, 1987: 17)

Sobre a discussão de modo mais geral, um primeiro aspecto que vale a pena ressaltar diz respeito às razões pelas quais a figura do “gaúcho brasileiro” foi outra vez o pivô da disputa. Observa-se, neste ponto, que as ressemantizações do *regionalismo*, aportadas pelos engajamentos recentes de historiadores ao Folclore e ao *tradicionalismo*, contribuem para a ruptura do consenso historiográfico. Elas sobrelevam a defasagem entre o leque de significados associados ao gentílico gaúcho e o uso mais restritivo, regrado pela erudição, do gaúcho compreendido como personagem histórico. A opção pelo sentido ampliado da palavra *rio-grandense* é o que prevaleceu na fala de Laytano, quando no depoimento prestado em 1998 contou de sua posição no debate:

Fui a favor. Pra grande raiva dos meus *coleguinhas* que queriam que eu fosse contra. Mas é o *Rio Grande*, pô! Não tenho nada, se é índio, se é negro, se é branco, então alemão não é rio-grandense? Italiano não é rio-grandense? Nasceu no Rio Grande, é rio-grandense! É bem da América, a América é jovem! Isso aqui não é Alemanha, com quatrocentos anos, nem Itália, com

seiscentos anos, seja lá o que for, vem do Império Romano, isso aqui tem a idade de... começou ontem! (Laytano, 1988, Entrevista...)

No que diz respeito à relação dos memorialistas com os vestígios do passado a relembrar, é lícito destacar que apesar de haver discordâncias quanto ao sentido integrador ou particularista do objeto da lembrança, subsiste o acordo mais amplo quanto à necessidade de uma instrumentação científica para a seleção dos eventos dignos da “exegese” histórica. Por sobre as incompatibilidades, permanece válido entre os acadêmicos o pressuposto do objeto como uma realidade concreta, externa ao investigador – e por isso a condição geopolítica do estado, sua situação de fronteira, pôde ser tomada ao mesmo tempo como um fenômeno histórico e como chave explicativa do passado. A pesquisa histórica segue, como nas décadas anteriores, condicionada às “descobertas” documentais, incluem-se nelas apenas fontes diplomáticas ou também extra-oficiais. A inteligibilidade das narrativas autorizadas sobre a formação do estado continua dependendo de um trabalho, como disse Laytano, feito à luz do documento: “a história se prova ou então não é história”. (Laytano, 1998, Entrevista..).

Fica claro que o “rigor comprobatório” das fontes servia em qualquer caso para fundamentar uma tradição disciplinar cuja função maior era arbitrar a transmissão dos valores cívicos. Evidentemente, essa história-memória, preocupada que está em edificar um caráter inato para a região, busca identificar seus heróis fundadores, e nisso residiu a polêmica de 1955. Assim, embora as leituras de Bernardi e de Velinho fossem acusadas, de parte a parte, como “bifrontismo” ou “má-fé”, o fato é que ninguém duvidava da “realidade histórica” de Sepé; discutiam, sim, sua “honorabilidade” – condição para integrá-lo ao panteão heróico **brasileiro em solo regional**. O problema aqui é menos quanto à função pedagógica da ciência do que quanto aos caminhos escolhidos pelos autores para afirmar a identidade brasileira do estado, já que os morticínios envolvidos no processo de conquista do território fornecem heróis *regionais*, mas nem todos esse heróis têm o mesmo gradiente de representação nacional.

Daí outro aspecto fundamental: o de que, na construção seletiva de atributos pertinentes ao gaúcho (e, por extensão, a todos os sul-rio-grandenses) houvesse a tática comum de “destacar” certos pontos do mapa histórico,

conferindo a eles uma carga de relevância variável em função da identidade profissional dos autores e da concepção de história que os orientava. Neste sentido, Sepé e as missões não são mais do que alegorias de um itinerário comum e ao mesmo tempo diferenciado de pensamento. Comum porque, criativamente lendo a história de trás pra frente, os autores recuperam determinados eventos e personagens (as lutas de fronteira e os atores nelas envolvidos) para consagrar a preexistência da região e sua vinculação “atávica” ao Brasil. Diferenciado quando se trata de selecionar os heróis e mitos que melhor “comprovassem” os vínculos dessa civilização autóctone com a identidade nacional.

Para os patrulheiros do Instituto, Sepé e as Missões constituíam um embaraço para que a história local se afirmasse como prolongamento da história brasileira. Uma vez que sua perspectiva de análise é dimensionada pelo alto, pelo papel das elites, um índio não poderia caber na lembrança que Othelo Rosa e Moysés Vellinho tinham do “velho gaúcho”. Entre os patrulhados, esse embaraço inexistia porque para eles a região, como a nação, deriva do povo, e a composição múltipla deste povo reconcilia-se bem com uma cultura nacional diversificada por regiões e etnias, “miscigenadas” na origem. A continuidade entre região e nação é tomada então como uma realidade indiscutível, um patrimônio e uma herança, em que uma aparece como a especificação da outra.

Sob esse ponto de vista, toda a coleção de “fatos históricos” contida no território é digna de ser guardada. Um gaúcho inserido no “mosaico” equilibrado dos tipos que caracterizam as regiões brasileiras aparecia, passados trinta anos dos primeiros modernismos, como simples evidência e não mais como uma ameaça de natureza política. Numa tal ordem de raciocínio, a “fronteira” não poderia manter o encargo histórico de preservação da integridade territorial por um estado-sentinela, mas a função de espelho da singularidade nacional. Ser diferente agora é simplesmente ter uma identidade própria, não necessariamente adversativa em relação à nação.

Esta idéia – aliada à lição, tomada de Gilberto Freyre, de que se os gaúchos não estudarem a própria terra, ninguém mais a estudará – é a base dos argumentos lançados por Laytano em defesa de Sepé. Isso fica claro, mais uma vez, na resenha, publicada em 1979, à obra *Capitania D’el Rey*, ali citada como “o grande

livro” de Moysés Vellinho:

Onde ficam as Missões? [...] as Sete Cidades Missioneiras não ocuparam de fato o mapa do Rio Grande? [...]. As Missões já são brasileiras, já foram portuguesas. E se pertenceram a espanhóis? Pertenceram? Não vejo porque destruir o admirável mito de Sepé Tiaraju. Figura lendária, que exalta a própria glória do Rio Grande. As Missões não ficam no Rio Grande do Sul? Por que não estudá-las na nossa história? Devemos estudá-las na nossa história. Não merece Sepé Tiaraju todo este arrazoado promovido por três ou quatro homens inteligentes que o querem fora das páginas da crônica telúrica e brilhante do Rio Grande antigo. (Laytano, 1979: 284)

As alegações de Laytano impelem o analista a reconhecer que entre os que defenderam a integração de Sepé Tiaraju ao patrimônio simbólico sulino não há discordância quanto ao código nacionalista de interpretação da regionalidade.⁵¹⁰ O que prevalece entre os dissidentes do Instituto é uma estratégia de conciliação com a cultura nacional ancorada na legitimação da diferença. Fundamenta-se entre os autores a idéia de que seria possível, através da história missioneira, contar uma versão local, popularizada e, portanto, especificamente rio-grandense da história do Brasil.

Mesmo o hispanista Manoelito de Ornellas, que costumava descrever os gaúchos do Prata e do Brasil como um tipo de “uma só fisionomia”, vai buscar na tese do iberismo – emprestada de Gilberto Freyre – e na influência árabe sobre espanhóis e portugueses uma via de singularização, mas também de afinidade do Rio Grande com a nação. O rio-grandense típico e o platino se assemelham por influência direta do meio, é certo, mas também em razão da influência árabe sobre a cultura ibérica, transplantada para a América pelo colonizador, tanto luso quanto espanhol. Luis Henrique Torres, embora não considere a dívida do autor rio-grandense para com o “mestre” do Recife – aspecto que o próprio Ornellas fez questão de ressaltar no prefácio de seu *Gaúchos e Beduínos* (1956: 2) -, tem razão quando afirma que a resposta de Manoelito para o problema da formação étnica e cultural do estado “não está em privilegiar os espanhóis ou portugueses, e sim constatar as origens que podem aproximar os países ibéricos”. (Torres, 2001:

⁵¹⁰ Note-se que Laytano, quando comenta o livro *Capitania d'El Rey*, discorda da posição de Vellinho a respeito de Sepé e das Missões, mas está de acordo quanto à tese do quarto capítulo da obra, intitulado *O Rio Grande e o Prata: Contrastes*: “Creio que Moysés Vellinho deve merecer aplausos gerais. Nada temos de pensar na influência dominante do Rio da Prata sobre o Rio Grande, que sejamos afluentes e dependentes do Prata. A tese certa é dele, Moysés Vellinho, é que nós exercemos influência. Qualquer avaliação de dados concluirá dessa maneira [...]”. (Laytano, 1979: 284).

212).

Já o traço característico dos pareceres de Rosa e Vellinho é aferrar-se às regras que presidiam a autoridade disciplinar da História nos tempos áureos, não apenas do Instituto mas do projeto de fortalecimento do Estado brasileiro: os anos trinta. Passadas duas décadas, enquanto outros *polígrafos* tratam de ampliar suas conexões com pesquisadores do centro do país, reformulando conceitos, buscando novos objetos e propondo alianças com disciplinas vizinhas à História, os padrões descritivos da gênese regional propostos pelos dirigentes do Instituto local seguiam ainda o modelo de apreensão da História Nacional inaugurado em 1838, com a fundação do IHGB.

Integrada ao projeto de construção de uma memória oficial pragmática e declaradamente elitista, em que o papel do Estado central constituía “como eixo [...] a partir do qual se lê a história do Brasil” (Guimarães, 1988: 9), a instituição padroeira dos estudos históricos no Brasil, além de ter servido de modelo organizacional para o IHGRS, também foi o lugar onde primeiro se operou a fusão semântica entre *região e fronteira*. Esse modo de apreensão das províncias tornava-as alvo de vigilância e controle permanentes, ou por se constituírem em espaço de estranhamento interno (caso da clássica oposição entre o interior e litoral, e da imposição de missões civilizadoras às populações indígenas), ou por estarem diretamente vinculadas à questão da soberania do território. (Guimarães, 1988: 9).

O Rio Grande de São Pedro encarnava, dentro desse modelo fundador de um saber adequado às necessidades de centralização administrativa e de homogeneização do projeto nacional entre as elites políticas imperiais, o espaço limítrofe com um “outro” a ser definido, como bem indicou Manoel Salgado Guimarães, “a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado.” (Guimarães, 1988: 7). De acordo com ele, são acusados, pelos sócios do IHGB, os ímpetos desagregadores e a “imaturidade política” das elites (republicanas) provinciais, ao passo que os inimigos externos do Brasil são representados pelas repúblicas latino-americanas – “[...] corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie”. (Guimarães, 1988: 7).

O processo de adaptação dos retratos históricos do Rio Grande do Sul a essa matriz centralista de interpretação das províncias foi, além de longo, tardio. Depois de várias tentativas infrutíferas de criação de museus, arquivos e institutos históricos e geográficos no século XIX, a especialização da erudição histórica começa com o IHGRS, em plena república positivista. Foi entre os anos vinte e trinta que os afiliados locais dessa “academia” trataram de adequar a *região* por eles fabricada à imagem de uma nação que fora definida segundo o modelo produzido no campo das elites letradas diretamente envolvidas com a construção do Estado imperial. No tempo de vigência desse consenso, o protocolo de escrita da história regional passava necessariamente pelo fio condutor da política, obra da galeria dos heróis militares e desbravadores do território. O “lugar” eleito para ser o berço da *região* devia coincidir então com o início da ocupação lusitana, sendo fixado em torno da fundação da cidade de Rio Grande, com a construção do forte de Jesus Maria José em 1737. A experiência jesuítica que a antecederia, aceita por Capistrano de Abreu, pela obra de Alfredo Varela, e defendida pelos historiadores jesuítas (Carlos Teschauer nas duas primeiras décadas do século e Pe Luís Gonzaga Jaeger, nos anos cinquenta) passou a ser, pelo menos para fins de celebração cívica, desconsiderada.

O quadro de reversão das hierarquias disciplinares, com a importação de métodos da sociologia norte-americana, a valorização das ciências sociais e o questionamento de uma história ideologicamente comprometida impõe aos historiadores gaúchos a urgência de uma escolha. As alternativas são escrever uma história brasileira do Rio Grande do Sul desatualizada, isto é, baseada na adaptação republicana do projeto historiográfico imperial, ou uma história rio-grandense sintonizada com as alteridades internas à nação. A opção pelo princípio da unidade pulverizada em distintas paisagens, segundo o legado modernista reivindicado pelos teóricos do Folclore, redimensiona então as tensões pré-existentes entre os registros “*folk*” e “historiográfico” de apreensão da *região* e de suas relações com a nacionalidade. Incentivada pela frustração histórica das ambições de gauchização da política brasileira, a entrada dos aportes culturalistas aplicados à história local estabelece uma convivência conflituosa com o modelo fundador de caracterização histórica da região. A essa altura, a memória adequada

aos tempos da projeção política de Vargas já não servia mais ao conjunto da intelectualidade sulina. Sobretudo em se tratando de um contexto de reversão da escala dos valores ligados à política (centralização e autoritarismo cedendo lugar à democracia e descentralização) e de reestruturação dos critérios aplicados às práticas investigativas.

Em vista disso, é significativo que a década de 1950 tenha sido particularmente rica em agravos públicos entre os consócios do IHGRS, e que este mesmo período marque o início da decadência institucional do Instituto. Os vinte e dois volumes que guardam a correspondência do MJC, da CEF e de Laytano, entre os anos de 1952 e 1958, são ricos em comentários desairosos sobre um Instituto “mais morto do que nunca”, governado pelos “que não fazem absolutamente nada e exigem a todo custo que os que trabalham deixem de publicar ou trabalhar.”⁵¹¹ A fixação mesma do IHGRS sobre temas e referenciais do passado é bom indicador dessa desmoralização. Outro indício é a queda radical de ingressos no quadro social, durante o período em questão. De 44 novos sócios na década de quarenta – dos quais dez (entre eles Vellinho e César) ingressaram em 1949, por ocasião das homenagens póstumas a Alcides Maya – o número de entradas cai, na década seguinte, para não mais do que cinco sócios, quatro efetivos e um correspondente.⁵¹²

O processo de decadência não se caracteriza apenas pela dissensão entre os sócios, mas pela perda de prestígio – senão junto ao Estado, dentro da comunidade científica – pela falta de dinheiro, segundo Laytano, “até para comprar papel ofício”⁵¹³ – e pela dificuldade de concorrer com uma memória adequada a outros tempos, em tempos de novos esquadrões. Neste ponto, é imprescindível notar também que o Instituto já não era o do centenário farroupilha quando, num

⁵¹¹ Cf. AMJC CE 1956, AP 1037, Caixa 001, Of. 114, 02/4/1956, de Dante de Laytano a De Paranhos Antunes; ver ainda, AMCJ, CE 1954, v.1, AP 1031, of. 320 - 21/6/54 de Dante de Laytano a Biaggio Tarantino; AMCJ CE 1954, v1 AP 1031, 5/6/54 – a João Afonso Côrte Real e AMJC CE 1952, v. 2 AP1027, Carta, 23/6/52, de Dante de Laytano a Francisco Curt Lange

⁵¹² Ver a relação de sócios e o gráfico das entradas em anexo.

⁵¹³ Cf. Laytano (1998, Entrevista.). Já a partir de 1946, a falta de dinheiro começava a comprometer a periodicidade da Revista do Instituto, que desde então deixa de ser trimestral. Em 1950, a discussão da situação financeira freqüenta as reuniões da agremiação. Em duas ocasiões, os sócios discutiram a possibilidade de alugar as salas térreas do prédio em que se localizava, mas retrocederam diante da idéia. Ver: IHGRS. “Extrato das Atas das Sessões do Instituto”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* no. 117-120, pp. 279-282, 1950, p. 270 e 282.

cenário institucional mais rarefeito, as suas diretrizes eram pouco ou nada contestadas. Pelo contrário, em 1955 essa academia não mais detinha grande legitimidade entre os pares, embora continuasse exercendo seu papel auxiliar do governo. Assim, os autores que admitiam um certo grau de diversificação na formação étnica e cultural do estado já prescindiam dela para sustentarem posições divergentes, sem serem banidos da historiografia, como foi Alfredo Varela, ou prejudicados em suas trocas com outros intelectuais. Consoante à abertura de novos dispositivos institucionais para o exercício historiográfico, o IHGRS passa a ter uma atuação cada vez mais discreta no espaço local de discussão acadêmica. Não casualmente, na época em que o Rio Grande começa a despertar o interesse de pesquisadores nacionais e estrangeiros, as conferências e o assessoramento aos que passavam por Porto Alegre já não ocorriam ali, mas no MJC e nas Faculdades de Filosofia da URGs e PUCRS.

De tudo isso, a conclusão mais óbvia é a de que os pareceres do IHGRS não eram simpáticos à incorporação de personagens integrantes do (parco) populário rio-grandense – que haviam sido banidos da historiografia, embora fossem admitidos na literatura. Menos ainda à intromissão dos métodos e pressupostos culturalistas aos padrões tradicionais de investigação histórica. Embora os signatários dos pareceres nunca tivessem questionado diretamente a importância dos aportes trazidos pela “sociologia” (ou pela “história social”) de Gilberto Freyre, para eles nem o domínio descrito como “popular” detinha alguma utilidade específica na apreensão dos “fatos históricos” do Rio Grande, nem uma coleção de lendas e superstições poderia angariar alguma dignidade científica para a disciplina. Sua utilidade repousava especificamente na renovação da arte regional. Deste modo, por vias opostas às seguidas pelos sociólogos paulistas, três dos mais conhecidos sócios da CEF aceitavam a necessidade de políticas públicas de preservação do arcabouço “popular” regional, mas duvidavam das potencialidades heurísticas dos estudos emergentes, defendendo ainda os cânones documentaristas da história nobiliárquica militar, típica de uma concepção de cultura elitista, praticada nas associações de letrados.

O dado é sugestivo. Ele faz perguntar o que intelectuais contrários à aproximação dos historiadores com o Folclore estariam fazendo na lista de sócios

de uma comissão justamente voltada à valorização desses estudos? Estendendo a pergunta aos canais de divulgação da produção escrita, caberia saber por que os editores da *Província de São Pedro*, César, Vellinho e Rosa, publicavam suas teses juntamente com as dos adversários do IHGRS – Bernardi, Laytano, Ornellas – e do debate cívico – os tradicionalistas Krebs, Lessa e Ramirez?

De fato, para se trabalhar com esse momento de transição na história da pesquisa social no Rio Grande do Sul é preciso ter em vista a lógica segmentar e cruzada dentro da qual se movem os agentes guardiões da memória local. Atuando na sobreposição de diferentes áreas vinculadas à expressão escrita (jornalística, literária, historiográfica, etc) e à militância identitária (preservação do patrimônio, ensino, etc), a maneira pela qual articulam sua identidade profissional às *propriedades de origem* do território pode unir em torno de um mesmo projeto, sujeitos em tese discordantes quanto aos critérios de representação da *região* – desde que a síntese resultante seja apresentada por oposição à outra identidade, externa (no caso, nordestina).

A resposta talvez esteja na própria dinâmica de funcionamento do mercado cultural local. Travestido em bandeira de “descentralização intelectual do Brasil”, o estigma periférico servia, desde há muito, ao conjunto de autores para legitimarem a si próprios como intérpretes da regionalidade. Ao reproduzirem a distância entre centro e periferia em proveito próprio, eles exercem uma prática comum aos espaços de atuação cultural menos valorizados. Como outros mercados culturais periféricos, o cenário rio-grandense é marcado por um regime de convivência específico, ancorado na “excomunhão teórica e no ecumenismo prático” (calculado) entre adversários, também chamado por Anne-Marie Thiesse de “tática da rejeição inclusiva”. (1991: 86). Significa dizer que, dada a estreiteza do circuito intelectual porto-alegrense, o caráter subalterno desse cenário e o peso das amizades na viabilização das carreiras, as elites culturais operavam no limite da interdependência. Não só era comum, como indispensável a circulação ampla dos agentes por lugares em que nem sempre eram bem-vindos. Como diz o ditado, “roupa suja se lava em casa”. Quando se trata de representar a província aos pares brasileiros, é preciso juntar esforços e dirimir as divergências. Por isso, na revista *Província* agrupa-se toda a produção dos autores locais, quaisquer que sejam as

suas linhas interpretativas. Ela era exatamente a vitrine bibliográfica do Rio Grande aos intelectuais brasileiros. Nela os “autores de província” podiam figurar ao lado dos folcloristas nacionais (Almeida, Cerneiro, Diegues Jr, etc.), os mais conhecidos autores estrangeiros (Sartre, Camus, Balzac, etc.) e os principais críticos do centro do país. Já nas revistas de menor tiragem e circulação mais restrita, como a revista do Museu, as publicações da CEF e do IHGRS, há uma coerência maior entre os autores publicados e as alianças firmadas pelos responsáveis pela publicação.

Em vista do que foi exposto até aqui, parece-nos pouco provável que por ocasião da sugestão do monumento a Sepé, a batalha entre os historiadores se resumisse à velha oposição de uma corrente lusitanista a outra platinista, tal como diagnosticado por Gutfreind já na análise dos textos da virada do séculos XIX-XX (1989, 1995). Mais do que ser ou não ser *regionalista*, *ser brasileiro* ou *espanhol*, o núcleo das discussões são os meios e os critérios julgados úteis para adequar identidade cultural *da província* a uma identidade social de *escriva de província*. Isso explica como uma mesma tática de vigilância ao *particularismo*, como a de Guilhermino César, por exemplo, pode encontrar-se ao mesmo tempo na vanguarda das discussões literárias e na retaguarda da História, compondo com historiadores tradicionais como Othelo Rosa, uma corrente “reacionária” entrincheirada no IHGRS

Malgrado o desejo compartilhado de sair do “isolamento”, o fato é que a perspectiva “sociológica” fundada pelo incensado “mestre” de Apipucos, e retomada pelos historiadores mais diretamente envolvidos com as promoções da CEF, se em nível nacional enfrentava a crítica de referenciais tidos como mais modernos e objetivos de investigação social, no estado rio-grandense mal se impunha ao consenso historiográfico herdado dos anos trinta. Não é que as polêmicas respingassem sobre a comissão suscitando tomadas de posição contraditórias dos afiliados “historiadores”, todos consócios no instituto. O caso era mais dramático, porque as contendas desenroladas naquele órgão tinham nos nomes mais conhecidos da comissão os seus principais protagonistas. Essas disputas dividiam a CEF, expunham sua fragilidade institucional à intempérie

pública⁵¹⁴ e reforçavam as dificuldades enfrentadas pelo secretário no envolvimento dos integrantes com o cumprimento (necessariamente voluntário, já que ninguém recebia por isso) das tarefas encomendadas pela CNFL – como a realização da “carta folclórica” do Rio Grande do Sul, o envio de publicações e a realização de conferências e congressos.

A interdição imposta pelo triunvirato estabelecido no IHGRS ao projeto de atualização historiográfica sustentado por Dante de Laytano na CEF, serve para lembrar que a atuação da Comissão não foi uniforme, mas esteve sujeita ao peso das alianças e rivalidades entre os próprios sócios colaboradores, de acordo com as tomadas de posição nas contendas desenroladas no interior dos foros de produção do *regionalismo*. As múltiplas ocupações dos integrantes da CEF traziam para dentro dela as dissensões despertadas em outros espaços, como o IHGRS e as instituições, comissões e conselhos que integravam a base organizacional da Divisão de Cultura. De modo correspondente, o teor (amistoso ou adverso) das relações interpessoais, bem como as estratégias acionadas na convivência dos *folcloristas* com os *tradicionalistas* variaram, tendo em vista a negociação das identidades sociais e intelectuais dos atores e o equilíbrio de forças presente no desenrolar dos respectivos movimentos e do circuito mais amplo de produção cultural.

Mesmo com a extrema dependência da CEF aos planos de seu dirigente, a alta dispersão da produção dos afiliados locais da CNFL, a amplitude da discussão em que se inscreve o folclore, bem como o sistema de trocas subjacente ao empréstimo nominal de autores cuidadosamente escolhidos por Dante de Laytano para serem noticiados como representantes na contracapa dos boletins publicados pela Comissão, permitem caracterizá-la como um empreendimento *plural* de atualização dos vínculos do espaço *regional* com a nação. Infiltrada nas duas instâncias “acadêmicas” existentes naquela época – a universidade, lugar de

⁵¹⁴ Em 1959, quando a CEF organiza o IV Congresso Nacional de Folclore em Porto Alegre, Laytano encontrava-se isolado, alijado do IHGRS (onde só volta a exercer algum cargo de direção em 1982, quando é eleito Tesoureiro) e enfrentando o boicote dos afiliados. O fato não passou despercebido pelos autores que compareceram ao evento. O intelectual alagoano Valdemar Cavalcanti, estranhou, em reportagem publicada no Rio de Janeiro por *O Jornal*, que “membros da Comissão Gaúcha de Folclore [...] não tomaram conhecimento da reunião, a não ser um ou outro quanto tiveram de comparecer a uma solenidade para perceberem a Medalha Sílvio Romero.” (Cf. Cavalcanti, Valdemar. “A margem de um Congresso (I). Folcloristas em Porto Alegre.” *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/09/1959. BAM, F – 0381)

formação escolar, e o IGHRIS, instância de referência na pesquisa histórica – ela não deixa de se constituir como frente alternativa de produção de conhecimento e de memória, já que renova e difunde os vínculos da produção intelectual com o território.

O presidente da CEF e seus aliados próximos visavam fazer do espaço *regional* um campo de experimentação etnográfica, a ser legitimado pelo estatuto científico da pesquisa histórica e de folclore. No entanto, como foi visto, a ciência, tanto quanto a província, é definida de forma polissêmica. Deslindar a dinâmica social pela qual essa polissemia é fabricada impõe avaliar, mais do que a fragilidade heurística das noções operadas pelos especialistas na matéria, as práticas (especialização de saberes e trocas intelectuais) que esse sistema comporta, porque é na prática que as propriedades de origem evocadas nesse trabalho adquirem um potencial performativo – isto é, capaz de concretizar os esquemas de pensamento pelos quais os intelectuais realizam sua tarefa de mediadores. Tendo essa perspectiva em mente, pode-se dizer que o que perfaz a clausura do cenário em que atuavam os “escribas de província” não é tanto a dificuldade de comunicação com os espaços mais valorizados de atuação intelectual; menos ainda a diferença substantiva do Rio Grande frente a outras regiões, mas a **patrulha à diferença**. A vigilância mútua ao particularismo é, certamente, herança de uma memória histórica emanada da política, característica no seu traço fronteiriço e que, bem por barganhar com a ambigüidade identitária do Rio Grande, precisa ser permanentemente controlada e revista.

CONCLUSÃO

“(…) minha geração não era tão imbecil como querem.”

(Dante de Laytano, Mar Absoluto das Memórias, 1986)

A extensão dos significados alcançados pelo *regionalismo* – palavra que atravessou o século XX no centro do debate público sul-rio-grandense – tem sua razão de ser na capacidade de traduzir uma série de relações duais, como natureza e cultura, tradição e modernidade, dominantes e dominados, campo e cidade – sob o mesmo rótulo da dicotomia “nós” versus os “outros”.

Desde a campanha republicana, os valores e tradições ligados à *região* vêm sendo evocados pelas elites sul-rio-grandenses, sobretudo quando confrontadas com processos de modernização da economia, das relações sociais e de poder. A necessidade de lidar com transformações históricas que desafiavam posições consolidadas impulsionou o enobrecimento do *gaúcho* durante a crise da economia charqueadora ao final do império e depois, nas lutas que se seguiram à imposição da ordem constitucional castilhistas, quando nas instituições de memória o herói civilizador serve de instrumento para a vinculação do ideário republicano com o “povo” sulino. Mas – não obstante a ligação estrutural da produção intelectual com a esfera de poder – as recorrentes dissensões desencadeadas na seleção de atributos pertinentes à *região* não ocorreram unicamente em função das flutuações na conjuntura político-partidária, mas também das condições sob as quais, paralelamente, desenvolviam-se as atividades intelectuais e disputavam espaço os especialistas designados a compreender e expressar, por meio de narrativas históricas e literárias, o *sui generis caráter sul-rio-grandense*.

A hipótese persecutória da inserção “anômala” do estado no conjunto nacional é um consenso que se espalha e se afirma à medida que avança esse processo de formação da intelectualidade como um grupo específico dentro das elites dirigentes locais. Em diferentes contextos, os representantes do saber, engajados em ações celebrativas que tomam a Revolução Farroupilha como evento-síntese das relações do sul com o país, voltaram ao ponto sempre

controverso de “formação” do Rio Grande. Se no raiar da ditadura positivista a marca da especificidade revelara-se útil como uma estratégia de dominação política interna, depois da pacificação entre federalistas e republicanos, ela será apropriada na literatura como via de acesso à nação, servindo na historiografia como justificativa moral para a liderança política do estado frente às outras unidades federativas.

Nos anos cinquenta, década em que os eruditos remanescentes da campanha aliancista enfrentam o reordenamento dos parâmetros de cientificidade e autenticidade aplicáveis aos modelos de elucidação do Brasil, a categoria *regional* é apropriada como campo de experimentação e produção de conhecimento. Naquele momento, também os jovens se ocupam do passado, lançando mão da mesma noção para se alçarem a porta-vozes de um movimento de massas – o *tradicionalismo* – amplamente patrocinado pela modernização dos meios de comunicação, e justificado como uma forma de resistência das populações rurais à invasão cultural “alienígena” e à “desagregação social” acarretada pelo progresso.

A persistência do dilema sobre as origens transnacionais do Rio Grande foi um elemento de peso na negociação das identidades sociais dos agentes mediadores da memória regional. No longo prazo, consideradas as formulações dos folcloristas aqui estudados em relação às dos autores que os precederam no mesmo trabalho, é notável a multiplicação das esferas de produção e divulgação do *regionalismo*, que do jornalismo político-partidário desloca-se para o circuito propriamente cultural das instituições governamentais e suas agregadas (as agremiações literárias e históricas “privadas”).

Enquanto no período 1880-1925 a literatura *regionalista* (e, dentro dela, o gênero da sátira gauchesca) constituiu-se num instrumento privilegiado de intervenção nas lutas políticas locais, os historiadores e literatos (seguidamente editores dos jornais dos partidos) elegeram como interlocutores privilegiados ou a facção adversária no estado, ou o centro das decisões nacionais. Mas depois que a geração iniciada nos anos vinte consolida, nos anos trinta, a conquista de lugares próprios ao exercício intelectual; à medida que aqueles intelectuais fundam instâncias específicas, mesmo que não totalmente “autônomas”, de controle do

acesso aos postos oferecidos pelo governo, o interlocutor privilegiado nos textos passa da capital para as demais regiões que encerram a diversidade brasileira. Há uma correspondência estreita desse deslocamento com a integração nacional dos mercados regionais de produção de bens culturais “autênticos” – e, sobretudo, com a consagração dos *modernismos* no centro do país. Os intelectuais gaúchos redirecionam seu descontentamento para com a “indiferença” ao Rio Grande, do centro para as outras províncias, justo quando ficam mais expostos à concorrência com elites dos estados na corrida pela caracterização da brasilidade.

A partir daí, a primazia política do “todo” em relação à “parte” é, mais do que compensada, **ancorada** presunção de uma superioridade afetiva do vínculo regional sobre a nacionalidade. Esta é a chave de entendimento da relação de complementaridade aparentemente opositiva entre os dois pólos – local e nacional – de identificação dos habitantes com o território. Aparentemente porque na medida em que a *região* se constitui como desdobramento político da nação – e, portanto, como resultante de uma experiência centralizadora anterior – no plano simbólico, ela só pode gerar categorias identitárias complementares às de outras regiões e às da nacionalidade.

Neste caso em particular, a recorrência da preocupação, entre os membros da comunidade intelectual gaúcha, com o reconhecimento da brasilidade do Rio Grande do Sul e de suas próprias criações, mostra, por trás das diferentes manobras de padronização do tipo característico do estado, a suposição intrínseca de uma “unidade ancestral” não coincidente com a geografia política. Assim, no tempo em que a escrita da História era uma das formas mais convencionais de exercício da notabilidade, os estudiosos lotados das poucas instituições de pesquisa então existentes – o MJC, o Arquivo Histórico do Estado e o IHGRS – tiveram de lidar com esse desafio: como cumprir o dever, outorgado pelo Estado e reconhecido pela sociedade, de definir uma “personalidade jurídica” regional – necessariamente brasileira, portanto – para um personagem *folk* de origem fronteiriça e, nesse sentido, transnacional? De que maneira aqueles intérpretes cosmopolitas das origens rurais do Rio Grande do Sul poderiam inventar um gaúcho suficientemente brasileiro para justificar a projeção política e cultural do estado, se não apenas sua gênese remontava a um período anterior à conquista

modelado a inserção do *sul* na *cultura brasileira*, criados e difundidos ao sabor das conjunturas, ao mesmo tempo em que confirmam a continuidade do imaginário gauchesco por épocas, grupos e áreas diversas dentro da suposta unidade cultural da *região*, atestam o caráter faccioso das atualizações desta identidade, envolvendo diferentes projetos de memória em disputa. Dessa forma, a divergência quanto aos métodos julgados úteis para superar o próprio isolamento e o preconceito dos pares contribuiu para fazer do círculo letrado de Porto Alegre um terreno ao mesmo tempo fértil e litigioso para a campanha de “resgate” das raízes folclóricas nacionais em solo rio-grandense.

Depois da expulsão do caudilho (e de Alfredo Varela) da historiografia, o conflito na academia histórica se restabelece nos anos cinquenta, em meio às tentativas de reversão da imagem da região enquanto limite da nacionalidade. Embora a tais alturas o fortalecimento dos vínculos dos habitantes com a “província”, e desta com a nação, já compusesse a prédica de pelo menos duas gerações de letrados, a questão adquire novos sentidos em razão da diversificação dos agentes, do aparecimento de novas práticas de apropriação dos saberes e também do número de prejuízos a superar: êxodo rural, crise econômica, frustração política, ascensão simbólica do Nordeste sob uma presidência “gaúcha”, consoante ao banimento das histórias regionais dos currículos escolares durante o Estado Novo.

A ambição de reverter a pecha narcísica do *regionalismo* sulino dita a ampla influência, exercida entre os intelectuais da época, pelas interpretações seminais de Gilberto Freyre, e a tentativa de vinculação local aos objetivos e referenciais propostos pelos comandantes do movimento folclórico em nível nacional. O projeto historiográfico sustentado pelo secretário regional da CNFL previa, pelo recurso a essas duas fontes de autorização, fazer das singularidades do Rio Grande o objeto de uma ciência revigorada pelo método etnográfico da pesquisa de campo, bem como pelo interesse sobre o passado “íntimo” da *região*. Aproximando a História da *cultura popular*, os folcloristas do sul propuseram a atualização das linhas clássicas de interpretação histórica consolidadas nos anos 30, e concentradas sobre a hagiografia política e militar dos próceres republicanos, farroupilhas, positivistas e aliancistas.

Como se espera haver demonstrado, apontar o teor “platinista” ou “lusitanista” das teses que se confrontaram no IHGRS não permite ultrapassar a superfície do que estava em jogo na discussão. Primeiro porque o debate não se restringe à História (vimos que a crítica ao particularismo percorre, paralelamente, a história da Literatura), mas mobiliza a tradição intelectual “da província” como um todo. Segundo, porque se a questão se resumisse à proximidade ou distância cultural do Rio Grande com o Prata, a preposição contida na expressão “Dragões do Rio Pardo” (em lugar de “Dragões no Rio Pardo”), não daria margem a tantos melindres por parte da Comissão de História do IHGRS. Terceiro, porque sem tomar em consideração as categorias pelas quais os próprios agentes se reconheciam mutuamente, não é possível uma distinção mais clara das posições firmadas por eles. Vale recordar a diferença entre autores “rio-grandenses” e “regionalistas”, apontada por Barbosa Lessa quando assinala o apoio inicial prestado pela intelectualidade gaúcha ao tradicionalismo. Diferentemente de Érico Veríssimo, apontado como um autor do primeiro tipo, Manoelito de Ornellas, Walter Spalding e Dante de Laytano foram reconhecidos dentro da categoria “regionalista”. Provavelmente, se lhes fosse dado escolher entre serem *lusitanistas* ou *platinistas*, certamente nenhum descartaria o primeiro termo, e todos recusariam o segundo.

Não se quer, com isso, superestimar o poder explicativo das categorias êmicas, supondo que os atores históricos detêm todas as chaves de entendimento do mundo que habitam, ou das práticas de objetivação da existência que aquele mundo comporta. Mas, ao invés de acusar a inocuidade teórica e o comprometimento ideológico das interpretações, creio ser necessário levar a sério a intenção daqueles atores de contribuir para o avanço do conhecimento de sua sociedade. O intento fica patente na tentativa de incorporação dos “fatos folclóricos” às fontes e objetos de estudo da História. Ademais, se a exclusão do meio-termo é o preço de todo enquadramento, classificar os autores e obras em categorias estanques não apenas ameaça a necessária auto-reflexividade do conhecimento histórico, mas também impede nuançar a historiografia produzida no Rio Grande do Sul em um período decisivo pra a constituição da disciplina, entre a virada do século XIX-XX até os anos sessenta. Com base naquelas duas

classificações – as quais pretendem descrever um processo de cooptação política do qual os intelectuais seriam o alvo preferencial – a produção escrita de meio século fica reduzida a duas matrizes ideológicas que, ao final, parecem uma mesma coisa. Como afirmou Gutfreind, “uma é a oposição consentida da outra”, por estarem ambas ocupadas em justificar os investimentos políticos imediatos das classes dominantes do Rio Grande do Sul. (Gutfreind, 1989: 333). Porém, a impressão de tratar-se aí de um “binômio tautológico” (Gutfreind, 1989: 340), só se impõe ao analista em razão da expectativa, assumida por ele, de que o “método crítico” de leitura das fontes torne-as transparente, ou seja, permita transpor as “aparências do discurso historiográfico” para encontrar, ao invés de determinadas formas de percepção do mundo e demarcação de identidades sociais, uma “realidade concreta”. (Gutfreind, 1989: 18)

Valeria então distinguir as posições assumidas no debate em dois terrenos interligados, o da ação individual e o da convenção social – ou, por outras palavras, da ordem performativa das representações e prescritiva dos imaginários. Neste último plano, o confronto dentro do Instituto parece mobilizar formas de captação da identidade local herdadas de diferentes estágios de construção da memória nacional, bem como da disciplina que pretende dar conta dessa formação. Passados vinte anos do consenso historiográfico firmado em meio à campanha aliancista, o questionamento das hierarquias de autoridade científica e de diversificação dos usos da erudição trazem à tona a tensão latente entre códigos contraditórios e sobrepostos de leitura das relações da região com o conjunto nacional: um primeiro, fundado no interior do IHGB em meio ao processo de consolidação do Estado no regime imperial; outro desenrolado em pleno julgamento do passado republicano, proposto pelos movimentos intelectuais modernistas iniciados nos anos vinte, e consagrado nas décadas de trinta e quarenta.

Entender esse conflito exige não perder de vista o fato de que os memorialistas vivem imersos na memória que produzem. Neste caso, eles identificam suas linhagens em tradições (regionalismo, gauchesca, modernismo) sedimentadas num tempo em que a iniciação científica era inseparável da sociabilização política e literária. Por trás de um mesmo repertório temático,

voltado a representar as qualidades “atávicas” da *região*, vê-se a dinâmica de renovação de uma ordem cultural que, como refere Ricoeur, desenvolve-se a partir da sedimentação de paradigmas oriundos de uma inovação anterior, e a “deformação” desses paradigmas, que também é governada por regras consuetudinárias. (1994: 106). Significa dizer que a inovação dos princípios que presidem tanto as concepções da ciência quando as da regionalidade não existe senão em referência a uma tradição que a antecede e legitima.

Precisamente neste sentido, estudar a memória “de grupo” dos que produzem memórias feitas para serem amplamente partilhadas pode servir para afirmar a interação entre a ordem cultural enquanto instituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas. Nas palavras de um etnólogo da História, trata-se de ver “a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade.” (Sahlins, 1990: 9). Colocar as relações entre a disciplina histórica e a memória coletiva numa perspectiva de longa duração permite igualmente elucidar um dos enigmas recentes da pesquisa social: as relações entre estrutura e conjuntura. Por esse procedimento, é possível perceber, como afirma Sahlins, (1990) que a estrutura é histórica, processual. E isso ocorre porque a ordenação da história numa sociedade funciona em acordo com a ordem cultural vigente, ou “de significação das coisas”, ao mesmo tempo em que os repertórios simbólicos são ordenados historicamente, isto é, colocados à prova quando vividos na prática e, portanto, reavaliados numa operação dialética, na qual a ação criativa dos sujeitos históricos representa a síntese desses contrários, em um processo de “transformação estrutural”. (Sahlins, 1990: 7). Na medida em que o simbólico é pragmático (os homens submetem as categorias sociais a riscos e proveitos empíricos), memórias diferentes têm historicidades também diferentes, e sobretudo comparáveis.

Dentro da ordem performativa da ação, a apropriação de parâmetros culturalistas de interpretação do *caráter regional* respondeu aos desafios trazidos pelas mudanças aceleradas do campo institucional acadêmico no Brasil e, sobretudo, frente aos novos critérios de legitimação da pesquisa social, importados no curso de expansão do ensino universitário no país. Contudo, é sabido que, mesmo tendo representado uma opção a mais no espectro de desenvolvimento das

Ciências Sociais e da História, o Folclore não escapou aos julgamentos políticos, nem da primeira geração de pesquisadores formados pelas universidades – em especial dos representantes da conhecida Escola Paulista de Sociologia – nem dos antigos artífices das histórias monográficas. A localização ambivalente do projeto folclórico – movimento cuja identidade disciplinar situava-se na vanguarda do que o precedia e na retaguarda do que estava por vir – foi determinante para a sua falência. Enquanto sofria as críticas dos sociólogos atentos às questões que começariam a se impor como chave-mestra da interpretação da realidade brasileira (o subdesenvolvimento e a dependência econômica), os *polígrafos* representantes de uma memória institucional legitimada como verdade positiva pelas técnicas da erudição documentária fizeram das tentativas de requalificação (científica) da singularidade regional do Rio Grande o objeto da habitual patrulha ao particularismo.

Sob este aspecto, é mais uma vez evidente o descompasso das elites culturais do Rio Grande com os intelectuais do centro do país. Enquanto estes, segundo Daniel Pécaut, tendiam a “[...] considerar o marxismo o horizonte intransponível da época” (Pécaut, 1990: 16), aos intelectuais “de província”, acostumados que estavam a julgar suas produções em função da maior ou menor capacidade de expressão das “características” do território, continuava interessando mais do que a classe, o povo – categoria sem descritor social preciso, de definição vaga e por mesmo isso útil, porque adaptada às definições calcadas na percepção pura de alteridade.

Sem pôr em cheque a continuidade do sentido celebrativo atribuído ao ofício intelectual, o processo de revisão, entre os eruditos da geração de trinta, dos critérios de definição da região e do regionalismo coincidiu com a febre tradicionalista inaugurada nos anos 50. O mesmo ano de 1948 que registra a criação da CEF – e, com ela, o ingresso oficial dos rio-grandenses na campanha liderada pela CNFL – assinala o nascimento do 35 CTG – a “célula social rural” de Porto Alegre que conferiu personalidade jurídica à militância tradicionalista inaugurada um ano antes, no grêmio do colégio “Julinho”. Essa co-incidência entre os marcos fundacionais de dois projetos de “salvação” da *cultura*, que, afinal, desaguarão em experiências bastante díspares de institucionalização do

folclore no estado, carrega em si repercussões importantes.

No plano das representações coletivas, ela remete a um certo “ar” de um tempo marcado pela percepção aporética do progresso – quando, paralelamente no topo e na base da pirâmide intelectual da capital, firma-se o consenso em torno da necessidade de preencher a lacuna deixada pela “perda” dos *atos de cultura* que singularizam o estado e seus representantes diante do concerto nacional. Sob esse aspecto, o horizonte de expectativas dos protagonistas parece fundir-se na suspeita partilhada de uma aceleração temporal que, ao romper com o passado, impõe sua sacralização no presente. Orientados pelo juízo genérico de que a industrialização – o grande repto da modernidade – significaria a um só tempo a condição de sobrevivência do Brasil e uma ameaça às suas peculiaridades, os dois grupos mediadores reivindicam-se, então, herdeiros de uma missão salvadora não cumprida pelos pais tutelares do *regionalismo*.

Ao unirem a revisão de uma tradição intelectual “omissa” à celebração de uma tradição ‘popular’ periclitante, ambos os grupos arvoram-se a uma missão “cultural” cuja dimensão política pode ser medida pela amplitude de propósitos: tratava-se de retrazar as vias de continuidade do passado regional com o “povo” e com a nação, livrando o Folclore rio-grandense da obscuridade. Assim, enquanto historiadores e críticos preocupam-se com resgatar a dignidade de uma *cultura popular* esquecida ou deformada pelos arroubos retóricos do engajamento político-partidário – responsável, em parte, pelo “isolamento” dessa intelectualidade em relação aos principais foros de produção em nível nacional –, os primeiros eruditos tradicionalistas formados à luz daqueles autores admitiram que, para que “o rastilho de pólvora [do tradicionalismo] pegasse fogo” tinha sido necessário “[...] que nos tivéssemos afastado suficientemente, no tempo e no espaço, de nossas velhas tradições”.⁵¹⁵

O resultado mais imediato dessa confluência de interesses foi o apelo dos “novatos” ao auxílio intelectual dos “mestres” e, inicialmente, a recíproca bem-

⁵¹⁵Krebs, C.G. “Ronda Crioula. O Avassalador Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, *Revista do Globo*, 21 set. 1957, pp. 10-17 p. 16. (Reportagem sobre o CTG “Estância da Saudade”, do Glória Tênis Clube, em Porto Alegre, chefiado por Vasco Leiria, em homenagem aos dez anos de movimento tradicionalista). BAM/TEMÁTICO PASTA 43 - FOLCLORE/GEOGRAFIA/BRASIL/Rio Grande do Sul/MOVIMENTO TRADICIONALISTA. F -1644.

vinda do tradicionalismo entre os historiadores, filólogos, críticos, artistas e escritores da CEF, atuantes nas instituições de ensino e de governo. Como bem testemunhou Barbosa Lessa, em sua primeira reportagem de divulgação da “causa”, a aparição do 35 “não passou despercebida e choveram aplausos”⁵¹⁶; o Estado prometeu auxílio e os intelectuais atenderam ao apelo lançado pelo “patrão” Antônio Cândido da Silva.

A união de esforços em torno de uma mesma especialidade, além de servir de porta de entrada para o ingresso de aprendizes tradicionalistas no mundo da pesquisa, influenciou grandemente para legitimar suas posições como ideólogos de um movimento de grande amplitude social. Contudo, a iniciação, pela mão dos tutores da capital, em afazeres como o jornalismo, a literatura, o ensino e a pesquisa também colaborou para introduzir entre os dois grupos, e mesmo no interior de cada um deles, uma série de divergências e rupturas, consoante à expansão retumbante do tradicionalismo pelo interior e na mídia.

Deste modo, o decurso dos anos cinqüenta trouxe a ampliação do debate sobre a cultura gaúcha, paralelamente ao alargamento do campo cultural e à entrada de novos atores na máquina pública de gestão da memória. A expansão social e geográfica do “gauchismo”, bem como o acirramento da concorrência nos postos de trabalho, colaboraram para pôr a nu as diferenças geracionais entre os que disputavam autoridade em matéria folclórica. Não é sem razão que depois de 1955, quando o tradicionalismo já alcançava uma capilaridade reveladora de uma força política poderosa, as imprecisões contra seus “excessos” tenham se tornado a regra entre os colaboradores eruditos da primeira hora. Foi exatamente à medida que a rede de CTGs cresceu, enquanto em Porto Alegre avançava a iniciação técnica das lideranças, que se interpuseram com força crescente, entre as duas gerações de folcloristas, significados distintos para termos essenciais, como “autêntico” e “folclórico” e “tradicional”. Vistos desse ângulo, os consensos, ao invés de diluir, reforçam o caráter litigioso e concorrencial das aproximações dos “porta-vozes da região” com a *cultura popular*.

Grosso modo, o desfecho das lutas em que participou a Comissão é

⁵¹⁶ Lessa, Luís Carlos B. “Trinta e Cinco”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, no. 471, pp. 37-39; 74-75, nov. 1948, p. 39.

bastante próximo da situação presente – a mesma que, na construção do objeto, levou a formular determinadas perguntas em lugar de outras. Enquanto o projeto de um folclore *científico* sobrevive sem nenhuma exuberância no interesse das escolas primárias, de profissionais do turismo e de outras áreas sem formação específica, o “folclore tradicionalista” encontra-se definitivamente incorporado às políticas públicas de gestão da cultura no Rio Grande do Sul. De um lado, a inclusão do folclore da vida universitária encontra-se definitivamente descartada. Atualmente, a CEF vive no anonimato, tendo sua existência pregressa ignorada não só pelo público, mas pelos próprios historiadores, descendentes diretos de seus fundadores. Curiosamente, as únicas menções à presença de uma matriz historiográfica culturalista no Rio Grande do Sul, assim como ao interesse de parte da intelectualidade local pelo o folclore, vêm do trabalho de antropólogos – uns atentos aos estudos sobre afro-rio-grandenses (Barcellos, 1997), outros ao *revival* tradicionalista dos anos oitenta e à consolidação desse “culto” na atualidade (Oliven, 1992, 1990; Maciel, 1998, 2002 entre outros).

De outro lado, ao passo que os referenciais da história continuam tendo sua genealogia traçada pelos historiadores contemporâneos nos termos da sucessão dos “tradicionalistas” ou “positivistas ecléticos” dos anos vinte pelos marxistas gramscianos dos anos oitenta, o Tradicionalismo louva a si mesmo como um movimento de massas – esquecendo ter começado “de cima”, ao abrigo da classe política, empresarial, dos militares e das lideranças intelectuais. Aqui a exceção que confirma a regra é Barbosa Lessa, um dos poucos remanescentes do movimento que sempre fez questão de pontuar sua gênese dentro processo de sucessão das elites culturais. Se é verdade que jovens a princípio desconhecidos lograram expandir as fronteiras do regionalismo rio-grandense para muito além dos limites da geografia, esses jovens – como ele próprio sempre fez questão de frisar – eram “integrantes do segmento mais escolarizado, mais bem informado, mais atualizado com as inquietações de sua época. Por assim dizer: a vanguarda”.⁵¹⁷ Os vínculos deles com os eruditos e a erudição não se esgotavam, portanto, na leitura interessada do que os antecessores haviam produzido, mas

⁵¹⁷ Lessa, Luís Carlos Barbosa. “O Caráter Cíclico do Regionalismo”. Artigo publicado no jornal *Extra-classe*, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul. Disponível na Internet: <<http://www.mtg.org.br/quadro%20o%20carater%20ciclico.htm>>. Consultado em setembro de 2003.

tiveram manifestação prática numa convivência assídua (ainda que conflituosa), em congressos, edições, reuniões, comissões e instituições públicas.⁵¹⁸

As contradições desse balanço são típicas de uma trajetória de especialização interrompida, como a do Folclore. Mas, apesar da obliteração de seus protagonistas da memória de disciplinas vencedoras – o que de certa forma explica que sua história permaneça “tão magrinha nas prateleiras”, para usar uma expressão que Mariza Corrêa (1999) aplica à história da Antropologia, mas que poderia ser ampliada para a história da História – o trânsito de atores, temas e ações entre territórios de investigação que hoje se entende como separados é facilmente detectável.

Em nível nacional, ele se expressa nas tentativas de demarcação através de eventos fundadores, nos quais a década de cinquenta é pródiga.⁵¹⁹ Uma lista sumária dos congressos científicos então realizados é suficiente para confirmá-lo: daquela década datam as primeiras reuniões nacionais de Antropologia e Sociologia, realizadas em 1953 no Museu Nacional e 1954, na USP, respectivamente. Da comissão organizadora da primeira, faziam parte dois integrantes ativos do folclorismo, Manuel Diégues Jr e Édison Carneiro, que também participa do I Congresso Brasileiro de Sociologia – organizado com o patrocínio do I Congresso Internacional de Folclore, centro das comemorações do IV Centenário de São Paulo, sob os auspícios de uma Comissão especialmente montada para a organização da Festividade.⁵²⁰ Ainda na I Reunião de Antropologia, René Ribeiro, folclorista pernambucano qualificado por Roberto Cardoso de Oliveira como “*doublé* de psicólogo e antropólogo, membro do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife e ex-aluno de Herskovits”⁵²¹ (Oliveira, 2003: 9) foi o redator do tópico “cultura e personalidade”. Ao lado dele, como um dos

⁵¹⁸ Por isso é que o autor de *Rodeio dos Ventos*, ao ser eleito patrono da Feira do Livro de 2000, resgata como algo esquecido o dado de que, no começo, a intelectualidade prestou muito mais apoio ao tradicionalismo do que mais tarde. Luiz Carlos Barbosa Lessa, Entrevista ao *Jornal da Universidade*, UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1999.

⁵¹⁹ As informações relativas às primeiras organizações e eventos de Antropologia, Folclore e Sociologia realizados na década de cinquenta, apresentadas deste ponto em diante, foram extraídas de Cavalcanti e Vilhena (1990: 77 e 78), do site oficial da ABA, da Revista *Província de São Pedro* e da Correspondência da CEF, depositada no Museu Julio de Castilhos.

⁵²⁰ A mesma comissão contribui ainda para a organização do I Congresso Internacional de Escritores, nove anos depois do I Congresso Nacional realizado também em São Paulo, com forte teor contestatório à ditadura Vargasista.

⁵²¹ Ribeiro também assumirá a diretoria da ABA, no biênio 1976-78, logo depois de Thales de Azevedo, membro da diretoria entre 1974-1976.

redatores do assunto “Áreas Regionais”, outro antropólogo-folclorista: Thales de Azevedo, membro da Comissão Baiana, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, futuro organizador da IIª Reunião Brasileira de Antropologia, durante a qual seria fundada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).⁵²²

O Folclore também integrava o temário desta II Reunião, realizada um ano depois em Salvador. Nos anais, como demonstraram Cavalcanti e Vilhena, a Seção de “Antropologia Cultural” é significativamente preenchida por trabalhos de cunho folclórico, como os de Hildegardes Viana, da Comissão Baiana de Folclore – *O breviário das aparadeiras e sendeironas*; de Thales de Azevedo, também da Comissão Baiana, *Aculturação e Urbanização*; Maria Isaura Pereira de Queiroz da USP (seguindo as orientações de Roger Bastide), *O Movimento Messiânico do Contestado e o Folclore*, entre outros. (Cavalcanti e Vilhena, 1990: 79).

Finalmente, sabe-se que o folclorismo manteve relações próximas com a Antropologia e a Sociologia através da intermediação da UNESCO, que também se encontra na origem da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955, dentro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos INEP/MEC, que havia sido criado em 1938. Em 1952, encontrando-se o INEP sob a direção de Anísio Teixeira, o organismo internacional propôs a execução de um *survey* “sobre a situação educacional brasileira em prol da ‘reconstrução educacional do país’”, no contexto de redemocratização (Revista do CBPE, 1956, Apud Cavalcanti e Vilhena, 1990: 77). O Diretor sugeriu então ao Ministro da Educação a organização de uma “Campanha Extraordinária” de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), visando à realização de um “mapa cultural do Brasil, no terreno da ‘antropologia social’” (Revista do CBPE apud Cavalcanti e Vilhena, 1990: 77). No grupo encarregado dos estudos em 1955, vê-se, ao lado de Antônio Cândido e Florestan Fernandes, outra vez uma

⁵²²A decisão de fundar a Associação foi tomada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953 no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde aparece a presença destacada de folcloristas como René Ribeiro, Manuel Diégues Jr. (que foi presidente da Associação de 1957 a 1961, reassumindo em 1966) e Thales de Azevedo. À reunião de Salvador, organizada por Azevedo, sucederam as de Curitiba, em 1957, Recife, em 1959, em Belo Horizonte, em 1961, e a de São Paulo, em 1963. Informações disponíveis no site da Associação: <http://www.abant.org.br>, consultada em 02/5/2004.

figura de proa no movimento – Manoel Diégues Jr, folclorista e historiador, envolvido de perto no processo de criação da CBDF. Ele é ali apresentado como especialista em “sociologia regional” e responsável pela realização de um “estudo básico para a delimitação das regiões culturais do Brasil” (Revista do CBPE apud Cavalcanti e Vilhena, 1990: 77).

Por trás de todas essas siglas observa-se uma intensa movimentação entre educadores, historiadores, folcloristas, sociólogos e antropólogos por territórios disciplinares entrelaçados. Estes eventos representam justamente os primeiros esforços de estruturação institucional visando sistematizar a atividade de pesquisa e romper com a tradição *polígrafa* que caracterizava o universo intelectual da época, através da criação de novas especialidades. A CNFL buscou atuar no mesmo sentido, isto é, fazer do folclore divisa de uma carreira intelectual específica; porém, convidou autores em geral autodidatas e polivalentes a priorizarem um campo de estudos que, até então, não se constituía em mais do que uma pequena parte de suas variadas ocupações. Os intelectuais “de província” viram nesse convite a oportunidade de tomar contato com os principais atores e eventos que participavam da arrancada institucional da pesquisa no país. A quase totalidade dos nomes arrolados acima aparece nas memórias de Laytano (sugestivamente apelidadas pelo próprio autor, de “memórias dos outros”), nas quais descreve suas participações em congressos pelo país.

Se for inscrita a participação gaúcha no movimento estudado por Rodolfo Vilhena, percebe-se que as experiências de institucionalização nessa área, tanto aquelas empreendidas nos outros estados quanto as do Rio Grande do Sul, chegaram, ainda que por diferentes vias, a um desfecho comum: um fracasso disciplinar que define, a um só tempo, o reverso da consolidação acadêmica das Ciências Sociais e a ruptura da aliança entre o Estado e os intelectuais. Como apontou Rodolfo Vilhena, os estudiosos do folclore não abandonaram a cena pública, e muitas vezes herdaram cátedras de Antropologia e História nas universidades, mas não puderam, ali, dar seguimento ao plano de redirecionamento de suas carreiras. Ao invés de sobreviver como uma tradição de pesquisas particular, com seus erros e acertos, produções de maior e menor envergadura, como uma especialidade interna às outras ciências sociais ou ainda

“ciência”, de “tradição” e de “cultura popular” em jogo no desenrolar das lutas travadas entre grupos mediadores da cultura naqueles anos decisivos posteriores à II Guerra Mundial. Observando as duas pontas – os antecedentes históricos e o desfecho – desse engajamento ao folclorismo, aparecem algumas pistas sobre as razões pelas quais o processo de reconversão das identidades profissionais e referenciais metodológicos pelos atores, permaneceu invisível aos que viriam a desempenhar a pesquisa histórica nas universidades. A primeira pista se oferece pelo compromisso de ruptura, firmado nos estudos citados na abertura deste trabalho, com os representantes do *regionalismo*. A idéia de que a geração de oitenta, juntamente com o aparecimento dos cursos de graduação e pós-graduação em História, sejam os responsáveis pelo advento de uma historiografia “objetiva”, “crítica” e “isenta” é quase a reprodução de um senso comum. Essa avaliação faz coincidir a superação de um modelo atrasado de interpretação histórica com a influência dos estudos desenvolvidos nas universidades do centro do país, em especial a USP – onde boa parte daqueles autores se posgraduou. Esse dado ganha maior significação quando se leva em conta que a Escola Sociológica Paulista, que teve sem Florestan Fernandes seu mais consagrado representante, foi também a maior opositora do projeto folclorista.

O desfecho fracassado da tentativa de constituição do folclore e da *região* como objetos de estudo em si mesmos, tal como demonstrado pelo alijamento dessa geração do panteão de historiadores universitários, é bastante revelador. Daí procede a segunda pista. A pouca familiaridade do público e dos historiadores da História com a CEF, comparada ao sucesso alcançado pelo *tradicionalismo* (que a cada ano tem as biografias de seus fundadores fartamente recuperadas pela imprensa), parece apontar para dois processos simultâneos e invertidos. Embora eles especifiquem a história dos usos sociais do Folclore e da História no Rio Grande do Sul, podem ser observados também em outros países onde a experiência centralizadora precede a emergência paralela de saberes que reivindicam uma vinculação orgânica com a “*província*”. Trata-se da constatação, recentemente feita pelo antropólogo francês Daniel Fabre, de que a “denegação, no campo do saber, do folclore e história monográfica que o complementa é proporcional ao papel ideológico que ambos exerceram e continuam exercendo”.

(Fabre, 2001: 25).

Se é verdade que o julgamento da produção historiográfica sul-riograndense permanece em aberto (o que confirma a legitimidade do debate), esta investigação espera ter confirmado a necessidade de distinguir nessa crítica aos pais tutelares – e justo por se tratarem de duas dimensões intrínsecas a qualquer julgamento – a esfera das opiniões da das análises críticas. No que diz respeito, por exemplo, ao problema das vinculações da História e dos intelectuais com o mundo da política seria o caso de atentar, como fizeram recentemente alguns autores partidários de uma etnografia do pensamento antropológico, para o caráter estruturante dessa relação, de modo a redimensioná-la em sua historicidade, ao invés “medir” o grau de autonomia da ciência frente a instâncias pré-determinadas. (Étoile et alli, 2002: 13) Desse ângulo, a reivindicação da autonomia da ciência em relação às demandas do Estado torna-se, ao invés de um valor absoluto, uma categoria nativa, acionada em determinadas configurações históricas, por agentes ou grupos sociais específicos. (Id., p. 15). Renunciar ao pressuposto de uma contradição ética entre as exigências de uma história ideológica e as imposições de uma “consciência” científica permitiria ver que no lapso “quase indefinido” (Almeida, 1983: 42) de vigência das tendências historiográficas delineadas nos anos vinte caberiam não apenas pais, mas também outras gerações tutelares do *regionalismo*, todas direta ou indiretamente ligadas à disciplina histórica. Mesmo os historiadores contemporâneos do folclorismo não apenas se distinguiram, mas divergiram em muitos pontos importantes.

Também não é demais acrescentar que tanto a transitoriedade do projeto acadêmico do folclore, quanto a marginalização do assunto nas universidades deve muito ao processo de especialização no qual os próprios folcloristas tentavam tomar parte. Mas o importante a ser ressaltado aí é que a mencionada especialização, iniciada à época de nascimento da pesquisa de campo no Brasil, não diz respeito apenas às fronteiras que distinguem umas *ciências* das outras, mas também ao que as separa da esfera de poder político. É esta a deriva que permite emergir, depois do Estado, a Sociedade como objeto de estudos e como sujeito da história – e, entre um e outro, *o Povo* ou a *Nação*, hoje descartados pelos produtores mais autorizados do conhecimento.

Foram os desígnios novos de “autonomização” e “neutralidade” da *ciência* frente ao Estado que o projeto folclórico não teve condições de reivindicar, e a que os historiadores do Rio Grande resistiram enquanto puderam. Embora a sociologia paulista os tenha vitoriosamente reclamado para si, esses valores foram impostos de fora para dentro, como parte de uma experiência política centralizadora de construção nacional, que previa a importação dos parâmetros de modernização do ensino e da pesquisa acadêmica. Dito isto, caberia perguntar se a obliteração da gritante influência de Gilberto Freyre sobre os escritos da década de cinquenta, da tentativa de incorporação, na erudição *regionalista*, das dimensões *popular* e *cotidiana* do passado local e, finalmente, da presença do folclore sobre o passado da disciplina histórica no Rio Grande do Sul também não seria a manobra amnésica própria de uma *ciência* que, fundada sob o signo da ancestralidade, continua firmemente engajada nas disputas identitárias sem assumir sua condição politicamente interessada.

BIBLIOGRAFIA

- 1980 ABRAMS, Philip. "History, Sociology, Historical Sociology". *The Past & Present*. Oxford, nº 87, p. 3-16, May 1980.
- 2001 ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- 1983 ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- 1985 ALMEIDA, Marlene Medaglia. "A manipulação ideológica da temática farroupilha". *História; ensino e pesquisa*. V. 1, n. 2, 1985, Porto Alegre, Sulina, p. 25-49.
- 1987 ALMEIDA, Maria Hermínia T. de "Castelos na Areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964". *Bib*, Rio de Janeiro, nº 24, 1987, p. 41-60.
- 1989 _____. "Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro". In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, v.1, p.188-216.
- 1989 ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- 1993 ANTONACCI, Maria Antonieta. "A Revolução de 1923: as oposições na República Velha". In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 229-254.
- 1989 ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. "A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais". In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, v.1, p 264-315.
- 1999 ASSIS BRASIL, Luiz Antônio (et alli) *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.
- 1985 BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- 1994 BANN, Stephen. *As Invenções da História*. São Paulo: UNESP, 1994.
- 1997 BARCELLOS, Dayse Macedo de. "Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, nº 7, p. 252-275, nov. 1997.
- 1997 BAETA NEVES, Clarissa E. & LIEDCKE FILHO, Enno. *Experiências Regionais de Institucionalização do Ensino e da Pesquisa em Sociologia: a experiência da UFRGS*. (Trabalho apresentado ao 8º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia). Porto Alegre: mimeo, 1997.
- 1990 BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

- 1988 BARTHES, Roland. "O discurso da História". In: Id. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 145-157.
- 2001 BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. "Moysés Vellinho e o Ensaio Crítico Sulino". In: VELLINHO, Moysés. *Ensaio Literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2001, p. 25-40.
- 1975 BENJAMIN, Walter. "O Narrador". In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- 2001 BENZA, Alban. "Fièvres d'histoire dans la France contemporaine". In: BENZA, Alban & FABRE, Daniel. *Une História à Soi. Figurations du passé et localités*. Paris: Ed. Maison des sciences de l'Homme, 2001, p.1-12.
- 1999 BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O Conto Sul-rio-grandense. Tradição e Modernidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- 1999 BORGES, Jorge Luís. "Os Gaúchos". In: Id. *Obras Completas de Jorge Luís Borges*. São Paulo: Globo, 1999, p. 403-404.
- 1989 BOURDIEU, Pierre. "A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: Id. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p.107-132.
- 1984 BOURDIEU, Pierre. "Le Marché Linguistique". In: Id. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1984, p. 133-136.
- 1985 BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger et DARNTON, Robert. "Dialogue a Propos de L'Histoire Culturelle". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 59, p.86-93, sept. 1985.
- 1998 BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. "Em que pensam os historiadores?". In: Id. (org.). *Passados Recompuestos; campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 21-64.
- 1988 BRESLAU, Daniel. "Robert Park et l'ecologie humaine." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n, p. 55-63, sept. 1988.
- 1998 BUCHBINDER, Pablo. "Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica". In: GOLDMAN & SALVATORI, *Caudilhisimos Rioplatenses. Nuevas Miradas a un Viejo Problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 31-50
- 1965 CÂNDIDO, Antonio. "Literatura e Cultura de 1900 a 1945". In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 109-138.
- 1987 CANNADINE, David. "Viewpoint British History. Past, present – and future?" *Past and Present*, n. 116, p. 169-191, august 1987.
- 1980 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- 1988 CASARES, Adolfo Bioy. "Memória sobre la pampa y los gauchos". In; Id., *La Invención y la Trama. Una Antología*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 555-567.

- 2002 CASTRO GOMES, Ângela de. “Sociabilité intellectuelle dans la correspondance de Gustavo Capanema”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, nº 47/48, p. 133-155.
- 1993 _____ . “Essa Gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.
- 1990 CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro & VILHENA, Luís Rodolfo. “Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, no. 5, p. 75-92, 1990.
- 1995 CERTEAU, Michel de. “A Beleza do Morto”. In: *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 55-86.
- 1994 [1973]. CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande*. Porto Alegre: IEL, Ed. da Universidade/UFRGS, 1994 [1973].
- 1990 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- 1995 _____. “‘Cultura Popular’: revisitando um conceito historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.
- 2002 _____. *À Beira da Falésia. História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2002.
- 1979 CHAVES, Celso Loureiro. *O Ensaio Literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Brasília: INL1979.
- 2000 CHIAPPINI, Lígia. “Campo e Cidade em *O Retrato*”. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.) *Leituras Cruzadas: diálogos da histórica com a literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 49-72.
- 1991 CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- _____. “El Federalismo Argentino en la Primera Mitad del Siglo XIX”. In: CARMAGNANI, Marcello. *Federalismos Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-132.
- 1999 CONSORTE, Josildeth Gomes. “Lembrando Costa Pinto: memória das Ciências Sociais no Brasil”. In: MAIO, Marcos Chor & Villas-Boas, Gláucia. *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999, p. 39-48
- 2003 CORADINI, Odaci Luiz. “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 32, p. 125-144.
- 1987 CORRÊA, Mariza. “Traficantes do Simbólico”. In: Id., *História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Ed. Unicamp, 1987.
- 2001 COUTINHO, Afrânio dos Santos & SOUZA, J. Galante de. (orgs.). “Romantismo”. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Mec/Biblioteca Nacional/ABL/Global, 2001.

- 1980 DACANAL, José. I., GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- 1995 _____. “Origem e função dos CTGs”. In: GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luís Augusto (Org.). *Nós, os Gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 81-90.
- 1981 DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 1987 DA MATTA, Roberto. “A Originalidade de Gilberto Freyre”. *BIB*, Rio de Janeiro, nº 24, p.3-10, 2º semestre de 1987.
- 1988 DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco. Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro. Graal, 1988.
- 1988 DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 1998 DUARA, Prasenjit. “The Regime of Authenticity: timelessness, gender, and national history in modern China”. *History and Teory*, Middletown, v. 37, n. 3p. 287-308, october 1998
- 2002 ÉTOILE, B., NEIBURG, F & SIGAUD, L. (orgs.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.
- 2001 FABRE, Daniel. “L’Histoire a Changé de Lieux”. In: BENZA, Alban & FABRE, Daniel. *Une História à Soi. Figurations du passé et localités*. Paris: Ed. Maison des Sciences de l’Homme, 2001, p. 13-41.
- 1997 FABRE, Daniel. “Le ‘Manuel de folklore français’ d’Arnold van Gennepe”. In: NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Mémoire*. V.3 (La République. La Nation, les France). Paris: Gallimard, 1997, p. 3583-3614.
- 1989 FAURE, Christian. *Le Projet Culturel de Vichy*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.
- 1996 FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS [1987].
- 2000 FERRARI FILHO, Fernando. “O IEPE e os noventa anos da Faculdade de Ciências Econômicas”. In: CARRION, Otilia; HORN, Carlos; ACCURSO, Cláudio; BANDEIRA, Pedro (orgs.). *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 45-49.
- 1997 FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.
- 2002 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (orgs.) *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília: Capes, 2002.
- 1983 FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- 1989 FRESTON, Paul. “Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, v.1, p 316-358.

- 1993 GARCIA Jr. Afrânio. "Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 98, p. 20-33, juin. 1993.
- 1997 GASNIER, Thierry. "Le Local. Une et divisible". In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. (Les France). Paris: Gallimard, 1997, p. 3423-3478
- 1984 GERTZ, René E. "Intelectuais Gaúchos Pensam o Rio Grande do Sul", *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. I, 1984, p. 59-113.
- 1998 _____. "Os cidadãos teuto-gaúchos". In: FISCHER, L.A. & GERTZ, R. (orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.177-187.
- 2004 _____. "O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia". In: GRIJÓ et alli. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2004, p 347-368.
- 1975 GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- 1999 GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre(1960-1979)*. Porto Alegre: 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 1998 GOLDMAN, Noemi & SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudilhismos Rioplatenses. Nuevas Miradas a un Viejo Problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- 2001 GOLIN, Cida. "Moysés Vellinho: anotações sobre um homem da Província". In: VELLINHO, M. *Ensaio Literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2001, p. 9-24.
- 2002a GUAZZELLI, César A. B. "Lenços e Gravatas, Brancos e Colorados: uma aproximação histórico-literária à Revolução Federalista de 1893". In: *Anais do I Simpósio de História Cultural*, Porto Alegre: ANPUH/RS, E-BOOK, 2002.
- 2002b _____. "Matrero, guerreiro e peão campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho". In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais. Brasil - Uruguai - Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.107-125.
- 2001/2002 _____. "O duplo espelho: o humor na literatura do Rio Grande do Sul". In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p.45-70.
- 2004 GUIMARÃES, Lucia Maria P. "IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, no. 48, p. 145-170, 2004.
- 1988 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 1, p. 5-27, 1988.
- 1989 GUTFREIND, Ieda. *A Construção de uma Identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em

História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

- 1995 _____ . “A Historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro.” In: GONZAGA, S. e FICHER, L.A. (Org.) *Nós, os Gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p.148-152.
- 1990 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- 1997 HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997
- 1998 HARTOG, François. “A arte da narrativa histórica”. In: *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 193-202.
- 1990 HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- 1984 HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- 1998 HOHLFELDT, Antonio. Trilogia da campanha: Ivan Pedro de Martins e o Rio Grande invisível. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1998.
- 1979 HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Atual e o Inatual em Leopold Von Ranke”. In: *Introdução a Leopold Von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.
- 2001 KANTOR, Iris; MACIEL, Débora M. & SIMÕES, Julio A. (orgs.) *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação. Depoimentos*. São Paulo: Escuta, 2001.
- 1994 KARASIK, Gabriela A. “Fronteras de Sentido en el Noroeste: Identidades, Poder y Sociedad.” In: KARASIK, G. A. (et alli.) *Cultura e Identidad en el Noroeste Argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994. p. 7-14.
- 2001 LAFERTÉ, Gilles.(et alli). “La Carrière d’un historien local entre entreprise touristique, érudition et patrimoine”. In: BENSA, Alban & FABRE, Daniel. *Une História à Soi. Figurations du passé et localités*. Paris: Ed. Maison des sciences de l’Homme, 2001, p. 119-133.
- 1997 LEAL, Ondina Fachel L. “Do Etnografado ao Etnografável: “o sul” como área Cultural”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, nº 7, p. 201-14, nov. 1997.
- 1992 LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1992.
- 1978 LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o “caso” gaúcho)*. São Paulo: Ática, 1978.
- 1993 LEITE, Luís Osvaldo. “Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: subsídios históricos”. In: COMISSÃO 50 ANOS. (org.). *50 anos Filosofia e Ciências Humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 81-104.
- 1997 LEWGOY, Bernardo & BETTIOL, Eduardo P. “Notas para a História da Antropologia no Rio Grande do Sul”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 239-251, nov. 1997

- 1992 LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-história" in: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, p. 133-161.
- 1975 LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- 1984 MACIEL, Maria Eunice de Souza. *Bailões, é Distó que o Povo Gosta: análise de uma prática cultural de classes populares no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1984. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984.
- 1994 _____. "Considerações sobre Gaúchos e Colonos". *Documentos. Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha*, Santa Cruz do Sul, n. 5, p.31-42, set. 1994.
- 1997 _____. "Primeiros Caminhos, primeiros olhares". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 215-231, nov. 1997.
- 2002 _____. "A atualização do Passado". In: FELIX, L.O. & RECKZIEGEL, A. L. S. *RS: 200 Anos. Definindo Espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002, p.191-206.
- 1996 MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996
- 1999 MAIO, M. C. "O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- 1987 MARTINS, Luciano. "A Gênese de uma *Intelligentsia* - os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940". *RBSC*, São Paulo, nº 4, vol.2, p. 65-87, jun. 1987.
- 2000 MASINA, Léa & APPEL, Myrna B. (org.). *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul. Literatura e Artes Plásticas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- 1991 MERTZ, M.M. & BANDEIRA, P.S. (orgs.) *Guia de Artigos de História Econômica do Rio Grande do Sul*. vs.1 e 2. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1991.
- 1979 MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- 1987 _____. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)", *RBCS*, São Paulo, nº 5, vol. 2, p. 5-26, out.1987.
- 1989 _____. "Por uma Sociologia das Ciências Sociais". In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, v.1, p.5-19.
- 1979 MULLER, Geraldo. "A Economia Política Gaúcha dos anos 30-60". In: *RGS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- 1999 NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro: 1999. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- 1997 NORA, Pierre. "Entre Mémoire et Histoire". In: NORA, P. (org.) *Les Lieux de Mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1997 [1984] v. 1, p. 23-43.
- 1986 _____. "Historiographie". In: NORA, P. (org.) *Les Lieux de Mémoire*. II La Nation, v. I. Paris: Gallimard, 1986, s/p.
- 1997 _____. L'ère de la commémoration. In . *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1997 b. (Les France), [1992] p. 4687-4720.
- 1995 OLÁBARRI, Ignacio. "New New History: a Longue Durée Structure", *History and Theory*, vol. 34, n. 1, p. 1-29, 1995,
- 1973 OLIVEIRA, Francisco de. e REICHSTUL, Philippe. "Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil". *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.4, p. 131-168, 1973.
- 1987 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. "Donald Pierson e a Sociologia no Brasil". *Bib*, Rio de Janeiro, n° 23, p. 35-48, 1° sem. 1987.
- 1984 OLIVEN, Ruben George. "A fabricação do gaúcho". In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez, 1984.
- 1996 OLIVEN, Ruben George. "A Invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul". In: I. B. Leite (org), *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, p. 13-32.
- 1992a OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- 1992b _____. "A Polêmica Identidade Gaúcha". *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, n° 4, 1992.
- 1990 _____. " 'O Maior Movimento de Cultura Popular do Mundo Ocidental': o Tradicionalismo Gaúcho". *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n° 1, 1990.
- 1990 OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande do Sul de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 1990 PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- 1990 PEIRANO, Mariza G.S. "O Pluralismo de Antônio Cândido". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.5, no. 12, p. 41-54, fev. 1990.
- 1990 PESAVENTO, Sandra Jatahy. SILVA, Marcos (Coord.) *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Marco Fero, CNPQ, 1990.
- 1993 _____. "A Invenção da Sociedade Gaúcha". *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (14)2: 383-396, 1993.
- 1995 a _____. "Da Frustração Histórica do Rio Grande". In: GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luís Augusto (Org.). *Nós, os Gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 19-21.
- 1995 b _____. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". *Revista Brasileira de História – Representações*. ANPUH/Contexto, vol. 15, n° 29, 1995, p. 9-27.

- 2001 _____. “Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 223-238.
- 1992 PETERSON, Richard A. “La fabrication de ‘authenticité: la country music’”. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, Paris, n. 93, juin 1992.
- 1993 PICCOLO, Helga I. L. “A Política Rio-grandense no Império”. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 93-118.
- 1995 _____. “Historiografia Gaúcha”. Anos 90. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, p. 43 -60.
- 1986 PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: LP&M, 1986.
- 1989 POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.
- 1986 _____. “La Gestion de l’indicible”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 62/63, p. 30-53, juin 1986.
- 1992 _____. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212
- 1988 PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasileiras’ nas Décadas de 1930, 40 e 50”. *Bib*, Rio de Janeiro, nº 26, p. 56-90, 2º sem. 1988.
- 1996 PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- 1998 POSSAMAI, Zita. *Guardar e Celebrar o Passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias da cidade*. Porto Alegre: 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 1998 POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras, de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.
- 1993 PROCHASSON, Christophe. *Les intellectuels, le socialisme et la guerre*. Paris: Seuil, 1993.
- 1997 PROST, Antoine. “Sociale et Culturelle Indissociablement”. In: RIOUX, Jean-Pierre et SIRINELLI, Jean-François (Org.) *Pour une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil, 1997, pp131-146.
- 1997 QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. “Le Rôle de L’Histoire et de la Littérature dans la Construction des Mythes Fondateurs de la Nationalité Argentine”. In: BOUCHARD, Gerard & LAMONDE, Yvan. *La Nation dans tous ses États*. Paris: Harmattan, 1997. p. 55-74.
- 1976 RÉBERIOUX, Madaleine. “Histoire, historiens et dreyfusisme”. *Revue Historique*, Paris, n. 518, avril-juin 1976, p. 407-433.

- 1997 [1882]. RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une Nation?* Paris: Mille et une nuits, 1997.
- 1998 REVEL, Jacques. "Microanálise e construção social" In: Id. (Org.) *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.
- 1994 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994, v.1.
- 1997 RIOUX, Jean-Pierre. "La Mémoire Collective". In: RIOUX, J.P. et SIRINELLI, J.F. *Pour Une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil, 1997, p. 235-253.
- 1997 ROCHE, Daniel. "Une Déclinaison de Lumières". In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-Françoise (Org.). In : *Pour une Histoire Culturelle*. Paris : Seuil, 1997, p. 21-49.
- 1969 ROCHE, J. (1969) *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- 2002 RODRIGUES, Mara C. *A Institucionalização da Formação em História: o curso de Geografia e História da UPA/URGS (1943-1950)*. Porto Alegre: 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 2003 _____. O papel da universidade no "campo da história": o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, p. 75-101v. 1, n. 2, jul-dez. 2003.
- 1996 ROUSSO, Henry. "A Memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- 1990 SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- 1993 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- 2000 SCHWARTZMAN, Simon (et alli). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 1994 SIRINELLI, Jean-François. *Génération intellectuelle. Khâgneux et Normaliens dans l'entre deux guerres*. Paris: Quadrige/PUF, 1994.
- 1996 _____. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.
- 1997 _____. "Les Élités Culturelles". In: RIOUX, J.P. et SIRINELLI, J.F. *Pour une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil, 1997, p. 275-296
- 2000 SEYFERTH, Giralda. "O Regionalismo da Tradição na Perspectiva Nacionalista: a Identidade Regional Segundo Gilberto Freyre". In: *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 180-193.
- _____ "A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional". *Mana*, Rio de Janeiro, vol 3, n. 1, 5-131, 1997.

- 1996 SIGAL, Silvia. *La Dérive des Intellectuels en Argentine*. Paris: Harmattan, 1996.
- 1998 SORÁ, Gustavo. *Brasilianas. A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. Tese. (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPG Antropologia Social/Museu Nacional, 1998.
- 1997 SOUZA, Célia Ferraz de, e MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- 1996 SOUZA SILVA, Maria Manuela R. De. “Linguagem e Sociedade: uma Abordagem à Obra de Mikhail Bakhtin.” *Phoenix 1996*. UFRJ/IFCS/Laboratório de História Antiga. Ano I, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- 1979 STONE, Lawrence, “‘The Revival of the Narrative’: Reflections on a New Old History”, *Past and Present*, 85, (Nov. 1979): 3-24.
- 1995 SHUMWAY, Nicolás. *La Invención de la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- 1976 TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Petrópolis: Vozes/INL, 1976.
- 1991 THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: PUF, 1991.
- 1992 _____. “L’invention du régionalisme à la Belle Époque.”. *Le Mouvement Social*. Paris: n° 160, julho/set. 1992.
- 1995 _____. “La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 8 n° 15, 1995.
- 1997 _____. *Ils Apprenaient la France. L’exaltation des régions dans le discours patriotique*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1997.
- 1997b _____. “La Construction Scolaire”. *Cahiers de Médiologie*, Paris, no. 3, p. 207-215.
- 1999a _____. *La Creation des Identités Nationales*. Paris: Seuil, 1999.
- 1999b _____. “Impossible Définition De Territoires Homogènes. La lente invention des identités nationales”. In: *Le Monde Diplomatique*, Paris, juin 1999.
- 1996 TELES, Gilberto Mendonça. “O Longiperto Guilhermino. Estudo Crítico”. In: CESAR, Guilhermino. RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Guilhermino Cesar*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 1996, 2ª Ed. (Autores Gaúchos, v. 13)
- 2001 TORRES, Luiz Henrique. “Manoelito de Ornellas e a Formação Histórica Rio-grandense e Missioneira”. *Histórica. Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História PUCRS*. Porto Alegre, no. 5, p.211-218, 2001.

- 1997 _____. *Historiografia Sul-Rio-Grandense: o lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre: Tese (Doutorado em História do Brasil). PPGH/IFCH/Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.
- 1982 TRINDADE, Fernando Casses. “Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS”. *Revista do IFCH – UFRGS*. Porto Alegre, ano X , p.39-53, 1982.
- 1993 VELLOSO, Mônica P. “A Brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, p. 89-112, 1993.
- 1992 VILLAS-BOAS, Gláucia Kruse. *A Vocação das Ciências Sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Universidade de São Paulo.
- 1996 VILHENA, Luís Rodolfo. “Os Intelectuais Regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.32, p. 125-150, out/1996.
- 1997 VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.
- 2002 WEBER, Florence. “A Ciência Social em Guerra: folclore, história e estado na França (1937-1945). In: ÉTOILE, B., NEIBURG, F & SIGAUD, L. (orgs.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002, p. 219-234.
- 1992 WEHLING, A. “Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.147-169, 1992.
- 1995 WHITE, Hayden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.
1994. _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- 1979 ZANFELIZ, Maria Assunta C. *As Relações Sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Porto Alegre, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.
- 1998 ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma Literatura Singular*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

Textos consultados na web:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE MÚSICA. Lista de Acadêmicos. (website: <http://www.abmusica.org.br/acad40.htm#1Fundador>)
- 2003 ALMEIDA, Marlene Medaglia. “O regionalismo literário na concepção de Alcides Maya”. Artigo extraído de ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo – Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994. Disponível na internet

<http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regioamaia.htm>.
Consulta em 08 junho 2003.

- 2003 BAUMGARTEN, Alexandre. “O Regionalismo Literário e a Província de São Pedro”. Disponível na internet: <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiosaopedro.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2003.
- 2002 BERTUSSI, Lisana. “Los Estudios de Literatura Regionalista en Rio Grande do Sul: itinerario de lecturas”, *Grana Virtual*, Buenos Aires, no. 36, p. 40-43, nov. 2002. Disponível na internet: <http://www.salvador.edu.ar/gramma/36/40-43.pdf>, consulta em 30 de janeiro de 2003.
- 2004 CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Cinco décadas de reuniões e a consolidação do campo antropológico”. Conferência proferida em comemoração aos 50 Anos da Associação Brasileira de Antropologia. Disponível na web: <http://www.abant.org.br/informacoes/documentos/documentos.shtml>. Acesso em 15 julho 2004. Também publicado em *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 2003, n.1, p. 09-25, 2004.
- Dicionário de Folcloristas Brasileiros*. web: www.soutomaior.eti.br/mario/dicf.htm
- 1998 FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. Disponível na internet: <http://cpdoc.fgv.br/revista/arq/214.pdf>. Consultado em julho de 2002
- 2004 FISCHER, Luís Augusto. “Augusto Meyer, um ensaísta da Comarca do Pampa.” (Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, como parte do ciclo de Conferências comemorativo ao centenário de nascimento do acadêmico, 2002). Disponível na internet: <http://academia.insite.com.br/2002/pales40.htm>. Consultado em agosto de 2004.
- 2004 GARCIA Jr., Afrânio & RIVRON, Vassili. “Education e Culture”. CRBC/EHESS, Paris, s/d. Disponível na Web: <http://www.ehess.fr/centres/crbc/cbc-stat/education.htm>. Acesso em 05 de março de 2004.
- 1992 MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas” - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 22f. www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/htm/tp_download.htm
1998. SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista: Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. Fev. 1998, vol.13, no.36 [citado 01 Maio 2000] Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0102-6909.
- VILLAS-BOAS, Gláucia K. “Tempos de Formação. Currículos e Evasão em Ciências Sociais na UFRJ - 1939/1988”. PPG EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA/ IFCS/UFRJ. *Estudos. Revista virtual*, Rio de Janeiro, no.

1, 1994 Disponível na web:
http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/programa_publicacoesanteriores.html. Acesso
em 05 de julho de 2003.

Sinopse da montagem

A abordagem centrada na circulação de “folcloristas” entre lugares, círculos intelectuais e redes de sociabilidade que estruturaram o debate identitário e disciplinar do Folclore no Rio Grande do Sul acarretou um movimento de abertura e de fechamento do corpus documental da investigação. Abertura, porque o discernimento dos itinerários individuais dentro de cada círculo (*milieux*) – procedimento central na metodologia aqui aplicada – exige a diversificação dos ângulos de observação dos discursos e acontecimentos que preenchem a carreira dos atores. Fechamento, porque foi necessário centrar o levantamento de fontes na CEF e no ITF, e abrir mão da incursão a documentações mais dispendiosas, relativas a outras instâncias em jogo na discussão dos parâmetros de caracterização da *regionalidade* (como o IHGRS, o 35 CTG e as Universidades), que ainda não foram sistematicamente exploradas.⁵²⁴ Afora isso, há a restrição intrínseca à estruturação literária da tese, já que na hora da escrita é que se define, no limite, o que cabe incorporar e o precisa ser sacrificado no texto.

De todo modo, o recorte documental – que ultrapassa à larga a produção oficial da CEF e da CNFL – resulta do equilíbrio instável entre as ambições e as condições da pesquisa. Entre as primeiras, está a abordagem de sobrevôo – ângulo que permite a “fotografia dos grupos”, segundo o método “prosopográfico” enunciado por Sirinelli (1994:11) – e a intenção de ver o que une sujeitos em muitos aspectos discordantes em torno de um mesmo tema, o Folclore. Entre as segundas, está a necessária adequação do método às situações apresentadas pela empiria. De um lado, conta o fato de que somente fontes mais “finas” – como as correspondências pessoais⁵²⁵, as memórias (de Vellinho, de Laytano e de Erico

⁵²⁴ Poder-se-ia argumentar que a assertiva não vale para o IHGRS, cuja revista tem figurado como a principal fonte de reflexão de autores e obras ocupados da historiografia sul-rio-grandense. Mas o fato é que a documentação “interna” produzida pela instituição – como a correspondência e as atas de reuniões ordinárias, por exemplo – permanece intocada.

⁵²⁵ Refiro-me precisamente à correspondência de Dante de Laytano, que se encontra misturada no arquivo do MJC com a correspondência oficial do museu e da CEF. Os documentos, encadernados em ordem cronológica, encontram-se na biblioteca do museu, com classificação anual, segundo o código AP - nº . As referências aqui utilizadas identificam o número do ofício, a data, o destinatário e o volume ou caixa. Do segundo volume de 1956 em diante, o número de documentos se reduz drasticamente porque, até 1994, eles permaneceram avulsos, misturados com outros no passivo do setor administrativo. Depois de uma busca realizada pelos funcionários, as cartas,

Verissimo, de Álvaro Moreyra, entre outras) ou certos necrológios (como os de Moysés Vellinho para Othelo Rosa e João Pinto da Silva; como os de Antônio Augusto Fagundes para Othelo Rosa, Carlos Galvão Krebs e Glaucus Saraiva) – permitem aceder aos “microclimas” referidos por Sirinelli, quando fala das características próprias ao que, no léxico da época, era designado como “rodas” intelectuais. De outra parte, as fontes de processamento mais rápido, como as listas bibliográficas, as reportagens de jornal e os regulamentos, embora se encontrem vinculadas mais propriamente às aparições oficiais das legendas aqui abarcadas, servem muitas vezes para complementar informações parciais da documentação do primeiro tipo, que são mais facilmente encontráveis apreciações de ordem pessoal e afetiva.

Nos dois casos, faz-se necessário o enfeixamento de dados esparsos, extraídos de um conjunto ampliado de textos, que é subdividido e classificado em categorias significativas para a análise e as hipóteses de referência. No conjunto procurava-se identificar, além dos esquemas de pensamento que orientavam a percepção dos atores sobre o território e sobre o próprio ofício intelectual, os vínculos de origem, de idade e de formação entre os egos, e de cada ego com outros intelectuais. Em termos mais mundanos, isto envolvia saber quem foi professor de quem, quem eram os amigos de juventude, quais os que mantiveram laços na idade adulta, quais os que romperam aqueles laços, quais as inimizades, os favores prestados, onde trabalharam, a convite de quem, onde publicavam, etc. Tal percurso de detalhamento, evidentemente, é demorado e por vezes frustrante. Demorado porque muitas vezes o código em que os autores referem os termos de suas relações com outros é cifrado (*noblesse oblige*), o que exige um cruzamento permanente de uma série de indícios anotados aqui e ali.⁵²⁶ Frustrante, por duas

relatórios e ofícios referentes aos anos 1957 a 1960 foram reunidos em caixas, encontrando-se atualmente no mesmo lugar dos anteriores, e com a mesma ordem (cronológica). Esse material não teve ainda um tratamento arquivístico. Inexistem, portanto, índices por assunto, destinatário, ou outra classificação que não o ano. Como também não há um setor de documentação no museu, a expressão utilizada nas referências a essas fontes “AMJC” (Arquivo do Museu Julio de Castilhos) quer dizer apenas que o material em questão encontra-se ali depositado.

⁵²⁶ É o caso, por exemplo, de Dante de Laytano, quando se reporta, em suas memórias, à presença de “mineiros paus” na universidade federal, exatamente no trecho em que relata sua admiração por Roquette Pinto e a tentativa frustrada de publicar os diários da expedição do antropólogo pelo litoral gaúcho, via UFRGS. Foi preciso deixar algum tempo “de molho” aquela observação passageira, para só mais tarde, ao ver nas listas de presidentes de Comissão de Publicações, publicada pela universidade por ocasião de seu 25º aniversário, entender que se tratava exatamente de Guilhermino César, Presidente da referida comissão entre 1956 e 1958, período em que

razões ao menos. Primeiro, porque nem todas as curiosidades da pesquisa são satisfeitas pela documentação, assim como nem sempre a documentação ideal encontra-se disponível para consulta⁵²⁷. Segundo, porque embora tenha um peso decisivo, tanto na montagem narrativa quanto na formulação e verificação das hipóteses, esse trabalho complexo de reunião de pistas – ou seja, aquilo que se poderia chamar de “cozinha” da explanação – jaz invisível nas entrelinhas do produto final.

Voltando à adequação do corpus documental às condições e aos objetivos da pesquisa, outros aspectos determinantes para a escolha das fontes foram as características do campo intelectual da época, a variedade de canais de difusão, não só dos estudos de folclore, mas da produção historiográfica com um todo, e a fragilidade institucional da CEF. Desafortunadamente, a mesma precariedade que levou o Secretário a espalhar o rastro de sua existência por vários lugares, impediu que os vestígios de sua trajetória fossem tão bem guardados como os de instituições oficiais ou mais conhecidas, como o MJC e o IHGRS. Fora dos arquivos da CNFL guardados no Rio de Janeiro, é difícil encontrar os boletins e cadernos publicados pela comissão local, mesmo nas instituições cujos diretores estiveram ligados ao movimento folclórico (casos de Reynaldo Moura, na Biblioteca Pública, de Walter Spalding, no Arquivo Municipal e do próprio Laytano, no MJC). Por sua vez o ITF, que além de ter tido uma atividade de pesquisa intensa, era uma instituição pública, tampouco teve no estatuto administrativo uma garantia de sobrevivência dos registros. Sua única caixa de correspondência guardada ao longo de uma trajetória interrompida e retomada quase dez anos mais tarde, mostra o quanto as instâncias guardiãs da memória e da “tradição” encontram-se também sujeitas aos efeitos amnésicos trazidos pelas flutuações na gestão pública cultural. Na maior parte dos casos, o que permitiu aceder aos textos publicados por folcloristas no estado foi a prática comum, entre os autores de então, de publicar os mesmos artigos em vários veículos de divulgação.

Independentemente da procura por atalhos aos óbices de natureza prática,

acumulava a presidência do IHGRS, onde Laytano integrava uma ala dissidente.

⁵²⁷ Exemplo disso é a correspondência trocada entre a Divisão de Cultura e as chefias de órgãos culturais da administração estadual, que se encontra depositada no Arquivo Histórico do estado, mas indisponível para consulta por falta de classificação.

como se disse, o alargamento do corpus documental se impôs também em vista do particular regime de produção que antecede a atual padronização das competências acadêmicas. Em um contexto em que as universidades mal engatinhavam neste sentido, a pesquisa era marcada pelo contraste entre a concentração de pesquisadores e a larga dispersão da publicação dos resultados. Esse quadro, somado ao tipo de abordagem pretendida, sugeriu a necessidade de incorporar periódicos que, em princípio, costumam ser classificados como “literários”. É o caso da *Província de São Pedro* – revista de grande prestígio e que, exatamente por isso, foi o canal em que os folcloristas “nacionais”, como Renato Almeida, Cecília Meirelles, Roger Bastide, Manoel Diégues Jr entre outros, divulgavam seus textos no Rio Grande do Sul.

Não bastasse o exposto, a incorporação da revista poderia ser justificada por dotar-se de uma série de especificidades em relação às outras que circulavam na capital na mesma época: além de ser a de maior tiragem e mais ampla circulação, ela mesma se constituía em uma empresa de requalificação do *regionalismo*. Por conta da intenção expressa de noticiar um conjunto representativo da produção local às outras regiões, a *Província de São Pedro* também apresenta uma maior diversidade de posições e autores, tanto rio-grandenses como “nacionais”, se comparada com as publicações do IHGRS, da CEF e do MJC. Sem estar atrelada a uma instituição cultural em particular, mas integrada a um plano editorial patrocinado pela Editora Globo – comandado por um grupo de autores que, por sinal, formam um círculo particularmente próximo de Moysés Velinho (Otelo Rosa, Carlos Reverbel e Guilhermino César entre eles) – a *Província* passou por cima de todas as dissensões. Publicou trabalhos de estudiosos como Walter Spalding, Manoelito de Ornellas, os integrantes mais ativos da CEF (Ênio Freitas e Castro e Dante de Laytano), além de aspirantes a folcloristas chegados do *tradicionalismo*, como Paixão Cortes, Barbosa Lessa, Hugo Ramirez e Carlos Galvão Krebs.

Afora isso, a publicação tinha uma seção documental, chamada “Arquivo”, em que eram veiculadas as cartas abertas produzidas em congressos de folclore, os pareceres históricos fornecidos ao governo pelo IHGRS, e relatórios anuais das principais atividades culturais desenvolvidas em Porto Alegre. Havia também as

seções de crítica regional e nacional – “Livros e Idéias” e “Recortes” de jornais do Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Recife – e a coluna “Letras Estrangeiras”, a cargo de Otto Maria Carpeaux. Entre os números 2 e 13, saíram, ao final de cada volume, as “notas biobibliográficas”, com a apresentação e currículo dos autores de cada número. Todas essas fontes se revelaram úteis para avaliação da posição dos egos nas “rodas”, lugares de consagração e escalas de autoridade intelectual.

Os demais textos de periódicos foram retirados dos Boletins da Comissão Gaúcha que puderam ser localizados⁵²⁸, muitos também reproduzidos pela Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico – esta previamente fichada, na sua totalidade, por ocasião da dissertação de mestrado.

Outra massa documental teve de ser esmiuçada para dar conta do ramo *tradicionalista*. Como o Instituto de Tradição e Folclore não dispunha de publicação regular – tinha nos jornais, rádios e revistas seus principais canais de veiculação – além dos jornais, dos artigos publicados na *Província de São Pedro*, de regimentos de CTGs e dos anais de congressos tradicionalistas e de Folclore que puderam ser encontrados, foram utilizadas publicações esparsas, patrocinadas pelo órgão, e os documentos depositados no arquivo morto. A presença contumaz do *tradicionalismo* na mídia sugeriu que a prospecção das redes entre envolvidos com os CTGs fosse trilhada pela imprensa, já que a correspondência do ITF perdeu-se na quase totalidade, e que estes especialistas “menores” editaram menos livros. Daí a quantidade de matéria jornalística que teve de ser manipulada, o que foi facilitado pela guarda de recortes na Hemeroteca do ITF, e pelo acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral, disponível na web.⁵²⁹ Finalmente, cabe ressaltar ainda que a escolha das fontes bibliográficas adotou como critério os títulos e autores citados pelos fundadores do *tradicionalismo* e nos programas de formação

⁵²⁸ Segundo informações da atual presidente da CEF, Rose Garcia, professora do departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, a documentação restante da Comissão, como atas e correspondências posteriores à saída de Laytano da direção do MJC, foi enviada pelo antigo presidente aos arquivos da CDFB, no Rio de Janeiro. Algumas publicações da Comissão (números 03 a 19 dos 31 exemplares publicados) encontra-se disponível na Biblioteca Irmão José Otão, da PUCRS. Nos anexos, pode ser conferido o quadro com a totalidade de títulos, autores, e as demais revistas em que os mesmos artigos foram publicados.

⁵²⁹ Em razão da grande quantidade de artigos referentes ao mesmo ano, decidiu-se não adotar a notação americana, usada nas referências à bibliografia, para as citações de periódicos e documentos de arquivo. Essa saída pouco ortodoxa visou facilitar a identificação do documento pelo leitor, que do contrário teria de passar boa parte do tempo de leitura procurando a referência correta nas páginas finais do trabalho.

de folcloristas da ESF/ ITF, além de obras de referência para os autores da Comissão Estadual.

Para concluir, uma palavra sobre uma documentação que não chegou a ser sistematicamente citada no trabalho, mas que foi de suma importância, guardada nos arquivos da UNESCO. Vale ressaltar de antemão que, diferentemente do levantamento documental feito no Brasil, que contou com a direção da orientadora Cléria Botelho da Costa, a pesquisa dessas fontes primárias na França foi realizada com a supervisão de Anne-Marie Thiesse, diretora de estudos no estágio Sandúiche que tive a oportunidade de fazer na École de Hautes Études em Sciences Sociales, entre dezembro de 2002 e junho de 2003. Durante a exposição detalhada dos objetivos, da metodologia adotada e das conclusões contempladas pelos tópicos da tese, ficou patente para a orientadora a consonância entre os casos francês e sul-rio-grandense quanto a certos aspectos do processo de atualização identitária proposto por intelectuais do folclore nesses dois países.⁵³⁰

Somando-se essas evidências à própria vinculação formal do movimento brasileiro a um organismo internacional – a Unesco –, levantou-se a hipótese de que tais consonâncias, longe de serem coincidências, representavam indícios de uma vinculação prática entre os atores atuantes nos dois processos, vinculação esta sustentada por uma rede internacional de folcloristas em assíduo contato. Foi-me então recomendado, em primeiro lugar, estudar a história dos estudos folclóricos na Europa, pela consulta a obras entre as citadas na bibliografia, e fontes primárias, mais especificamente os anais de congressos da Federação Regionalista Francesa, congressos de Museus, de Folclore, entre outros, disponíveis na Biblioteca *Charle Brun* do *Musée des Arts et Traditions Populaires*, por onde começou a pesquisa. Além de observar o estado das discussões internacionais sobre o tema e detectar a presença de gaúchos nos

⁵³⁰Primeiro, a caracterização dos autores envolvidos como *polígrafos* iniciados na Literatura e na História; segundo, a estreita relação entre a reivindicação da institucionalização do folclore e a militância regionalista; terceiro, a resistência à especialização das pesquisas sobre a cultura popular, manifestada em face da exclusão daquele domínio da esfera acadêmica – sobretudo a partir do pós-guerra, com a consolidação da antropologia cultural, e, finalmente, um certo paralelismo existente entre as grandes questões levantadas pelos folcloristas brasileiros e franceses nos anos 50. Por exemplo, a necessidade de renovação dos quadros do folclorismo pela incorporação e formação de jovens pesquisadores, a inserção do folclore em políticas de prevenção aos efeitos de “desagregação social” supostamente resultantes dos processos de modernização econômica e a dificuldade de formalização conceitual do objeto.

congressos europeus de Folclore – o que não foi confirmado –, o levantamento feito paralelamente no fichário temático da biblioteca (precisamente a rubrica “Folclore-Brasil”) objetivou mapear os nomes brasileiros mais traduzidos por editoras francesas, o que foi feito somando-se esta consulta a outras, posteriores, na BNF.

Dados importantes para a compreensão dos aspectos trabalhados no capítulo terceiro foram retirados do fundo documental da Unesco. Através dele foi possível mapear com maior precisão a segmentaridade das trocas estabelecidas entre os folcloristas dos estados com a coordenação central do movimento, e destes com a comunidade internacional de pesquisadores. Detectaram-se então os termos em que se travava a relação dos folcloristas do centro do Brasil com a comunidade internacional, mormente europeus, tendo por mediadores na Europa os delegados permanentes do país na Unesco e funcionários brasileiros da instituição em cargos de coordenação, como Paulo E. de Barredo Carneiro e Luis Heitor Correa de Azevedo. Além disso, os relatórios, minutas, correspondências e memorandos depositados no arquivo permitiram identificar não só a frágil estrutura institucional de que dispunha o Folclore em nível internacional, mas também a própria organização interna da agência, e precisamente os setores pelos quais se distribuía a pesquisa e publicação nesse domínio.

O exame desses e outros documentos (relatórios de pesquisa sociológica, relatórios enviados pelos representantes da Unesco aos congressos de folclore, e *papers* apresentados por técnicos do órgão nos congressos brasileiros), poderia ter-se estendido por capítulos inteiros, mas isso desviaria demais o eixo da análise. Mesmo que na tese o conjunto desta documentação não tenha sido arrolado na totalidade, opto por enumerá-la agora, junto com as demais fontes, na intenção de oferecer informações sobre sua localização e teor a outros interessados.

Arquivos pesquisados:

Museu Julio de Castilhos

- Correspondência Expedida e Recebida 1952-1958

Fundação Instituto de Tradição e Folclore

- Arquivo Morto

- Hemeroteca
- Biblioteca

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

- Seção de jornais

Biblioteca Pública do RS

- Seção Rio Grande do Sul

Acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral

- Recortes Temáticos

Acervo digital Letras/PUCRS

- Revista Província de São Pedro
- Revista do Globo

Arquivo Unesco

Serie: "Brazil" – subséries:

- Meeting 1954, Folklore – 398 A06(81)"54".
- University TA – Reports – 178.4(8)TA/A187
- BOX REG 149 - Cultural Assimilation – Immigration – Report Arca Parro – 325.1:008(81) A 187 Arca Parro
- Fellowships 1946/1956.
- EDUCATION – Museums – Meeting 1952 – USA
- University TA – Reports – 178.4(8)TA/A187 –

Fontes bibliográficas

- 1957 ALMEIDA, Renato. *Inteligência do Folclore*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- 1971 ALMEIDA, Renato. *Vivência e Projeção do Folclore*. Rio de Janeiro: Agir, 1971.
- [1882] ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-grandense*. Porto Alegre: Erus, 1979 [1882].
- 1999 BAKOS, Margaret & PIRES, Leticia. (orgs) *Escritores que Dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- 1980 BERNARDI, Mansuetto. *Obras Completas: o primeiro caudilho rio-grandense; fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- 1961 CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO/MEC *Defesa do Folclore*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.
- 1954 CARNEIRO, Édison. *O Folclore Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Souza, 1954.
- 1955 CARNEIRO, Édison. *Pesquisa de Folclore*. IBECC/CNFL, 1955.
- 1957 CARNEIRO, Édison. *A sabedoria popular*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- 1963 CARNEIRO, Édison. *Folklore in Brazil*. Rio de Janeiro: CNDF, 1963.
- 1956 CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul: 1737-1902*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.
- 1994 [1973]. CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande*. Porto Alegre: IEL, Ed. da Universidade/UFRGS, 1994 [1973].
- 1995 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995 [1902].
- 1979 DEL CAMPO, Estanislao. “Fausto” In: ASCASUBI, Hilario y DEL CAMPO, Estanislao. *Santos Veja, Selección. Fausto*. Buenos Aires: Centro Editorial de América Latina, 1979, p. 57-92
- 1992 DINIZ DA SILVA, Pery Pinto, SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 – 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- 1989 FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 1967 FERREIRA, Athos Damasceno. “Moleque”. In: Id., *Persianas Verdes. Contos e Manchas*. Porto Alegre: Globo, 1967, pp.9-105.
- 1969 [1964] FREITAS E CASTRO, Ênio. “A Música”. In: Id. et alli, *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre, 1969, pp. 207-228.

- 1946 FREYRE, Gilberto. "Prefácio". In: LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo* (Publicação Comemorativa do 1º Centenário da Elevação à Cidade). Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.
- 1967 FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais/MEC, 1967.
- 1943 _____. *Continente e Ilha*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.
- 1992 FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 28. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- 1952 HERSKOVITS, Melville. *El Hombre y sus Obras*. Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1952.
- 1967 HESSEL, Lothar F. & MOREIRA, Earle D. (orgs.) *Faculdade de Filosofia. 25 anos de Atividade*. UFRGS, 1967.
- 1979 [1912] JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1979.
- 1979 [1903] JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1979.
- 1979 LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1979.
- 1981 _____. *O Linguajar do Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- 1983a _____. "Depoimento. Painel Novas Perspectivas Educacionais." In: *Anais do Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 597-599.
- 1983b _____. "Depoimento. Painel Escritores e Jornalistas." In: *Anais do Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 614-618.
- 1983c _____. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- 1987 _____. *Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.
- 1952 LIMA, Rossini Tavares de. *ABC de Folclore*. São Paulo: Conservatório Dramático e Musical/Secretaria de Educação e Cultura Prefeitura de São Paulo, 1952.
- 1976 [1928] MACHADO, Antônio C. "Carniça". *Revista de Antropofagia*. São Paulo: [s.n.], ano I – II, 1928 – 1929. (Fac-símile; São Paulo: Metal Leve, 1976), s/p.
- 1976 MARIANTE, Hélio Moro. História do Tradicionalismo Rio-grandense. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore [1976] 27p, p.4. Separata de *CADERNOS Gaúchos*: nº1: Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1976.
- 1979 [1900] MAYA, Alcides. "O Rio Grande Mental" [1900]. In: CHAVES, Celso Loureiro. *O Ensaio Literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Brasília: INL, 1979, pp. 20-29.

- 2002 [1960] MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos (1941-1959)*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2002.
- 1964 MORAES, Carlos Dante de. (et alli). *Vocabulário Sul-Rio-grandense*. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1964.
- 1959 MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e Ciclos da História Rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1959. (Coleção Província).
- 2000 MORAES, Marcos A. [org.] *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira* São Paulo: Edusp, 2000.
- 1980 MOROSOLI, J. José. “Un Gaucho”. In: DA ROSA, Juan José (Sección y Estudios). *Cuentos Criollos del Uruguay. Antología*. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 1980 [1958], p. 115-119.
- 1999 [1912] LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- 1960 OLIVEIRA, Franklin. *Rio Grande do Sul: novo nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- 1966 [1949] ORNELLAS, Manoelito de. “Alcides Maya de Retorno à Querência”. In: Id. *Máscaras e Murais de Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966, pp.51-54.
- 1966 [1947] ORNELLAS, Manoelito. “À Maneira do Velho Braum”. In: Id. *Máscaras e Murais de Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966, pp.137-138.
- 1966 [1954] ORNELLAS, Manoelito. “O Rio Grande Tradicionalista e Brasileiro”. (Discurso de abertura ao Primeiro Congresso Tradicionalista, realizado em Santa Maria, em 1954). In: Id. *Máscaras e Murais de Minha Terra*. Porto Alegre: Globo, 1966, pp.80-90.
- 1956 [1948] ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- S/d [1968] SARAIVA, Glaucus Fonseca. *Manual do Tradicionalista. Orientação Geral para tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas*. Porto Alegre: Sulina, s/d.
- 1924 SILVA, João Pinto da. *História Literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pelotas: Santa Maria: Liv. do Globo, 1924.
- 1953 SOUZA, J.P. Coelho de. *Conflito entre Culturas*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.
- 1969 SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 3vs.1969.
- 1964 VELLINHO, Moisés. *Capitania d'El Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964. (Coleção Província).
- 2001 VELLINHO, Moisés. *Ensaio Literários*. (Org. Carlos Alexandre Baumgarten.) Porto Alegre: IEL/CORAG, 2001.
- 1969 [1964] VERISSIMO, Erico. “Um Romancista Apresenta sua Terra”. In: Id. et alli. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 3-14 .

Memórias

- BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.
- CÔRTEZ, J.C. Paixão. *Origem da Semana Farroupilha. Primórdios do Movimento Tradicionalista*. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 1994.
- CÔRTEZ, J.C. Paixão & LESSA, L.C. Barbosa. *Danças e Andanças da Tradição Gaúcha*. Porto Alegre: Garatuja, 1975.
- FERREIRA, Cyro Dutra. 35 CTG. O pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- LAYTANO, Dante de. *Mar Absoluto das Memórias*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- MEYER, Augusto. *Segredos da Infância. No Tempo da Flor*. Porto Alegre: IEL, Ed. da Universidade/UFRGS, 1996 [3a e 2a. ed.].
- MOREYRA, Álvaro. *As Amargas, não... Lembranças*. Porto Alegre: IEL, 1989.
- TOSTES, Theodomiro. *Nosso Bairro*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.
- VELLINHO, Moisés. *Aparas do Tempo*. Porto Alegre: Erus, 1980.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de Clarineta. Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1994, 2vs.
- VERISSIMO, Erico. *Um Certo Henrique Bertaso*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1973.

Anais

- CNFL COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. *Anais*. Rio de Janeiro: IBECC/Ministério das Relações Exteriores. 1951. 3v.
- CNFL COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE DO IBECC, III Semana Nacional de Folclore, Rio de Janeiro, s/d.
- CLUBE FARROUPILHA DE IJUÍ. *Anais do III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Michaelsen & Cia, 1956.
- CTG MATE AMARGO RIO GRANTE. *Anais do 2º. Congresso Tradicionalista*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.
- “Discurso do Dr. Manoel Duarte”. In: IHGRS, *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940, v. 1 p. CCCXXV.
- FREYRE, Gilberto. “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”. In: IHGRS, *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940. pp. XIII-XX
- RODRIGUES, Félix Contreras. “Formação Social e Psicológica do Gaúcho Brasileiro”. In: INSTITUTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha*. v. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1936, pp. 317-373

Periódicos

Jornais

- “Aconteceu no IV Congresso. *A Hora*. Porto Alegre, 31 out. 1957. (Coluna “Regionalismo e Tradição”). Hemeroteca ITF, pasta 34.3.
- ALMEIDA, Renato. “Semana Folclórica”. *Correio da Manhã*, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F- 0104.
- “Bem-vindo em Santo Ângelo o Movimento Tradicionalista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 abr. 1956. BAM TEMÁTICO Pasta 43, F - 1638
- BOLIVAR, O.M. “Tradição”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 set. 1955, p. 12. Hemeroteca ITF, pasta 31.
- BROCKSTEDT, Fernando Augusto. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 ago. 1953. BAM TEMÁTICO, PASTA 43 F- 1688
- CARRAZZONI, Adão. “Nos domínios do Folclore. A mulata no folclore sul-riograndense.” *Folha de Minas Literária*. Belo Horizonte, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 43 F – 1425.
- _____. “O Futebol no Folclore Brasileiro”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 15 mar. 1949. BAM TEMÁTICO, PASTA 53 F- 0572 e 0573.
- “Centro de Tradições ‘Ponche Verde’ no coração geográfico do Rio Grande”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 set. 1955. Hemeroteca ITF, pasta 34.3.
- “Comissão Estadual de Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 dez. 1950. BAM. Recortes Temáticos – PASTA 25 - Comissões Estaduais de Folclore – Comissão Rio-grandense de Folclore – F 1263.
- “Comissão Estadual de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 março 1949. BAM TEMÁTICO – Pasta 25. F- 1259 e 1260.
- “Comissão Nacional de Folclore. Instalação de uma Sub-comissão do Órgão Brasileiro da ‘Unesco’”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 21 abril 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 25 F- 1252.
- “Comissão Nacional de Folclore do IBECC. Constitue-se a Sub-comissão do Rio Grande do Sul”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 abril 1948. BAM TEMÁTICO. Pasta 25 F - 1254.
- “Comissão Nacional de Folclore”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 27 abril 1948. BAM. TEMÁTICO PASTA 25. F - 1255
- “Continua aumentar, nas festas juninas, a confusão entre ‘Caipira’ e ‘Gaúcho’!”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 29 jul. 1963, “Regionalismo, tradição, folclore”. BAM TEMÁTICO. Pasta 39 – F 1613.
- “Curso de Danças Gaúchas para Professoras pelo Instituto de Tradições e Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 mai 1955. Hemeroteca ITF, pasta 08.
- “Dia 2, em Santa Maria, o Primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 37 jun. 1954. BAM PASTA 28 F – 0192

- “Êxito invulgar no II Congresso Tradicionalista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 ago. 1956. BAM TEMÁTICO, Pasta 28, s/no. de registro.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. (Sem título). *A Hora*, Porto Alegre, 26 jan 1955, p. 10 (Coluna “Tradição”).
- FAGUNDES, A. A. “Tradição e Alfazemas: Eis o IV Congresso Tradicionalista”. *A Hora*. Porto Alegre: 23 out. 1957. Hemeroteca ITF, Pasta 34.3.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Eles, os Mestres”. *A Hora*. Porto Alegre: 09 out. 1957. Hemeroteca ITF, pasta 08.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Os Reis Magos do Gauchismo” *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 mai 1984, p. 82.
- “Falhas na organização da semana do folclore”. *Folha Carioca*, 23 ago. 1948. BAM TEMÁTICO PASTA 23, F- 0111.
- GALLI, D. & BROCKSTEDT, F. “Ser Tradicionalista”. In: *Semanário Hoje*, Rio Grande, 5 jul. 1957. Hemeroteca ITF, pasta 31.
- GALVÃO, Hélio. “Nota da Semana. Atividades da C.N.F.”. *A Ordem*, 18 ago. 1948, p. 5. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F - 0105
- “Inaugurada Ontem, Com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23 ago 1950, p. 5.
- “INSTITUTO DE TRADIÇÕES E FOLCLORE” *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 ago. 1955, p. 9.
- “Instituto de Tradições e Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 fev. 1959, supl. “Tradição”. BAM TEMÁTICO, Pasta 51 F – 0217.
- JONES, Theomar. “A Sociologia não Existe como Ciência”. *Jornal do Comércio*, Guanabara, 24 maio 1964, sp. BAM TEMÁTICO PASTA 11. F 0319.
- KREBS, Carlos Galvão. “Excessos do Tradicionalismo”. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 nov 1956. Hemeroteca ITF, pasta 33.
- KREBS, Carlos Galvão. “O Intervencionismo no campo do folclore”. *Correio do Povo*, 22 setembro 1956, p. 9-10.
- KREBS, C.G. “Vaqueiros e Gaúchos. Identidade Essencial”. *A Hora*, Porto Alegre, 19 abril 1958. Hemeroteca ITF, Pasta .07
- KREBS, Carlos Galvão. “O Erro de Euclides. Gaúchos e vaqueiros frente a frente – O que há de verdade na famosa comparação de Euclides da Cunha”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 27 mar. 1960. Hemeroteca ITF, Pasta .07
- KREBS, Carlos Galvão. “Tradicionalismo e Folclore”. *A Época*. Vacaria: jan. 1968, p. 8. HEMEROTECA ITF, Pasta 31.
- FERREIRA, Cyro. “Resultado das Eleições no ‘35’ CTG”. *A Hora*, Porto Alegre, 1955. Hemeroteca ITF, pasta 33.
- FERREIRA, Cyro. [Sem título]. *A Hora*, Porto Alegre, 31 ago. 1955, p. 10. (Coluna “Piquete do ‘35’”). Hemeroteca ITF, pasta 33.
- LAYTANO, Dante. “Scenas de uma vida de jornal”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1º out. 1936, p. 5.

- LAYTANO, Dante de. “Corridas de Boi no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 ago 1950, p. 7.
- LAYTANO, Dante de. “Renato Almeida e o Folclore Brasileiro”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 18 jan. 1957, p. 5.
- LAYTANO, Dante de. “Inteligência do Folclore”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 13 mar 1981, p. 04.
- “Luta pela Manutenção das Tradições Brasileiras. Declarações do dr. Dante de Laytano que regressa da capital Federal onde participou da reunião da Comissão Nacional de Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27 dez. 1953. BAM/TEMÁTICO, Pasta 25 – F0916.
- “Mais Um”. *A Hora*. Porto Alegre, 4 mai. 1955. Hemeroteca ITF, pasta 33.
- NEQUETE, Edison. “Um pouco a respeito de Krebs”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jul 1964. BAM/TEMÁTICO – Pasta 45. F- 0296 a 0298.
- “No Rio Grande do Sul: Importante movimento de valorização dos motivos tradicionais gaúchos. Em Porto Alegre e nas demais cidades gaúchas os centros tradicionalistas promovem festas populares – desfiles gauchescos – influência do movimento nas artes, na publicidade e na política”. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 mar 1957. BAM TEMÁTICO PASTA 43 F- 1444.
- “O Governo Vetou o seu Auxílio ao Quinto Congresso Tradicionalista” *A Hora*. Porto Alegre, 08 nov. 1958. Hemeroteca ITF, pasta 34.3.
- “O Rio Grande do Sul no III Festival de Folclore do Natal”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 16 dez. 1958. Hemeroteca ITF, pasta .08.
- RAMIREZ, Hugo. “Por um Congresso Tradicionalista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 dez. 1953. – BAM TEMÁTICO PASTA 43 F- 1715.
- “Resposta de Glaucus Saraiva”. In: *A Hora*. Porto Alegre, 16 mar 1955. (“Regionalismo e Tradição”). Hemeroteca ITF, pasta F (BIO)-S
- “Reunir-se-á, hoje, a Comissão de Folclore”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 2 ago. 1949. BAM TEMÁTICO PASTA 25. F – 1261.
- “Reúne-se hoje a Comissão Estadual de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 dez 1949. BAM TEMÁTICO PASTA 25 F – 1262.
- SCALANTE, Sady. “Prenda dos Pagos e Solene Instalação, dia 7, do ‘Porteira do Rio Grande’. Uma festança macanuda de ponta a ponta – Expressiva homenagem à página ‘tradição’ do Diário De Notícias”. In: *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 21 ago 1955. Hemeroteca ITF, pasta 31.
- SCALANTE, Sady & LESSA, Luis Carlos B. “O tradicionalismo à luz da sociologia”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 jan 1954. “Tradição”. BAM, TEMÁTICO, PASTA 28 – Congressos de Tradicionalismo – F – 0190.
- SANTOS, Paulino Alves dos e RIBEIRO, Claudio Breno. “Circular para os Centros”. *A Hora*, Porto Alegre, 31 ago. 1955, p. 10.
- SPALDING, Walter. “Tradição e Folclore”. *A Hora*, Porto Alegre, 31 ago 1955, p. 10.

VELLINHO, Moysés. “Breve Notícia sobre uma Grande Obra”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 jul. 1959, p. 11.

VIDAL, Francisco Dias da Costa. “2º Congresso Tradicionalista.” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20 maio 1956, “Tradição”. BAM/TEMÁTICO. Pasta 28. F – 0204.

Matérias relativas a Semanas e Congressos de Folclore:

“III SEMANA NACIONAL DE FOLCLORE” *Correio do Povo*, 25 ago 1950, p. 6.

“IV Congresso Brasileiro de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 julho 1959. BAM/TEMÁTICO, PASTA 28, F – 0380.

“IV Congresso Brasileiro de Folclore”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 21 ago 1959. BAM/TEMÁTICO. PASTA 28. F- 0397.

“IV Semana Nacional de Folclore em Alagoas. Fala no DIÁRIO DE NOTÍCIAS o prof. Ênio Freitas e Castro que dela participou com representante da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul.” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12 fev. 1952. BAM/TEMÁTICO PASTA 23. F0177.

ALMEIDA, Renato. “Semana Folclórica”. *Correio da Manhã*, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 23 F- 0104.

ALMEIDA, Renato. “O Congresso de Folclore em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1959. BAM TEMÁTICO, Pasta 45, F- 1238.

ALMEIDA, Renato. “Da Bahia: Terceiro Congresso Brasileiro de Folclore”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 jul. 1957. BAM TEMÁTICO. Pasta 28, F – 0536.

CAVALCANTI, Valdemar. “À margem de um Congresso (I). Folcloristas em Porto Alegre.” *O Jornal*. Rio de Janeiro, 07 set 1959. BAM/TEMÁTICO PASTA 28. F – 0381.

CAVALCANTI, Valdemar. “Folcloristas em Porto Alegre”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 2 ago. 1959. BAM/TEMÁTICO PASTA 28 F –0386.

“Debatidas as relações entre o teatro e o folclore. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 18 ago 1960. BAM/TEMÁTICO PASTA 23 F- 0227.

“Em Porto Alegre o Congresso Brasileiro de Folclore”. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 1º. jun. 1959. Hemeroteca ITF, pasta 08.

FAGUNDES, Antônio Augusto. “O que foi o Terceiro Congresso de Folclore”. In: *A Hora*, Porto Alegre, 03 jul. 1957. HEMEROTECA ITF, pasta 08.

“Folguedos Populares” *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 04/09/1957. Hemeroteca ITF, pasta .08

“Inaugurada Ontem, com Singular Brilho, a Terceira Semana Nacional de Folclore”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950, p. 5

JAPUR, Jamile. “A Maravilhosa semana folclórica de Maceió”. *Jornal de Piracicaba*, 17 fev. 1952. BAM/TEMÁTICO, PASTA 23 - F0178

LIMA, Raúl. “Latitude Sul.” *Diário de Notícias*. Livros e Fatos. Rio de Janeiro, 02 ago. 1959 BAM/TEMÁTICO PASTA 28 F- 0392;

- “O Folclore no Brasil. Discurso pronunciado pelo Professor Guilherme Santos Neves, em nome das Delegações estaduais presentes ao III Congresso Brasileiro de Folclore.”(Sem Título) Julho de 1957. Hemeroteca ITF, Pasta 08.
- “Ouvindo Renato Almeida. O movimento Folclórico Brasileiro”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, s/d, 1959. Hemeroteca ITF. Pasta 08.
- “PARTICIPANTES DA SEMANA” In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago 1950, p. 5, “Representação Gaúcha no I Congresso de Folclore”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 julho de 1951. BAM/TEMÁTICO. PASTA 25 F – 1264.
- “Resoluções da IV Semana Nacional de Folclore”. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 27 jan. 1952. BAM TEMÁTICO, Pasta 23, F- 175.
- “Valiosa Contribuição do Rio Grande do Sul ao Congresso Brasileiro de Folclore” *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02/08[?]/1951 BAM Pasta 28 F-030d.

Revistas

Revista do Globo

- BERTASO, José Otávio. “Clarissa na TV”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 793, p. 71, 29 abril 1961.
- BERTASO, José Otávio. [Sem título, comentário sobre “O Boi das Aspas de Ouro”]. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 719, p. 22, 28 jun. 1958.
- BERTASO, José Otávio. “Guaxos em Segunda Edição”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 810, 23 dez. 1961, p. 67.
- CHAVES, Hamilton “Afiml Quem é o Pai?”. Porto Alegre, *Revista do Globo*, fasc. 621, pp. 25 – 27, 18 set. 1954.
- DINIZ NETTO, Rui. “Gilberto Freyre: Monumento Pernambucano” [Reportagem e Entrevista] *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 754, pp. 24-27, 31 out. 1959.
- FREYRE, Gilberto. “Narcisismo Gaúcho”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 274, pp. 14-15, mai 1940.
- FREYRE, Gilberto. “Literatura Vital”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 278, pp. 58-59, 10 ago 1940.
- GOULART, Antônio. “Programa Editorial”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 712, p. 19, 22 mar. 1958.
- KREBS, C. Galvão. “Ronda Crioula. O Avassalador Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul”. BAM/TEMÁTICO. PASTA 43. F -1643. (reportagem da Revista do Globo, sobre os dez anos de movimento, no CTG “Estância da Saudade”, do Glória Tênis Clube, em Porto Alegre. 1958, pp. 13-17.
- MARTINS, Justino. “A História de Manoelito de Ornellas”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, no. 266, pp. 46-47,60, 30 dez 1939.

- LESSA, Luís Carlos B. “Trinta e Cinco”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 471, pp. 37-39; 74-75, nov. 1948.
- LESSA, Luís Carlos B. “Um Gaúcho da Sicília”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 596, pp.26-029, 35, 3 out. 1953.
- MARQUES, Sarah. “Nove Respostas de Erico Verissimo à curiosidade de uma Mulher”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 288, p. 41, 25, jan. 1941.
- MARTINS, Justino. “A História de Manoelito de Ornellas”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 266, pp. 46-47, 60, 30 dez 1939.
- MEYER, Irene. “Augusto Meyer e a cultura rio-grandense. Entrevista”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 678, pp. 22 e 25, dez. 1956.
- S/autor “Os Intelectuais Gaúchos Homenageiam a Editora Globo”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, no. 309, p. 39, 6 dez. 1941.
- S/autor. “Lido Visto e Ouvido”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 540, p. 56, (Seção “Autores e Livros”), 4 ago. 1951.

Revista Província de São Pedro

- “Associação Rio-Grandense de Música” [Resenha]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 170-172, mar. 1946.
- ALMEIDA, Renato. “Musica Folclórica e Musica Popular”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 19-25, dez. 1949.
- ALMEIDA, Renato. “O Folclore e o Ensino da Musica no Brasil”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 160-164, dez. 1953.
- ALMEIDA, Renato & MEIRELES, Cecília. “Carta do Folclore Brasileiro”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 173-180, jun. 1952.
- “Anotações de Silvio Romero”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 154-159, dez. 1948.
- AZAMBUJA, Darcy. “História e Imaginação”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 18-22, jun. 1945.
- BASTIDE, Roger. “As Congadas do Sul do Brasil”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 10, p. 167-169, dez. 1947
- BERNARDI, Mansueto. “O Primeiro Caudilho Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 32-42, jun. 1946.
- CÂNDIDO, Antônio. [Sem título] *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 117, jun. 1946.
- CARNEIRO, Edison. “O Caruru de Cosme e Damião”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 79-81, jun. 1946.
- CARNEIRO, Edison. “Três Cronistas da Bahia”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 139-144, jun. 1951.
- CARNEIRO, Edison. “O Quilombo da Carlota”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 156-159, jun. 1954.
- CHAGAS, Wilson. “Alguns Aspectos da Obra de Gilberto Freyre”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 141-145, jun. 1946.

- CORREA, Nereu. "Poesia e Crítica". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 48-52, dez. 1948.
- DIÉGUES JUNIOR, Manoel. "Os Portugueses no Nordeste". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 108-115, jun. 1949.
- FERREIRA, Athos Damasceno. "À Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no Rio Grande do Sul". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, no.18, p. 9-17, dez. 1953.
- FERREIRA, Athos Damasceno. "Trunfas, Caipis e Tipois : Contribuição para o estudo da indumentária no Rio Grande do Sul". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 93-104, dez. 1954.
- FERREIRA, Athos Damasceno. "Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 63-76, set. 1945.
- FREITAS E CASTRO, Ênio de. "A Educação Musical no Rio Grande do Sul". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 113-119, jun. 1948.
- FREYRE, Gilberto. "Sugestões para o Estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 10-15, dez. 1946.
- HERSKOVITS, Melville. J. "Deuses Africanos em Porto Alegre". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 63-70, jun. 1948.
- HOLANDA, Gastão de. "Odilon Nestor Conta a sua História". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 162-165, jun. 1948.
- KREBS, Carlos Galvão. "Tesouros e Subterrâneos Jesuíticos". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 53-74, dez. 1948.
- KREBS, Carlos Galvão. "Schmier, Churrasco e Chimarrão". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 85-89, jun. 1951
- KREBS, Carlos Galvão. "Cavalo de Santo". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 145-154, dez. 1957.
- KREBS, Carlos Galvão. "Santana do Livramento, Cidade de Dois Oragos". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 9, p. 105-109, jun. 1947.
- LAYTANO, Dante de. "Quem é o Prof. Herskovits - Que Estudou o Negro em Porto Alegre". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 162-163, dez. 1945.
- LAYTANO, Dante de. "Historia Particular da Velha Cidade do Rio Grande do Sul". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 8-17, jun. 1945.
- LAYTANO, Dante de. "Folclore do Rio Grande do Sul : Tradições populares do ciclo agropastoril". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 116-126, dez. 1953.
- LAYTANO, Dante de. "O Folclore do Rio Grande do Sul: Tradições do ciclo agro-pastoril". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 83-99, jun. 1952.
- LAYTANO, Dante de. "Folclore do Rio Grande do Sul : Tradições populares do ciclo agropastoril". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 118-122, jun. 1954.

- LESSA, L. C. Barbosa. “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 133-138, dez. 1954.
- LESSA, Luis Carlos. “A Retirada de São Jose do Norte”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 133-135, dez. 1946.
- MACHADO, Dyonélio. “Os Fundamentos Econômicos do Regionalismo.” *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 128-130, set. 1945.
- MARTINS, José Salgado. “Apreciações sobre a Literatura Regional Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 10, p. 105-108, dez. 1947.
- MEIRELES, Cecília. “Folclore Guasca e Açoriano”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 7-10, set. 1946.
- MEYER, Augusto. “Introdução ao Estudo do Cancioneiro Gaúcho”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 24-37, mar. 1946
- MEYER, Augusto. “Prefácio”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 140-144, set. 1946.
- MOREYRA, Álvaro. “Com Manoelito de Ornellas”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 170-171, set. 1945.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. “Condição de Escritor”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 152-154, dez. 1954.
- OBINO, Aldo. “Traços do Rio e São Paulo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 136-139, dez. 1949.
- ORNELLAS, Manoelito de. “A Morte de Tiaraju”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 94-102, jun. 1945.
- ORNELLAS, Manoelito de. “Origem das Salamancas”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 174-175, jun. 1949.
- ORNELLAS, Manoelito de. “Genealogia Lírica do Pampa”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, pp. 13-18, jun. 1948.
- ORNELLAS, Manoelito de. “Missionários da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*. Porto Alegre, v. 3, n. 8, pp.98-99, 1947.
- RAMOS, Arthur. “A mestiçagem no Brasil: Opiniões e Estereótipias”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 26-34, mar. 1947.
- REVERBEL, Carlos. “J. Simões Lopes Neto: Esboço biográfico em tempo de reportagem”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 78-102, set. 1945.
- ROSA, Othelo. “Augusto Meyer e o Folclore Rio-grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, pp. 160-162, jun. 1952.
- ROSA, Othelo. “Jose Honório Rodrigues - Teoria da História do Brasil”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 163, jun. 1951.
- ROSA, Othelo. [Sem título]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 170-172, dez. 1949.
- ROSA, Othelo. [Sem título]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 153-155, dez. 1949.

- ROSA, Othelo. “Augusto Meyer e o Folclore Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 160-162, jun. 1952, p. 161.
- ROSA, Othelo & LIMA, A. Guerreiro & VELLINHO, Moysés. “A Fundação de Porto Alegre”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 231-235, dez. 1957.
- ROSA, Othelo & VELLINHO, Moysés. “Sugestão sobre o Monumento a Sepé Tiaraju”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 228-231, dez. 1957.
- SOUZA FILHO. “Expansão das Letras Sul-Riograndeses”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 168, dez. 1945.
- SPALDING, Walter. “Paraná - Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 146-150, jun. 1954.
- SPALDING, Walter. “General João Borges Fortes”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 136-140, jun. 1946.
- U. M. “O Regionalismo no Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 172-173, set. 1945.
- VELLINHO, Moysés. “Paz nos Campos...” *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 147-150, jun. 1945.
- VELLINHO, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 5-6, set. 1946.
- VELLINHO, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 5-7, jun. 1948.
- VELLINHO, Moysés. “Manoelito de Ornellas – Gaúchos e Beduínos”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 146-147, jun. 1949.
- VELLINHO, Moysés. “No Primeiro Aniversário da Morte de João Pinto da Silva”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 75-82, jun. 1952.
- VELLINHO, Moysés. [Editorial]. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 5-10, dez. 1957.
- VELLINHO, Moysés. “Antecedentes da Formação Histórica do Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 195-208, dez. 1957.
- VELLINHO, Moysés. “O Balanço Crítico da Literatura Rio-Grandense”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 221-225, dez. 1957.
- VERISSIMO, Erico. “Entre Deus e o Pobre Diabo”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 15-23, mar. 1946.
- VERISSIMO, Erico. “Língua e Caráter”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 3, n. 10, p. 29-32, dez. 1947.
- WILLEMS, Emilio. “Assimilação e Educação”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 107-111, dez. 1946.

Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AREAO, João dos Santos. "Festa dos Navegantes em Laguna". Porto Alegre, (7): 89-92, 1957.

BASTOS, Manuel E. Fernandes. "Colonização alemã no Rio Grande do Sul, a Colônia de Três Forquilhas". Porto Alegre: (8): 5-17, 1957.

BRUXEL, P. Arnaldo S.J. "Bicentenário de um rei gaúcho em 1956?" Porto Alegre, (9): 103-43, 1958.

CARVALHO, Mário Teixeira de. "Regimento de Dragões". Porto Alegre, (4): 87-102, 1954.

D'AVILA, F. MAYA. "O meio ambiente na obra de Alcides Maya". Porto Alegre, (9): 9-27, 1958.

D'AVILA, F. MAYA. "Ruínas Vivas". Porto Alegre, (5):21-24, 1955.

ECHENIQUE, Sylvio da Cunha. "Bruaca". Porto Alegre, (9): 28-33, 1958.

FERREIRA FILHO, Artur. "Caudilhos Platinos e Caudilhos Rio-Grandenses" Porto Alegre, (3): 359-64, jan. 1953.

FREITAS, Luiz G. Gomes de. "Antigos jogos desportivos da campanha". Porto Alegre, (7): 12-9, 1957.

FREITAS, Luiz G. Gomes de. "Estâncias antigas" – "Veículos de cargas" – "Cânhamo e Linho". Porto Alegre, (4): 41-85. 1954.

JUNQUEIRA, Oswaldo Gomes. "A Farinhada. Costumes do Município de Taquari". Porto Alegre, (4): 271-3. 1954.

LAYTANO, Dante de. "Populações indígenas – estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul". Porto Alegre, (7): 151-2013. 1957.

LAYTANO, Dante de. "Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul". Porto Alegre, (8):49-132. 1957.

LAYTANO, Dante de. "Cidade Açoriana da América Portuguesa – Taquari e a história documental de sua fundação". Porto Alegre, (1): 185-358, jan. 1952.

LAYTANO, Dante de. "Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul". Porto Alegre, (5):149-209, 1955.

LAYTANO, Dante de. "Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul". [pte 2] Porto Alegre, (6): 201-46, 1956.

LAYTANO, Dante de. "Vida administrativa de Rio Pardo ao tempo da monarquia". Porto Alegre, (3): 423-91, jan. 1953.

LAYTANO, Dante de. "Vida religiosa de cidade do interior - Crônicas das irmandades tradicionais do Rio Pardo". Porto Alegre, (2): 101-242, jun. 1952.

MACHADO, Bernardino A. "Ligeiras reminiscências de Quaraí." Porto Alegre, (7): 93-100,1957.

METRAUX, Alfred. "O Índio Guarani." Porto Alegre, (9): 35-78, 1958.

RIBEIRO, Luiz da Silva. "Influência Portuguesa no Adagiário Gaúcho".

Porto Alegre, (7):32-52,1957.

SOARES, J. O. Pinto. "Reminiscência". Porto Alegre, (7):128-150. 1957.

SPALDING, Walter. "A História e o Povo - Costumes, Poesia e Lendas". Porto Alegre, (6):67-102, 1956.

SPALDING, Walter. "Bibliografia do Folclore Rio-Grandense do Sul". Porto Alegre, (4): 245-63. 1954.

SPALDING, Walter. "Propaganda e Propagandistas Republicanos no Rio Grande do Sul". Porto Alegre, (1): 57-136, jan. 1952.

SPALDING, Walter. "Tradições Gaúchas". Porto Alegre, (8): 143-68, 1957.

Periódicos da CEF e CNFL

CASTRO, Ênio Freitas e. "As Cavalhadas de Vacaria". *Cadernos de Folclore*, Rio de Janeiro, n. 1, CDFB/MEC, 1954. (Separata).

LAYTANO, Dante de. "Origens do Folclore Brasileiro". *Cadernos de Folclore*, Rio de Janeiro, n. 7, CDFB/MEC, 1971. (Separata, 2ª. Edição)

LAYTANO, Dante de. "Lendas do Rio Grande do Sul. Coletânea de mais de 80 lendas dos diversos ciclos do folclore gaúcho conforme os textos de sua literatura regionalista". *Publicações da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul /CNFL/IBECC*, n. 8, Rio de Janeiro, 1956.

LAYTANO, Dante de. "A Igreja e os Orixás". *Publicações da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul /CNFL/IBECC*, n. 29, Rio de Janeiro, s/d.

RIBEIRO, Luiz da Silva. "Influência Portuguesa no Adagiário Gaúcho". *Publicações da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul /CNFL/IBECC*, n. 11, Rio de Janeiro, 1957.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

AZEVEDO, Thales de. "Áreas Culturais do Rio Grande do Sul". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 93, pp. 144-167, 1944.

COLLOR, Lindolfo. "A História e o Instituto Histórico". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 1, pp. 3-7, 1921.

IHGRS, "Relação das Diretorias do IHGRS – 1944-1986". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 124, pp. 172-178, 1986.

IHGRS. "Pareceres do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 117-120, pp. 265-77, 1950.

IHGRS. "Extrato das Atas das Sessões do Instituto". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 117-120, pp. 279-282, 1950.

IHGRS. “Atas das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 1, pp. 107-134, 1921.

IHGRS. “Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 1, pp. 135-148, 1921.

Fundamentos da Cultura Rio-grandense (UFRGS)

ROSA, Othelo. “A Formação do Rio Grande do Sul”. *Fundamentos de Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, 1ª série, 1957.

VELHINHO, M. “O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino”. *Fundamentos de Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, 1ª série, 1957.

Documentos obtidos na internet:

“Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. 19ª Sessão Ordinária. Porto Alegre, 09 abril 1997.” Disponível na web: <http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/49/1997/970409.htm> (consulta em maio 2001).

Cortes, Paixão. Entrevista a Luís Augusto Fischer e Eduardo Wolf. Zero Hora. Porto Alegre, 15 mai. 2004. (Caderno de Cultura). Disponível na web: <http://www.paginadogaicho.com.br/pers/paixao-04.htm>.

FERREIRA, Cyro Dutra. “A Farsul e o Movimento Tradicionalista Gaúcho”. *Sul Rural*, nº 209, jan. 2001 [online]. Disponível em: <http://www.senarrs.com.br/SulRural/E209Janeiro2001/Artigo/SulRuralA05.htm> Acesso em 20 de novembro de 2002.

FREYRE, Gilberto. “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul.” Porto Alegre: [s.n.], 1940. p.[3]-10. Disponível na web: http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/sugestoes_estudos.htm. Consulta em maio de 2004.

FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941. 264p. (Documentos Brasileiros, 29). Disponível na internet http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/frances/obra/livros/pref_brasil/regiao.htm. Consulta em 02 de novembro de 2002.

HARTMANN, Ivar. “Testemunho à Manoelito” Disponível na web: <http://www.sinos.net/user/ivar/testemunho.htm>. Consulta em dezembro de 2003.

MARTINS, Cyro. “Introdução”. In: *Sem rumo* (romance). Porto Alegre, Movimento, 1997. 6ªed., p 14 e segs. (1a.ed.,1937). Ensaio originalmente publicado em 1944. Disponível em: http://www.celpcyro.org.br/coluna_int.asp?codigo=24/

ROSO, Larissa. “Dante de Laytano”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 fev. 2000. Caderno de Cultura. Disponível na internet: <http://www.paginadogaicho.com.br/pers/dl.htm>, consulta em março de 2002.

Outros documentos

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. “Lei nº 2345, de 29 de janeiro de 1954 - Dispõe sobre a criação e organização da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências” *Leis e Decretos 1954*. Porto Alegre, 1954, p. 104-110.
- CENTRO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS “PIÁ DO SUL”. *Estatutos do Centro de Pesquisas Folclóricas “Piá do Sul”*. Santa Maria, 1957. BIGTF, Impresso, Nº Registro 1696.
- CTG “LANCEIROS DA TRADIÇÃO”. *Estatutos*. Taquara, 1959. Cópia datilografada. BIGTF, pasta 4.5.16.5.
- CTG “NEGRINHO DO PASTOREIO”. *Estatutos*. São Francisco de Assis, 1953, BIGTF, Impresso, nº Registro 1695.
- CTG “PEDRO VARGAS”, *Estatutos*. Carazinho, 1954, BIGTF, Impresso, nº Registro 1698.
- CTG “SINUELO DO BOM SUCESSO”. *Estatutos*. General Câmara, junho de 1957. Cópia Datilografada. BIGTF, pasta 45.13.3.
- LAYTANO, Dante de. “A História e suas Relações com Algumas Ciências. Aula Inaugural proferida, na abertura dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande, em 1953.” in: LAYTANO, Dante de. *Aulas Inaugurais dos Cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: URGs, 1953, pp. 3-27.

Sínteses bibliográficas, reportagens biográficas e necrológios

- “Antônio Augusto Fagundes”. [Curriculum Vitae e Bibliografia]. Porto Alegre, s/d. Hemeroteca ITF - Pasta F (Bio)-F.
- “Barbosa Lessa. Bibliografia Geral”. Porto Alegre, Janeiro de 1983. Hemeroteca ITF - Pasta F (Bio)-L.
- CARVALHO, Paulo de. “Carlos Galvão Krebs e o Ensino da Ciência do Folclore”. [s/título], Hemeroteca ITF, Pasta F (Bio) – K, 1992.
- CESAR, Guilhermino. RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Guilhermino Cesar*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 1996, 2ª Ed. (Autores Gaúchos, v. 13)
- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Dante de Laytano”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 19 out. 1985, p. 6.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Paulo Xavier”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 26 out. 1985, p. 6.
- FAGUNDES, A. A “Helio Moro Mariante”. *Zero Hora*. Porto Alegre: 09 nov. 1985, p.6.
- FAGUNDES, A.A. “Guilhermino César”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 30 nov. 1985, p.6.

- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Arthur Ferreira Filho”. *Zero Hora*. Porto Alegre, 12 out. 1985, Regionalismo. p. 6.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. “Carlos Galvão Krebs”. *Zero Hora*. Porto Alegre: 05 out. 1965, p. 6.
- “Glaucus Saraiva. Currículo Cultural”. Porto Alegre, 1981. Hemeroteca ITF - Pasta F (Bio)-S.
- HERLEIN, Natalio. “Os Campeiros do Verso. Antônio Augusto”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 8 nov. 1959, 2º caderno, p. 2. BAM – TEMÁTICO PASTA 11 Biografias. F – 0011
- “Inaugurada na sede da EPATUR ‘Biblioteca Walter Spalding’”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 out. 1977, p. 9
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa/RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Barbosa Lessa. Crônicas do Passado Presente*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2000, (Autores Gaúchos, v.5).
- MARTINS, Ary. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL/UFRGS, 1978.
- NETO, Paulo de Carvalho. “Carlos Galvão Krebs e o Ensino da Ciência do Folclore”. [s/título], Hemeroteca ITF, Pasta F (Bio) – K.
- “Prêmio a um especialista em Folclore”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 ago. 1987, p. 15.
- QUINTANA, MARIA Isabel. “Turismo e Folclore: uma visão crítica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 SET. 1977, x/p. BAM. Recortes Temáticos. Pasta 45. Folcloristas – Carlos Galvão Krebs – F – 02999 e 02300
- REVERBEL, Carlos. “Festival de Pandorgas”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 02 set. 1993, p. 4.
- “Um Nome para Lembrar” *Correio do Povo*, Porto Alegre: 18 jul. 1976, p. 31.

Entrevistas e depoimentos:

- CÔRTEZ, J.C. Paixão. “Paixão Côrtes”. Entrevista concedida a Juarez Fonseca, com participação de Celso Loureiro Chaves. *Zero Hora*, Porto Alegre: 18 set 1977, p. 3-5.
- CÔRTEZ, J.C. Paixão. “Paixão Côrtes, fala em Léguas de Beiço”. Entrevista concedida a Carlos Alberto Kolecza, Carlos Nobre, Melchíades Stricher, Wladimir Ungaretti e Eleonora Rizzo. *Zero Hora*, Porto Alegre: 18 out. 1980. HEMEROTECA ITF, Pasta F (Bio) – C.
- CÔRTEZ, J.C. Paixão. “Cultura, a Gente Além de Honrar de Berço, Adquire”. Entrevista ao jornal “O Guaxo”. *O Guaxo*, s/ loc., nov. 1989. Hemeroteca ITF, Pasta F (Bio)-C.
- FAGUNDES, A.A.; OTTO, Edison; MARIANTE, Helio; SARAIVA, Glaucus; CORONEL, Luiz, CASTILHO; VASCONSELOS, Marco Aurélio. “Bárbaros fomos nós que tivemos de lutar pela nacionalidade”. Entrevista a Susana e

Ney Gastal. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 14 dez., 1976. HEMEROTECA ITF, Pasta 31.

IGLÉSIAS, Francisco. “Entrevista concedida a Maria Efigênia Lage de Resende (Departamento de História, UFMG e Roberto Barros de Carvalho (*Ciência Hoje*)). Publicada em junho de 1991”. In: *Cientistas do Brasil*. São Paulo: SBPC, 1998, pp. 475-488.

LAYTANO, Dante de. **Entrevista** concedida a Letícia Borges Nedel. Porto Alegre: 30 set. 1998. Gravação em fita cassete.

LESSA, Luís Carlos Barbosa, “A Gente se Entrega ou Tenta Salvar o Pelego”. Entrevista concedida a Luís Augusto Fischer, in: RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Barbosa Lessa*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2000, (Autores Gaúchos, v.5), pp. 17-26.

LESSA, Luís Carlos Barbosa, “Eu era só um Grosso do Interior.” Entrevista ao *Jornal da Universidade*, UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1999 (Disponível na web: <http://www.ufrgs.br/jornal/html/nov99/central.htm>) Consulta em 10/5/2001)

PACHECO, Renato. Entrevista concedida a Adriana Bravin e Guilherme Ramalho Manhães. Disponível na web: http://www.folclorcapixaba.org.br/entrevistas/renato_pacheco.doc. Consulta em 24/10/2002.

SANT’ANA, Marina Fiory. Entrevista concedida a Letícia Borges Nedel. Porto Alegre: 14 nov. 1997. Gravação em fita cassete.

Arquivo Morto - ITF

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. “Lei nº 2345, de 29 de janeiro de 1954 - Dispõe sobre a criação e organização da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências”.

“Abertas as Inscrições Para A Escola Gaúcha de Folclore”. Doc. Datiloscrito, s/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

“Ata da reunião do corpo docente convocada pela diretoria da Escola, sobre avaliação do curso e dos professores”. Escola Superior de Folclore, Porto Alegre, 26/5/65. Arquivo Morto ITF, caixa única, s/classificação.

AZEVEDO, Thales de. “Folclore e Ciências Sociais”. Trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de Folclore. Bahia, julho de 1957. Arquivo Morto ITF. Caixa única, sem classificação.

BROCHADO, J. Proenza. “Programa da Cadeira de Etnografia”, Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, 13/6/1966. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Carta, de Francisco Gomes de Matos (Soc. Cultural Brasil-Estados Unidos, Recife) p/ Sra. Mercedes Marchant, Coordenadora Instituto de Lingüística e Aculturação, Rio Grande do Sul. congratulando-se pela criação do instituto. Recife, 15 /1/1964, . Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Centro Acadêmico “André da Rocha”/Centro de Tradições Gaúchas “Galpão Universitário” Universidade do Rio Grande Do Sul/ Faculdade De Direito.

“Plano geral para o II Congresso Internacional de Tradicionalismo”. Porto Alegre – 1962 . Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação

“Curso de Introdução ao Folclore e Tradicionalismo Gaúcho. Programa”. Documento apresentado a Maria Moritz, Diretora Divisão de Cultura. Porto Alegre, 16/02/1961. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

DIRETÓRIO ACADÊMICO JOÃO CEZIMBRA JACQUES DA ESCOLA GAÚCHA DE FOLCLORE. “Relatório”. Ass. Dagmar Krebs, Ieda Bandeira Castro e José Celso B. da Silveira. Porto Alegre, 26/9/68. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação

ESCOLA GAÚCHA DE FOLCLORE/INSTITUTO DE FOLCLORE/DEP. CIÊNCIA E CULTURA/SEC. “Matrícula e Funcionamento”. Porto Alegre, 1966. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Histórico do Instituto de Folclore e da Escola Gaúcha de Folclore. Documento apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. S/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

KREBS, Carlos Galvão. “Programa da Cadeira de Folclore”. Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, 1966. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Of. s/nº, 20/3/1967, de Carlos Galvão Krebs a Luiz Lessegneur de Faria, Secretário de Educação e Cultura. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Of. 1204/65, de 18/4/1965, de João Chiarini (Centro de Folclore de Piracicaba, São Paulo) p/ Diretor Escola Gaúcha de Folclore. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Of. 95/66, de 13/6/1966, de Paulo Xavier, Diretor Dep. Ciência e Cultura/SEC/RS, a Ir. José Otão, Reitor PUCRS.

“Programa da Cadeira de Educação Física”. Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, s/d.. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

“Programa da Cadeira de Instrumental, Canto e Música”. Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, s/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

“Programa da Cadeira de História do Rio Grande do Sul”. Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, s/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

“Programa da Cadeira de Danças Folclóricas do Rio Grande do Sul”. Escola Rio-grandense de Folclore. Porto Alegre, s/d. Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação

“Sugestões do Corpo Discente da Escola Gaúcha De Folclore”. Porto Alegre, maio de 1965, Arquivo Morto ITF, caixa única, sem classificação.

Arquivo Unesco

(398.063.300.4) OF. IBBEC/57, Rio de Janeiro, 14/4/53. De: Lourenço Filho (Pres. IBECC) a John W. Taylor, Dir. Geral Interino UNESCO

(398.063.300.4) ALM 374238. Paris, 7/5/53. De: J.W. Tylor, Dir. Interino Unesco Para: Lourenço Filho, Pres. IBECC.

- (398.063.300.4) ALM 371578 Paris, 22/7/53. De L. Heytor Correa de Azevedo (Div. Arts et Lettres Unesco) Para: Ms. Albert Marinus, Bruxelles.
- (398.063.300.4) Mem. EDSP 54007. Paris, 20/01/54. De C. Opper Pra Mr. Lionel Elvin, Director Department of Education Unesco.
- (398.063.300.4) Minute EDSP/54007 - 312/ED. Paris, 21/1/54. De Lionel Elvin, Director Department of Education Unesco Para Mr. Opper.
- (398.063.300.4) Lettre Paris, 5/3/54, De: Paulo E. de Berredo Carneiro (Delegué du Brésil auprès de l'Unesco) Para Ms. Luther Evans, Directeur Général de l'Unesco).
- (398.063.300.4) Of. IBECC/57 - Rio de Janeiro, 15/4/1953 De: Lourenço Filho (Presidente IBECC) Para: John W. Taylor, Dir. Geral Interino UNESCO.
- (398.063.300.4) ALM 374238. Paris, 7/5/53 De: John W. Taylor, Dir. Geral Interino UNESCO Para: Lourenço Filho, Presidente IBECC.
- (398.063.300.4) ALM 374278, Paris, 22/7/53 De: Heitor Correa de Azevedo (Div. Arts et Lettres UNESCO) Para: Ms. Albert Marinus, Bruxelles, Belgique.
- (398.063.300.4) MEM. EDSP 54 007 Paris, 20/1/54 De: Conrad Opper Para: Mr. Lionel Elvin, Director Department of Education Unesco *Fundamental Education, a Description and Programme*. UNESCO, Paris, 1949.
- (398.063.300.4) UNESCO EDSP/MEMOR/54.904 A: M. Conrad Opper De: Francis Brunel Objet: Congrès International du Folklore de São Paulo Aout 1954.
- (398.063.300.4) ALM 1073. A: M. Jean Thomas De: L. H. Correa de Azevedo Objet: Congrès International de Folklore à São Paulo.
- (398.063.300.4) Carta, s/d, ass: "L.F.", papel timbrado "Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (I.B.E.C.C.) A: Mr. Le Directeur Général UNESCO.
- (398.063.300.4) ED/445511 (398.063.300.4), 24 march 1954. De: Lionel Elvin, Director Department of Education Unesco A: MR. Kenneth B. Discher, c/o CREFAL PATZCUARO (Michioacan) Mexique.
- (398.063.300.4) Carta, Patzcuaro, 05/4/54. De: Kenneth B. DISCHER, Dir. Museu do Centro Regional de Educación Fundamental para la America Latina, Patzcuaro, México Para: Mr. Lionel ELVIN, Dir. Dep. Educação UNESCO.
- (398.063.300.4) ODG/GNC446205 Paris, 22/3/54. De: Luther H. Evans, (Directeur Général) Para: Paulo E. de Barredo Carneiro (Delegado permanente do Brasil na Unesco) (Cc p/ Mr. Thomas, CUA Shneider, MC Elvin, ED.
- (398.063.300.4) ED 43047, Patzcuaro, 20.4.54. De Kenneth Discher. A Lionel Elvin.
- (398.063.300.4) ALM 1136, 21/6/54 De: Jean Thomas, Dir. Dep. Activités Culturelles Unesco Para: Setor de Pessoal UNESCO.
- (398.063.300.4) ODG/ADG/memo 12227, 2/8/54 De: M. J. Thomas, CUA Para: Subdiretor Geral Cc: M. Desjardins, MC e M. Delavenay, D&P.

- (398.063.300.4) Minuta Unesco, 6/8/54, De: M.G." Para : s/dest.
- (398.063.300.4) Doc. Datilograf.: ORGANIZATION DES NATIONS UNIES POUR L'EDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE. "L'Unesco et la Cooperation Internationale dans le Domaine du Folklore Rapport", présenté au CONGRÈS INTERNATIONAL DE FOLKLORE. São Paulo, 16-22 août 1954.
- (398.063.300.4). Doc Datilograf (Original em português). "CULTURA TRADICIONAL E EDUCAÇÃO DE BASE. Documento preparado pelo Secretariado da Unesco e apresentado ao I Congresso Internacional de Folclore de São Paulo.
- (398.063.300.4) – ALM 1175, 16/12/54 De: L. H. Correa de Azevedo (Division des Arts et Lettres) Para: Directeur général e Directeur du Département des activités culturelles. Rapport sur le CONGRÈS INTERNATIONAL DE FOLKLORE (São Paulo, 16-22/8/54).
- (398.063.300.4) ALM 1181, 28/12/54 DE: Michel Dard (Divisão de Artes e Letras) Para: M. J. Havet (Dir. interino da Divisão de Cooperação cultural Internacional).
- (325.100.8/81) R 986806. Carta Lima, Peru, 25/7/1952 De: Alberto Arca-Parro (Advogado) (Dirección General de Estadística – Chile) Para: Leonardo Diaz - González (Departamento de Ciências Sociais/Unesco).
- (325.100.8/81) SS/325.249 - Paris, 14/8/52 De: Leonardo Diaz - González (Departamento de Ciências Sociais/Unesco) Para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile).
- (325.100.8 /81) – SS/339.045, Paris, 28/10/52 – De: Mme. Alva Myrdal – Diretor Departamento de Ciências Sociais – UNESCO para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile).
- (325.100.8 /81) – Ref. No. SS/339.045, Santiago, 11/11/52 De: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile) Para: Mme. Alva Myrdal – Diretor Departamento de Ciências Sociais – UNESCO.
- (325.100.8 /81) SS/347.818 – Paris, 26/11/52 De: Mme. Alva Myrdal – Diretor Departamento de Ciências Sociais – UNESCO Para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile).
- (325.100.8/81) No. U/01 Ref. No. SS/350.790 Lima, 27/12/52. De: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile) Para: Mr. G. de Lacharrière, Diretor interino Departamento de Ciências Sociais – UNESCO.
- (325.100.8) Carta, Santiago, Chile, 24/02/1953 De: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile) Para: Leonardo Diaz - González (Departamento de Ciências Sociais/Unesco).
- (325.13) SS/361933 – Paris, 6/3/53 De: Leonardo Diaz - González (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais/Unesco) Para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile).
- (325.100.8/81) Doc. No. 51 U/06, Carta, Santiago, Chile, 11/4/53 De: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile).

- (325.100.8/81) SS 378.995, Paris, 24/4/53 De: Leonardo Diaz - González (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais/Unesco) Para: Alberto Arca-Parro (Advogado) (Dirección General de Estadística – Chile).
- (325.100.8/81) SS 378.995, Paris, 24/4/53 De: Leonardo Diaz - González (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais/Unesco) Para: Alberto Arca-Parro (Dirección General de Estadística – Chile) 51017 – Ref. No. U/08, Rio de Janeiro, 25/5/53 De: Alberto Arca-Parró.
- (325.100.8/81) SS 378.995, Paris, 24/4/53 De: Leonardo Diaz - González (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais/Unesco) Para: Alberto Arca-Parro (Advogado) (Dirección General de Estadística – Chile) 51017 – Ref. No. U/08, Rio de Janeiro, 25/5/53 De: Alberto Arca-Parró.
- (325.100.8/81) SS/388.831. Paris, 5/6/53 De: Mme. Alva Myrdal, Diretora Departamento de Ciências Sociais/UNESCO Para: Alberto Arca-Parró.
- 325.100.8.(81)062.2 - Lima, 20/1/1954 De: Alberto Arca Parró Para: Leonardo Díaz Gonzales (Divisão de Ciências Sociais Aplicadas – Dep. Ciências Sociais – UNESCO) “LA ASIMILACION CULTURAL DE LOS INMIGRANTES EN EL BRASIL. CONDICIONES QUE LA FAVORECEN – (Capítulos Preliminares) – Por Alberto Arca Parró. Lima, enero de 1954.
- 325.100.8 (81).062.2. ODG/GNC/12055, Paris, 8/6/54 De: Jean Chevalier Para: M. René Maheu, Président du Comité des Publications Objet: “Recommandations du Comité de lectuer sur le chapitre de M. Emilio Willems concernant ‘La contribution positive des immigrants au Brésil”.
- 325.100.8 (81) 062.2 S/482/775, Paris, 9/10/1954 De: H.M. Phillips (Dep. Ciências Sociais Unesco) Para: Fernando Nilo de Alvarenga, (Conselho de Imigração e Colonização, Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, Rio de Janeiro).

Correspondência do MJC/CEF/Dante de Laytano

a) Correspondência Recebida

- 1952, v1, AP 2022, 390p.
- 1953, v.1 AP 2023, 329p.
- 1953, v.2, AP 2024, 371p.
- 1954, v.1, AP 2025, 250p.
- 1954, v.2, AP 2026, 352p.
- 1955, v.1, AP 2027, 164p.
- 1955, v.2, AP 2028, 165p.
- 1956, v.1, AP 2029, 151p.

1956, v.2, AP 2030, 243p.

1957, v.1, AP 2031, s/p.

b) Correspondência Expedida

1952, v.1, AP 1026, 547p.

1952, v.2, AP 1027, 150p.

1953, v.1, AP 1028, 377p.

1953, v.2, AP 1029, 283p.

1953, v.3, AP 1030, 314p.

1954, v.1, AP 1031, 467p.

1954, v.2, AP 1032, 435p.

1955, v.1, AP 1033, 450p.

1955, v.2, AP 1034, 288p.

1956, v.1, AP 1035, 512p.

1956, v.2, AP 1036, 258p.

1956, AP 1037, Caixa 001, s/p.

APÊNDICE

Dados biográficos e produção de sócios da CEF, folcloristas do ITF e fundadores do tradicionalismo

ADÃO DE JESUS CARRAZONI

Nasceu em Uruguaiana, RS, em 1916, filho de Gonçalo Garcia de Jesus e Santa de Jesus Almeida. Foi radialista, humorista e autor de radioteatro na Rádio Gaúcha, em Porto Alegre. Como jornalista, trabalhou no *Jornal do Dia*, do qual tornou-se redator em 1962. Ali manteve, sob o pseudônimo de “Zé Pingado”, uma coluna intitulada *Regionalismo, Tradição, Folclore*, em que também escrevia Walter Spalding. Em 1966 transferiu residência para o interior do estado. Entre 1966-69 foi redator de *A Platéia*, em Livramento, e em 1969 passou a ocupar o cargo de diretor do jornal *A Razão*, de Santa Maria. Era afiliado ao *tradicionalismo* e membro da Estância da Poesia Crioula.

Não publicou na *Província de São Pedro* nem na *Revista do IHGRS*. Como folclorista, elegeu dois temas de predileção – o futebol e a presença negra no Rio Grande do Sul. Enviou dois trabalhos para a série de Documentos da CNFL. O primeiro, de 1948, é uma “achega” intitulada “A mulata no folclore sul-riograndense”, também publicada no jornal *Folha de Minas Literária* (em 15/8/1948). No texto, de duas páginas, relata a “lenda” [na verdade, uma pequena quadra] ouvida de Felício Antonio Guterres “um bugre velho, veterano da guerra do Paraguai, que vive ainda hoje na histórica cidade de Rio Pardo”, com “dois inseparáveis e fiéis amigos”: “uma velha sanfona esburacada e um bom copo de ‘pinga’”.

O segundo trabalho saído pela CNFL é de 1949: “Folclore, História, Linguagem, Curiosidades”. Naquele ano, Carrazoni começava a coligar cantos de torcidas de futebol, que seriam publicados no *Jornal do Dia* (15/03/1949), com o título “O Futebol no Folclore Brasileiro”. No texto, apresentado numa das reuniões da CEF, afirmava a “assimilação do esporte associativo britânico” pelo “espírito brasileiro de improvisação”, argumentando que o negro “deu maior calor ao futebol, mais ‘sangue’, mais vitalidade e mais interesse, enfim, às disputas”.

FONTES: CARRAZZONI, Adão. “O Futebol no Folclore Brasileiro”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 15 mar. 1949. BAM TEMÁTICO, PASTA 53 F-0572 e 0573. CARRAZZONI, Adão. “Nos domínios do Folclore. A mulata no folclore sul-rio-grandense.” *Folha de Minas Literária*. Belo Horizonte, 15 ago. 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 43 F – 1425. VILLAS-BOAS, Pedro Leite. *Notas de Bibliografia Sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Nação, 1974, p. 117. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/IEL, 1978, p.130.

ALDO OBINO

Nasceu em Porto Alegre, em 1913, filho de João Obino e Alaíde Mariante Obino. Foi colega de Dante de Laytano no Colégio Julho de Castilhos, onde lecionaram. É o mais antigo crítico de arte em atividade no estado e, junto com Ângelo Guido, que escrevia no Diário de Notícias, dos primeiros. Formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, em 1936. Em 1934 ingressou no “Correio do Povo”, onde permaneceu por cinquenta anos como redator. Colaborou também no “Jornal do Comércio”, de Porto Alegre, até 1995. Foi professor de Filosofia do Colégio Estadual Julio de Castilhos entre 1938 e 1968 (quando se aposenta do serviço público estadual), e diretor da mesma escola em 1958. Membro da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) e da Associação dos Professores Católicos. Lecionou no curso de Arte Dramática, criado em 1958 no Instituto de Artes da UFRGS.

Junto com Ângelo Guido, que ainda nos anos vinte iniciara a crítica de artes pelo jornal “Diário de Notícias”, Aldo Obino foi um dos responsáveis pelo grande impulso dado às Artes Plásticas no Rio Grande do Sul, em especial a partir dos anos cinquenta. Com a criação, pela Reforma de 1954, do Museu de Arte do Estado, ligou-se a Ado Malagoli (primeiro diretor e professor de Pintura no Instituto de Belas Artes da UFRGS) e a Tasso Corrêa, então diretor do Instituto. Com o apoio de Ênio de Freitas e Castro, então diretor da Divisão de Cultura, implantaram uma política de construção de acervo de artistas plásticos locais, dos quais destaca-se o chamado Grupo de Bagé, em cujas obras é retratada a figura do gaúcho campeiro. Integravam o grupo Danúbio Gonçalves (Bagé, RS, 1925), Glauco Rodrigues (Bagé, RS, 1929), Carlos Scliar (Santa Maria, RS, 1920 - Rio

de Janeiro, RJ, 2000) e Glênio Bianchetti (Bagé, RS, 1928).

Não teve participação ativa nos congressos da CNFL. Seu único texto publicado pela CEF consta nos anais da III Semana Nacional de Folclore, tratando-se de breve discurso proferido por ocasião da abertura da “Exposição de Arte Popular”, na sede do “Correio do Povo”. No discurso, louva as peculiaridades do folclore sul-rio-grandense, caracterizando-o como “caldeirão cultural” formado da “Síntese do influxo luso-açoriano e bandeirante, caldeando-se com as formas aborígenes e a contribuição negra, não esquecendo o indelével fator castelhano e o caldeamento ítalo-teuto [. . .]” (CNFL COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE DO IBECC, III Semana Nacional de Folclore, Rio de Janeiro, s/d, p. 31-32, p. 31).

Publicou, principalmente no “Correio do Povo”, notas críticas de espetáculos teatrais, cinema e mostras de artes plásticas. Assinou apresentações de artistas como Petrucci, Fahrion, Iberê Camargo e Ricardo Becker. Seu único trabalho publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul consta nos Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia, com o título: “A Estrutura Poética da História”. (Porto Alegre, 1940 - Volume IV, p.2263). Na revista “Província de São Pedro” publicou, também, um único texto: “Traços do Rio e São Paulo” (Porto Alegre, v. 5, n. 14, p. 136-139, dez. 1949). O veículo em que mais escreveu foi a “Revista Estudos”, editada pela PUCRS entre 1940 e 1977, da qual foi co-fundador. Nela, aparecem principalmente textos sobre Filosofia: “A revolução renascentista” (no. 1, jun 1940); “Filosofia e religião” (no. 3, dez 1940); “Transe do Mundo”, (no. 7, out. 1941), “A Rússia e a Filosofia” (ibid.); “Roberto Sabóia de Medeiros ou o itinerário filosófico de um jesuíta” (no. 58, dez. 1955); “O problema da intuição” (ibid.); “O Sentido do Cinema” (no. 59, mar 1956); “O Sutil Duns Scott” (no. 64, abr/jun 1957); “Em Busca do Filosofar Brasileiro” (ibid.); “Andino Abreu” (no. 79, jan/mar 1961).

ATHOS DAMASCENO FERREIRA

Nasceu em Porto Alegre, em 1903, filho de João Armando Damasceno Ferreira e Ana Dias da Silva Damasceno Ferreira. Estudou no Colégio Nossa Senhora das Dores, no ginásio marista Nossa Senhora do Rosário e no Curso do Professor Emílio Meyer, tio do poeta, escritor e folclorista Augusto Meyer.

Interrompeu o curso na Faculdade de Direito do Distrito Federal. Foi um dos fundadores da Fundação Eduardo Guimarães. Há notícias (Martins, 1978: 175) de que serviu no Gabinete da Presidência do Estado e na Secretaria do Interior, mas não foi possível identificar a época.

Começou na vida literária em 1920, atuando como jornalista e poeta; nos anos quarenta se tornaria um dos mais destacados cronistas e pesquisadores da história de Porto Alegre. No tempo de juventude, integrou o chamado grupo da Praça da Matriz, formado também por Aparício Torelly, Augusto Meyer, Ernani Fornari, Theodomiro Tostes, Sotero Cosme, João Santana, Ruy Cirne Lima e Paulo de Gouvêa, entre outros que perambulavam pelas imediações da “Rua da Igreja” (Duque de Caxias). Seus textos de “remembrancista” sucedem, no humor e na temática, aos de Álvaro Moreyra - integrante da roda da “Praça da Caridade”, e representante da geração “avó” do grupo Quixote que, nos anos cinquenta, “sentaria praça” na Alfândega.

Estreou, junto com Augusto Meyer, na revista “Máscara”, “órgão dos modernistas gaúchos”, conforme Zilberman (1999: 31). Theodomiro Tostes (1989), Érico Veríssimo (1994) e Augusto Meyer (1996) recordam, entre os pontos de encontro do grupo modernista de que participava Ferreira, a afluência, nas horas diurnas, entre a redação do *Diário de Notícias*, a Livraria do Globo e o Colombo, no Largo dos Medeiros, nas pausas para o café. À noite, nas horas mais prolongadas do chope, freqüentavam o bar Antonello, na rua da Praia, ao qual também acorriam Laytano, Reynaldo Moura e Érico Veríssimo. Nessas ocasiões, Ferreira costumava fazer caricaturas poéticas dos amigos. Por seu temperamento irônico e pelas excelentes qualidades de frasista, Guilhermino César (1994: 137) classificou-o como uma espécie de “Rivarol gaúcho”. Foi bastante próximo de Nilo Ruchel e do crítico de música João Santana, companheiro de página literária dominical no *Diário de Notícias*, criado por Leonardo Truda em 1925 e tido como “um campo de treinamento literário” daquela geração (Tostes, 1989: 46). Já durante a Revolução de Trinta, Athos Damasceno Ferreira compôs com Ernani Fornari, Dante de Laytano e Reinaldo Moura a *Agência de Notícias da Revolução*, que repassava por via telegráfica aos jornais do Rio Grande do Sul e de outros estados do país o andamento da mobilização armada.

Ferreira era habituê dos jantares oferecidos pela Livraria do Globo em casa dos Lambiase – família do barbeiro de Henrique Bertaso – onde acontecimentos literários, como a chegada de autores de fora ou de gaúchos residentes no Rio de Janeiro, como *Aug* (Augusto Meyer) e Álvaro Moreyra, costumavam ser festejados em confraternizações periódicas, “só para homens”. Nesses jantares compareciam, além de Veríssimo, Bertaso e Vellinho, autores como Mario Quintana, Dante de Laytano, Guilhermino César, Maurício Rosenblatt, Reynaldo Moura e, “vez que outra, Manoelito de Ornellas” (Veríssimo, 1973: 63). Também na casa dos Lambiase foi comemorado o lançamento da revista *Província de São Pedro*, onde Ferreira teve presença destacada.

Sua produção em livro inicia na década de vinte, com a poesia. Esta foi classificada por Zilberman (1999: 31) como similar à dos parceiros Meyer e Theodomiro Tostes: “modernista” com “resíduos simbolistas”. Publica em 1920 *Turbilhão* e, em 1927, *Poemas do sonho e da desesperança*. Com *Poemas da minha cidade* (1936) consagra-se como “o principal expoente da temática urbana em versos” (Zilberman, 1999: 31). Em 1937 estréia na prosa com *Moleque: novelinha de arrabalde*, “inserindo-se na vertente também trilhada pelo romance de 30 e, entre os sul-rio-grandenses, por Érico Veríssimo, Telmo Vergara e Dyonélio Machado” (Zilberman, 1999: 31) A contar dos anos quarenta, alça vôo na pesquisa histórica e de folclore.

Foi, juntamente com Dante de Laytano e Reinaldo Moura, conselheiro técnico da Divisão de Cultura, e um dos responsáveis pela indicação de Ênio Freitas e Castro à chefia da divisão. (Nedel, 1999: 165). Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico tardiamente (em 1957), depois de ter publicado há mais de dez anos seu primeiro volume dedicado à História. Foi descrito pelo amigo Érico Veríssimo como sendo “antes de tudo um gaúcho que jamais fez demagogia com a bombacha, a bravata e as cargas de cavalaria dos Farrapos”. “Homem da cidade.” (Veríssimo, 1994: 243), foi um dos raros afiliados do *folclorismo* particularmente interessado em temas do cotidiano da cidade, como a indumentária, a culinária, a arquitetura e as atividades culturais (teatro, imprensa, etc.) de Porto Alegre no século XIX. Para Guilhermino César, sua obra “constitui, pela variedade dos temas tratados, o primeiro lance de uma antropologia cultural interpretativa, em

extensão não alcançada, entre nós, por nenhum outro investigador” (César, 1994: 139)

Teve uma relação cordial mas um pouco distante com Dante de Laytano, que costumava citá-lo, juntamente com Érico Veríssimo e Mário Quintana, como um dos grandes autores “não regionalistas” do Rio Grande (Laytano, 1986: 49). Na CEF, sua atuação foi discreta. Frequentou com alguma regularidade as reuniões em Porto Alegre, pesquisou também regularmente, mas não teve seus trabalhos publicados pela comissão, mas pela *Província de São Pedro* e pela UFRGS. Tampouco exerceu atividades de representação da comissão local, nem mesmo por ocasião dos eventos realizados na capital porto-alegrense, aos quais compareceu como ouvinte. Faleceu em Porto Alegre, em 1975. No ano seguinte foi eleito Patrono da Feira do Livro.

Principais títulos: *Imagens Sentimentais da Cidade*, crônicas. Porto Alegre: Globo, 1940; *Menininha*, novela, Porto Alegre: Globo, 1940; *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre*, Porto Alegre: Globo, 1944; *Motivos de Clown*, poesias. Porto Alegre: Globo, 1941; “Interpretação de Lobo da Costa”, separata da revista *Estudos*, Porto Alegre, PUCRS, 1953; “O Teatro em Porto Alegre no século XIX” *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, ed. Faculdade de Filosofia UFRGS, 1954; *Palco, Salão e Picadeiro*, Porto Alegre: Globo, 1954; “Apontamentos para o Estudo da Indumentária no Rio Grande do Sul” *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, ed. Faculdade de Filosofia UFRGS, 1956 (antes publicado na PSP, v. 10, n. 20, p. 93-104, dez. 1954); “Breve Notícia e Ligeiras Considerações acerca da Arte doceira no Rio Grande do Sul” In: *Doces de Pelotas*, Porto Alegre: Globo, 1957; “Sociedades Literárias em Porto Alegre no Século XIX.” *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, Porto Alegre, ed. Faculdade de Filosofia UFRGS, 1962.

DANTE DE LAYTANO

Nascido em Porto Alegre, em 1908, Dante é filho dos imigrantes calabreses José Laitano e Maria Arone Laitano. Seu pai era um comerciante republicano, dono de duas sapatarias em Porto Alegre. Iniciou seus estudos em aulas particulares com um irmão dos propagandistas republicanos Apolinário e

Apeles Porto Alegre, o também fundador do Partenon Literário Aquiles Porto Alegre, com quem aprendeu história e português. Mais tarde, entre 1918 e 1925, estudou no Júlio de Castilhos onde, segundo contou mais tarde, teria aprendido a ser duas vezes “castilhista”: “Razões sem conta levaram-me a admiração incondicional de Júlio de Castilhos, o Patriarca da República no Rio Grande do Sul, líder que foi, presidente e consolidador da República. [...] Dirigia eu, mais tarde, o Museu Júlio de Castilhos, e menino percorri do primeiro ao último ano do Colégio Júlio de Castilhos. Considero-me um Castilhista.” (Laytano, 1986: 113)

[...] o sortilégio de Augusto Comte nos impressionou no Rio Grande do Sul e, minha geração foi a última que viria a defrontar-se com o crepúsculo de sua área de ação na Província e mesmo no meu colégio, o Júlio de Castilhos, professores não escondiam as preferências ao positivismo e alguns nos doutrinavam discretamente. [...] O Colégio Júlio de Castilhos abrigava mestres eminentes, alguns vindos da propaganda republicana, outros que lhe eram dependentes e continuaram os ensinamentos. (Laytano, 1983c: 38)

Em 1941 formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo servido, antes disso, como promotor público e juiz distrital em vários municípios do interior, como Sobradinho, Torres, Cachoeira e Rio Pardo. Nestas cidades começou a escrever monografias históricas, abordando aspectos do povoamento e a história político-administrativa local.

Trabalhando vinte e um anos até vinte e sete ou oito no interior do Estado, achei de bom alvitre aproveitar os amplos ócios que o pouco serviço me dava, como Juiz Municipal ou Promotor Público, e estudar a história local. [...] Demorei-me no remexer os arquivos municipais, juntar material, ouvir gente velha como testemunha da história, andar a cata de livros antigos, manuscritos inéditos, cadernos de apontamentos [...] É uma receita que dou aos jovens [...]. Lute pelos arquivos, pelos papéis velhos, os álbuns de família, a correspondência que se acha guardada ou escondida e apaixone-se pelo passado de cada cidade que for apresentado. Os resultados são belos no comum e na modéstia das coisas mas fazem bem à alma de quem estuda o antigo. (Dante de Laytano, 1979: 20-21)

Ainda quando promotor em Rio Pardo, conheceu Ilha Lopez de Almeida – moça de família tradicional, filha e irmã de estancieiros e concunhada de uma irmã de João Goulart. A propriedade rural dos sogros hospedou, entre outros intelectuais amigos de Laytano, Gilberto Freyre e José Lins do Rego em 1940. Sua carreira profissional, como a dos colegas Moysés Vellinho, Darcy Azambuja e Elpidio Ferreira Paes, iniciou no Direito e logo se desdobrou por outras áreas.

Dante começa no jornalismo, ainda quando estudante. Aos vinte anos, participa da propaganda aliancista na imprensa universitária, como diretor do jornal “Oásis”. Dois anos mais tarde, com a revolução em andamento tomaria parte, junto com Ernani Fornari, Athos Damasceno Ferreira e Reinaldo Moura, da *Agência de Notícias da Revolução*.

Dante de Laytano, então ainda um “aprendiz de feiticeiro” no mundo das letras, participava como coadjuvante do chamado “grupo da Livraria”, que teve naqueles tempos uma posição de grande influência. Em 1932 assinou, junto com outros nomes da intelectualidade gaúcha, o *Manifesto dos Intelectuais* publicado na Revista do Globo – quando, “passados dois anos [a revolução] teve que renovar a sua fé, para evitar sua deterioração.” (Laytano 1983b: 615) A *Revista do Globo*, por sua vez, teria sido criada por sugestão de Getúlio Vargas, que todos os sábados “parava na porta da Livraria [. . .] e ali formava a sua pequena corte” (Laytano, 1986: 114). Na Globo - editora de dois dos seus três primeiros livros - Laytano conheceu o Diretor de Edição, Mansuetto Bernardi, conhecido por incentivar autores iniciantes. Na época, Bernardi intercedeu em favor de uma viagem sua de estudos à Itália. Nas oficinas da Globo Dante também travou contato com outros nomes importantes do grupo, com os quais manteria uma identificação geracional, alinhavada por relações próximas com políticos de importância, como João Neves da Fontoura. Outros políticos - então deputados, como Coelho de Souza, Xavier da Rocha e Loureiro da Silva - eram freqüentadores do escritório de advocacia que, por pouco tempo, o historiador manteve à mesma rua da Praia, na Galeria Chaves, perto da livraria. O sócio era Abelardo Marques, colega seu de faculdade e genro de Eduardo Duarte, responsável por sua entrada no MJC, em 1934.

Pouco antes de ingressar no Museu, Laytano ensaiava suas primeiras incursões literárias, começando com as crônicas de “Uma Mulher e outras Fatalidades”, de 1931 e o volume, dedicado à crítica, “Colecionadores de Emoções”, de 1933. Lançou também uma revista chamada “Silhueta” e colaborou no conhecido periódico “Dom Casmurro”. Nos anos trinta começa a deixar, aos poucos, a literatura. Segundo confissão sua a Álvaro Moreyra, Dante acabou contentando-se com abandoná-la, resignando-se a manter um “espírito livresco” resultante, segundo ele, “de vários impactos”: “a revolução de Mário de Andrade, a inspiração de Monteiro Lobato, o

estilo de Alcântara Machado [e] a força da poesia [que] emanou sempre [. . .] de Álvaro Moreyra”, do qual se dizia um plagiário confesso, a ponto de trocar “o i de Laitano para o y, o que foi puro Álvaro Moreyra”. (Of. 146, 10/4/56, a Álvaro Moreyra. AMJCE 1956, v.3, AP 1037, Caixa 001).

A experiência literária viria a se integrar então aos instrumentos escolhidos para reescrever a história do Rio Grande do Sul. Difusamente, ela seria expressa em certos princípios de orientação teórica, bem como em áreas de interesse, como o folclore, a filologia e a dialetologia – em que invariavelmente tomava como fontes os clássicos da literatura regional. Mas sua incorporação mais epidérmica se expressa em hábitos típicos de uma geração atenta aos cuidados da escrita na era pré-telefonía. A literatura fez de Laytano um missivista contumaz e, para fortuna de futuros historiadores, informal: “Aprendi com o grande Mário de Andrade que escrever cartas também é uma obrigação literária, além do mais acho que o estilo burocrático não se perturba com algumas palavras menos frias [. . .].” (Of. 765, 26/9/56 a Gil de M. Maranhão [Instituto do Álcool e do Açúcar, Recife] AMJC CE 1956, v.1. AP 1031)

O ingresso no círculo dos historiadores teve como percurso o Museu Julio de Castilhos, onde entrou pela mão de Eduardo Duarte e Alcides Maya, ambos funcionários públicos e sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico. Segundo relato de Dante, quando moços ele e alguns outros eruditos da sua geração, como Walter Spalding, de Paranhos Antunes, Manoelito de Ornellas e Olinto Sanmartin, tiveram nesses dois nomes apoio para ingressarem nas atividades intelectuais. O ex-diretor do museu tributa diretamente a Eduardo Duarte sua passagem da promotoria pública à pesquisa histórica:

Walter Spalding, De Paranhos Antunes, Olinto Sanmartin e eu fomos trabalho dele. Dedico-me aos estudos da história porque o Dr. Eduardo Duarte assim me guiou, influenciou e exigiu, com sugestões e propostas de estudos vastos e simpáticos planos.[. . .] Fui seu funcionário. Na leitura, classificação e análise de documentos. Eu era Promotor Público mas a história do Rio Grande virara paixão perdida.” (Laytano, 1986: 108)

Em seu depoimento, mencionou por diversas vezes a importância de Duarte na iniciação daqueles que, nos anos cinquenta, comporiam a linha de frente oposicionista dentro do Instituto Histórico:

O Dr. Eduardo Duarte era um homem nobre, elegantíssimo, - era um homem simples (como convém a um homem inteligente). Então ele conseguiu sempre ser rodeado de jovens, novos, tá - o Walter Spalding - que depois, com uma obra enorme, foi diretor do Arquivo da Prefeitura Municipal - foi um dos primeiros empregos com a criação pelo Dr. Eduardo Duarte. [. . .] era um grande pioneiro, um criador, amigo dos jovens - Walter Spalding, De Paranhos Antunes e a mim - ih, mais uns dez ou vinte jovens, tudo trabalhando lá [no Museu]. [. . .] Até hoje o tenho na conta de pioneiro e amigo de todos nós - Walter Spalding, De Paranhos Antunes, Manoelito de Ornellas, eu, todos nós que começamos a escrever nos jornais. (Laytano, Entrevista..1998)

Ainda quando residia em Rio Pardo, Eduardo Duarte chamou Laytano para a realização dos primeiros trabalhos, que lhe renderam publicação na Revista do IHGRS.⁵³¹ Em 1932, nas horas vagas da Promotoria, participou de um projeto nacional de levantamento de monumentos históricos daquela cidade, enquanto Duarte ocupava-se do censo patrimonial em Porto Alegre.⁵³² Dois anos depois, escreveu o primeiro de uma série de trabalhos sobre o linguajar gaúcho, abordando temáticas praticamente ignoradas pelos historiadores de então, como os “africanismos no dialeto gaúcho”.⁵³³

O convite formal para ser funcionário no MJC partiu de Alcides Maya, em 1934. Naquele ano, Dante é cedido pela justiça e passa a trabalhar como 1º oficial do Museu Julio de Castilhos: “Eu era amigo do Dr. Alcides Maya. Ele me convidou pro Museu do Estado.. [. . .] Porque tudo tava fechado, né? Tudo tinha dono, tudo tinha a porta trancada, e nós? Nós não éramos nada, tinha que ficar do lado da rua, né? Mas o Dr. Alcides Maya nos chamou”. (Laytano, Entrevista..1998).

Freqüentando regularmente o museu, recebendo de Duarte os encargos e diretrizes temáticas para a execução dos trabalhos, Dante garantiu sua participação como congressista no evento comemorativo ao Centenário Farroupilha, onde recebeu menção honrosa por “Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e sua

⁵³¹ “Monumentos Históricos e Artísticos de Rio Pardo”. Revista do IHGRS, Porto Alegre, n. 46, p. 181, 1932. c/fotos.

⁵³² É provável que tal projeto tivesse partido do Museu Histórico Nacional, no ano em que Gustavo Barroso reassumia o cargo de diretor e ali instituía uma série de mudanças. Entre estas, uma das mais importantes foi a criação de uma até então inédita Inspetoria de Monumentos Nacionais, oficialmente implantada em 1934 e responsável pela identificação, classificação e restauração dos principais sítios históricos brasileiros. Ver WILLIAMS, Daryle. “Sobre Patronos, Heróis e Visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.29, p.141-186, 1997, p.142-143.

⁵³³ Ver “Os Africanismos do Dialeto Gaúcho”, Revista do IHGRS, Porto Alegre, n. 62, p. 167, 1936; e “O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul” Idem, n. 65, p. 95, 1937.

Evolução Histórica”. No mesmo ano foi admitido como sócio efetivo do Instituto. Um ano depois, em 1936, teve editado pela Livraria do Globo o livro *História da República Rio-grandense*, sua primeira obra de peso no campo da investigação histórica e uma das mais conhecidas de sua carreira.

Na verdade, a década de trinta marca o ingresso não apenas de Laytano nos quadros do Instituto, mas de outros companheiros que se mantiveram próximos ao longo da carreira: nascido em 1908, Laytano era o mais jovem da turma, cujas demais datas de nascimento, com exceção de Olinto Sanmartin (o mais velho, de 1896), variavam entre 1900 (Reinaldo Moura) e 1903 (Manoelito de Ornellas). Walter Spalding e Jorge Felizardo eram de 1901, Athos Damasceno Ferreira e de Paranhos Antunes de 1902. Desses, somente Reinaldo Moura nunca chegou a sócio do IHGRS. Os demais, com exceção de Athos Damasceno e Jorge Felizardo, que ingressaram respectivamente em 1941 e 1957, tornaram-se sócios entre 1932 e 1937, sendo que meses antes de Laytano (1936), ingressaram Manoelito de Ornellas e de Paranhos Antunes (1935). (Ver quadro de entradas, em anexo)

Esses foram os primeiros passos na rápida ascensão de Laytano como historiador. Daí pra frente suas atribuições se intensificam. Em 1936 passou a atuar na Secretaria de Educação, como Chefe de Gabinete do Secretário José P. Coelho de Souza (1937-1945) – freqüentador do escritório de advocacia, e sucessor de Othelo Rosa na pasta. Em 1940, reaparece no MJC como subdiretor, substituindo Alcides Maya na chefia da Seção do Arquivo e coordenando os trabalhos do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia promovido pelo IHGRS. Também no ano do III Congresso (e na década de quarenta de uma forma geral) Laytano exerce influência política sobre o Instituto. Dirige a revista e integra a Comissão de Folclore e Línguas Indígenas, juntamente com Manoelito de Ornellas, que também era membro da Comissão de História, tendo de Paranhos Antunes por companheiro. Walter Spalding era 2º Secretário e membro da Comissão de Estatutos; Olinto Sanmartin, além de Bibliotecário, integrava a Comissão de Geografia. Nenhum deles integrava a Comissão de Avaliação de ingresso de sócios quando, um ano mais tarde, deu entrada o nome de Jorge Felizardo nos quadros do Instituto, embora Laytano se diga um dos responsáveis pela indicação.

Nos anos cinquenta, quando finalmente assume a direção do MJC (1952-1960), Dante leva junto a Comissão Gaúcha de Folclore, que havia fundado e presidido desde 1948. Além da CEF, instalou no Museu uma espécie de comitê “informal” do ICOM/Spahn em nível estadual, graças aos vínculos de amizade com Rodrigo Mello Franco de Andrade. No entanto, a mesma década que marca na carreira do historiador a abertura de novas frentes institucionais de atuação, também registra o fechamento das portas no IHGRS. Lá, Laytano só voltará a ocupar cargos em 1982, quando assume o posto de tesoureiro. Também a interdição do Instituto ao seu sistema de trocas justifica as expectativas que alimentou de assumir o Museu. Já ao iniciar sua administração, Laytano emitiu dezenas de circulares comunicando a posição alcançada, sobretudo a antigos amigos intelectuais, muitos desempenhando cargos políticos. Neste sentido, é ilustrativa a carta enviada a Coelho de Souza, onde além de discutir a lei sobre as cátedras das Faculdades de Filosofia, compara os destinos de antigos conhecidos: “[. . .] O Damaso Rocha, de saudosa memória que aqui é citado por acaso [na Revista do Museu] sonha com Caixa Econômica, dinheiro, etc. e eu com museu, arquivo, história... Bem, não se pode mudar a natureza das coisas. [. . .] Sabes que estou finalmente Diretor do Museu? Não sou objeto de museu... Esperei 12 anos para o Kemp sair. A Revista é feita por mim, não te disse, antes?” (Carta, 24/6/52 a Coelho de Souza. AMJCE 1952 v.1, AP 1026).

Em suas memórias, Dante refere-se ao posto de Diretor como o coroamento de antigas ambições, além de um meio de superar o autodidatismo a que a “vocação” para história obrigava seguir: “Não existiam cursos nesta época para formar um especialista em documentação. Tinha que se aprender por si. O autodidatismo era a única saída. Partia-se para o prazer, para a vocação de alguma coisa [. . .] Também tive meus sonhos desse tipo. Entendi que deveria ser Diretor do Museu Julio de Castilhos. E o fui. Escrevia história e achei que o escalão mais alto era a casa do Patriarca, o grande gênio que foi Castilhos.” (Laytano, 1986: 248.)

Depois de um período de grande ebulição, com a mudança do regimento, a volta da revista, o incremento do acervo, e, finalmente, a reintrodução da pesquisa

entre as tarefas atinentes à instituição, os anos 1957-1958 marcam o começo do fim de todos esses progressos. Com o desdobramento das coleções e a criação de outras instituições culturais, o museu começa novamente a perder terreno como centro de referência em História e Folclore, após a saída do Arquivo e a fundação do ITF. Em 1958, depois de descoberto o roubo de uma valiosa coleção numismática por um funcionário do Museu, sua administração é suspensa pela viagem aos Açores encerrando-se, na volta, com a perda do poder de decisão no interior da máquina administrativa da Divisão de Cultura. Em 1960 o diretor decide aposentar-se do funcionalismo, sem deixar de se dedicar à Comissão, transferindo-a para a universidade, aos cuidados do Instituto de Artes. Segundo Marina Fiory Santana, o afastamento da máquina cultural teria ocorrido em razão de desavenças com os titulares da SEC no governo petebista de Leonel Brizola, governador que deu grande apoio ao *tradicionalismo*.

No ensino universitário Laytano ingressou em 1944, por indicação de Elpídio Ferreira Paes - amigo pessoal com quem havia lecionado língua portuguesa no Colégio Rosário. Foi um dos fundadores das duas primeiras Faculdades de Filosofia no Rio Grande do Sul (nas quais também atuou como diretor), surgidas no início dos anos quarenta na Pontifícia Universidade Católica - com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1940) - e na de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (1943), onde começou ensinando Português e Literatura Brasileira, passando mais tarde à Cátedra de Civilização Brasileira. Em 1952, quando da federalização da URGs, foi nomeado interinamente catedrático sem ter que prestar os exames de praxe. Fez estágios no Instituto de Cultura Hispânica, em Madrid; na Universidade de Peigguia, Italia e no Museu do Homem, Paris, em 1961. Na UFRGS presidiu o Congresso Brasileiro de Dialetoлогия (1956); foi Presidente Comissão Publicações (1962-1965); Chefe Departamento História UFRGS (1964-1966); novamente chefe de departamento 1971, Presidente da Comissão de História, Vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1972. Em 1975 cumpre mandato de Diretor do mesmo instituto, sendo reeleito em 1976 (cargo no qual se aposenta).

Também lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Seminário Maior de Viamão, na Universidade de Caxias do Sul e na

Faculdade Palestrina, onde instituiu um curso de Especialização em Folclore. Manteve sua atuação na universidade até pelo menos meados da década de oitenta quando, mesmo depois de aposentado (1977), continuava chefiando o Gabinete de Pesquisa Histórica, também criação sua. A esta altura, já tinha mais de duzentas publicações, entre livros, teses, monografias e memórias. (Baseado em Nedel, 1999)

DARCY PEREIRA DE AZAMBUJA

Nasceu em Encruzilhada, RS, em 1903. Filho do agente fiscal do Ministério da Fazenda Inácio Soares de Azambuja, e de Maria José Pereira de Azambuja. Com nove anos veio para Porto Alegre, mas em razão dos compromissos do pai (que exerceu o cargo de Intendente em Dom Pedrito), freqüentou a escola primária no interior, em Dom Pedrito e nas cidades de Encruzilhada, Bento Gonçalves e Erval. Em 1916 transferia-se definitivamente para a capital, a fim de cursar o secundário no Colégio Militar, concluído em 1922. Enquanto preparava o vestibular para a Faculdade de Direito, trabalhou como atendente na ferragem Bromberg & Cia.

Em 1923 ingressou no curso de Direito, trabalhou na mesma faculdade entre 1923 e 1931 como bibliotecário e secretário, bacharelando-se em 1927. Ainda estudante, publicou o livro “No Galpão”, que recebeu o prêmio de contos da Academia Brasileira de Letras em 1925. Em 1927, foi convidado para redator do jornal *A Federação* - órgão oficial do PRR, do qual chega a Diretor e em que permanece até 1931. Em 1928, acumula as funções de Promotor Público e Inspetor de Ensino (1928-1929) e se casa com Maria Viana, tendo como testemunha o então deputado e amigo Othelo Rosa (Rodrigues, 2002: 198). Em 1930 entra para o IHGRS, onde é recebido pelo mesmo Othelo Rosa (cf. “Discurso proferido na recepção ao Dr. Darci Azambuja no seio do Instituto”. *Revista do IHGRS* n. 43/44, p. 333, 1931) Em 1933, recebe de uma banca composta dos Desembargadores André da Rocha (Diretor da Faculdade) e Florêncio de Abreu (consócio e fundador do IHGRS), Adroaldo Mesquita da Costa (idem), João Carlos Machado e Normélio Rosa, nota dez em concurso público para a cátedra de Direito Constitucional, que lhe confere o título de Doutor em Direito.

Segundo Dante de Laytano, foi o ingresso no jornal *A Federação* que levou Azambuja à política. (Laytano, 1986: 227). Durante o governo de Flores da Cunha, foi Secretário do Interior (1935-1937), substituindo-o por três vezes. Assinou, como Interventor interino e junto com o então Secretário da Educação Othelo Rosa, o decreto de criação da Universidade de Porto Alegre. (Rodrigues, 2002: 198). Sai do PRR e ingressa no Partido Republicano Liberal. Com a curta duração da Constituição de 1934 e o correr dos acontecimentos que levam à prisão de Flores da Cunha (o organizador do partido) e ao Estado Novo, Azambuja, “decepcionado com a política”, “traído pelos amigos”, devota-se inteiramente à carreira universitária (Laytano, 1979: 70). Desde 1933 já lecionava as matérias de Direito Constitucional e Teoria geral do Estado na Faculdade de Direito. Nos anos quarenta, deu aulas na Faculdade de Filosofia da UFRGS, primeiro de Introdução à Filosofia e, depois, em 1944, substituindo Dante de Laytano (quando este passa à cátedra de História do Brasil) na Cadeira de História da Antigüidade e da Idade Média no curso de Geografia e História. Lecionou ainda Estética e, no curso de Ciências Sociais, Política. Na mesma universidade, foi aliado de Arnaldo Câmara, líder católico (Cf. Rodrigues, 2002, anexos).

Membro do Conselho Universitário da Universidade Católica, foi um grande aliado de Dante de Laytano naquela universidade e na UFRGS. Nesta última, foi o responsável direto pela aprovação, também pelo Conselho Universitário, em 1949, do projeto de criação de um Museu de Folclore vinculado à cadeira de História do Brasil, então ocupada por Laytano. Participou de bancas avaliadoras de faculdades de Direito em vários estados brasileiros (integrou a banca examinadora da tese de Afonso Arinos, no Rio de Janeiro). Como Moysés Vellinho, Darcy Azambuja “não fazia vida boêmia” (Veríssimo, 1994: 243). “De vida extremamente simples e avesso à publicidade” (Assis Brasil, 1999: 65), por cinquenta anos teve editadas pela Livraria do Globo suas obras de direito e ficção. Seu premiado livro *No Galpão*, teve sete edições até 1960. Os demais, *Contos rio-grandenses* (1928), *A prodigiosa aventura e outras histórias* (1939) e *Coxilhas* (1956) não tiveram o mesmo êxito, nem de crítica nem de público.

O interesse de Azambuja pelo folclore liga-se de perto à sua carreira de escritor *regionalista*. Frequentou os congressos da CNFL em Porto Alegre e o do

Rio de Janeiro, em 1951, onde recebeu do parecerista de seu trabalho “Principais Lendas do Rio Grande do Sul”, a observação de que “esperava de Darcy Azambuja contribuição mais alentada”. De fato, Darcy especializou-se em “coligir” lendas, algumas criadas por ele mesmo, e que se constituíam no principal veio de sua obra ficcional. Segundo Laytano, o autor defendida a idéia de que “lendas e superstições no Rio Grande eram ignoradas antes de Simões Lopes Neto publicar sua ‘Lenda do Sul e Contos Gauchescos’”, e que sendo o próprio Simões autor de muitas delas, não havia razão para pudores em admitir a criação das suas. (Laytano, 1986: 225). Por mais de trinta anos, Azambuja e Laytano foram amigos chegados desde que Elpídio Ferreira Paes, Diretor da Faculdade de Direito, amigo de Azambuja e responsável pela entrada de Laytano na Universidade, aproximou-os. (Laytano, 1986: 222-223). Morreu em plena atividade, em Porto Alegre, em 1970. Seu filho, Carlos Azambuja, tornou-se juiz de Direito e professor universitário.

ELPÍDIO FERREIRA PAES

Nasceu no município de Palmeira, no Alto-Uruguai, RS, em 1902, filho de Pelágio Peruviano Paes e Ernestina Ferreira Paes. Fez os primeiros estudos no colégio Julio de Castilhos (1913-1917) e no colégio marista N. Sra. Rosário 1918-1923. Bacharelou-se em Direito em 1929, tornando-se Doutor em 1939. Foi Promotor Público em Taquara, entre 1929 e 1931, e redator do jornal *O Município*, daquela cidade. Tornou-se um dos mais conhecidos professores de português de Porto Alegre. Professor de Latim e de Língua Portuguesa nos colégios Anchieta e N. Sra. do Rosário, entre 1933-1938, convidou Dante de Laytano para substituí-lo neste último. Também lecionou Latim e Português nas faculdades de Ciências Políticas e Econômicas URGS (1933-1940), na Faculdade de Educação (1939), e de Filosofia (desde 1940 até a aposentadoria), para a qual convidou Dante de Laytano a ingressar em 1944, também como professor de Português. Em 1968 tornou-se Diretor do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia.

Na área do Direito, destacou-se no ensino de Direito Romano na Faculdade de Direito da URGS (a partir de 1942), da qual foi também Diretor. Era membro

da Associação de Professores Católicos.

Compareceu, juntamente com Laytano, ao Congresso de Língua Nacional Cantada, promovido por Mário de Andrade em 1937, quando apresentou o trabalho *Alguns Aspectos da Fonética Sul-Rio-grandense*, publicado na Revista do IHGRS (n. 68, p. 165, 1937) e, no ano seguinte, pela Globo. Na CEF, foi-lhe delegado cuidar do assunto “Vocabulário” (Cf. “Comissão Nacional de Folclore. Instalação de uma Sub-comissão do Órgão Brasileiro da ‘Unesco’”. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, 21 abril 1948. BAM TEMÁTICO, PASTA 25 Comissão rio-grandense de folclore, F 1252). Ingressou por convite pessoal do Presidente, Dante de Laytano, mas restringiu-se a lhe emprestar o nome, sem nunca publicar pela comissão local, pela CNFL ou comparecer a eventos. Laytano descreve-o como “fraternal amigo”, de “personalidade dura”, “casmurro”, mas “companheiro de todos os dias”. “Aprendi com ele esta maneira de negar-me a freqüentar a corte sem agressão, não guerrear os poderosos mas não os bajular. Grande homem, grande amigo e grande mestre. Metade de minha vida de professor quase lhe pertence pela nossa aproximação de anos e anos.” (Laytano, 1981: 15).

Outras publicações: “Dois séculos de linguagem portuguesa. IHGRS *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: 1940 - Volume IV, p.2517; “Linguajar Sul-rio-grandense” In: *Imagem da Terra Gaúcha*, Porto Alegre: Liv. Cosmos, 1942; Paes, “Einar Löfstedt: roman literary portraits”. *Veritas* (PUCRS) Porto Alegre, v.5, n.1/4, 1960. p.221-230

ÊNIO DE FREITAS E CASTRO

Professor, compositor, pianista, regente, folclorista e musicólogo. Junto com Laytano e Spalding, foi dos membros mais atuantes da CEF.

Nasceu em Montenegro (RS) em 27 de junho de 1911, filho de Luís de Freitas e Castro e Andréa Ceci de Sá Brito Castro. Faleceu em 21 de junho de 1975. Iniciou sua formação musical em Vacaria (RS), onde, com treze anos de idade era pianista do cinema. Em 1925, já em Porto Alegre, ingressou no Conservatório do Instituto de Belas Artes. Ali estudou com Antonina Maineri (piano) e Assuero Garritano (teoria musical e harmonia). Após seu primeiro recital, em dezembro de 1930, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ingressou no

Música, 1945.

"Música popular no Rio Grande do Sul", no livro *Rio Grande do Sul - Imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Liv. Cosmos, 1942

"A Composição musical no Rio Grande do Sul", *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense* (UFRGS, Porto Alegre, 1960),

"A Música no Rio Grande do Sul no século XIX". In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1956, v. 2.

"A Música no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX". In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1957, v. 4.

"A Música". In: *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1964 [2ª. ed. 1969].

De sua obra musical, destacam-se: Música orquestral: Sinfonia e Suite, para orquestra de cordas. Música de câmara: Trio, para piano, violino e violoncelo e Quarteto de cordas Canto e piano: Historietas, Mar, Ouve o canto da noite, Porque, A velha carta e A Vida.

ÉRICO VERÍSSIMO

Ao lado de Jorge Amado e José Lins do Rego, Érico Veríssimo figura como um dos primeiros escritores brasileiros a viver exclusivamente de literatura. O mais conhecido escritor gaúcho nasceu em Cruz Alta, no planalto central do Rio Grande do Sul, em 1905. Filho de família rica e tradicional, seus avós eram dos principais proprietários de terra da região. Derrotado politicamente, o pai, que tinha o hábito da leitura e era herdeiro de latifúndio, acabou por tornar-se boticário. No entanto, a biblioteca paterna deu-lhe oportunidade de tomar contato com revistas e obras de autores franceses, como a *Mercure de France*, *L'illustration*, e Maurice Leblanc e Dumas, além dos autores de língua inglesa, dos quais era assíduo leitor. Começou os estudos em Cruz Alta, partindo, mais tarde, a Porto Alegre, para cursar o ginásio no colégio interno protestante Cruzeiro do Sul. O curso, financiado pelas costuras da mãe, já separada de seu pai, teve de ser interrompido. Veríssimo, sujeito às conseqüências da ruína financeira e familiar, precisou, aos 18 anos, abandonar os estudos para trabalhar como empregado de

um armazém de secos e molhados de seu tio Americano Lopes; foi também bancário no Banco Nacional de Comércio e dono de uma farmácia aberta em 1926. Em 1927 conheceu, em Cruz Alta, a futura esposa, Mafalda Halfen Volpe, de pai calabrês e mãe descendente de alemães. Ainda no interior, conhece o também escritor e farmacêutico Manoelito de Ornellas: “Residia ele em Tupanciretã, escrevia prosa e verso, amava os livros e, como eu, tinha uma farmácia. Esse foi o princípio duma amizade que seria duradoura, embora às vezes um pouco desencontrada, por causa de nossa diferença de temperamentos.” (Veríssimo, 1994: 219). Foi Ornellas quem, em 1928, já residindo em Porto Alegre, intermediou a primeira publicação de Veríssimo na capital. O autor, que para Veríssimo tinha um estilo “florido” demais, enviou, junto com uma carta de recomendação a Mansuetto Bernardi, o conto “Ladrão de Gado”, de autoria deste último, para ser publicado na *Revista do Globo*. (Veríssimo, 1994: 221)

Falida a farmácia, em 1930 Érico muda-se, com a ajuda financeira do futuro sogro, em definitivo para Porto Alegre, a fim de tentar carreira literária e com a esperança de arranjar algum emprego público que lhe possibilitasse casar com a noiva. “A idéia de tornar-me empregado público era-me desagradável, pois eu associava essa condição à necessidade de votar sempre, submissamente, com o Governo. Mesmo assim, em desespero de causa, andei por mais de uma secretaria de Estado em busca de emprego. Na do Interior tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Moysés Vellinho, então chefe do gabinete de Oswaldo Aranha. Era crítico literário e escrevia sob o pseudônimo de Paulo Arinos. [. . .] Diante daquele homem insinuante, de maneiras tão finas e impecavelmente vestido, experimentei um sentimento de inferioridade parecido com o que me assaltara tantas vezes no internato nos fins-de-semana, quando eu olhava para as roupas de meus colegas trajados no rigor da moda e comparava-as com o meu ‘fardamento’ de mandim serrano. Vellinho declarou-me que infelizmente não havia vagas naquela secretaria.” (Veríssimo, 1994: 233)

Na mesma época, começou a freqüentar o Bar do Antonello, onde se reuniam os autores da *Globo*, e conheceu Augusto Meyer, escritor que o encaminhou para o jornalismo literário. Em 1931, casou-se com Mafalda, de quem teria dois filhos – Clarissa (1934) e Luís Fernando Veríssimo (1936). No mesmo

ano, foi contratado por Mansueto Bernardi para substituí-lo na direção da *Revista do Globo* - segundo Veríssimo, "uma das piores revistas do universo", à qual tentou dar um aspecto "menos provinciano" (Veríssimo, 1994: 250 e 252). Boa parte de sua obra foi escrita no escritório da Editora Globo, por onde passavam os mais célebres intelectuais locais e brasileiros. Seus livros foram muito lidos no Nordeste Sua prosa de ficção começa pelo conto urbano, inclui os romances e novelas voltados à desigualdade social e à luta pela sobrevivência na cidade grande.

Em 1932 lança pela Globo o primeiro livro de contos, *Fantoches*. Um ano mais tarde, publica o primeiro romance, *Clarissa*, bem recebido pelo público. De meados dos anos trinta datam também suas obras infanto-juvenis, escritas enquanto mantinha na Rádio Farroupilha um programa infantil ao vivo. Em 1938, o lançamento de *Olhai os Lírios do Campo* deu a Veríssimo grande notoriedade e aceitação popular: "livro que, do ponto de vista de vendas, foi decisivo na minha carreira de escritor". (Veríssimo, 1994: 266). Aos poucos, o romancista abandona a Revista (sendo substituído por Justino Martins) e passa a trabalhar com Henrique Bertaso, na editora. Dela, foi Conselheiro Editorial e tradutor, publicando grande parte da literatura inglesa lida no Brasil a partir dos anos 30, além de toda a sua própria obra. Já os anos quarenta foram duros para Veríssimo. Depois de publicar *Música ao Longe* (1942), foi alvo da censura pública de católicos alinhados às críticas lançadas pelo Pe. Fritzen, professor do colégio Anchieta, que sugeria ao irmão morto de Getúlio Vargas que lá do céu inspirasse o irmão a mandar queimar o livro. O caso gerou, além de um abaixo assinado de intelectuais em defesa do autor, um processo judicial contra o padre. Contudo o episódio conhecido como "caso Fritzen" não foi senão a gota d'água das complexas relações dos intelectuais gaúchos com a censura do Estado Novo sobre a imprensa, as editoras e as estações de rádio, porque os censores eram, não raro, amigos pessoais dos autores censurados. É o caso de Manoelito de Ornellas, chefe do DEIP local, a quem Veríssimo devia seu debut literário. No mesmo ano, o Departamento de Estado Norte-americano convida Veríssimo para ensinar literatura brasileira em alguma universidade.

Exasperado, decepcionado e triste ante a situação brasileira, decidi aproveitar a oportunidade para me afastar de meu país por algum tempo, respirar ares mais livres e descansar de toda aquela choldra estado-novista. Escolhi a Universidade da Califórnia. [...] Mudei-me para Berkeley com toda a família, em setembro de 1943. O que foram os dois anos que passamos entre San Francisco e Los Angeles está narrado em *A Volta do Gato Preto* (1946). (Veríssimo, 1994: 280)

Na viagem, Veríssimo proferiu conferências por todo o país, travou contados rendosos para a Livraria do Globo com autores e agentes literários estrangeiros, reforçou a orientação anglo-saxã de sua obra e da educação dos filhos. O registro das primeiras visitas aos Estados Unidos se encontra nas obras *O Gato Preto em Campo de Neve* (1941) e a *Volta do Gato Preto* (1946). Enquanto durava a viagem, Veríssimo encoraja Henrique Bertaso a realizar o projeto, acalentado por Moysés Vellinho, de criação da revista *Província de São Pedro*:

“Eu me encontrava nos Estados Unidos quando a idéia foi discutida. Achei-a excelente e encorajei Henrique a levá-la a cabo, mesmo sem muita esperança de que uma publicação dessa natureza pudesse vingar em Porto Alegre. Numa troca de correspondência que tivemos então, eu lhe declarava que, na minha opinião, ninguém melhor que Moysés Vellinho para exercer as funções de diretor da nova publicação”. (Veríssimo, 1973: 55)

De volta a Porto Alegre em 1946, depois do sucesso de vendas de *Olhai os Lírios do Campo*, Veríssimo será consagrado pela crítica com o lançamento do primeiro volume de *O Tempo e o Vento*, em 1949. A trilogia, iniciada em 1946 e finalizada em 1962, remonta ao passado histórico do Rio Grande do Sul, dos séculos XVIII a XX, focalizando as disputas de terra e poder pelas famílias Amaral, Terra e Cambará. Abre-se com *O Continente*, (século XVIII até 1895), segue com *O Retrato*, (1909 a 1945) e encerra com *O Arquipélago*, ambientado em 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Sua literatura política se refere aos temas internacionais e nacionais, contendo crítica mais severa às ideologias no período.

Findos o Estado Novo e a II Guerra, a política internacional “pan-americana” que nos anos trinta e quarenta buscava proporcionar experiências de americanização das elites periféricas através de instituições e universidades sediadas nos EUA, é reforçada pelos programas USAID e USIA. “Nesta fase ‘desenvolvimentista’, ademais de para intelectuais, os ‘convites’ para realizar

temporadas de ‘intercâmbio’ nos Estados Unidos se orientaram a funções técnicas como a edição. Assim entrou em vigor, até fins dos anos sessenta, o Franklin Book Program. Por intermédio deste, muitos dos principais dirigentes das maiores editoras do país tiveram experiências profissionais de formação no mencionado país.” (Sora, 1998: 243) Entre 1953 e 1956, Veríssimo foi indicado pelo Itamarati para ser o Chefe do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-americana, na secretaria da OEA, em Washington. Na sequência, Veríssimo visitou vários outros países, colhendo material que resultou em livros como “México” (1952) e “Israel em Abril” (1969). Tornou-se conhecido no exterior, especialmente nos Estados Unidos e em Portugal, e teve obras traduzidas para diversos idiomas. Morreu em Porto Alegre, em 1975, depois de ter publicado o primeiro volume de suas memórias, intituladas *Solo de Clarineta* (1973).

Principais obras. Romances e Novelas: *Clarissa* (1933); *Caminhos Cruzados* (1935); *Música ao Longe* (1935); *Um Lugar ao Sol* (1936); *Olhai os Lírios do Campo* (1938); *Saga* (1940); *O Resto é Silêncio* (1942); *Noite* (1954); *O Tempo e o Vento: O Continente* (1949), *O Retrato* (1951), *O Arquipélago* (1961/2); *O Senhor Embaixador* (1965); *O Prisioneiro* (1967); *Incidente em Antares* (1971). Contos: *Fantoches* (1932); *As Mãos de Meu Filho* (1942); *O Ataque* (1959); *Galeria Fosca* (1987). Crônicas de viagem: *Gato Preto em Campo de Neve* (1941); *A Volta do Gato Preto* (1947); *México* (1957); *Israel em Abril* (1969). Literatura Infanto-juvenil: *A Vida de Joana D’Arc* (1935); *As Aventuras do Avião Vermelho* (1935); *Os Três Porquinhos Pobres* (1936); *Rosa Maria no Castelo Encantado* (1936); *As Aventuras de Tibicuera* (1937); *O Urso com Música na Barriga* (1938); *A Vida do Elefante Basílio* (1939); *Outra Vez Os Três Porquinhos* (1939); *Viagem à Aurora do Mundo* (1939); *Aventuras no Mundo da Higiene* (1939). Ensaio: *Brazilian Literature: an Outline* (1945), (traduzida como: *Breve História da Literatura Brasileira*, 1996). Fontes: Miceli, 1979: 124 et passim; Sora, 1998: 234 et passim; Garcia, 1993: 32; Assis Brasil et alli, 1999: 71; Veríssimo, 1994, v.1 e Veríssimo, 1973.

ERNANI DE CARVALHO HAEFFNER

Artesão e professor de artesanato. Nasceu em Porto Alegre, em abril de 1906. Filho de Paulo de Carvalho Haeffner e Irene Ribeiro Haeffner. Estudou no

Colégio Julio de Castilhos. Foi funcionário da Livraria Selbach e da Livraria do Globo; Diretor do Boletim do Círculo Militar de Porto Alegre. Era maçom. Tornou-se proprietário da Editora Grafipel, por onde publicou suas crônicas. Sócio Benfeitor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Sócio Benemérito da Assoc. Riograndense de Imprensa, grau 33 e Benemérito da Ordem do Grande Oriente do Brasil, Irmão Remido da Irmandade da Terra Santa.

Publicações: *Vademecum Maçônico* (sob pseudônimo de irmão ECH), Porto Alegre: Liv. Andradas, 1954, 2 v. [2ª ed. em 1955]; *A Posse do Novo Governo no Rio Grande do Sul. 1955-1959.* (documentário). *Archimedes Fortini: um grande benfeitor.* Porto Alegre, ed. Grafipel, s/d.

FERNANDO CORONA

Crítico de arte, arquiteto, escultor e professor. Nasceu em Santander, Espanha, em novembro de 1895, descendente de pai e avô arquitetos. Filho de Jesus Maria Corona Alonso e Antônia Cabello. Diplomado pela Escola de Belas Artes de Vitória, Espanha, em 1911. Veio para o Brasil no ano seguinte. Em 1926 associou-se ao escritório de engenharia Azevedo Moura & Gertum. Em 1938, naturalizou-se brasileiro para se tornar catedrático de Escultura e Modelagem no Instituto de Belas Artes, depois de defender a tese *Fidias Miguel Ângelo Rodin*. Ali continuou lecionando por trinta anos. Em 1952, começa a dar aulas na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Também colaborou com crônicas e críticas para o *Correio do Povo* e a *Revista do Globo*. Esculpiu a imagem frontal da igreja de Na. Sra. do Líbano, em Porto Alegre, e projetou a fachada do antigo Banco Nacional do Comércio e do Instituto de Educação Flores da Cunha, construído para abrigar o pavilhão educacional da Exposição do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Na década de cinquenta realiza duas exposições individuais, recebendo a Medalha de Ouro no IV Salão Gaúcho do Instituto de Belas Artes, em 1953. Está representado no acervo do MARGS com *Inca*, escultura em bronze. Membro da ARI, da Sociedade Brasileira de Belas Artes, da Associação Rio-grandense de Música e do Instituto de Cultura Hispânica. Faleceu em Porto Alegre, em 1975.

Bibliografia: “Casas da Cidade de Porto Alegre, *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. IHGRS, Porto Alegre, 1940, v.3;

“Formas Arquitetônicas do Rio Grande do Sul”. *Imagem da Terra Gaúcha*, Porto Alegre, Liv.. Cosmos, 1942. “Escultura e Arquitetura no Rio Grande do Sul”. *Enciclopédia Rio-grandense*, v. 2 e 3. Canoas: Ed. Regional, 1957; “Miguel Ângelo Escultor”. *Estudos*, Porto Alegre, PUCRS, no. 94, 1964. *Amêndoas e Mel. Crônicas de Viagem*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

GUILHERMINO CÉSAR

Nasceu em Pinheiros (hoje Pinhotiba), município de Higienópolis, Minas Gerais, em maio de 1908. Filho do boticário, poeta e tipógrafo José César da Silva e de Isaura da Fonseca César. Em 1910 transfere-se, com a família, para Tebas, distrito de Leopoldina, onde seu pai monta uma tipografia, e lá permanece até 1919. Fez os primeiros estudos na escola pública local e com Dona Zizinha Negreiros, filha de antiga escrava da família Marques. Em 1920 matricula-se no Grupo Escolar “Astolfo Dutra”, em Cataguases, de onde é expulso um ano após, por causa de desentendimentos com a professora. É em 1921 que César se inicia na vida literária. Faz os preparatórios no Ginásio Municipal de Cataguases, tem aula com Enrique Resende e conhece Ascânio Lopes, Francisco Inácio Peixoto e Camilo Soares de Figueiredo, com quem formará o “Grupo Verde” de Cataguases. Preside por dois anos o Grêmio Literário Machado de Assis, conhece o cineasta Humberto Mauro e trava amizade com Rosário Fusco, colega no grupo escolar. Colabora, com poesias, em jornais das cidades vizinhas. No mesmo ano, publica um soneto em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, no espaço reservado a um concurso nacional de poesia.

Em 1926 conclui os preparatórios e parte para Belo Horizonte, onde vai estudar medicina – curso que abandona dois anos depois para ingressar na faculdade de Direito. Em 1927 começa a escrever, além das poesias, ensaios de crítica; ingressa na imprensa pela mão de Newton Prates. Em 1928 participa do lançamento do Manifesto do Grupo Verde, na publicação do primeiro livro de poemas, “Meia Pataca”, em parceria com Francisco Inácio Peixoto e na fundação, no ano seguinte, de outra revista literária de vanguarda, “Leite Crioulo”, em Belo Horizonte. O grupo, “aparecido como decorrência da Semana de Arte Moderna, revestiu-se de certa importância e foi o único, no gênero, a surgir numa cidade do interior.” (Teles, 1996: 15). Com a revista, que será transformada em página

literária do jornal *Estado de Minas*, Guilhermino César inicia sua amizade com os “novos” da capital: Achilles Vivacqua (também diretor da revista), João Dornas Filho, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, João Alphonsus, Cyro dos Anjos (colega de turma no curso de Direito). Em 1930 assume o cargo de Auxiliar de Gabinete de Mário Casassanta, diretor da Imprensa Oficial em Minas Gerais. Em 1932 forma-se Bacharel em Direito, na Universidade de Minas Gerais. Em 1933 casa-se com Wanda Belli de Sardes, com quem terá dois filhos (João José e Guilhermino Augusto). No mesmo ano exerce a secretaria do jornal *A Tribuna*. Em 1934 Assume a secretaria do matutino *O Diário*, de Belo Horizonte. Deixa a função um ano depois, para exercer a chefia de gabinete de Gabriel Passos, Secretário do Interior de MG. Ainda em 1934 passa a chefe de gabinete de Ernesto Dornelles, então Chefe de Polícia de Belo Horizonte. Leciona, sucessivamente, até 1943, nos colégios Afonso Arinos, Marconi e Pe. Machado. Em 1939 publica seu primeiro livro de prosa, o romance “Sul”. Funda, como professor das cadeiras de Literatura Brasileira e História Moderna, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais (da qual chegou a diretor, entre 1941 e 1943). Também leciona Economia Política na Escola de Ciências Econômicas da mesma universidade. Em 1943 transfere-se, definitivamente, para Porto Alegre, acompanhando Ernesto Dornelles, como oficial de gabinete (cargo exercido por três anos). Em 1945 assume o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do RS, o qual preside por um biênio, e onde será colega de Moysés Vellinho. No mesmo ano funda com Moysés Vellinho, Carlos Reverbel e Othelo Rosa, a *Revista Província de São Pedro* – em que presidirá, junto com Rosa, até 1957, a coluna permanente de crítica literária “Livros e Idéias”. Em 1949 ingressa, junto com Vellinho, no IHGRS. É eleito Presidente da agremiação no ano seguinte. Reeleito em 1952, com Othelo Rosa na vice-diretoria, César segue no cargo até 1958, desde 1954 com Vellinho de vice. Apesar disso, não publicou artigo seu na *Revista do IHGRS*. Em 1953 chefia por um ano a Secretaria da Fazenda do governo do estado. No mesmo ano, começa a lecionar Literatura Brasileira no curso de Letras da Faculdade de Filosofia UFRGS. Entre 1956 e 1958 chefiou a Comissão de Publicações da Faculdade de Filosofia UFRGS. Dirigiu a revista *Organon*, a partir de 1966, e também coordenou o curso e a publicação da Série Fundamentos da Cultura Rio-grandense, curso de extensão em História e

Sociologia do Rio Grande do Sul, publicado em cinco edições entre 1955 e 1962. Ainda em 1962 parte para Portugal, como Professor Convidado da Universidade de Coimbra. Depois de rápido retorno a Porto Alegre em 1964, volta, já com o título de Doutor Honoris Causa, àquela universidade. Retornará definitivamente à capital em 1967. Em 1978, aposenta-se como Professor Titular de Literatura Brasileira da UFRGS. No mesmo ano, em 20 de maio, ocasião em que completava 70 anos, foi homenageado pelo Caderno de Sábado do jornal *Correio do Povo*. O número teve as colaborações de Newton Prates, Lygia Averbuck, Cyro dos Anjos, José Aderaldo Castelo, Mario Quintana, Carlos Drummond de Andrade, José Hildebrando Dacanal, Dionísio da Silva, Flávio Loureiro Chaves, Moysés Vellinho, entre outros autores. Em 1988 é homenageado pela UFRGS, recebendo o título de Professor Emérito. É eleito Patrono da Feira do Livro em 1990. Em 1993, o Instituto Estadual do Livro adquire sua biblioteca. Falece no mesmo ano, em Porto Alegre, a 7 de dezembro.

Principais obras – Poesia: *Meia Pataca*, 1928, com Francisco Inácio Peixoto; *Lira coimbrã e Portulano de Lisboa*. Coimbra: Almedina (1969), *Sistema do imperfeito e outros poemas* (1977); Romance: *Sul* (1939); Crítica, História e História Literária: *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, (1956); “Raízes Históricas do Rio Grande do Sul” In: *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo (1964) [2ª ed. 1969]; “A Vida Literária” In: Idem; *O Romance Brasileiro Contemporâneo*. Toulouse: Caravelle, 1965; “O Barroco e a Crítica Literária no Brasil” In: *Atas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1965. “Pensamento e Ação de Benedetto Croce”. In: *Benedetto Croce* (com Ângelo Ricci e Valério Rohden) Porto Alegre. Fac.Filosofia UFRGS, (1966); “a Visão Prospectiva de Euclides da Cunha”. In: *Euclides da Cunha* (com Donald Schüller e Flávio Loureiro Chaves). Porto Alegre: Fac. Filosofia UFRGS, (1966); *O embuçado do Erval: mito e poesia* (1968), *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)* Porto Alegre: Fac. Filosofia UFRGS (1969), *Qorpo Santo: as relações naturais e outras comédias* (1969), fixação do texto, prefácio, estudo crítico e notas); *História do Rio Grande do Sul: período colonial* (1970); *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição europeia* (1978), *O Contrabando no sul do Brasil*

(1978).

HEINRICH ADAM WILHELM BUNSE

Nasceu em Paderborn, Alemanha, em 1922, filho de Heinrich Willen Bunse e Anna Catharina Bunse. Migrou para o Brasil em 1932. Licenciado em Letras Clássicas pela PUCRS. Doutor em Letras pela Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1960, onde passou a lecionar. Seguiu em seus programas os mestres alemães na investigação e no estudo da Filologia Românica, como Carolina Michaelis Vasconcellos, Meyer-Lübke, Joseph Piel, Harri Meier e o francês Bourciez. Dos brasileiros, seguia Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes. Entre 1950 e 1966 regeu a cátedra de Filologia Românica (FFCL PUCRS). Na UFRGS, foi fundador e Diretor Executivo do Centro de Estudos Filológicos, criado em 1955. Como folclorista, especializou-se no estudo da dialetologia, tendo publicado também trabalhos sobre praticas cooperação vicinal em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. Ingressou na CEF na década de sessenta.

Bibliografia: *Aspectos Lingüístico-Etnográficos do Município de São José do Norte*. Porto Alegre: Globo, 1959; *Mandioca e Açúcar*. Porto Alegre, CEF, 1968 *Estudo de Dialetologia no Rio Grande do Sul*. Ed. Faculdade de Filosofia UFRGS, 1969; “A Terminologia da Cana de Açúcar no Rio Grande do Sul”. *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, v. 3. no. 2, dez 1957; “Algumas Notas sobre a Pesca e o Pescador num Trecho do Litoral Sul-Brasileiro”, *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, v. 4. no. 1-2, dez 1958; “Notas Lingüístico-Etnográficas sobre a Erva Mate no Rio Grande do Sul”. *Organon*, Porto Alegre, no. 4. Fac. Filosofia UFRGS, 1960; “Um Abecedário Recolhido no Rio Grande do Sul”, *Veritas*. Porto Alegre, PUCRS, no. 1, 1960.

LUÍS CARLOS DE MORAES

Historiador, estudioso de vocabulários regionais, Coronel do Exército e tradicionalista. Nasceu na Fazenda da Pedreira, em Taquari, RS, em dezembro de 1876. Filho de Luís Paulino de Moraes e Maria Umbelina Ribeiro de Moraes. Entre 1895 e 1897 estudou na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo; em 1901 forma-se Alferes na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Oficial

do Exército por 42 anos, desempenhou, entre outras funções, a de Comandante do Depósito de Remonta de S. Simão (1922-1927) e do Regimento de Cavalaria em Lavras e São Gabriel. Diretor do Serviço de Remonta do Exército (1929-1931). Foi Interventor Federal no estado de Santa Catarina em 1931, Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria de Alegrete (1933-34); e Diretor do Colégio Militar de Porto Alegre (1938-1939). Em 1936 ingressou na Academia Rio-grandense de Letras (2ª fase), e, em 1938 no IHGRS, a convite de Dante de Laytano, que recolhe assinaturas para sua recepção. Ali, junto com outros historiadores militares (Henrique Oscar Wiedersphan, João Borges Fortes), Luís Carlos de Moraes irá, em 1954, posicionar-se a favor de Dante de Laytano quando da discussão sobre o Regimento de Dragões do Rio Pardo. Segundo Laytano, (1986: 190/191), o “autor do melhor vocabulário” que se publicou no Rio Grande do Sul foi um dos amigos de quem conseguiu obter uma contribuição “realista” à CEF. Reformado no posto de Coronel em 1944, Moraes, assim como grande número de militares, também se alinhou ao tradicionalismo. Participou da fundação de CTGs no estado, e do piquete tradicionalista do Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército (GBOEX), do qual foi fundador (em 1913) e Presidente por doze anos. Também presidiu a FARSUL, em 1939, e a Associação de Criadores de Cavalos Crioulos. Morreu aos 93 anos, em 1969.

Luís Carlos de Moraes é um dos autores da coletânea *Vocabulário Sul-rio-grandense* publicada pela Globo em 1935. Na obra coletiva *Rio Grande: Imagens da Terra Gaúcha*, editada pela Livraria Cosmos, em 1942, contribuiu com o capítulo “Raízes da População Rio-grandense”. No quarto *Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia* promovido pelo IHGRS em 1945 apresentou o trabalho “Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução - A Paz de Poncho Verde” (Anais do IV Congresso -1945 - Volume I, p.295). Seus artigos históricos publicados na *Revista do IHGRS* são: “Oração proferida na Semana de Tiradentes no Instituto”. *Revista do IHGRS* n. 102, p. 164, 1946; “Subsídios para a História da Introdução do Cavalo no Rio Grande do Sul”. *Idem*, n. 91/92, p. 173, 1943; “Um trabalho de Teodoro Sampaio”. *Idem*, n. 89, p. 17, 1943. “O Vento Minuano” *Idem*. . n. 105/108, p. 197, 1947.

MANOELITO DE ORNELLAS-

Nasceu na cidade de Itaqui, na região da Campanha, a 17 de fevereiro de 1903. Filho de Manuel Pedro de Ornellas e Ana G. de Ornellas. Apesar de não ter freqüentado curso superior, atuou como Advogado em Tupanciretã (localidade-sede de sua estância) e Santa Maria. Teve sólida carreira na imprensa jornalística, desde 1925. Depois de trabalhar no *A Razão*, de Santa Maria, ao vir para Porto Alegre, em 1935, entrou para o *Jornal da Manhã* e, no ano seguinte, no *A Federação*. Dali saiu em 1939, para substituir Augusto Meyer na direção da Biblioteca Pública Estadual e assumir o *Jornal do Estado*. Sua coluna semanal mais conhecida foi *Prosa das Terças*, do “Correio do Povo”. Representante do grupo verde amarelo no Rio Grande do Sul, foi chefe do Departamento Estadual de Informações e da Imprensa Oficial. Ali trabalhou com Ângelo Guido, Carlos Reverbel, Paulo Correa Lopes e Sérgio de Gouvea. Exerceu a presidência da Associação Rio-grandense de Imprensa em 1938, substituindo Érico Veríssimo (Laytano, 1979: 228) Ocupou, posteriormente, o cargo de Diretor do Arquivo Público. Pelos artigos sobre o Cinqüentenário da Republica divulgados na imprensa, recebeu a Medalha de Prata instituída por Getúlio Vargas no Decreto-lei 1972, de 19 de Janeiro de 1940.

Poeta, romancista, crítico e historiador, era conhecido por seus vínculos com intelectuais paulistas e catarinenses, pelo gosto pela literatura de língua espanhola, e pelo modo enfeitado de sua oratória e escrita. Nos anos quarenta, tomou o lugar de Alcides Maya como alvo preferencial dos ataques da crítica local ao *passadismo* literário. Respondeu acusando o nacionalismo “bélico” e “exclusivista”, a “incompreensão, a maldade e o arrivismo literário” dos que o acusavam de praticar uma literatura indianista de “capa e espada” (“Porque escrevi Tiaraju” In: Ornellas, 1966, p. 161-163). Como historiador e “sociólogo”, sempre privilegiou a temática gauchesca. Defendeu por décadas a controversa tese da ascendência árabe-indígena do gaúcho, o que lhe valeu a alcunha (dada por Dante de Laytano), de “príncipe das Arábias”.

Começou a carreira dividindo-se entre o trabalho no comércio e a escrita em jornais de Itaqui, Tupanciretã e Julio de Castilhos (vilarejo então pertencente a Cruz Alta), onde pela mesma época conviveu com Érico Veríssimo:

A primeira vez em que vi Manoelito de Ornellas foi numa tarde do inverno de 1928. Atravessava ele a praça principal de Cruz Alta [. . .] Parecia um diplomata, um ministro plenipotenciário que por engano tivesse desembarcado naquela cidade serrana [. . .] tinha uma voz bem impostada, de timbre agradável, que ele sabia modular com uma habilidade de ator [. . .] era fluente como orador e escritor. Naquele remoto 1928 seu estilo me parecia demasiadamente florido. [. . .] Sua estada em Cruz Alta foi curta, mas ele voltou outras vezes. E quanto mais eu o conhecia tanto mais me convencia – considerando suas tendências e gostos – de que ele devia ter nascido numa família nobre da Espanha. [. . .] Amava o conforto, os cristais, a pintura e os livros bem encadernados. Era um verdadeiro fidalgo.” (Veríssimo, 1994: 219-220)

As leituras de que se ocupava então eram “Tapera”, de Alcides Maya, os “Contos Gauchescos”, de Simões Lopes Neto, e “Visão do Ópio”, de Zeferino Brasil. Mais tarde, leu Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Alvaro Moreira e a literatura hispano americana. “[. . .] A mistura foi grande. E conheci quase toda a literatura hispanoamericana em voga naqueles dias. Li, incansavelmente, Rodó, Ugarte, Zorrilla, Chocano, Javier de Viana, Reyes, [. . .] Tudo, desordenadamente, com os conhecidos prejuízos do autodidatismo brasileiro.” (Entrevista a Justino Martins. In: MARTINS, Justino. “A História de Manoelito de Ornellas”. *Revista do Globo*, Porto Alegre, no. 266, pp. 46-47,60, 30 dez 1939).

Segundo o autor, a idéia do primeiro livro lhe veio quando moço, um tanto embaçada pela incômoda condição de literato-vendeiro:

__ Foi quando publiquei as minhas primeiras notas nos jornais fronteiristas. Imaginei logo um livro de prosa. Tinha a cabeça cheia de sonhos e minha certidão de idade rezava (rezar é o termo...) 17 anos incompletos. Aos 18 anos eu era arrebatado da Torre em que viviam Zeferino, Alcides Maia, Euclides, Rodó, Eça e Junqueiro, para ser jogado, brutalmente, para trás de um balcão, a obedecer ordens de um analfabeto, que conhecia e discutia sabiamente as categorias diversas do sabão e do arroz. [. . .] Confesso que foi esse, na minha vida, um período de trevas. (Idem, p. 47)

Sua estréia – “um desastre” – deu-se pela poesia, com uma série de “poemas modernistas” agrupados sob o título de “Rodeio de Estrelas”. Foram editados em 1928, em São Paulo, levados por Raul Bopp e Fernando Callage. “Fizeram um livro, que Plínio Salgado prefaciou. Tudo a minha revelia.” (Idem, *ibidem*).

Reaparece o poeta em 1930, com *Arco Iris*, editado pela Globo. Em 1934, lança-se às monografias históricas, com *Tupan cy retan* - hoje nome de município,

cuja criação contou com sua ativa participação. (Laytano, 1979: 229). Seu primeiro livro de crítica literária, *Vozes de Ariel*, é uma edição Globo de 1938, e mereceu elogios de Menotti Del Pichia e Cassiano Ricardo. Pela mesma editora trocou a poesia pela prosa. Publicou *Símbolos Bárbaros*, ensaios e *Tiarajú* (1945) – que marca o início de uma longa jornada escrita sobre a epopéia missioneira.

Entrou para o Instituto Histórico no ano do Centenário Farroupilha, o mesmo em que se muda para Porto Alegre, 1935. Suas conferências *Tradições e Símbolos e Caminhos originais do Brasil* foram reunidas em volume, em 1940 e 1945, respectivamente. Em 1948 saiu a primeira edição de sua obra mais significativa: *Gaúchos e Beduínos* – ensaio que propõe uma forma inusitada de interpretação da formação étnica do gaúcho. A liberalidade com que Ornellas constrói ali uma versão local das antigas teses sobre o iberismo de Portugal e Espanha, a presteza com que se apropria de estudos reconhecidos, como os de Artur Ramos sobre os negros arabizados levados à Bahia e Rio de Janeiro, ou os ensaios de Oliveira Vianna, para autorizar suas interpretações parece ter espantado os pares. Ela é sutilmente referida por Laytano, quando qualifica Ornellas – que era filho de mãe uruguaia e de pai maragato – antes de tudo como historiador:

[. . .] sua pesquisa era interpretativa. Mas sua obra tem de ser consultada [. . .] Ornellas tem esse imenso poder de descrever, dando às confissões um cunho de erudição e de chamamento às coisas de livros, autores, fatos, lugares, obras de arte e saudade se misturando toda e voltando e repassando a tese que mais lhe seduz o espírito [. . .]. (Laytano, 1979: 235-236).

De fato, Ornellas submetia o exame de todas as “manifestações” da cultura local a esse princípio de análise, e mesmo políticos ilustres, como Nilo Peçanha, eram chamados a ver no gaúcho um tipo arabizado. No folclore, por exemplo, interpretava as salamancas, chimarritas, tiranas, o gosto pela payada e o linguajar gauchesco como heranças beduínas, mescladas ao misticismo do indígena ou a mouriscas superstições açorianas. O ineditismo do pressuposto, no qual se fundem, junto com Portugal e Espanha, os gaúchos do Prata e do Brasil, não passou despercebido. Logo depois de lançado, Vellinho polemizou com o autor, e tantas foram as contestações seguintes, que, ao ser reeditada em 1956 (dessa vez na prestigiada Coleção *Documentos Brasileiros*, da José Olympio com prefácio de Érico Veríssimo), a obra quase teve de dobrar de tamanho para abrir espaço às

contra-respostas.

Manoelito, embora tivesse seus defensores (Laytano entre eles), parece ter defendido sozinho a integralidade de sua interpretação. No geral, a tese da mediação ibérica da influência de um grupo nômade sobre o gaúcho e a cultura rio-grandense não foi suficientemente levada a sério, mesmo entre os aliados. Laytano – que, junto com Veríssimo, foi um de seus prefaciadores – qualificou-a, um tanto ironicamente, “revolucionária”: “Houve uma imigração maragata. Para onde, na América? A indumentária oriental? Assim o homem da fronteira rio-grandense apresenta como o amerciano de Yung – estas singularidades: é um índio, com maneiras européias e alma asiática.” (1979: 231).

Na década de cinquenta, Ornellas ocupou por pouco tempo a cadeira de Literatura Hispano-americana do curso de Letras da UFRGS . Provavelmente por não deter diploma em curso superior, acabou demitido durante a gestão de Eliseu Paglioli na Reitoria.⁵³⁴ Mesmo sem poder fixar-se na nova academia, até impor-se na prática a obrigatoriedade dos concursos lecionou a mesma matéria na Universidade de Santa Catarina . Lá chegou a dirigir uma revista, chamada Litoral, com Othon D’Eça, entre outros autores.

Foi adido cultural na Embaixada do Brasil no Uruguai – país que, segundo Laytano (1979: 228), “era um dos seus assuntos prediletos e de estima pessoal”.

Seu envolvimento com o tradicionalismo começa em 1947, quando atende o convite de Paixão Cortes ao “baile gauchesco” de encerramento à Primeira Ronda Crioula:

Eu é que o convenci. Peguei o Ciro [Dutra Ferreira] e fomos até a casa do Manoelito. Ele tinha a Prosa da Terças, seção do Correio do Povo; então nós ligamos e nos apresentamos: ‘Olha, nós somos estudantes, o senhor poderia nos receber?’ Apresentamos para ele o que estávamos fazendo e pedimos para ele falar. Na época ele estava lançando o livro *Gaúchos e Beduínos*. Quem acabou ficando na conferência foi o Lessa, porque foi de tarde, e eu tinha que trabalhar. Mas o melhor é o seguinte: convidamos o Manoelito para ser jurado do baile! Não sei até hoje como tivemos a petulância de fazer uma coisa dessas... O baile foi lá em Teresópolis. [. . .] No meio daquela bagualada... (risos). O Ciro e eu fomos buscá-lo de auto, pilchados, e ele todo formal, de gravata. Ele ficou encantado. Escreveu uma crônica, depois, contando do baile e dizendo aquilo que nós tínhamos explicado para ele -

⁵³⁴ Agradeço a Mara Cristina Rodrigues pela informação sobre a demissão de Ornellas.

para nós, não se tratava só das roupas, das danças, era também a dignidade, a moral do nosso povo.⁵³⁵

Segundo o testemunho de um discípulo e amigo, Ornellas era proximamente ligado a Leonel Brizola, e teria participado ativamente da Campanha da Legalidade, em 1961. Na ocasião, ainda de acordo com Ivar Hartmann, Manoelito concordara com Brizola:

[. . .] pretendia que João Goulart, recém chegado do Uruguai, ficasse em Porto Alegre, tomasse posse como Presidente da República e ali montasse seu Ministério garantindo assim seu mandato e segurança pois havia ameaças de morte contra o Presidente. Jango mais político, resolveu enfrentar o inimigo. Viu-se que foi a melhor solução no momento. Em longo prazo acabou com sua deposição.⁵³⁶

Manoelito de Ornellas faleceu em 1969, ano em que suas memórias *Terra Xucra*, foram editadas.

MOYSÉS DE MORAES VELLINHO

Crítico literário, historiador e ensaísta. Nasceu em Santa Maria, - RS, em janeiro de 1902. Filho de João Rodrigues Vellino e Adalgiza de Moraes Vellino. Fez os estudos primários na aula pública da Profa. Cacilda Fontoura, e no Colégio Paroquial São Luís, ambos em Santa Maria. Em 1911 mudou-se, com a família, para Porto Alegre. Estudou no Ginásio Anchieta e no colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Em 1921 estreou no Correio do Povo como crítico literário, assinando sob o pseudônimo de Paulo Arinos. Em 1925 polemiza com Rubens de Barcellos sobre a obra de Alcides Maya. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, 1926. Foi Promotor Público em Caxias do Sul, 1926; e em Jaguarão, 1927. Inspetor estadual do Ensino em 1927. Chefe de Gabinete da Secretaria do Interior do RS, 1928-30. Em 1929 casa-se com Lygia Torres. Assume, no Rio de Janeiro, em 1931, o cargo de Oficial de Gabinete do Ministério da Justiça, e do Ministério do Trabalho.

De volta a Porto Alegre em 1932, atua como advogado no escritório de Pedro Vergara. Em 1934 elege-se deputado constituinte pelo Partido Republicano

⁵³⁵ Cortes, Paixão. Entrevista a Luís Augusto Fischer e Eduardo Wolf. Zero Hora. Porto Alegre, 15 mai. 2004. (Caderno de Cultura). Disponível na web: <http://www.paginadogaucha.com.br/pers/paixao-04.htm>

⁵³⁶ Hartmann, Ivar. "Testemunho à Manoelito" Disponível na web: <http://www.sinos.net/user/ivar/testemunho.htm>. Consulta em dezembro de 2003.

Liberal. Deputado na Assembléia Legislativa do RS, entre 1935-37. Em 1937 dirige, por dois meses, o jornal "A Federação". Em 1938 entra para o Departamento Administrativo do Estado (DASP), de onde sairá só em 1964. Em 1939 abandona o pseudônimo Paulo Arinos, publicando o estudo "Machado de Assis: aspectos de sua vida e sua obra". É nomeado por Ernesto Dornelles (amigo pessoal de Guilhermino César), Ministro do Tribunal de Contas do Estado, cargo no qual se aposenta em 1964. De 1952 a 1972 preside a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA); em 1954 é o Vice-presidente do Congresso Internacional de Escritores em São Paulo. Em 1962/63 preside o Tribunal de Contas do RS, e de 1963 a 1964, o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano. Nesse mesmo ano lança sua obra mais conhecida, *Capítania D'el Rey*, pela Globo. De 1965 a 1969 preside a Aliança Francesa. Em 1966, eleito sócio-correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Foi um dos criadores da Fundação Eduardo Guimaraens, P. Alegre. Membro do IHGRS desde 1949; Vice Diretor entre 1958-1980. Integrou o Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, de 1967-70. Em 1973 publica *Fronteira*. Em 1979, recebe o título de Doutor Honoris Causa pela UFRGS, e o de acadêmico correspondente da Academia Portuguesa de História. Falece em Porto Alegre em 27.8.1980. Como homenagem póstuma, é eleito Patrono da Feira do Livro naquele ano. Fonte: Martins, 1978: 411, Laytano, 1979: 271 et passim; Baumgarten, 2001: 21-23.

Bibliografia: "Machado de Assis: Aspetos de sua Vida e Obra" - conferência na Biblioteca Pública de P. Alegre, a 21 mar. 1939, P. Alegre, 1939 (2.ed., 1944); "Alguns Traços Sobre a Evolução Literária do Rio Grande do Sul", In: *Rio Grande do Sul: Imagem da Terra Gaúcha*, Porto Alegre: Ed. Cosmos, 1942; *Letras da Província*, (crítica literária), P. Alegre, Globo, 1944 (2.ed., 1960); "Eça de Queiroz e O Espírito de Rebeldia", In: *Centenário de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: 1945; "O Gaúcho RioGrandense e o Gaúcho Platino". In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Porto Alegre, Fac. de Filosofia da UFRGS, 1956, 2. série; "Simões Lopes Neto: Contos e Lendas, estudo e antologia" Porto Alegre: Globo, 1957; "O Partenon Literário". In: *1º Seminário de Estudos Gaúchos*, P. Alegre, Ed. da PUC, 1958; *Machado de Assis: Histórias Mal Contadas e Outros Assuntos*, Rio de Janeiro, 1960; "Os Jesuítas no Rio

Grande do Sul”. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, P. Alegre, Fac. de Filosofia da UFRGS, 1960, 4. série; *O Rio Grande e o Prata: Contrastes*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1962; “A Configuração Atual do Rio Grande do Sul e sua Fronteira Histórica”. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Porto Alegre, Fac. de Filosofia da UFRGS, 1962, 5. série; *Capitania D’EI-Rey*. Porto Alegre, Globo, 1964 (2.ed., 1970; 3.ed., versão para o inglês de Linton L. Barret e Marie McDavid Barret, Ed. Alfred A. Knopf, 1968); *Roteiros da Velha Europa, crônicas de viagem*, P. Alegre: Sulina, 1970; “Formação Histórica do Gaúcho Rio-grandense” In: *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964; *Fronteira*, Globo/UFRGS, 1973. “Uruguai-Brasil, crônica histórica”, *Revista do IHGRS*, Porto Alegre, n.80, 1940; “Alcides Maya”. *Estudos*, P. Alegre, n.7, 1941; “Paz nos Campos”, id., e . *Província de São Pedro*, P. Alegre, n.1, 1945; Livros & Idéias, coluna de crítica literária, *ibid.*, n.13 a 17, 1946-52; “Notas de um Viajante Apressado, série de crônicas de viagem aos EUA”, *Diário de Notícias*, P. Alegre, 1950; “Uma Radiograma do Comunismo”, *Estudos*, P. Alegre, n.85, 1952; “Machado de Assis e a Abolição”, *ibid.*, n.48, 1953; “Evocação de Lobo da Costa”, *Estudos*, P. Alegre, n.49, 1956; “O Gaúcho RioGrandense e o Gaúcho Platino” *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n.3, jan. 1958; “José Veríssimo e o Purismo”, *Organon*, P. Alegre, n.2, 1959; “Cristóvão Pereira, estudo histórico”, *Revista do IHGSM*, Santa Maria, n.2, 1963; “Os Pinto Bandeira”, série de 19 artigos, *Zero Hora*, P. Alegre, de 24 out. 1966 e a 28 nov. 1966.

OTHELO RODRIGUES ROSA

Figura ilustre da vida cultural e política do Rio Grande do Sul. Foi notário, político, historiador autodidata e, segundo seu necrologista, consócio e amigo Moysés Vellinho, o “mais constante freqüentador” do IHGRS. (Vellinho, 1981 [1957]:111). Othelo Rosa nasceu em Montenegro, RS, em julho de 1889, mas elegeu Taquari como cidade de predileção. Nela foi enterrado, em 1956.

Filho de Bento Rodrigues da Rosa e Antônia Maria de Oliveira Rosa, não teve educação formal escolar; fez os estudos primários em casa, sob orientação do tio, Inácio de Oliveira Cabral, que era professor. Militante republicano, seus primeiros passos foram dados no jornalismo político, no jornal *O Taquariense*.

Também na cidade açoriana de Taquari exerceu as funções de Promotor Público e Conselheiro Municipal. Foi Juiz em Santa Cruz do Sul. Em 1915, transferiu-se para Porto Alegre. No mesmo ano, abre um Cartório de Registros Notariais (que manterá até a morte), assume a Vice-Direção da Procuradoria Geral do Estado. Torna-se secretário particular de Borges de Medeiros e ingressa no jornal do *A Federação*, diário do Partido Republicano Rio-grandense, do qual foi diretor entre 1926 e 1930. Deputado Estadual e líder do governo entre 1928 e 1932; em 1935 foi nomeado titular da Secretaria Estadual da Educação no governo de Flores da Cunha, cargo em que permanece até 1937.

Na vida literária, começou como poeta e romancista. Mas “o culto da história pátria, e particularmente da rio-grandense, é que havia de ser a paixão de toda a sua vida” (Vellinho, 1980: 114). Neste terreno especializou-se em escrever biografias de próceres republicanos - como Julio de Castilhos (1928), Pinheiro Machado (1951) e Carlos Barbosa (1952) – e farroupilhas. Publicou, por ocasião das Comemorações do Centenário da revolução (cujas celebrações foram promovidas sob os auspícios da SEC, então sob seu comando), o livro “Vultos da Epopéia Farroupilha. Escorços Biográficos”. Publicado pela Globo, dedicou-o às professoras da rede pública, alunas do curso de história do Rio Grande do Sul que ele, Otelo Rosa, professou na Sociedade Rio-grandense de Educação. É lembrado pelos colegas com suas “vigílias patrióticas”, e descrito como o guardião do IHGRS, “repositório da tradição, tradição que ele sabia escoimar de tudo quanto não fosse genuíno, de tudo aquilo que não trouxesse um vivo sinal de integração” (Vellinho, 1980: 114). Ingressou no IHGRS em 1930, tendo exercido o cargo de orador oficial do Instituto por muitos anos. Livros publicados: 1909 – Canções da Mocidade (poesia)

Sua produção na Revista do IHGRS é vasta:

1930 Discurso proferido ao ser recebido no Instituto. n. 39/40, p. 613.

1931 Discurso proferido na recepção ao Dr. Darci Azambuja no seio do Instituto. n. 43/44, p. 333.

1932 Conferência. Homenagem a Garibaldi. n.46, p. 254.

1933 Apolinário Porto Alegre. n. 49/50, p. 215.

1933 Litígio Pelotas (O) - Rio das Contas. n. 49/50, p. 153.

- 1934 David Canabarro. Dados Biográficos. n. 53, p. 51; n. 56, p. 241.
- 1934 Parecer sobre a História da Grande Revolução de Alfredo Varela. n. 56, p. 267.
- 1934 Separatismo entre os Farrapos. Conferência. n. 56, p. 253.
- 1939 Idéia Republicana no Brasil (A). n. 76, p. 195.
- 1940 Floriano Peixoto. Conferência. n. 79, p. 167.
- 1942 Centenário da Revolução de 1842 e da Ação Pacificadora de Caxias. n. 86, p. 287.
- 1943 Rio Pardo. n. 91/92, p. 97.
- 1943 Taquarí. n. 91/92, p. 89.
- 1944 Barão de Rio Branco e a Guerra dos Farrapos (O). n. 95, p. 17.
- 1944 Centenário de Apolinário Porto Alegre. n. 95, p. 83.
- 1944 Documentos sobre 1835 (Alguns). A Posse do Dr. Araújo Ribeiro. n. 96, p. 162.
- 1944 Gonçalves Dias e a Revolução de 1835. n. 96, p. 170.
- 1945 Dr. Alcides Maia. Discurso. n. 99, p. 3.
- 1945 General Sousa Doca e Coronel Aurélio Porto. n. 100, p. 123.
- 1945 João Cândido Maia. Palestra. n. 100, p. 145.
- 1945 Rio Branco. n. 98, p. 161.
- 1947 7 de Setembro. n. 105/108, p. 201. Discurso
- 1947 Bento Gonçalves da Silva. Conferência. n. 105/108, p. 15.
- 1947 Graciano Alves Azambuja. Palestra. ~9 105/108, p. 141.
- 1948 Gomercindo Saraiva. Qual era a sua nacionalidade? n. 109/112, p. 209.
- 1948 Notas Sobre a Evolução no Rio Grande do Sul. n. 109/112, p. 175..
- 1948 Partenon Literário (O). Conferência. n. 109/112, p. 165.
- 1950 Bandeira Rio-Grandense. Histórico. n. 117/120, p. 271.

TONY SEITZ PEZHOLD

Quando ingressou na CEF, era bailarina e professora do curso de Artes Dramáticas da UFRGS. Nasceu em Porto Alegre, em 1914 e faleceu em 2000. Seus 86 anos de vida foram dedicados à dança. Produziu e trabalhou até seus últimos dias, tendo ministrado aulas até março de 2000. Junto com Eva Landes, Ilse Simon, João Luiz Rolla, Lenita Ruschel Pereira, Maria Júlia da Rocha, Márion Dullius, fundou, em 1969 a Associação dos Professores de Dança Clássica

do Rio Grande do Sul, hoje Associação Gaúcha de Dança – (ASGADAN). A ASGADAN promoveu vários cursos, festivais e a formação de um grupo de dança, na década de 1970. O Grupo Experimental de Dança - GED, teve direção artística de Cecy Franck e contou com as coreografias de Graciela Luciani, João Luiz Rolla, Ricardo Ordoñez, Maria Margarida Pereira, Tony Abbott, além de Tony Petzhold.

WALTER SPALDING

Nasceu em Arroio dos Ratos, em 1901, filho de Carlos Jorge Herrmann Spalding e Idalina S. Spalding. Fez a escola primária com a professora Candoca Saraiva, na cidade em que nasceu, até 1911. Nesse ano parte para Canoas, onde estuda no Instituto São José, até 1919. Foi comerciário entre 1920 e 1932, na mesma loja em que trabalhou Darcy Azambuja. Jamais cursou faculdade. Estréia na vida intelectual como poeta (*Nuvens*, de 1922, e *Cinzas*, de 1924) e autor de contos históricos (*Farrapos*, publicado pela Selbach, em 1931). Ingressa na História levado por Eduardo Duarte. Associa-se ao IHGRS em 1930 e, no ano seguinte, começa a lecionar em diversas escolas de Porto Alegre, entre as quais o N. Sra. das Dores e o colégio da Glória (bairro em que residiu por anos).

Depois de chefiar o Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário, entra, em 1937, para o Arquivo Municipal como Bibliotecário. Assume a direção, dele e da Biblioteca Pública Municipal, em 1939, criando ali o “Boletim Municipal”, destinado à divulgação de documentos. O boletim circulou entre 1939 a 1946, e Spalding permaneceu no cargo até 1963. Era Presidente da Academia Rio-grandense de Letras quando da segunda extinção do órgão, em 1944, e membro do Instituto Genealógico Brasileiro. Apresentou trabalhos em vários encontros da CNFL e em todos os congressos do IHGRS. Filiou-se ao tradicionalismo (tem diversas teses publicadas em anais de Congressos Tradicionalistas) e foi amigo chegado de Luís Carlos Barbosa Lessa. Em 1972, promoveu as comemorações a Jerônimo de Ornellas no bicentenário de Porto Alegre. Dono de uma escrita curta de arquivista, seus assuntos de predileção na pesquisa eram cinco: Revolução Farroupilha, biografias, folclore (especialmente cancionero farroupilha e costumes gauchescos), efemérides/cronologias e listas biobibliográficas. Em todos esses campos, sua produção é enorme, com mais de duzentos títulos.

Segundo Laytano, Spalding é o historiador gaúcho “de maior bibliografia” (Laytano, 1979: 115). O autor era ligado aos Borges Fortes, tradicional família sul-rio-grandense, de quem traçou a genealogia. Era cunhado de Amir e Ariosto, casado com Aida Borges Fortes Spalding. A esposa era sobrinha de João Borges Fortes, conhecido historiador militar e consócio no IHGRS.

Spalding publicou, pela Biblioteca do Exército, o livro “A Epopéia Farroupilha”, com tiragem de 11 mil exemplares. Os estudos “A Invasão Paraguaia nas Fronteiras do Brasil” e “A Revolução Farroupilha” foram publicados na coleção *Brasiliiana* da Companhia Editora Nacional, respectivamente em 1939 e 1940. Em 1969 edita a *Pequena História do Município de Porto Alegre*. De 1969 a 1973, saem os três volumes biográficos dedicados aos “Construtores do Rio Grande” (editora Sulina). Faleceu em 1976, aos 75 anos. No ano seguinte, o governo municipal inaugura a na sede da EPATUR a Biblioteca “Walter Spalding”. Na ocasião, Barbosa Lessa discursa em homenagem ao autor . Em 1978, é eleito Patrono da Feira do Livro. Fontes: Martins, 1978: 566-570; Laytano, 1979: 115-119; “Inaugurada na sede da EPATUR ‘Biblioteca Walter Spalding’”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 out. 1977, p. 9; “Um Nome para Lembrar” *Correio do Povo*, Porto Alegre: 18 jul. 1976, p. 31.

CARLOS GALVÃO KREBS NETO,

Começou como redator e repórter na *Revista do Globo*, no *Diário de Notícias* e no *Correio do Povo*, para tornar-se, sem deixar a vida jornalística, tradicionalista, professor e pesquisador de Folclore. Nasceu em Santa Maria, em 1914, filho de Raul Krebs e Célia Alvarez de Abreu Galvão Krebs. Seu pai era diretor da Chemin de Fer (mais tarde, designada Viação Férrea). Pela linha paterna descendia de imigrantes alemães. Pela materna dizia-se tetraneto de José de Abreu - Barão de Cerro Largo cognominado “O Anjo da Vitória” e tema de um conto de João Simões Lopes Neto em “Contos Gauchescos”, com esse mesmo título.

Aos quatro anos ficou órfão de pai e mãe, sendo então enviado aos cuidados de uma tia-avó materna – Manoelita Chagas – estancieira em São Gabriel. Lá, conheceu o futuro jornalista e secretário da revista *Província de São Pedro*, Carlos Reverbel – de quem continuaria amigo pelo resto da vida. Também

aprendeu a montar “para o gasto” e, segundo outro amigo e “discípulo” (Antônio Augusto Fagundes), tornou-se “excelente atirador”.⁵³⁷ Contudo, a vida no campo durou pouco, pois assim que iniciaram os estudos, começaram as andanças escolares entre Santa Maria e Porto Alegre. Sua relação com a escola foi assumidamente problemática, tendo passado por diversos colégios do interior e da Capital, além de uma temporada traumática como aluno interno em escola protestante de Santa Cruz do Sul.

Mais tarde, ao lembrar dessa fase, considerou-a de grande utilidade para sua vida profissional, “porque pude conhecer bem os costumes de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul”.⁵³⁸ A recordação “de como um adolescente [. . .] criado entre gaúchos do campo, [. . .] de repente, se vê colocado num meio social estranho e inimaginado” foi tema de artigo publicado no número 15 da *Província de São Pedro*. Em “Schmier, Churrasco e Chimarrão” – texto veiculado em 1951 – Krebs vale-se dela para refutar acusações de “*parti-pris* por esta ou aquela origem”. Declara-se feliz e afortunado pela experiência, já que ela é que teria feito dele, Krebs, “um produto de miscigenação”. (Krebs, 1951: 85). O vivido também serve, no texto, para desmentir “falsas teorias”. Principalmente as de “sociólogos que tecem loas à vida de estância, como positivo instrumento de nivelção social. Isso de refeições em comum no galpão, patrão e peão lado a lado, compartilhando o feijão com charque, o arroz de carreteiro ou o ensopado de carne, eu nunca vi.” (Krebs, 1951: 86).

Ao final, Krebs enumera os ensinamentos pessoais trazidos pelo convívio “aculturador” de “um rapazote estouvado vindo das coxilhas do pampa” com os teuto-rio-grandenses de Santa Cruz: “tolerância religiosa, uma justa avaliação do trabalho [. . .], um democrático nivelamento social, espírito associativo, capacidade agrícola, industrial e comercial [. . .] e um forte impulso no sentido de integrar-se na comunhão brasileira”. (Krebs, 1951: 89). No anedotário de Laytano, o relato redeu para o autor um apelido a mais, dos tantos já lhe imputados: o de “Galvão Kerbs”..

⁵³⁷ Cf. FAGUNDES, Antônio Augusto. “Carlos Galvão Krebs”. *Zero Hora*. Porto Alegre: 05 out. 1965, p. 6

⁵³⁸ In: QUINTANA, MARIA Isabel. “Turismo e Folclore: uma visão crítica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 SET. 1977, x/p. BAM. Recortes Temáticos. Pasta 45 – F – 02999.

A esta altura Krebs já se encontrava fixado em Porto Alegre desde os anos quarenta, quando veio, depois de muito vagar na conclusão do secundário, matricular-se na Faculdade. Formou-se, sempre pela UFRGS, em Direito (1943), Geografia e História (1947) e Artes Plásticas (1957), com especialização em Pintura. Em 1951, recebeu bolsa de estudos para estagiar no Museu de Arte de São Paulo. O Direito, segundo admitiu mais tarde, “foi erro vocacional” – pretendia dedicar-se à História da Arte. Com essa expectativa, fez os dois cursos:

Quando cheguei a época de decidir o curso universitário, fui para o Direito porque naquela época ainda não havia faculdade de Filosofia aqui, onde eu pudesse estudar História da Arte. No quarto ano de Direito, tinha mais de 100 livros de arte e nenhum código. Então, quando abriu um curso de História, me matriculei. Depois, fiz todo o curso de Artes na Universidade e fiquei esperando convites para lecionar.⁵³⁹

No curso de História, como se sabe, tornou-se *persona non grata* para o professor de História do Brasil, a quem desafiou como aluno e depois, como profissional. Uma de suas frases prediletas era “Nunca bebi água nas orelhas de ninguém”, dando a entender que, contrariamente a outros, nunca “ganhou” cargos de presente ou cortejou políticos burocratas visando galgar posições.

Para ser fiel a mim mesmo, vivi com pouco dinheiro durante muitos anos. Somente oito meses depois de formado é que recebi um convite para lecionar na então recém inaugurada [em 1960] Faculdade de Artes em Santa Maria. Eu nasci lá e queria fazer alguma coisa na minha terra. Então lecionei sete anos em Santa Maria, dedicando-me depois às atividades de professor, conferencista e pesquisador no qual me sinto realizado. Se não fosse a colaboração de alguns amigos e a minha obstinação em dedicar-me a folclore, eu teria desistido, porque viajar sai caro e eu ganhava muito pouco na época.⁵⁴⁰

A única exceção relatada nessa visão retrospectiva de retidão e sacrifício pessoal diz respeito à fundação do ITF, em 1954. “Vendo que este não era nunca instalado, pela primeira vez pediu a amigos que conseguissem sua designação para dirigi-lo, evitando assim que o Instituto morresse no nascedouro.”⁵⁴¹ Antônio Augusto Fagundes dá uma versão parecida ao episódio. “Em 1954, estava criado na lei, mas sem ser instalado (destinado a dormir o sono eterno) o Instituto de

⁵³⁹QUINTANA, MARIA Isabel. “Turismo e Folclore: uma visão crítica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 SET. 1977, x/p. BAM. Recortes Temáticos. Pasta Folcloristas – Carlos Galvão Krebs – F – 02999.

⁵⁴⁰Idem.

⁵⁴¹(Cf. NEQUETE, Edison. “Um pouco a respeito de Krebs”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jul 1964. BAM/TEMÁTICO – Pasta 45. F- 0296 a 0298).

tradições e Folclore, [. . .] Krebs focou, cordialmente, a sua instalação e como ‘castigo’ foi nomeado diretor do novo órgão.”⁵⁴² Neste, como no outro relato é obscurecido o dado que outras instruções criadas na mesma reforma (o MARGS, o IEL e o novo Arquivo Histórico) levaram mais tempo que o Instituto para entrar em funcionamento.

Quanto ao aprendizado em Folclore, Krebs costumava ressaltar que em nenhum dos cursos superiores tivera professores que lhe chamassem “a atenção para os problemas do Negro no Brasil”.⁵⁴³ Segundo o folclorista, seu interesse pela matéria começou graças a uma viagem à Bahia, onde, ao final da Faculdade de Direito, descobriu o candomblé. Desde então, começou a aprofundar o estudo da religiosidade popular e a fazer pesquisa de campo. Freqüentou terreiros na Capital durante dez anos, junto com o fotógrafo Léo Guerreiro e Ernesto La Porta, mais tarde radicado no Rio de Janeiro. Registrava tudo em fotos, gravações e fichas cuidadosamente ordenadas em um arquivo pessoal onde guardava registros de cerimônias públicas e secretas e ‘rezas’ em gêge-nagô.⁵⁴⁴ Viu, nessa área, um terreno fértil para a atuação como professor, e passou a dar cursos, dedicados exclusivamente a psicanalistas e psiquiatras, interessados no fenômeno da possessão pelos orixás.⁵⁴⁵

Nos anos cinqüenta, Krebs começa a dividir a curiosidade pela cultura afro-rio-grandense com outros temas, explorados em artigos de jornal. Um deles foi a análise comparativa entre os tipos vaqueiros do norte e do sul do Brasil. Diminuir a distância entre o jagunço visto por Euclides da Cunha e o gaúcho serviu para aproximá-lo de folcloristas nordestinos, como Luís da Câmara Cascudo.⁵⁴⁶ Sua interlocução com o mais internacionalizado deles data justo do III

⁵⁴² FAGUNDES, Antônio Augusto. “Carlos Galvão Krebs”. *Zero Hora*. Porto Alegre: 05 out. 1965, p. 6.

⁵⁴³ NEQUETE, Edison. “Um pouco a respeito de Krebs”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 jul 1964. BAM/TEMÁTICO – Pasta 45. F- 0296 a 0298.

⁵⁴⁴ Ao final da vida, com receio de perde-lo doando às instituições públicas de cultura, resolveu oferecer parte do acervo ao CTG Sinuelo do Pago, de Uruguaiana. (Cf. “Prêmio a um especialista em folclore”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 21 ago. 1987, p. 15).

⁵⁴⁵ Esse foi o enfoque adotado no artigo “Cavalo de Santo”, publicado na *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 145-154, dez. 1957.

⁵⁴⁶ “As razões de tamanha identidade são facilmente reconhecíveis. A primeira é a base lusitana, portuguesa, que está nos alicerces da nossa cultura, tanto da gaúcha quanto da nordestina. A segunda é a verificação de que a mesma atividade produz tipos, usos e costumes semelhantes. Em todas as latitudes do mundo os criadores de gado se assemlham. Muito mais quando infomados pela mesma e única cultura, como no caso brasileiro.” (KREBS, C.G. “Vaqueiros e Gaúchos. Identidade Essencial”. *A Hora*, Porto Alegre, 19 abril 1958. Hemeroteca ITF, Pasta .07). Ver

Congresso Brasileiro de Folclore (1957), quando começou “o trabalho de campo” no nordeste, mas reforçou-se ainda mais no ano seguinte. Ao final de 1958, em boicote (certamente bem-vindo) ao IV Congresso Brasileiro de Folclore em Porto Alegre, Krebs participa do III Festival Folclórico de Natal, organizado pela Sociedade Brasileira de Folclore, criada e presidida por Cascudo em 1941. Lá, apresenta suas conclusões sobre a identidade fundamental do vaqueiro gaúcho e o nordestino, tornando-se sócio efetivo da SBF. Já com a CNFL só obtém sucesso depois da saída de Édison Carneiro. Ainda trabalhando o paralelo entre os vaqueiros do Rio Grande do Sul, do Nordeste e agora também do saltenho argentino, busca auxílio e leituras no folclorista sergipano Paulo de Carvalho Neto – autor particularmente interessado no folclore hispano-americano e que seria guindado, mais tarde, a Secretário Geral da CNFL.⁵⁴⁷

Como diretor do ITF, Krebs trocou correspondência com folcloristas de outros estados. As sete cartas que mandou entre 1961 e 1966 à CNFL estão reproduzidas em reportagem biográfica dedicada por aquele autor ao folclorista gaúcho. Nela, além de louvar o pioneirismo do ITF, da ESF e do Diretor, Carvalho Neto lamenta que, com tanta paixão pela pesquisa, Krebs tenha escrito tão pouco. Isso, junto com a pequena tiragem dos Estudos de Batuque, editado pelo ITF em 1988, teria adiado para depois da morte o seu reconhecimento. O fato - admitido por ele mesmo, pelos conviventes e pelos amigos – é que Krebs não tinha o perfil do escritor, preferindo colecionar a redigir. Confessava-se aborrecido em ter de “sentar e datilografar os originais de seus estudos, sob consulta múltipla em obras diversas e em seus próprios registros pessoais”.⁵⁴⁸

Mesmo assim, não se pode dizer que tenha escrito pouco. Como jornalista, escreveu rápido e curto, modernamente. Como professor e conferencista, fez intenso uso do organizado arquivo. Carlos Reverbel concorda com Neto quando

ainda: Id. “O Erro de Euclides. Gaúchos e vaqueiros frente a frente – O que há de verdade na famosa comparação de Euclides da Cunha”. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 27 mar. 1960. Hemeroteca ITF, Pasta .07 e “O Rio Grande do Sul no III Festival de Folclore do Natal”. *Correio do Povo*. Porto Alegre: 16 dez. 1958. Hemeroteca ITF, pasta .08.

⁵⁴⁷ O autor, ex-aluno de Arthur Ramos que serviu longamente ao Itamaraty como diplomata nos Estados Unidos, faleceu em 2003, no Rio de Janeiro. Curiosamente, uma das publicações que divulgaram seus últimos estudos foi a Revista Brasileira de Ufologia.

⁵⁴⁸Cf. NETO, Paulo de Carvalho. “Carlos Galvão Krebs e o Ensino da Ciência do Folclore”. [s/título], Hemeroteca ITF, Pasta F (Bio) – K. O livro “Estudos de Batuque” tem 88 páginas prefaciadas por Antônio Augusto Fagundes.

afirma, “a contragosto”, que o amigo de infância era “senhor de notável arquivo e pouca bibliografia”. A contragosto “pois enquanto ele viveu sempre esperei, de sua parte, a publicação de vasta obra, na medida do seu grande saber e da alta valia da documentação reunida. Pura imaginação.”⁵⁴⁹ No início dos anos oitenta, Krebs chegou a frequentar, junto com Antônio Augusto Fagundes, o curso de Mestrado em Antropologia Social da UFRGS, mas não chegou a concluí-lo.

Aposentado como consultor jurídico do estado, morreu sem se conformar com o fechamento da escola do ITF, que nunca foi oficializada “mas que formou muita gente, principalmente professores de 1º grau”. Contou que em 1967, quando foi extinta,

[. . .] já tinham reduzido o instituto à míngua [. . .]. Sob pretexto de reestruturação, ele foi fechado. Somente em 1975, no final da gestão do Coronel Mauro da Costa Rodrigues como Secretário de Educação, é que se começou a falar em um novo Instituto. Então, o Secretário chamou-me e pediu que eu desse um parecer, [. . .] vinculando-o com o antigo que eu tinha estruturado. Fiz algumas críticas salientando principalmente dois aspectos. Em primeiro lugar, o fato de eles se dedicarem somente a uma cultura gaúchesca, deixando de lado as correntes alienígenas que se integraram à nossa. Nós somos uma soma das culturas portuguesa, indígena, negra, alemã e italiana e este fato não pode ser negado. [. . .]. A segunda crítica que faço é quanto à extinção da Escola Gaúcha de Folclore. Isto deixa a formação dos folcloristas falha, pois dando somente cursos de introdução ninguém consegue formar pesquisadores.⁵⁵⁰

Essa passagem mostra que, embora fossem adversários na carreira, na teoria, Krebs e Laytano não discordavam tanto quanto faziam crer. Hoje, o insatisfatório desfecho da especialidade que pretenderam fundar de certa forma os reaproxima.

Nas reportagens jornalísticas que lhe foram dedicadas, a descrição que se tem de Krebs é a de um erudito fiel a si mesmo, uma espécie esquecida de cientista condecorada pelos governos⁵⁵¹ mas nunca ouvida por eles.

Numa rua pequena e tranqüila [no bairro] Petrópolis, o folclorista gaúcho Carlos Galvão Krebs trabalha pacientemente em suas pesquisas. Ele tem seguramente o maior arquivo de documentação de documentação de folclore

⁵⁴⁹ REVERBEL, Carlos. “Festival de Pandorgas”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 02 set. 1993, p. 4.

⁵⁵⁰ QUINTANA, MARIA Isabel. “Turismo e Folclore: uma visão crítica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 SET. 1977, x/p. BAM. Recortes Temáticos. Pasta Folcloristas – Carlos Galvão Krebs – F –e 02300

⁵⁵¹ Recebeu, em 1987, a Comenda Negrinho do Pastoreio e, antes disso, a Medalha Nina Rodrigues, do Ministério da Educação e Cultura.

no Brasil que engloba 8000 slides classificados e legendados das regiões folclóricas de todo o país. [...] Em seu gabinete, tudo lembra a arte popular e anônima do brasileiro. Pelas paredes livros de arte negra, folclórica, história da arte e documentos. Tudo o que ele faz está escrito. Até conversando, ele demonstra seu espírito científico procurando provar tudo o que afirma. No armário, dezenas de caixas de *slides* divididas por regiões onde encontram a música, a dança e os rituais, de Vacaria, das Colônias Alemã e Italiana, de Osório, São Borja, da religião afro-gaúcha, do Piauí, Bahia, etc.⁵⁵²

Contudo, diferentemente de Laytano, que sempre manteve firmes os vínculos com seu grupo de origem, Krebs – enquanto lutava pelo reconhecimento de suas capacidades de estudioso (o que só conseguiu quando a condição de folclorista já não valia grande coisa) - foi logo criticado pelos que o ajudaram a subir. Já em 1959, no *Diário de Notícias*, um colunista que, anos antes, tinha reivindicado sua nomeação imediata, agora clamava por um substituto. O motivo da crítica era ter

conferido ao Instituto de Tradições e Folclore uma orientação menos tradicionalista porque voltada para os assuntos folclóricos. Parece-nos que essa maneira de ver não foi a mais adequada e conveniente aos interesses do movimento tradicionalista, que, como já acentuou Barbosa Lessa em magistral ensaio, não é folclore. [...] É que existindo órgão especializado no ramo de folclore, qual seja a Comissão Estadual de Folclore, ligada à UNESCO, acreditávamos, e continuamos acreditando, que seria mais interessante e útil à cultura rio-grandense dedicar mais espaço e carinho aos temas estritamente tradicionalistas.⁵⁵³

Extinta a sua maior conquista, Krebs passa a pesquisar solitariamente. Viaja às próprias expensas, é proprietário das fontes que ele mesmo recolhe ou compra, e que reproduz isolado em seu gabinete. Dedicou os últimos anos a descobrir a proveniência do costume, cultivado na terra de Paixão Cortes, de soltarem pandorgas na semana santa. Foi à Espanha e falou com os membros da Associação de Etnologia e Folclore da Espanha. Voltou de lá com o nexó devidamente estabelecido em um documentário cinematográfico, o qual “provava” ter tudo começado em Valência.

Krebs faleceu em Porto Alegre, em fevereiro de 1992. Sua única pesquisa publicada pelo ITF encontra-se esgotada. De seu arquivo, não se tem notícia.

⁵⁵²QUINTANA, MARIA Isabel. “Turismo e Folclore: uma visão crítica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 SET. 1977, x/p. BAM. Recortes Temáticos. Pasta Folcloristas – Carlos Galvão Krebs – F – 02999

⁵⁵³ “Instituto de Tradições e Folclore”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 fev. 1959, supl. “Tradição”. BAMTEMATICO F – 0217;

Como melancolicamente recordou Reverbel, o festival de pandorgas de 1993 “foi o primeiro a realizar-se depois da morte de Carlos Galvão Krebs. Como as pandorgas não têm querer o nome do grande pesquisador deixou de ser lembrado.”⁵⁵⁴

ANTONIO AUGUSTO DA SILVA FAGUNDES

Jornalista, Bacharel em Direito, folclorista, Mestre em Antropologia pela UFRGS (1984), apresentador de tv são alguns dos títulos desse tradicionalista conhecido, afiliado ao 35, iniciado no ITF e apelidado “picholeio” pelos colegas de movimento. Nasceu a 4 de novembro de 1934, em Inhanduy, município de Alegrete. Lá fez os estudos primários e secundários, os últimos na Escola Normal ‘Oswaldo Aranha’. É filho de Euclides Fagundes e Florentina da Silva Fagundes. Um de seus dez irmãos era Darcy Fagundes, companheiro de Davi Menezes na apresentação do programa de auditório “Grande Rodeio Coringa”, criado em Porto Alegre entre 1954 e 1955. O programa, de grande sucesso na época, era transmitido pela mais poderosa rádio local, a Rádio Farroupilha, e durou mais de 15 anos.

Fagundes se ufanava de ter vindo de uma capital Farroupilha para Porto Alegre. Segundo o colega Natálio Herlein, também se orgulhava de ter sido carroceiro em um bolicho do Alegrete – para desgosto da família, que o proibiu de continuar no emprego.

Começou a escrever com 15 anos, quando publicou num jornal alegretense uma ‘décima’. Com 16 anos, ou seja, em 1950, lançou o programa ‘Alma Gaúcha’, na Rádio Alegrete ZYE,9. Também por aquela época publicou versos (sempre regionalistas) na ‘Gazeta de Alegrete’. Fundou, com Hélio Ricciardi, os ‘Cadernos do Extremo Sul’, dedicados à divulgação de poetas gauchescos.

Em 1951 lança, dirige e interpreta o programa ‘A Hora Estudantil’ e escreve suas duas primeiras peças: ‘Milagre de Natal’, encenada no pátio da Igreja local, e uma comédia que foi apresentada na rádio. Em 1952, serve no 6º Regimento de Cavalaria, sediado em Alegrete. Concluído o primeiro ano científico, Antônio Augusto transfere-se para Porto Alegre, em 1954. Ingressa no

⁵⁵⁴REVERBEL, Carlos. “Festival de Pandorgas”. *Zero Hora*, Porto Alegre: 02 set. 1993, p. 4.

35, convidado por Lauro Rodrigues. Em 1955 é contratado, a convite de Galvão Krebs, pelo ITF. Patrão do 35 entre 1956 e 57, também atuou como sapateador. Ajudou a fundar Invernadas Artísticas nos CTGs “Aldeia dos Anjos, de Gravataí”, no CTG “Tiaraju”, de Porto Alegre e no “Saudades do Pago”, da VARIG.

Na Rádio Gaúcha lançou e dirigiu, com Luiz Menezes, o programa “Alegres Festas Gaúchas”, tendo lá também dirigido, a convite, “Faça Jus a Ser Gaúcho”, de Moacir Fantini. Na Rádio Itai, escreveu e apresentou “Quando Fala a Querência”, programa que lançou Paulinho Pires (participante do grupo ‘Carreiros’), Zé Gomes (do ‘Gaudérios’), e Noé Sandino Vieira (folclorista). Na Farrroupilha, fez parceria com Darci Fagundes e Paixão Côrtes em “Festa no Galpão”.

Na imprensa, criou e dirigiu a página tradicionalista do jornal ‘A Hora’, durante quatro anos (de janeiro de 1955 a abril de 1959), página ressurgida ao final dos anos sessenta. Pertence à Estância da Poesia Crioula, da qual foi presidente em 1963. Em 1957 criou dentro do ITF, junto com Carlos Galvão Krebs, o ‘Boitátá’ – grupo de pesquisas em folclore – extinto em 1961.

Integrou, juntamente com Paixão Cortes, o conjunto de dança ‘Os Gaudérios’, que o Estado e a União mandaram à Europa em 1958 participar da “Festa das Nações” (o primeiro prêmio foi repartido com a Polônia). Em 1961 criou o grupo Conjunto de Folclore Internacional, que dirigiu até 1965. Escreveu duas peças teatrais: - ‘João Cruzeiro’ e ‘Os Encurralados’. Também escreveu uma novela, ‘Destino de Tal’, sobre a Revolução de 1923. A obra recebeu, em 1962, o Primeiro Prêmio no Concurso de Literatura da Divisão de cultura, sendo publicada pelo Instituto Estadual do Livro. Em folclore, tem pesquisas principalmente sobre danças gaúchas e religiosidade – tema em que defendeu Dissertação de Mestrado na UFRGS. Tributa seu aprendizado de folclore a Carlos Galvão Krebs e ao ‘Boitátá’, do ITF. Em 1959 escreveu uma monografia sobre o jogo do Truco, e um livro sobre folclore gaúcho em geral, inspirado no ‘Guia’ de Augusto Meyer. No mesmo ano preparou o vestibular para a Faculdade de Direito da UFRGS. Ali funda, em 1960, o CTG “Galpão Universitário”, do qual será Patrão entre 1960 e 1964 (ano de sua diplomação). Organizou, pelo mesmo CTG, em 1961, o II Congresso Internacional de Tradicionalismo.

No mesmo ano ingressa no serviço público federal, como funcionário do Ministério da Fazenda. Em 1964 pede demissão e passa a advogar na capital e interior. Em 1966 é contratado como advogado do Ministério do Interior. Ainda em 1966 estréia, na TV Tupi, a peça de sua autoria “João Cruzeiro”. Em 1969 escreve o roteiro de “Pára, Pedro!”, para o cinema. Em 1971 escreve, dirige e interpreta o filme “Negrinho do Pastoreio”, com Grande Othelo. Em 1975, produz, dirige e interpreta o filme “O Grande Rodeio”. Em 1976 ingressa no refundado (como fundação) Instituto de Tradição e Folclore. Em 1978, durante o governo de Amaral de Souza, é cedido para assumir a direção do Museu Antropológico do Estado, durante quatro anos. Em 1979 e 1980 faz curso de Aperfeiçoamento em História na UFRGS. Em 1982 é contratado como apresentador do conhecido programa da RBS TV, “Galpão Crioulo”. Em 1997 atua como consultor em Moscou, a serviço de um grupo empresarial que estava instalando churrascarias na Europa, Ásia e Oceania.

Destino do “Grupo dos Oito pioneiros”

João Carlos D’Ávila Paixão Cortes – Junto com Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, é considerado um dos três “Reis Magos” do tradicionalismo. Atualmente divide a sua vida entre as cidades de Cidreira (balneário do litoral norte gaúcho) e Porto Alegre; entre as atividades de engenheiro agrônomo especializado em ovinotecnia, e publicações de obras, cursos e estudos sobre tradições e folclore sul-rio-grandenses.

Nasceu em julho de 1927, na cidade de Santana do Livramento, fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Tem sua herança paterna ligada à vida pastoril (seu pai era engenheiro agrônomo que lidava com produção de lã) e materna, à música. Passou a infância acompanhando o trabalho do pai em estâncias de Livramento, Uruguaiana, Júlio de Castilhos, Bagé e Cruz Alta. Órfão de pai aos dezesseis anos, estudou e trabalhou em Porto Alegre para sustentar a família. Formou-se, com algum atraso, Engenheiro Agrônomo pela UFRGS e foi diretor do Serviço de Ovinotecnia da Secretaria da Agricultura, onde se aposentou. Foi comunicador no rádio, TV, ator de cinema, gravou disco e fez muitos shows. Dirigiu por dez anos a Ordem dos Músicos do RS, chegando a Vice-Presidente Nacional. Viajou oito vezes à Europa em apresentações de folclore gaúcho.

Publicou mais de vinte livros, entre memórias do tradicionalismo, estudos de folclore e de ovinocultura. Das pesquisas folclóricas iniciadas na década de cinquenta, acumulou seu próprio acervo de slides, fitas gravadas, filmes em super 8 e em vídeo - material usado em cursos e congressos tradicionalistas.

Entre os anos cinquenta e setenta gravou discos, interpretando canções gaúchas. Dois deles lhe valeram prêmios: Melhor Realização Folclórica Nacional - 1962 - e Melhor Cantor Masculino de Folclore do Brasil - 1964. Paixão Côrtes, como grande comunicador que era, também tem sua vida ligada à radiofonia. Foi criador - junto com Darcy Fagundes - do "Grande Rodeio Coringa", e entre outros programas ajudou a fazer o "Festa de Galpão" - 1953 -, "Festança na Querência" - 1958 -, "Domingo com Paixão Côrtes" e "Querência". No cinema e nas artes plásticas foi consultor de costumes, revisor de texto e até ator: desempenhou o papel de Pedro Terra (fundador do clã Terra em O Tempo e o Vento) no filme "Um certo Capitão Rodrigo", sob a direção do consagrado diretor Anselmo Duarte.

Fez espetáculos em Paris como bailarino e como cantor. Acompanhado do conjunto musical Os Gaudérios, permaneceu por quatro meses do ano de 1958 em apresentações de dança na Universidade da Sorbonne, no Teatro de Maurício Chevalier, no Hotel de Ville, na prefeitura, e em casas de espetáculos. Mais tarde voltou à Europa para atuar na Feira Mundial de Transportes e Comunicações, em Munique, em 1964. Quatro anos depois se apresentou no Cassino de Estoril lisboeta e na Feira Rural, de Santarém. No fim dos anos oitenta, depois de passar um mês fazendo shows pela Inglaterra, voltou para a promoção de obras suas, traduzidas para o inglês num compêndio com mais de 400 páginas. Foi entrevistado na BBC de Londres. Nesta turnê, Paixão Côrtes cantou e dançou acompanhado do conjunto musical Os Farrapos – que alcançou o disco de ouro em 1988. Mais recentemente, visitou, por duas vezes, o Arquipélago Açoriano Português, realizando conferências. Lecionou na Faculdade FEEVALE de Novo Hamburgo e foi várias vezes homenageado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Luís Carlos Barbosa Lessa – Lessa é considerado mentor e o maior intelectual do Tradicionalismo. Nasceu em 13 de dezembro de 1929, numa

chácara nas imediações de Piratini, uma das ex-capitais farroupilhas. Filho da pelotense Alda Mattos Moreira, dona de casa e pianista, e de Luis de Oliveira Lessa, médico nascido em Canguçu, RS. Consta que o pai de Barbosa Lessa foi o primeiro canguçuense a possuir diploma, e que o avô - Maneco Lessa - teria inspirado o conto “Deve um Queijo”, de Simões Lopes Neto.

Após receber terras em Piratini como herança, Luis de Oliveira Lessa muda-se para uma chácara, próxima ao povoado e perto da residência dos sobrinhos, um dos quais Sady Scalante, mais tarde titular da coluna tradicionalista do *Diário de Notícias*. Na mesma chácara nascem Luís Carlos e seu irmão, Paulo. Reza a lenda que, embora formado em medicina, o pai teria chamado uma parteira de campanha para assistir a parturiente.⁵⁵⁵

Em 1935 a família muda-se para o centro de Piratini. Lá, Lessa aprende as primeiras letras e as quatro operações com a mãe, a qual também lhe ensinou teoria musical e piano. Indo cursar o ginásio na cidade de Pelotas, aos doze anos funda um jornal escolar (“O Gonzagueano”), em que publicou seus primeiros contos. Foi ainda um dos fundadores do grupo musical “Os Minuanos”, criado quando estudante ginásial naquela cidade. A fim de cursar o 2º grau colegial e a faculdade, transferiu-se para Porto Alegre, ingressando no Júlio de Castilhos e depois na UFRGS. Aos 16 anos teve o primeiro de seus dois textos publicados na Província de São Pedro. No mesmo ano obteve o emprego de revisor e repórter da “Revista do Globo”. Em 1952, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (UFRGS).

A lado de Paixão Côrtes realizou de 1950 a 1952 o levantamento de danças regionais, que resultou no “Manual de Danças Gaúchas” e no disco (o terceiro LP produzido no Brasil) “Danças Gaúchas”, gravado por Inezita Barroso. Segundo o companheiro de pesquisa, Lessa era o mais estudioso na empreitada: “Nós não tínhamos nada. E o que eu me perguntava era como os argentinos e os uruguaios tinham aquele monte de dança e nós não tínhamos nada. E o Lessa dizia ‘O Cezimbra Jacques diz isso, O Walter Spalding aquilo.’ Ele já tinha lido tudo”.⁵⁵⁶

⁵⁵⁵ (Cf. LESSA, Luiz Carlos Barbosa/RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Barbosa Lessa. Crônicas do Passado Presente*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2000, p. 29.

⁵⁵⁶ Cortes, Paixão. Entrevista a Luís Augusto Fischer e Eduardo Wolf. Zero Hora. Porto Alegre, 15 mai. 2004. (Caderno de Cultura). Disponível na web:

Em 1956 montou um grupo teatral para apresentação de sua comédia musical "Não te assusta, Zacaria!". A maior parte dos integrantes era de São Paulo, mas Lessa incorporou ao grupo os dançarinos de chula Henrique César e Wilson Cavalheiro, além de Paixão Cortes, no papel principal, como Zacaria. A peça fez sessenta e oito apresentações em teatros da capital, interior e do Brasil, recebendo prêmio da Associação de Críticos Teatrais de São Paulo.

Em 1958 mandou para a Editora Globo os originais de contos regionalistas, intitulados *Mboi-Guaçu*. Érico Veríssimo entusiasmou-se com a obra e sugeriu o título *O Boi das Aspas de Ouro*. Ao final do ano, o livro foi lançado dentro da Coleção Província. No ano seguinte, Lessa publica o romance *Os Guaxos*, editado pela Livraria Francisco Alves, de São Paulo. Recebe, por ele, o prêmio Julio Ribeiro da Academia Paulista de Letras e o Prêmio Nacional de romance Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras. Walter Spalding declarou-o, em coluna do *Jornal do Estado*, "o melhor e maior romance do Rio Grande do Sul até hoje aparecido". Sérgio Milliet, de *O Estado de São Paulo* também o aprovou, e Antônio Olinto declarou, em *O Globo*, que "o Sul do país volta, com *Os Guaxos*, a firmar sua presença em nossa ficção".⁵⁵⁷

Depois de retornar para cumprir o serviço militar no 9º Regimento de Cavalaria de São Gabriel, Lessa muda-se para São Paulo e lá vive por 20 anos, trabalhando em produção de cinema e TV, até novo retorno ao Estado, em 1974. Voltou com largo currículo em Comunicação Social, produção artística e publicidade, tendo trabalhado na agência Mercur e na Companhia Riograndense de Saneamento, CORSAN. Em 1979, o governador e ex-colega da Faculdade de Direito José Augusto Amaral de Souza nomeia-o Secretário Estadual da Cultura.

Lessa atuou ainda como colunista do jornal Zero Hora, no Caderno Cultura, por anos. Aposentou-se como jornalista em 1987. Viveu o resto da vida em Camaquã, em uma chácara dedicada à produção artesanal de erva-mate e plantas medicinais. Entre suas músicas, destacam-se "Negrinho do Pastoreio", "Quero-Quero", "Balseiros do Rio Uruguai", "Levanta, Gaúcho!", "Despedida",

<http://www.paginadogaucha.com.br/pers/paixao-04.htm>.

⁵⁵⁷ Citado em LESSA, Luiz Carlos Barbosa/RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Barbosa Lessa. Crônicas do Passado Presente*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2000, p. 58.

bem como as danças tradicionalistas montadas em parceria com Paixão Côrtes (pezinho, tirana, chimarrita, etc.). Na literatura os destaques são os romances "República das Carretas" (1986) e "Os Guaxos" (1959), os contos e crônicas de "Rodeio dos Ventos. Uma síntese fantástica da história do Rio Grande do Sul" (1978), o ensaio indigenista "Era de Aré" (1993), a tese "O Sentido e o Valor do Tradicionalismo" (1954), e o ensaio "Nativismo, um Fenômeno Social Gaúcho" (1984).

Mesmo tendo recebido prêmios literários e tendo permanecido, já nos anos cinquenta, por semanas na lista dos mais vendidos da Globo, Barbosa Lessa só foi reconhecido como escritor pela crítica local ao final da vida. Na avaliação do autor,

aqui no Rio Grande do Sul nunca fui entendido como escritor brasileiro rio-grandense, mas como um regionalista, um grosso. Quando escrevi, aos 29 anos de idade, o romance Os Guaxos, eu já morava em São Paulo. [...] O Estado de S. Paulo, eu era considerado um romancista brasileiro, recebia elogio pessoal até do Jorge Amado. Mas aqui em Porto Alegre saiu uma coluninha do Walter Spalding sobre Os Guaxos, aplaudindo, mas era algo regionalista.⁵⁵⁸

Faleceu em 2002, depois de ser eleito patrono da Feira do Livro em 2000.

Antonio João Sá de Siqueira – Foi estudante do Colégio Júlio de Castilhos. Nasceu em Bagé, em 09/02/1928. Formou-se como Médico-Veterinário em 1951. Assumiu em Itaqui a Inspetoria Veterinária da Secretaria de Agricultura. Desenvolveu atividades no setor de Bioquímica. Lecionou na Faculdade Federal de Ciências Médicas e na PUC/RS. Participou de várias bancas examinadoras de faculdades brasileiras. Hoje, divide seu tempo entre o ensino e o cuidado de sua propriedade rural, em São Jerônimo, além de participar de acontecimentos tradicionalistas.

Cilço Araújo Campos – Natural de Alegrete, nasceu em 17/08/1924. Serviu ao Exército na 2ª Guerra Mundial. Formou-se Cirurgião-Dentista na Faculdade de Pelotas. Ocupou a presidência da Federação Acadêmica Pelotense. Montou gabinete dentário em Santa Cruz do Sul. Ingressou na carreira militar,

⁵⁵⁸ LESSA, Luís Carlos Barbosa, "Eu era só um Grosso do Interior." *Entrevista ao Jornal da Universidade*, UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1999. (Disponível na web: <http://www.ufrgs.br/jornal/html/nov99/central.htm>) Consulta em 10/5/2001)

como Tenente Cirurgião-Dentista no 5ª Batalhão Policial Militar, em Montenegro. Reformou-se da Brigada Militar no posto de Major, transferindo residência para Pelotas.

Ciro Dias da Costa – Nasceu em Pelotas, em 06/02/28, e cresceu em Cruz Alta. Estudou no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Formou-se Engenheiro Agrônomo pela UFRGS, em 1951. Desenvolveu atividade profissional agrícola e foi Presidente da Cooperativa Triticola de Cruz Alta. Ocupou a Vice-Presidência da Fecotrigo (78-81) e a Presidência da OCERGS (81-84). Na década de 80 transferiu-se para o Mato Grosso, onde vem ocupando o cargo de Presidente do Banco Primacred, da cidade de Primavera do Leste. É sócio do CTG “Querência Distante” (MT).

Cyro Dutra Ferreira – Nascido em Porto Alegre, em 10/01/27. Forma com Barbosa Lessa e Paixão Cortes, o Estado Maior do 35. Dele foi Patrão em 55/56 e em 63/64. Participou de quase todos os cargos de Diretoria e Conselho de Vaqueanos, em aproximadamente 30 gestões. É Conselheiro Honorário do MTG. Escreveu, além do livro de memórias onde pretendeu contar a “verdadeira história do Tradicionalismo”, inúmeras crônicas em e colunas em jornais. Filho de proprietário de terras, é descrito pelos colegas de movimento como ex-capataz de estância. Trabalhou como Escriturário na FARSUL, onde seu pai havia sido Presidente. Foi Chefe de Escritório e Gerente da Comercial de Explosivos Ltda. (Comercial Luce S.A), empresa à qual dedica o livro "O 35-CTG - O Pioneiro do MTG". Hoje, vive em sua fazenda, em General Câmara/RS (município sede da fazenda de seu pai), e continua desempenhando atividades tradicionalistas.

Fernando Machado Vieira – Nasceu em Porto Alegre, em 28/01/1929. Presidiu a Associação Rural de Cruz Alta e ocupou a Vice-Presidência da FARSUL. Fundou a Cooperativa Agro-Pastoril de Cruz Alta e promoveu e presidiu a 1ª Festa Nacional do Trigo de Cruz Alta. Foi Vice-Prefeito de Cruz Alta, quando, em eventual exercício de prefeito, decretou o município como "Capital do Tradicionalismo Gaúcho", de 19 a 23 de abril de 1973. Desde 1983, instalou em Dourados/MS, onde, hoje, administra suas fazendas. Integrou-se na fundação do CTG Querência da Serra (C. Alta) e CTG Querência do Sul (Mato Grosso) e vem participando de eventos gauchescos no centro-oeste.

João Machado Vieira – Natural de Porto Alegre, nasceu em 20/10/1927. Concluiu a Faculdade de Direito da UFRGS em 1954. Foi pecuarista, agricultor e advogado no Município de Júlio de Castilhos. Tornou-se expert na compra de gado. Radicou-se por algum tempo em Mato Grosso como fazendeiro. De retorno ao Rio Grande do Sul, faleceu no Município de Cruz Alta, aos 65 anos, no dia 24 de dezembro de 1992.

Orlando Jorge Degrazia – Natural de Itaqui, nasceu em 08/02/1929. Estudou no Colégio Júlio de Castilhos. Formou-se em Direito em 1953. Foi Cônsul Privativo do Brasil, em Alvear, na Argentina, por 21 anos. No RS assumiu a função de Procurador Adjunto do Tribunal de Contas, onde se aposentou. Fundou o CTG “Bento Gonçalves”, em Itaqui. Presidiu o Congresso Tradicionalista em Palmeira das Missões (1962?). Foi Governador do Distrito 4680 do Rotary Internacional (78/79). É pecuarista em Itaqui, onde, em 1990, nas Comemorações do Ano Farroupilha do município, foi guardião da "Chama Crioula" em sua estância Terras de Araã. Hoje exerce advocacia em Porto Alegre.

(Fonte dos dados sobre os “Pioneiros”: “Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. 19ª Sessão Ordinária. Porto Alegre, 09 abril 1997.” Disponível na web: <http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/49/1997/970409.htm> (consulta em maio 2001).

ANEXOS

Quadro 1 – Afiliados à Comissão Estadual de Folclore do RS (CEF) em Porto Alegre (1948-1965), segundo formação universitária, vinculação institucional, ano de nascimento, ocupação, prêmios e títulos recebidos e cargos relevantes ocupados.

NOME	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	VINCULAÇÃO	ANO DE NASCIMENTO	OCUPAÇÃO	PRÊMIOS, TÍTULOS e CARGOS RELEVANTES
Adão Carrazoni	Não consta	Jornal do Dia, Rádio Gaúcha, Estância da Poesia Crioula (1957)	1916	Jornalista, humorista, radialista, folclorista	
Aldo Obino	Faculdade de Direito Porto Alegre, 1936	Jornal Correio do Povo, Colégio Julio de Castilhos Associação dos Professores Católicos - Instituto de Artes UFRGS (1958-)	1913	Crítico de Arte, Professor	
Athos Damasceno Ferreira	Fac. Direito UDF, não concluído	Revista Província de São Pedro, Livraria do Globo, IHGRS (1957)	1903	Poeta, Escritor, Crítico, Historiador e Folclorista	Patrono da Feira do Livro (1975)
Dante de Laytano	Fac. Direito UPA/URGS, 1941	MJC/CEF/História UFRGS /PUCRS	1908	Historiador, Folclorista, Filólogo e Professor	Chefe de Gabinete José P. Coelho de Souza Secretaria Estadual de Cultura (1937-1945); Membro IHGRS (1936); Diretor Museu Julio de Castilhos (1952-1960); Membro Comitê Brasileiro ICOM (1956-??); Presidente CEF/IBECC (1948-1992); Presidente Comissão Nacional História IBECC (1954-1958); Presidente Congresso Brasileiro de Dialectologia UFRGS (1956); Presidente Comissão Publicações UFRGS (1962-1965); Chefe Departamento História UFRGS (1964-1966); Membro da Academia Brasileira de História (São Paulo), 1975; Vice-Diretor IFCH UFRGS 1972-1976); Diretor IFCH UFRGS 1977-1981; Presidente Comissão de História UFRGS (Gabinete do Reitor), 1984; Presidente Gabinete de Pesquisa Histórica UFRGS (1973-1980); Chefe Departamento História PUCRS por 15 anos; Professor Emérito PUCRS; Vice-Presidente Conselho Estadual de Educação; Sócio Honorário Aliança Francesa; Casa de Portugal e Câmara Ítalo-Brasileira; Brasão de Cidadão Honorário de Morano Calabro (Povíncia de Cosenza) Itália; Brasão da Cidade de Coimbra; Brasão da Povíncia de Pádua (Itália); Medalha Rodrigo Melo Franco de Andrade do Ministério da Cultura (1987)

ANEXO 1

526

NOME	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	VINCULAÇÃO	ANO DE NASCIMENTO	OCUPAÇÃO	PRÊMIOS, TÍTULOS e CARGOS RELEVANTES
Darcy Azambuja	Faculdade de Direito Porto Alegre, 1933	PRR, PRL, Faculdade de Direito UFRGS, IHGRS (1930)	1903	Escritor, Professor universitário, Historiador e Folclorista	Prêmio ABL Melhor livro de contos com "No Galpão" (1925); Redator e Diretor do Jornal <i>A Federação</i> (1927-1931); Doutor em Direito (1933); Secretário do Interior (1935-1937)
Elpidio Ferreira Paes	Faculdade de Direito Porto Alegre, 1929	Fac. Direito, Fac. Filosofia (Letras) e Fac. Ciências Políticas e Econômicas URGs - Associação dos Professores Católicos	1902	Filólogo, Professor de Latim e Língua Portuguesa	Doutor em Direito (1939); Diretor Faculdade de Direito URGs (194?) Diretor Departamento de Letras Fac. Filosofia UFRGS (1968)
Ênio de Freitas e Castro	Escola Nacional de Música, Rio de Janeiro, 1937	Associação Rio-grandense de Música, Instituto de Belas Artes (UFRGS)	1911	Musicólogo, compositor, crítico musical, professor e folclorista	Membro Fundador Academia Brasileira de Música (1945); Presidente da Associação Rio-grandense de Música (1938-1963); Superintendente de Educação Artística da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, membro do Conselho Estadual de Educação e Diretor da Divisão de Cultura da SEC (1954-1959)
Érico Veríssimo	Não consta	Editora Globo	1905	Escritor	Prêmio Machado de Assis, da Cia Editora Nacional, por "Música ao Longe" (1934); Prêmio Fundação Graça Aranha, por "Caminhos Cruzados" (1935); <i>Doutor Honoris Causa Mills College de Oakland (194?)</i> ; Chefe do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, em Washington (1952); Patrono da Feira do Livro (1976)
Ernani de Carvalho Haeffner	Não consta	Maçonaria, Círculo Militar Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI)	1906	Artesão	
Fernando Corona	Escola de Belas Artes, Vitória, Espanha, 1911	Revista do Globo, Correio do Povo, Instituto de Belas Artes e Faculdade de Arquitetura, UFRGS	1895	Escultor, Professor, Arquiteto e Crítico de Artes	Doutor em escultura e modelagem (IBA, 1938). Medalha de Ouro IV Salão Gaúcho de Belas Artes, 1953

ANEXO 1

527

NOME	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	VINCULAÇÃO	ANO DE NASCIMENTO	Ocupação	PRÊMIOS, TÍTULOS e CARGOS RELEVANTES
Guilhermino Cesar	Faculdade de Direito, Universidade de Minas Gerais, 1932	Fac. Filosofia (Letras) UFRGS, Livraria do Globo (Província de São Pedro), IHGRS (1950-)	1908	Poeta, Escritor, Crítico Literário, Historiador, Professor de Literatura	Oficial de Gabinete de Gabriel Passos, titular da Secretaria do Interior do governo mineiro (1934); Chefe de Gabinete de Ernesto Dornelles, então Chefe de Política de Belo Horizonte (1934); Diretor Fac. Filosofia, Ciências e Letras Universidade de Minas Gerais (1941-1943); Chefe de Gabinete de Ernesto Dornelles, Interventor no RS (1943-46); Ministro do Tribunal de Contas do RS; Secretário da Fazenda do RS durante o governo Ernesto Dornelles (1953); Doutor Honoris Causa Universidade de Coimbra (1964), Portugal; Oficial da Légion d'Honneur, França; Medalha Simões Lopes Neto; Medalha da Inconfidência; Medalha do Pacificador; Palmes Académiques, Academia Francesa; Professor Emérito da UFRGS; Porto-alegrense honorário, Câmara Municipal de POA; Membro Benemérito do IHGRS (1990); Patrono da Feira do Livro (1990)
João Carlos Paixão Cortes	Faculdade de Agronomia UFRGS, 195?	35 CTG, Estância da Poesia Crioula, Secretaria Estadual de Agricultura	1927	Folclorista, Radialista e Tradicionalista	Membro fundador da Estância da Poesia Crioula (1957); Chefe de Ovinotecnia da Diretoria de Produção Animal Secretaria Estadual de Agricultura, 1967
Henrich Bunse	Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras PUCRS, 194?	Curso de Letras UFRGS E PUCRS; Centro de Estudos Filológicos UFRGS (1955)	1922	Filólogo, folclorista e Professor	Doutor em Letras Faculdade de Filosofia UFRGS, 1960
Luis Carlos Barbosa Lessa	Bacharel em Direito UFRGS, 1952	Revista do Globo, 35 CTG	1929	Folclorista, Radialista, Compositor, Publicitário, Escritor e Tradicionalista	Prêmio Associação Paulista de Críticos Teatrais, por <i>Não te Assusta, Zacaria!</i> (1956); Prêmio Julio Ribeiro da Academia Paulista de Letras e Prêmio de romances Coelho Neto, ABL, por <i>Os Guaxos</i> , 1959; Secretário Estadual de Cultura, 1979-1983; Sócio IHGRS (1980); Patrono da Feira do Livro (2000)
Luis Carlos de Moraes	Escola Militar do Rio de Janeiro, 1901	Cavalaria do Exército, IHGRS (1938)	1876	Coronel do Exército, Historiador, Folclorista e Tradicionalista	Comandante do Depósito de Remonta de S. Simão, 1922-1927; Comandante do Regimento de Cavalaria em Lavras e São Gabriel. Diretor do Serviço de Remonta do Exército (1929-1931). Interventor Federal em Santa Catarina 1931, Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria de Alegrete, 1933-34; Diretor do Colégio Militar de Porto Alegre (1938-1939); Coronel da Reserva (1944)

ANEXO 1

528

NOME	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	VINCULAÇÃO	ANO DE NASCIMENTO	OCUPAÇÃO	PRÊMIOS, TÍTULOS e CARGOS RELEVANTES
Manoelito de Omelas	Não consta	IHGRS, Biblioteca Pública, Imprensa Oficial, DEIP, 35 CTG	1903	Pecuarista, Escritor, Crítico Literário, Historiador, Folclorista e Tradicionalista	Sócio IHGRS (1935); Diretor Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul (1938-1939); Diretor do Arquivo Público, da Associação Rio-grandense de Imprensa (1939-1940); Imprensa Oficial e Departamento de Imprensa e Propaganda do Rio Grande do Sul (1939-1944); Prêmio Joaquim Nabuco da ABL, por "Máscaras e Murais de Minha Terra", 1968; Patrono do Movimento Tradicionalista, Presidente do I Congresso Tradicionalista (1954); Patrono da Feira do Livro (1971)
Moysés Vellinho	Faculdade de Direito, Porto Alegre, 1926	IHGRS (1949); Livraria do Globo (Província de São Pedro); PRR, PRL, Departamento de Administração (DASP)	1902	Crítico Literário, Político, Historiador	Diretor do jornal <i>A Federação</i> ; Chefe de Gabinete de Oswaldo Aranha na Secretaria do Interior (1928-1930); Oficial de Gabinete de Oswaldo Aranha no Ministério da Justiça (1931); Oficial de Gabinete Ministério do Trabalho (1931); Deputado Estadual Constituinte PRL (1934-1937); Membro Departamento Administrativo do Estado (DASP), 1938-1945; Diretor Revista Província de São Pedro (1945-1957); Vice-presidente do IHGRS (1958-1980); Ministro do Tribunal de Contas (1938-1964); Membro Conselho Federal de Cultura (1967-1970); Membro da Academia Portuguesa de Cultura; Doutor Honoris Causa UFRGS (1979); Patrono da Feira do Livro 1980
Othelo Rosa	Não consta	PRR, IHGRS	1889	Historiador, Político e Notário	Chefe de gabinete de Borges de Medeiros (1915-??); Diretor jornal <i>A Federação</i> (1926-1930), e do jornal <i>A Noite</i> (1931-1932); Secretário Estadual de Educação (1935-1937); Sócio (1930) e Membro Comissão História do IHGRS (1934-1956)
Tony Seitz Petzhold	Não consta	Centro de Artes Dramáticas (CAD) Instituto de Belas Artes UFRGS	1914	Bailarina, Coreógrafa e Professora de Balé	Fundadora da Associação dos Professores de Dança Clássica do Rio Grande do Sul (1969); Presidente da Associação (1976-1980)
Walter Spalding	Não consta	Arquivo Histórico Municipal Porto Alegre, IHGRS, CEF, 35 CTG	1901	Historiador, Genealogista, Folclorista e Tradicionalista	Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de Porto Alegre (1939-1963); Sócio do IHGRS (1935); Organizador Pavilhão Cultural Exposição Centenário Farroupilha, 1935; Membro e Presidente da Academia Rio-grandense de Letras (1944); Membro Instituto Genealógico Brasileiro; Membro Comissão Nacional História IBICC (1954); Membro 35 CTG; Presidente III Congresso Tradicionalista (1956); Patrono da Feira do Livro (1978)

Tabela 1 – Sócios do IHGRS (1920-1981)

nome	Admissão	Óbito	Década	Efetivo	Corresp	Fund	n. sócios
Achylles Porto Alegre	1920	1926	20			*	1
Adroaldo Mesquita da Costa	1920	*	20			*	2
Afonso Aurélio Porto	1920	1945	20			*	3
Afonso Guerreiro Lima	1920	1959	20			*	4
Alberto Juvenal do Rego Lins	1920	-	20			*	5
Alcides de Mendonça Lima	1920	1935	20			*	6
Alcides Maya	1920	1944	20			*	7
Alfredo Clemente Pinto	1920	1938	20			*	8
Alfredo Ferreira Rodrigues	1920	1942	20			*	9
Alfredo Álvaro Maciel Moreira	1920	1928	20			*	10
Alfredo Varella	1920	1943	20			*	11
Álvaro Batista	1920	1933	20			*	12
Amaro Batista	1920	1961	20			*	13
Antão Gonçalves de Faria	1920	1936	20			*	14
Antônio Augusto Borges de Medeiros	1920	1961	20			*	15
Armando Dias de Azevedo	1920	1977	20			*	16
Arthur de Carvalho Candal	1920	1924	20			*	17
Augusto Daisson	1920	1927	20			*	18
Augusto Porto Alegre	1920	1947	20			*	19
Benjamin Flores	1920	1923	20			*	20
Carlos Teschauer	1920	1930	20			*	21
Delfino Marques Riet	1920	1933	20			*	22
Demétrio Nunes Ribeiro	1920	1931	20			*	23
Eduardo Duarte	1920	1962	20			*	24
Emilio Fernandes de Souza Docca	1920	1945	20			*	25
Fernando Luiz Osório Filho	1920	1939	20			*	26
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	1920	1969	20			*	27
Francisco Antônio Xavier e Oliveira	1920	1959	20			*	28
Francisco de Leonardo Truda	1920	1942	20			*	29
Francisco Rodolfo Simch	1920	1937	20			*	30
Homero Batista	1920	1924	20			*	31
João Batista Hafkemeyer	1920	1924	20			*	32
João Bittencourt de Menezes	1920	-	20			*	33
João da Silva Belém	1920	1935	20			*	34
João Lütgen	1920	1923	20			*	35
João Candido Maia	1920	1944	20			*	36
João Pinto da Silva	1920	1950	20			*	37

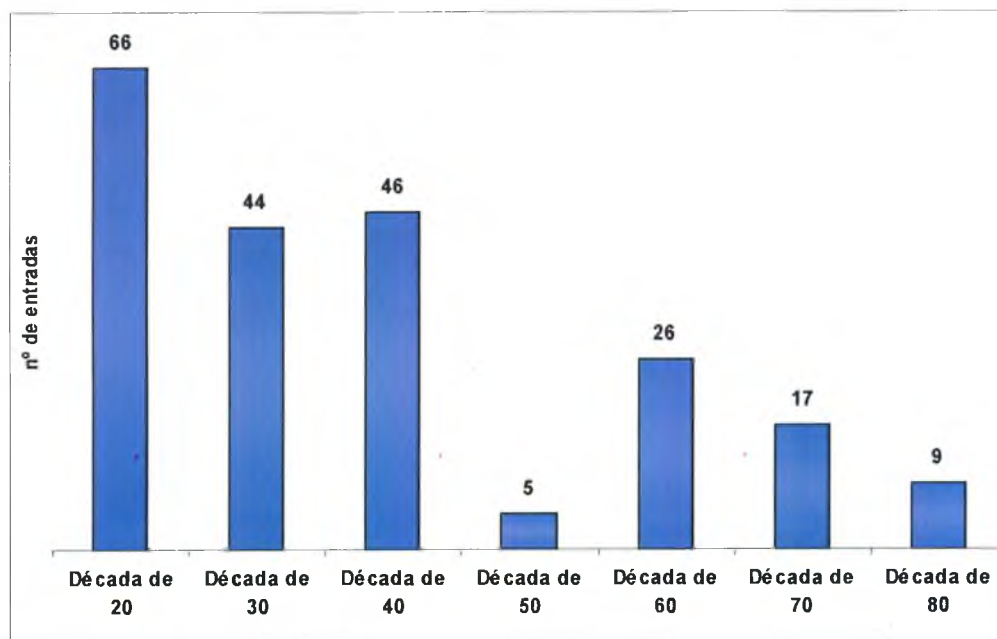
nome	Admissão	Óbito	Década	Efetivo	Corresp	Fund	n. sócios
Joaquim Francisco de Assis Brasil	1920	1938	20			*	38
Joaquim Luiz Osório	1920	1949	20			*	39
José Paulo Ribeiro	1920	-	20			*	40
José Vieira Rezende Silva	1920	1951	20			*	41
José Zeferino da Cunha	1920	-	20			*	42
Leopoldo Cruz de Freitas	1920	1940	20			*	43
Lindolfo Collor	1920	1942	20			*	44
Luiz Mariano da Rocha	1920	1959	20			*	45
Maneol Joaquim de Faria Correa	1920	1954	20			*	46
Maneol Theóphilo Barreto Vianna	1920	1928	20			*	47
Miguel José Pereira	1920	1927	20			*	48
Olavo Franco de Godoy	1920	-	20			*	49
Oscar Miranda	1920	-	20			*	50
Otávio Augusto de Faria Correa	1920	1921	20			*	51
Protásio Antônio Alves	1920	1933	20			*	52
Roberto Landell de Moura	1920	1928	20			*	53
Roque Oliveira Callage	1920	1931	20			*	54
Tancredo Fernandes de Mello	1920	1945	20			*	55
Rubens de Barcellos	1924	1951	20	*			56
Geraldo José Pauwels	1925	1960	20		*		57
Guilherme Studart (Barão)	1925		20		*		58
Luiz da Câmara Cascudo	1925	*	20		*		59
Mansueto Bernardi	1925	1966	20	*			60
Pedro Dias de Campos	1926	1953	20		*		61
Horácio Arredondo Hijo	1928	-	20		*		62
Jorge Salis Goulart	1928	1934	20		*		63
Francisco de Paula Cidade	1929	1968	20		*		64
Total década de 20							64
Darcy Pereira de Azambuja	1930	1970	30	*			65
Othelo Rodrigues Rosa	1930	1956	30	*			66
Antônio Batista Pereira	1931	-	30		*		67
Augusto Tasso Fragoso	1931	-	30		*		68
Henrique da Silva Fontes	1931	1966	30		*		69
João Batista Pereira	1931		30		*		70
João Borges Fortes	1931	1942	30		*		71
Jorge Arthur Boiteux	1931	-	30		*		72
José Octaviano Pinto Soares	1931	-	30		*		73

nome	Admissão	Óbito	Década	Efetivo	Corresp	Fund	n. sócios
Jorge Bahlis	1931	1952	30	*			74
Agustín Venturino	1932	*	30		*		75
Clemenciano Brum Barnasque	1932	1941	30	*			76
Gaston Hasslocher Mazon	1932	1950	30	*			77
Leonardo Macedônia Franco e Souza	1932	1947	30	*			78
Manoel de Souza Duarte	1932	1957	30	*			79
Manoel Estevão Fernandes Bastos	1933	1938	30		*		80
Setembrino A. Pereda	1933		30		*		81
Afonso de Escragnole Taunay	1935	-	30		*		82
Álvro de Alencastre	1935	-	30		*		83
Conde de Afonso Celso	1935	-	30		*		84
Fernando Callage	1935	1964	30		*		85
Herbert Canabarro Reichardt	1935		30		*		86
Mário Carneiro do Rego Mello	1935	*	30		*		87
Victor Russomano	1935	1935	30		*		88
Deoclécio de Paranhos Antunes	1935	1962	30	*			89
Félix Contreiras Rodrigues	1935	1960	30	*			90
Jacy Antonio Tupy Caldas	1935	1946	30	*			91
Manoelito Guglielmi de Ornellas	1935	1969	30	*			92
Walter Spalding	1935	1976	30	*			93
Dante de Laytano	1936	*	30	*			94
Luiz Gonzaga Jaeger	1937	1963	30	*			95
Mario Teixeira de Carvalho	1937	1945	30	*			96
Olynto Sanmartin	1937	1973	30	*			97
Edgar Fontoura Gastão Penalva (Com. Sebastião de Souza)	1938	-	30		*		98
Henrique Oscar Wederspahn	1938	*	30		*		100
Jonatas da Costa Rego Monteiro	1938	1939	30		*		101
Luiz Felipe de Castilhos Goycochéa	1938	1969	30		*		102
Angelo Guido	1938	1969	30	*			103
José Pereira Coelho de Souza	1938	*	30	*			104
Luiz Carlos de Moraes	1938	1969	30	*			105
Daniel Ortega Ricaurte	1939	*	30		*		106
Percy Alvin Martin	1939	1942	30		*		107
Total década de 30							43
Emílio ^a Cony	1940	-	40		*		108
Marno Josetti de Almeida	1940	1957	40	*			109

nome	Admissão	Óbito	Década	Efetivo	Corresp	Fund	n. sócios
Angione Costa	1941	*	40		*		110
Anibal Matos	1941	-	40		*		111
Artur Cesar Ferreira Reis	1941	*	40		*		112
Epifânio da Fonseca Dória	1941	*	40		*		113
José Lima Figueiredo	1941	-	40		*		114
Luiz Lavanère	1941	*	40		*		115
Oswaldo Rodrigues Cabral	1941	1978	40		*		116
Plínio Ayrosa	1941	-	40		*		117
Severino Sombra	1941		40		*		118
Carlos de Paula Couto	1941	*	40	*			119
Edgar Luiz Schneider	1941	1963	40	*			120
Estevão Leitão de Carvalho	1941	-	40	*			121
Jorge Godofredo Schell Felizardo	1941	1966	40	*			122
Nestor Eriksen	1941	-	40	*			123
Balduino Rambo	1943	1961	40	*			124
Valentim Benício da Silva	1943	1958	40	*			125
Alcindo de Azevedo Sodré	1945	1952	40		*		126
Alfredo Romário Martins	1945	-	40		*		127
Antônio de Araújo de A. Bulcão Sobrinho	1945	1965	40		*		128
Antônio Tavares Pinão	1945	*	40		*		129
Dídio Iratim Afonso da Costa	1945		40		*		130
Guilherme Auler	1945	-	40		*		131
Hélio Viana	1945	1972	40		*		132
José Bueno de Oliveira de Azevedo Fo.	1945	*	40		*		133
Luiz Alves de Oliveira Bello	1945	1974	40		*		134
Ramon de Castro Esteves	1945	*	40		*		135
Virgílio Correia Filho	1945	1945	40		*		136
Abeillard Barreto	1945	*	40	*			137
Luiz da Silva Ribeiro	1947	*	40		*		138
Rúbio Brasileiro Ferreira	1947	1964	40		*		139
Frederico de Barros Brotero	1948	*	40		*		140
Pedro Gastão de Órelans e Bragança Carlos	1948	*	40		*		141
Grandmasson Rheingants	1949	*	40		*		142
Gastão de Bittencourt	1949	-	40		*		143
Leopoldo Petry	1949	1966	40		*		144
Raimundo Girão	1949	*	40		*		145
Guilhermino Cesar da Silva	1949	1993	40	*			146
João Maria Bento	1949	1978	40	*			147

nome	Admissão	Óbito	Década	Efetivo	Corresp	Fund	n. sócios
Balem							
José de Araújo Fabrício	1949	*	40	*			148
Lourenço Mario Prunes	1949	*	40	*			149
Moysés de Morais Vellinho	1949	1980	40	*			150
Rinaldo Pereira da Câmara	1949	1974	40	*			151
Total década de 40							44
João Afonso Corte Real	1957		50		*		152
Athos Damasceno Ferreira	1957	1975	50	*			153
Carlos Dante de Moraes	1957	*	50	*			154
Eurico Rodrigues	1957	*	50	*			155
Paulo Jaurés Pedroso Xavier	1957	*	50	*			156
Total década de 50							5
Augusto Meyer	1960	1970	60		*		157
José Honório Rodrigues	1960	*	60		*		158
Amyr Borges Fortes	1960	*	60	*			159
Antônio da Rocha Almeida	1960	1971	60	*			160
Arthur Ferreira Filho	1960	*	60	*			161
Riograndino da Costa e Silva	1960	*	60	*			162
Américo Jacibina Lacombe	1961	*	60		*		163
João Neves da Fontoura	1961	1963	60		*		164
Romeu Calderan Beltrão	1961	-	60		*		165
Tarcísio Antônio da Costa Taborda	1961	1961	60		*		166
Carlos Xavier Paes Barreto	1963		60		*		167
Olimpio Costa Júnior	1963	*	60		*		168
Arnaldo Bruxel	1963	*	60	*			169
Luís Alberto Cibils	1963	*	60	*			170
Mário Calvet de Fagundes	1963	1979	60	*			171
Renato de Azevedo Costa	1963	1979	60	*			172
David Antônio da Silva Carneiro	1964	*	60		*		173
Lauro Reinaldo Muller	1964	-	60		*		174
Luiz Felipe Silva Wedemann	1964	*	60		*		175
Ruben Machado da Rosa	1964	*	60		*		176
Carlos Tasso de Saxe C. E Bragança	1966	*	60		*		177
Ivan Monteiro de Barros Lins	1966	1975	60		*		178
Jorge D'Escragnolle Taunay	1966	*	60		*		179
Tito Lívio Ferreira	1966	1966	60		*		180
Carlos Reverbel	1966	*	60	*			181
Total década de 60							25
Luiz Fernando de	1971	*	70		*		182

Gráfico 1 – Entrada de sócios no IHGRS, por década



Quadro 2 – Representação da CEF no IHGRS.

Nome	Ingresso	Óbito
Adão Carrazoni		
Aldo Obino		
Athos Damasceno Ferreira	1957	1975
Dante de Laytano	1936	2000
Darcy Pereira de Azambuja	1930	1970
Elpídio Ferreira Paes		
Ênio Freitas e Castro		
Érico Veríssimo		
Ernani de Carvalho Haeffner		
Fernando Corona		
Guilhermino Cesar da Silva	1949	1993
João Carlos Paixão Cortes		
Heinrich Adam Wilhelm Bunse	1974	?
Luiz Carlos Barbosa Lessa	1980	2002
Luiz Carlos de Moraes	1938	1969
Manoelito Guglielmi de Ornellas	1935	1969
Moysés de Moraes Vellinho	1949	1980
Othelo Rodrigues Rosa	1930	1956
Tony Seitz Petzhold		
Walter Spalding	1935	1976
Sócios IHGRS/CEF: 11		
Não-sócios IHGRS: 9		
Total: 20		

Quadro 3 – Encontros promovidos pela CNFL (1948-1965)

Ordem	Evento	Ano	Local
I	Semana Nacional de Folclore	1948	Rio de Janeiro
II	Semana Nacional de Folclore	1949	São Paulo
III	Semana Nacional de Folclore	1950	Porto Alegre
I	Congresso Brasileiro de Folclore	1951	Rio de Janeiro
IV	Semana Nacional de Folclore	1952	Maceió
II	Congresso Brasileiro de Folclore	1953	Curitiba
	Congresso Internacional de Folclore	1954	São Paulo
III	Congresso Brasileiro de Folclore	1957	Salvador
IV	Congresso Brasileiro de Folclore	1963	Fortaleza

Quadro 4 – Congressos Tradicionalistas no Rio Grande do Sul (1954-1965)

Ordem	Evento	Ano	Local	CTG Anfitrião	Presidência
I	Congresso Tradicionalista	1954	Santa Maria	Ponche Verde	Manoelito de Ornellas
II	Congresso Tradicionalista	1955	Rio Grande	Mate Amargo	Oswaldo M. Barlém
III	Congresso Tradicionalista	1956	Ijuí	Farroupilha	João P. da Silva
IV	Congresso Tradicionalista	1957	Alegrete	Farroupilha	Celcy Dornelles
V	Congresso Tradicionalista	1958	Caxias do Sul	Rincão da Lealdade	Joaquim P. Lisboa
VI	Congresso Tradicionalista	1959	Cachoeira do Sul	Tropeiros da Lealdade	Moacir C. Roesling
VII	Congresso Tradicionalista	1960	Santo Ângelo	20 de Setembro	Paim Brites
VIII	Congresso Tradicionalista	1961	Taquara	Fogão Gaúcho	Getúlio Marcantônio
XI	Congresso Tradicionalista	1963	Carazinho	Pedro Vargas e Rincão Serrano	Vasco M. Leiria
XII	Congresso Tradicionalista	1964	Uruguaiana	Patrulha do Oeste	Jaime M. Pinto
XIII	Congresso Tradicionalista	1965	Porto Alegre	35	Jaime M. Pinto

(Fonte: Mariante, 1976, p. 25)

Quadro 5 – Artigos Publicados pela CEF – RS

Autor	Título	Ano	No.	P. S. P.	RMJC
Énio Freitas e Castro	As cavalhadas de Vacaria	1954	1		
Luís Carlos Barbosa Lessa	O sentido e o valor do tradicionalismo	1954	2	x	
Luís Gomes de Freitas	Estâncias Antigas - Veículos de Carga - Cânhamo e Linho	1954	3		x
Walter Spalding	Bibliografia do Folclore do Rio Grande do Sul	1954	4		x
Oswaldo Gomes Junqueira	A Farinhada	1954	5		x
Dante de Laytano	Festa de Nossa Senhora dos Navegantes - Estudo de uma tradição das populações afro-brasileiras de Porto Alegre	1955	6		x
Luís Carlos Barbosa Lessa João Carlos Paixão Cortes	Manual de Danças Gaúchas	1956	7		
Walter Spalding	A História e o Povo - costumes, poesias e lendas	1956	8		x
Dante de Laytano	Lendas do Rio Grande do Sul - coletânea de mais de 80 lendas dos diversos ciclos do folclore gaúcho conforme os textos de sua literatura regionalista	1956	9	x	
Luiz Gomes de Freitas	Antigos jogos desportivos da campanha	1957	10		x
Luiz da Silva Ribeiro	Influência portuguesa no adagiário gaúcho	1957	11		
Walter Spalding	Tradições gaúchas - a casa - o sal - a chuva	1957	12		x
Dante de Laytano	Fontes escritas para o conhecimento dos falares do Rio Grande do Sul	1957	13		
Darcy Azambuja	Principais lendas folclóricas do Rio Grande do Sul	1958	14		
Cecília Meireles	Panorama folclórico dos Açores, principalmente da Ilha de São Miguel	1958	15		
Propício da Silveira Machado	Pereira Coruja - vida e obra	1958	16		x
Sylvio da Cunha Echenique	Bruaca - coletânea de provérbios regionalistas	1958	17		x
Floriano Maya d'Ávila	O meio ambiente na obra de Alcides Maya	1958	18		x
Lothar Francisco Hessel	Antenor Moraes - escritor regionalista do Rio Grande do Sul	1958	19		x
Dante de Laytano	O negro no Rio Grande do Sul - aspecto demográfico - aspecto histórico - aspecto folclórico. Lendas do ciclo do negro nas tradições populares do Rio Grande do Sul	1958	20		
Waldemar Corrêa	A volta de Antônio Chimango - poesia regionalista	1958	21		
Renato Almeida	Música folclórica e música popular	1958	22	x	
João Carlos Paixão Cortes	Terno de Reis	1960	23		
Natalio Herlein	A volta do Gaúcho Fausto Aguirre (contos)	1963	24		
João Carlos Paixão Cortes	Gaúchos de faca na bota - A faca, tipos e denominações - Coqueiro em pé. Coqueiro deitado - Uma dança alemã no folclore gauchesco. Do rancho-polka dos colonos teutos aos chotes carreirinho gaúcho	1966	25		
Walter Seitenfus	Rinha de Galo	1967	26		
Heinrich Bunse	Açúcar e Mandioca	1968	27		
Walter Spalding	Comparações do falar diário do gaúcho	s/d	28		
Dante de Laytano	A Igreja e os Orixás	s/d	29		
Cecília Meireles	Folclore gaúcho e folclore açoriano	s/d	30	x	
Paulo Aripe (padre)	Missa Crioula	s/d	31		

ANEXO 1

Quadro 6 – Produção de autores vinculados à CEF, por revista e ano de publicação (1945-1965)

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Azambuja, Darcy Pereira de	História e Imaginação	História - Aspectos teóricos	PSP	1945	1
Azambuja, Darcy Pereira de	A Biografia de Olinto de Oliveira	Biografia - Crítica Literária	PSP	1945	2
Azambuja, Darcy Pereira de	Negrinho do Pastoreio	Conto	PSP	1945	2
Azambuja, Darcy Pereira de	Capivara no Milho	Conto	PSP	1946	4
Azambuja, Darcy Pereira de	Boi Carreteiro	Conto	PSP	1946	5
Azambuja, Darcy Pereira de	saudação ao Exmo. Sr. General João Batista Mascarenhas de Moraes	Discurso	RIHGRS	1946	102
Azambuja, Darcy Pereira de	Quando Porto Alegre Amanhecia	Crônica	PSP	1947	10
Azambuja, Darcy Pereira de	Meu Padrinho.	Conto	PSP	1953	18
Azambuja, Darcy Pereira de	Arma de Estimação	Conto	PSP	1954	20
Azambuja, Darcy Pereira de	O Povo Rio-grandense nas Vésperas de 35	História	FCR	1955	1
Azambuja, Darcy Pereira de	Principais lendas folclóricas do Rio Grande do Sul	Folclore	Cad.CEF	1958	14
Azambuja, Darcy Pereira de	Simões Lopes Neto	História literária, crítica	FCR	1958	3
Castro, Ênio de Freitas e	A Educação Musical no Rio Grande do Sul.	História, folclore	PSP	1948	11
Castro, Ênio de Freitas e	As Cavalhadas de Vacaria	Folclore	Cad.CEF	1954	1
Castro, Ênio de Freitas e	A Composição musical no Rio Grande do Sul	História, folclore	FCR	1960	4
César, Guilhermino	Alphonsus de Guimaraens Filho e a Poesia Moderna	Crítica Literária	PSP	1945	6
César, Guilhermino	Alguns poemas	Poesia	PSP	1946	4
César, Guilhermino	De Raul Soares a Julio Ribeiro	Crítica Literária	PSP	1946	6
César, Guilhermino	Da ficção para o social	Crítica Literária	PSP	1946	6
César, Guilhermino	Época, Merecimento e Infância de "Antonio Chimango"	crítica literária; análise da obra; comparação com outras sátiras do Brasil e do Prata	PSP	1946	6
César, Guilhermino	Livros e Idéias	Lançamento de Seção - objetivos	PSP	1946	6
César, Guilhermino	Descentralização Literária	Crítica Literária - Nova geração de escritores - revistas dos estados	PSP	1946	7
César, Guilhermino	Destino de uma Cultura	Crítica Literária - Projeção literatura brasileira em Portugal	PSP	1946	7
César, Guilhermino	Duas Antologias	Crítica Literária - Antologia de Autores Brasileiros em Portugal	PSP		
César, Guilhermino	Duas Novelas de Lucio Cardoso.	Crítica Literária - análise da obra	PSP	1946	7

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
César, Guilhermino	Permanência de Rio Pardo	Comentário sobre Lançamento do Almanaque do Rio Pardo, de Dante de Laytano c/ prefácio de Gilberto Freyre	PSP	1946	7
César, Guilhermino	Poesia Ultraparnasiana	crítica literária; lançamento de obra;	PSP	1946	7
César, Guilhermino	Contistas	Crítica Literária	PSP	1947	8
César, Guilhermino	As Canções	Crítica literária - poesia - Mario Quintana	PSP	1947	8
César, Guilhermino	História de Beira-mar	Crítica Literária novela de Telmo vergara - necessidade de transposição literária da paisagem litorânea do rs	PSP	1947	8
César, Guilhermino	Poemas Quase Dissolutos	Crítica literária, análise de estilo	PSP	1947	8
César, Guilhermino	A Língua do Brasil	Crítica literária	PSP	1947	9
César, Guilhermino	Em Busca do Termo Próprio.	resenha - filologia - folclore	PSP	1947	9
César, Guilhermino	Entre Poetas	Crítica Literária - poesia	PSP	1947	9
César, Guilhermino	Introdução a Machado de Assis	Crítica Literária; relação vida/obra	PSP	1947	10
César, Guilhermino	A Túnica e os Dados.	Crítica literária	PSP	1947	10
César, Guilhermino	As Alianças e o Mundo Perdido.	Crítica literária - relação infância literatura	PSP	1947	10
César, Guilhermino	Gente Nova da Província	crítica literária; revistas literárias nos estados	PSP	1948	11
César, Guilhermino	Emilio Moura - o espelho e a musa	Crítica Literária - análise da obra	PSP	1949	14
César, Guilhermino	Anjo Rebelado.	Crítica Literária	PSP	1951	15
César, Guilhermino	Jorge de Lima - Obra poética	Crítica literária; lançamento de obra; valor do autor	PSP	1951	16
César, Guilhermino	Morre um Homem na Montanha	Fragmento de romance	PSP	1952	17
César, Guilhermino	O Criador do Romance no Rio Grande do Sul.	História literária - crítica	PSP	1954	20
César, Guilhermino	O Criador do Romance no Rio Grande do Sul.	História literária - crítica	FCR	1954	1
César, Guilhermino	A Primeira Geração romântica da literatura rio-grandense	História literária - crítica	FCR	1956	2
César, Guilhermino	Gente do Caraça	Narrativa; fragmento	PSP	1957	21
César, Guilhermino	Karl Von Koseritz	História literária - crítica	FCR	1958	3

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Corona, Fernando	Zero	zero	zero	Zero	Zero
Côrtes, J.C. Paixão	Terno de Reis	Folclore	Cad. CEF	1960	23
Côrtes, J.C. Paixão	Gaúchos de faca na bota - A faca, tipos e denominações - Coqueiro em pé. Coqueiro deitado - Uma dança alemã no folclore gauchesco. Do rancho-polka dos colonos teutos aos chotes carreirinho gaúcho	Folclore	Cad. CEF	1966	25
Ferreira, Athos Damasceno	Chininha	Conto	PSP	1945	1
Ferreira, Athos Damasceno	Sacadas e Sacadinhas Porto-Alegrenses	História	PSP	1945	2
Ferreira, Athos Damasceno	Quadrinhos Urbanos	Crônica	PSP	1945	3
Ferreira, Athos Damasceno	Recreio da Estação	Conto	PSP	1946	6
Ferreira, Athos Damasceno	Negrinho do Pastoreio	Poesia	PSP	1947	8
Ferreira, Athos Damasceno	Ilhota	Conto	PSP	1948	1
Ferreira, Athos Damasceno	A Margem do Processo de Aculturação dos Alemães no	História, sociologia	PSP	1953	18
Ferreira, Athos Damasceno	Interpretação de Lobo da Costa	História literária - crítica	PSP	1954	19
Ferreira, Athos Damasceno	O Teatro em Porto Alegre no século XIX	História	FCR	1954	1
Ferreira, Athos Damasceno	Trunfas, Caipis e Tipois : Contribuição para o estudo da indumentária do Rio Grande do Sul	História, sociologia	PSP	1954	20
Ferreira, Athos Damasceno	Apontamentos para o estudo da indumentária no Rio Grande do Sul	História, sociologia	FCR	1956	2
Ferreira, Athos Damasceno	Sem título	Carta à Redação	PSP	1957	21
Ferreira, Athos Damasceno	Sociedades Literárias em Porto Alegre no século XIX	História	FCR	1962	5
Laytano, Dante de	Notícia Breve da Pecuária no Rio Grande do Sul, no Século XVIII	História	RMJC	1945	100
Laytano, Dante de	Historia Particular da Velha Cidade do Rio Grande do Sul	História	PSP	1945	1
Laytano, Dante de	O Folclore do Rio Grande do Sul : Tradições do ciclo agro-pastoril	Folclore	PSP	1952	17
Laytano, Dante de	Cidade Açoriana da América Portuguesa - Taquari e a história documental de sua fundação	História	RMJC	1952	1
Laytano, Dante de	Vida religiosa de cidade do interior - Crônicas das irmandades tradicionais do Rio Pardo	História	RMJC	1952	2
Laytano, Dante de	Vida administrativa de Rio Pardo ao tempo da monarquia	História	RMJC	1953	3

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Laytano, Dante de	Folclore do Rio Grande do Sul : tradições populares do ciclo agropastoril (pte 1)	Folclore	PSP	1953	18
Laytano, Dante de	Folclore do Rio Grande do Sul : tradições populares do ciclo agropastoril (pte 2)	Folclore	PSP	1954	19
Laytano, Dante de	A Confederação do Equador e a República Rio-Grandense: subsídios para o estudo da história dos pernambucanos no movimento farroupilha de 1835	História	RMJC	1954	4
Laytano, Dante de	O Rio Grande do Sul e a Marinha Brasileira	História	RMJC	1954	4
Laytano, Dante de	Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul (pte 1)	História;Etnografia	RMJC	1955	5
Laytano, Dante de	Festa de Nossa Senhora dos Navegantes - Estudo de uma tradição das populações afro-brasileiras de Porto Alegre	Folclore	Cad. CEF	1955	6
Laytano, Dante de	Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul (pte 2)	História;Etnografia	RMJC	1956	6
Laytano, Dante de	Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul (pte 3)	História;Etnografia	RMJC	1957	7
Laytano, Dante de	Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul (pte 4)	História;Etnografia	RMJC	1957	8
Laytano, Dante de	Fontes escritas para o conhecimento dos falares do Rio Grande do Sul	Dialetologia	Cad. CEF	1957	13
Lessa, Luís Carlos Barbosa & Cortes, João Carlos Paixão	Manual de Danças Gaúchas	Folclore	Cad. CEF	1956	7
Lessa, Luís Carlos Barbosa	A Retirada de São Jose do Norte.	Conto	PSP	1946	2
Lessa, Luís Carlos Barbosa	O sentido e o valor do tradicionalismo	Tese I Congresso Tradicionalista	Cad. CEF	1954	2
Lessa, Luís Carlos Barbosa	O Sentido e o Valor do Tradicionalismo	Tese I Congresso Tradicionalista	PSP	1954	20
Moraes, Luís Carlos de	Oração proferida na Semana de Tiradentes no Instituto	História	RIHGRS	1946	102
Moraes, Luís Carlos de	Símbolos, Hinos e Bandeiras Estaduais	Parecer IHGRS	PSP	1946	
Moraes, Luís Carlos de	O Vento Minuano	Folclore	RIHGRS	1947	105
Obino, Aldo	Traços do Rio e São Paulo	Ensaio, contraste entre as cidades	PSP	1949	14
Ornellas, Manoelito de	A Morte de Tiaraju	Narrativa; fragmento	PSP	1945	1

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Ornellas, Manoelito de	Alma e Poesia da Espanha Mutilada	Vida e obra de Federico Garcia Lorca	PSP	1946	4
Ornellas, Manoelito de	Missionários da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul	História	PSP	1947	8
Ornellas, Manoelito de	Genealogia Lírica do Pampa	Ensaio crítico Gênese da Literatura Regionalista	PSP	1948	11
Ornellas, Manoelito de	Entrevista Póstuma com De Sousa Junior	Entrevista	PSP	1948	11
Ornellas, Manoelito de	A Linhagem Fidalga de Silveira Martins	Biografia	PSP	1949	13
Ornellas, Manoelito de	Origem das Salamancas	Folclore	PSP	1949	13
Ornellas, Manoelito de	O Historiador Campos Junior	Biografia	PSP	1951	16
Ornellas, Manoelito de	A Origem da Poesia Crioula na Sátira Política	História literária - crítica	FCR	1954	1
Ornellas, Manoelito de	Silveira Martins	Biografia	FCR	1958	3
Paes, Elpídio Ferreira	Zero	zero	zero	Zero	Zero
Rosa, Othelo; Lima, Afonso Guerreiro e Duarte, Eduardo.	Parecer Comissão de História IHGRS sobre símbolos estaduais	Parecer IHGRS	PSP	1946	5
Rosa, Othelo. Vellinho, Moyses. Azambuja, Darcy	Dragões do Rio Grande	Parecer IHGRS	PSP	1954	20
Rosa, Othelo. Vellinho, Moyses. Azambuja, Darcy	Sugestão sobre o Monumento a Sepé Tiaraju	Parecer IHGRS	PSP	1957	21
Rosa, Othelo. Vellinho, Moyses. Azambuja, Darcy	A Fundação de Porto Alegre	Parecer IHGRS	PSP	1957	21
Rosa, Othelo	Causas da Revolução Farroupilha : Caráter republicano e federativo do movimento	História	PSP	1945	2
Rosa, Othelo	Dois Perfis	Biografia de historiadores (Souza Docca e Aurélio Porto)	PSP	1945	3
ROSA, Othelo	Dr. Alcides Maia. Discurso	Biografia	RIHGRS	1945	99
ROSA, Othelo	General Sousa Doca e Coronel Aurélio Porto.	Biografia	RIHGRS	1945	100
ROSA, Othelo	João Cândido Maia. Palestra.	Biografia	RIHGRS	1945	98
ROSA, Othelo	Rio Branco	Biografia	RIHGRS	1945	98
ROSA, Othelo	Bento Gonçalves (Editorial)	Biografia	PSP	1947	10
ROSA, Othelo	7 de Setembro. Discurso	História	RIHGRS	1947	105/108
ROSA, Othelo	Bento Gonçalves da Silva. Conferência.	Biografia	RIHGRS	1947	105/109
ROSA, Othelo	Graciano Alves Azambuja. Palestra.	Biografia	RIHGRS	1947	105/110

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
ROSA, Othelo	Gomercindo Saraiva. Qual era a sua nacionalidade?	Biografia	RIHGRS	1948	109/112
ROSA, Othelo	Notas Sobre a Evolução no Rio Grande do Sul.	História	RIHGRS	1948	109/113
ROSA, Othelo	Partenon Literário (O). Conferência.	História	RIHGRS	1948	109/114
ROSA, Othelo	Sem título	Resenha Crítica	PSP	1949	14
ROSA, Othelo	As Missões Jesuíticas e a Consciência Cívica da Juventude	História	PSP	1949	14
ROSA, Othelo	Parecer da Comissão de História IHGRS sobre Denominação de Escola em Santa Maria	Parecer IHGRS	PSP	1949	14
ROSA, Othelo	Bandeira Rio-Grandense.	História	RIHGRS	1950	120
ROSA, Othelo	Jose Honório Rodrigues - Teoria da História do Brasil	Resenha crítica	PSP	1951	15
ROSA, Othelo	O Conteúdo Político da revolução Farroupilha	História	PSP	1951	16
ROSA, Othelo	Afonso de E. Taunay e a Historia Geral das Bandeiras Paulistas	Resenha crítica	PSP	1952	17
ROSA, Othelo	Augusto Meyer e o Folclore Rio-Grandense	Resenha crítica	PSP	1952	17
ROSA, Othelo	Alfredo Ferreira Rodrigues : O historiador da Revolução Farroupilha	Biografia	PSP	1954	20
ROSA, Othelo	A Formação do Rio Grande do Sul	História	FCR	1956	2
ROSA, Othelo	Julio de Castilhos	Biografia	FCR	1958	3
Spalding, Walter	Saudação ao ser recebido no Instituto o Padre Balduino Rambo	Discurso	RIHGRS	1945	97
Spalding, Walter	Brasil na Cartografia e na Lenda	História e Folclore	RIHGRS	1945	98
Spalding, Walter	Dois Ofícios de Alfonso Mabilde	Arquivo	RIHGRS	1945	98
Spalding, Walter	Instituto Histórico	História	RIHGRS	1945	99
Spalding, Walter	Dr. Mário Teixeira de Carvalho	Biografia	RIHGRS	1945	100
Spalding, Walter	O Velho Coruja e o Seu Vocabulário	Biografia, dialetologia	PSP	1946	2
Spalding, Walter	General João Borges Fortes	Biografia, genealogia	PSP	1946	5
Spalding, Walter	Notas de. D. Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai	Arquivo	RIHGRS	1948	109/112
Spalding, Walter	Propaganda e Propagandistas Republicanos no Rio Grande do Sul	História	RMJC	1952	1
Spalding, Walter	Bibliografia do Folclore Rio-Grandense do Sul	Folclore	RMJC	1954	4
Spalding, Walter	Bibliografia do Folclore Rio-Grandense do Sul	Folclore	Cad. CEF	1954	4
Spalding, Walter	A História e o Povo - Costumes, Poesia e Lendas	Folclore	Cad. CEF	1956	8
Spalding, Walter	A História e o Povo - Costumes, Poesia e Lendas	Folclore	RMJC	1956	6
Spalding, Walter	Tradições gaúchas - a casa - o sal - a chuva	Folclore	Cad. CEF	1957	12

ANEXO 1

Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Vellino, Moysés	Cecília Meireles - Ruy - Pequena Historia de uma grande vida	Resenha Crítica	PSP	1951	15
Vellino, Moysés	Lucia Miguel Pereira - Historia da Literatura Brasileira	Resenha Crítica	PSP	1951	15
Vellino, Moysés	Editorial	Denúncia ideológica do IV Congresso Brasileiro de Escritores	PSP	1951	16
Vellino, Moysés	Uma incursão no tempo	Narrativa de viagem	PSP	1951	16
Vellino, Moysés	João Pinto da Silva	Necrológio - biografia	PSP	1951	16
Vellino, Moysés	Editorial	Divulgação de revistas literárias (Quixote, Fronteira, Princípio, Reflects e Crucial)	PSP	1952	17
Vellino, Moysés	No Primeiro Aniversario da Morte de João Pinto da Silva	Biografia	PSP	1952	17
Vellino, Moysés	Um Processo de Socialização Espontânea	Análise da conjuntura econômica e política	PSP	1952	17
Vellino, Moysés	O Romance de Gustavo Coração	Resenha Crítica	PSP	1952	17
Vellino, Moysés	Editorial	Denúncia ao fascismo e ao imperialismo soviético	PSP	1953	18
Vellino, Moysés	O Negro nos Estados-Unidos	Narrativa de viagem	PSP	1953	18
Vellino, Moysés	O Acre e seus Heróis	Notícia de lançamento de obra pela revista O Cruzeiro	PSP	1953	18
Vellino, Moysés	Editorial	Relação cultura-administração pública; Criação Divisão de Cultura SEC	PSP	1954	19
Vellino, Moysés	Aspectos da Vida Cultural nos Estados Unidos: notas de um viajante apressado	Narrativa de viagem	PSP	1954	19
Vellino, Moysés	Evolução de Lobo da Costa	Ensaio Crítico, Biografia	PSP	1954	19
Vellino, Moysés	Editorial	História política, negação do caudilhismo	PSP	1954	20
Vellino, Moysés	Uma Aventura Noturna	Resenha Crítica de <i>Noite</i> , de Érico Veríssimo	PSP	1954	20
Vellino, Moysés	O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino	História	FCR	1956	2
Vellino, Moysés	Editorial	Sobre Monumento a Sepé	PSP	1957	21
Vellino, Moysés	Antecedentes da Formação Histórica do Rio Grande do Sul	História, povoamento	PSP	1957	21

ANEXO 1

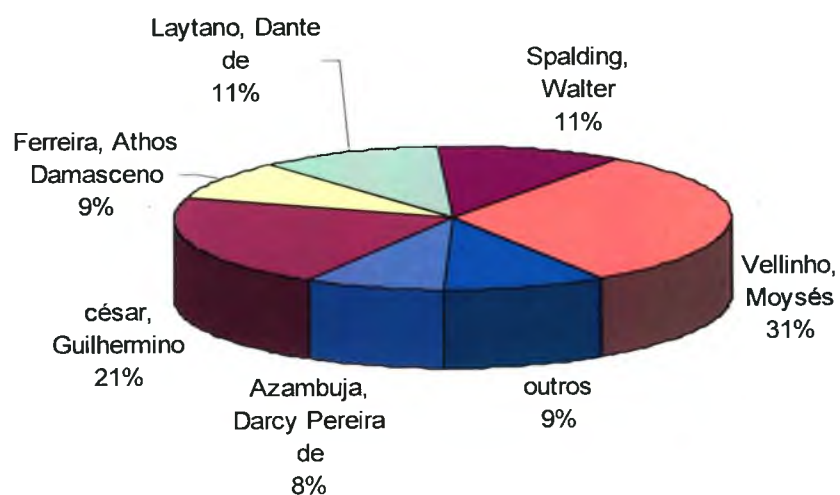
Autor	Título	Descritor	Revista	Ano	No.Revista
Vellino, Moysés	O Balanço Critico da Literatura Rio-Grandense	Resenha crítica da História da Literatura no Rio Grande do Sul, de G. César	PSP	1957	21
Vellino, Moysés	Os Jesuítas no Rio Grande do Sul	História	FCR	1960	4
Vellino, Moysés	A configuração atual do Rio Grande e sua fronteira histórica	História	FCR	1962	5
Verissimo, Érico	Sol Mar e Samba - Uma impressão do Rio de Janeiro	Narrativa de viagem	PSP	1945	2
Verissimo, Érico	Entre Deus e o Pobre Diabo	Crítica Literária, Modernismo	PSP	1946	4
Verissimo, Érico	Viagem a Arizona	Narrativa de viagem	PSP	1946	7
Verissimo, Érico	Língua e Caráter	Ensaio, Língua como expressão da cultura	PSP	1947	10

ANEXO 1**Tabela 2 – Número de Artigos de Autores Vinculados à CEF, por Revista de publicação.**

ANEXO 1

Autor	PSP	Cad.CEF	RMJC	RIHGRS	FCR	total/autor
Azambuja, Darcy Pereira de	8	1	0	1	2	12
Bunse, Heinrich Adam Wilhelm	0	1	0	0	0	1
Castro, Ênio de Freitas e	1	1	0	0	1	3
Cesar, Guilhermino	29	0	0	0	3	32
Corona, Fernando	0	0	0	0	0	0
Côrtes, J.C. Paixão	0	2	0	0	0	2
Ferreira, Athos Damasceno	10	0	0	0	3	13
Laytano, Dante de	4	2	10	0	0	16
Lessa, Barbosa	2	1	0	0	0	3
Obino, Aldo	1	0	0	0	0	1
Spalding, Walter	3	3	4	6	0	16
Vellinho, Moysés	44	0	0	0	3	47
Verissimo, Érico	4	0	0	0	0	4
total/revista	106	11	14	7	12	150

Gráfico 2 – Publicações de autores vinculados à CEF, cômputo geral.



ANEXO 1

Gráfico 3 – Categoria outros do gráfico 2

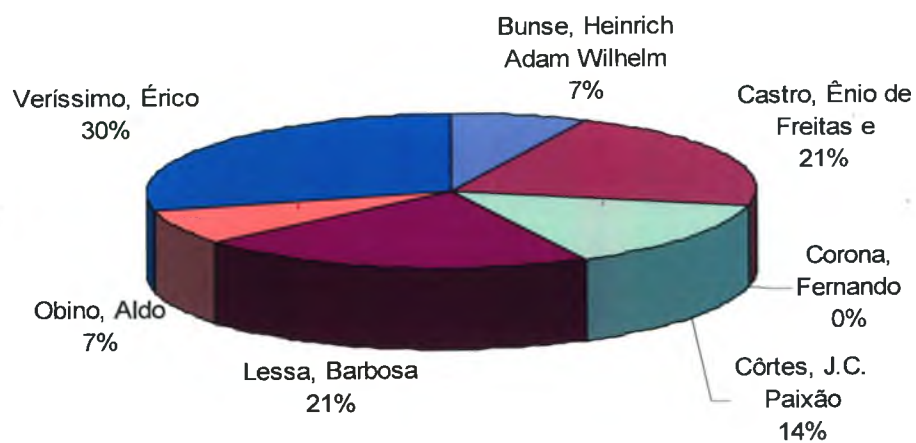
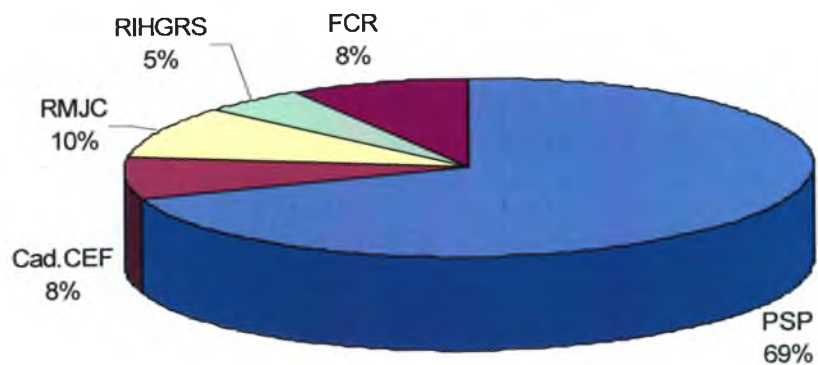


Gráfico 4 – Distribuição dos artigos por revista.



ANEXO 1

Quadro 7 – Publicações de folcloristas de outros estados, por revista e ano de publicação (1945-1965)

Autor	Comissão	Título	Descritor	Revista	Ano	No.
Almeida, Renato	CNFL	Musica Folclorica e Musica Popular	Folclore	PSP	1949	14
Almeida, Renato	CNFL	Folclore e o Ensino da Musica no Brasil	Folclore	PSP	1953	18
Araújo, Alceu Maynard de	Comissão Paranaense	Danca da Santa Cruz	Folclore	PSP	1951	16
Bastide, Roger	Comissão Paulista	A Proposito da Edicao Brasileira da Comedia Humana	Crítica Literária	PSP	1948	11
Cabral, Osvaldo R.	Comissão Catarinense	As Dancas de Congos no Sul do Brasil	Folclore	PSP	1951	15
Cabral, Osvaldo R.	Comissão Catarinense	Para um Destino Eternamente Ignorado	História	PSP	1954	19
CNFL	CNFL	Carta do Foldore Brasileiro	Folclore, manifesto	PSP	1952	17
Carneiro, Edison	CNFL	O Caruru de Cosme e Damiao	Folclore	PSP	1946	5
Carneiro, Edison	CNFL	Maes-de-Santo	Folclore, Etnografia	PSP	1948	11
Carneiro, Edison	CNFL	Tres Cronistas da Bahia	História	PSP	1951	15
Carneiro, Edison	CNFL	O Quilombo da Carlota	Folclore	PSP	1954	19
Casassanta, Mario	Comissão Mineira	O Mulato Antonio Vieira	Biografia	PSP	1946	6
Diégues Júnior, Manoel	CNFL	Os Portugueses no Nordeste	História	PSP	1949	13
Guimaraes, Ruth	Comissão Paulista	Os Casticais de Santo Antonio	Conto	PSP	1947	9
Guimaraes, Ruth	Comissão Paulista	Deus e Grande, me Ajudou a Fugir	Conto	PSP	1946	4
Guimaraes, Ruth	Comissão Paulista	Yacy Tapere, Diabo Menor	Folclore	PSP	1946	6
Julio, Silvio	CNFL	Elementos Populares no Trovadorismo Galaico-Portugues	Folclore	PSP	1947	10
Julio, Silvio	CNFL	Elementos Populares no Trovadorismo Galaico	Folclore	PSP	1949	13
Meirelles, Cecilia	CNFL	Folclore Guasca e Acoriano	Folclore	PSP	1947	8
Meirelles, Cecilia	CNFL	Notas de Folclore Gaucho-Acoriano	Folclore	PSP	1947	8
Cecilia Meireles	CNFL	Folclore gaúcho e folclore açoriano	Folclore	Cad. CEF	196?	30

ANEXO 2

REVISTA DO GLOBO

QUINZENÁRIO DE CULTURA E DE VIDA SOCIAL

DIRECTOR: MANSUETO BERNARDI -- EDITORA: A LIVRARIA DO GLOBO

ANNO II PORTO ALEGRE, 11 DE OUTUBRO DE 1930 N. 19

AO RIO GRANDE E AO BRASIL

Honrando os seus compromissos assumidos com a Nação, o Rio Grande do Sul, sem distincção de cores partidárias, declarou-se em armas contra o Governo revolucionário, descegrado e imoral do sr. Washington Luis.

Nenhum rio-grandense digno de tal nome, em que se resume uma fulgurante tradição de altruismo, de bravura e de protesto contra todos os despotismos, pôde ficar indifferente ao glorioso e empolgante espectáculo da insurreição nacional.

O Rio Grande do Sul não se lança a uma guerra civil gerada em odios fratricidas, nutridas de despotismos ou norteadas pela ambição do mando. Aliando-se de corpo e alma ao protesto armado contra as praticas anti-republicanas de um dos mais corruptos e grosseiros governos da America, vai o Rio Grande do Sul contribuir com a sua força e o seu prestigio para repôr o Brasil dentro da lei, da moral politica e do respeito à dignidade humana.

Poucas palavras bastam para assentar, perante o mundo civilizado, as razões do nosso protesto armado. No Brasil dos nossos dias, a Constituição e as leis só têm existencia ficticia; não são cumpridas nem respeitadas. Os homens publicos, a começar por aquelle que devêra ser o chefe imparcial e austero da Nação, outra coisa não fazem senão offender e desmoralisar as leis e a Constituição. Fóra da lei e em opposição à vontade do povo, não ha governo legal, mas arbitrio, tyrannia e abuso de poder. Contra a força bruta, esgotados todos os recursos da lei e da persuasão, só se pôde agir com a força. E' o que está fazendo a Nação Brasileira, na mais justa, na mais legitima e necessaria das reivindicações collectivas.

Realmente, que fazer num pais em que o falsamento do voto é a vergonha generalizada, o crime systematico, a brutalidade sem exemplo das eleições de 1.º de março? Que fazer numa situação em que o Congresso Nacional, desfilibado, inescrupuloso e obediante aos caprichos inconfessaveis do presidente da Republica, individuo mediocre e attribuzionario, manda depurar em massa os eleitos da Parahyba e sacrificar pela metade a representação de Minas Gerases? Que fazer num regimen em que já nem do assassinato politico se envergonham os poderosos, e em que o supremo responsavel por tantos escandalos, depois de envolver a administração com a mais infrene das politicagens, se colloca arrogantemente fóra da Constituição para calar aos pés a dignidade da Parahyba e offender de frente a autonomia dos Estados e o regimen federativo?

Verdade é que o governo da Republica desceu, entre nós, às ultimas possibilidades da ignominia. Ao povo já não resta outro recurso sinão o do protesto pela força. Não levantar este protesto collectivo contra tantas vergonhas que nos pósam, seria para a Nação Brasileira acto de verdadeira desconstituição ou suicidio moral.

A insurreição nacional é a desfronza do Brasil. Ella estalou simultaneamente na Capital da Republica, em Minas Gerases, na Parahyba heroica e soffredora de João Pessoa, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catharina, em varios pontos de São Paulo, em Pernambuco, Piahy, Ceará e outros Estados do Norte e do Nordeste.

O glorioso Exército Nacional, que tão grandes responsabilidades tem na nossa vida institucional, não combaterá a insurreição do povo. Os soldados que o fizessem não seriam cidadãos brasileiros, mas mercenarios sem consciencia.

Rio-grandenses!

Mostremos com o nosso desado aos que tanto nos offendiram com as suas provocações e os seus insultos, mostremos aos assassinos de João Pessoa, aos violadores da lei e aos expoliadores da Nação que o espirito da nossa raça é immortal e que a mesma capacidade de sacrificios que fez a grandeza sem par da geração dos Farrapos é ainda a dos nossos dias, neste glorioso repositulo da Republica Brasileira!

Rio-grandenses!

Communiquemos ao povo brasileiro a certeza de que não nos arreceamos de provações nem de sacrificios, por amor do Brasil, pela dignificação da Republica e pelos direitos do cidadão!

Rio-grandenses!

Todos unidos em marcha para a Victoria!

Porto Alegre, 4 de Outubro de 1930.

Alcides Maya, André Carrazzoni, Augusto Meyer, Aurelio Porto, Athos Damasceno Ferreira, Adroaldo Mesquita da Costa, Angelo Guido, Carlos Dante de Moraes, Clementiano Barnasque, Darcy Azambuja, Dante de Laitano, Edgar Luiz Schneider, Ernani Foenari, Emilio Kemp, Eduardo Duarte, Fabio de Barros, Fernando Caldas, Ipolino Leal, João Carlos Machado, José Cacho de Sousa Lobo, Lindolfo Cellor, Leonardo Truda, Luis Vergara, Mauricio Cardoso, Mansueto Bernardi, Mario Toeta, Martin Gomes, Moysés Vallinho (Paulo Arinos), Mam de Sá, Manoel de Faria Corrêa, Mario de Sá, Pedro Vergara, Paulo Corrêa Lopez, Raul Pilla, Roque Collage, Raul Bittencourt, Raymundo Gonçalves Vianna, Ray Carne Lima, Renato Costa, Ruben Machado da Rosa, Raul Tetta, Sergio de Gouvêa, Theodemiro Tostes, Telmo Vergara, Vargas Netto, Waldemar Vasconcellos, Zeferino Brasil.

Figura 1 - Revista do Globo, Manifesto dos Intelectuais. Revolução de 1930.

ANEXO 2



Figura 2 – Dante de Laytano, na biblioteca de sua residência.



Figura 3 Guilhermino César

ANEXO 2



Figura 4 Moysés Vellinho



Figura 5 Mansueto Bernardi

ANEXO 2



Figura 6 Da esquerda para a direita: Manoelito de Ornellas, Menotti Del Pichia e Cassiano Ricardo. Foto publicada na Revista do Globo, 1929.



Figura 7 Livraria do Globo. Porto Alegre, 1922.

ANEXO 2



Figura 8 Porto Alegre, 1945. O grupo da Editora Globo comemora, em casa dos Lambiase, o lançamento da revista *Provincia de São Pedro*. Na cabeceira da Mesa, Henrique Bertaso. À direita deste, Moysés Vellinho e Dante de Latyano (em pé).

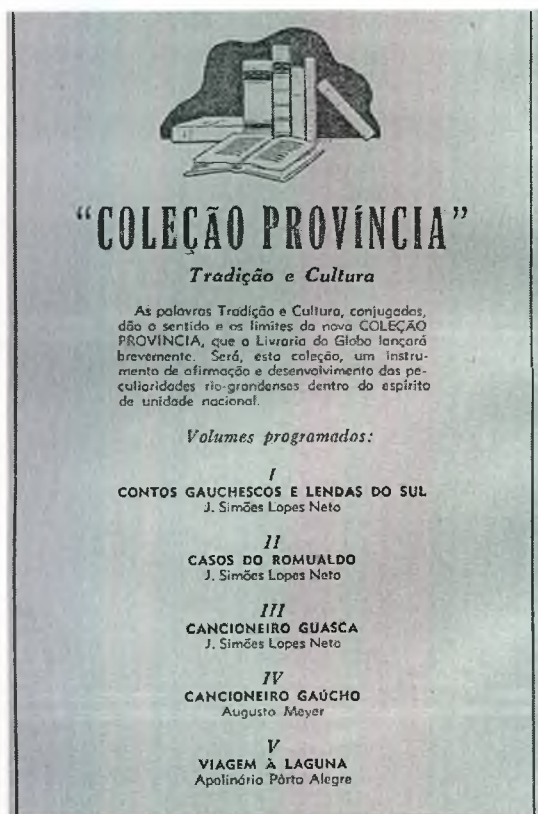


Figura 9 Anúncio de lançamento da Coleção *Provincia*, publicado na revista *Provincia de São Pedro*, 1947.

ANEXO 2



Figura 10 O grupo do 35. À esquerda, Antônio Cândido, Patrão. Revista do Globo, 1948.



Figura 11 Paixão Côrtes, 1948



Figura 12 Barbosa Lessa, 1948

ANEXO 2



Figura 13 – III Semana Nacional de Folclore, Porto Alegre, 1950. Flagrante do Festival de Campo, apresentado pelo 35 CTG em Guaíba.



Figura 14 III Semana Nacional de Folclore. Porto Alegre, 1950. “Festa no Galpão”, espetáculo apresentado pelo 35 CTG.

ANEXO 2



Figura 15 III Semana Nacional de Folclore. Porto Alegre, 1950. Exposição de Arte Popular.



Figura 16 Renato Almeida, na sessão de abertura da III Semana Nacional de Folclore.

ANEXO 2



Figura 17 Sessão de encerramento da III Semana Nacional de Folclore. Cecília Meireles faz o relatório do encontro.